UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

EDILAINE ALBERTINO DE MORAES

SIGA OS ATORES E AS SUAS PRÓPRIAS AÇÕES:

nos rastros das controvérsias sociotécnicas do *Turismo de Base Comunitária* na Rede TUCUM – Ceará – Brasil

RIO DE JANEIRO
2019

EDILAINE ALBERTINO DE MORAES

SIGA OS ATORES E AS SUAS PRÓPRIAS AÇÕES:

nos rastros das controvérsias sociotécnicas do *Turismo de Base Comunitária* na Rede TUCUM – Ceará – Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na linha Comunidades, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Inclusão Social, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving

Coorientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Rio de Janeiro

2019

CIP - Catalogação na Publicação

M827s

Moraes, Edilaine Albertino de
Siga os atores e as suas próprias ações: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do Turismo de Base Comunitária na Rede TUCUM – Ceará – Brasil / Edilaine Albertino de Moraes. -- Rio de Janeiro, 2019.
348 f.

Orientador: Marta de Azevedo Irving.
Coorientador: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2019.

1. Turismo de base comunitária. 2. Teoria Ator Rede. 3. Controvérsias. 4. Rede TUCUM. I. Irving, Marta de Azevedo, orient. II. Pedro, Rosa Maria Leite Ribeiro, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia
Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Ata de Defesa de Doutorado

Às 09:00 hs do dia **29/03/2019** no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o(a) aluno(a) **EDILAINE ALBERTINO DE MORAES** (registro nº. 115001795), se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores: Marta de Azevedo Irving, (orientadora e presidente da banca), CPF nº 627.646.247-00, Samira Lima da Costa, CPF nº 667.297.697-34, Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, CPF nº 665.349.687-20, Teresa Cristina Miranda Mendonça, CPF nº 958.380.077-53, Maria do Céu de Lima, CPF nº 491.566.166-00 e Maria Elizabeth de Oliveira, CPF nº 307.930.174-91. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado **"Siga os atores e as suas próprias ações: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do turismo de base comunitária na rede TUCUM – Ceará - Brasil"** foi: (X) **aprovado(a)**, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; ( ) **aprovado(a) condicionalmente**, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias*; ( ) **reprovado(a)**. O(A) aluno(a) faz jus ao título de **Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social**. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Banca:

Orientador: _____

_____

_____

_____

_____

_____

Aluno(a): Edilaine Albertino de Moraes

Observações: _____

_____

_____

_____

_____

_____

Atestado de cumprimento das exigências*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data tem _____ dias para entregar a versão final encadernada.

_____ Data: ____/____/_____
Assinatura do Orientador

Esta tese é dedicada aos povos e comunidades tradicionais, que, mesmo sofrendo injustiças, desigualdades e discriminações, constroem relações de forças e fazem brilhar propostas contra-hegemônicas como estratégias de luta e de enfrentamento aos efeitos perversos do sistema capitalista na América Latina.

AGRADECIMENTOS

"Os Outros: o melhor de mim sou Eles."

Manoel de Barros

Primeiramente, agradeço a *Deus* Todo-Poderoso, por permitir que os caminhos da vida se abrissem para o começo desta jornada com muita luz, amor, gratidão e confiança. Ao padroeiro *Santo Expedito*, santo das causas justas e urgentes, por sempre interceder e (re)unir minha família de fé e coragem. Aos *Encantados* por me guiarem nos territórios tradicionais e sagrados da Zona Costeira Cearense.

Nestes quatro anos de doutoramento, grandiosas descobertas, vivências, dádivas, conexões e provações me foram presenteadas. Todas elas só puderam se tornar especiais por terem sido partilhadas e vividas coletivamente. Assim, longe de conseguir reconhecer aqui os nomes de tantas pessoas que fizeram parte desta trajetória, agradeço profundamente a alguns desses afetos.

Aos meus maiores doutores desta vida, minha amada mãe Terezinha, artesã, e amado pai Edson, caminhoneiro, de que tanto me orgulho e agradeço pelo exemplo de cultivo de amor, de respeito, de companheirismo, de honestidade, de humildade, de luta e de sonhos.

À grande família Albertino e Moraes, pela torcida constante, pela compreensão das minhas limitações em participar de todos os encontros e comemorações e pelos momentos incondicionais de oração, acalento, risadas, mimos e quitutes mineiros que tanto me alegraram quando menos se esperava por tal proeza. À vó Iracema (*in memoriam*), minha estrela guia desde quando cheguei a este mundo, por perpetuar a sua docilidade e sabedoria de quem viveu no campo.

Aos docentes do Departamento de Turismo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora – Alice, Anne, André, Edwaldo, Érika, Humberto, Luciana, Kairo, Marcelo, Miriane, Raphaela e Sandro –, pelo apoio e cuidado para que fosse possível o meu afastamento oficial para cursar o doutorado em outro estado.

À Marta Irving, orientadora, professora, parceira, visionária e me atrevo a dizer: uma reagregadora do social! Agradeço imensamente pela acolhida e por convivermos desde o mestrado, em 2007, quando embarquei na desafiadora aventura da práxis acadêmica interdisciplinar, no eixo de integração ensino-pesquisa-extensão. Também por apostar e se

dedicar cotidianamente à formação de seus alunos com base no compromisso social, pelas oportunidades de aprendizagem e participação em produções conjuntas de conhecimento e, ainda, por defender eticamente o tema *Turismo de Base Comunitária*, grande inspiração motivadora desta tese. Que venham novas aventuras!

À Rosa Pedro, pela acolhida em suas aulas quando a *Teoria Ator-Rede* era ainda apenas uma curiosidade; pela preciosa contribuição para a minha qualificação, tendo, posteriormente, a satisfação de tê-la como co-orientadora. Agradeço ainda pelo incentivo, amabilidade e paciência confiante em guiar o percurso da pesquisa, respeitando o meu tempo de implicação na abordagem latouriana e no desenho de caminhos possíveis, além de instigar pistas "quentes" de leituras e de pesquisadores que poderiam também contribuir para esta composição.

À Teresa Mendonça, pelo convite desde a participação nas vivências experienciadas no projeto de *Turismo de Base Comunitária* na Vila do Aventureiro, Ilha Grande – RJ, em 2008, que despertou uma amizade que muito estimo e um trabalho colaborativo com propósito: articular, tecer e expandir a bandeira-guia de TBC, cogitando tantas experiências, como o blog *Turismo de Base Comunitária pelo Brasil e pelo Mundo*. Obrigada por acompanhar cada passo reinventado desta tese até aqui e por fazer presente, nesta caminhada, a força e a alegria do samba!

À Maria do Céu, pelo acolhimento em todas as passagens por Fortaleza (CE), acompanhamento da visita às comunidades da *Rede TUCUM* e aprendizado sobre os modos de vida e trabalho das comunidades da Zona Costeira Cearense, fazendo toda a diferença no processo. Também por me apresentar a militância docente, os movimentos de base e as ocupações na UFC em defesa de uma educação pública, emancipatória e de qualidade, além dos direitos dos trabalhadores (as). "Esperançar" sempre! Que alegria ter a sua participação na banca de defesa desta tese!

À Fátima Branquinho, por permitir libertaria (mente) e generosa (mente) o embarque na viagem latouriana com os seus alunos da disciplina "Tópicos Especiais em Construção Social do Meio Ambiente" (PPG-MA/UERJ), em 2017/2, na qual pudemos "meditar" incríveis reflexões e trabalhos articulados à *Teoria Ator-Rede*, embebidos de sensibilidade, maestria e vida pulsante. Agradeço também por contribuir para que se chegasse até aqui.

À Elizabeth Oliveira, por deixar estes quatro anos do GAPIS mais inspirados e floridos com sabedoria, luz, ternura e confiança. Agradeço também por vibrar por cada caminho trilhado no estudo da *Teoria Ator-Rede*, pelas ricas trocas e aprendizados e por contribuir para o avanço das articulações e das reflexões lançadas nesta tese.

À Samira Costa, pela sensibilidade, comprometimento e generosidade em contribuir para a defesa desta tese e para o avanço das reflexões no campo da Psicossociologia.

À *Rede TUCUM*, por fazer desta caminhada um movimento rodeado de práticas de resistências, solidariedades, encontros e desencontros. Também por ensinar que, mesmo diante das adversidades, a luta tem que ser ampla, compartilhada e animada. Assim como agradeço pela grandiosa contribuição à pesquisa, durante as entrevistas, as conversas e tantos outros momentos e aprendizados, que ficaria difícil expressá-los apenas nesta tese.

À Rosinha que trabalhou no Instituto Terramar (Fortaleza), e à Aparecida da Associação Caiçara (Icapuí), por terem abraçado este projeto, pela torcida e pela colaboração *fora de série*, para a realização da pesquisa de campo com acesso *full time* aos materiais e informações disponíveis. Que continuemos cantando "É preciso saber viver"...

À equipe de assessoria do Instituto Terramar, representada aqui pela Rogéria, Alessandra, Lígia e Sulamita, agradeço pelo acolhimento e apoio durante as visitas nas comunidades da *Rede TUCUM*.

Às professoras do Programa EICOS/UFRJ - Maria Cecília de Melo e Souza, Marie Beyssac, Simone Peres, Tânia Maciel e professor Eduardo Vasconcelos -, pelos aprendizados em disciplinas e contribuições marcantes ao longo do processo. Aos discentes da turma EICOS/2015, em especial, Alex, Gisa, Gustavo, Regina, Rosa e Silvia pelas ricas trocas e colaborações partilhadas durante as disciplinas cursadas. E à secretaria do Programa, coordenada por Ricardo Fernandes e Maycow Fernandes, por toda a gentileza, presteza e cuidado com as questões administrativas acadêmicas.

À "família" GAPIS/UFRJ - Claudia, Cristiane, Beth, Érika, Fernando, Graciella, Hugo, Joana, Gustavo, Mariana, Marcelo, Nadson, Thaiane, Yasmin, Guilherme, Maycon, Mateus, Ana Carolina, Camila, Lilia, Jade, Rui, Dayana, Pedro, Vitoria, Lucas e André, pelo companheirismo em diferentes momentos e ações. Vocês fizeram ter sentido e concretude o sentimento de constante formação e pertencimento ao grupo. "A gente fortalece o grupo, não para ajudar ninguém, e sim para crescermos juntos". Obrigada por TUDO!

Ao Grupo de Pesquisa "Cultura Contemporânea: Subjetividade, Conhecimento e Tecnologia" (IP/UFRJ), pelo acolhimento nas reuniões animadas por Rosa, Jéssica, Cris, Ulisses, André, Rodrigo, Bia, Caíque, Lucas, Mariana, Caio e Maisa. Obrigada por permitir me aproximar das pesquisas em Psi e por me provocar a (re) pensar o TBC sob a ótica da *Cartografia de Controvérsias*, mesmo diante de tantas dúvidas, angústias e deslocamentos.

Ao Grupo de pesquisa "Contribuição da Antropologia das Ciências e das Técnicas para a Educação" (EDU/UERJ), pelos encontros fecundos com Fátima, Raphael, Bethânia,

Adriana L., Adri, Marcinha, Rafael, Daniele, Joana, Júlio, Débora, Mariana e os escritos de Bruno Latour.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Turismo (IM/UFRRJ), pela parceria e incentivo das queridas professoras Teresa(s), Maria Angélica, Isabela, Luciana G. e Elis, e, dos alunos Renato, Sandro e Ana Paula.

Aos amigos super *reviewers* - Erika, Guilherme, Gustavo, Beth, Mariângela, Cristiana, Laura, Mariana e Raphael -, pelas contribuições inestimáveis durante a leitura de partes deste texto ou dos artigos dele derivados.

Aos anfitriões em terras cariocas - Manuela, Cláudia, Soraia, Graciella e Ilsinho -, agradeço pela acolhida e boas risadas sobre a arte da vida.

Às *manas*, Cristiane Barroncas e Jocilene Gomes, da ESAT/UEA, pela amizade, incentivo e conhecimento compartilhado sobre os diferentes saberes e fazeres acerca do *Turismo Comunitário* na Amazônia.

À Alexsandra Bezerra, amiga *arretada*, pelo humor incomum e contribuições para a pesquisa sob o olhar da Geografia, ainda quando estudava na UFC e que hoje se encontra pelos lados da UFCG.

Aos irmãos e irmãs de coração - Lívia, Flávia, Vinícius, Maycon, Linda, Luzia e Claudinha -, que, mesmo distantes, se fizeram presentes com resistência, esperança, serenidade, arte, poesia e alegria de se viver. Qualquer dia, amigxs, a gente vai se encontrar!

Aos mestres superiores que me abriram caminhos para a busca de novos hábitos e práticas saudáveis no sentido de cuidado integrado do corpo, mente e espírito.

Aos anjos "4 patas", aos girassóis do jardim de casa, ao sol, ao mar calmo da praia Vermelha, às ervas aromáticas e às músicas latinas, que imprimiram leveza nesta caminhada.

À Rede TURISOL, que vem ensinando-aprendendo, diversificadamente, a pensar e a fazer frente às formas insustentáveis de turismo. Agradeço, em especial, ao mineiro Werter Moraes, ao baiano Alberto Viana e à paraense Gabi Fontoura.

Ao Bruno Latour, por invocar corajosamente pela mudança de paradigma científico e reflexão sobre a coexistência humana e não-humana para a produção de conhecimentos e realidades de caráter eminentemente coletivo. Obrigada por ter feito parte dos últimos dois anos desta "viagem", por meio de seus escritos, ora sarcásticos, metafóricos, bem-humorados e também complicados.

Que continuemos acreditando nas flores! Seguimos caminhando e cantando! Obrigada! Gratidão! Namaskar!

NÃO SEI

Não sei se a vida é curta ou longa para nós,
mas sei que nada do que vivemos tem sentido,
se não tocarmos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser: colo que acolhe,
braço que envolve, palavra que conforta,
silêncio que respeita, alegria que contagia,
lágrima que corre, olhar que acaricia,
desejo que sacia, amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo,
é o que dá sentido à vida.
É o que faz com que ela não seja nem curta,
nem longa demais, mas que seja intensa,
verdadeira, pura enquanto durar.

Feliz aquele que transfere o que sabe
e aprende o que ensina".

Cora Coralina

Não há saber mais ou saber menos:
Há saberes diferentes.

Paulo Freire

RESUMO

O *Turismo de Base Comunitária* ou *Turismo Comunitário* (TBC) constituiu o tema de interesse desta tese e foi abordado, empiricamente, à luz da *Teoria Ator-Rede* (ANT), no sentido de ser apreendido entre heterogeneidades, conexões e controvérsias sociotécnicas. Com essa inspiração, buscou-se descrever e analisar o modo de configuração da *Rede Cearense de Turismo Comunitário* (TUCUM), por meio da visão dos atores em ação, tendo como porta de entrada as práticas nas quais se materializam múltiplas formas de construção do TBC. O caminho metodológico da pesquisa se apoiou na *Cartografia de Controvérsias*, tendo como principal diretriz metodológica o acompanhamento das conexões entre os próprios atores e a construção de um saber "com" e não "sobre" o objeto investigado. Assim, nos rastros da *Rede TUCUM*, foi possível observar que, na sua origem, em 2008, o TBC era constituído como uma estratégia de resistência e defesa da garantia do direito ao território das comunidades tradicionais e povos indígenas na Zona Costeira Cearense. No momento presente, essa compreensão vem sendo ampliada no sentido de renovação dos interesses e papéis da *Rede TUCUM* para a melhoria da promoção e comercialização do TBC. Dessa forma, os resultados alcançados sinalizaram a configuração de uma rede tecida por múltiplas vozes, saberes populares, instituições, poderes, entre outras partes associadas, que permitam reagregar permanentemente os elementos que sustentam – política e economicamente – as práticas de TBC na *Rede TUCUM*.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária; Teoria Ator-Rede; Controvérsias; Rede TUCUM.

ABSTRACT

Community-based Tourism or *Community Tourism* (CBT) was the subject of interest of this thesis and was approached empirically in the light of the *Actor-Network Theory* (ANT), in the sense that it is apprehended among the heterogeneities, connections and sociotechnical controversies. With this inspiration, this research is intended to describe and analyze the configuration mode of the *Community Tourism Network in state of Ceará* (TUCUM), through the eyes of actors in action, having as a bridge the practices that materialize multiple forms of construction of CBT. The methodological approach to research relied on *Cartography of controversies*, whose main methodological objective was to monitor the links between the actors themselves and to build knowledge "with" and not "on" the object studied. Thus, in the footsteps of the *TUCUM Network*, it was possible to observe that, originally, the CBT was established in 2008 as a strategy of resistance and defense of the right to the territory of traditional communities and indigenous peoples of the coastal area of Ceará - Brazil. At present, this understanding has been broadened in the direction of renewing the interests and roles of the *TUCUM Network* in improving the promotion and commercialization of CBT. In this way, the results obtained have shown the configuration of a network made up of multiple voices, popular knowledge, institutions and powers, among other related parties, to permanently restore the elements that support - politically and economically – practices of CBT in the *TUCUM Network*.

Key-words: Community-based tourism; Actor-Network Theory; Controversies; TUCUM Network.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Zona Costeira Cearense: o território dos conflitos 166
Figura 2 – Logomarca da *Rede TUCUM* 175
Figura 3 – Páginas iniciais do Caderno de Normas e Procedimentos Internos 199
Figura 4 – Página inicial do site da *Rede TUCUM* 204
Figura 5 – Participantes da 7ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* - 2013 205
Figura 6 – Material publicitário sobre os pacotes da *Rede TUCUM* 220
Figura 7 – Participantes da 8ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* - 2014 223
Figura 8 – "Acampamento Nossa Terra" na 8ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* - 2014 224
Figura 9 – Alunos da Escola Popular de Turismo Comunitário - 2015 239
Figura 10 – Participantes da 9ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* - 2015 241
Figura 11 – Participantes da 10ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* - 2016 256
Figura 12 – Apresentação e discussão sobre os resultados da tese – 2016 258
Figura 13 – Participantes da 11ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* – 2017 272
Figura 14 – Apresentação da pesquisa na 11ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* - 2017 281
Figura 15 – Discussão sobre a pesquisa e júri simulado – 2017 285
Figura 16 – Representação gráfica da rede sociotécnica do *turismo comunitário* na *Rede TUCUM* 297
Figura 17 – Ciranda na 11ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* - 2017 314

Mapa 1 – Zona Costeira do estado do Ceará 153
Mapa 2 – Localização de regiões e destinos turísticos no Ceará 164
Mapa 3 – Localização da *Rede TUCUM* e dos Grupos de *turismo comunitário* - 2011 202
Mapa 4 – *Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM)* – 2017 295

Quadro 1 – Matriz-síntese das iniciativas autorreferenciadas como redes de TBC na América Latina 65
Quadro 2 – Matriz-síntese da pesquisa de campo 155
Quadro 3 – Trechos de canções compartilhadas na 8ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* 226
Quadro 4 – Composição do júri simulado 286
Quadro 5 – Pontos favoráveis e contrários ao *turismo comunitário* 291

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPCV	Associação Amigos da Prainha do Canto Verde
ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagem
Abrasel	Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
ACOMOTA	Associação Comunitária de Moradores de Tatajuba
ADELCO	Associação para o Desenvolvimento Local Co-produzido
AGRECO	Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral
AGUAPÉ	Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé
APTHAPI	*Red de Turismo Comunitario del Lago Titicaca*
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANT	Teoria Ator-Rede
APAPAIS	Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadores Assentados do Imóvel Sabiaguaba
ASPAC	Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural
ASTUMAC	Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAGRO	Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CITURDES	Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CONPEHT	Confederação Panamericana de Escolas de Hotelaria, Gastronomia e Turismo
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTC	Congresso Nacional de Turismo Comunitário
COAPSOL	Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária
COOPRENA	*Consórcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional*
CTS	Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade

CTURTI	Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e Comunidades Tradicionais
DG	Departamento de Geografia
EICOS	Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
ELTC	Encontro Latino Americano de Turismo Comunitário
ENANPPAS	Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade
ENCETUC	Encontro de Comunidades Empreendedoras do Turismo de Base Comunitária
ENTBL	Encontro Nacional de Turismo de Base Local
EPTC	Escola Popular de Turismo Comunitário
ETCA	Encontro de Turismo Comunitário na Amazônia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FBOMS	Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
FDZCC	Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará
FGTS	Fórum Global sobre Turismo Sustentável
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FEM	Fórum Econômico Mundial
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FITS	Fórum Internacional de Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável
FSM	Fórum Social Mundial
GAPIS	Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade
GT	Grupo de Turismo Comunitário Local
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
KCBTA	*Kyrgyz Community Based Tourism Association "Hospitality Kyrgyzstan"*

MACOSPOL	*Mapping Controversies in Science and technology for Politics*
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTUR	Ministério do Turismo
MUTU	*Red de Turismo Comunitario Garífuna*
NACOBTA	*Community Based Tourism Association*
NECSO	Núcleo de Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade
NEPET	Núcleo de Estudo e Pesquisa em Turismo
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRODETURIS	Programa de Desenvolvimento do Turismo em Área Prioritária do Litoral do Ceará
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RATURC	*Red Argentina de Turismo Rural Comunitário*
RBJA	Rede Brasileira de Justiça Ambiental
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
Redalyc	*Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal*
RCES	Rede Cearense de Socioeconomia Solidária
REDTURS	Rede de Turismo Comunitário da América Latina
RENITURAL	*Red Nicaragüense de Turismo Rural Comunitário*
RETHUS	*Red de Turismo Comunitario Huataraco Suno*
RICANCIE	*Red Indígena de Comunidades del Alto Napo para la Convivencia Intercultural y Ecoturismo*
RITA	*Red Indígena de Turismo de México*

RUNATUPARI	*Red Provincial de Imbabura*
SAPIS	Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENDASUR	*Red de Turismo de Chiapas Ecotours y Etnias*
SETUR	Secretaria do Turismo do Estado do Ceará
SciELO	*Scientific Electronic Library Online*
SITS	Seminário Internacional de Turismo Sustentável
SNV	*Netherlands Development Organisation*
ST-EP	Programa de Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza
STS	Simpósio de Turismo Sertanejo
TBC	Turismo de base comunitária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologia de informação e comunicação
TUCUM	Rede Cearense de Turismo Comunitário
TURISOL	Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário
TUSOCO	*Red Boliviana de Turismo Solidario y Comunitario*
UCOTA	*Uganda Community Tourism Association*
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNWTO	*United Nations World Tourism Organization*
USP	Universidade de São Paulo
VIÈS	Núcleo de Economia Política
WWF	*World Wide Fund for Nature*
ZCC	Zona Costeira Cearense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: embarcando em um mundo a compor **20**

2 *TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:* base conceitual e contexto no plano global **42**

2.1 EXPLORANDO DISCURSOS E CONCEPÇÕES TEÓRICAS 42

2.2 TRILHANDO CAMINHOS NA AMÉRICA LATINA 54

2.2.1 Ilustrando iniciativas de Redes de TBC na América Latina **63**

3 DINÂMICAS EMERGENTES DO *TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA* NO BRASIL **74**

3.1 UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA 74

3.2 PREMISSAS PARA AMPLIAR O DEBATE 87

3.3 ENCONTROS E PRÁTICAS CONJUNTAS 94

4 A NOÇÃO DE REDE PARA ORIENTAR A REFLEXÃO: pistas conceituais a partir da *Teoria Ator-Rede* **100**

4.1 ABRINDO CAMINHO PELA *TEORIA ATOR-REDE* 100

4.2 LANÇANDO A NOÇÃO DE REDE SOCIOTÉCNICA 110

4.3 ARTICULANDO *TEORIA ATOR-REDE* E TURISMO 126

5 O VAI E VEM DA PESQUISA: trilhando o caminho metodológico para uma *Cartografia de Controvérsias* **134**

5.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA 134

5.2 MESCLANDO PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS 144

5.2.1 Pesquisa bibliográfica e documental **145**

5.2.2 Aproximação com os participantes da pesquisa **146**

5.2.3 Elaboração do instrumento de pesquisa **147**

5.2.4 Dos princípios éticos e normas para as atividades da pesquisa **148**

5.2.5 Pesquisa de campo **149**

5.2.6 Análise e Validação da pesquisa **158**

6 *REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO* (*TUCUM*): cartografando conexões e controvérsias **162**

6.1 RASTREANDO AS RAÍZES PARA ENTRAR NA REDE ____ 162
6.2 SEMEANDO A PROPOSTA DE *TURISMO COMUNITÁRIO* ____ 171
6.3 CULTIVANDO OS VALORES E TROCANDO IDEIAS E IDEAIS ____ 176
6.4 FLORESCENDO NOVOS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS ____ 222
6.5 RECRIANDO AS CONEXÕES ENTRE AS CONTROVÉRSIAS ____ 255
6.6 PROLIFERANDO A REDE DE ATORES EM AÇÃO ____ 271

7 CONCLUSÕES PROVISÓRIAS ____ 298

REFERÊNCIAS ____ 316

APÊNDICES ____ 344
APÊNDICE A – Histórico de edições e temáticas do Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL) ____ 344
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista ____ 345
APÊNDICE C – Perfil dos entrevistados ____ 346
APÊNDICE D – Termo de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido ____ 347
APÊNDICE E – Geolocalização da *Rede TUCUM* - 2017 ____ 349

1 INTRODUÇÃO:
embarcando em um mundo a compor

Os desafios da sociedade contemporânea têm implicado, profundamente, o reconhecimento da necessidade de enfrentamento de questões relacionadas ao aumento de desigualdades e injustiças, de modo associado ao colapso da democracia, à deterioração acelerada dos recursos naturais, ao agravamento das mudanças climáticas, à ampliação da pobreza e à alienação da vida humana, entre outras de alcance global. Nos discursos políticos, em artigos de periódicos, nos jornais diários e em outros meios de disseminação de informação, são mencionadas evidências polêmicas de que esses são alguns dos fenômenos deflagradores de efeitos altamente preocupantes em um planeta no qual milhões de seres humanos vivem os impactos cotidianos dessas transformações correntes.

A emergência dessa reflexão se torna ainda mais relevante, quando são considerados os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS), compromissos globais firmados na esfera da *Organização das Nações Unidas* (ONU), em 2015 (ONU, 2015). Esse pacto envolve um plano de ação denominado *Agenda 2030,* representado por 17 ODS[1] e 169 metas formadas por variados temas, com inúmeros desdobramentos ambientais, econômicos, sociais, políticos, culturais e, sobretudo éticos, reconhecidos como uma base orientadora para a construção de novos caminhos por governos, empresas, academia, organizações da sociedade civil e demais segmentos em busca da transformação da sociedade, até 2030.

Embora tenha sido reconhecida a criação de uma agenda dessa importância, no âmbito da ONU, como um caminho possível para a construção de um futuro para a humanidade em outras bases, as expectativas sobre a sua real implementação geram ainda dúvidas. Nesse sentido, a Oxfam[2] divulgou o relatório "Uma economia para o 1%", demonstrando, por exemplo, que a economia capitalista favorece apenas 1% da população mundial, que, por sua vez, detém mais riquezas do que os 99% restantes (OXFAM, 2016). Por outro lado, a ONU publicou um relatório sobre recursos hídricos, estimando que 3,6 bilhões de pessoas (quase metade da população mundial) vivem em áreas que apresentam uma potencial escassez de

[1] Os ODS compreendem os temas da pobreza, fome, saúde, educação, água, energia, saneamento, produção, consumo, moradia, desigualdade, clima, gênero, trabalho, conservação, biodiversidade, paz, justiça, parcerias, entre outros fundamentais para refletir nos dias atuais.

[2] A ONG britânica Oxfam, confederação composta por 13 organizações e mais de 3.000 parceiros, atua em mais de 100 países na busca de soluções para os problemas relacionados à pobreza e às injustiças, por meio de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

água e de energia (UNESCO, 2018). Essa situação que reflete a amplitude das desigualdades globais pode se tornar ainda mais complexa frente ao crescimento populacional mundial, que deve atingir a marca de 9,6 bilhões de habitantes em 2050 (UNFPA, 2013).

Portanto, são inúmeros os obstáculos a serem enfrentados na direção da redução das desigualdades e dos efeitos gerados pelo uso insustentável dos recursos naturais, sobretudo tendo em vista os objetivos e metas associados à *Agenda 2030.* Nesse sentido, cabe resgatar algumas reflexões de pesquisadores de referência na contemporaneidade que têm investigado e debatido em profundidade sobre os dilemas associados à contínua aceleração de uma dinâmica destrutiva vigente, alimentada, principalmente, pelas tendências de mercantilização de todas as dimensões da vida em escala planetária. Essa dinâmica vem configurando, simultaneamente, crises múltiplas, interdependentes e interferentes (MOSCOVICI, 2007; MORIN, 2013; LANDER, 2016).

Historicamente, o cerne dessa questão está relacionado à grande fragmentação que perpassa a narrativa do pensamento moderno, que compreende, de forma dicotômica, sociedade e natureza[3]. Essa visão está baseada na lógica da racionalidade cartesiana que tem fomentado a pretensão da dominação, o controle da natureza e de tudo ao seu redor para a apropriação e transformação dos recursos em função das necessidades da humanidade. Embora desde a segunda metade do século XX, muitas outras divisões da lógica do pensamento moderno venham sendo desencadeadas no mundo e sendo questionadas por inúmeras correntes, as formas de compreensão da realidade continuam sendo influenciadas, predominantemente, pela necessidade de separação, hierarquização e redução em seu processo de análise e de produção de verdades.

Assim, a provocação de pensamentos sobre o mundo se tornou um modo de exercício deveras complexo, controverso e concreto. Como caminho para responder ao contexto de crise contemporânea, parte-se da premissa de que a realidade não está terminada, mas constantemente em construção e aberta ao possível e ao desconhecido com relação aos modos de existência. Sendo assim, reconhece-se a importância de as verdades produzidas serem

[3] É importante enfatizar que o marco da cisão entre sociedade e natureza é a Revolução Industrial, originada na Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX, que provocou grandes impactos mundialmente. Com o processo de industrialização, a natureza passou a ser considerada como "recurso" e insumo para manter essa engrenagem, sendo explorada de forma ilimitada. Nessa época, emergiu a ideologia de abundância dos recursos naturais para servir aos prazeres superficiais acompanhados de desperdício da humanidade, ao mesmo tempo, em que se criou uma via de escassez dos recursos básicos que se espalha, progressivamente, pelo planeta. O alerta sobre os efeitos perversos desse processo foi trazido à tona, mundialmente, pelo relatório *Os limites do crescimento*, publicado em 1972 (MEADOWS; MEADOWS; RANDERS, 1973), uma referência no debate ambiental internacional.

discutíveis, a partir da compreensão dos interesses em jogo e das relações estabelecidas em todas as direções possíveis (LATOUR, 2017).

Portanto, os desafios a serem superados nesse percurso implicariam novas possibilidades de se pensar para além do padrão civilizatório hegemônico, ou seja, sobre alternativas ao desenvolvimento, e, ainda, sobre o conjunto das "redes da vida" – formas de conhecer, pensar, sentir, agir e viver que aparecerão em todos os lugares do mundo (MOSCOVICI, 2007; LATOUR, 2013; MORIN, 2013; LANDER, 2016).

Fazendo parte desse mesmo contexto global de enfrentamento de problemas e crises, um fenômeno que, notadamente, tem sido examinado, por diversos campos do conhecimento, das práticas e da política, é o turismo. Mas como pensar o turismo no contexto das dinâmicas contemporâneas?

A compreensão do turismo como uma das forças motrizes para a transformação da sociedade ganha importância, no século XX, à medida que se acentua a massificação turística, influenciando no redesenho das estruturas mundiais, no processo de globalização, na formação de grandes blocos econômicos e em mutações profundas do espaço geográfico (TRIGO, 1999; URRY, 2001). Entretanto, na percepção de Trigo (1999), o processo de supervalorização do turismo tem sido gerado por discursos e valores dominantes que o associam, frequentemente, a um mecanismo promissor para a geração e a multiplicação de riquezas e empregos. Assim, essa ideia tende a propagar, unilateralmente, o viés das estatísticas que costumam impressionar pela quantidade de turistas e pelo volume de capital movimentado pelo turismo, globalmente.

A título de exemplo, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), a partir de 1950, quando passaram a ser produzidas as análises de estatísticas sobre os efeitos econômicos do turismo em todas as regiões do planeta, a expansão global do setor tem sido crescente. Nesse processo, a expectativa de incremento do fluxo anual no setor é de 3,3%, com previsão de se atingir 1,8 bilhão de turistas internacionais até 2030, o que, por sua vez, deve gerar mais de um bilhão de dólares em receitas, além de 235 milhões de empregos diretos (UNWTO, 2017).

Nesse contexto de expansão global do turismo, a OMT registrou, em 2016, na região das Américas, um crescimento de mais de 3% em relação aos anos anteriores, totalizando 199 milhões de chegadas de turistas (16% das chegadas em todo o mundo), e de 3% da receita cambial proporcional a 313 milhões de dólares, o que representou 26% das receitas globais. Nesse quadro, destacou-se a sub-região América do Sul, na qual o turismo foi impulsionado,

sobretudo no Chile (que registrou um aumento de 26%), seguido pela Colômbia (de 11%), Uruguai (de 10%), Peru (de 8%) e Brasil (de 4%) (UNWTO, 2017).

Com base nessa tendência de crescimento, segundo as estatísticas do Ministério do Turismo sobre o panorama no Brasil, foram registradas, em 2016, 6,5 milhões de chegadas de turistas ao país. Dessa maneira, no *ranking* mundial de países receptores de turistas, o Brasil ocupa o 27º lugar e participa com uma receita cambial turística de 1,1%, um valor de aproximadamente 6,6 bilhões de dólares (BRASIL, 2018).

Pela lógica desses dados oficiais difundidos amplamente, a leitura sobre as potencialidades do turismo tende a estar, frequentemente, atrelada aos seus efeitos econômicos e de comercialização dos produtos e serviços no denominado "turismo de massa"[4], com base na premissa de que o elevado número de turistas que circula pelo mundo tende a gerar lucro e benefícios para o mercado, em ampla escala. Pelos argumentos apresentados, seria, então, o turismo inquestionável?

A visão centrada na dimensão econômica do turismo tem sido predominante, sobretudo nos discursos de governos, de instituições associativas representantes do empresariado do denominado *trade* turístico e de organizações internacionais, como a OMT, que reforçam essa atividade como uma das mais importantes no mundo, em termos econômicos, contrariando, inclusive, as previsões pessimistas e as crises que atingem diversos países. Apesar de o turismo desempenhar um papel relevante na economia, essa visão fragmentada do processo não é considerada suficiente para influenciar as relações complexas que envolvem esse movimento em escala global.

A difusão dessa versão idealizada, segundo Ouriques (2005), faz com que o turismo se torne "objeto de desejo" de muitas localidades que sofrem com o processo de desigualdades e injustiças. Essa perspectiva tende a possibilitar que até mesmo o mais humilde dos cidadãos passe a acreditar nessa alternativa como benéfica ou – como classifica a referência mencionada – como uma verdadeira "tábua de salvação" dos "naufragados" pelas vicissitudes econômicas locais. Igualmente, isso faz com que o crescimento das viagens passe a ser considerado como um tempo a ser usufruído de forma praticamente obrigatória no modo de vida contemporâneo.

Dessa maneira, não se pode perder de vista que o turismo representa um componente inseparável da lógica de acumulação capitalista e de todos os fatores inerentes à expansão do

[4] Para detalhes desde as origens do turismo de massa na década de 1950, ver Urry (2001).

capital, repercutindo, nesse sentido, em uma distribuição desigual de riquezas, de custos e dos benefícios gerados pelo processo (THEVENIN, 2011).

Sendo assim, por um lado, o turismo pode ser considerado como um propulsor econômico em escalas local, regional e mundial. Por outro lado, a massificação de destinos turísticos pode também desencadear e reforçar diversos efeitos controversos, como os movimentos crescentes de degradação ambiental, segregação espacial, especulação imobiliária, desvalorização cultural (LUCHIARI, 1999; IRVING, 2002; CORIOLANO, 2003; OURIQUES, 2005; CRUZ, 2007), precarização do trabalho, exploração sexual, desigualdades e discriminações por razões de gênero (CAÑADA, 2015; 2016; 2017), entre tantos outros que estão, na origem, também do que tem sido denominado como "turismofobia" (MANTECÓN, 2018). A partir dessas graves contradições, é possível concluir que muitos desses padrões convencionais têm reduzido o turismo a uma leitura de crescimento econômico sem garantia efetiva de desenvolvimento humano, o que têm sido motivo de preocupações e ações de diversas organizações e pessoas interessadas na transformação do turismo.

Com base nesse modelo de desenvolvimento insustentável, o turismo tem se expandido, ao longo dos anos, no contexto do controle capitalista sobre os modos de vida locais, com ênfase na exploração da força de trabalho, assim como no uso e na apropriação da natureza por parte do capital. A maioria dos projetos públicos e privados voltados para esse setor tem tido, como objetivo principal, a transformação de terras, lugares, viagens, sonhos e imagens em atrativas mercadorias e espetáculos, sendo conduzida pela lógica do mercado, pela produtividade e pela lucratividade (OURIQUES, 2005).

Particularmente no hemisfério sul, muitas são as populações que vivem em áreas de elevado interesse turístico. Esses grupos populacionais, formados por mulheres, crianças, povos indígenas e outras minorias étnicas vêm sofrendo os impactos causados pelo turismo desenvolvido conforme o modelo anteriormente descrito, o que pode colocá-las em situações críticas de vulnerabilidade, reforçando as desigualdades. Consequentemente, muitas vezes, essas populações são forçadas a aceitar mudanças em seus modos de vida sem que possam sequer participar do processo de tomada de decisão, lutar por seus direitos ou, até mesmo, receber qualquer compensação pelos danos decorrentes desse modelo de desenvolvimento do setor (KRIPPENDORF, 2002).

Nesse contexto, a maioria dessas populações locais é negligenciada e não tem voz ativa para defender os seus pontos de vista em relação ao que se espera e ao que se obtém do turismo (KRIPPENDORF, 2009). Assim, como o modo pelo qual o turismo historicamente

vem se desenvolvendo tem configurado um processo marcado por divergências de interesses entre os sujeitos diretamente envolvidos, a existência de conflitos é inevitável.

Os efeitos e os riscos dessa forma de desenvolvimento do turismo implicam a necessidade de uma reflexão acerca de quais são as suas reais possibilidades de contribuir, efetivamente, para atenuar as assimetrias e transformar o quadro histórico de profundas injustiças socialmente construídas[5]. Discutir todo esse panorama de grande complexidade, porém, é algo pouco usual para aqueles que se debruçam sobre a busca de compreensão do turismo ao defini-lo como objeto de investigação ou de intervenção na realidade em transformação. Como a reflexão predominante dessa temática está quase sempre centrada no turista, nos interesses do mercado de viagens e turismo e em seus aspectos positivos, o que pensa a população dos lugares visitados representa uma questão de menor importância (KRIPPENDORF, 2009) na maioria dos casos estudados até recentemente.

Nesse sentido, alguns pesquisadores, como Barreto (2007) e Higgins-Debiolles (2018), vêm se dedicando a discutir, criticamente, as principais consequências do turismo sobre as populações e os lugares visitados. Da mesma forma, esses vêm criticando a abordagem dicotômica que simplifica e fragmenta, historicamente, a leitura do turismo com relação aos seus efeitos.

Tendo em vista esse debate complexo, seria necessário, portanto, que esse fenômeno passasse a ser compreendido a partir de uma leitura interdisciplinar, que considerasse, por pressuposto, olhares múltiplos sobre o tema em foco, sendo capaz de traduzir a conjuntura crescente de riscos e incertezas de toda ordem, inerentes ao processo. Mas, como refazer e ressignificar o turismo em novas bases?

Para que se possa avançar no debate proposto, torna-se fundamental apreender e observar as dinâmicas e os jogos de relações instituídas no processo de desenvolvimento turístico. Isso pressupõe reconhecer também que, mesmo diante da dominação e da exploração de agentes de mercado e do Estado, esse fenômeno não se restringe às ações hegemônicas. Isso porque o turismo se configura na escala e na efervescência da vida nos lugares. Até mesmo naqueles em que a dinâmica local está profundamente imbricada às atividades associadas ao turismo, sua existência sempre vai transcender as lógicas impostas pela sua prática (CRUZ, 2003; 2007), o que tende a possibilitar a busca de formas de se (re) pensar o turismo.

[5] Por exemplo, segundo o *Mapa da Injustiça Ambiental e Racismo Ambiental no Brasil*, na abrangência de 297 conflitos enfrentados por populações rurais e urbanas concentradas, sobretudo na zona litorânea, o turismo é uma das principais causas de conflitos classificados como outros (PACHECO, 2010).

Ainda de acordo com Cruz (2003), as relações construídas por populações e grupos concebem o "tom" da maior ou menor resistência dos lugares aos fatores intermediados pelo turismo, o qual vem se estabelecendo e se reconfigurando do ponto de vista plural.

Sendo assim, é importante considerar, nesse contexto, o surgimento de um movimento crescente de resistências aos modelos dominantes de turismo. Nesse processo, diferentes segmentos sociais têm protagonizado oportunidades de debates críticos e públicos sobre o desenvolvimento do turismo, em nível global, marcadamente no âmbito do *Fórum Social Mundial* (FSM)[6].

Retrospectivamente, a origem dessa abordagem foi marcada pelo FSM 2002, realizado em Porto Alegre (RS)[7]. As discussões realizadas na ocasião foram sistematizadas na publicação intitulada *Cartão Vermelho ao Turismo? Dez Princípios e Desafios para um Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Séc. XXI* (KRIPPENDORF, 2002). Na publicação mencionada, foi reafirmada a compreensão do turismo de modo associado às questões de pobreza, conservação da biodiversidade, segurança alimentar, dignidade humana, economia, consumo e políticas públicas derivadas desse debate. Nesse sentido, foi questionado se haveria reais alternativas para o desenvolvimento do turismo capazes de serem justas e responsáveis, além de reivindicado o cumprimento das promessas dos organismos internacionais com esse objetivo.

O debate sobre os efeitos globais do turismo se estendeu, ainda, pelo FSM 2004, realizado em Mumbai, Índia, articulado por meio do *Grupo de Trabalho Turismo Sustentável, do Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento* (FBOMS). Na ocasião, o enfoque prioritário foi dirigido aos graves impactos socioambientais provocados pelo turismo mundialmente, a partir da denúncia de que os principais beneficiários do processo não eram as populações moradoras nos destinos turísticos, mas, sim, os grandes empreendimentos e empresas trans e multinacionais (FBOMS, 2004).

Posteriormente ao FSM 2004, na edição do evento de 2005, realizado também em Porto Alegre (RS), o debate sobre o turismo partiu da crítica às políticas públicas nacionais

[6] Conforme define sua *Carta de Princípios*, o *Fórum Social Mundial* é um espaço internacional para a reflexão e para a organização de todos os que se contrapõem à globalização neoliberal, que estão construindo alternativas para favorecer o desenvolvimento humano e para buscar a superação da dominação dos mercados em cada país e nas relações internacionais. O FSM se reuniu pela primeira vez na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em 2001, com o objetivo de se contrapor ao *Fórum Econômico Mundial* de Davos, que possui papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo mundo (FSM, 2016).

[7] Na ocasião, ocorreu uma Oficina de Turismo mediada por pesquisadores, além de representantes de organizações não governamentais e de movimentos sociais, entre outros grupos informais.

dirigidas ao setor e aos acordos internacionais (contemplados no *Acordo-Geral sobre Comércio de Serviços* na OMC[8]), para a definição de estratégias de construção de experiências alternativas de turismo que fossem capazes de considerar questões mais amplas como a problemática da pobreza, os impactos ambientais causados nas localidades, além de outras interfaces, dentre as quais, gênero, resistência e inclusão.

Os diálogos conduzidos naquela ocasião, promovidos por representantes de organizações não governamentais do Equador, da Itália, da Palestina e do Brasil, foram sistematizados na publicação intitulada *Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico* (NEUHAUS; SILVA, 2005). Essa ação foi considerada importante para o reconhecimento da diversidade de iniciativas comunitárias em curso e de problemas comuns enfrentados no processo de desenvolvimento do turismo.

Desde então, novas possibilidades para o desenvolvimento turístico ou, em outros termos, para um "outro turismo possível" (NEUHAUS; SILVA, 2005), vêm sendo progressivamente construídas sob o rótulo de *Turismo de Base Comunitária ou Turismo Comunitário (TBC),* assunto de interesse central desta tese.

Pesquisadores de distintos campos do conhecimento (CORIOLANO; LIMA, 2003; MENDONÇA; IRVING, 2004; NEUHAUS; SILVA, 2005; BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009; SAMPAIO, 2011, só para citar alguns) têm se aprofundado nos meandros dessas práticas e discutido que a proposta de TBC tem como característica particular a base endógena em planejamento e desenvolvimento do turismo. Essa nova perspectiva tem sido interpretada como uma oportunidade para a melhoria de qualidade de vida por inúmeros grupos de pescadores artesanais, etnias indígenas, agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, além de outros em situação de vulnerabilidade e à margem de projetos turísticos convencionais.

Outro aspecto importante, associado às iniciativas de TBC, refere-se às estratégias políticas de grupos organizados e de movimentos sociais para a garantia e para a preservação de territórios por eles ocupados tradicionalmente. Ações nesse sentido vêm sendo lideradas pelos movimentos de populações indígenas e camponesas em vários países da América Latina. Esses grupos sociais, frequentemente, têm buscado resistir aos projetos governamentais de desenvolvimento, às ações colonizadoras de "novas terras", aos consórcios

[8] O *Acordo Geral sobre Comércio de Serviços* está vinculado à Organização Mundial do Comércio (OMC) e entrou em funcionamento em janeiro de 1995 como resultado das negociações da *Rodada do Uruguai*. Foi criado com o intuito de estender o sistema multilateral de comércio para os de serviços, ou seja, para regulamentar a abertura ao capital internacional de 160 setores de serviços.

de extração de recursos florestais, minerais e petrolíferos, assim como às empresas de exploração agrícola e pecuária, entre outras práticas consideradas altamente impactantes (MALDONADO, 2009). Contexto semelhante ocorre também com algumas populações tradicionais[9] que vivem na zona costeira e litorânea no Brasil, que praticam o TBC como estratégia de resistências e lutas contra a especulação imobiliária, a grilagem de terras, a pesca predatória e o turismo de massa.

Todos os problemas mencionados perpassam as lutas dessas populações pelo direito à defesa e proteção do território e dos recursos naturais e culturais associados aos seus modos de vida. As ações de resistências desses povos, por sua vez, são norteadas pela necessidade de sobrevivência e pela ligação afetiva com o lugar onde vivem. A propósito, as populações tradicionais têm desempenhado, historicamente, diversos papéis fundamentais na conservação da natureza e na construção do modo de vida local. Por isso, o Estado e/ou o setor privado não podem simplesmente destituí-las de suas posses, sem respeitar os seus direitos ao território (LUCHIARI, 1999).

Os diálogos e as ações com o objetivo de construção de novos modelos de turismo foram também promovidos, amplamente, em 2003 e 2008, em Fortaleza, na primeira e na segunda edição do *Seminário Internacional de Turismo Sustentável*, com o tema *Turismo comunitário como estratégia de valorização da cultura das populações tradicionais, da preservação ambiental e da economia solidária*. No *II Seminário*, foi gerada a *Declaração de Fortaleza*, pela qual cerca de 500 participantes expressaram o apoio, a disponibilidade, a ação coletiva e a defesa da construção do *Turismo Comunitário* solidário como um "projeto político", pautado na autonomia das culturas locais, na conservação ambiental e na socioeconomia solidária (SILVA et al., 2008). Nessa ocasião, que envolveu a participação de representações da academia, bem como de órgãos da gestão pública e, sobretudo, de comunidades, foi possível estabelecer um amplo intercâmbio de ideias e de experiências, além de debater demandas comuns e perspectivas de acordos de cooperação. Além disso, foi lançada, oficialmente, a precursora *Rede Cearense de Turismo Comunitário* (TUCUM), da qual participam grupos comunitários e entidades locais que protagonizaram a organização do evento. Conforme discutido posteriormente, a *Rede TUCUM* tem enfoque central no contexto desta tese.

[9] Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Desde então, muitos outros encontros foram concebidos em sintonia com a construção de reflexões e de articulações na temática de turismo, no âmbito do *Fórum Social Mundial*, potencializando ações de intervenção e de cooperação entre diversos atores atuantes nesse segmento, além da geração de documentos de referência sobre o assunto, assim como posicionamentos, dentre os quais, a *Declaração de Belém* (FGTS, 2009). Esse e outros documentos resultantes de encontros, manifestações, reuniões e seminários indicam que sujeitos, além das organizações e coletivos, vêm tentando se articular por meio de redes, pautadas por debates de questões transversais ao turismo.

Vale ressaltar, ainda, que esse movimento de redes vem fortalecendo as iniciativas de TBC e influenciando outras práticas no Brasil e nos demais países da América Latina, como a *Rede de Turismo Comunitário da América Latina* (*REDTURS*), a *Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário* (TURISOL) e a própria *Rede Cearense de Turismo Comunitário* (TUCUM). Tendo em vista esse contexto, é possível afirmar que as redes podem contribuir para a configuração de iniciativas de *Turismo de Base Comunitária*? Quais são as possibilidades de articulação de redes em TBC? Como entender esse panorama em toda a sua complexidade e multiplicidade? Como se movimentar, na pesquisa, considerando o rol de opiniões, interesses e realidades sobre essa temática?

Nesse contexto de dinâmicas pulsantes e inúmeras inquietações, os diálogos e as práticas permanentes sobre modos e estratégias de construção de experiências alternativas de turismo, como o TBC, têm implicado reflexões também sobre a noção de redes, tanto para o processo de construção de diferentes saberes e conhecimentos, como para o contexto de políticas públicas dirigidas a esse setor.

Entretanto, para que seja possível problematizar essa prática, é importante enfatizar que conceitos e visões nela implicados não podem ser naturalizados com base na crença de ser esse um modelo idealizado e generalizado para todo e qualquer contexto socioeconômico. Ao contrário, a problematização sobre o TBC requer olhares ancorados nas práticas locais e atravessados pela pluralidade de saberes e vozes, que se articulam e tecem as dinâmicas socioculturais. Mas como abordar o TBC, segundo uma lente ampliada, a partir da apreensão e da análise das diversas vozes envolvidas no debate?

Para se pensar sobre tal complexidade, esta tese aposta na *Teoria Ator-Rede* (ANT, no acrônimo original em inglês), concebida no campo de Estudos de Ciência, Tecnologia e

Sociedade (CTS)[10], reconhecido também como Antropologia das Ciências e das Técnicas. Essa teoria, que se tornou conhecida mundialmente, sobretudo pelos estudos do sociólogo francês contemporâneo Bruno Latour (2000, 2004, 2012, 2013, 2016, 2017), vem adquirindo, progressivamente, importância nas Ciências Humanas e Sociais. Sendo concebida com o intuito de contribuir para o enfrentamento da naturalização dos fatos sociais, a ANT se destaca, principalmente, por questionar a visão dicotômica entre natureza e sociedade e por inovar na abordagem do social como o resultado de associações entre elementos humanos e não-humanos.

Embora existam dificuldades para apreender e transpor os conceitos propostos pela ANT, essa tem sido utilizada em diversos campos do conhecimento, dentre os quais, Antropologia, Psicologia, Educação, Filosofia, Comunicação, Administração, Engenharia, *Design* e Arquitetura. Como olhar, então, o *Turismo de Base Comunitária* pela lente da *Teoria Ator-Rede*?

Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, a ANT se constitui como uma abordagem alternativa para a superação de dicotomias do *mainstream* dos estudos turísticos (VAN DER DUIM, 2005; ARAÚJO; LOBO, 2017; DELGADO; ANDRADE, 2019), recusando, para tal, a separação, a linearidade e a ordenação do conhecimento nesse campo.

No entanto, é importante considerar, nesse contexto, que a produção do conhecimento em turismo tem sido condicionada ao estudo minucioso de inúmeras e incomensuráveis áreas do agir humano (PANOSSO NETTO, 2011). Da mesma forma, a criação de novas perspectivas de análise do turismo pressupõe a combinação de ferramentas disciplinares envolvendo as diferentes tribos, territórios e redes acadêmicas (TRIBE, 2010), equivalente aos diversos grupos existentes, às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento e às redes de colaboração científica.

Conquanto, pela perspectiva da ANT, reconheça-se a necessidade de uma análise que seja capaz de colocar em foco as facetas do turismo, os modos de serem estabelecidas as conexões e os entrelaçamentos resultantes da ligação entre os atores, exigindo, assim, o acompanhamento dos processos envolvidos nesse campo.

A ANT propõe rastrear e descrever o trabalho, o movimento, o fluxo e as mudanças resultantes de associações entre elementos humanos e não-humanos, tecendo, assim, a própria rede (LATOUR, 2012). A particularidade da perspectiva dessa teoria é o entendimento de que

[10] Os estudos CTS ensinam a não cair na armadilha dicotômica de ir para um lado ou para o outro, quer dizer, de defender uma ciência universal e neutra ou de condenar a ciência ocidental e criticar a ideologia que fundamenta as ações científicas reproduzidas sob a lógica do capital (MARQUES, 2018).

a noção de rede é um resultado e não um dado. Isso porque o autor, o principal expoente da ANT, advoga que o social não se reduz a um contexto onde a vida acontece, mas envolve um movimento de reagrupamento e reassociação dos mais variados atores.

Nessa linha, a abordagem teórica latouriana busca desfazer uma ideia de social como um domínio da realidade, ou seja, propõe uma forma que não considere um social pré-existente, que fornece uma explicação para um dado fenômeno, mas, sim, o que deve ser descrito por meio de associações. Para orientar essa descrição, o autor propõe que a investigação sob a luz da ANT seja alinhavada com as ferramentas do método denominado de *Cartografia de Controvérsias*, adotado nesta tese, cujo rigor se assenta na possibilidade de acolher realidades múltiplas e inter-relacionadas, de acordo com o processo de pesquisa.

Considerando a ANT e sua implicação na pesquisa social, é importante destacar, ainda, a sua afirmação sob o viés político do trabalho performativo de uma rede. Latour (2012) expressa claramente que o investigador também é sujeito da pesquisa, na qual assume a ação da rede e é assumido na ação dos agentes que a constitui. Ou seja, o pesquisador é também ator na rede. Com isso, Latour (2012) chama a atenção para o que as investigações científicas estão sendo capazes de movimentar e produzir mundos, sem ter, por pretensão, que descrever o mundo tal qual ele é.

Essa perspectiva teórico-metodológica inovadora reforça, assim, a escolha pela ANT para orientar a presente tese, que possibilita mover-se, na pesquisa, identificando as mais diversas versões de TBC, e não escolhendo apenas uma das denominações referentes ao *Turismo de Base Comunitária*. Por isso, busca-se explorar, acolher e compor as diferentes realidades em transformação no processo de desenvolvimento do TBC, em um movimento de pesquisa com [e não para] os atores rastreados, produzindo, desse modo, conhecimento em rede, e fazendo desta escolha polifônica um dos desafios desta pesquisa.

Dessa forma, assume-se nesta tese a abordagem do TBC, no campo psicossocial, segundo o olhar alternativo da ANT.

É importante destacar, nesse contexto, que a lente interdisciplinar da Psicossociologia tem se constituído como uma via interpretativa inovadora para a investigação sobre o turismo (MATTOS, 2018). Isso porque a Psicossociologia possibilita a investigação e a interpretação de condutas relacionadas à conjunção complexa do domínio da interação, por se basear "nas relações que o indivíduo mantém com o social, nos determinismos sociais e psíquicos que atuam nessas relações, no modo como estas se estruturam e nos efeitos da interação desses determinantes sobre o indivíduo" (NASCIUTTI, 1996a, p. 03). Para a autora, a complexidade do sujeito-objeto ser humano e o modo como os diferentes determinismos se integram, sendo

visto como um indivíduo relativamente autônomo, membro de uma cultura, dotada de pulsões, afetos, projeções e desejos.

Por essa conexão, a análise psicossocial se justifica, ainda, pela compreensão dos grupos, das instituições e dos conjuntos, dirigindo-se aos seus membros com relação ao desempenho de papéis, à disputa de poderes, à criação de identidades (“individuais” e “sociais”), às histórias, ao contexto no qual se incluem e aos determinismos que atuam sobre cada indivíduo e sobre o grupo (NASCIUTTI, 1996a). Baseada nesse modo de apreensão da condição psicossocial, a maior parte das pesquisas sobre grupos prioriza populações vulneráveis, em função das desigualdades, das condições de vida e da negligência do poder público para com esses grupos (NASCIUTTI, 1996b). Esses argumentos contribuem, assim, para a percepção do “eu” enquanto sujeito, sem perder de vista a busca dos imaginários do coletivo e de suas estruturas simbólicas.

Contribuindo com novas perspectivas de análise ao campo da Psicossociologia, a *Teoria Ator-Rede* problematiza a centralidade do ser humano como foco e origem do conhecimento (NOBRE; PEDRO, 2010). Latour (2012a) propõe a substituição da visão estreita do "eu", como sujeito individual e autônomo que age no mundo, pela noção de “rede”, ferramenta que traduz associações entre elementos humanos e não-humanos que, incessantemente, compõem-se e recompõem-se, assumindo novas formas do social. Isso porque, a construção da individualização rompe com a percepção do coletivo de modos de existência em um planeta comum. Dessarte, os humanos são percebidos aqui como pessoas e não como indivíduos. Nesse entendimento, as práticas psicossociais convocam o psicológico, o político, o técnico e tantos outros elementos para uma arena de debates, em que as interfaces não são óbvias nem claras, ou seja, não são previamente definidas. Desse modo, é necessário que se compreenda que o campo psicossocial se constitui também de forma híbrida, tal como a relação sociedade-natureza (CASTRO, 2008), que se produz, inclusive, na dinâmica turística.

Sendo assim, buscando contribuir para a exploração de novos caminhos investigativos sobre a noção de *Turismo de Base Comunitária*, a presente tese não teve uma hipótese a priori. Isso porque, conforme interpretado por Latour (2012), quando se propõe que o caminho investigativo seja aberto pela ANT, este deve ser experimental, provisório e ensaístico. Dessa forma, esse modo de fazer pesquisa se orienta por perguntas provocadoras para a reflexão, buscando deslocamentos no enfoque da investigação.

É sob essa perspectiva que a pesquisa foi se definindo, tendo, como porta de entrada, a experiência de *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*, uma iniciativa pioneira no Brasil, que

integra diversos grupos, como pescadores artesanais, etnias indígenas, agricultores familiares, camponeses, quilombolas e moradores de periferias urbanas, localizados de leste a oeste na Zona Costeira[11] Cearense, na região Nordeste.

Sendo assim, a construção do TBC na *Rede TUCUM* foi analisada com base na noção de rede latouriana, que representa uma via pela qual se busca descrever e analisar os rastros deixados pelos atores no curso de suas ações. A partir desse recorte empírico, a presente investigação se orienta, principalmente, pelas seguintes questões: como se configura o TBC na *Rede TUCUM?* Quem são os atores e como são articuladas as conexões? Quais as controvérsias envolvidas e seus desdobramentos?

De forma a nortear o caminho investigativo, esta tese teve, como objetivo geral, descrever e analisar o modo de configuração da *Rede TUCUM*, por meio da visão dos seus atores em ação, e a partir do rastreamento das conexões e controvérsias que perpassam o processo de construção coletiva dessa experiência.

Com base nesse objetivo central, quatro objetivos específicos orientaram o escopo de investigação:

(a) identificar e revelar os diferentes atores humanos e não-humanos que agem e fazem agir na composição da *Rede TUCUM*;

(b) rastrear as questões de interesse e os efeitos das dinâmicas do TBC em transformação;

(c) delinear a multiplicidade das associações entre os atores heterogêneos no TBC;

(d) descrever uma versão da rede sociotécnica do TBC, produzida na *Rede TUCUM*.

A escolha da *Rede TUCUM* como "laboratório" de pesquisa se deveu, inicialmente, ao contexto de sua criação ter sido impulsionada pela experiência de turismo e de participação comunitária na Prainha do Canto Verde (Ceará). Essa experiência em curso, desde 1995, tem sido reconhecida como uma iniciativa pioneira no Brasil, pelo diferencial que representa perante os destinos convencionais do litoral cearense, considerando os altos níveis de participação local e de articulação das comunidades pesqueiras, motivadas pelas lutas e resistências aos problemas e riscos sociais, políticos, territoriais, ambientais, econômicos e culturais, no contexto em que esses se inserem.

[11] Conforme o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a zona costeira brasileira, considerada patrimônio nacional pela Constituição de 1988, corresponde ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima (espaço que se estende por doze milhas náuticas, medido a partir das linhas de base, compreendendo, dessa forma, a totalidade do mar territorial) e uma faixa terrestre (espaço compreendido pelos limites dos Municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na zona costeira) (BRASIL, 2004).

Nessa experiência, o desenvolvimento do *Turismo Comunitário* vem sendo influenciado pelos processos de luta pela posse da terra, pela definição da propriedade e da gestão dos empreendimentos baseadas nas escolhas dos próprios moradores locais e pela premissa de complementariedade à pesca artesanal. A dinâmica em prol dessa prática vem impulsionando também o desenvolvimento de iniciativas em outros núcleos pesqueiros, que vivem realidades semelhantes com relação aos conflitos das terras ocupadas, ao longo de gerações, e que, nos dias atuais, são alvos de fluxo de turistas, veranistas, grileiros e empreendedores turísticos.

O movimento da pesquisa na *Rede TUCUM* se justificou, também, por sua área de abrangência envolver iniciativas localizadas entre os três destinos indutores do turismo no estado do Ceará – Fortaleza, Canoa Quebrada e Jijoca de Jericoacoara – definidos pelo Ministério do Turismo (MTur). Essas áreas têm sido alvo, nas últimas décadas, de um crescente fluxo turístico, que, por sua vez, tem influenciado direta e indiretamente o território de vida e de trabalho dos grupos que compõem a *Rede TUCUM*.

Diante do panorama mencionado, esses lugares de *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM* têm resistido, desde meados da década de 1990, a uma lógica de turismo convencional consolidada na Zona Costeira Cearense, que, por sua vez, tem caracterizado o modelo de ocupação na costa da região Nordeste brasileira.

Nesse sentido, essa região é reconhecida por seu potencial para o "turismo de sol e praia", pelas temperaturas elevadas ao longo do ano e pela extensão do espaço costeiro. Esses elementos têm sido significativos para a priorização das ações e estratégias de implementação do *Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste* (PRODETUR-NE), conduzido, por sua vez, por um processo de adequação de territórios a um uso turístico massivo e internacionalizado (CRUZ, 2007).

Nesse contexto, nos anos 1990, a região Nordeste passou a ser alvo de políticas públicas de turismo, fortemente atreladas a uma espécie de "vocação" espontânea ou de potencialidade natural para essa atividade. Colaboram para esse processo as crenças de que esse intenso movimento turístico pode representar o caminho mais curto e único possível para se alcançar o desenvolvimento econômico desejado (CRUZ, 2007).

Em decorrência das estratégias de indução e de fomento dos programas de governo voltadas ao desenvolvimento do turismo no Nordeste, a implementação de projetos do empresariado imobiliário e turístico tem sido direcionada para a ocupação e o uso do espaço litorâneo e dos seus recursos naturais. Consequentemente, desde o início desse processo, tem sido gerada uma constante ameaça de exploração do território habitado, sobretudo, por

comunidades pesqueiras (LIMA, 2002), o que implica a busca de entendimento sobre quais os diferentes interesses que estão em jogo e as controvérsias associadas ao turismo na região.

Em um movimento de lutas pelo território e de resistências ao turismo convencional, a experiência de formação de grupos no âmbito da *Rede TUCUM* tem sido reconhecida e premiada, internacionalmente. Seus principais diferenciais envolvem a promoção de um turismo baseado na vivência do turista nos lugares habitados por populações tradicionais e na oferta de serviços que visam à garantia do direito à terra, à valorização da cultura popular e à proteção das paisagens naturais (SILVA, 2009).

Sendo assim, esta tese buscou contribuir para a análise do processo de construção do TBC na Zona Costeira Cearense. Vale ressaltar, ainda, que esta investigação representou a continuidade de reflexões sobre o contexto de TBC abordado na dissertação de Mendonça (2004), desenvolvida também no âmbito do *Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social* (EICOS), do Instituto de Psicologia (IP), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)[12].

Tendo como base essas considerações, vale ressaltar ainda que esta tese de doutorado foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação EICOS/IP/UFRJ, tendo vinculação ao Eixo I: *Comunidades, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Inclusão Social*, no qual são desenvolvidos historicamente estudos relacionados ao turismo. Nesse mesmo programa, esta pesquisadora já havia realizado também, entre 2007 e 2009, a dissertação de mestrado que abordou a dinâmica dos grupos humanos que vivem em Unidades de Conservação da Natureza de Uso Sustentável na Amazônia e, que veem o turismo como alternativa para o seu desenvolvimento, tendo o olhar psicossocial como seu fio condutor, envolvendo a leitura do sistema de relações, representações, e a configuração de subjetividades no processo turístico, com base no estudo de caso da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre)[13]. No contexto daquela investigação, percebeu-se que os ribeirinhos do Núcleo Cazumbá dessa Reserva Extrativista possuíam uma visão própria sobre a relação entre natureza e cultura, com uma sabedoria singular. Mas a interpretação dos resultados alcançados pela pesquisa foi orientada a partir das categorias teórico-metodológicas adotadas.

[12] Outras articulações que possibilitaram a aproximação com a *Rede TUCUM* foram as indicações de publicações e discussões com a Prof.ª Teresa Mendonça, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, inspiradas em sua dissertação de mestrado, além do encontro com a Prof.ª Maria do Céu de Lima , da Universidade Federal do Ceará, iniciado durante o V Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social (V SAPIS), em Manaus, em 2011.

[13] Como resultado do mestrado, defendeu-se a seguinte dissertação: MORAES, E. A. de. Encontro na Floresta: Interpretando o Ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil). Dissertação de Mestrado. Programa EICOS. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

Desde então, esta pesquisadora faz parte do *Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade* (GAPIS/CNPq), atuando nas linhas "Turismo e Sustentabilidade: Estrela Verde" e "Políticas Públicas de Turismo, Natureza e Cultura" e, também, mais recentemente, do *Núcleo Sinergia Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura* (CNPq)[14]. Esse espaço acadêmico tem permitido o desenvolvimento de reflexões sobre o turismo como fenômeno complexo e outros temas contemporâneos. Nesse campo temático, busca-se promover pesquisas e projetos aplicados relacionados à discussão interdisciplinar, envolvendo a compreensão da relação sociedade-natureza em suas conexões com a noção de sustentabilidade, e, ainda, com diversas políticas públicas e práticas cotidianas.

Cabe destacar ainda que a inspiração para esta pesquisa decorreu, também, da experiência acadêmica desta pesquisadora associada ao *Núcleo de Ensino e Pesquisa em Turismo* (NEPET/CNPq)[15], vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), desde quando atuou como docente no Curso de Turismo e no projeto "O Povo do Aventureiro: fortalecimento do *Turismo de Base Comunitária* (Ilha Grande-RJ)", realizado entre 2009 a 2011, e com o apoio do Ministério do Turismo[16]. Essa prática de projeto em muito contribuiu para as articulações acadêmicas subsequentes.

Outra inspiração para esta tese foi a realização do curso de *Pós-Graduação Lato-Sensu Gestão Pública e Sociedade*, pela Universidade Federal do Tocantins e Universidade Estadual de Campinas, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/Ministério do Trabalho e Emprego), entre 2011 e 2012. Esse curso revelou-se como um espaço fértil para a produção conjunta de saberes e fazeres, envolvendo acadêmicos, militantes, empreendedores de economia solidária, assessores de ONGs, gestores públicos, profissionais liberais, entre outros atores que desenvolvem práticas direcionadas a grupos vulneráveis na realidade brasileira.

Outra experiência acadêmica inspiradora ocorreu durante o exercício profissional como professora do Curso de Turismo, na Universidade Federal de Juiz de Fora, por meio do desenvolvimento do projeto *Rede Colaborativa de Turismo de Base Comunitária em Minas*

[14] Os grupos de pesquisa são coordenados pela Prof.ª Marta de Azevedo Irving.

[15] Sua participação se direciona, especificamente, à linha de pesquisa *Turismo, Comunidade e Desenvolvimento*, por meio de atividades na região turística Costa Verde do Rio de Janeiro, parte dessas pode ser consultada em Mendonça e Moraes (2011; 2012; 2016).

[16] Projeto coordenado pela Prof.ª Teresa Mendonça.

Gerais (2013-2015)[17], no qual foi possível ampliar as perpectivas regionais de desenvolvimento de iniciativas dessa natureza.

Para além da trajetória acadêmica, a oportunidade de participação no *II Encontro Nacional da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário* (TURISOL), realizado em 2015, em Brasília, reforçou também um sentido de mobilização para esta tese. Esse evento motivou o aprofundamento do interesse para a investigação sobre o TBC, cuja discussão foi articulada, naquela ocasião, pela ótica de diversas instituições, organizações não governamentais e lideranças comunitárias, que apresentaram opiniões que ora foram convergentes, ora divergentes[18].

Nos últimos anos, as experiências mencionadas possibilitaram, ainda, discutir, com outros pesquisadores e representantes de ONGs e do movimento social, vários desafios relacionados ao *Turismo de Base Comunitária*. Parte desses debates sempre esteve relacionada às tensões vivenciadas, bem como aos riscos de exclusão de grupos vulneráveis de seus próprios territórios de origem. Outras reflexões têm envolvido questões de exploração e degradação do patrimônio cultural e natural de modo associado à busca pela cultura autêntica, bem como à tentativa de torná-la mercadoria estereotipada. Igualmente, o TBC tem sido defendido, frequentemente, como uma estratégia de substituição ou complementaridade de atividades produtivas tradicionais. Além disso, as dificuldades e as limitações para a comercialização das iniciativas comunitárias em um mercado não regulado e a ausência de políticas públicas têm composto a pauta do debate.

Reconhecendo esses argumentos, é também importante ressaltar que o desenho da pesquisa, desde a sua origem, passou por alguns deslocamentos epistêmicos. Até o exame de qualificação, a abordagem teórico-metodológica adotada partia de enquadramentos teóricos generalistas, centrados na noção de rede como um conceito que se dirige apenas à representação de um mecanismo que conecta elementos desarticulados. Naquele momento, o interesse era contribuir para a reflexão da noção de redes como um princípio explicativo relacionado aos processos de *Turismo de Base Comunitária* no Brasil, orientando-se, para tal, pelas seguintes questões: Que tipo de rede se tratava? O que representava o caso da *Rede TUCUM* nesse sentido?

Dessa forma, parecia claro que, a partir de um balizamento teórico contornado pela perspectiva acadêmica e pelas etapas da pesquisa definidas a priori, defender-se-ia que as redes de TBC, ilustradas pela *Rede Cearense de Turismo Comunitário* (TUCUM),

[17] Os resultados estão sistematizados em Moraes, Mendonça e Pinheiro (2017).

[18] O registro do *II Encontro Nacional da TURISOL* está disponível em BAGAGEM (2015).

representariam, essencialmente, um movimento de resistência ou uma contratendência aos padrões convencionais do turismo de massa, implementados pela lógica do mercado capitalista e que destituem essas populações locais dos seus direitos ao território de origem e aos modos de vida ali desenvolvidos.

Todavia, as primeiras aproximações empíricas com a *Rede TUCUM*, iniciadas em 2013, proporcionaram o contato com as lideranças locais, então, possíveis participantes da pesquisa, as quais envolviam alguns representantes das entidades de assessoria e das associações de comunidades na Zona Costeira Cearense. Além disso, a observação, na prática, de alguns debates engendrados em reuniões, palestras e assembleias permitiu que fosse suscitado o entendimento de que as dinâmicas locais não poderiam ser reduzidas aos elementos humanos, assim como faziam emergir algumas polêmicas associadas aos modos de pensar e agir, próprios de alguns interlocutores envolvidos. Ou seja, no processo, foi possível reconhecer uma realidade empírica perpassada por complexidade, perplexidade e amplitude.

Embora as visitas realizadas no contexto de inserção da *Rede TUCUM* tivessem ocorrido em um curto período de tempo, as primeiras observações de campo sinalizavam na direção da necessidade de entendimento das dinâmicas locais para além do que os olhos poderiam enxergar apenas naquelas ocasiões. Apesar disso, a atenção da pesquisa se dirigia, até então, aquilo que parecia mais confortável ao quadro convencional de conceitos e ferramentas de análise, pois a premissa, à época, era de compreender a abordagem da teoria à prática. Contudo, esse modo de pesquisar não era capaz de traduzir a complexidade e a multiplicidade das conexões envolvidas, dos distintos atores e das mudanças que atravessavam o processo de TBC na *Rede TUCUM*.

Sendo assim, no meio do caminho, o que fazer com tantos obstáculos, incertezas, além de ideias desordenadas? Seria possível fazer diferente do que já estava previsto? Mas, como fazer tal mudança no percurso da pesquisa? Diante de tantas dúvidas, assim como dos riscos que se anunciavam, no que se refere às exigências de uma contribuição original e inovadora para a produção do conhecimento no contexto da construção de uma tese, buscou-se explorar uma nova jornada investigativa.

Nesse percurso, no âmbito do GAPIS/UFRJ, estava sendo concluída uma tese de doutorado[19], que utilizara a *Teoria Ator-Rede* como uma de suas inspirações teórico-metodológicas. Durante os relatos que envolveram a concepção da tese, o título dessa teoria inusitada passou a despertar curiosidade. Assim, após essa oportunidade, iniciou-se uma

[19] Ver Oliveira (2016).

pesquisa por trabalhos acadêmicos baseados na *Teoria Ator-Rede*, que destacavam a possibilidade de inclusão de elementos não-humanos nas reflexões sobre as dinâmicas sociais. De início, considerou-se que essa orientação poderia conferir um diferencial à pesquisa em curso sobre o TBC, o que motivou a sequência da trajetória com essa nova perspectiva para a presente tese.

Por outro lado, o afastamento do referencial teórico-metodológico, que vinha orientando os estudos sobre a temática em foco, não constituiu uma tarefa simples e nem fácil. A leitura dos textos relacionados aos estudos da *Teoria Ator-Rede*, a partir de Bruno Latour (2000, 2004, 2006, 2012, 2013), especialmente as produções traduzidas para o português, eram muito difíceis de entendimento, seja pelo estilo metafórico, ou pela posição relativista e, mesmo pela crítica ao paradigma científico moderno. Ainda assim, as novas orientações de pesquisa propostas pela *Teoria Ator-Rede* começavam a indicar pistas possíveis para a reconstrução do campo investigativo, a partir dessa ancoragem teórica. Diante disso, buscou-se outros meios para a compreensão do pensamento latouriano, como resenhas, vídeos, entrevistas e artigos no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, e Ambientais.

Mas só foi possível se chegar à iniciação sobre a *Teoria Ator-Rede* como campo fértil de conhecimento, por meio do encontro marcante com dois grupos que se dedicam ao estudo acerca do campo com o qual Latour dialoga: o Grupo de Pesquisa *Cultura Contemporânea: Subjetividade, Conhecimento e Tecnologia* - IP/UFRJ[20], que proporcionou um curso sobre o método, além do compartilhamento de orientações para a construção de diferentes modos de pesquisar nesse eixo[21]; e o Grupo de pesquisa *Contribuição da Antropologia das Ciências e das Técnicas para a Educação* – EDU/UERJ[22], que examinou profundamente o livro "Reagregando o Social" (LATOUR, 2012) e suas contribuições para as pesquisas em curso[23].

Diante dessas primeiras aproximações com a *Teoria Ator-Rede,* passou-se a considerar, portanto, o *Turismo de Base Comunitária* como um conceito técnico-científico, sendo a *Rede TUCUM* o lugar de produção do conhecimento, o que implicou a compreensão

[20] Coordenado pela Prof.ª Rosa Pedro.

[21] Foi cursada, ainda, a disciplina "Metodologia de Pesquisa: Cartografia e Teoria Ator-Rede: pistas, questões e proposições metodológicas", ofertada no segundo semestre de 2017, pelos Professores Pedro Paulo Bicalho, Virginia Kastrup, Rosa Pedro, Laura Pozzana e Roberta Brasilino, no Programa de Pós-graduação em Psicologia/UFRJ.

[22] Coordenado pela Prof.ª Fátima Branquinho.

[23] Esse debate foi empreendido no âmbito da disciplina "Tópicos Especiais em Construção Social do Meio Ambiente", ofertada no segundo semestre de 2017, no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente/UERJ.

de diferentes maneiras de se fazer TBC, ou seja, de múltiplas versões dessa prática que não estão prontas, e sim sendo articuladas para compor o mundo.

Assim, no sentido de se buscar tecer o fio condutor para a reflexão proposta sobre o *Turismo de Base Comunitária*, a presente tese foi elaborada a partir desta introdução, como primeiro capítulo, com o intuito de apresentar, sinteticamente, o processo de debate sobre essa temática, em nível global, protagonizado por diversos segmentos. O objetivo central, nesse sentido, foi contextualizar como as ações coletivas vêm influenciando a configuração de novas práticas de desenvolvimento do *Turismo de Base Comunitária*. Relacionados a essa problematização inicial, foram enunciadas, ainda, os objetivos e a justificativa da investigação, além da implicação da pesquisadora no tema abordado. Em seguida, foram desenvolvidos mais seis capítulos.

Resumidamente, no segundo capítulo, resgatou-se a complexidade envolvida na noção de *Turismo de Base Comunitária* no contexto global, explorando discursos e concepções abordadas por diversos estudos acadêmicos estrangeiros e iniciativas de projetos de organizações não governamentais transnacionais, além de documentos balizadores acordados no âmbito de conferências das Nações Unidas. Nesse capítulo, foram ainda explorados horizontes conceituais sobre a temática com foco na América Latina, além de ilustradas algumas iniciativas regionais, autointituladas como redes de *Turismo de Base Comunitária*.

O terceiro capítulo buscou discorrer sobre as dinâmicas emergentes do TBC com enfoque particular dirigido ao Brasil. Para tanto, considerou-se, retrospectivamente, leituras e acontecimentos que inspiraram a construção de premissas para ampliar o debate temático, incluindo o contexto de práticas conjuntas na academia, no movimento social, na gestão pública e no terceiro setor.

O quarto capítulo visou problematizar a *Teoria Ator-Rede*, principalmente, segundo Latour (2012), para apoiar a construção teórico-metodológica desta tese. A princípio, buscou-se caracterizar a *Teoria Ator-Rede* para que fosse possível, a seguir, apresentar alguns dos seus conceitos-chave: rede sociotécnica, tradução, ator e controvérsia e, posteriormente, relacioná-la aos estudos de turismo.

No quinto capítulo, foram discutidos os caminhos metodológicos de pesquisa, a partir da inspiração da *Teoria Ator-Rede* e da *Cartografia de Controvérsias*, incluindo, nesse contexto, alguns referenciais da abordagem adotada, os instrumentos definidos e os principais passos trilhados durante o desenvolvimento da tese.

O sexto capítulo buscou cartografar as conexões e controvérsias do TBC na *Rede TUCUM*, com base na literatura pesquisada e nos dados empíricos. Nesse sentido, foram

rastreadas a sua gênese, os principais atores envolvidos e suas ações, além dos processos de articulações de antigas e novas conexões e os desdobramentos de associações, que tecem uma rede controversa composta por elementos variados, humanos e não-humanos, e renovam o sentido de existência no mesmo coletivo.

Por fim, buscou-se sintetizar as conclusões provisórias, voltadas para as situações de incerteza, risco e conflito envolvidos no "social" cambiante e múltiplo de uma versão possível da rede sociotécnica de TBC na *Rede TUCUM*. A possibilidade de acompanhamento desses movimentos coletivos permitiu reagregar as principais questões sobre TBC, a partir da ANT, e apontar caminhos potenciais para a composição de uma reflexão ampla, múltipla e controversa com a *Rede TUCUM*.

De outras abordagens às pistas conceituais da *Teoria Ator-Rede*, esta tese buscou se conceber como uma espécie de "viagem"[24] investigativa, na qual a "viajante" (esta pesquisadora) procurou, a cada passo, expressar-se com tom livre e em movimento, instigando, ao invés de impor ao leitor (a) "aonde ir" e "o que vale a pena ver ali". Dessa forma, foram colocadas também ao seu alcance as experiências, as descobertas e as reflexões da viajante, durante o seu próprio percurso, as quais geraram importantes transformações e possibilitaram trilhar novos caminhos para o "mundo" que se resolveu apresentar, mesmo depois de se perder nas vizinhanças. Mas, sinaliza-se a você, leitor (a), que não será oferecido um "guia" apenas com belas paisagens. Assim, esteja preparado para os possíveis atrasos durante os traslados e para as pedras no meio do caminho, e seja bem-vindo (a) a esta jornada!

[24] Inspirado na metáfora "guia de viagem" de Latour (2012).

2 *TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:* base conceitual e contexto no plano global

2.1 EXPLORANDO DISCURSOS E CONCEPÇÕES TEÓRICAS

No contexto dos problemas globais e das mudanças que caracterizam a contemporaneidade, o turismo tem alimentado, cada vez mais, debates envolvendo diversos campos do conhecimento científico, assim como influenciado as práticas cotidianas, empresariais e institucionais, a formulação e a implementação de políticas públicas, entre outros segmentos, com repercussões de toda ordem. Nas últimas décadas, esses debates têm sido marcados por questões de disputa, colocando em perspectiva uma das propostas denominada *Turismo de Base Comunitária* ou *Turismo Comunitário* (TBC), prática que vem se desenvolvendo internacionalmente, em diferentes regiões geográficas.

Assim, como refletir sobre o TBC e suas interfaces com as dinâmicas contemporâneas multifacetadas? Inicialmente, é importante admitir que o TBC configura-se como uma prática indissociável das dinâmicas da sociedade na qual se engendra, compondo, assim, um processo de construção contínua da realidade nas localidades onde se desenvolve. Sendo assim, um longo caminho de aprendizagens dessa prática deve ser ainda traçado. Entretanto, seguindo algumas pistas desse percurso investigativo, é possível considerar que as abordagens sobre essa temática demandam uma ampla perspectiva de análise teórico-conceitual, que, muito embora já venham mobilizando esforços de várias áreas do conhecimento, seguem em processo de construção e, por pressuposto, possuem muitas relações entre si.

Portanto, para a compreensão do presente objeto de estudo, busca-se, neste capítulo, apresentar e provocar os debates em curso sobre a noção de TBC, segundo algumas leituras de referência nessa discussão, nos planos internacional e nacional, que parecem sustentar uma multiplicidade de descrições e categorizações, e outras que tendem ainda a uma purificação de questões de interesses nesse campo.

Assim, para interpretar conceitualmente o TBC, em uma análise retrospectiva, é interessante notar que o registro do primeiro estudo relacionado ao tema foi divulgado na década de 1980 (MURPHY, 1985, 1988), abordando o tema a partir das relações entre a prática turística e a sua gestão realizada por comunidades de áreas rurais e isoladas, de países considerados periféricos no sistema mundial. Dessa maneira, o autor instiga o leitor sobre a

importância do papel de comunidades locais no processo de planejamento do turismo, que, segundo a referência mencionada, deveriam passar a atuar como principais agentes, no processo de tomada de decisão sobre as ações a serem desenvolvidas com esse objetivo.

Com essa percepção, Murphy (1985) analisa que o envolvimento de comunidades locais no turismo se desenvolve por consequência dos dilemas e paradoxos imbricados nas relações estabelecidas entre turistas e anfitriões, dinâmicas também diretamente afetadas pelos impactos negativos e conflitos que tendem a ser gerados. Por essa perspectiva, o autor enfatiza ainda que, as leituras e as demandas das comunidades receptoras precisam ser consideradas na resolução dos problemas advindos do turismo, incluindo os seus valores culturais, econômicos, ambientais e sociais.

Por sua vez, as propostas metodológicas destinadas ao desenvolvimento do turismo e apresentadas, à época, para as comunidades locais, tinham, majoritariamente, como inspiração os padrões convencionais e massificados estabelecidos no contexto da sociedade moderna do continente europeu. Para Murphy (1985), a tendência desse modelo turístico de massa tenderia a acarretar diversas distorções para o destino receptor, tanto em termos de oportunidades de geração de emprego, como de processos de desigualdades, pobreza e degradação dos recursos naturais. Portanto, seria fundamental também a compreensão sobre como as experiências de visitação em comunidades locais se integrariam às dinâmicas de mercado de viagens e turismo[25].

Desde então, esse estudo pioneiro tem inspirado variadas investigações sobre o tema que analisam a relação entre o desenvolvimento turístico e as dinâmicas das comunidades locais (WEARING; MCDONALD, 2002; ROCHARUNGSAT, 2005; BLACKSTOCK, 2005; PARENT; KLEIN; JOLIN, 2009; SÁNCHEZ; CASTILLO; GALLARDO, 2011; HAMILTON; COSTA NOVO, 2011; ALEXANDER, 2013; REZENDE, 2016, só para citar algumas). O crescente interesse acadêmico pelo aprofundamento nessa temática tem impulsionado, ainda, a criação de linhas de investigação interdisciplinares que assumem e abordam a noção de *Turismo de Base Comunitária*, que, por sua vez, passa por derivações intituladas como ecoturismo comunitário, turismo rural comunitário, turismo pró-pobres, turismo étnico, turismo social, turismo solidário, turismo responsável e turismo sustentável.

Em sua origem, os estudos sobre esse tema estiveram associados às iniciativas estabelecidas com base no reconhecimento da importância do turismo como alternativa para a geração de empregos e para a redução da pobreza (com o uso da expressão *Pro-Poor*

[25] Essa questão é desdobrada posteriormente, pelo mesmo autor (MURPHY; MURPHY, 2004).

Tourism) nas zonas rurais, particularmente em países considerados periféricos. Sendo assim, o surgimento de projetos baseados em TBC se constituiu, de modo particular, em países da África (SEBELE, 2010; BIGGS et al., 2011; GUZMÁN; BORGES; CANALEJO, 2011), Ásia (SHAHMIRZADI, 2012; ZINDA et al., 2014; TOLKACH; KING, 2015), Oceania (WEARING; MCDONALD, 2002; BLACKSTOCK, 2005; HAUTESERRE, 2016), Caribe (HERRERA; ARANDA, 2013; TAYLOR et al., 2014; THORNBURG, 2017) e mais, frequentemente, na América Latina (MALDONADO, 2007; BARTHOLO; DELAMARO; BURSZTYN, 2008; CAÑADA, 2015b), distribuídos em regiões continentais e insulares.

Embora existam especificidades nesses estudos sobre o TBC, é possível reconhecer que esse vem se tornando uma prática de expressão global, primeiramente, como consequência da busca de viajantes pela descoberta de novos lugares e experiências socioculturais frente à ampla oferta de destinos turísticos convencionais (GUZMÁN; BORGES; CANALEJO, 2011). De início, inúmeras iniciativas de TBC só conseguiram realmente desenvolver ações estruturantes e de planejamento, por meio de apoio da cooperação internacional (doação ou financiamento). Esse tipo de suporte permitiu que muitas comunidades locais, caracterizadas por economias de subsistência, tivessem acesso a recursos financeiros para a construção de seus próprios empreendimentos turísticos, em pequena escala.

Da mesma forma, na década de 1990, o acompanhamento de iniciativas de TBC por diversas ONGs contribuiu para a organização e articulação de movimentos e projetos pioneiros no mundo, por meio de recursos financeiros captados de organismos internacionais.

Cabe ressaltar, nesta breve retrospectiva que, uma das primeiras ONGs a promover projetos com o objetivo de beneficiar populações locais com os recursos gerados pelo turismo, em países da África e da Ásia, e, posteriormente, no Brasil, foi o *World Wildlife Fund* (WWF), instituição de alcance internacional, com sede na Suíça, que atua em projetos de conservação da biodiversidade em diversas partes do mundo. Pela proposta dessa organização, o *Turismo Comunitário* pode ser definido como aquele sob o qual "[...] as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais" (WWF-Internacional, 2001, p. 02).

Essa concepção introduz a noção de TBC como alternativa de estímulo ao desenvolvimento turístico, de forma responsável. Para tal, pressupostos como, a redução dos impactos negativos dele decorrentes, a melhoria da qualidade de vida dos moradores locais,

além do compromisso com a conservação dos recursos naturais e culturais dos lugares turísticos devem orientar o processo.

Outra organização de relevância internacional que vem apoiando projetos de *turismo comunitário*, principalmente em países da Ásia, é a *Netherlands Development Organisation* (SNV), sediada na Holanda. De acordo com o seu *kit* de ferramentas de monitoramento e avaliação do *Turismo Comunitário*, as iniciativas com esse objetivo devem pressupor o envolvimento dos moradores locais na organização e gestão de pequenos projetos, a partir da compreensão de que esse encaminhamento pode representar uma via de aliviar a pobreza e de gerar uma fonte de renda complementar, respeitando as tradições e a cultura local, bem como a proteção do patrimônio natural (SNV, 2007). Os projetos de TBC desenvolvidos por essa instituição se configuram de diferentes maneiras. Geralmente, alguns são administrados e executados por famílias empreendedoras que empregam outros membros da comunidade, enquanto outros são dirigidos por uma cooperativa da própria comunidade local, com apoio de uma ONG ou de uma agência internacional. De todo modo, a SNV reconhece que cada iniciativa de TBC é única e deve ser sensível às particularidades do lugar[26].

É importante considerar também, nesse contexto, que projetos com essa conformação têm sido articulados, em nível global, por meio da criação de campanhas de informação e de apoio às práticas do denominado turismo ético e de comércio justo em países emissores da Europa, e também das ações desenvolvidas por operadoras e guias de viagens éticas, como é o caso das iniciativas da ONG inglesa *Tourism Concern*[27]. Suas ações são inspiradas em iniciativas de base comunitária, que ofertam uma experiência de visitação "autêntica", mas que, dificilmente, têm recursos ou habilidades para serem comercializadas no mercado turístico, convencionalmente dominado por empresas multinacionais.

Nesse sentido, relevantes organizações não governamentais têm contribuído para o fomento do TBC no mundo e para o enfrentamento de uma série de desafios relacionados ao atendimento dos apelos dos consumidores no mercado global.

Outro direcionamento que contribuiu para o alcance global do TBC, segundo Bursztyn (2012), foram as iniciativas promovidas com o maior volume de recursos na África, na Ásia, na América Latina e no Caribe pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

---

26 Ainda assim, alguns temas são transversais ao desenvolvimento desses projetos no continente asiático, dentre os quais: educação, saúde, gênero, pobreza, sustentabilidade econômica e inclusão social.

27 Essa proposta se baseia na busca pela mudança de comportamento do consumidor para que os turistas se conscientizem sobre as consequências de suas ações e façam escolhas melhores e mais informadas sobre suas viagens. Maiores informações em: <https://www.tourismconcern.org.uk>.

Por outro lado, argumentam Sánchez, Castillo e Gallardo (2011) que, na realidade, organizações como a OMT vêm realizando um tipo de "patrocínio" aos projetos de TBC, visando à criação de produtos e serviços turísticos como uma possibilidade de minimizar as condições de pobreza de comunidades rurais.

No entanto, Saayman e Giampiccoli (2015) chamam atenção para que se compreenda que o turismo desenvolvido somente com base na perspectiva de alívio da pobreza tende a ser sustentado pelo sistema neoliberal, que enfatiza o lucro às custas da vida de pessoas e lugares, limitando a possibilidade de mudança do status quo das comunidades envolvidas.

Sendo assim, parece que existem algumas contradições, no âmbito da OMT, sobre os reais interesses de efetivação das propostas de *Turismo de Base Comunitária* para o desenvolvimento de países denominados como periféricos.

Todavia, não se pode desconsiderar, no plano internacional, que, o reconhecimento da proposta de TBC, no âmbito da OMT, surge ainda como resultado dos desdobramentos dos pactos globais sobre desenvolvimento sustentável e temas relacionados, que se seguiu à realização da *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992, também conhecida como *Rio 92* (ONU, 1992).

Isso em razão dos debates iniciados na *Rio 92* terem afirmado, como princípio, que os povos indígenas e as comunidades locais possuem um papel fundamental na conservação ambiental e no desenvolvimento do planeta. Portanto, os países deveriam incentivar e garantir a proteção de seus conhecimentos e práticas culturais tradicionais. Dessa maneira, as discussões relacionadas à participação de comunidades locais no processo de tomada de decisões políticas ambientais refletiram também na discussão crítica sobre a importância de uma nova concepção de turismo, capaz de incluí-las nessa prática de forma integrada ao compromisso de conservação ambiental e de valorização de patrimônio cultural (ONU, 1992).

Embora o turismo fosse ainda um tema periférico no âmbito das Nações Unidas, pode-se considerar como um marco para o estabelecimento de instrumentos de políticas públicas globais para a promoção do TBC e para a reafirmação dos compromissos sociais em desenvolvimento turístico o *Programa de Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza*, lançado durante a *Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável* - Rio+10 (ONU, 2002), em articulação com os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* (2000)[28], pactuados pela Organização das Nações Unidas (ONU), no início daquela década. Assim, a partir da internalização das denominadas *Metas do Milênio* pelos países signatários,

[28] Os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio* foram assinados em setembro de 2000, quando 191 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade global.

nos documentos globais de políticas públicas dirigidas ao setor, a OMT passou a incorporar e a difundir, como compromisso central, a erradicação da pobreza e da fome, influenciando, a partir de então, os governos nacionais com esse direcionamento.

No âmbito da OMT, para o reconhecimento do TBC nas declarações internacionais, pode-se fazer referência à *Carta de Turismo Sustentável de Lanzarote* (1995), definida durante a *Conferência Mundial de Turismo Sustentável*, realizada na Espanha. Influenciada pelas tendências delineadas durante a *Rio 92* (ONU, 1992), a OMT incluiu, nessa carta, artigos específicos sobre o "turismo sustentável", expressando algumas salvaguardas para o seu desenvolvimento. Conquanto o *Turismo de Base Comunitária* não tenha sido explicitamente mencionado, essa *Carta* pode ser considerada como inovadora, ao advogar o desenvolvimento turístico baseado em princípios como solidariedade, respeito mútuo e compromisso de participação de todos os segmentos envolvidos no processo, que passaram, ulteriormente, a integrar as bases do debate sobre o TBC.

Mais recentemente, a ONU designou 2017 como o *Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento* (ONU, 2015), sinalizando, assim, um movimento para a promoção de iniciativas turísticas baseadas em três fundamentos principais: (a) a geração de emprego e promoção da cultura e dos produtos locais; (b) o desenvolvimento e a implementação de ferramentas para o monitoramento dos impactos decorrentes do uso turístico do espaço; e (c) o aumento dos benefícios econômicos advindos do uso sustentável dos recursos marinhos.

Além disso, no plano global, a OMT tem como meta, até 2030, conceber e implementar políticas de turismo sustentável que contribuam, direta e/ou indiretamente, para a consecução dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS), com a visão prioritária de erradicar a pobreza extrema, de lutar contra a desigualdade e a injustiça social e de combater os efeitos das mudanças climáticas[29]. Sendo assim, o TBC pode ser entendido, na próxima década, como uma via potencial para a concretização dos ODS, ainda que nesse documento não tenha sido explicitado sobre como avançar com relação a esse direcionamento em um contexto da crescente desigualdade em nível mundial.

Nesse sentido, várias ONGs transnacionais têm levantado uma série de questionamentos em relação aos desafios que perpassam o processo de internalização dos ODS direcionados ao turismo. Com o objetivo de avançar nesse debate, um acontecimento

[29] Maiores detalhes estão disponíveis na *Declaração de Chengdu sobre Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, documento aprovado pelos representantes dos Estados-Membros da Organização Mundial do Turismo, reunimos na 22ª sessão de sua Assembleia Geral, em Chengdu, China, de 13 a 16 de setembro de 2017.

importante foi a *Conferência de Berlim: Transformar o Turismo*, realizada no âmbito da ITB (*Internationale Tourismus-Börse*) Berlim 2017, a feira mais importante do turismo internacional.

No documento resultante do encontro – *Declaração de Berlim: Transformar o turismo*[30] – foi enfatizado que o modelo dominante de turismo tem sido incapaz de assegurar o suporte necessário à transformação do mundo, prevista pela *Agenda 2030* da ONU. Ao contrário, em muitos casos, esse modelo tem promovido a exploração de pessoas, além de ter causado prejuízos às comunidades locais, tanto pela violação de direitos humanos, como pela degradação da natureza. Em tom de denúncia, reivindicação e proposição, a declaração mencionada indicou que as mudanças desejadas implicam também a transformação do turismo por meio da colaboração e do engajamento de diferentes atores, como turistas, operadores, gestores públicos e comunidades locais (CAÑADA, 2017).

Nesse contexto, outra iniciativa relevante em apoio às formas alternativas de desenvolvimento turístico têm sido os *Fóruns Internacionais de Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável* (FITS)[31], que vêm se sucedendo desde 2003, quando ocorreu pela primeira vez em Marselha (França), envolvendo a difusão de iniciativas públicas e privadas, além de empreendimentos de *Turismo Comunitário* em várias regiões do mundo. Além de buscarem ampliar a discussão sobre o tema, esses fóruns visam à formação de alianças entre os diversos setores da sociedade, com o intuito de influenciar políticas públicas intersetoriais direcionadas às diferentes realidades nacionais.

Outra importante referência mundial para a difusão de empreendimentos de turismo socialmente responsável, incluindo diferentes projetos de caráter solidário ou social, é o prêmio *TO DO! Contest*[32] realizado, anualmente, pela ONG alemã *Studienkreis für Tourismus und Entwicklung* (Instituto de Estudo de Desenvolvimento e Turismo), desde 1995. Outros prêmios relevantes nesse campo são: *Equator Prize* (*United Nations Development Programme Equator Initiative* – Nova Iorque*), First Choice Responsible Tourism Awards* (Inglaterra) e *Sustainable Tourism Award (Caribbean Tourism Organization).* Essas iniciativas vêm contribuindo para ampliar a visibilidade sobre o desenvolvimento de práticas de TBC no mundo, haja vista a divulgação de algumas campanhas internacionais que lhes conferem importância.

[30] Disponível em: <http://www.transforming-tourism.org>.

[31] Disponível em: <http://fits-tourismesolidaire.org/fits/index.htm>.

[32] Disponível em: <http://www.to-do-contest.org>.

Com esse direcionamento, segundo o *Centro para a Promoção de Importações de Países em Desenvolvimento* (vinculado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Holanda), o *Turismo de Base Comunitária* tem sido considerado como um segmento promissor no mercado turístico internacional. Isso em razão do crescimento do interesse de viajantes europeus por experiências qualificadas como "únicas" e "autênticas", que sejam capazes de proporcionar segurança, conservação ambiental e interação com comunidades locais (especialmente as populações rurais ou indígenas), contribuindo, dessa forma, para a preservação dos seus bens culturais e ambientais. É interessante mencionar, nesse contexto, que os destinos de TBC mais procurados por esse público são: Bolívia, Brasil, Cuba, Equador, Guatemala, Peru, África do Sul, Laos, Tanzânia, Marrocos, Indonésia e Tailândia (CBI, 2016).

Essa tendência ganha reforço ainda mais significativo, quando se observa o estudo da SNV (2009), que aponta uma demanda crescente para o turismo responsável nos principais países emissores da Europa (Alemanha, Holanda, Espanha e Reino Unido) e, também, da América do Norte (Estados Unidos e Canadá) com enfoque centrado, sobretudo, nos destinos receptores da América Latina. Nesse contexto, o perfil dos viajantes interessados em turismo de aventura, ecoturismo e turismo de natureza pode indicar pistas para a identificação de novas demandas de TBC. Em síntese, o perfil do turista interessado em TBC se relaciona a uma faixa etária entre 30 e 50 anos de idade, tanto com alto poder aquisitivo e elevado nível de escolaridade, como formado por mochileiros e jovens viajantes com orçamento limitado. Seus fatores motivacionais expressam, também, forte desejo por "autenticidade" e trocas culturais, sentimento nostálgico com relação à simplicidade e ao modo de vida rural, além de contribuição para a redução da pobreza da população visitada (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012).

No entanto, a leitura internacional sobre o TBC pela lógica de mercado revela algumas lacunas a serem ainda enfrentadas, do ponto de vista da percepção da comunidade local. Isso porque, segundo o olhar crítico de Blackstock (2005), diversas experiências de *Turismo de Base Comunitária* têm adotado uma abordagem apenas funcional para a inclusão das comunidades locais no processo. Por consequência, os grupos comunitários nos lugares turísticos têm sido, frequentemente, cooptados pelo setor empresarial e das ONGs para se envolverem nas dinâmicas do turismo.

Pela ótica da referência mencionada, esse mecanismo de dominação propaga uma ilusão otimista de compartilhamento de poder com as comunidades locais, mesmo que, muitas vezes, não haja alternativa de escolha ou de recusa da própria proposta de turismo como uma

estratégia de desenvolvimento local. Torna-se, então, polêmico o debate sobre o real papel do turismo em comunidades locais. Seria o de oportunizar a cooptação de lideranças e moradores para atender a interesses externos e individuais ou o de desenvolver ações de transformação para a sustentabilidade da comunidade local?

Outro ponto criticado por Blackstock (2005) com relação ao TBC é o risco de simplificação e homogeneização das comunidades locais no processo, o que implicaria a idealização distorcida e estereotipada dos grupos envolvidos. Essa leitura sobre as comunidades locais tende a ignorar tanto as diferenças entre as pessoas, como a possibilidade desses agirem motivados por interesses próprios e não coletivos. Porém, é importante considerar, nesse debate, que as relações são heterogêneas, estratificadas e que ocorre, frequentemente, a disputa de poder nas comunidades locais (REED, 1997). Tendo em vista essa complexidade, para que se possa ampliar a reflexão sobre o TBC, torna-se ainda importante indagar: quem fala pela comunidade local?

Além disso, um obstáculo que, geralmente, não tem sido explorado nos estudos sobre o tema se refere à necessidade de entendimento de quais seriam as restrições impostas ao controle local do TBC, uma vez que o desenvolvimento dessa prática não apenas exige uma compreensão das divisões estruturais internas das comunidades, mas também requer uma apreensão das limitações externas à sua participação e acompanhamento. Dessa forma, a compreensão do processo de definição de interesses e prioridades das ações planejadas, e também de orientação de investimentos financeiros, representa outro ponto de tensão inerente ao estudo do TBC (BLACKSTOCK, 2005).

Da mesma maneira, os operadores turísticos tendem a tratar as comunidades locais como o "outro" a ser explorado e não costumam realizar o planejamento com e para as comunidades locais (WEARING; MCDONALD, 2002). Também existem casos que justificam a inclusão da comunidade local no planejamento e na gestão do turismo para que ela “faça parte” do “produto turístico”, isto é, seja apenas um mero componente do arranjo produtivo (CAÑIZARES; CANALEJO; GALLARDO, 2011). Além disso, algumas dinâmicas baseadas nas comunidades locais vêm se apropriando do discurso sobre sustentabilidade para promover apenas uma imagem positiva do turismo nesses locais, em virtude da obtenção de lucros corporativos, ocultando ou desviando a atenção de tensões e impactos negativos decorrentes do processo (HIGGINS-DESBIOLLES, 2010).

Para que se possa avançar no debate proposto, vale ressaltar, ainda, que o processo de construção do TBC no mundo tende a colocar em destaque os casos de implementação de projetos bem-sucedidos (reconhecidos como *cases* de sucesso ou ainda qualificados como

"boas práticas"), conforme pode ser observado em "manuais" e relatórios de ONGs, assim como, em ações apoiadas pela OMT e em vários artigos científicos consultados[33].

Desse modo, é importante se considerar que essa perspectiva de casos de sucesso possui relação com a concepção mercadológica do turismo direcionada à oferta de melhores "destinos turísticos", para influenciar a decisão do turista interessado. Por outro lado, isso pode vir a se tornar um obstáculo para o próprio desenvolvimento do TBC, tendo em vista que a incompreensão das experiências que não tiveram êxito na tentativa de realizar alguma ação com esse objetivo tende a ocultar problemas e controvérsias que contribuem também para a produção do conhecimento sobre esse tema.

Considerando esse panorama, é possível afirmar que, parece haver uma tendência à modelização de metodologias formuladas para o desenvolvimento do TBC no mundo. Mas analisando que a maioria das comunidades locais não só possui características e dinâmicas diferentes, como também produz as suas próprias formas de conhecimento implica a necessidade de olhares cuidadosos para um tema que pressupõe diversidade e multiplicidade conceitual.

Em sintonia com esses questionamentos, é importante enfatizar, uma vez mais, que o debate sobre TBC no mundo, conforme contextualizado nesta tese, transcende a mera perspectiva de geração de emprego e renda. Partindo desse pressuposto, muitos grupos comunitários, associações locais e cooperativas populares formadas em prol do TBC têm se aliado a organizações não governamentais e a pesquisadores de universidades públicas, de modo a dar visibilidade aos conflitos das dinâmicas envolvidas e a promover, em escala global, articulações em parcerias e redes (CORIOLANO; LIMA, 2003; MALDONADO, 2007; SNV, 2007; TREJOS; CHIANG; HUANG, 2008; CAÑADA, 2010; MAN, 2013).

Nas últimas décadas, diversas redes dirigidas ao TBC vêm se proliferando, na África, Ásia e América Latina, considerando o seu potencial para conectar comunidades rurais, geograficamente isoladas e com recursos limitados, a organizações com capital financeiro.

Assim, essas redes desenvolvem ações no plano transnacional, envolvendo ONGs que buscam conectar projetos realizados por organizações sociais de base comunitária, além de grupos locais que atuam em diversas linhas que visam à melhoria da qualidade de vida de suas próprias comunidades, com outros atores intermediários que prestam suporte para encaminhar o apoio financeiro recebido (ROBERTS; JONES; FRÖHLING, 2005; TREJOS; CHIANG; HUANG, 2008; MAN, 2013). Apesar disso, tem havido pouca pesquisa sobre

[33] Por exemplo: WWF (2001), Dixey (2006), SNV (2007), Goodwin e Santilli (2009), Hamzah e Khalifah (2009), Sebele (2010), Asker et al. (2010).

como essas redes de apoio funcionam e de que maneira podem contribuir para o desenvolvimento do *Turismo de Base Comunitária*.

Para ilustrar esse movimento, cabe mencionar as experiências internacionais relativas à articulação de redes em prol do TBC. Na África e na Ásia, há diversas iniciativas nesse sentido. Buscando contribuir para ampliar a produção do conhecimento sobre o assunto, a seguir, algumas dessas alternativas são apresentadas.

No continente africano, pode-se destacar a experiência da *Kenya Community Based Tourism Network* (KECOBAT)[34], instituída em 2003, no Quênia, com o objetivo de se criar um fórum que permita às comunidades locais enfrentar, conjuntamente, os desafios relativos ao desenvolvimento turístico; além de facilitar o compartilhamento de informações; prestar apoio técnico e serviços de consultoria; e mediar e fazer *lobby* de seus interesses junto ao governo e outras instituições. A KECOBAT representa uma rede nacional, gerenciada por iniciativas de *Turismo de Base Comunitária* para a capacitação de seus membros no sentido de geração de renda e trabalho, de melhoria da qualidade de vida e do uso sustentável dos recursos naturais.

Na Namíbia, desde 1995, desenvolve-se a *Community Based Tourism Association* (NACOBTA)[35], composta por comunidades rurais que desejam trabalhar com a organização do *Turismo de Base Comunitária* no país. A NACOBTA é uma organização sem fins lucrativos que busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais, além de garantir a viabilidade dos empreendimentos locais e a integração do *Turismo Comunitário* ao setor turístico do país.

Em Uganda, desde 1998, opera a *Uganda Community Tourism Association* (UCOTA)[36], instituição que reúne e defende os interesses dos grupos vinculados ao *Turismo Comunitário*, que visa garantir que as comunidades locais (inseridas nas proximidades de áreas protegidas) sejam beneficiadas pelo turismo. Atualmente, a associação é composta por mais de 70 grupos de todo o país. Esses grupos operam pequenas empresas que envolvem serviços de alojamento, guiamento e restauração, além da produção de artesanato, apresentações de dança e teatro. O impacto desses negócios de *Turismo Comunitário* se manifesta por meio de construção de clínicas, escolas, provisão de água potável e programas de alfabetização, já tendo sido reconhecido pelo prêmio *TO DO! Contest*.

---

34 Disponível em: <http://www.kecobat.org>.

35 Disponível em: <http://www.namibian.org>.

36 Disponível em: <http://ucota.or.ug/>.

A criação dessas redes de *Turismo de Base Comunitária* na África pode ser considerada, segundo Sansolo e Cruz (2011), como formas alternativas ao turismo convencional hegemônico, inserido no processo de produção do vasto continente africano.

No continente asiático, destaca-se a iniciativa *The North Andaman Community Tourism Network Thailand's*[37], criada em 2004, na Tailândia. Essa iniciativa teve originalmente, a intenção de apoiar comunidades localizadas na costa de Andaman e atingidas pelo tsunami, ocorrido naquele ano, no Oceano Índico. A ideia, nesse caso, foi estimular a criação e a implementação de projetos sustentáveis que contribuíssem a desenvolver a capacidade local para a adaptação às constantes mudanças ambientais, a partir de estratégias de conservação da biodiversidade e redução da pobreza. Essa fundação sem fins lucrativos tem o intuito de contribuir para a promoção de capacitação, viagens de estudo, aprimoramento de produtos e ferramentas de aprendizado; além de ações de comunicação e elaboração de materiais promocionais que possam resultar na cooperação entre comunidades, empresas, ONGs e instituições governamentais.

Na Tailândia, outra rede nacional de TBC é a *Thailand Community Based Tourism Network*[38], criada em 2012, para organizar um banco de dados sobre as comunidades, programas e serviços associados (incluindo informações detalhadas sobre os tipos de viagens e convidados que as comunidades estão aptas a hospedar). Essa rede também se propõe a realizar pesquisas para identificar o perfil de "turista responsável" e as necessidades específicas de desenvolvimento de produtos de TBC. Nesse sentido, configura-se como uma operadora que oferta diferentes experiências por todo o país, envolvendo aprendizagem e vivência local, visitas de estudo, ações de voluntariado e serviços diferenciados de hospedagem (estadia com moradores, resort comunitário e acampamento). Essa rede oferece também opções de alimentação e *souvenirs*, além de passeios com guias locais que apresentam os modos de vida das comunidades locais. Nesse contexto é possível conhecer como os moradores exercem atividades agrícolas, escolares, de tecelagem ou de gerenciamento de hospedagem, além de desfrutar de caminhadas e ciclismo. A rede tailandesa mencionada tem parcerias com operadoras de turismo responsável, universidades, ONGs, governo, doadores, financiadores e outros aliados.

Por fim, cabe mencionar, ainda, o caso da *Kyrgyz Community Based Tourism Association "Hospitality Kyrgyzstan"* (KCBTA)[39], criada em 2003, no Quirguistão. Com o

[37] Disponível em: <http://www.andamannetwork.org/>.

[38] Disponível em: <http://cbtnetwork.org/>.

[39] Disponível em: <http://cbtkyrgyzstan.kg/>.

intuito de melhorar as condições de vida das populações inseridas em regiões montanhosas remotas, a KCBTA é uma associação que reúne 15 comunidades ("grupos TBC"), que oferece suporte às organizações-membros, além de comercializar seus serviços e produtos, utilizando recursos naturais e recreativos locais, buscando promover treinamentos comerciais, seminários e visitas de estudo. Essa associação representa os interesses dos seus membros no desenvolvimento de políticas nacionais e nas negociações relacionadas ao mercado do turismo internacional.

Pela perspectiva teórico-conceitual adotada neste capítulo, buscou-se partir do panorama do *Turismo de Base Comunitária* internacional para o regional. Sendo assim, em continuidade a essa contextualização sobre o tema, será desdobrado, a seguir, o processo de construção de experiências de TBC na América Latina.

2.2 TRILHANDO CAMINHOS NA AMÉRICA LATINA

No atual contexto de expansão internacional do turismo, a América Latina tem sido considerada tanto um "destino emergente", com um crescente fluxo de turistas (MELÉNDEZ, 2000), como um "laboratório de alternativas" às determinações hegemônicas da crise contemporânea (LANG, 2016).

Nesta retrospectiva, cabe ressaltar que, desde a década de 1970, o turismo na América Latina vem sendo interpretado como uma possível estratégia de desenvolvimento e de redução da pobreza. Seguindo as tendências do mercado externo, o turismo foi desenvolvido nessa região com enfoque em três segmentos principais: "sol e praia", "cultura exótica" e "ecoturismo" (SCHLÜTER, 1994). Mas, foi somente nos anos 1990, que o turismo passou a se configurar como uma importante atividade complementar ligada à demanda mundial de produção de alimentos e matérias-primas que, continuamente, constitui a base da economia exportadora latino-americana, frente à globalização das políticas econômicas neoliberais (GASCÓN, 2011).

Em busca da projeção do turismo na região, os governos nacionais recorreram a financiamentos provenientes de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Dessa maneira, o modelo de desenvolvimento turístico latino-americano tem se sujeitado a diversas críticas relacionadas, sobretudo, ao papel dos financiamentos externos, à atuação dos especialistas estrangeiros nesse campo, às

políticas públicas adotadas, ao aparato técnico-administrativo disponível e ao processo de supervalorização do turismo pelo Estado (SCHLÜTER, 1994).

Embora sejam reconhecidas diversas potencialidades da América Latina para tal, dependendo da área que abrange e da forma como se desenvolve, o turismo tem tido inúmeras consequências, visto que os seus impactos positivos estão atrelados a efeitos negativos, remetendo, portanto, a questionamentos sobre os seus reais êxitos em termos econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos (SCHLÜTER, 1994). Sendo assim, o desenvolvimento turístico latino-americano não pode ser interpretado de modo acrítico, tampouco como um processo naturalizado.

Nessa reflexão, é importante ressaltar também que não se pode considerar a América Latina apenas como um mero recorte geográfico em um mundo globalizado ou a partir de uma leitura estereotipada e equivocada de uma suposta homogeneidade cultural e linguística dos países integrantes. Essa é uma das regiões mais desiguais do mundo, onde a riqueza se concentra e a pobreza se multiplica, processo influenciado historicamente pela elevada concorrência e centralização de poder em torno da terra, associado à expansão da exploração de recursos naturais para a produção de grandes volumes de matérias-primas, destinada a atender, fundamentalmente, às demandas do mercado global (OXFAM, 2016).

Portanto, para se pensar a América Latina, na contemporaneidade, deve-se considerar a sua significativa dimensão política e estratégica, em meio a disputas de interesses geopolíticos mundiais, em contraponto aos interesses locais (PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012). Nesse sentido, na atualidade, essa região tende a representar um caso emblemático, quando se trata de gerar reflexões sobre a temática do desenvolvimento global e, por consequência, sobre o turismo e suas ambiguidades, nuances, riscos e incertezas de toda ordem.

Por outro lado, não se pode desconsiderar que, na maioria dos países latino-americanos, caminhos inovadores e dinâmicas alternativas vêm sendo, progressivamente, construídos e pactuados em termos de planejamento e de desenvolvimento do turismo. Nesse contexto, iniciativas designadas como *Turismo de Base Comunitária* (TBC) vêm ganhando cada vez mais visibilidade, tendo como premissa fundamental a base endógena.

Porém, pode-se afirmar que a abordagem teórico-conceitual do *Turismo de Base Comunitária* se encontra ainda em processo de construção na América Latina, o que tende a envolver uma ampla e complexa perspectiva interpretativa sobre essa temática, em nível regional. Nesse sentido, as diversas iniciativas latino-americanas de TBC têm refletido a abrangência conceitual sobre o assunto, sendo, em geral, pautadas também pelos rótulos

Turismo Comunitário, Turismo Rural Comunitário e Turismo Campesino, por envolverem zonas costeiras, montanhosas e rurais.

As primeiras experiências latino-americanas de TBC surgiram, na década de 1980, lideradas por populações rurais e indígenas da região dos Andes e da América Central. Essas práticas pioneiras estavam associadas ao reconhecimento da importância de elementos socioculturais singulares e à grande beleza natural paisagística da região (MALDONADO, 2009). Conforme discutido por esse autor, a origem dessas iniciativas se deve a fatores econômicos, sociais, culturais e políticos, relacionados, sobretudo, à pressão do mercado turístico internacional e à busca pela superação de uma situação de pobreza crônica.

Outros elementos considerados centrais nesse processo de mobilização envolvem o papel relevante das micro e pequenas empresas na sustentação do desenvolvimento local e, também, as estratégias de resistências de grupos organizados e de movimentos sociais para a garantia de manutenção e de preservação de territórios ocupados tradicionalmente. Essas práticas vêm sendo organizadas por meio de ação coletiva, da formação de redes e alianças locais, nacionais e latino-americanas.

Desde então, iniciativas de TBC vêm sendo identificadas em quase todos os países latino-americanos, desde o México até o extremo sul na Argentina, considerando-se várias áreas de elevada biodiversidade e os seus laços históricos e culturais. Maldonado (2010), por exemplo, registrou mais de 300 lugares, envolvendo cerca de 500 comunidades rurais e indígenas, com destaque para as experiências desenvolvidas no Equador, no Brasil, na Nicarágua e no Peru.

Os grupos sociais envolvidos nessas experiências de TBC[40], em conjunto com as alianças que têm sido construídas com o objetivo de fortalecê-las, vêm discutindo e promovendo inúmeras ações, desde 2001, por meio da *Rede de Turismo Comunitário da América Latina* (*REDTURS*), impulsionada pela *Organização Internacional do Trabalho* (OIT)[41].

[40] Na América Latina, essa nova perspectiva tem sido interpretada como uma oportunidade para a melhoria de qualidade de vida por inúmeros grupos sociais, como pescadores artesanais, etnias indígenas, agricultores familiares, populações extrativistas, quilombolas, camponeses, além de outros grupos em situação de vulnerabilidade social e ambiental e à margem de projetos turísticos convencionais (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009; CORIOLANO; SAMPAIO, 2013).

[41] A OIT é a estrutura internacional que aborda questões de injustiça social e soluções para a melhoria das condições de trabalho no mundo. Na América Latina, a OIT busca o fortalecimento das organizações de trabalhadores rurais e povos indígenas para a redução do grave déficit de trabalho decente. Atua, ainda, no sentido de eliminação da pobreza que os afeta, por meio da criação de redes, incentivando processos de aprendizagem coletiva e de trabalho conjunto em turismo (MALDONADO, 2009).

Orientadas pela *Convenção 169* da OIT (1989), um marco da consagração dos direitos coletivos dos povos indígenas e tribais, as experiências de TBC vêm se desenvolvendo inspiradas em princípios derivados do reconhecimento e da valorização da visão de mundo (cosmovisão) própria desses povos sobre os valores e as práticas sociais, culturais, religiosas e espirituais. Para muitos desses grupos, natureza e cultura são indissociáveis. Partindo dessa perspectiva, esses grupos estariam ligados por um mesmo destino para garantir a harmonia do mundo que deve ser constantemente recriada, transcendendo o tempo e a própria humanidade.

Os princípios e os valores mencionados estão expressos na *Declaración de San José sobre Turismo Rural Comunitario* (REDTURS, 2003), documento assinado por representantes comunitários da Bolívia, do Brasil, da Costa Rica, do Equador, da Guatemala e do Peru, durante o *II Encuentro Latino-Americano de Turismo Comunitário*, realizado na Costa Rica, em 2003, pela *REDTURS*. A reflexão proposta nesse documento teve como inspiração a concepção de TBC, baseada nos valores de solidariedade, cooperação, respeito pela vida, conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Por essa perspectiva, o TBC se baseia "na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos" (MALDONADO, 2009, p. 30).

Para o autor mencionado, o diferencial da experiência de TBC seria a sua dimensão humana e cultural. Por essa via interpretativa, busca-se incentivar o diálogo e os encontros interculturais entre visitantes e visitados, na perspectiva de se conhecer e de se aprender com os modos de vida locais. Nesse caso, a tentativa é de se valorizar as manifestações das identidades culturais em articulação com a vivência dos atrativos naturais, históricos e recreativos.

Indicando outra perspectiva, compreende-se o TBC como uma forma de ampliar e diversificar as alternativas produtivas de populações rurais, além de criar empregos e de complementar as economias de base familiar camponesa, ao invés de substituir as atividades associadas à agricultura, à criação de animais domésticos, à pesca e ao artesanato (CAÑADA, 2010; PARENT; KLEIN; JOLIN, 2009). Nesse sentido, muitas experiências de TBC buscam envolver, principalmente, projetos de desenvolvimento local, como a produção agroecológica, a criação de tecnologias sociais, assim como a promoção de ações de valorização das práticas tradicionais e o modo de organização cooperativo e associativo (INOSTROZA, 2008).

Partindo desse ponto de vista, existe um desejo dos visitantes de compartilhar e de se apropriar simbolicamente de um modo de vida distinto do de si próprio. Isso faz com que os

visitantes se integrem ao cotidiano dos moradores locais, hospedando-se em suas casas e conhecendo seus costumes, comidas e modos de vida, de forma aliada à hospitalidade, o que tende a gerar vínculos entre visitantes e visitados (MORGADO; FREDDY, 2006; MORAES; EMMENDOERFER; COSTA, 2013). Nesse forma de relacionamento, parece que nem os anfitriões são submissos aos turistas, tampouco os turistas fazem dos anfitriões meros objetos de instrumentalização consumista (BARTHOLO; DELAMARO; BURSZTYN, 2008).

No que tange ao processo de planejamento e gestão dessas iniciativas, um diferencial em experiências turísticas de base comunitária tem sido, em geral, o alto nível de participação dos atores locais nas decisões coletivas e de articulação comunitária rumo à busca de soluções para os problemas comuns (CORIOLANO; LIMA, 2003; MENDONÇA; IRVING, 2004; INOSTROZA, 2008; CAÑADA, 2010).

Mas não se pode desconsiderar que essa peculiaridade tem sido motivada pelas resistências às ameaças sociais, políticas, territoriais, ambientais, econômicas e culturais nos contextos em que esses grupos estão inseridos. Dessa forma, buscam fazer frente à uma crescente negligência dos mecanismos de participação direta de povos e comunidades tradicionais perante as estratégias empresariais de estruturação e de expansão do mercado de terras (ALMEIDA; DOURADO, 2013), nas quais se inclui o turismo.

Assim, é importante refletir que o processo de construção do TBC tende a apontar a necessidade de um nível de participação e mobilização peculiar à sua forma de luta e de delineamento de estratégias culturais e políticas enraizadas localmente, no sentido de reivindicar tal direito e de transformar os grupos humanos em protagonistas legítimos de sua própria história.

Porém, mesmo reconhecendo que já se expressa um elevado grau de participação das populações locais no desenvolvimento do TBC na América Latina, Maldonado (2009) salienta que ainda existem várias deficiências e riscos que limitam a potencialidade das iniciativas em curso. Nesse caso, o autor considera que é preciso considerar limitações desse processo com relação à formação profissional e à capacidade de gestão de negócios, bem como ao acesso aos serviços públicos e às condições de infraestrutura básica, fatores que vêm circunscrevendo a afirmação dessas iniciativas no mercado turístico global.

Sendo assim, a questão da comercialização do TBC tende a se configurar como uma das principais dificuldades a serem enfrentadas para a sustentabilidade econômica desses projetos. Uma desvantagem para o alcance desse objetivo, por exemplo, se refere tanto à inacessibilidade como o incipiente gerenciamento da Internet e das redes sociais (como *Facebook* e *Twitter)* pelas comunidades envolvidas (CABANILLA; GENTILI, 2015). A

desarticulação de estratégias comerciais do TBC com o mercado convencional turístico parece também outro problema que precisa ser discutido e enfrentado (MITCHELL; MUCKOSY, 2008).

Assim, o desenvolvimento da capacidade de gestão e comercialização do TBC parece representar um ponto chave para que seja possível o funcionamento desses projetos para além do apoio da cooperação internacional (CAÑADA, 2010). Em geral, as parcerias e alianças estratégicas de colaboração e apoio ao TBC latino-americano têm sido promovidas por meio de instituições, como: Confederação Panamericana de Escolas de Hotelaria, Gastronomia e Turismo (CONPEHT), Organização Mundial do Turismo (OMT), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), entre outras.

Todavia, enfrentar o desafio de alcançar a viabilidade econômica não se trata de um assunto meramente técnico e operacional, uma vez que envolve a especialização e a conversão das iniciativas comunitárias em empresas dedicadas exclusivamente ao turismo. A criação de "empresas em rede", na perspectiva horizontalizada de configuração (agrupamentos, parcerias ou *clusters*), tem sido difundida, por exemplo, no âmbito da *REDTURS*, para apoiar a promoção comercial do TBC. Ainda assim, parece haver ainda um consenso de que apenas as populações envolvidas e as alianças construídas com esse objetivo não são suficientes para enfrentar os desafios relacionados ao fortalecimento dessas iniciativas latino-americanas.

Além disso, as potencialidades de geração de benefícios por meio do *Turismo de Base Comunitária* têm provocado elevada expectativa nas populações envolvidas em relação ao alcance de seu êxito. No entanto, o seu desenvolvimento ainda tem sido contraditório e controvertido, não estando, assim, isento de riscos e influências externas (CAÑADA, 2010).

Alguns estudos têm sinalizado, a título de exemplo, o risco de desagregação das atividades tradicionais por um desvio da força de trabalho diário mediante a inserção da nova atividade associada ao TBC. Além disso, existe a dificuldade dos processos de controle e gerenciamento de uma atividade complexa pelas populações locais, tendo em vista a limitada ou quase nula formação técnica dos grupos envolvidos, ou, ainda, por se tratarem de iniciativas promovidas, majoritariamente, por agentes externos, não sendo propostas endógenas. Igualmente, aponta-se a possibilidade de se tratar de um mecanismo no nível

"micro" de apropriação da natureza pelo mercado competitivo de viagens (CAÑADA, 2010; GASCÓN, 2011; BALLESTEROS, 2015; PALACIOS, 2016; VERA, 2016).

Essa problemática pode ser desdobrada ao reconhecer que o TBC (como qualquer outro recurso gerador de benefícios e lucros) se desenvolve como um espaço de conflito. Nesse sentido, os distintos grupos humanos implicados não somente possuem os mesmos interesses, mas, muitas vezes, apresentam posições opostas. Nesse campo, o conflito se configura, principalmente, no processo de aplicação dos recursos disponíveis, bem como na distribuição dos benefícios gerados (GASCÓN, 2011).

Esse processo conflituoso poderia, talvez, ser minimizado, se o controle e a gestão dos diferentes setores econômicos recaíssem sobre a população local de forma igualitária. Contudo, geralmente, o controle, a gestão e o acesso aos benefícios gerados em cada setor econômico correspondem a diferentes grupos, especialmente os externos à localidade. Nessa perspectiva, vale ilustrar o caso da Ilha Amantaní, no Peru, que reflete como o turismo, mesmo sendo controlado e gerido por moradores locais, pode gerar diferenciação socioeconômica e relações de conflito no interior da comunidade, motivadas por fatores como a distribuição desigual dos benefícios gerados e a preferência pelo envolvimento de familiares no processo (GASCÓN, 2011).

Essa preocupação com relação aos possíveis efeitos negativos do turismo está mencionada também na *Declaración de San José sobre Turismo Rural Comunitario*: "Estamos cientes de que o turismo pode ser uma fonte de oportunidades, mas também uma ameaça à coesão social de nossos povos, sua cultura e seu habitat natural." (REDTURS, 2003, p.1, tradução nossa).

Sendo assim, o desenvolvimento do TBC também não pode ser considerado como neutro, uma vez que envolve competição e conflitos sobre o território, os recursos naturais locais, além dos recursos financeiros existentes nos cofres públicos. Ao mesmo tempo, as populações locais organizadas coletivamente têm sido capazes de lançar e sustentar propostas alternativas com outros valores e lógicas para o desenvolvimento local (CAÑADA, 2010).

É nesse contexto que o TBC adquire uma nova direção estratégica como parte de um processo mais amplo de resistências, lutas e articulações, tendo em vista o modo de agir dessas diferentes expressões populares contra as múltiplas formas de exploração de territórios e de recursos naturais, quer sob a forma de biocombustíveis, agricultura industrializada, mineração e construção de mega infraestruturas, ou ainda de especulação imobiliária, grilagem de terras, pesca predatória e turismo de massa, conforme pode ser ilustrado por

estudos de caso pesquisados por Cañada (2010), Mendonça e Moraes (2012, 2016) e Vera (2016).

Tendo em vista a complexidade envolvida, a orientação política da comunidade local sobre o tipo de desenvolvimento turístico desejado é reconhecida como questão primordial nesse processo. Portanto, a criação de um dispositivo que favoreça tanto o protagonismo como o controle dos recursos pela comunidade local, organizada coletivamente, pode permitir que os seus grupos continuem vivendo em seus territórios. É importante que essa proposta, originada na própria comunidade, além de ser apropriada por ela ao longo do processo, constitua-se como escolha e não como imposição (MENDONÇA; IRVING, 2004; INOSTROZA, 2008; CAÑADA, 2010).

É fundamental que se possa refletir, no entanto, que a implantação de alguma iniciativa nesse sentido é, na maioria das vezes, conduzida por organismos externos. Nesse caso, quem deve liderar o processo? Conforme discutido anteriormente, o processo conduzido por algum organismo ou instituição pública externa à comunidade se torna duvidoso. Todavia, segundo Inostroza (2008), o poder público pode assumir o papel de promover parcerias entre a sociedade civil e o setor privado, além de agenciar espaços de articulação entre os atores envolvidos. Contudo, em alguns casos, são instituições da sociedade civil que fazem a ponte com os diversos atores locais e regionais.

Por sua vez, o associativismo entre diferentes organizações de *Turismo de Base Comunitária* tem sido uma forte tendência para o desenvolvimento conjunto de aspectos de comercialização turística, formalização dos empreendimentos, capacitação ou assistência técnica, diminuindo, com isso, os elevados custos desses processos para as populações camponesas. Além disso, por meio dessa forma de organização, os grupos envolvidos podem exercer uma pressão sobre os órgãos públicos locais, estaduais e nacionais, para que esses favoreçam os processos de desenvolvimento local (INOSTROZA, 2008).

Sendo assim, esse processo implica a elaboração e a efetivação de políticas públicas relacionadas à compreensão do TBC. A importância de influenciar os governos nacionais, particularmente os Ministérios do Turismo, para a elaboração e a aplicação de um quadro jurídico que reconheça, regule e garanta a viabilidade do *Turismo de Base Comunitária*, está expressa na *Declaración de Otavalo Turismo Comunitario sostenible, competitivo y con identidad cultural* (REDTURS, 2001). Esse documento foi assinado por representantes da Bolívia, do Equador e do Peru, durante o *Encuentro Técnico Internacional sobre Gestión del turismo sostenible y competitivo: Alianzas entre Estado, Empresa y Comunidad*, realizado no Equador, em 2001.

Porém, as iniciativas de políticas públicas de TBC, no contexto latino-americano, são consideradas ainda incipientes, embora já seja possível identificar a criação de leis e planos dedicados ao seu fortalecimento e promoção. Com esse direcionamento, destacam-se a *Lei de Fomento do Turismo Rural Comunitário da Costa Rica - n° 8724/2009* (COSTA RICA, 2009) e a *Lei Geral de Turismo - Bolívia te espera - n° 292/2012* (BOLÍVIA, 2012). Nesse sentido, é importante ressaltar que os avanços para o estabelecimento de um marco legal nos estados nacionais só foram possíveis devido à ação articulada por meio de redes, federações e associações locais, regionais e nacionais (MALDONADO, 2009).

Apesar de algumas experiências pontuais mencionadas, na maioria dos países dessa região, torna-se necessário o enfrentamento da ausência do apoio governamental em relação ao TBC, geralmente ofuscado e desvalorizado pelo poder público. Por esse ângulo, a estratégia adotada na pretensa tarefa de apoiar e estimular a comercialização[42] do TBC tem sido o estabelecimento de alianças entre redes, organizações comunitárias e civis com empresas privadas. Essa forma de articulação tem contribuído para compor diferentes tipos de colaboração com outras empresas e instituições nos países emissores, envolvendo principalmente ONGs, igrejas, universidades e, mais recentemente, agências de viagens (CAÑADA, 2015).

A despeito disso, Gascón (2009) afirma que esse processo varia de acordo com a realidade de TBC no país. Em alguns casos, pode-se observar também uma produção e reprodução de estruturas de dominação simbólica por algumas ONGs, sustentadas pela despolitização de grupos comunitários que trabalham com turismo. Por isso, convém compreender os discursos e as promessas dessas ONGs em comparação aos atores em ação, acompanhando os seus desdobramentos para o desenvolvimento do TBC.

Por outro lado, embora ainda se registrem poucas iniciativas no plano acadêmico, percebe-se também o incentivo dessas redes no processo de formação de carreira profissional em TBC. O Equador, por exemplo, é o país pioneiro na criação de um curso de graduação em *Turismo Comunitário*, na Universidad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas Amawtay Wasi, e de um Mestrado em Turismo Rural Comunitário, na Universidade de

[42] Uma iniciativa interessante com esse objetivo foi a realização do Encontro Internacional "*La comercialización del turismo rural comunitario en América Latina*", entre 20 e 29 de outubro de 2013, pela Alba Sud (*Asociación especializada en investigación y comunicación para el desarrollo* de Barcelona, Espanha). Essa reunião envolveu representantes de oito operadoras de turismo comunitário de El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Brasil, Argentina, Chile, Equador e Bolívia. Foi promovido o intercâmbio entre experiências e o fortalecimento de vínculos comerciais entre operadoras de turismo comunitário latino-americanas e agências de turismo em Catalunha. O resultado concreto desse evento foi a publicação do *Catálogo Latinoamericano de Turismo Rural Comunitario*, que apresenta 16 operadoras turísticas da América Latina especializadas em turismo comunitário (CAÑADA, 2015a).

Cuenca (PALACIOS, 2016). Esse tipo de formação tende a contribuir para a produção de conhecimento com o intuito de traduzir a complexidade que perpassa o TBC na América Latina.

Todavia, Burgos e Mertens (2015) salientam que o TBC não deve ser tratado como uma panaceia para o desenvolvimento comunitário nem para a busca da sustentabilidade. Além disso, as experiências bem-sucedidas de *Turismo de Base Comunitária* não devem ser replicadas como se tivessem uma configuração invariável, tendo em vista que incorporam e traduzem, situacionalmente, estruturas e objetivos, contextos territoriais e valores culturais (BARTHOLO; DELAMARO; BURSZTYN, 2008).

Assim, com base na revisão de literatura elaborada e considerando o objeto empírico da presente tese, algumas reflexões podem ser lançadas para a continuidade do debate sobre o tema desta investigação. Dessa imersão inicial é possível ainda ilustrar algumas iniciativas de redes de *Turismo de Base Comunitária* na América Latina, ressaltando, nesse contexto, as suas propostas e princípios.

2.2.1 Ilustrando iniciativas de Redes de TBC na América Latina

O reconhecimento da importância da institucionalização e da promoção de redes de *Turismo Comunitário*, nas esferas nacionais e locais, pelos países latino-americanos, foi expresso na *Declaración de Otavalo sobre Turismo Comunitario, sustentável, competitivo e com identidade cultural.* Trata-se de um documento assinado por lideranças de comunidades tradicionais da Bolívia, do Equador e do Peru, durante o *I Encuentro Técnico Internacional sobre Gestión del turismo sostenible y competitivo: Alianzas entre Estado, Empresa y Comunidad*, realizado pela *REDTURS*, no Equador, em 2001. Esta pode ser considerada a primeira iniciativa de articulação em rede para a promoção dos destinos turísticos comunitários na América Latina.

Todavia, é importante que se compreenda a configuração dessa Rede, a partir da reflexão proposta por Maldonado (2007), que contribuiu diretamente para a sua fundação, em 2001, e para os seus desdobramentos até 2011.

Em sua origem, a *REDTURS* foi criada pela OIT em resposta às aspirações de diversas organizações indígenas e rurais, cujos propósitos foram intervir na prática do TBC e promover assistência técnica e respaldo institucional para facilitar o acesso de pequenos negócios rurais a serviços de desenvolvimento empresarial e a novos mercados.

Vale ressaltar que a *REDTURS* tem como missão apoiar os processos de formação e de fortalecimento de redes de *Turismo Comunitário* em países da América Latina para diversificar as possibilidades de emprego e renda, valorizar a cultura local e promover o associativismo.

Nesse sentido, representa uma rede aberta formada por comunidades rurais e indígenas, instituições de apoio e profissionais do setor que compartilham uma mesma leitura de TBC, por meio da qual se busca compatibilizar a eficiência econômica com os princípios de equidade social, de valorização das identidades culturais e de conservação dos recursos naturais (MALDONADO, 2007).

Com base nessa perspectiva, foram organizados, posteriormente à sua fundação, quatro encontros consultivos regionais (Costa Rica, em 2003; Panamá, em 2005; Bolívia, em 2007; Guatemala, em 2008), com o apoio governamental e a participação de mais de 20 organizações de 13 países latino-americanos, nos quais ocorreram importantes discussões sobre a realidade do TBC para a região.

Nesses eventos, foram definidas regras para incrementar os processos associativos que procuram uma inserção competitiva da oferta de serviços nos mercados, fomentando o uso sustentável do patrimônio natural e cultural e priorizando também, por meio da qualificação dos recursos humanos e da formação de lideranças comunitárias, a busca pela melhoria da capacidade de autogestão (MALDONADO, 2007).

Apesar de alguns avanços desde então, Maldonado (2007) ressalta uma série de dificuldades para o desenvolvimento do TBC em rede na América Latina. Os obstáculos são derivados da limitada capacidade de gestão das redes de *Turismo Comunitário*, da falta de qualidade da oferta de prestação de serviços com relação à demanda e da elevada dependência de recursos externos. Da mesma forma, envolvem a limitação de participantes no processo, o estabelecimento de relações informais, a inexistência de políticas públicas específicas para esse tipo de iniciativa e a forte influência do setor turístico convencional, baseado na lógica do mercado nesse contexto.

No sentido de enfrentamento dos problemas mencionados, no *V Encuentro Consultivo Regional da REDTURS*, ocorrido em 2007, na Bolívia, reconheceu-se que as redes locais e nacionais deveriam ser as próprias gestoras das alianças e dos intercâmbios realizados. Para tal, foi questionada a validade da formalização dessas redes para que fossem as próprias interlocutoras oficiais do *Turismo Comunitário* no seu país, fossem essas chamadas como rede propriamente dita ou como câmara, federação, apenas para citar algumas denominações (OIT, 2008).

Para que se possa interpretar o alcance dessas iniciativas, no portal virtual da *REDTURS* (www.redturs.org), são identificadas as experiências de TBC autodenominadas como redes na América Latina, conforme sistematizado no Quadro 01, elaborado a partir de documentação técnica e de dados dos sites oficiais de cada caso ilustrado.

Quadro 1 – Matriz-síntese das iniciativas autorreferenciadas como redes de TBC na América Latina

NOME	OBJETIVO E DESCRIÇÃO
Red Indígena de Comunidades del Alto Napo para la Convivencia Intercultural y Ecoturismo (RICANCIE) Equador – 1993	**Objetivo**: Desenvolver ações para a proteção dos recursos naturais e culturais, a melhoria da qualidade de vida das famílias *Quichuas*, o fortalecimento da autoestima dos moradores locais e a promoção de uma alternativa à agricultura intensiva, oferecendo serviços turísticos comunitários de qualidade, com guias nativos capacitados. Dessa forma, busca-se também eliminar formas de "turismo agressivo", que ameaçam o equilíbrio sociocultural e ambiental e evitar a migração dos jovens para as cidades. **Descrição**: Em sua origem, construiu-se uma infraestrutura necessária para operar, antes de se constituir oficialmente como RICANCIE, baseada na participação comunitária. Em 2007, a RICANCIE se converteu na *Corporación Provincial de Turismo Comunitario de Napo*, sendo líder e pioneira na prestação de serviços turísticos comunitários na Amazônia Equatorial. Envolve oito Comunidades *Quichua (Rio Blanco, Runa Wasi, Chuva Urku, Wasila Talag, Machakuyaku, Sinchipura, Alukus e Limoncocha).*
Consórcio Cooperativo Red Ecoturística Nacional (COOPRENA R. L) Costa Rica – 1994	**Objetivo**: Fomentar o desenvolvimento sustentável, a partir da base associativa e das comunidades rurais, por meio de estratégias inovadoras que utilizam o turismo como alternativa para o desenvolvimento local com qualidade, eficiência, transparência e com responsabilidade social, ambiental e cultural. **Descrição**: Suas ações estratégicas são voltadas para o apoio técnico, o fortalecimento de capacidades locais, do mercado e da comercialização do turismo por meio da sua própria agência de viagens *Simbiosis Tours*, a gestão de fundos de investimentos, a influência em política pública e a articulação com parceiros que atuam nas áreas de economia social, ambiental e desenvolvimento sustentável. Apoia-se em alianças locais e internacionais. Envolve 23 organizações de economia social, com inserção em todo o país, sendo a maioria como cooperativas e a minoria associações.
Red Provincial de Imbabura (RUNATUPARI) Equador – 2001	**Objetivo**: Conectar visitantes e moradores, facilitar uma aprendizagem mútua e implementar o "turismo sustentável", evitando a degradação da natureza e valorizando a cultura indígena e local. **Descrição**: Uma operadora de *turismo comunitário* que desenvolve o TBC na região, com o pressuposto da participação ativa das comunidades rurais, buscando criar novas fontes de renda e trabalho e agregar valor à cultura, às tradições e ao patrimônio local. Fundada pela União de Organizações Campesinas e Indígenas de *Cotacachi* e quatro comunidades indígenas de *Cantón Cotacachi*.
Red de Turismo Comunitario Garífuna (MUTU) Honduras – 2001	**Objetivo**: Lutar em defesa do território ancestral da comunidade Garífuna e fortalecer as resistências à pressão internacional dos projetos de complexos hoteleiros e à especulação imobiliária. **Descrição**: Organização voltada à autonomia de povos indígenas, que desenvolve projetos, nos quais os atores têm alguma forma de protagonismo, a partir da compreensão do *turismo comunitário* como uma alternativa para a geração de emprego digno e bem remunerado para atenuar a pobreza da população local discriminada, buscando, ainda, a preservação da segurança alimentar e o cuidado para evitar a dependência com relação ao turismo. A maior parte dos projetos de turismo vem sendo gestionada e representada pelas mulheres Garífunas.
Red de Parques	**Objetivo**: Preservar os parques das florestas da Cordilheira da Costa para as

NOME	OBJETIVO E DESCRIÇÃO
Indígenas del Mapu Lahual (MAPU) Chile – 2001	futuras gerações, resgatar e valorizar os conhecimentos tradicionais e gerar alternativas de emprego e renda para as famílias das comunidades locais, por meio do ecoturismo, do artesanato e de outras atividades compatíveis com a conservação da natureza. **Descrição**: Conjunto de comunidades locais, que utilizam o ecoturismo como estratégia de desenvolvimento político-territorial e fomento produtivo, em uma região de elevada biodiversidade e sob forte pressão econômica externa. Envolve a *Comunidad Caleta Condora*, a *Comunidad Loy Cumilef*, e a *Comunidad Maicolpue Rio Sur*.
Red Indígena de Turismo de México (RITA) México – 2002	**Objetivo**: Promover e fortalecer a sustentabilidade dos serviços turísticos indígenas, para a conservação do patrimônio cultural e ambiental, bases para o desenvolvimento do "*bien vivir*", mediante o acesso à informação, o fortalecimento de capacidades e tecnologias apropriadas e o fomento à participação ativa e corresponsabilidade de seus associados no processo. **Descrição**: Associação civil de empresas, que busca impulsionar os avanços dos seus associados no exercício dos seus direitos fundamentais, especificamente, dos povos indígenas, reconhecidos pelo Estado Mexicano. Para tal, integra participativamente estratégias de fortalecimento humano, social, econômico e produtivo. Envolve 120 empresas associadas, com 12 redes estatais de turismo.
Rede Brasileira de Turismo Solidário Comunitário (TURISOL) Brasil – 2003	**Objetivo**: Fortalecer o *turismo de base comunitária* no país, com enfoque na formação e na capacitação dos integrantes da rede, por meio de eventos e encontros de formação; produção de conhecimento a partir de materiais didáticos, publicações e vídeos; diálogo com interlocuções das políticas públicas; criação e promoção de estratégias de comercialização dos projetos de *TBC*. **Descrição**: Rede informal formada pela união de diversas organizações com atuação em projetos de turismo solidário que buscam trocar experiências, fortalecer as iniciativas existentes e despertar outras comunidades para a construção de um turismo diferente. Envolve 12 projetos, que beneficiam 100 comunidades, de 61 municípios localizados em oito estados brasileiros.
Red de Turismo Rural de Base Comunitaria (HUELLA GAUCHA) Argentina – 2004	**Objetivo**: Consolidar os empreendimentos que já operam o TBC, mediante ações de capacitação, assessoria, gestão de fundos e promoção de marketing, buscando fortalecer-se por meio da incorporação de outros empreendedores da província. **Descrição**: Constitui-se como uma Associação de Produtores *La Huella Gaucha*, que conta com o apoio da Secretaria de Turismo provincial e desenvolve a prática do *turismo comunitário*. Abrange os destinos *Barro Blanco, Cañadas San Basilio, Ecoturs y Hostal Ocloyas* (Província de Jujuy) e oito iniciativas familiares locais.
Red Nicaragüense de Turismo Rural Comunitário (RENITURAL) Nicarágua – 2005	**Objetivo**: Promover a gestão e o fortalecimento de iniciativas turísticas comunitárias, que estão operando nas áreas rurais de Nicarágua, buscando a melhoria da qualidade dos serviços e dos produtos turísticos ofertados, além da difusão e da promoção da comercialização da oferta turística da rede e a promoção do desenvolvimento de políticas turísticas nacionais que beneficiem os seus membros. **Descrição**: O *turismo de base comunitária* se desenvolve no sentido da gestão e da propriedade privada e comunitária, valorizando os povos, a natureza, a cultura, as tradições, o patrimônio arqueológico e promovendo espaços de intercâmbio social e cultural com os visitantes, de forma que se consolide o direito à terra pelos camponeses. Fundada pela União de Cooperativas Agrícolas (UCA) Miraflor, Estelí, com a participação de 22 organizações, que agrupam cerca de 35 iniciativas turísticas comunitárias.
Red Argentina de Turismo Rural Comunitário (RATURC) Argentina – 2006	**Objetivo**: Contribuir para o desenvolvimento local, mediante o fortalecimento da autogestão comunitária do turismo, sustentado nos princípios de reciprocidade, participação e valorização do patrimônio natural e cultural, garantindo o respeito aos territórios ancestrais e a identidade dos povos originários e das comunidades camponesas.

NOME	OBJETIVO E DESCRIÇÃO
	Descrição: Organização de alcance nacional, que possui uma central de comunicação administrada pelo Ministério do Turismo da Argentina. Por isso, a rede busca avançar em seu processo de autogestão, para facilitar a comunicação entre operadores, viajantes e comunidades locais. Abrange 40 comunidades das regiões norte, do litoral, da Patagônia e de Cuyo.
Red de Turismo de Chiapas Ecotours y Etnias (SENDASUR) México – 2006	**Objetivo**: Promover um turismo alternativo e respeitoso com a natureza e os homens e mulheres que a habitam; proporcionar a seus membros e usuários serviços de promoção, difusão, comercialização e compartilhar com o viajante os valores, a diversidade, a riqueza e a beleza das paisagens locais e de seu povo. **Descrição**: Agência de viagens que opera em San Cristobal de las Casas, Chiapas, ofertando pacotes de viagem aos 16 centros ecoturísticos. Envolve 16 Centros Ecoturísticos Comunitários do Estado de Chiapas, a região *Selva Lacandona e Selva el Ocote.*
Red Boliviana de Turismo Solidario y Comunitario *(TUSOCO)* Bolívia – 2006	**Objetivo**: apoiar o desenvolvimento de iniciativas e empreendimentos de turismo solidário comunitário que se configuram nas comunidades rurais da Bolívia, em particular as camponesas e indígenas. Por meio do turismo, as comunidades buscam complementar a sua economia para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. Também tem o objetivo de resgatar e valorizar o patrimônio natural e cultural. **Descrição**: As atividades desenvolvidas se dirigem ao fortalecimento do trabalho dos empreendimentos associados, tanto no aspecto organizacional quanto na melhoria dos seus serviços; à promoção dos produtos turísticos; à comercialização dos roteiros por meio da agência *Tusoco Viajes*; à gestão ambiental do turismo e à articulação com as instâncias públicas parceiras. Envolve mais de 70 iniciativas diretamente geridas pelas comunidades e povos bolivianos.
Red de Turismo Comunitario Huataraco Suno *(RETHUS)* Equador – 2008	**Objetivo**: Promover o desenvolvimento de suas comunidades, por meio do *turismo comunitário*, segundo os princípios de sustentabilidade, igualdade, respeito pela natureza e preservação da cultura local. **Descrição**: Operadora de promoção de programas orientados a facilitar a observação e o contato com a natureza, a conhecer e a valorizar a cultura tradicional. Abrange 20 comunidades indígenas *kichwas del Cantón Loreto*
Red de Turismo Campesino Valles Calchaquíes de Salta (SALTA) Argentina – 2008	**Objetivo**: Promover a autogestão da operação do turismo responsável e da venda de artesanato, com base nos princípios da economia social, do respeito à diversidade e à equidade social, assim como do trabalho associativo a partir da identidade local. **Descrição**: Cooperativa que oferece serviços de turismo rural comunitário e uma diversidade de produtos artesanais. A cooperativa funciona em sistema de rotação dos serviços turísticos, para garantir que todas as famílias cooperadas participem da repartição dos benefícios gerados pelas atividades. Parte do valor arrecadado pela venda dos serviços é destinada a um fundo comum solidário. Nesta Rede, estão engajadas 50 famílias de pequenos agricultores e artesãos, residentes em 12 comunidades da região do *Valles Calchaquíes* no sul da Província de Salta.
Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM) Brasil – 2008	**Objetivo**: Fortalecer e dar visibilidade às iniciativas de TBC no estado do Ceará. Entre os seus princípios comuns estão a defesa dos territórios, a solidariedade, a distribuição equitativa de renda, a valorização da produção, cultura e identidade local e sustentabilidade socioambiental. **Descrição**: Rede informal, cuja agenda inclui ações para o fortalecimento dos grupos fragilizados; a busca pelo acesso às políticas públicas; a promoção de cursos de formação em gerenciamento, contabilidade e idiomas; a valorização dos eventos culturais locais; além da ação de mobilização ambiental e o intercâmbio de experiência com outras redes. Abrange 14 grupos comunitários e 02 ONGs de apoio institucional: Instituto Terramar e Associação Caiçara.
Red de Turismo	**Objetivo**: Reunir as comunidades para compartilhar aprendizagens e

NOME	OBJETIVO E DESCRIÇÃO
Comunitario del Lago Titicaca (APTHAPI) Bolívia – 2009	conhecimentos, capacidades operativas voltadas ao mercado turístico, mas, principalmente, os benefícios econômicos gerados pelo desenvolvimento das atividades turísticas para a redistribuição entre as comunidades envolvidas. **Descrição**: Rede de associações de empreendimentos turísticos comunitários, que oferta serviços de turismo para visitantes na região do Lago Titicaca. Constitui uma instância criada para consolidar um modelo de gestão associativo, exercido por parte de comunidades membros, no âmbito sócio-organizativo e empresarial. Abrange 50 empreendimentos turísticos familiares de origem *Aymara*, vinculados às Associações de Turismo Comunitário de Challapampa - Isla del Sol, Coati – Isla de la Luna, Sampaya e Santa Ana - Península de Copacabana, e Sahuiña em Copacabana.

Fonte: elaboração da autora.

As informações sistematizadas no quadro anterior revelam a cronologia do processo de criação, na América Latina, de redes de *Turismo Comunitário* vinculadas à *REDTURS*, originadas, em sua maioria, entre os anos de 2001 e 2008. Essa tendência parece ter sido impulsionada pelas ações da *REDTURS*, especialmente no que se refere aos encontros regionais.

Mas, nesta análise, é importante mencionar que, embora essa matriz tenha sido construída a partir de documentação técnica e de dados disponíveis nos sites oficiais de cada caso ilustrado, informações detalhadas e pesquisas sobre a origem e o funcionamento dessas redes de *Turismo Comunitário* na América Latina são ainda limitadas ou quase inexistentes. Essa realidade tende a reforçar a importância de realização de pesquisas acadêmicas com esse objetivo.

Além disso, considerando que a maioria das redes mencionadas tem menos de 10 anos de existência, é possível afirmar que o desenvolvimento de redes de TBC na América Latina representa um fenômeno recente, mas que envolve a maioria dos países da região, dentre os quais se destacam o Equador e a Argentina, com maior número de redes articuladas em escalas local e nacional.

Quanto à abrangência territorial das redes identificadas, as iniciativas em curso estão, em geral, localizadas em áreas rurais e no entorno de parques, o que tende a contribuir também para potencializar o contato e a valorização tanto da natureza preservada quanto da cultura de povos indígenas e de outras comunidades tradicionais.

Com relação ao modo de organização, pode-se afirmar que as redes pesquisadas se configuram, sobretudo, na forma de associações e cooperativas sociais, conforme os casos mencionados anteriormente na Costa Rica, no México, na Argentina e na Bolívia, tendo como pressuposto comum a autogestão e a participação dos grupos sociais envolvidos. Dessa

maneira, parece existir uma dinâmica de construção coletiva com relação às iniciativas de *Turismo Comunitário*, sendo muitas delas organizadas como "empresas em rede" (MALDONADO, 2009). Nesse sentido estão organizadas, segundo uma perspectiva horizontal de gestão, para formalizar a sua inserção nos mercados de viagens nacional e internacional, conforme pode ser ilustrado pela experiência da *RITA* (México).

Em alguns casos, como os do Equador e do México, as questões de comercialização de pacotes e de prestação de serviços têm sido também priorizadas no processo. Esse debate, portanto, tende a incentivar a criação de agências e de operadoras de viagens e turismo de forma a atender esses objetivos nos países mencionados.

Entretanto, o que parece caracterizar essas redes como experiências de *Turismo Comunitário* é o compromisso pactuado em suas propostas com relação às consequências que esses serviços podem gerar. Nesse sentido, reflete-se sobre questões como a conservação e a valorização da natureza, da cultura e da tradição no lugar visitado, bem como em termos de geração de renda e trabalho para a população local inserida nesse processo.

Parece, porém, que nem todas as iniciativas seguem essa perspectiva na prática. Kieffer (2006) salienta que, apesar de as ações da *SENDASUR* (México) proporem princípios e valores baseados na solidariedade e na promoção de intercâmbio cultural, entre discurso e prática, a realidade é diferente.

O autor afirma que a *SENDASUR* não funciona como uma rede, mas como uma agência convencional. Nesse sentido, fomenta uma publicidade "enganosa" sobre os lugares turísticos e agencia turistas não responsáveis, contribuindo para práticas de turismo de massa. Além disso, essa ação problemática por meio do turismo tem gerado conflitos entre grupos de uma mesma comunidade e entre os sócios das iniciativas envolvidas, sendo que uns se beneficiam mais do que outros do processo. Dessa maneira, para o autor mencionado, a *SENDASUR* investe mais nas questões institucionais e de mercado do que em ações concretas e eficientes para a organização comunitária do turismo.

Em outros casos (como os projetos de Honduras, Chile, Brasil e Nicarágua), as redes de TBC parecem se configurar a partir de relações ou vínculos informais entre os envolvidos, por meio de movimentos sociais, ONGs e ações coletivas com força política, cujos interesses em defesa do território tradicional são considerados prioritários. Assim sendo, essas redes tendem a ter importante papel para a operação da economia informal e a aquisição de recursos escassos.

Algumas redes na América Latina, entretanto, parecem ter sido impulsionadas por iniciativas governamentais e se constituem como um tipo de "central" de comunicação de

informações turísticas de base comunitária, como ilustra o caso da *RATURC* (Argentina), que busca promover a ponte entre operadoras, viajantes e comunidades receptoras. Assim, são inúmeras as configurações possíveis e os objetivos envolvidos nesse processo.

É importante enfatizar também, na análise proposta, a diversidade de atores sociais que integram essas redes, envolvendo, em sua maioria, representantes de etnias indígenas, camponeses, agricultores familiares, pescadores artesanais e populações extrativistas que vivem em lugares de elevada riqueza ecossistêmica, mas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como podem ilustrar a *Rede TUCUM* (Brasil), a *MAPU* (Chile) e a *MUTU* (Honduras). Esses grupos compõem uma mescla de empreendimentos comunitários e/ou familiares, além de associações, cooperativas sociais, agências e/ou operadoras de viagens e ONGs com vários perfis nesse processo de configuração.

Não obstante, parece haver uma diferença importante entre as redes locais e nacionais. De maneira geral, as nacionais tendem a congregar associações, cooperativas sociais, ONGs e comunidades locais, de acordo com a sua realidade de inserção, o que pode ampliar o seu alcance com relação ao número de membros e à articulação de apoio, parcerias e alianças, como ocorre com os casos da *RENITURAL* (Nicarágua), da *TUSOCO* (Bolívia), da *COOPRENA* (Costa Rica) e da *TURISOL* (Brasil).

Por outro lado, no caso de algumas redes locais, essas são constituídas, geralmente, por famílias ou grupos familiares organizados, como ilustram as iniciativas ligadas à *MUTU* (Honduras), *SALTA* (Argentina), *CHIAPAS* (México), *TUCUM* (Brasil) e *MAPU LAHUAL* (Chile). Nessas configurações, os nós dessas redes tendem a se constituir em interações entre pessoas e grupos que são facilitadas pelo grau de parentesco.

Nessa perspectiva, Trejos (2009) elucida que organizações como a *COOPRENA* (Costa Rica) funcionam como "pontes", conectando as iniciativas a outras bases como partes do sistema social. Para o autor, o turismo rural comunitário na Costa Rica tem se organizado em forma de rede, que vem mudando e se adaptando às condições sociais, às fontes de financiamento e às diferentes necessidades das pessoas envolvidas, funcionando como um importante meio de troca de informação, de recursos materiais e de influência em partes distintas do sistema social.

Com relação ao modo de estabelecimento de parcerias, a maioria das redes de TBC pesquisadas se apoia em alianças locais, nacionais e internacionais, envolvendo lideranças comunitárias, instituições públicas, operadores privados de turismo e ONGs de perfis diversos. Um aspecto comum nesse processo é a articulação dessas iniciativas com as organizações de base do movimento indígena, do campesinato e de comunidades tradicionais.

Outra forma por meio da qual são estabelecidas as alianças se expressa pelo fomento à participação ativa e à corresponsabilidade dos associados nas ações de interesse comum, o que tende a gerar um sentimento de pertencimento e a fortalecer os laços entre os membros.

Também são observados casos de redes como o da *RATURC* (Argentina), que contam com o apoio de órgãos governamentais, o que parece favorecer o diálogo intersetorial para desdobramentos efetivos em políticas públicas.

Sob outra perspectiva, alguns casos (como a *TUCUM*, Brasil) se apoiam em ONGs (Instituto Terramar e Associação Caiçara) que, muitas vezes, recebem assessoria técnica para o processo de organização da rede e de articulação dos grupos comunitários envolvidos. Essas e outras questões serão detalhadas no capítulo seis desta tese.

Ressalta-se ainda que a própria aliança dessas redes com a *REDTURS* tende a facilitar o seu acesso às agências de cooperação internacional no âmbito da ONU, como a OIT e a OMT, conforme salientado por Maldonado (2007). Assim, o estabelecimento de alianças parece se constituir como uma estratégia vantajosa para o desenvolvimento do TBC em rede na América Latina. Por outro lado, o *Foro de Turismo Responsable*[43] (2010) destaca a necessidade de haver mecanismos claros para a gestão e a distribuição da utilização dos fundos, e que esses contribuam para o financiamento de projetos além dos critérios de lucratividade e efetivamente afetam o desenvolvimento das populações e territórios que recebem esses recursos. Nesse sentido, existe a preocupação de que a política de cooperação - como a espanhola - seja restritamente condicionada aos interesses econômicos da política externa, priorizando os interesses privados em relação ao desenvolvimento e ao cumprimento dos direitos das populações latino-americanas.

Quanto às relações de intercâmbio e compartilhamento de experiências, os resultados da pesquisa documental indicam que essas envolvem o intercâmbio de recursos, de serviços, de informações, de conhecimento e de oportunidades para a formação e aprendizagem, como ilustram os casos da *TURISOL* e *TUCUM* (Brasil), da *SENDASUR* (México) e da *APTHAPI* (Bolívia). Esse intercâmbio tende a facilitar uma aprendizagem baseada no princípio de ajuda mútua, com enfoque na formação e na capacitação dos integrantes das redes por meio de encontros e outros eventos com objetivos semelhantes. Nessas oportunidades, busca-se promover o intercâmbio de experiências, o fortalecimento das iniciativas existentes e o incentivo a outras comunidades, visando à construção de propostas conjuntas de TBC.

[43] O *Foro de Turismo Responsable* está formado por um grupo de organizações não governamentais da Espanha, preocupado com as consequências que o turismo pode acarretar nos países do Sul e posicionado a favor do turismo sustentável, denunciando os impactos negativos dos modelos turísticos dominantes (disponível em: <http://www.foroturismoresponsable.org>).

Da mesma forma, esse intercâmbio entre algumas pessoas e grupos parece ser também facilitado pelo grau de parentesco (como acontece com os empreendimentos familiares da *APTHAPI*) e pelo uso das tecnologias de informação e de meios de comunicação (sites e telefones), como parece ser o caso de todas as iniciativas pesquisadas. Complementarmente, materiais didáticos, publicações e vídeos são elaborados, visando ao compartilhamento com outras redes e mídias sociais. Além disso, o intercâmbio com outras redes para o compartilhamento de conhecimentos e boas práticas ocorre por meio de encontros, grupos de trabalho e oficinas, de forma a fortalecer o movimento do TBC, baseado em relações de solidariedade, conforme mencionado nos documentos da *REDTURS* supracitados.

Outro tipo de intercâmbio observado nas experiências analisadas parece ocorrer na relação entre os visitantes e os visitados, a partir do pressuposto de contato com o patrimônio, o modo de vida local e a história de resistências e luta pela garantia e pela preservação de territórios ocupados tradicionalmente. Por todas essas razões, as relações de intercâmbio e compartilhamento parecem representar elementos fundamentais no processo de configuração dos movimentos em rede no TBC na América Latina.

Assim, pela análise realizada, é possível inferir que a construção coletiva de redes de TBC na América Latina vem sendo desenvolvida como uma das estratégias de resistências ao turismo de massa, entendido como um "turismo agressivo e excludente" (que gera potencialmente ameaças ao equilíbrio sociocultural e ambiental dos lugares), assim como à pressão internacional pela imposição recorrente de projetos de complexos hoteleiros com consequências evidentes no processo de especulação imobiliária deles derivada, como exemplificado pela RICANCIE e MUTU.

Além disso, essas redes se traduzem como alternativas para minimizar as práticas de agricultura intensiva e para conter a migração de jovens do campo para as cidades. Da mesma forma, como é possível perceber na descrição previamente sistematizada, as redes pesquisadas são configuradas também para influenciar políticas públicas no sentido de fortalecimento do *Turismo Comunitário*, a exemplo da *TUSOCO* (Bolívia), da *COOPRENA* (Costa Rica), da *TURISOL* e *TUCUM* (Brasil), e da *RENITURAL* (Nicarágua).

Vale ressaltar que, para Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009), um caso exemplar, no contexto latino-americano, é a *TUSOCO* (Bolívia) que, em 2006, participou das articulações em torno da elaboração e do lançamento do *Plano Nacional de Turismo*, dedicado ao fomento do *Turismo Comunitário*.

Pela presente pesquisa, é importante enfatizar também que os nós das iniciativas em redes de TBC em curso na América Latina parecem estar em constante construção, sendo

articulados e reforçados pelos atores sociais envolvidos em uma dinâmica de tempo e espaço. Isso porque essas iniciativas têm estado sujeitas a um forte processo de desmobilização, principalmente a partir de 2011, quando as ações de coordenação da *REDTURS* pela OIT foram encerradas, evidenciando a sua condição de informalidade, considerada uma fragilidade para novos desdobramentos.

Entretanto, a situação mencionada também vem impulsionando outro tipo de movimento, por meio do qual as redes pesquisadas têm se articulado e se apoiado mutuamente no sentido de assegurar a continuidade das ações coletivamente programadas, mesmo considerando ser importante contar com uma "rede de redes", ou seja, uma rede latino-americana que congregue redes nacionais e regionais[44].

Para facilitar esse movimento em rede na América Latina, em 2014, foi promovido o *Fórum Internacional de Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável* (FITS) na Nicarágua. Na *Declaración de Granada* (FITS, 2014), resultante desse encontro, foi reafirmado o compromisso com relação ao fortalecimento das redes locais e nacionais por meio da reativação da coordenação executiva da *REDTURS*, a partir da definição de uma pessoa jurídica para formalizar o processo e do papel dos seus membros participantes.

Assim sendo, pelas reflexões que emergem deste capítulo, o principal desafio para que essa iniciativa seja fortalecida enquanto rede tende a ser, sobretudo, que cada um de seus pontos (iniciativas em andamento) e nós (alianças e vínculos), cada vez mais, busque apoiar-se nos demais. Esse é um processo permanente de redefinições dessa dinâmica, mobilizada igualmente pelas relações de intercâmbio e de articulação entre os atores sociais envolvidos no TBC na América Latina.

Esse balizamento parece fundamental para que se possa explorar pistas da origem e do alcance das propostas turísticas de base comunitária, assim como as dificuldades a serem enfrentadas para que essas iniciativas sejam desdobradas na América Latina. Por todas essas razões, a seguir, serão apresentados e discutidos alguns apontamentos sobre a experiência brasileira em TBC.

[44] Informações disponíveis na ata de Reunião da *REDTURS*, realizada em Granada, em 24 de setembro de 2014.

3 DINÂMICAS EMERGENTES DO *TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA* NO BRASIL

3.1 UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA

No Brasil, especificamente, a reflexão sobre o *Turismo de Base Comunitária* pode ser contextualizada quanto à diversidade de olhares e da própria realidade de experiências em curso.

Em um exercício retrospectivo, a demanda pela discussão sobre esse tema de interesse desta tese tem sido estimulada e construída em espaços formais e informais de diálogo e de articulação em rede, sobretudo no âmbito do *Fórum Social Mundial*, desde 2002, quando esse evento de referência foi lançado em Porto Alegre (RS). A partir de então, percorreu diferentes continentes até 2018, quando retornou ao Brasil, em nova edição realizada em Salvador (BA). Nas edições do FSM, foi possível trazer para a cena principal profundos questionamentos político-ideológicos sobre o processo de globalização, tendo, também, sido discutidas propostas contra-hegemônicas que pudessem orientar novos caminhos para o desenvolvimento. No caso específico do turismo, reconheceu-se, sobretudo, a sua importância como uma possível via para a transformação social.

A temática em questão vem sendo também debatida no âmbito dos *Seminários Internacionais de Turismo Sustentável* (SITS), cuja primeira edição ocorreu em 2003 e a segunda em 2008, em Fortaleza (CE); e da programação dos *Encontros da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário* (TURISOL), o primeiro tendo acontecido em 2010, no município de Uruçuca (BA), e o segundo em 2015, na capital federal, Brasília, visando contribuir para esse debate e para a expansão dessa prática, por meio da promoção de inúmeras iniciativas para o intercâmbio de conhecimentos e negócios em TBC.

Nesses encontros, foram pactuadas ações para a construção de alternativas dirigidas ao turismo em bases sustentáveis – dentre as quais o TBC, orientado, desde a origem do debate, pelo compromisso de práticas sustentáveis e solidárias[45]. Dessa forma, esses fóruns representaram oportunidades essenciais para a expressão de movimentos de resistência ao

[45] Para ilustrar, destacam-se: Declaração de Fortaleza (Seminário Internacional de Turismo Sustentável 2008), Declaração de Belém (Fórum Global de Turismo Sustentável no FSM 2009), Declaração sobre Turismo, Sustentabilidade e Futuro (Cúpula dos Povos/Rio+20, 2012), Documento Final do II Encontro da Rede Turisol 2015, Declaração de Salvador (Fórum Global de Turismo Sustentável no FSM 2018).

modelo hegemônico capitalista, que se manifesta também na práxis turística, buscando provocar, criticamente, o setor governamental, para o estabelecimento de novas diretrizes para políticas públicas e para a promoção de ações inovadoras na racionalidade contra-hegemônica do turismo.

Por outro lado, como reflexos das articulações em rede e do aprofundamento dos debates sobre o tema em nível nacional, há de se reconhecer que alguns desdobramentos começaram a ser percebidos no âmbito da gestão pública. Uma das principais ações nesse sentido partiram do Ministério do Turismo, por meio do *Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/nº 001/2008*, que selecionou 50 propostas de projetos para apoio às iniciativas de *Turismo de Base Comunitária*, questão que será retomada ainda neste capítulo. Essas iniciativas tiveram enfoque no território para o fortalecimento dos processos de desenvolvimento local e de inclusão social. Todavia, ainda assim, o TBC permanece como tema periférico nas políticas públicas setoriais no caso brasileiro.

No plano acadêmico, essa discussão começou a se configurar no âmbito dos *Encontros Nacionais de Turismo de Base Local* (ENTBL), desde a primeira edição em 1997, na cidade de São Paulo (SP). Além do ENTBL, eventos similares que abordam a temática do TBC têm sido crescentes em todas as regiões do Brasil, envolvendo também representantes de outros países. São reconhecidos como alguns dos principais fóruns de debates: o *Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável* (CITURDES), o *Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e Comunidades Tradicionais* (CTURTI), além do *Encontro de Turismo Comunitário na Amazôni*a (ETCA), entre outros[46]. Esses eventos vêm permitindo o aprofundamento de reflexões críticas sobre o tema e também a formação de redes de pesquisa com esse objetivo.

Embora não seja possível, neste subcapítulo, apresentar uma descrição detalhada de todos esses eventos e os resultados deles decorrentes, cabe aqui o resgate do 1º ENTBL. Esse encontro foi realizado em 1997, no âmbito do Departamento de Geografia (DG) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP), representando um marco para a reflexão crítica sobre a necessidade de desenvolvimento do turismo, a partir de novas bases, no Brasil.

[46] Encontro de Comunidades Empreendedoras do Turismo de Base Comunitária (ENCETUC); Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária; Congresso Nacional de Turismo Comunitário (CNTC); Simpósio de Turismo Sertanejo (STS); além de grupos de trabalhos tanto no Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS) como no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ENANPPAS).

Segundo a idealizadora do evento, à época, a professora Adyr Balastreri Rodrigues[47], essa iniciativa surgiu em um contexto crítico de debate político no país, após a *Constituição Federal* de 1988, e ainda sob influência da *Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento* (*Rio 92*), quando, entre outros documentos, foi pactuada a *Agenda 21*[48], um ponto de partida para o aprofundamento das reflexões sobre os desafios relacionados ao desenvolvimento local.

Na percepção dessa pesquisadora, essa iniciativa resultou, também, de alguma forma, do debate crítico em curso, à época, sobre o turismo, tanto na academia quanto no plano de políticas públicas. Na esfera de políticas públicas de turismo, encontrava-se em andamento, na ocasião, o *Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste* (PRODETUR-NE) que visava à concretização de megainvestimentos na região, financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e executados pelo Banco do Nordeste. A despeito de o Programa ser dirigido, sobretudo, à implementação de infraestrutura turística, foi desenvolvido sem considerar diretamente os interesses e as demandas das populações locais, gerando, por consequência, inúmeros conflitos e críticas do movimento social.

Em contrapartida, à época, encontrava-se também, em implementação, o *Programa Nacional de Municipalização do Turismo* (PNMT), que propunha proporcionar aos municípios brasileiros com potencialidade turística ferramentas para induzir o desenvolvimento local pela via do turismo. Ou seja, dois programas com objetivos, ações e efeitos contraditórios na efetivação de políticas públicas dirigidas ao setor, que mereciam uma atenção mais aprofundada da academia.

A concepção e a realização do ENTBL, em sua primeira edição, foram decorrentes, ainda, de outro acontecimento considerado inspirador para o debate crítico sobre o turismo na academia, na década de 1990, o *Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo: Sol e Território*, promovido também pelo Departamento de Geografia da USP, dois anos antes, em 1995. Durante esse evento, inúmeras denúncias foram registradas com relação aos efeitos socioambientais perversos do PRODETUR-NE[49]. Além disso, o "ideário" do renomado geógrafo Milton Santos, que já provocara graves críticas à globalização da

[47] Informação concedida pela Profa. Dra. Adyr Balastreri Rodrigues, via correio eletrônico, em 06 de novembro de 2013.

[48] A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

[49] A discussão abordada no evento está aglutinada em Yázigi, Carlos e Cruz (1996).

economia capitalista, influenciou o debate à época mediante a proposição do exercício do "poder local" e da "consciência universal"[50].

Tais influências foram determinantes para a realização de um ENTBL que pudesse ser capaz de reunir pensadores, políticos, técnicos e empreendedores brasileiros e de promover a discussão, a troca de experiências e a proposição de novas ações para o desenvolvimento do turismo no Brasil. Nesse sentido, pretendeu-se debater perspectivas como a valorização e a configuração da endogenia dos recursos, a estrutura horizontal e a importância de fortalecimento do poder local. Toda essa reflexão buscou explicitar que o desenvolvimento do setor, ainda que a partir de recursos externos, deveria partir de uma leitura das localidades onde os projetos turísticos seriam implementados.

Assim, no âmbito do 1º ENTBL, a discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento local por meio do turismo marcou o início das reflexões acadêmicas sobre esse fenômeno no país, estabelecendo os seus alcances e limites pela perspectiva de base local. As frentes de diálogo estabelecidas a partir dessa linha temática se expandiram e passaram a mobilizar inúmeras pessoas com papel ativo nesse campo, de diferentes inserções institucionais, em várias partes do país, ao longo de 20 anos. Desde então, esse Encontro se firmou como um dos mais importantes fóruns nacionais para o debate interdisciplinar e a produção acadêmica crítica em turismo[51].

Porém, nas primeiras edições do ENTBL, ainda não se discutia, especificamente, a designação *Turismo de Base Comunitária*, nem havia registro de produção acadêmica relevante sobre o tema, conforme observado nos primeiros anais e livros resultantes do evento (RODRIGUES, 1999a, 1999b, 1999c; CORIOLANO, 1998; VASCONCELOS, 1998; CRUZ, 1998; FARIA, 2001a, 2001b; BARRETO; TAMANINI, 2002; SOUZA, 2002).

No plano das publicações acadêmicas propriamente ditas, o primeiro artigo contendo referência direta ao *Turismo de Base Comunitária*, de autoria de Mendonça e Irving (2002) explorou uma abordagem avaliativa de projetos desse tipo, na região norte do país e foi identificado nos anais da sexta edição do evento, em 2002. Frente à expansão da produção de artigos e da apresentação de propostas de debates sobre esse assunto no âmbito do ENTBL, a partir de 2014, foi criado um grupo de trabalho *Turismo Comunitário e Inclusão Social*, que se reúne durante a realização do evento bianual. Além disso, a edição desse evento, em 2012, teve como tema central "Turismo com Base Comunitária e Inclusão Social".

[50] A Profa. Dra. Adyr Balastreri Rodrigues se referiu ao ideário "por uma outra globalização", refletido em Santos (2000).

[51] As edições e as temáticas do evento estão organizadas no Apêndice A.

É importante salientar, entretanto, que os primeiros debates sobre o tema surgiram em um contexto não acadêmico. A partir de alguns trabalhos acadêmicos, é possível considerar que as primeiras iniciativas de projetos relacionadas ao desenvolvimento do *Turismo de Base Comunitária* aconteceram, em meados da década de 1990[52], nas regiões Norte, Nordeste e Sul.

Nesta retrospectiva é importante resgatar que, no que tange à região Norte, no Vale do Guaporé (Rondônia), foi criado, em 1997, o "Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária", nas Reservas Extrativistas Estaduais de Curralinho e Pedras Negras, pela Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), juntamente com a Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé (AGUAPÉ), com apoio das ONGs ECOPORÉ e WWF-Brasil (DORIA, 2004). No município de Silves (Amazonas), foi criado, em 1997, o Projeto de Ecoturismo e a Pousada Aldeia dos Lagos pela Associação de Silves pela preservação Ambiental e Cultural (ASPAC), com apoio do WWF-Brasil (SANSOLO, 2003; SOUSA, 2011). No município de Tefé (Amazonas), foi desenvolvido, em 1998, o "Projeto Ecoturismo Comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá", com a construção da Pousada Uacari[53], sob a gestão do Instituto Mamirauá (SANSOLO, 2003; COSTA NOVO, 2011), com o apoio de financiadores nacionais e internacionais.

Por outro lado, em referência às experiências pioneiras no Nordeste, tem destaque o município de Beberibe (Ceará), onde foi criado, em 1998, o "Projeto Turístico Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde", pela Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde e parceiros (MENDONÇA, 2004). Já na região Sul, na cidade de Santa Rosa de Lima, localizada na Região das Encostas da Serra Geral (Santa Catarina), foi implantado, em 1999, o programa de agroturismo pelas ONGs Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO). Essa iniciativa resultou na criação da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, em parceria com a Associação Francesa de Agroturismo *Accueil Paysan* (GUZZATTI, 2003).

Embora essas cinco iniciativas tenham adotado como premissas comuns a promoção da conservação ambiental e cultural, além do envolvimento e da participação comunitária pela via de desenvolvimento do turismo, se for considerado estritamente o termo *Turismo*

[52] É importante resgatar que o contexto de criação dessas iniciativas, à época, foi motivado também pelas discussões em torno das premissas das Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (1994), elaboradas pelo Ministério do Meio Ambiente.

[53] A Pousada Uacari já foi vencedora do prêmio Braztoa de Sustentabilidade, edições 2015 e 2017. Disponível em http://iniciativassustentaveis.turismo.gov.br/mapa.html

Comunitário, é possível compreender que a gênese dessa expressão surgiu em 1995, na localidade Prainha do Canto Verde (Beberibe), reconhecida amplamente como um dos núcleos populacionais mais organizados de pesca artesanal do estado do Ceará. Na localidade, nesse período, foi iniciado um processo de resistências ao modelo de desenvolvimento turístico imposto pelo *Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste* (PRODETUR-NE)[54], conforme mencionado anteriormente, que fora uma iniciativa implementada sem a consulta aos atores sociais locais, ameaçando, assim, o direito dos moradores de se manterem em seu lugar de origem. Contudo, os residentes dessa localidade perceberam que era inevitável a chegada do turismo, em função da beleza cênica da paisagem litorânea, que já atraía muitos olhares especuladores (MENDONÇA, 2004).

Essa questão representou um potencial risco de perda dos direitos ao território de origem e aos modos de vida da Prainha do Canto Verde. Com isso, as lideranças entenderam que era preciso promover a mobilização e a organização comunitária direcionada à discussão de um modelo alternativo de turismo no local.

Nesse sentido, o turismo foi interpretado pela população local como uma oportunidade de geração de emprego e renda complementar à pesca artesanal, assim como uma forma de ocupação profissional para os jovens da localidade mencionada. Os moradores perceberam, ainda, que a exploração do lugar por agentes turísticos externos era indicativo de diversos riscos como prostituição, roubo e venda de terras (MENDONÇA, 2004).

Esse processo de discussão coletiva sobre o turismo originou o já mencionado *Projeto Turístico Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde*, instituído em 1998, partindo da premissa básica de "ouvir a voz" dos moradores locais, que se identificavam com a construção de "um turismo onde nós somos os articuladores, construtores, donos de empreendimento, organizadores e onde a renda e o lucro ficam dentro da comunidade, para melhorar a nossa qualidade de vida e não a dos outros" (MENDONÇA, 2004, p. 108).

A efetiva participação e a capacidade de organização comunitária fizeram com que a Prainha do Canto Verde se tornasse uma experiência em desenvolvimento de turismo diferenciada do modelo convencional, que já estava em expansão pelos demais destinos do litoral cearense, bem como por toda a costa do Nordeste brasileiro. Naquela época, essa experiência alternativa de desenvolvimento do turismo inspirou pesquisadores (ROCHA,

[54] Programa implantado pelo governo federal em 1992, através do Ministério dos Esportes e Turismo e elaborado em parceria com o BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além dos governos dos estados do Nordeste. Teve como enfoque a ampliação da infraestrutura regional para ampliar e atrair a superestrutura do setor turístico.

2003; MENDONÇA, 2004; DORIA, 2004) que, atraídos pela história singular da Prainha do Canto Verde, passaram a investigar a sua prática baseada na luta pela posse da terra.

Por outro lado, essa experiência de participação e organização comunitária no turismo envolveu muitos esforços e articulações em torno do *Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará* (FDZCC)[55], em apoio às ações de resistências da Prainha do Canto Verde e de outras comunidades vizinhas. Dessa ação de mobilização também participaram representantes de Ponta Grossa (Icapuí), localidade que já passava por situação semelhante em relação ao risco de invasão de seu território pela especulação imobiliária e pela instalação de empreendimentos turísticos.

Esse movimento de reação à invasão turística da zona costeira brasileira parece configurar o que Krippendorf (2009, p. 102) denomina de "revolta" ou "despertar do senso crítico" de populações de várias partes do mundo, em função do mal-estar crescente diante do *boom* turístico e de seus riscos.

Para esse autor, o processo começa, em geral, com ações de protesto e oposição aos projetos turísticos de grande porte que ameaçam a paisagem da região. Em seguida, expressa-se por meio da organização de atos de resistências dos moradores envolvidos que podem conduzir a manifestação de uma forte vontade política militante em favor de um desenvolvimento equilibrado e autogestionado do turismo. Posteriormente, essas primeiras reações de defesa e de luta pela terra podem evoluir e dar lugar à difusão de uma visão positivada e construtiva, do processo, focalizada em outra forma potencial de se fazer turismo. Foi esse o movimento observado na Prainha do Canto Verde e em inúmeras outras iniciativas que o sucederam na costa nordestina.

A importância conquistada por esse tema na Zona Costeira Cearense resultou, dessa maneira, na organização do *Seminário Internacional de Turismo Sustentável* (SITS), pela ONG Instituto Terramar, em parceria com a Universidade do Estado do Ceará e o Instituto Federal de Educação Tecnológica. Em sua primeira edição, em 2003, o debate foi norteado pelo tema central *O Turismo Socialmente Responsável para o Desenvolvimento Sustentável e a Redução da Pobreza*[56].

Na percepção de Scharer (2015), o evento mencionado simbolizou a "estreia" do TBC para o Brasil. Além disso, esse seminário fez com que as representações comunitárias locais

[55] O Fórum constitui-se em um movimento de entidades, grupos e pessoas que monitoram as políticas públicas aplicadas à sua região de inserção, tendo como foco as ações iniciadas em 1993, para a implementação do PRODETUR-NE.

[56] Participaram das discussões, à época, cerca de 500 pesquisadores, além de integrantes de fundações, instituições e ONGs do Brasil e do exterior.

presentes pudessem interagir com populações de outros estados, discutindo a experiência de como, na verdade, é possível manter-se no controle dos seus territórios, das suas culturas e das suas linguagens diante do desenvolvimento turístico (DIEGUES, 2003).

Esse evento se configurou, assim, uma arena de discussão e de troca de experiências entre lideranças comunitárias e interlocutores de ONGs atuantes na própria região, dentre os quais as representações de comunidades de todas as praias do litoral cearense (desde Icapuí até Tatajuba). Participaram também do seminário mencionado a Fundação Casa Grande no Cariri (Ceará) e integrantes de instituições de outros estados brasileiros, como o Instituto Mamirauá (Tefé-Amazonas), a Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural (Silves-Amazonas), o Movimento de Mulheres da Ilha de Cotijuba (Belém-Pará) e as Reservas Extrativistas de Pedras Negras e de Curralinho (Vale do Guaporé-Rondônia) (LIMA; CORIOLANO, 2003).

Além disso, o *I SITS* contou com um espaço reservado às ONGs internacionais para a abordagem de diferentes perspectivas sobre a concepção mais ampla de turismo sustentável. Desse evento pioneiro, participaram instituições da sociedade civil da Alemanha, Itália, Holanda, Índia e de países da América Latina, com a representação da *REDTURS*. Esse contexto motivou os primeiros passos de um pequeno grupo de iniciativas brasileiras de TBC em prol de um movimento de articulação em rede.

O potencial para a ampliação dessa proposta no Brasil ficou evidente a partir de uma ação promovida pela Embaixada da França no país, em 2003, por meio de um programa de cooperação. Essa iniciativa buscou fomentar a discussão sobre turismo solidário entre atores de diversos projetos que atuavam nessa linha, além de representantes da gestão pública e de outras instituições apoiadoras.

Dando sequência a essa cooperação, sete projetos brasileiros – Prainha do Canto Verde (CE), Acolhida na Colônia (SC), Ecoporé (RO), Palmatur (CE), Parque Regional do Pantanal (MS), além de Aldeia dos Lagos (AM) e de Bordados da Caatinga (PI) – representaram o Brasil no *Fórum Internacional de Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável* (FITS), em Marselha (França), em 2003.

Com o intuito de continuar a discussão sobre turismo solidário no Brasil, a Embaixada da França promoveu novos encontros, mobilizando um grupo amplo que demonstrou interesse em permanecer em contato para a troca de experiências e para a promoção do debate sobre essa temática, nacionalmente.

Nesse sentido, o movimento informal dos sete projetos anteriormente mencionados resultou, em 2003, na criação da *Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário*

(TURISOL). Esta foi constituída pela união dessas iniciativas nacionais, com objetivos de construir, conjuntamente, estratégias para o fortalecimento das práticas existentes e de despertar o interesse de outras comunidades para o desenvolvimento de um modelo alternativo de turismo (BAGAGEM, 2010).

Sendo assim, a *Rede TURISOL* surgiu de uma estratégia de articulação entre projetos/comunidades, embora sem assumir personalidade jurídica. Contudo, no período de 2003 a 2007, as ações da Rede não foram coordenadas centralmente por algum dos sete iniciativas, em face das diversas demandas de desenvolvimento de cada projeto e, ainda, em função da inexistência de recursos financeiros para permitir o andamento das atividades previstas (FONTOURA, 2009). Diante da situação mencionada, alguns participantes das discussões iniciais da *TURISOL* deixaram de ser ativos em TBC e outros expandiram suas atividades, como ocorreu com os projetos *Acolhida na Colônia* (SC), *Prainha do Canto Verde* (CE) e Instituto Terramar (CE).

Por outro lado, algumas outras iniciativas criaram ou fortaleceram as ações dirigidas ao *Turismo Comunitário*, demonstrando interesse em continuar a discussão dessa temática já em curso, no âmbito da *TURISOL*. Esse direcionamento foi seguido pelo *Projeto Bagagem* (de abrangência nacional), pelo *Projeto Saúde e Alegria* (PA), pela *ONG Grãos de Luz e Griô* (BA) e pela *Cooperativa de Pais e Amigos da Casa Grande* (CE) (FONTOURA, 2009).

Nesta retrospectiva, vale também relembrar que, em 2007, ocorreu um encontro para retomar a organização da *Rede TURISOL*. O evento resultou de uma iniciativa realizada conjuntamente pelos interlocutores do *Projeto Bagagem*, da *Acolhida na Colônia*, da *Prainha do Canto Verde*, da *Fundação Casa Grande*, do Instituto Terramar, da *ONG Grãos de Luz e Griô* (BA) e do Ministério do Meio Ambiente.

Paralelamente, foi realizada uma reunião[57] entre representantes do Ministério do Turismo e da *Acolhida na Colônia*, do *Projeto Bagagem* e da *Fundação Casa Grande*, entre outros parceiros, quando se decidiu pelo lançamento, em 2008, do edital de chamada pública para apresentação de projetos de *Turismo Comunitário*, anteriormente mencionado. Por intermédio dessa iniciativa, alguns membros da *TURISOL* perceberam que poderiam se articular para o envio de uma proposta organizada pela própria Rede. Sendo assim, cada membro assumiu a coordenação de uma ação (FONTOURA, 2009), conforme as prioridades definidas a seguir:

[57] Reunião técnica no 35º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens, realizado de 24 a 26 de outubro de 2007, no Rio de Janeiro.

> Encontros de formação em gestão e questão fundiária pela Rede TUCUM, agroturismo e desenvolvimento do território rural pela Acolhida na Colônia, um encontro internacional organizado pela Fundação Casa Grande, intercâmbios entre os projetos, a criação de materiais promocionais coletivos, ações de comercialização e um encontro nacional também fez parte deste plano coletivo com ações distribuídas entre os participantes (BAGAGEM, 2010, p. 09).

As ações da *TURISOL* se fundamentam em um *Turismo Comunitário* baseado nos seguintes princípios:

> 1 - A comunidade deve ser proprietária dos empreendimentos turísticos e gerenciar coletivamente a atividade;
> 2 - A comunidade deve ser a principal beneficiária da atividade turística, que existe para o desenvolvimento e fortalecimento da Associação Comunitária;
> 3 - A principal atração turística é o modo de vida da comunidade, ou seja, sua forma de organização, os projetos sociais que faz parte, formas de mobilização comunitária, tradição cultural e atividades econômicas;
> 4 - As atividades são criadas para proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem ao visitante;
> 5 - Os roteiros respeitam as normas de conservação da região e procuram gerar o menor impacto possível no meio ambiente;
> 6 - Comunidades e visitantes participam da distribuição justa dos recursos financeiros;
> 7 - Parceria Social com Agências de Turismo (FONTOURA, 2009, p. 03).

No sentido de apoiar a discussão sobre o tema, é importante enfatizar que a base conceitual orientadora da *Rede TURISOL* representa a visão inspiradora de um *Turismo Comunitário* que vem sendo delineado, na prática, por diversos interlocutores de projetos desenvolvidos nessa área. Em linhas gerais, essas iniciativas partem de uma perspectiva do que se tem e do que se deseja alcançar para a consolidação de suas práticas.

Defendendo esses princípios, o movimento coletivo de iniciativas de TBC, engajado informalmente por meio da *Rede TURISOL*, tinha passado a demandar, desde 2003, ao Ministério do Turismo um canal de interlocução direta para a discussão, a negociação e a articulação em torno dessa temática. Essa mobilização influenciou diretamente o processo de abertura de espaço para oportunidades de diálogos sobre a criação de uma possível linha de fomento específica para essa modalidade.

Nesse contexto, em 2008, durante o *II Seminário Internacional de Turismo Sustentável* (SITS), realizado em Fortaleza (CE), foi apresentada uma minuta do esperado edital de chamada pública para a seleção de projetos de TBC, que seria aberta à consulta pública. Esse evento, realizado entre 12 a 15 de maio daquele ano, contou com a participação de representantes do governo, da academia e de organizações de *Turismo Comunitário* do Brasil, da Bolívia, do Equador e da Nicarágua.

O documento mencionado foi anunciado pelo representante do Ministério do Turismo, convidado à época a discursar sobre a temática "Políticas Públicas para o Turismo Comunitário e de Base Local no Brasil". Assim, naquele momento, esse edital representou uma estratégia governamental de apoio ao TBC no país, tendo em vista que representantes governamentais de outros países já haviam exposto, em diversas ocasiões, suas ricas experiências de fomento ao TBC, enquanto não se dispunha de um quadro de políticas públicas brasileiras dirigidas a essa agenda e nenhum compromisso vinculante[58]. Portanto, há de se considerar que o referido edital não foi elaborado e lançado por acaso, considerando que a estratégia de articulação em rede das iniciativas de TBC foi decisiva para conquistar algum tipo de apoio governamental.

Nesse contexto, esse movimento contribuiu para pressionar o MTur rumo ao reconhecimento e ao fortalecimento dessa prática no país, já que, na percepção de Silva, Teixeira e Ramiro *(*2009, p. 362), "são os representantes das comunidades locais que trabalham com esse tipo de turismo que provocam os diferentes setores do MTur para se posicionar no debate e/ou estabelecer uma diretriz de política pública para o fortalecimento desta oferta no mercado".

Assim, diante de diversas iniciativas de TBC já em curso no Brasil e nos demais países da América Latina, vale destacar, uma vez mais, que a primeira ação de política pública para o fomento de iniciativas desse tipo no país ocorreu por meio do *Edital de Chamada Pública de Projetos MTUR/nº 001/2008.* Por meio dessa iniciativa foram selecionadas 50 propostas de projetos em apoio às iniciativas de *Turismo de Base Comunitária*, com foco no território, para o desenvolvimento local e a inclusão social[59], como fora anteriormente citado.

Nesse edital, as iniciativas de TBC poderiam contemplar outras denominações como *Turismo Comunitário*, solidário e de conservação, desde que tivessem, como princípio comum, a busca pela construção de formas alternativas de desenvolvimento turístico. Esse, por sua vez, deveria ser baseado nas premissas de autogestão, de associativismo/cooperativismo, de valorização da cultura local e, principalmente, de protagonismo das comunidades locais no processo de apropriação dos benefícios advindos do turismo (BRASIL, 2008).

---

[58] Informação verbal de Rosa Martins, interlocutora do Instituto Terramar, que atuava na coordenação da *Rede TUCUM*, pronunciada durante palestra no III Encontro de Turismo Comunitário na Amazônia. O evento foi realizado nos dias 28 e 29 de novembro de 2013, na Universidade do Estado do Amazonas, em Manaus (AM).

[59] As iniciativas selecionadas foram sistematizadas em Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009).

Diante das controvérsias conceituais sobre um tema ainda em construção e da realidade das experiências referentes ao TBC, o MTur privilegiou o protagonismo local, qualificando as iniciativas de produtos e serviços turísticos lideradas por comunidades receptoras, como meios alternativos para a geração de trabalho e renda. Nesse caso, o TBC é entendido como "produto", tendo, como "atrativo" diferencial, o próprio modo de vida da comunidade anfitriã, com o compromisso de geração de benefícios econômicos e intercâmbio cultural (SILVA; TEIXEIRA; RAMIRO, 2009).

Sendo assim, a discussão sobre TBC no âmbito do MTur se relacionou a mais uma segmentação do mercado turístico. Desse modo, essa proposta ilustra, desde a sua concepção nas narrativas oficiais, uma contradição: como se construir uma proposta de turismo efetivamente inclusiva, quando o TBC é considerado como produto e as comunidades locais como atrativos? Esta representa uma questão central ainda sem muitos desdobramentos críticos também no contexto da reflexão acadêmica.

Cabe ressaltar que o edital mencionado representou uma ação pontual e isolada do MTur que tentou contemplar o TBC, não se constituindo como um programa em si e nem tendo a continuidade esperada. Além disso, os projetos aprovados não foram avaliados com base em uma metodologia consistente, para que pudessem ser extraídas algumas lições para orientar desdobramentos futuros. Conforme discutido por Lima (2014), o processo foi caracterizado por uma complexidade administrativa incompatível com a realidade de muitos dos grupos sociais atendidos. Desde então, poucos avanços podem ser mencionados no plano da esfera pública com esse objetivo.

Contudo, não se pode negar a importância dessa iniciativa pública para a mobilização nacional com relação ao TBC, a qual passou a ser considerada uma importante referência para o debate temático, uma vez que, pela primeira vez, o Ministério do Turismo, mesmo com disponibilidade orçamentária limitada, propôs-se a desenvolver uma ação para o reconhecimento, a sistematização e o fortalecimento de iniciativas de TBC.

Também pelos argumentos apresentados, vale retomar a realização, em 2008, do *II SITS*, com o tema central *Turismo Comunitário como estratégia de valorização da cultura das populações tradicionais, da preservação ambiental e da economia solidária*.

Nesse evento, que chamou a atenção por ter envolvido a participação de representações acadêmicas, políticas e, sobretudo, comunitárias, foi possível promover um amplo intercâmbio de ideias e de experiências, além de explicitar demandas e estabelecer acordos de cooperação para o fortalecimento do *Turismo Comunitário*. Apesar de ter sido denominado *Seminário Internacional de Turismo Sustentável*, as questões de interesse dos

trabalhos apresentados nos painéis não foram alinhadas somente ao turismo, envolvendo múltiplas facetas. Destacou-se, na ocasião, o engajamento efetivo dos atores sociais, em prol da construção de alianças e da ampliação das reflexões, no sentido de se proporem novos passos para a melhoria de práticas inspiradas no *Turismo Comunitário* e solidário (RABINOVICI, 2009).

Como parte dos desafios discutidos, as diretrizes mencionadas constaram da *Declaração de Fortaleza*, documento resultante do *II SITS*, no qual cerca de 500 participantes expressaram apoio, disponibilidade para a ação e defesa da construção do *Turismo Comunitário* e solidário como um "projeto político". Esse, de acordo com as conclusões daquele evento, deve ser pautado pelos compromissos de autonomia das culturas locais, de conservação ambiental e de socioeconomia solidária (SILVA et al., 2008).

Da mesma maneira, a construção, o apoio e o desenvolvimento de redes de cooperação solidária, em níveis nacional e internacional, foram reconhecidos como alguns dos principais desafios estratégicos e teórico-metodológicos identificados na ocasião, a serem enfrentados pelos sujeitos que acreditam e animam os múltiplos processos para consolidar o *Turismo Comunitário*. Foi lançada, inclusive, à época, a proposta de criação da *Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM)*, que será discutida com maior detalhamento no sexto capítulo desta tese.

É importante ressaltar que as duas edições do *SITS* foram concebidas em sintonia com reflexões e articulações sobre a temática de turismo, no âmbito das edições do *Fórum Social Mundial*, contextualizados anteriormente. Nesse sentido, foi potencializada a geração de "microrredes" de cooperação entre diversos atores sociais atuantes no setor.

Esses seminários contribuíram, expressivamente, por meio da publicação de seus anais e de outras publicações (CORIOLANO; LIMA, 2003; LIMA; CORIOLANO, 2003; SILVA et al., 2008), para que a terminologia *Turismo Comunitário* se afirmasse e se tornasse objeto de reflexões e pesquisas acadêmicas no país, inspirando a seguinte concepção:

> Turismo comunitário é aquele em que as comunidades, de forma associativa, possuem o controle efetivo das atividades econômicas associadas à exploração da atividade turística, desde o planejamento ao desenvolvimento e gestão das atividades e assim conseguem melhorar suas economias (CORIOLANO; LIMA, 2003, p. 10).

A partir desse conceito construído com base na reflexão sobre o tema em foco no âmbito do *I SITS*, Coriolano e Lima (2003) enunciaram também alguns princípios para o desenvolvimento de projetos de *Turismo Comunitário*, tais como:

1) realizar o *Turismo Comunitário* de modo integrado às demais atividades econômicas, fortalecendo a agricultura, a pesca artesanal e o artesanato;
2) priorizar a geração de emprego e renda para os residentes nas comunidades, os pequenos empreendimentos locais, a dinamização do capital local, a garantia da participação de todos, dando espaço às mulheres e aos jovens;
3) assegurar a participação das comunidades com o planejamento descentralizado e com o desenvolvimento de uma política de turismo em bases locais;
4) lutar pela regulamentação fundiária que garanta a posse da terra às comunidades indígenas e pesqueiras e pela regulamentação das unidades de conservação.

Considerando os antecedentes mencionados, é importante também proceder a uma releitura de alguns estudos acadêmicos sobre o *Turismo de Base Comunitária*, no sentido de contribuir para ampliar a compreensão sobre as diferentes noções e perspectivas que envolvem o assunto, na atual conjuntura brasileira.

3.2 PREMISSAS PARA AMPLIAR O DEBATE

Nesse sentido, é interessante observar os principais resultados alcançados pelo projeto intitulado *O estado da arte do Turismo de Base Comunitária no litoral do estado do Rio de Janeiro: abordagem teórico-conceitual, político-organizacional e iniciativas*[60] (MENDONÇA et al., 2014).

A partir de uma abordagem qualitativa, foram realizadas investigações empíricas sobre o tema[61] no Brasil, publicadas no período de 2002 a 2014. Com base no relatório técnico da referida pesquisa (MENDONÇA et al., 2014), foi possível identificar que o TBC é considerado uma prática recente em nível nacional, que se originou nas zonas rurais e, mais recentemente, expandiu-se para as áreas urbanas caracterizadas como favelas. Desde a década de 1990, pode-se mencionar a existência 206 iniciativas de TBC localizadas em quase todos os estados brasileiros, citadas em produções acadêmicas. Esse panorama ilustra o potencial

[60] Este projeto de iniciação científica foi desenvolvido entre agosto de 2012 e julho de 2014, sob coordenação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a partir de pesquisa bibliográfica e documental com a identificação de 287 documentos para análise. O projeto envolveu a sistematização de dados por meio da elaboração de trabalhos de conclusão de curso.

[61] Diversos pesquisadores sobre o tema têm apontado termos como turismo de base comunitária, turismo comunitário, turismo de base local, turismo rural comunitário, turismo situado de base comunitária, ecoturismo de base comunitária e turismo solidário. A premissa central dessas iniciativas envolve a organização do turismo por meio de iniciativas comunitárias, de grupos organizados coletivamente.

dessa prática social e a visibilidade crescente da problemática envolvida em relação à vulnerabilidade econômica, e, ainda, frente às ameaças ao território, à cultura tradicional e aos recursos naturais preservados em que vivem as populações inseridas no processo de construção de TBC.

Conforme argumentos apresentados na pesquisa de Mendonça et al. (2014), os projetos de *Turismo de Base Comunitária* no Brasil vêm surgindo e se desenvolvendo, principalmente, em lugares com grande riqueza ecossistêmica. Nesses ambientes, grupos sociais (extrativistas, pesqueiros e agrícolas) com perfil de baixo capital econômico e cultural[62] vivem de atividades produtivas tradicionais realizadas em pequena escala.

No entanto, ainda segundo a investigação mencionada, esses grupos, percebendo o potencial do lugar em que habitam para o desenvolvimento turístico, vêm decidindo se inserir na atividade de forma efetiva. Isso envolve planejamento, implementação e gestão dos projetos, de forma a se garantir que a maior parte dos benefícios gerados permaneça em seu local de origem. Esse processo tem sido facilitado pelas práticas de organização social baseada, principalmente, em pequena estratificação econômica, em elos de parentesco e em relações de cooperação.

Ainda conforme Mendonça et al. (2014), a busca por uma perspectiva teórico-conceitual sobre TBC foi objeto de investigação de Vianna (2013), Lima (2014) e Santiago (2015). Utilizando como metodologia de pesquisa a análise de conteúdo de Bardin (1979), os autores procederam ao estudo de teses, dissertações, artigos e livros sobre *Turismo de Base Comunitária*, publicados no período de 2003 a 2013.

Ao comparar as análises elaboradas pelas referidas autoras, foi possível balizar alguns eixos interpretativos comuns sobre o tema. Nesse sentido, reconhece-se que o TBC envolve iniciativas nas quais os **benefícios socioeconômicos** impactam diretamente a comunidade local; busca-se a **sustentabilidade social, espacial e econômica**; e prevalece uma **relação dialógica** entre turista e comunidade envolvidas.

Outros elementos comuns identificados na investigação de Mendonça et al. (2014) em relação ao TBC se referem à participação e ao **protagonismo social** da comunidade no processo, assim como à prevalência de **gestão comunitária** dos empreendimentos locais e outras formas de organização.

[62] Entende-se como de baixo capital cultural os grupos sociais que possuem baixo nível de formação educacional formal e pouco conhecimento em gestão e técnica para operar atividades associadas ao turismo (MENDONÇA; MORAES, 2012).

Também foram reconhecidos pressupostos como a busca de **desenvolvimento local**, a noção de **pertencimento e identidade**, fortalecendo as atividades produtivas e o modo de vida, assim como o respeito às **tradições e valorização cultural**. Percebe-se também que nas estratégias comuns de TBC pesquisadas, o turismo se apresenta como **complemento e não como substituição** a outras atividades produtivas nas comunidades.

Outros dois eixos temáticos significativos para a condução do debate sobre TBC foram identificados por Santiago (2015). Um deles se referiu às **resistências e lutas** pelos direitos à posse da terra, ao uso dos recursos naturais e ao local herdado, o que exprime uma realidade comum aos territórios periféricos, onde as populações tradicionais se veem ameaçadas pelos processos de apropriação de território pelo capital hegemônico, inclusive pelo turismo. O segundo eixo norteador se associa à noção de "**turismo situado**" como condição inerente à sua existência. Essa perspectiva se baseia na percepção de sítio como "um patrimônio coletivo vivo que tira sua consistência do espaço vivido pelos atores" (ZAOUAL, 2009, p. 63).

Nesse sentido, é possível entender que só se concebe uma experiência de TBC, se esta estiver vinculada aos "sítios simbólicos de pertencimento", entidades imateriais e invisíveis, nas quais estão impregnados os comportamentos individuais e coletivos, além de todas as manifestações materiais de uma região (ZAOUAL, 2009).

Assim, a partir dessas premissas orientadoras para o TBC, é possível considerar que o seu entendimento pressupõe a identificação e a análise de propostas e ações sociais coletivas que buscam traduzir os protagonismos e as resistências dos atores sociais locais envolvidos, além de outros elementos centrais, como o intercâmbio cultural entre turistas e anfitriões, as relações econômicas produzidas localmente e o encontro entre natureza e cultura de modo vinculado ao sentimento de pertencimento ao lugar vivido e visitado.

Sob outra perspectiva, Fabrino, Nascimento e Costa (2016) examinaram a possibilidade de articulação entre a discussão teórico-conceitual do TBC e as suas práticas. Com base nas premissas, objetivos e componentes do TBC encontrados na literatura especializada, delinearam-se os seguintes elementos-chave do *Turismo Comunitário*:

> • Dominialidade: refere-se ao grau de domínio da comunidade sobre os aspectos de controle, propriedade e gestão da atividade turística;
> • Organização comunitária: diz respeito ao modelo e processo de gestão consolidado em torno do TBC, além de sua interação com o ambiente externo;
> • Democratização de oportunidades e repartição de benefícios: refere-se à existência de mecanismos/acordos que contribuem para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística na localidade e para a democratização de oportunidade no acesso de seus membros às atividades relacionadas ao turismo;

> • Integração econômica: evidencia a integração do turismo com as outras atividades econômicas da localidade, identificando novos arranjos surgidos a partir do seu advento;
> • Interculturalidade: relaciona-se com o intercâmbio cultural e a troca de referências e experiências estabelecidas entre os turistas e a comunidade local;
> • Qualidade ambiental: refere-se às condições da comunidade com relação ao saneamento ambiental e, ainda, as formas de manejo dos recursos naturais locais (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016, p. 176).

Esse quadro de análise teórico foi aplicado empiricamente em três iniciativas de TBC, localizadas no litoral leste do Ceará: Prainha do Canto Verde, Ponta Grossa e Assentamento Coqueirinho, que fazem parte da *Rede Cearense de Turismo Comunitário*. Articulando teoria e prática, concluiu-se que, dos seis elementos-chave inicialmente propostos, apenas dois deveriam ser realmente considerados como aspectos constituintes do TBC: dominialidade e organização comunitária. Os outros quatro elementos foram identificados como possibilidades ou desdobramentos desejáveis do TBC (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016).

Nesse contexto de reflexão, por pressuposto, a lógica de desenvolvimento do TBC busca se contrapor (mas não tem a pretensão de substituir) aos modelos inspirados apenas pelas premissas de crescimento econômico e pelo viés do mercado, nos quais prevalece o foco na produção, na competitividade e no lucro, e não na redistribuição dos benefícios advindos do processo e no consequente compromisso com a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Sendo assim, na percepção de Sampaio (2011, p. 23), o *Turismo Comunitário* pode também ser interpretado como uma estratégia ou um encaminhamento de "política afirmativa", para que "as populações tradicionais, independente do grau de descaracterização, diante da hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vidas próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida material-consumista". Segundo tal argumento, o grande desafio para o desenvolvimento do *Turismo Comunitário* seria o fortalecimento dos modos de vida tradicionais, a partir da reafirmação de suas próprias dinâmicas socioculturais, inseridas em economias comunitárias capazes de dialogar, no plano global, com a economia de mercado. Nesse sentido, a proposta de TBC representa também, em tese, a possibilidade de um novo paradigma para o turismo, em bases sustentáveis.

Essa perspectiva encontra ressonância, sobretudo, em Irving (2009), para quem a discussão sobre *Turismo de Base Comunitária* deve abarcar não apenas questões mercadológicas, mas também ultrapassar a simples noção de comunidades carentes e de baixa renda para alcançar o sentido de coletivo. Além disso, deve desmistificar a interpretação

simplista e estereotipada do TBC como se esse representasse uma prática na qual um grupo desfavorecido recebe, em seu convívio cotidiano, pessoas curiosas pelo exotismo apenas para aumentar a sua renda e melhorar a sua expectativa de vida.

Dessa forma, a autora propõe que esse novo modo de se conceber o turismo se construa a partir da emergência da discussão articulada sobre alguns aspectos, quais sejam: (a) participação social e protagonismo social no planejamento, na implementação e na avaliação de projetos turísticos; (b) escala limitada e controlada de impactos sociais e ambientais; (c) geração de benefícios diretos à população local; (d) afirmação cultural e interculturalidade e (e) encontro entre identidades.

Buscando propor a construção de uma base conceitual sobre o tema, Irving (2009, p. 111) entende que a experiência de TBC seja "aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que, por essa via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento". Esse pensamento reforça, portanto, a afirmação de que o TBC só poderá realmente ser desenvolvido, se os protagonistas forem sujeitos e não objetos no processo.

Em relação ao que constitui o principal atrativo para o *Turismo Comunitário*, este se expressa como uma forma diferenciada da concepção materialista dominante na sociedade contemporânea por meio do "compartilhamento solidário", que estabelece "a relação social com seu interesse pelo outro, pelo diferente, pela autenticidade no seu jeito de falar, cantar, dançar, comer, entre tantos, respeita a simplicidade existente nas comunidades tradicionais" (MORAES, 2011, p. 18). Dessa maneira, essa percepção sobre o TBC parece enfatizar a sua realização a partir de uma dimensão cultural, na qual se busca promover o encontro entre visitantes e visitados.

Essa proposta de turismo tende também a ser influenciada pelas mudanças no perfil do turista contemporâneo, cada vez mais inspirado pela busca de experiências turísticas baseadas nos valores naturais e culturais. Esse novo tipo de turista, que visa à interação com os anfitriões, primando pela autenticidade e originalidade dos lugares e pelo compromisso com a conservação do patrimônio visitado, é designado como "visitante consciente". Trata-se de alguns grupos geralmente formados por estudantes, professores, pesquisadores e simpatizantes com a proposta de TBC (SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012).

No plano concreto, como fora mencionado, a dinâmica de interação entre visitantes e populações locais no TBC ocorre, na maioria das vezes, no âmbito da hospedagem domiciliar ou em pousadas localmente geridas, que oferecem alimentação baseada em uma culinária regional e produção familiar e, também, atividades variadas na localidade visitada.

Porém, no TBC, os anfitriões não representam apenas mão de obra, tampouco os turistas são interpretados localmente como fontes de lucro. Ao contrário, a oferta aos visitantes de experiências reais do modo de vida da comunidade local tende a fortalecer os laços entre ambos, permitindo um intercâmbio cultural de experiências, conhecimentos e saberes (GUZZATTI; SAMPAIO; CORIOLANO, 2013).

Na esteira dessas concepções delineadas, convém salientar mais uma análise desenvolvida, por Rezende (2016), sobre as orientações epistemológicas utilizadas, atualmente, por diversos estudiosos em TBC, tendo por base as escolas que têm influenciado o pensamento sobre o turismo[63]. O autor conclui que, de modo geral, os estudos sobre esse tema, no Brasil, têm tido como horizonte epistemológico a crítica social. Essa perspectiva de análise se baseia na crítica à sociedade capitalista e aos seus efeitos sobre o turismo, assim como advoga a necessidade de proposição de alternativas aos modelos hegemônicos. Nesse contexto, o autor considera que o TBC pode representar uma alternativa possível para o desenvolvimento local e para o protagonismo social e, também, uma via potencial para apoiar as estratégias de proteção da natureza e valorização da cultura tradicional, entre outros efeitos, no âmbito local. Em outras palavras, o TBC é entendido como uma via para o desenvolvimento local, em bases sustentáveis.

Além da abordagem sociocrítica, Rezende (2016) depreende mais duas abordagens adotadas em estudos sobre TBC: 1) Economicista-cartesiana, que sinaliza o TBC não se sustentar economicamente, e que, por isso, a solução é atrelar as suas atividades ao turismo convencional, no sentido da racionalidade instrumental e de inserção dos empreendimentos no mercado competitivo do turismo global. Essa proposição trata essa prática sob uma perspectiva pragmática e de mercado; e 2) Pragmático-desenvolvimentista, cujas análises são marcadas por trabalhar com base em uma perspectiva pragmática de resolução de conflitos e crença no desenvolvimento local e comunitário por meio de estratégias de planejamento, sem criticar amplamente as mazelas do capitalismo.

Assim sendo, esses saberes produzidos na prática científica tendem a indicar direções possíveis para o caminho da pesquisa em TBC. Mas, propõe-se considerar que os estudos sobre essa prática coexistem com tantos outros. Isso significa que as possibilidades são diversas e as incertezas envolvidas são inevitáveis, acarretando em acordos ou não.

Também, embora, na última década, tenha sido impulsionado um movimento crescente por uma reflexão crítica sobre *Turismo de Base Comunitária* no Brasil, na tentativa

[63] Para aprofundamento desse assunto, ver Panosso-Netto e Nechar (2016).

de teorizar o objeto, é importante que não se naturalizem os conceitos e as visões nele implicados com base na crença de que todas essas premissas orientadoras poderão constituir, sincronicamente, um manual de "saber-fazer" TBC.

Para Lima (2011), as perspectivas conceituais de TBC são polêmicas e inclinadas para um modelo idealizado de desenvolvimento do turismo. Mas, para o autor,

> o *TBC* ainda traz na sua essência algumas incógnitas e uma base conceitual frágil, e se mantém enviesado com uma pretensão ideológica de pesquisadores e intelectuais em desenvolver um turismo em que o homem se aproxima de um ser angelical, sem interesses mercantis, querendo preservar a cultura local e almejando justiça por meio de uma maior participação nos processos de tomada de decisão (LIMA, 2011, p. 04).

Com essa percepção, o autor enfatiza, ainda, que a abordagem e a análise de contextos comunitários na organização do turismo devem ser tratadas de forma crítica e não ingênua, já que existe uma tendência de simplificação e homogeneização das comunidades locais, consideradas nesse contexto, apenas como componentes do arranjo produtivo local e o turista, simplesmente, como consumidor de produtos e serviços.

Por outro lado, segundo Fabrino (2013), é importante ressaltar que as publicações acadêmicas brasileiras não apresentam dados mensuráveis sobre a viabilidade financeira desses empreendimentos. Tampouco tratam sobre questões como o fluxo turístico, as taxas de ocupação dos meios de hospedagem, os processos de gestão e, principalmente, sobre quanto o *Turismo de Base Comunitária* tem contribuído para a melhoria das condições de vida nas localidades. Ademais, são poucas as abordagens teóricas e conceituais que buscam contribuir, especificamente, com subsídios às políticas públicas e à avaliação dos investimentos necessários de recursos para as iniciativas de TBC.

Na construção de significados de *Turismo de Base Comunitária*, é importante buscar também não cair no estereótipo – muito difundido em alguns âmbitos acadêmicos – que tende a considerar as populações visitadas como vítimas, e os visitantes como algozes. Essa leitura parece compreensível quando se observa que o relacionamento entre visitantes e visitados pode variar em função de uma série de circunstâncias favoráveis ou desfavoráveis, implicando diferentes efeitos culturais. Sendo assim, não se pode esquecer que, em uma sociedade contemporânea em crise, deve-se problematizar como essa relação vai sendo negociada entre esses grupos sociais (BARRETO, 2004).

Tendo em vista toda a problemática envolvida nessa discussão, considera-se, em linhas gerais, que a proposta de *Turismo de Base Comunitária* tende a se delinear de diferentes formas, conforme o processo e o movimento de cada experiência, de cada história,

além da dinâmica de cada lugar. Assim, essa potencialidade tende a ser algo capaz de ultrapassar a interface meramente mercadológica e econômica da atividade que tem se configurado por meio de ações dirigidas, sobretudo, ao fortalecimento da organização comunitária, à valorização e à prática da identidade local, assim como à permanência da população no local herdado, além da proteção dos seus recursos naturais e culturais.

3.3 ENCONTROS E PRÁTICAS CONJUNTAS

Para enfrentar os desafios rumo ao desenvolvimento do *Turismo de Base Comunitária* no Brasil, conforme Salles e Sales (2012), uma tendência tem sido o estabelecimento de relações de intercâmbio entre projetos e experiências desse tipo. Assim, vem sendo possível contribuir para a construção de redes colaborativas no *Turismo Comunitário*, o que tende a reforçar a perspectiva em curso na América Latina e no mundo.

Dessa maneira, grupos engajados em projetos de *Turismo de Base Comunitária* no Brasil têm construído ações integradas e alianças pelo trabalho tradicional e por experiências compartilhadas. Por essa via de análise, as redes tenderiam a situar o TBC em um contexto mais amplo de políticas públicas setoriais e também de inserção no mercado turístico e de intercâmbio entre experiências.

Esse argumento pode ser reforçado ainda pelos resultados dos *Encontros da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário* (TURISOL). O *I Encontro Nacional da TURISOL*, uma das ações apoiadas pelo edital MTur nº 001/2008, supracitado, foi realizado, como fora mencionado, em Uruçuca (BA), em junho de 2010, com a coordenação do Projeto Bagagem .

Essa oportunidade de encontro objetivou definir as prioridades da Rede TURISOL, além de buscar fortalecer as estratégias de comercialização e de criar vínculos entre os atores sociais participantes do processo. Na ocasião, os grupos envolvidos assumiram as responsabilidades de cada projeto, em um plano de trabalho para o período 2010-2012, definindo as seguintes linhas prioritárias de atuação da Rede: comercialização (Projeto Bagagem); formações e intercâmbios (Acolhida na Colônia); comunicação (Projeto Saúde e Alegria); juventude e *Turismo Comunitário* (Fundação Casa Grande em parceria com Geração Muda Mundo da Ashoka); universidade e *Turismo Comunitário* (Instituto Mamirauá em parceria com a UFRJ) e articulação com políticas públicas (*Rede TUCUM*) (BAGAGEM, 2010).

No entanto, por insuficiência de recursos financeiros, o Plano de Trabalho 2010-2012 da Rede TURISOL não foi concretizado. O Projeto Bagagem, que assumia, naquele período, um papel importante de centralização das ações, foi encerrado pela estrutura frágil de financiamento das ações à época. Com isso, a TURISOL foi se dissolvendo, progressivamente. Aquele momento foi também crítico pela finalização dos projetos apoiados pelo Edital MTur nº. 001/2008, em 2010. Mas, a despeito de a perspectiva de continuidade da Rede TURISOL ter sido inviabilizada pela insuficiência de recursos, os destinos envolvidos continuaram se desenvolvendo nas ações previstas, dialogando entre si, embora sem uma ação conjunta.

Dessa forma, entre 2012 e 2014, o Projeto Bagagem passou por uma fase de "hibernação", com equipe reduzida e sem a possibilidade de seguir liderando a Rede. Nessa fase, a TURISOL ficou também inativa. Já em agosto de 2014, com nova diretoria e a gestão estratégica do Projeto Bagagem, assumida pela Raízes Desenvolvimento Sustentável, o diálogo em rede foi reestimulado (BAGAGEM, 2015).

A primeira iniciativa em conjunto, a partir de então, foi a construção coletiva de uma linha do tempo da TURISOL (2003-2013) e do *Turismo Comunitário* e solidário no Brasil, para apresentação no FITS na Nicarágua, em setembro de 2014. Nesse evento, o pacto firmado por todos os representantes de países da América Latina foi de fortalecer as redes nacionais de *Turismo Comunitário*, como uma forma de serem construídas e apoiadas as redes continentais, compartilhando, assim, compromissos mundiais, conforme enunciado na Declaração de Granada (FITS, 2014).

Nesse contexto, a iniciativa efetiva encontrada para a reativação da Rede TURISOL foi a realização do *II Encontro Nacional da TURISOL*, em agosto de 2015, na Universidade de Brasília. Demandando uma série de articulações durante o pré-encontro, de forma colaborativa, liderada pelo Projeto Bagagem, em acordo com o conjunto de projetos que acompanham a TURISOL e parceiros, o evento envolveu cerca de 150 participantes de várias partes do país.

Essa mobilização foi integrada por representantes de comunidades locais, de universidades, de órgãos da gestão pública, além de ONGs, de consultores de TBC e de empresas. Diversos debates foram promovidos em dois dias de evento, com enfoques na temática de *Turismo de Base Comunitária* relacionada ao território, à comercialização e às políticas públicas setoriais. Como parte do aprofundamento do diálogo, pode ser ressaltado o entendimento da importância de que a Rede TURISOL se consolide para poder reivindicar mudanças em políticas públicas. Essas, por sua vez, devem fortalecer a autonomia e a

cidadania das comunidades tradicionais, além de garantir o direito ao território, auxiliando na formação de líderes e empreendedores, dentre outras demandas (BAGAGEM, 2015).

Após esse segundo encontro, o grupo de pessoas e instituições participantes continuou se comunicando e trocando informações sobre o TBC, por meio de um grupo no aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Entretanto, parece que a Rede TURISOL não deu continuidade aos compromissos de ações conjuntas, passando por um novo período de afastamento entre os atores sociais envolvidos no processo, considerando os empreendimentos comunitários, as assessorias técnicas, os pesquisadores, os agentes de viagem e outros interessados nessa temática (VIANA JÚNIOR, 2017).

Essa situação se tornara ainda mais frágil, tendo em vista que as políticas públicas para o *Turismo de Base Comunitária* no país continuavam inexistentes, ainda que a ONU tenha declarado 2017 o "Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento" no contexto da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme mencionado no segundo capítulo. Nesse momento particular, em que o turismo aparece como meta nos novos objetivos globais, o Brasil, representado pelo Projeto Bagagem, participou da Conferência de Berlim: Transformar o Turismo na Agenda 2030, realizada no âmbito da ITB Berlim – Alemanha 2017. Essa participação foi importante para influenciar na produção do conteúdo do documento resultante do encontro – "Declaração de Berlim: Transformar o turismo", situando o país nesse debate global, enquanto área estratégica para a construção de alternativas para o turismo em bases sustentáveis – dentre elas o TBC.

Em sintonia com os debates e encaminhamentos alinhados ao turismo na Agenda 2030, o Projeto Bagagem e outros brasileiros que participaram no *II Encontro da Rede TURISOL*, estiveram envolvidos, ainda em 2017, no I Encontro Latino Americano de Turismo Comunitário (I ELTC), ocorrido em Gachantivá - Colômbia. Organizado pela ONG internacional *Travolution*[64], esse encontro teve como objetivo principal a cocriação de uma "Rede Latino Americana de Turismo Comunitário", permitindo a construção de um espaço de integração e colaboração entre os empreendimentos de TBC, de delineamento de estratégias de desenvolvimento local, além do estabelecimento de parcerias comerciais para o fomento do fluxo de viajantes entre os lugares de TBC (TRAVOLUTION, 2017).

No plano nacional, enquanto o Ministério do Turismo, desde 2010, se mantinha estagnado, em termos de ações de políticas públicas direcionadas ao fomento do TBC, duas ações importantes foram lançadas, em 2018, no âmbito do Instituto Chico Mendes de

[64] A *Travolution* atua na América Latina e possui alianças na Europa, Ásia e África. Maiores informações disponíveis no site <www.travolution.org>.

Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e, desde então, vêm sendo ensaiadas com o objetivo de fortalecimento do TBC em unidades de conservação.

Como desdobramento das ações do Grupo de Trabalho do Turismo de Base Comunitária (GTTBC) do ICMBio, que vem, desde 2011, empreendendo esforços nesse sentido, foi elaborado o documento intitulado "Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: princípios e diretrizes 2018" (ICMBio, 2018), com o objetivo de estabelecer um marco referencial para o *turismo de base comunitária* em unidades de conservação que seja capaz de sensibilizar e orientar os gestores públicos sobre o tema. Esse documento apresenta também como objetivo salvaguardar a história e a cultura das comunidades locais, tendo o protagonismo comunitário no desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo em unidades de conservação. Dessa forma, embora seja ainda no plano do discurso, pode-se considerar que esse documento reconhece o papel fundamental das comunidades locais nesse processo, que, tendem a ser historicamente invisibilizadas e criminalizadas pelas políticas públicas.

Em articulação com o documento mencionado, foi publicado também o edital "Chamada de propostas para fortalecimento de iniciativas de *Turismo de Base Comunitária*" (PNUD BRA 08/023), considerado a primeira ação com esse objetivo vinculada ao ICMbio. O edital recebeu 33 propostas direcionadas à promoção e ao fortalecimento de iniciativas de *Turismo de Base Comunitária* em unidades de conservação, por todo o país. Inicialmente, estava previsto, no edital, o apoio de quatro propostas. Mas, o resultado final dessa seleção foi de nove propostas aplicadas na RESEX Marinha da Baía do Iguape (BA), no PARNA da Chapada Diamantina (BA), no PARNA Marinho de Abrolhos/RESEX Cassurubá (proposta conjunta de 2 UCs na Bahia), na APA de Petrópolis (RJ), na APA de Guapi-Mirim (RJ), na APA Cairuçu (RJ), na RESEX Marinha Pirajubaé (SC), na RESEX Marinha do Delta do Parnaíba (PI) e na RESEX Prainha do Canto Verde (CE). Cada proposta selecionada recebeu o apoio financeiro no valor de até quarenta mil reais (R$ 40.000,00) para a implementação de ações programadas, que tenham o potencial de replicação metodológica em outras áreas protegidas. O acompanhamento e a avaliação dos projetos estão sendo feitas pelo órgão gestor ambiental em conjunto com uma consultoria externa.

Esses projetos foram apresentados no "V Seminário Internacional de Turismo em Áreas Protegidas da Amazônia" e no "I Encontro de Boas Práticas em Turismo de Base Comunitária", promovidos pelo ICMBio, entre os dias 7 e 9 de maio de 2018, na Universidade Federal do Acre (Rio Branco/AC). Esse evento teve como objetivo divulgar a

importância econômica e o potencial do TBC para as unidades de conservação, bem como promover a integração entre as comunidades tradicionais e os operadores de turismo.

Para dar visibilidade para o "produto" TBC, tal como tem sido considerado pelo ICMBio, foi lançado o "Catálogo de Produtos da Sociobiodiversidade do Brasil" (ICMBio, 2018). A publicação apresenta o TBC, além de quatorze produtos ofertados pelos povos e comunidades tradicionais em 66 unidades de conservação brasileiras. Dessa forma, em termos de gestão pública, é importante reconhecer que, recentemente, o ICMBio foi a principal instituição federal apoiadora do TBC no país.

No que tange aos desdobramentos recentes da Rede TURISOL, um grupo composto de lideranças comunitárias, membros de redes regionais, de iniciativas locais de *Turismo Comunitário*, de ONGS e movimentos sociais, educadores populares e de diversas instituições educacionais realizaram um esforço para discutir uma nova proposta de evento no âmbito do *Fórum Social Mundial 2018* (VIANA JÚNIOR, 2018). Com essa intenção, foi realizado o "II Fórum Global sobre Turismo Sustentável" (II FGTS), nos dias 14 e 15 de março na Universidade Federal da Bahia, na capital de Salvador, como uma atividade autogestionária integrante do eixo temático "Democratização da Economia" do FSM 2018. O evento teve a participação de 93 integrantes de 63 organizações de nove países (Alemanha, Austrália, Brasil, Benin, Canadá, Chile, Coréia do Sul, Índia e Inglaterra), incluindo representantes de nove estados brasileiros (Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe).

O II FGTS resultou na "Declaração de Salvador" (FGTS, 2018), que reconheceu a necessidade de fortalecimento das redes de *Turismo de Base Comunitária*, considerando-se a legitimidade e a autonomia das iniciativas das comunidades para isso. Esse encontro contribuiu ainda para o fortalecimento da Rede TURISOL e de outras como a *Rede Cearense de Turismo Comunitário* (TUCUM), bem como para o incentivo do movimento pela construção de uma rede baiana de *Turismo Comunitário*, que envolve, no momento atual, cerca de 13 organizações e empreendimentos localizados em áreas urbanas e rurais (VIANA JÚNIOR, 2018).

Nesse contexto, foi entendimento do grupo, reunido nesse Fórum, que a Rede TURISOL pode ser fortalecida por meio da união, voluntariado e contribuição de pessoas e instituições para o desenvolvimento de *outro turismo possível* (FGTS, 2018).

Dentre as linhas prioritárias de atuação da Rede TURISOL, reconhece-se que o movimento de articulação e influência em políticas públicas tem alcançado alguns resultados efetivos no processo de mobilização, elaboração e proposição normativa para o

desenvolvimento do TBC nas esferas estaduais. Por exemplo, o Rio de Janeiro foi o estado pioneiro na instituição da *Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro* (Lei nº 7.884 de 02/03/2018). Minas Gerais e Bahia também apresentaram os seus Projetos de Lei nº 150 de 03/02/2019 e Lei nº 23.080 de 13/02/2019, respectivamente, que estão ainda em fase de tramitação no processo legislativo estadual. O conteúdo de cada Projeto de Lei apresenta perspectivas de TBC contextualizadas ao histórico e peculiaridades regionais. Dessa forma, a importância e a necessidade de incentivo e fomento ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao TBC passam a ser, explicitamente, assumidas no âmbito do dever do Estado brasileiro e do direito de povos e comunidades que já estão ou desejam se envolver nessa prática. Portanto, esses Projetos de Lei podem ser também considerados como um dos frutos dessa construção do TBC em rede.

Em síntese, pode-se compreender que as discussões sobre o TBC no Brasil têm sido articuladas e tecidas por inúmeros representantes das universidades, dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais, das agências de cooperação internacional, das instituições governamentais, e, principalmente, das lideranças comunitárias engajadas na defesa de direitos de povos e populações tradicionais. Pode-se reconhecer também que, as abordagens recorrentes sobre essa temática não se restringem àquelas orientadas, predominantemente, pelas lógicas mercadológica e econômica, convencionalmente adotadas nas análises sobre o turismo. Ainda assim, prevalecem na produção acadêmica perspectivas dualistas de análise, baseadas na leitura da polaridade entre o compromisso "social" e o reconhecimento da importância econômica dessa prática.

Nesse sentido, uma questão permanece deste debate como inspiração à reflexão: como avançar na direção de uma perspectiva complexa de análise sobre o TBC capaz de considerar as articulações entre atores múltiplos e os seus possíveis efeitos?

Partindo dessa inquietação, pretende-se discutir, no capítulo subsequente, a noção de redes, com base na *Teoria Ator-Rede*, para orientar a reflexão e fundamentar o caminho metodológico para uma *Cartografia de Controvérsias* na *Rede TUCUM*, buscando uma descrição de processos amplos e múltiplos nesse campo de imersão.

4 A NOÇÃO DE REDE PARA ORIENTAR A REFLEXÃO: pistas conceituais a partir da *Teoria Ator-Rede*

4.1 ABRINDO CAMINHO PELA *TEORIA ATOR-REDE*

A noção de rede vem, ao longo dos anos, sendo ressignificada e tem sido associada a muitas dinâmicas contemporâneas, sob a influência de diferentes campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Psicologia, Administração, Ciência da Computação, Engenharias e Comunicação e outros. Portanto, são inúmeras as abordagens oriundas de distintos campos teóricos sobre esse tema. Contudo, é também evidente a dificuldade de delimitá-lo conceitualmente, haja vista a gama de denominações existente e, ainda, as diferenças de interpretação sobre o seu enquadramento teórico-metodológico.

Para iniciar este debate, é importante que se apresente a origem dessa terminologia, que, ao contrário do que possa parecer, não é recente. As redes fazem parte do cotidiano na sociedade contemporânea. Mas, desde os primórdios da humanidade, simbolizam uma noção que permeia os modos como os seres humanos imaginam e representam o mundo.

Originariamente, rede é um termo derivado do latim *rete* que significa teia. Na Grécia antiga, uma rede era interpretada como técnica de tecelagem composta de fios regularmente entrelaçados, que serviam para a captura de pequenos animais. A arte de tecer envolvia também uma complexa rede de simbolismos, enriquecida pelo imaginário das formas da natureza (DIAS; SILVEIRA, 2007).

Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, a partir de meados do século XX, o reconhecimento da importância da noção de rede alcançou maior expressividade. Os debates decorrentes da revolução tecnológica, e de suas repercussões nos processos de disseminação de informação e da construção do conhecimento vêm influenciando novos significados, o que parece ter contribuído, notadamente, para a rápida difusão do termo em todo o mundo (CASTELLS, 2010). Ainda que tal difusão tenha ocorrido com amplitude e em velocidade inimagináveis, uma polissemia significativa passou a se expressar em relação a essa noção[65].

[65] Em um sentido múltiplo da palavra, rede de descanso ou de dormir, rede de escoamento d'água, rede de pesca, rede de supermercado, rede social, rede elétrica, rede estabelecida entre computadores, rede de dispositivos, rede hoteleira, rede de contatos, redes organizacionais, rede de telefonia, rede ferroviária, rede urbana são algumas expressões conhecidas e amplamente utilizadas no dia a dia, pelas quais se faz notar a noção de ligação, de vínculo.

Nesse contexto histórico, o fomento do uso da Internet (que passou a ser a principal ferramenta para o fluxo e para a troca de informação, de comunicação e de capital em escala mundial), além da emergência da disseminação de tecnologias de informação e comunicação (TICs), vêm permitindo também a ampliação de formas de conexão e de alianças entre diversos grupos humanos nos meios midiáticos[66]. Com isso, facilitou-se a construção de redes em diversas frentes de geração e difusão do conhecimento, de ação social, de ativismo político entre outras.

A literatura especializada nesse assunto começou a ganhar importância e rigor apenas após a década de 1980, atraindo a atenção de um número crescente de economistas, urbanistas, sociólogos, geógrafos, psicólogos e políticos (COSTA, 1996). De acordo com Souza (2015), àquela época, ocorreu uma "febre" acadêmica anglo-saxônica acerca do assunto, fenômeno que também foi percebido na década de 1990, tanto na França quanto no Brasil.

Assim, conforme a difusão do termo passou a se ampliar, cada vez mais, foi se configurando paralelamente uma progressiva complexidade relacionada à noção de rede como categoria teórico-metodológica para a prática acadêmica. Ao mesmo tempo, pesquisadores interessados por essa temática vêm sinalizando, nesse percurso, que ainda há muito que ser problematizado acerca da constituição/produção das redes, assim como de suas dinâmicas e formas de expressão. Mas o entendimento sobre a complexidade que envolve essa dinâmica exige que se invista em modos de fazer pesquisa que possam contribuir para o seu favorecimento em termos de modalidades de interação mais colaborativas (PEDRO, 2008a).

Dessa forma, embora existam variadas definições para o que se convencionou chamar de rede, no contexto desta tese, a principal inspiração para a construção dessa reflexão temática se refere à perspectiva abordada pela *Teoria Ator-Rede*. Partindo dessa perspectiva, busca-se construir, neste capítulo, um pano de fundo para facilitar o entendimento sobre o percurso teórico-metodológico escolhido, no âmbito desta tese, introduzindo e contextualizando as possíveis contribuições para esta reflexão por parte da *Teoria Ator-Rede*. A princípio, busca-se caracterizar a *Teoria Ator-Rede* para que se possa, a seguir, apresentar alguns dos seus conceitos-chave: rede sociotécnica, associação, tradução, *actante* e controvérsia e, posteriormente, relacioná-la aos estudos de turismo.

[66] As redes sociais do mundo virtual permitem diversas possibilidades de comunicação e interatividade. Tem sido cada vez mais comum ouvir das pessoas sobre algo que viram no Twitter, no Facebook, no Instagram etc., seja foto, vídeo ou até mesmo uma conversa entre amigos. O Facebook é a maior de todas, com mais de um bilhão de usuários em todo o mundo. O internauta tem a liberdade de escolha da rede social que melhor se adapta ao seu perfil para a interação com outros atores.

Portanto, não há pretensão de se realizar uma investigação aprofundada sobre essa corrente teórica e tampouco de se fazer um balanço das obras publicadas sobre o assunto, mas sim delinear algumas pistas conceituais que possam servir de orientação para desvendar a *Rede TUCUM*, foco central desta tese, além de tecer novas possibilidades de reflexão acerca do *Turismo de Base Comunitária*. Isso porque, a abordagem da *Teoria Ator-Rede* agrega um forte sentido de inovação para o recorte investigado, por ser, primeiramente, capaz de explorar e apreender a multiplicidade de sua realidade.

Sendo assim, a imersão sobre a composição e a dinâmica de conexões da *Rede TUCUM*, tendo como principal inspiração, para tal, a *Teoria Ator-Rede,* representa um desafio tanto no contexto de construção desta tese quanto para a pesquisa psicossocial.

Isso posto, é importante ressaltar que, conquanto se reconheça a existência de diferentes versões estudadas sobre a *Teoria Ator-Rede*, a ênfase inicial, nesta reflexão, será, principalmente, centrada nos estudos do sociólogo francês contemporâneo Bruno Latour[67], um dos fundadores do campo de Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS)[68]. Esse autor de referência parte de suas investigações empíricas nos âmbitos científico e técnico e da compreensão e crítica da teoria social e do paradigma científico cartesiano.

Em sua origem, a construção dessa escola de pensamento evoluiu, principalmente, a partir de meados da década de 1980, como resultado de um amplo esforço de pesquisa desse pensador em conjunto com outros investigadores do *Centre de Sociologie de l'Inovacion* (Centro de Sociologia da Inovação da Escola Nacional Superior de Minas de Paris)[69], como Michel Callon e John Law[70]. Desde então, esses estudiosos autodenominados como um grupo de sujeitos "híbridos", "meio engenheiros", "meio filósofos", vêm se firmando como referências na área das ciências e das técnicas (LATOUR, 2013, p. 09), provocando, ao mesmo tempo, curiosidade e controvérsia, as quais se revelarão, aos poucos, neste capítulo.

A introdução dessa arquitetura intelectual aos leitores interessados está conjecturada no livro *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos* (LATOUR; WOOLGAR, 1997), publicado pela primeira vez em 1979. Essa experiência se desenvolveu em torno da sociologia da ciência em atividade laboratorial e simboliza o início dos estudos sobre a *Teoria*

---

67 Em 2013, recebeu o prêmio *Holberg* pelo governo norueguês, considerado como o equivalente do Nobel das humanidades e ciências sociais.

68 Esse campo é identificado também como Antropologia das Ciências e das Técnicas.

69 Este Centro se dedica a estudar as produções sociotécnicas, no âmbito do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade, sob a ótica dos vínculos estabelecidos por humanos e não humanos, no tempo e espaço.

70 Uma ampla lista de bibliografia produzida pelo grupo original de pesquisadores da *Teoria Ator-Rede* pode ser encontrada no website "The Actor Network Resource", mantido por John Law, em http://www.lancaster.ac.uk/fass/centres/css/ant/ant.htm

Ator-Rede (original em inglês de *Actor-Network Theory* – ANT), que emergem da reflexão produzida sobre os acontecimentos da crise do paradigma hegemônico da sociedade contemporânea, pós-década de 1970, contextualizada na introdução desta tese. A sigla ANT, não por acaso, se compara a uma formiga: míope, viciada em trabalho, farejadora de trilhas, com a qual Latour se identifica no desenvolvimento do "projeto ator-rede" e na própria prática científica da teoria proposta.

Segundo o próprio Latour (2012), a teoria defendida é, simultaneamente, abstrata e empírica, inspirada em sua base antropológica, sendo comum "viajar" nas grandes indagações teóricas sobre a maneira pela qual se percebe e se propõe a estudar o mundo, ao contrário da tentativa em se buscar explicar a realidade social. Nessa perspectiva articulada pela *Teoria Ator-Rede*, entende-se que a realidade é localizada histórica, cultural e materialmente, ao contrário da percepção de que essa resulta de um contexto supostamente estável, linear e determinado. Portanto, há diferentes versões, performances e realidades que coexistem no presente, concebidas a partir de uma variedade de hibridizações.

Considerando a metáfora do "guia de viagem"[71] invocada pelo próprio trabalho intelectual de Latour (2012), essa teoria convida, ainda, à realização de uma vagarosa viagem ao mundo social. À medida que se viaja com a *Teoria Ator-Rede*, o viajante (a pesquisadora) explora, ao mesmo tempo, um terreno inteiramente banal, mas também completamente exótico, instigando, ao invés de impor ao leitor "aonde ir" e "o que vale a pena ver ali".

A ANT propõe, assim, uma nova forma de se interpretar a realidade e convida à reflexão sobre como ela se constitui, para além do próprio fundamento comum que percorre o pensamento moderno, os dualismos (uma grande divisão que separa a sociedade moderna da pré-moderna), a partir dos quais as Ciências Sociais definiram seu objeto, principalmente os de natureza/sociedade e humano/não-humano, entre tantas outras cisões configuradas no mundo (LATOUR, 2013).

Porém, é importante atentar para o que propõe a ANT sobre a abolição desses dualismos. Segundo a leitura de Marras (2006), essa questão não significa conciliar termos opostos, ligar polos isolados. Nem mesmo de superar ou de reencantar as práticas científicas. A orientação latouriana é acompanhar, empiricamente, a feitura das realidades para assim "traçar o espaço simétrico", o "meio" que separa essas duas zonas ontológicas. Nessa proposta, tem-se uma realidade a serviço da teoria e não a teoria a serviço da realidade. De outra forma, discute-se a sociedade a partir do conhecimento que ela mesma produz.

[71] Essa metáfora está referenciada na introdução, p. 40.

Por consequência, essa abordagem tem, notadamente, questionado e proporcionado uma forma alternativa para a prática das ciências, podendo ser uma ferramenta útil para redimensionar campos de estudo do social tradicionalmente marcados por limitações (MELO, 2008). Dessa forma, a ANT possibilita abrir um caminho para a exploração de novos domínios pelas Ciências Humanas e Sociais, estabelecendo elos onde antes havia apenas um relativo isolamento e endogenia de cada campo disciplinar, como tecnologia, saúde, economia, artes, religião (e por que não turismo?).

Afastando-se dos autores da tradição sociológica, Latour (2012) propõe uma teoria complexa, ao mesmo tempo, em que é amplamente inovadora, por advogar não ser mais possível se pensar sobre as dinâmicas sociais sem que se busque compreender as conexões existentes entre elementos humanos e não-humanos (natureza e técnica).

A estreita ideia de que uma pessoa age autonomamente, com seus próprios objetivos, não funciona nem na economia, nem na religião, nem na psicologia nem em outra situação. Os humanos são envolvidos por muitos outros seres ativos no momento em que se age no mundo. Portanto, um dos postulados da ANT é que, quando uma pessoa age, mais alguém/alguma coisa está agindo junto (LATOUR, 2012a).

Da mesma forma, uma recorrente centralidade na noção de humano nas Ciências Sociais ignorou essas outras agências que, por sua vez, conformavam agências outras. Sendo assim, a ANT coloca os não-humanos no centro do debate sociológico, entendendo que os mesmos são dotados de agência e que, consequentemente, permitem uma compreensão ainda melhor sobre o humano. Posto isso, pressupõe-se que desvendar o não-humano se torna o "coração" da pesquisa ANT, passando a incluir na reflexão o que os mesmos estão fazendo.

A definição de não-humano, sob o viés da ANT, é igualmente plural, podendo englobar, por exemplo, seres sobrenaturais, maquínicos, substâncias psicoativas, meta agentes (como o oceano, o regime dos ventos, mas também os rios e outros processos geobiofísicos), seres microscópicos e os demais animais não pertencentes à espécie humana (CREADO; SÁ; PAVESI, 2015).

De acordo com tal teoria, o objeto então "fala", desconsiderando a concepção hegemônica de objeto - passivo e a espera das revelações que o sujeito é capaz de fazer (BRANQUINHO; LACERDA; COSTA, 2014). Além disso, o desempenho das entidades não-humanas deve ter um papel maior para que ocorra qualquer construção no mundo social. Dessa forma, a constituição de um mundo comum entre humanos e não-humanos se produz ao assumir uma postura em busca de uma nova política epistemológica (FERREIRA, 2007). Ou seja, essa convocação se dá no sentido de que o conhecimento produzido não é neutro, pelo

contrário, esse contribui para a produção de determinada realidade. Essa perspectiva da *Teoria Ator-Rede* representa a contribuição mais expressiva do pensamento latouriano para as Ciências Sociais (SOUZA; SALES JÚNIOR, 2012).

Nesse contexto, não se pode perder de vista a indissociabilidade da relação sociedade-natureza, perspectiva central defendida pela ANT, à qual se alinha a proposta desta tese. O debate sobre a relação entre natureza e sociedade proposto por Latour não as separam e nem superestimam uma em detrimento da outra, tensionando a questão de que "a natureza reúne os não-humanos separados dos humanos; a sociedade separa os humanos dos não-humanos" (LATOUR, 2012, p. 236).

Em *Jamais Fomos Modernos*, Latour (2013, p. 16) expõe a hipótese de que o mundo é tecido por uma proliferação de "misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura". Assim, não se consegue mais fazer operar as modernas práticas de purificação, que contribuíram para a criação de uma visão de distinção e de fabricação da natureza, de um lado, e da sociedade, de outro, bem como do objeto e do sujeito. Nessa concepção, nem natureza nem sociedade são puras, tampouco estão previamente estabelecidas. Ambas constituem o meio da travessia das trocas de propriedades entre elementos humanos e não-humanos, entre natureza e cultura, existindo, portanto, apenas "naturezas-culturas", um conceito "gêmeo" que imprime originalidade ao pensamento latouriano.

Essa mudança de perspectiva tem reflexo na maneira de lidar com a análise de realidades complexas, tendo em vista que, essa seria dificultada a partir do entendimento de conhecimento científico como algo purificado, criado pelo pensamento moderno, que explica objetos igualmente puros e homogeneizantes. Dessa forma, desqualifica-se a visão de objetos híbridos de natureza e cultura, por serem os objetos próprios às sociedades que não têm a ciência como instrumento de leitura do mundo (BRANQUINHO; TEIXEIRA; SIRENA, 2010).

Nesse sentido, defende-se a noção de ontologias variáveis, em que são criados híbridos complexos que sustentam a configuração da realidade. É importante observar, inclusive, que Latour (2013), em defesa da produção de híbridos e de que todos produzem conhecimento, rejeita o pensamento tão somente sob o viés da multi e da inter disciplinaridade. Em vista disso, um dos efeitos do pensamento latouriano parte do princípio de que não se deve disciplinar o conhecimento quando se trata dos estudos ANT.

Além disso, conforme interpretado por estudiosos que percorrem esse caminho teórico, a hipótese latouriana de *Jamais fomos modernos* se justifica claramente, porque

"jamais nos encaixamos nas dicotomias que marcaram a modernidade" para a compreensão do mundo. Nem natural nem mesmo social, somos seres "híbridos sociotécnicos", explicita Moraes (2003, p.01).

Nesse sentido, a *Teoria Ator-Rede* contribui para ampliar a desconfiança da naturalização dos fatos sociais. Com esse propósito, essa teoria é conhecida, mundialmente, por defender que tudo se mescla, e, que, partindo desse pressuposto, os seres humanos estão ligados à natureza e às materialidades. Daí a necessidade de que se atribua igual importância de tratamento para a produção dos humanos e também dos não-humanos, estudando-os conjuntamente e simetricamente[72].

Há de se reconhecer que parte do debate polêmico sobre essa teoria social alternativa reside, justamente, na interpretação de que os elementos não-humanos devem deixar de ser entendidos como meros "objetos" universais e padronizados, podendo, até mesmo, tornarem-se os principais executores da ação desencadeada. Nesse percurso, geram transformações nas dinâmicas sociais que, no âmbito da discussão da *Teoria Ator-Rede*, são denominadas de "associações", sendo as mesmas resultantes, portanto, dessas intermediações entre agentes humanos e não-humanos, enquanto híbridos sociotécnicos.

Para conduzir a reflexão, Latour (2013, p. 09) usa a metáfora de "reatar o nó górdio" como uma alternativa para a resolução do problema que separa os conhecimentos exatos e o exercício de poder, a natureza e a cultura. Dessa forma, o autor busca empreender a tarefa de "reagrupar o social", desfazendo aquilo que considera como uma divisão moderna entre natureza e cultura, ou, ainda, entre sujeito e objeto. Ou seja, recolocando o lugar da natureza e das coisas, bem como dos humanos e seus artefatos. Com isso, os estudos científicos latourianos preconizam que não se trata mais de separar o conhecimento exato sobre a natureza do exercício do poder entre as pessoas, mas de seguir a rede que liga constantemente sujeitos e coisas, permitindo a construção do coletivo. Sendo assim, a tarefa é "descrever as tramas onde quer que estas nos levem" (LATOUR, 2013, p. 09), por meio das noções de tradução ou de rede, que serão tratadas mais adiante.

Defendendo essa perspectiva, nas últimas décadas, percebe-se que, vez por outra, o que provoca perplexidade aos leitores da ANT não são tanto as posturas do autor frente à prática científica e alguns outros fatores, mas principalmente o sentido inusitado que se atribui às expressões "social" e "explicações sociais". Latour (2012) desafia o vício cartesiano de

[72] A noção de simetria, para Latour, significa "não impor a priori uma assimetria espúria entre ação humana intencional e mundo material de relações causais". Existem divisões que não se devem ultrapassar, superar, reduzir dialeticamente, mas serem, sim, "ignoradas e abandonadas aos seus próprios recursos, como um castelo outrora formidável e hoje em ruínas." (LATOUR, 2012, p. 114).

abordar o social como adjetivo, isto é, de buscar evidenciar fatores sociais. Por outro lado, argumenta que o social não está pronto e nem é evidente. Para essa referência, existe um social a ser descoberto e descrito a partir de coisas observáveis, que se remetem a relação sociedade-natureza.

A questão fundamental problematizada pelo autor constitui, portanto, uma nova forma de abordar o "social"/"sociedade", tendo em vista que nem a sociedade nem a ciência têm se mantido estáveis, implicando, assim, a necessidade de repensar essa categoria[73]. O passo a passo da construção de sua proposta teórica tem sido apresentado a partir de perguntas, que não são diferentes daquelas que os sociólogos dos séculos XIX já responderam, mas que são abordadas de outra forma (CANAL, 2011).

No manifesto *Reagregando o social*, Latour (2012) tensiona o aspecto enigmático desse campo, argumentando que o social não pode ser construído como uma espécie de material ou domínio e assumindo a tarefa de fornecer uma "explicação social" de algum outro estado de coisas. Com esse apelo, o autor enfatiza que fazer ciência social no estilo ANT é examinar uma questão fundamental: o que é, de fato, o social? Do que é feito o "social" e como somos feitos no "social". Ou seja, o que está "reunido" sob o rótulo "social"?

A partir dessas e de outras indagações científicas, propõe-se uma visão do "social" como um tipo de associação momentânea entre elementos humanos e não-humanos caracterizada pelo modo como essa se aglutina e assume novas formas. Nessa perspectiva, o estudo da ANT propõe, assim, "reagregar" o social, reivindicando outra ciência do social, intitulada pelo mesmo autor como uma "sociologia das associações"[74]. Percebe-se, então, a importância que a noção de associação adquire para as pesquisas inspiradas nessa perspectiva.

A esse respeito, o termo social designa um "tipo de conexão" entre coisas que não são, em si mesmas, sociais, sendo, doravante, deslocado para a noção de "coletivo"[75]. A princípio, essa definição pode dar a entender que significa qualquer tipo de agregado. Mas é exatamente isso o que a ANT busca enfatizar, que "todos os elementos heterogêneos precisam ser reunidos de novo em uma dada circunstância" (LATOUR, 2012, p. 23) para que possam

---

[73] O autor se concentra no repensar sobre a teoria social como uma alternativa ao modernismo. Na sua percepção, outra exigência para ignorar o modernismo é uma mudança na concepção de natureza, conforme defendeu em *Políticas da natureza* (LATOUR, 2004).

[74] Muitas dessas ideias da ANT já haviam sido desenvolvidas pelo sociólogo Gabriel Tarde, no final do século XIX, na França, fazendo parte dos primórdios da sociologia, que nos dias atuais pode ser denominada de sociologia alternativa à sociologia durkheimiana (LATOUR, 2010).

[75] "Embora empregado no singular, o termo não remete a uma unidade já estabelecida, mas a um procedimento para coligar as associações de humanos e de não humanos" (LATOUR, 2004, p.373).

continuar a existir. Por isso, coletivo designa o "projeto de juntar novas entidades ainda não reunidas e que não são feitas de material social" (LATOUR, 2012, p. 112).

Nesse sentido, a abordagem teórica latouriana não considera um social pré-estabelecido (ou que possui qualquer substância a priori*)*, que não forneça uma explicação para um dado fenômeno, mas, sim, como algo a ser explicado. Para além de abordar uma estrutura, na visão do referido autor, o social representa um campo de forças em constante embate, que vez por outra se estabiliza de alguma forma. Então, faz-se entender que o social não se reduz a um contexto onde a vida acontece e tudo se enquadra, mas envolve um movimento permanente de reagregação e reassociação das trilhas produzidas pelos mais variados atores humanos e não-humanos.

Em outras palavras, à "sociologia das associações" compete a compreensão da sociedade como um elemento de conexão dos muitos que existem, a ser explicada por associações fornecidas pelas outras múltiplas áreas do conhecimento, como Economia, Linguística, Psicologia, Direito, entre outras. Sob esse ângulo, a sociedade não é entendida como algo socialmente construído, sendo percebida, ao contrário, como um processo construído a ser rastreado (CANAL, 2011).

Para apoiar os pesquisadores a se enveredarem no caminho e nos descaminhos que formulam as proposições e os procedimentos da ANT, Latour (2012) dirige aos mesmos um elenco de tarefas e advertências sobre o próprio modo de pensar e fazer científico. Todavia, a prática científica nada se assemelha a um "quadro" pronto de referência teórica e posto à mão como um conjunto de conceitos interligados. Isso porque, para o autor, um cientista deve ser capaz de se mover de um quadro de referência para outro, sem estar limitado ao seu estreito ponto de vista. Dessa maneira, coloca-se em relevo o interesse pela discussão sobre como estabelecer as relações entre os quadros de referência, as culturas, os modos de existência e as formas de vida.

Para facilitar o entendimento dessa abordagem, Latour (2006) traz, em sua "mala de viagem", um texto escrito na forma de um diálogo entre um professor (P), ele mesmo, e um aluno (A), hesitante em usar os referenciais da ANT para o seu trabalho de tese. O aluno apresenta inquietações instigantes e o professor, no processo, vai sugerindo algumas pistas que contribuem também para a presente tese, conforme ilustrado no trecho destacado do diálogo:

> P: [...] ANT é, antes de tudo, um argumento negativo. Ela não diz nada de positivo sobre seja lá o que for.
>
> A: Então, o que ela pode fazer por mim?
>
> P: O melhor que ela pode fazer por você é algo do tipo: "Quando seus informantes misturam organização, hardware, psicologia e política em um mesmo enunciado, não reparta tudo isso por diferentes recipientes; tente, ao contrário, seguir as ligações que eles fazem entre estes elementos, que pareceriam incomensuráveis se você seguisse as categorias acadêmicas usuais do social". Isso é tudo. A ANT não pode lhe dizer positivamente o que é a ligação (LATOUR, 2006, p. 339).

Considerando o trecho mencionado, o autor sinaliza que o treinamento-chave para a prática da ANT é, em primeiro lugar, a negação do que se convencionou como moderno. Isso reforça a rejeição da ANT à cisão entre natureza e sociedade, além de sustentar o mundo multiverso[76] e imprevisível da ação social altamente complexa e controversa, que não pode ser ignorada ou simplificada a priori. É essa, exatamente, a necessidade de apreensão empírica dessa teoria, que pode ser também justificada em outro fragmento sublinhado do diálogo referido anteriormente:

> A: Então, por que ela é chamada de "teoria", se ela não diz nada sobre as coisas que estudamos?
>
> P: Ela é uma teoria, e penso que uma teoria forte, mas sobre como estudar as coisas, ou antes sobre como não estudá-las. Ou ainda, sobre como permitir que os atores tenham algum espaço para se expressarem.
>
> A: Você quer dizer que as outras teorias sociais não permitem isso?
>
> P: De uma certa maneira, sim. E isto, em razão mesmo do que constitui sua força: elas são muito boas em dizer coisas positivas acerca do que constitui o mundo social. Na maior parte dos casos é perfeito; os ingredientes são conhecidos, seu número pode se manter suficientemente limitado. Mas isto não funciona quando as coisas estão se transformando rapidamente. E, eu acrescentaria, não, por exemplo, nos estudos organizacionais, ou nos estudos da informação, ou marketing, ou nos estudos de ciência e tecnologia, nos quais as fronteiras são terrivelmente fluidas. Novos campos: é aí que você vai precisar da ANT (LATOUR, 2006, p. 339-340).

Sobre a dificuldade de entender a ANT, parece que o primeiro movimento fundamental deve ser abrir o caminho e explorar o plural e as suas múltiplas dimensões, considerando que, segundo Macedo et al. (2016), não se trata de uma questão quantitativa, mas ontológica. Isso significa ainda que, mais do que multiplicar os pontos de vista e as representações da realidade, essa perspectiva implica compreender diferentes versões do

[76] Para designar o mundo social, Latour (2007, p.46) designa o termo *multiverso* como "o universo liberto da sua prematura unificação". O multiverso registra todas as articulações, enquanto o universo só consegue registrar as qualidades primárias. O multiverso é produzido de hábitos, o universo é feito de essências. Abordar sobre o multiverso não significa passar de um universo para mundos múltiplos, mas que, para serem bem "versados" no mundo, é necessário "muito mais trabalho do que a imposição completamente implausível de qualidades primárias".

objeto, ou seja, formas múltiplas da realidade, no sentido de possibilitar uma ampla articulação de referências que versam sobre o mundo (PEDRO, 2010).

Além disso, presume-se o princípio latouriano de estudar a *ciência em ação* e não a ciência produzida, a qual a primeira envolve o conhecimento em construção e sujeito a controvérsias, ao passo que a segunda concebe uma verdade pronta, única e aceita por seus seguidores. Para isso, deve-se atentar à chegada as questões de interesse antes que tenham se transformado em caixas-pretas (como um processo interno fechado que se desconhece), ou mesmo, acompanhar as controvérsias que as reabrem. Portanto, um trabalho ANT incentiva a agir de modo a sofrer incertezas, mudanças e flutuações no percurso investigativo.

Nesse sentido, é importante apreender a noção de rede, assim como as suas particularidades segundo a ANT.

4.2 LANÇANDO A NOÇÃO DE REDE SOCIOTÉCNICA

O entendimento sobre redes, segundo a *Teoria Ator-Rede*, parte da noção de que existem vários fios que conectam o social sem, necessariamente, formar uma unidade, mas, sim, um processo contínuo de associações. Nesse sentido, a rede de atores é aberta, heterogênea, de modo a possibilitar o estabelecimento de todo e qualquer tipo de conexão. Mas estar conectado ou interconectado e ser heterogêneo não são suficientes. Tudo depende do tipo de ação que está fluindo nesse contexto. Nessa concepção, a noção de rede é mais flexível do que a de sistema, mais histórica do que a de estrutura, mais empírica do que a de complexidade (LATOUR, 2012).

Metaforicamente, "a rede é o fio de Ariadne[77] destas histórias confusas", que pode guiar e orientar pelos caminhos mais labirínticos e invisíveis do que, até mesmo, as finas redes tecidas pelas aranhas. No entanto, as redes que tecem o mundo continuam a ser incompreensíveis porque são recortadas em três, vez que, de acordo com as categorias usuais dos críticos modernos, ou dizem respeito à natureza, ou à política, ou ao discurso. Mas, frente a esse dilema, Latour (2013, p. 9) afirma que as redes atravessam a fronteira entre os grandes feudos da crítica, sendo simultaneamente "reais como a natureza, narradas como o discurso, e

[77] A expressão "fio de Ariadne" é oriunda da mitologia grega, e faz referência ao fio que Teseu recebeu da heroína Ariadne para escapar do labirinto após vencer o Minotauro. Vinculada ao símbolo do labirinto, ela é o mesmo que uma ligação, um fio condutor que ajuda a se desenredar do caminho labiríntico que percorre em uma situação problemática. O seu significado metafórico é constantemente citado no âmbito de debates envolvendo filosofia, ciência, mitos e espiritualidade, entre outros.

coletivas como a sociedade", o que configura as tramas sociotécnicas que enredam a sociedade.

Essa perspectiva da ANT justifica a denominação de rede sociotécnica, já que "não há nada que seja técnico que também não seja social, e o social é composto também pelo técnico" (BONAMIGO, 2010, p. 106). Portanto, a noção de rede sociotécnica abrange o campo de produção do conhecimento sobre algo, no qual todos falam sobre o objeto, que mobiliza diversas vozes – jornalista, cientista, etc. Em outras palavras, "trata-se de uma epistemologia diplomática, que reúne discursos a práticas" (BRANQUINHO; TEIXEIRA; SIRENA, 2010, p. 69).

No processo investigativo inspirado pela ANT são enfatizados o trabalho, o movimento, o fluxo e as mudanças resultantes dessas associações (LATOUR, 2006). Partindo desse argumento, o autor critica, por exemplo, a noção de rede popularizada pela Internet que implica uma ideia de circulação de informação sem transformação. Na sua percepção, até mesmo o termo *network* – sendo *net (*rede) e *work* (trabalho) – pode ser considerado duvidoso. Pela leitura da ANT, esse termo deveria ser substituído por *worknet*, pois o sentido de rede, tal como defende o autor, é marcado pelo trabalho de produção e transformação que se faz em rede, por meio de alianças entre atores humanos e não-humanos.

Sob esse ponto de vista, a noção de rede considera que o importante não é somente tratar da ideia de vínculo e de aliança, mas dos efeitos gerados por esses vínculos e as implicações de tais alianças. Nesse caso, segundo analisado por pesquisadores que se utilizam dessa teoria, para pensar sobre redes, não bastam apenas sinalizações com mensagens como "veja ali, bem ali, há conexões, há alianças!" (MORAES, 2005, p. 06).

O desafio da pesquisa sobre redes, conforme as pistas lançadas pela ANT, é seguir e transpor os "rastros" deixados pelos atores, considerando, nesse percurso, os agenciamentos e as controvérsias existentes. Ademais, devem-se rastrear o fluxo das conexões entre as controvérsias, sem intervalos, e não tentar decidir como resolvê-las.

Pela perspectiva da ANT, não se deve confundir a rede que é delineada pela descrição e a rede que é utilizada para fazer a descrição. De outra forma, entende-se que a rede não é o "desenho", mas o "lápis" que a desenha. Por essa razão, uma rede sendo delineada pela ANT se refere ao movimento de desenhar e não a uma rede desenhada (LATOUR, 2006).

Assim, pela ótica da ANT, a noção de rede pode representar algo que não se aparenta em nada com uma rede da forma que se convencionou a interpretar, seja como um estado mental individual, ou uma parte de um maquinário, entre outras concepções. Com essa compreensão e para se pensar em uma dinâmica em rede, propõe-se descrever, simplesmente,

o estado dos fatos que estão à mão e, também, o que os atores fazem para expandir, relacionar, comparar e organizar, sem impor sobre eles uma definição a priori das suas capacidades de construção do mundo (LATOUR, 2006).

O principal argumento do autor mencionado é que os próprios atores constroem tudo, inclusive os seus próprios quadros, contextos e teorias, o que implica deixar de lado as "molduras" teóricas. Dessa forma, a ANT desafia, fundamentalmente, a compreensão de ator e o que significa agir. Na origem, por essa perspectiva teórica, emprega-se o termo *actante* para reunir os atores humanos e não-humanos, que realmente promovem transformações. Porém, "jamais fica claro quem ou o que está atuando quando as pessoas atuam". Simbolicamente, o ator nunca está sozinho ao atuar no palco. Portanto, "o ator, na expressão hifenizada ator-rede, não é a fonte de um ato e sim o alvo móvel de amplo conjunto de entidades" (LATOUR, 2012, p. 75), que se reúnem em sua direção. De outro modo, "um ator é também, e sempre, uma rede" (LAW, 1992, on-line).

Por isso, é importante o entendimento de que atores não são aqueles que apenas ocupam um lugar. Para a ANT, eles realizam algo e marcam uma diferença. Eles fazem com que outras coisas se movam e se baseiam na capacidade de associar. Do mesmo modo, representam o que é insubstituível, além de deixarem rastros no caminho que proporcionem informação para a pesquisa. Caso contrário, eles não são considerados atores e, sim, meros "intermediários"[78], "tolos", "marionetes" ou projeções simbólicas. Sendo assim, os atores reunidos com energia para a ação são aqueles que devem ser incluídos em uma descrição sobre o mundo social (LATOUR, 2006, p. 344), podendo se referir a pessoas, instituições, coisas, animais, objetos, máquinas, legislação etc. Todavia, a ação não é um caso "coerente, controlado, bem acabado e bem delineado. Por definição, a ação é deslocada. A ação é tomada de empréstimo, distribuída, sugerida, influenciada, dominada, traída, traduzida" (LATOUR, 2012, p. 76).

Com o intuito de contribuir para ampliar o entendimento sobre o processo de "fabricação" da rede e, simultaneamente, o que nela circula, Latour (2000, p. 178) propõe, como conceito-chave, a noção de "tradução" ou "translação", entendida como a "interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam". Partindo dessa linha de raciocínio, é importante frisar que os interesses denotam aquilo que

[78] Os intermediários são aqueles que transportam significado ou força sem transformá-los, definindo o que entra e o que sai da rede. Em termos práticos, "um intermediário pode ser considerado não apenas como uma caixa-preta, mas uma caixa-preta que funciona como uma unidade, embora internamente seja feita de várias partes" (LATOUR, 2012, p. 65). Esse conceito ajuda a responder quem é o ator responsável da ação, assim como o papel de mediadores, a ser mencionado adiante.

está entre os atores e seus objetivos, gerando uma tensão que os fará selecionarem apenas o que for ajudá-los no alcance de seus objetivos.

Em *Ciência em ação*, o autor elucida que a noção de tradução tem um significado linguístico de transposição de uma língua para outra, bem como um sentido geométrico de transposição de um lugar para outro. Assim, "transladar interesses significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar as pessoas para direções diferentes" (LATOUR, 2000, p. 194). Os resultados das translações envolvem um movimento sutil e lento de um lugar para outro. A principal vantagem dessa lentidão é que problemas de âmbito restrito ficam amarrados a problemas amplos, contribuindo para que a rede possa manter os grupos em suas malhas.

Latour (2012, p. 159-160) acentua que a noção de tradução pode ser usada para designar o "que não é nem um ator entre muitos nem uma força por trás de todos os atores transportados por meio de um deles, mas uma conexão que transporta, por assim dizer, transformações" circuladas na rede. Para que isso seja possível deve ocorrer "uma relação que não transporta causalidade, mas induz dois mediadores[79] à coexistência". Nesse sentido, a proposta da ANT, mais uma vez, se afasta de qualquer busca por uma causalidade linear ou mesmo por uma tradução sem erros na pesquisa.

Assim, traduzir se refere à forma singular pela qual cada ator se apropria da rede à qual se conecta. Isso implica um deslocamento, uma invenção, uma mediação que produz mudanças na rede e nos atores que a compõem, em determinado momento (PEDRO, 2010). A ideia é de que "as ações realizadas no coletivo pelos *actantes* produzem alguma transformação, alguma tradução, as quais são passíveis de serem observadas, rastreadas" (PEDRO et al., 2014, p.56).

Ademais, traduzir significa deslocar os seus vários e contraditórios objetivos, interesses, dispositivos e seres humanos. Esse processo provoca o desvio de percurso e a concepção de uma ligação que antes não existia, mas que, de alguma forma, transforma os elementos conectados (FREIRE, 2006). Com isso, a estratégia dos cientistas de "criar relações que antes não existiam, traduzindo os interesses dos outros jogadores na direção dos seus, ampliando assim seu número de aliados" consiste em um jogo para transformar um enunciado em um fato (FREIRE, 2010, p. 143).

[79] Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam. Um mediador, apesar de sua aparência simples, pode se revelar complexo e arrastar-nos em muitas direções que modificarão os relatos contraditórios atribuídos a seu papel (LATOUR, 2012, p. 65).

Porém, na interpretação de Castro (2008), pela ótica da ANT, a ideia é de que a tradução não seja imposta, podendo ser recusada, negociada e novamente traduzida. Nenhuma tradução seria, assim, fixa, além de não ser "certa" ou "errada", tampouco deveria ser tomada como "indiscutível".

Na tradução, o ato de produzir algo novo ocorre pela produção de novas associações. Sendo assim, a tradução pode ser compreendida como "a lógica que rege as associações", afirma Castro (2013, p.27). Isso reforça a importância da "sociologia de associações", ao se propor "seguir os atores", para revelar o modo como definem e estabelecem os seus próprios mundos e os efeitos das ações.

Assim, em vez de decidir de antemão como deve ser a aparência do conjunto de elementos do mundo social, deve-se, uma vez mais, aprender a se alimentar de incertezas para ajudar a estender as agências manifestadas por questões de interesse.

Nessa perspectiva, Latour (2012, p. 09) estabelece cinco pontos de atenção, denominados de "fontes de incerteza" para desdobrar o processo de associação:

1) "Não há grupos, apenas formação de grupos";
2) "A ação é assumida";
3) "Os objetos também agem";
4) "Questão de fato *versus* questão de interesse";
5) "Escrever relatos de risco".

Essas orientações da ANT tendem a contribuir para enfrentar a dificuldade de expressão das principais questões relacionadas às conexões sociais, nas quais as ações produzidas por elementos humanos e não-humanos são movidas por jogos de interesse e de poder, que podem ser a todo instante interrompidos, embaraçados, suspensos e desviados por essas cinco incertezas.

A opção pela expressão "incerteza" se justifica pela intenção do autor em trazer o pesquisador para fora de sua zona de conforto intelectual e retirá-lo da posição privilegiada que lhe permite dizer que os atores não sabem o que fazem, mas eles, cientistas, sim, sabem. Além disso, na sua visão, o analista nunca sabe o que os atores ignoram, mas os atores sabem o que o observador ignora. Seu argumento é que ambos, atores e cientistas, estão intrigados por questões relativas ao coletivo etc. Desse modo, não é possível decidir se a incerteza está no observador ou no fenômeno observado. Por isso, ele afirma que "o social precisa ser reagregado" (LATOUR, 2012, p. 42).

Sendo assim, reconhece-se que, na prática ANT, não se deve generalizar. Em busca de conhecimento, o pesquisador deve exercitar o olhar microscópico sobre o seu assunto de

interesse, onde os "laboratórios" são postos em um contato mais íntimo com a expressão das agências incitadas. A sua "bagagem" para ida ao campo é preenchida somente por incertezas, ou seja, não é carregada de padrões pré-estabelecidos. O pesquisador se permite, assim, ao estranhamento e a olhar para a situação como se fosse a primeira vez.

Dessa forma, as "cinco fontes de incertezas" são relacionadas e desdobradas: grupos, ações, objetos, fatos e tipos de estudos. Se uma faltar, todo o trabalho enfraquece e perde o sentido de ANT. Assim, os sociólogos das associações possuem como "precioso tesouro todos os traços das hesitações que os próprios atores sentem em relação aos impulsos responsáveis por seus atos". Eis, então, a única maneira de reagregá-los. Por isso, é importante enfatizar que as incertezas, as hesitações, os deslocamentos e as perplexidades constituem os alicerces dos relatos orientados pela ANT (LATOUR, 2012, p.76).

Tomando essa direção, a *primeira fonte de incerteza* sinaliza que há apenas formação de grupos e pressupõe um processo constituído por vínculos incertos, frágeis, controvertidos e mutáveis. Não é curioso? O autor defende que, na pesquisa sociotécnica, sejam adotados os procedimentos dos atores a serem seguidos, rastreando as pistas deixadas pelas suas ações na configuração de grupos. Por essa lógica, "não há grupo relevante ao qual possa ser atribuído o poder de compor agregados sociais, e não há componente estabelecido a ser utilizado como ponto de partida incontroverso". Pelo contrário, o seu ponto de partida consiste justamente as controvérsias acerca do agrupamento a que alguém pertence em torno da composição do mundo social (LATOUR, 2012, p. 52).

Dessa forma, para delinear um grupo, é necessário que haja "porta-vozes", que articulem pela existência do grupo. Todos os grupos necessitam de pessoas definindo quem são, o que foram e o que deveriam ser. Estão sempre em ação, justificando a existência do grupo e invocando regras e precedentes. Outro traço importante deixado pela formação de grupos é a polifonia gerada por variados elementos, discursos e vozes contraditórias.

De acordo com Latour (2012, p. 55), "não existe grupo sem um oficial de recrutamento", assim como "não há rebanho de ovelhas sem seu pastor". Os grupos constituem um "produto provisório de um rumor constante feito por milhões de vozes contraditórias sobre o que vem a ser um grupo e quem pertence a ele". Sendo assim, a ANT acompanha conjuntos de seguidores de grupos, de porta-vozes de grupos e defensores de grupos, ou seja, acompanha a fonte dessa constante incerteza quanto à natureza íntima do coletivo.

Para agrupar o social, é necessária a colaboração de todos sem hierarquias. Atores e estudiosos permanecem juntos e desempenham o mesmo papel de formação de grupos. Os

agrupamentos precisam ser, constantemente, feitos ou refeitos de muitas formas contraditórias, em razão de que, se o processo de fazer e refazer grupos for interrompido não serão formados novos agregados. Portanto, a regra é a definição performativa do objeto (LATOUR, 2012).

Ao explorar a *segunda fonte de incerteza*, o autor sublinha que toda ação é assumida por outros e se refere à natureza heterogênea dos elementos que formam as conexões sociais. Destaca, ainda, que a ação na rede é visível e deve ser entendida como um nó que só pode ser gradualmente desemaranhado. Sugere também que a investigação da ação deve começar pelas incertezas e controvérsias acerca do agrupamento a que alguém pertence e das suas próprias formas de agir (LATOUR, 2012).

A segunda incerteza flexibiliza e enxerga outras possibilidades do mundo social. Da mesma forma, pode ser orientada por algumas perguntas, a seguir: Qual é a natureza heterogênea dos ingredientes que formam os laços sociais? Quando se está em ação, quem mais age? Quantos agentes se apresentam? Quais os traços inesperados que são deixados pelas controvérsias em torno da formação de grupos?

Em sintonia com esses questionamentos, a ação não ocorre sob o pleno controle da consciência. "A ação deve ser encarada, antes, como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos". A ação é distribuída em rede de atores. Conforme o autor expressa por meio de uma metáfora, nunca se está sozinho ao agir, mas sim em um "ninho de vespas" (LATOUR, 2012, p. 72).

Esse tipo de incerteza sinaliza que a ação deve permanecer como surpresa, mediação, acontecimento. O ponto de partida é a subdeterminação da ação, das incertezas e controvérsias em torno de quem e o que está agindo quando se encontra em ação. A recomendação é que se mencionar uma ação, deve-se apresentar um relato sobre ela, e, para tanto, explicitar quais provas deixaram os traços observáveis. No entanto, não há nenhuma maneira de decidir se essa fonte de incerteza reside no analista ou no ator. O ser movido, ou antes, o ser posto em movimento pelo informante é, uma vez mais, o que se deve dar a entender com uma investigação ANT.

Por essa lógica, é importante ainda compreender a *terceira incerteza*, segundo a qual a ação é também fabricada por objetos, tendo em vista a afirmação do autor sobre uma parte da humanidade ser composta pela humanidade dos objetos. Uma pista interessante para a identificação de situações nas quais um objeto se torna visível é refletir sobre a pergunta: Qual é o objeto que se for retirado do jogo, o mundo desmorona? Por consequência, os objetos são

explicitados por meio de controvérsias, que multiplicam as oportunidades para que se consiga perceber rapidamente a contradição em que possam ter incidido.

Mas, para os "sociólogos de associações", nunca se negou a multiplicidade de objetos mobilizados por um curso de ação ao longo do caminho. A novidade é o fato de os objetos surgirem de súbito não apenas como atores completos. De qualquer maneira, por ser uma sociologia do objeto a serviço de humanos voltados para o objeto é que a ANT foi primeiramente notada.

É importante considerar que a ANT não alega que os objetos promovem realizações no lugar dos atores humanos. Essa teoria apenas advoga que nenhuma ciência do social pode existir sem que a questão de "o que" e "quem" participa da ação seja logo de início plenamente explorada. O projeto da ANT analisa ampliar a lista e modificar as formas e figuras dos participantes reunidos, esboçando uma maneira de fazê-los agir para tornar mais duráveis as interações em constante mudança.

Reconhecendo essas dificuldades, um estudo da ANT aborda tanto com a continuidade quanto a descontinuidade entre os modos de ação. Nesse sentido, a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos ou entre objetos, mas, com muito maior probabilidade, ziguezagueia entre umas e outras. Nesse processo, "o poder é desigualmente distribuído" e as conexões de atores heterogêneos assumem formas mutáveis e provisórias (LATOUR, 2012, p. 128).

Nesse contexto, formam-se grupos, agências são exploradas e objetos desempenham um papel. Para tanto, uma *quarta incerteza* precisa ser discutida, enfrentando a "questão de fato vs. questão de interesse", um dos pontos mais complexos do ponto de vista da *Teoria Ator-Rede*.

O mapeamento das controvérsias científicas propõe, como anteriormente discutido, que se possa escapar da "moldura" estreita dada às questões de fato e, portanto, à divisão entre "natural" e "social". Da mesma forma, deve-se assegurar que quando as agências são introduzidas elas nunca se apresentam como meras questões de fato, mas sempre como questões de interesse, com seu modo de fabricação e seus mecanismos estabilizadores claramente visíveis. Sendo assim, é importante se certificar de que a sua multiplicidade não seja prematuramente fechada por uma versão hegemônica de um tipo de questão de fato que reivindique ser o que está presente na experiência investigada (LATOUR, 2012).

Porém, esse é um processo cuidadoso, que requer ainda uma apreensão empírica que possibilite a ampliação da lista de atores e agências, o aprofundamento das controvérsias envolvidas na prática estudada, além da explicação e da reflexividade com os próprios atores

que deixam de ser considerados como meros "informantes", entre outros fatores. No entanto, são inúmeros os obstáculos nessa direção, principalmente no que se referem ao traçado dos "veículos", assim como dos movimentos, deslocamentos e sistemas de "transporte" das conexões.

Nesse tipo de abordagem, não se sabe como todos esses atores se associam. Mas, Latour (2012, p. 158) declara que todos os atores que irão ser desdobrados podem estar associados de tal modo que eles *fazem outros fazerem coisas*. Pode-se ilustrar esse argumento com apoio em mais uma de suas metáforas, que expressa: "as vieiras fazem o pescador fazer coisas, assim como as redes colocadas no oceano atraem as vieiras, que ficam presas nas redes, e como os coletores de dados reúnem pescadores e vieiras na oceanografia". Para tanto, não se superam os desafios nessa direção transportando-se uma força que permaneceria a mesma por todo o percurso como um tipo de intermediário fiel. É importante enfatizar que, nessa dinâmica, são geradas transformações que se manifestam por intermédio dos numerosos eventos inesperados desencadeados nos outros mediadores que os seguem por toda parte.

Frente a toda essa complexidade, o autor reitera que a solução para ajudar a desdobrar as questões de interesse é aprender a se alimentar de incertezas. Sendo assim, outro caminho de aprendizagem que se deve ainda ser percorrido para sustentar o trabalho inspirado pela ANT é a *quinta fonte de incerteza*: a escrita de "relatos de risco" como um "laboratório".

O autor define um "bom" relato ANT como aquele que "tece uma rede" de atores, estabelecendo uma "série de relações definidas como outras tantas translações". Em outras palavras, é aquele texto expresso em forma de uma "narrativa", de uma "descrição" ou de uma "proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando" (LATOUR, 2012, p. 189). Esse texto partiria do ponto de vista do social redefinido pela ANT, que versa sobre quantos atores se consegue encarar como mediadores e sobre até que ponto se pode alcançar a construção do social. Tal desafio implica "prestar atenção renovada ao número de realidades heterogêneas que entram na fabricação de certo estado de coisas" (LATOUR, 2012, p. 136).

No entanto, a ANT considera que esse representa um relato de "risco", tendo em vista que pode ocorrer alguma falha, uma vez que não se consegue exatidão e confiabilidade na sua produção. Logo, o que interessa, para um "bom" relato ANT, é a sua liberdade de movimento, a partir da identificação das dificuldades do próprio estudo ou mesmo da "viagem", pois, no mundo que a ANT tenta percorrer e que sinaliza, por meio de algumas metáforas, nenhum deslocamento parece possível sem "traslados caros e cansativos". Sendo assim, Latour (2012)

aconselha que, nesta "viagem" se leve a menor "mala" possível, não se esquecendo de "comprar a passagem" e de se preparar para os "eventuais atrasos".

Nesse contexto, é importante buscar entender também que parte de um relato é composto por ações. Para tanto, o autor aconselha que "um estudo da ANT tem de lidar tanto com a continuidade quanto com a descontinuidade entre os modos de ação". Isso porque o fluxo social não oferece ao pesquisador uma existência contínua e substancial, mas assume uma aparência provisória. Por consequência, essa oscilação dificulta o rastreamento de conexões, ainda mais quando são acrescentados não-humanos às associações (LATOUR, 2012, p. 115).

Sendo assim, ao explorar as novas associações que constituem o social, os estudiosos da ANT precisam atender a duas exigências contraditórias: de um lado, não se deseja que se limitem aos laços sociais e, de outro, não se almeja que se especializem tornando-se tecnólogos. Propõe-se, então, que esses investigadores se apropriem da noção do social como um fluxo visível apenas quando se fizerem presentes associações, que podem ocorrer em qualquer fase.

Para orientar esse percurso desafiador, Latour (2012) lista algumas pistas para exemplificar como podem ser identificadas as situações, nas quais a atividade de um objeto pode se tornar visível. A primeira pista envolve focar em inovações, que podem surgir nos lugares onde os objetos vivem por intermédio de reuniões, projetos, esboços, regulamentos e provas. A segunda indicação se refere às ocasiões em que os implementos mais rotineiros, tradicionais e silenciosos deixam de ser aceitos sem discussão. O terceiro sinal é oferecido por acidentes, rupturas e golpes, como acontecem com intermediários que passam de silenciosos para inteiros mediadores. O quarto tipo de ocasião se caracteriza quando os objetos recuam em definitivo para os bastidores e se deve trazê-los de volta à cena, utilizando, para tal, de arquivos, documentos, lembranças e outros elementos, a fim de produzir tensão nos relatos.

Nesse sentido, no processo de escrita de relatos de risco é necessário registrar as diferenças, absorver a multiplicidade e reformular a cada novo caso, multiplicando e considerando os porta-vozes dos grupos. A tarefa consiste no desdobramento (e não na crítica) dos atores como redes de mediações.

Desse modo, um indicador da qualidade de um relato ANT é a própria noção de rede. Contudo, Latour (2012, p. 192-193) não tem preocupação com a precisão terminológica em relação à definição de rede. Na percepção do autor, o uso da expressão rede deve contribuir para que se possa "avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos

conseguem incluir". Sendo assim, "rede é conceito e não coisa", representando uma ferramenta que contribui para a descrição de algo.

A expressão rede foi empregada na ANT para designar os fluxos de translações. Para exemplificar essa compreensão, o autor alude que o próprio termo sugerido *worknets* ajudaria na avaliação da quantidade de trabalho ainda necessária para se lançar as *networks,* sendo as primeiras como mediadores ativos, e as segundas como conjunto estabilizado de intermediários.

Nesse sentido, o autor explica ainda, metaforicamente, a noção de rede proposta pela ANT, tendo em vista que "uma rede não é feita de fios de *nylon,* palavras ou substâncias duráveis; ela é o traço deixado por um agente em movimento". Sendo um ator-rede, "ele tem de ser traçado de novo pela passagem de outro veículo, outra entidade circulante" (LATOUR, 2012, p. 194).

Considerando essa concepção, a noção de rede, tal como desenvolvida por Latour (2012), constitui um campo tensional de forças heterogêneas. Essa maneira contemporânea de se pensar sobre as relações em rede tem como base e inspiração a perspectiva teórica de "rizoma", formulada por Deleuze e Guattari (1995). Em seus trabalhos de filosofia, os autores conceituam rizoma como um agenciamento que "não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 17) na realidade sociotécnica.

Nessa perspectiva, o rizoma[80], diferentemente de árvores ou de suas raízes, conecta um ponto com outro ponto qualquer. Dessa forma, cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, não se deixando reconduzir nem ao uno nem ao múltiplo. Em síntese, considera-se o rizoma como aliança, ao passo que a árvore é interpretada como filiação.

Entendida como um jogo de forças que se passa entre o virtual e real, a noção de rizoma assume ainda, na ótica de Deleuze e Guattari (1995), um caráter "ontológico". Assim, destaca-se como um movimento das diferenças que agem no interior e no exterior das multiplicidades, que está sempre se repetindo e se reafirmando. Dessa forma, o retornar nunca é o mesmo, assim como, no curso da viagem, há sempre alguma transfiguração, de tal modo que aquele que parte também não é nunca o mesmo que regressa (IANNI, 2003).

[80] Além de ser referenciada no âmbito da teoria filosófica, a noção de rizoma, originada na Botânica, compreende a estrutura de algumas plantas como um tipo de caule que cresce horizontalmente, podendo ser subterrâneo ou aéreo, como o das orquídeas, das bananeiras, do bambu.

Dessa maneira, a produção de um rizoma se constitui de novas formas a todo instante, escapando de configurações prévias e de definições fechadas. Isto é, expressa os agenciamentos produzidos nos acontecimentos. Logo, um rizoma não dispõe de uma estrutura definida, como acontece com uma árvore.

Explorando algumas das potencialidades do rizoma, não apenas como um conceito, mas, sobretudo, como um método para a pesquisa, Ferreira (2008) evidencia o seu princípio que versa sobre "conexão". As conexões são concebidas por meio de contágio ou contato, quando um ponto pode se ligar ao outro independentemente de um pertencer a uma linhagem e o outro, a uma linhagem diversa. No rizoma, não existe esquema de oposição ou binariedade que não possa ser conectado. Assim, o que se tem são agenciamentos, conexões entre todos os lados, hibridações que mudam de acordo com a criação de novos acontecimentos.

Outro princípio trata da "heterogeneidade", afirmando que o rizoma não se reduz à linguagem. Partindo desse raciocínio, um rizoma transcende as conexões puramente linguísticas, sendo atravessado por cadeias biológicas, políticas, materiais, culturais, econômicas, em todas as suas modalidades. Sendo assim, não existe superioridade de uma em relação à outra, mas somente agenciamentos que conectam elementos heterogêneos, em um mesmo plano.

Além desses princípios, o de "multiplicidade" envolve grandezas e determinações que se expandem de acordo com seus agenciamentos. Assim, nessa instância, inexiste uma unidade, não fazendo sentido falar de sujeito ou de objeto. Cabem ressaltar que, as multiplicidades são linhas, nunca pontos fixos. Com tal característica, o crescimento das dimensões em uma multiplicidade muda necessariamente de natureza, à medida que ela aumenta o traço de suas conexões. Ou seja, o rizoma produz agenciamentos múltiplos. As entradas de um rizoma também são múltiplas, fazendo com que ele seja "a-centrado", adquirindo assim, direção e forma (FERREIRA, 2008)[81].

Portanto, a noção de rizoma é fundamental para a formulação da *Teoria Ator-Rede,* na concepção de Latour (2012), contribuindo para o entendimento de que, na rede, todos são atores, não só os humanos, mas também os não-humanos. Ao mesmo tempo, não existe uma hierarquização de saberes entre os entes, que são produzidos e se produzem a cada momento. Nessa dinâmica, o que liga os atores são os interesses que convergem em algum ponto da rede.

[81] De algumas características do rizoma, é importante ressaltar que Deleuze e Guattari (1995) se empenharam em apresentar mais três princípios: o da ruptura a-significante, de cartografia e de decalcomania, que podem ser compreendidos com o apoio de Ferreira (2008).

A rede entendida como um rizoma é marcada pela transformação. Sendo assim, reafirma-se que o acento recai na ação, no trabalho de fabricação e transformação nas *network – worknet.* Portanto, o sentido de rede é o de fabricação e de ação como um processo distribuído entre todos os atores. Isso significa que, na noção de rede, o que importa é que vínculos são produzidos e que efeitos são transcorridos de tais alianças. Nessa tônica, o papel do pesquisador tende a ser o de acompanhar os efeitos das ações, ou melhor, a construção dos fatos, das crenças, dos mitos e de outros fatores (MORAES, 2003).

Assim, os relatos inspirados pela ANT devem reproduzir, cultivar, deduzir e comunicar as concatenações de mediadores que tornam visível o que circula no social. A tarefa consiste, portanto, em desdobrar os atores como "rede de mediações", justificando o uso do hífen na palavra composta *ator-rede*, considerando que esse tipo de leitura tem que lidar tanto com a continuidade quanto com a descontinuidade entre os modos de ação.

A partir dessa inspiração, torna-se interessante refletir sobre a importância da abordagem da ANT para a agenda de pesquisas do campo psicossocial considerando, sobretudo, o processo de reconhecimento de agenciamentos não humanos nesse contexto.

Com esse propósito, vale recorrer à contribuição de alguns autores brasileiros que já expressam a diversidade dessa teoria e que incorporam preocupações resultantes de experiências práticas e teóricas para os mais variados objetos pesquisados, bem como sinalizam sobre as potencialidades e os limites desse referencial para a pesquisa empírica em Psicossociologia[82].

Nesse sentido, Pedro (2003, p. 33) é uma das referências brasileiras que analisa o conceito latouriano de redes como o modo de configuração da "realidade sociotécnica", com o objetivo de mapear os seus contornos sociais e subjetivos, considerando qualquer objeto ou ação como um "híbrido", como um "agenciamento de natureza, sociedade e técnica", que não podem ser considerados separadamente.

Segundo a referência mencionada, os movimentos dos elementos que trafegam em uma rede são capazes de transformá-la ao carregarem consigo toda a sua história, além de se transportarem para outros locais que não os de sua origem. Esse constitui, portanto, um processo permanente de redefinições mobilizadas igualmente por elementos humanos e não-humanos, que possuem vínculos instáveis. A possibilidade de incluir a concepção dos não-

[82] Vale ressaltar, a título de ilustração, pesquisas empíricas recentes no campo psicossocial (desenvolvidas no âmbito do Programa EICOS/UFRJ), que se fundamentam nessa abordagem, proposta inicialmente por Bruno Latour e levada adiante por outros autores, em um exercício de olhar para diferentes objetos, tais como: Nobre (2009), Rocha (2012), Leitão (2012), Castro (2008; 2013), Lima (2013), Moreira (2014), Pedro et al. (2014), Albuquerque (2016) e Gonçalves (2016).

humanos como atores nas redes, conforme a proposta original latouriana, representa uma das contribuições dessa perspectiva teórica, transpassando, assim, o conceito de redes como o de meros operadores ligados a um organismo, empresa ou instituição.

Com base nessa leitura, o que permite definir mais amplamente uma rede é a força desses agenciamentos internos estabelecidos de forma local e singular, repercutindo, assim, em toda a expansão da rede. Uma pista sobre o que torna uma "rede forte é que cada um de seus pontos se apóia em outros", o que leva à compreensão de que "a força deixa de ser um atributo individual para se tornar uma questão de relações e de alianças" (CALLON, 1996 apud PEDRO, 2003, p. 34). Entende-se, dessa forma, a sua lógica social singular, além do seu caráter dinâmico de construção coletiva. Por isso, as redes devem ser tomadas como ferramentas estratégicas, pelas quais se busca investigar os movimentos já constituídos e os fluxos em constituição (PEDRO, 2003).

Inspiradas em Latour (1994), Pedro e Pacheco (2003) destacam ainda que a constituição das redes varia com relação ao espaço e ao tempo, já que essas abrangem não apenas o que se fabrica, mas as decisões tomadas, os atores que atuam em sua origem, além das indústrias e das ferramentas, dos sistemas sociais e econômicos, das organizações e das instituições que as integram. Pensar em redes, dessa maneira, possibilita dar visibilidade às interações e aos potenciais de ação e de mobilização em um determinado contexto sociotécnico, evidenciando como estão sendo configurados novos modos de relações sociais e de produção de subjetividade. Em vista disso, a definição do poder e do campo de atuação dessa categoria não pode ser delineada por meio de reprodução de critérios, de aplicação de modelos estanques, ou mesmo de formulação de uma única leitura de redes.

De modo a contribuir com o entendimento dessa complexidade, em um momento posterior, Pedro (2010, p. 80) argumenta que "pensar as redes" implica, sobretudo, "pensar com a rede" para entendê-la tal como vai se compondo. Para o estudo de redes, Pedro (2008, p. 3-4) reafirma a importância da principal diretriz metodológica, na perspectiva de Latour (2000), de "seguir os atores", deixá-los falar, acompanhar suas ações, suas práticas, o que possibilita apreender a rede "tal como ela se faz", colocando em cena interesses, influências e resistências dos processos partilhados por elementos humanos e não-humanos.

É justamente nesse ponto que a compreensão de redes implica, primeiramente, considerá-la como "produto de um projeto que a antecede", conforme ressalta a autora mencionada anteriormente. Isto é, a existência de uma rede se deve a um "conjunto de negociações bem sucedidas", o que demanda "traçar a sua gênese", captando que a historicidade de cada processo se fabrica com características próprias e diferenciadas. Daí a

necessidade de se entender: “Como a rede chegou a se estabelecer como tal?”; “Que atores se envolveram no processo?”; “Que interesses foram mobilizados?”; “Como as alianças foram estabelecidas?”; “Como se deram as negociações entre os diferentes atores?” (PEDRO, 2008, p. 05). Ademais, na dinâmica da rede, é preciso compreender o surgimento de controvérsias e de impasses e como esses são resolvidos ou contornados.

Dessa forma, vale destacar, nesta reflexão, outro conceito importante para uma pesquisa orientada pela ANT: o de “controvérsia”, relevante inspiração considerada no contexto desta tese. Segundo definido no documento oficial do Projeto *Mapping Controversies in Science and technology for Politics* (MACOSPOL)[83], coordenado por Bruno Latour:

> A palavra “controvérsia” se refere aqui a cada pedaço de ciência e tecnologia que ainda não foi estabelecido, fechado ou “em caixa preta”; isto não significa que há uma disputa feroz, nem que ela foi politizada; podemos usá-la como termo geral para descrever a incerteza partilhada (VENTURINI, 2008, p. 07).

As controvérsias constituem o material de trabalho da ANT, surgindo de uma situação que gera incômodo e perplexidade, além de serem consideradas como aquilo que permite ao social se estabelecer. Designam todas as posições possíveis, que vão desde a dúvida mais absoluta até a certeza indiscutível (LATOUR, 2016). Sendo assim, o seu estudo proporciona ao analista os recursos necessários para rastrear as conexões, tendo em vista que se os atores estão agindo, estão deixando rastros. Dessa forma, as ações se estendem e constituem redes.

De outra maneira, uma controvérsia pode ser caracterizada por situações nas quais haja discordância entre os atores. A existência de controvérsias se configura, ainda, quando atores descobrem que não podem ignorar um ao outro e terminam, quando esses conseguem elaborar um sólido compromisso de viver em um mundo comum. Nesse sentido, controvérsia pode ser algo entre esses dois extremos (o frio consenso do desconhecimento recíproco e o consenso caloroso do acordo e da aliança).

De modo geral, segundo Venturini (2008; 2009), as controvérsias possuem algumas características em comum. Cada controvérsia funciona como “fóruns híbridos”. Uma parte da controvérsia é o conflito. Assim sendo, estão configuradas onde vidas coletivas se tornam mais complexas e se encontra uma diversidade de atores envolvidos. Elas são encontradas onde há rastros “quentes”. Também se expressam onde as alianças e as oposições se transformam em

[83] Mais informações disponíveis em: <http://www.mappingcontroversies.net/>.

algo imprudente, quando nada é mais simples do que parece e são perceptíveis gritos e brigas. O foco envolve os agenciamentos entre quem está mais presente na discussão.

Em vista disso, pode-se considerar que a ANT aborda redes de controvérsias. Todavia, não se busca decidir como se resolve uma dada controvérsia. A definição e a ordenação devem ser conduzidas pelos próprios atores envolvidos. Com as controvérsias, busca-se evidenciar que assim como não há "fatos puros", tampouco a informação é neutra. Isso porque os argumentos mobilizados implicam jogos de poder e força que se expressam na solidez que os interesses vão adquirindo (NOBRE; PEDRO, 2010, p. 12).

Nesse aspecto, é importante esclarecer a apreensão de poder como um efeito escondido ou deturpado e não como um conjunto de causas. Assim sendo, o conceito de poder faz parte da abordagem da *Teoria Ator-Rede*.

Conforme Law (1992), a ANT se aproxima da perspectiva da *Microfísica do Poder* de Foucault (1979)[84]. Porém, procura ir além, descrevendo histórias empíricas sobre processos de tradução, nos quais se assume que a estrutura social não está separada e independente, sendo mais um espaço de luta, envolvendo, ainda, um efeito relacional que se gera recursivamente e se autorreproduz.

Desse modo, a ANT possibilita analisar e desmistificar os rótulos de vítima e algoz. Os pressupostos dessa teoria não indicam que há muitos centros de poder ou ordens iguais. Na prática, analisam que há diferenças reais entre os "poderosos" e os "miseráveis", que expressam diferenças nas estratégias e táticas de poder empregadas para se produzirem e reproduzirem. O interesse passa a ser, então, descrever como o *ator-rede* mobiliza, justapõe e mantém a união dos seus elementos constituintes (LAW, 1992), o que reflete a relevância de se estudar como são articuladas as estratégias adotadas com esse propósito.

Na leitura sobre a ANT, Nobre e Pedro (2010) afirmam ainda que há um poder que se espalha em várias direções pela rede, às vezes distribuído, outras vezes cristalizado em alguns nós. A partir daí, são produzidos ordenamentos pouco estáveis, mas nunca totalmente fixos. Ou seja, trata-se de uma produção de ordenamentos baseada em mediações. Isso significa que a tarefa de rastreamento das controvérsias é traduzir a rede em sua heterogeneidade e explorar como essa é ordenada, segundo padrões humanos e não-humanos, para gerar efeitos, tais como organizações, desigualdades e poder.

[84] Em síntese, na visão foucaultiana, os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e, nesse complexo, os micropoderes existem integrados ou não ao Estado. É preciso dar conta desse nível molecular de exercício do poder sem partir do centro para a periferia, do macro para o micro (FOUCAULT, 1979).

Inspirada nas pistas conceituais da ANT apresentadas neste capítulo, a presente tese se constrói, em meio às controvérsias, apostando na busca pela produção de conhecimentos provisórios, ao invés de assumir as questões investigadas e debatidas como verdades conclusivas.

A construção de possíveis conexões entre a *Teoria Ator-Rede* e suas potencialidades para o estudo do *Turismo de Base Comunitária* pode representar uma alternativa emergente para a produção do conhecimento sobre esse assunto de interesse na atualidade. Com base nessa imersão, percebe-se que alguns autores têm se embasado na ANT para a produção de estudos sobre o fenômeno complexo do turismo, sem se dedicarem, especificamente, a refletir sobre o TBC. Sendo assim, conforme adverte Latour (2012), "a ANT é necessária para tópicos novos", o que inspira explorar, na seção a seguir, alguns referenciais dessa teoria que têm sido experimentados para a produção de novos diálogos sobre turismo, buscando, nesse contexto, possíveis reflexões que possam rebater algumas questões sobre o TBC.

4.3 ARTICULANDO *TEORIA ATOR-REDE* E TURISMO

A produção de conhecimento em turismo baseada na perspectiva teórico-metodológica da *Teoria Ator-Rede* é recente, sendo publicada somente há cerca de 10 anos (VAN DER DUIM, 2005; RODGER; MOORE; NEWSOME, 2009; PAGET; DIMANCHE; MOUNET, 2010; ARNABOLDI; SPILLER, 2011; VAN DER DUIM; REN; JÓHANNESSON, 2012; JÓHANNESSON; REN; VAN DER DUIM, 2015; DEDEKE, 2017). Os pesquisadores, que atuam nessa linha investigativa, são originários, predominantemente, do continente europeu, tendo o inglês como idioma nativo, o que pode se constituir um problema teórico limitante para o avanço desse campo de estudos no mundo.

O alinhamento de uma investigação com as proposições da *Teoria Ator-Rede* requer que o posicionamento epistemológico-metodológico recaia nos modos de pesquisar (ARENDT, 2008). Por conseguinte, tende a ser fundamental que estudiosos em turismo possam incorporar à discussão as suas práticas científicas e o lugar em que estão assentadas para averiguarem as possibilidades de contribuição da proposta alternativa ANT para a promoção de mudanças nesse debate temático.

Tendo em vista se tratar de uma área de conhecimento de recente desenvolvimento como objeto de investigação, o turismo se enquadra na área das Ciências Sociais Aplicadas e as suas demandas práticas e de pesquisa acadêmica são de abordagem multi, inter e

transdisciplinar. Por essa razão, não se consolidou ainda uma discussão filosófica e científica que permita perceber o turismo como um fenômeno complexo e constituído de múltiplas dimensões. Além disso, a maioria dos estudos realizados sobre essa temática se sustenta em uma abordagem positivista, fragmentada e reducionista que dificulta o aprofundamento da sua compreensão (BARRETTO, 2007; PANOSSO NETTO, 2011).

Segundo Panosso Netto (2011), a análise do turismo tem avançado a partir de abordagens teóricas estruturalistas, sistêmicas, multi e interdisciplinares, buscando responder qual seria a melhor maneira de estudar o que é o turismo e quem é o turista. Essa tem sido uma tentativa de construção de teorias que priorizam a inserção do ser humano no centro do debate para a consolidação de bases epistemológicas estáveis no turismo.

Indicando outra perspectiva de análise do turismo, a proposta da ANT contribui, de forma inovadora, para a reflexão sobre o fenômeno, devido, primeiramente, à sua capacidade de articular a prática científica por meio da noção de rede sociotécnica, explorada na seção anterior deste capítulo.

Embora essa escolha teórico-metodológica seja ainda restrita no Brasil, Araújo e Lobo (2017) defendem a importância da ANT para a compreensão do fenômeno desde quando uma pessoa decide iniciar o planejamento de sua viagem. Em sintonia com os argumentos dessa teoria, esses pesquisadores sinalizam que é possível entender que, a partir do momento da escolha do lugar a ser visitado, já entra em ação uma multiplicidade de elementos humanos e não-humanos. Nesse processo, inclusive, são produzidos ordenamentos territoriais necessários ao desenvolvimento do turismo, que são desdobrados até o retorno do turista ao seu ponto de origem.

Com base nesse pressuposto, Araújo e Lobo (2017) atentam para a renovação do debate proposto sobre turismo orientado pela ANT, iniciado pelo pesquisador europeu Rene Van Der Duim, desde 2005, por defender a compreensão de que o turismo se constitui como um resultado de práticas relacionais, que conectam culturas, naturezas e tecnologias em formas multivariadas, tendo um caráter estabilizado temporário. Consideram ainda, nesse contexto, que os processos complexos de ordenações, como ocorre no turismo, são gerados pela interseção entre sujeitos e objetos que conformam outras associações (VAN DER DUIM, 2005).

Sendo assim, uma mudança de paradigma parece surgir da ANT para o campo de estudos sobre turismo. Van der Duim, Ren e Jóhannesson (2012) salientam que essa escolha teórico-metodológica começou a ser adotada, gradualmente, pela comunidade científica, devido a um efeito ou a uma necessidade de se recusar visões dicotômicas que explicam esse

fenômeno como uma prática econômica ou sociocultural, e que também atribuem purificação ao conhecimento produzido nessa área. Nesse sentido, segundo esses autores, a proposta de estudo do turismo a partir dos aportes da ANT não busca, essencialmente, a definição do que é turismo. Sob outra perspectiva, propõe um modo de se fazer pesquisa que tem como foco de análise a maneira de funcionamento do turismo e como esse se movimenta, agrega-se e se ordena.

Para que se possa avançar no debate proposto, é importante entender ainda que, os processos de construção dos conceitos e contextos em turismo são indissociáveis. Nessa conformidade, o estudo acerca do turismo deve vislumbrar os saberes de outros atores para além de especialistas científicos.

Considerando, assim, as orientações latourianas para esse debate, deve-se pressupor que o conhecimento não está no mundo das ideias. Para Latour (2013), todos os elementos estão interagindo para a produção do conhecimento, o que aponta para a possibilidade de (des)hierarquização dos saberes. Nesse processo, consideram-se diferentes vozes e entende-se que os discursos estão conectados às práticas, em meio às controvérsias. Partindo-se dessa inspiração, como seria possível refletir sobre as controvérsias associadas ao turismo?

Para tanto, Van der Duim, Ren e Jóhannesson (2012) propõem uma ressignificação da pesquisa em turismo com base na abordagem da ANT, a partir do agrupamento das suas principais premissas em três temas inter-relacionados: ordenamento, materialidade e multiplicidade. Para esses autores, a ANT tende a possibilitar uma forma alternativa de análise do turismo, dos lugares e dos objetos associados a essa prática. Todavia, para que se possa repensar a análise de objetos, espaços, lugares, economias, sustentabilidade e empreendedorismo, bem como outras preocupações centrais de estudos nesse campo, torna-se necessária uma investigação filosófica e empírica sobre o turismo.

A abordagem do turismo sob a ótica da ANT implica entender que o mundo é composto de relações continuamente construídas, que não podem ser definidas como puramente sociais, naturais, tecnológicas ou culturais, mas, sim, a partir de relações tecidas por seres híbridos de natureza, cultura e técnica (REN; JÓHANNESSON; VAN DER DUIM, 2012).

No entanto, na formulação de Tribe (2010), o conhecimento em turismo tem sido ainda concebido como um campo fragmentado ou um “projeto multidisciplinar”. O autor identifica dois grandes campos de forças antagônicas, perpassando por uma zona de purificação das teorias: o de turismo do mundo dos negócios e finanças e o turismo enquanto

ciências sociais. Essas tendem a se dirigir para o surgimento de uma terceira perspectiva crítica do turismo, que pouco dialoga com outros esforços de produção de conhecimento.

Sendo assim, a criação de novas perspectivas para a interpretação do turismo em uma abordagem interdisciplinar exige a combinação de ferramentas disciplinares, envolvendo as diferentes tribos, territórios e redes acadêmicas (TRIBE, 2010), equivalente aos diversos grupos existentes, às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento e às redes de colaboração científica.

Considerando a perspectiva da ANT, o argumento mais acentuado para os estudos em turismo tem sido a sua capacidade de expor contingências, desconstruir as categorias usuais de senso comum e revelar a complexidade subjacente das práticas turísticas (REN, 2010). Isso permite argumentar também que o turismo não deve ser estudado como um sistema, mas como um fenômeno complexo, cambiante e empírico, no qual os atores intervêm constantemente em sua transformação e ordenação (GAITÁN, 2014).

Nessa perspectiva, uma das principais contribuições de uma produção acadêmica sobre o turismo, inspirada na *Teoria Ator-Rede*, tem envolvido questões sobre como se estabelecem e se estabilizam determinados arranjos nesse emaranhado composto por materialidades, discurso social, tecnologias, práticas e atores. Ao buscar compreender como o turismo funciona, como se configuram as suas dinâmicas que se fazem em rede, e não a sua essência (VAN DER DUIM; REN; JÓHANNESSON, 2012), a ANT oferece uma alternativa à concepção estruturalista que tradicionalmente dominara esse campo de estudos (PIMENTEL; CASTROGIOVANNI, 2015).

Assim, no estudo do turismo, pela via da ANT, documentos, folhetos e anúncios, estruturas físicas, produtos alimentares, roupas, discursos, consumidores, produtores e residentes, por exemplo, se tornam instrumentos que permitem acessar processos de construção e reagregação da rede de atores (VAN DER DUIM; REN; JÓHANNESSON, 2012).

A possibilidade de detectar uma rede de atores interagindo se dá ao se concentrar na integração e nas conexões agenciadas pelos agentes pesquisados. A construção e a descrição da rede se configuram por meio de um rastreamento meticuloso e empiricamente fundamentado. Seguindo os atores, os estudos sobre o turismo podem descrever uma rede heterogênea que media e incorpora noções de cultura e economia, atores e estruturas, seres humanos e não-humanos (VAN DER DUIM; REN; JÓHANNESSON, 2012).

No exame de questões ou eventos controversos no turismo, os estudos realizados têm abordado a política, bem como a materialidade, mas também a multiplicidade e a dimensão ontológica. Assim, a ANT representa, ainda, uma forma de compreender como as diferentes

práticas do turismo são anunciadas; como os encontros entre diferentes formas de turismo podem resultar em controvérsias; mas também sobre como esses discursos e encontros estão enredados em múltiplos traços, nas amplas áreas relacionadas à sociedade, à natureza, ao turismo, à conservação, ao poder e à política no desenvolvimento de lugares turísticos (JÓHANNESSON; VAN DER DUIM; REN, 2016).

Dessa maneira, reiterar a noção de rede latouriana, nesta reflexão, é de importância central, tendo em vista que, por outro lado, o estudo sobre redes e turismo tem sido realizado, até então, de forma aproximada à abordagem sistêmica, envolvendo, prioritariamente, o processo de expansão do mercado empresarial de viagens. Conforme sinalizam alguns estudos sobre esse tema, existe uma tendência em interpretar a relação entre redes e turismo como a formação de um conjunto de diferentes setores de serviço, comércio, indústria, entre outros, para influenciar a vantagem competitiva ao desenvolvimento turístico regional (XAVIER et al., 2012; KNUPP; MAFRA, 2012). Nesse tipo de iniciativa, as redes são utilizadas como estratégias de fomento ao turismo, visando, sobretudo, os benefícios econômicos e políticos que as alianças podem resultar.

De forma distinta, para Latour (2012), conforme argumentado anteriormente, a concepção de rede sociotécnica aborda os efeitos gerados pelos vínculos estabelecidos entre diferentes elementos e as implicações de tais alianças. Sendo assim, o desafio do pesquisador é definir a posteriori quem são as entidades envolvidas na análise, que se autodefinem e indicam os passos a serem percorridos para que se possam conhecer as múltiplas associações que configuram a dinâmica no turismo.

Como ferramenta de análise para abordar, por exemplo, a multiplicidade do turismo em bases sustentáveis, Van der Duim (2005) explora a ANT, introduzindo o conceito de *Tourismscapes*, traduzido livremente como panorama turístico:

> *Tourismscapes* são as redes de atores dentro e através de diferentes sociedades e regiões que conectam pessoas e organizações, transporte, acomodação e instalações, recursos turísticos e tecnologias. *Tourismscapes* consistem nas relações entre pessoas e coisas dispersas em padrões específicos de espaço-tempo (VAN DER DUIM, 2005, p. 20).
>
> *Tourismscapes* são como frases. Cada elemento (como uma palavra em uma frase) é conectado a outros elementos (como outras palavras em uma frase) em uma sintaxe que une pessoas, artefatos e ambientes. Tire uma palavra e a sentença é processada sem sentido (VAN DER DUIM, 2005, p. 97).

Tendo em vista que milhões de pessoas e organizações fornecem transporte, acomodação, alimentação, guiamento e/ou entretenimento no turismo, o autor caracteriza

tourismscapes, apontando que, primeiramente, esse conceito inclui os humanos (como os turistas) que consomem serviços, bem como aqueles que prestam esses serviços turísticos na rede de atores. Sendo assim, a noção de *tourismscapes* reflete o desempenho de inúmeros humanos que trabalham em empresas de grande e pequeno porte conectadas por meio de processos complexos de encomendas, vendas, pedidos, compras e reservas. Dessa forma, a heterogeneidade das empresas e das redes de empresas globais e locais se manifesta no processo complexo de produção e reprodução do turismo (VAN DER DUIM, 2005, 2007).

Em segundo lugar, os estudos de turismo abrangem espaços híbridos, moldados por objetos "naturais" e "culturais", como hotéis, instalações de restaurantes e entretenimento, além de outros recursos que atendem ao olhar do turista, que oferecem uma variedade de possibilidades e oportunidades de interação e produção de efeitos. Esses incluem, por exemplo, a natureza como espaço de lazer; a natureza como espetáculo por meio de pinturas de paisagens, cartões postais, fotografias e vídeos; a natureza selvagem para refúgio espiritual e físico; e a natureza que passa por efeitos da mudança climática global (VAN DER DUIM, 2005).

Além disso, *tourismscapes* envolvem uma série de objetos, máquinas e tecnologias em rede que exploram os lugares turísticos no espaço-tempo, como as redes de transporte de pessoas por vias aérea, marítima, ferroviária e rodoviária, bem como fios, cabos, canais de microondas e redes que transportam mensagens de telefone ou fax e imagens, além de transferências de dinheiro e informações informáticas (VAN DER DUIM, 2005).

O autor elucida que, em princípio, a noção de *tourismscapes* é incerta e reversível. Nunca é dado na ordem das coisas. Assim, exige um esforço para entender como o processo é realizado e se os atores atuam em relações relativamente estáveis e permanecem no mesmo lugar. Também podem criar e recriar riscos no turismo, tanto quanto desejos e oportunidades, como viagens internacionais relativamente baratas, a capacidade de comprar bens de consumo e estilos de vida de todo o mundo, a possibilidade de participar de eventos culturais e, ainda, o risco de contaminação por doenças como a AIDS, a malária, entre outras.

Tourismscapes podem ainda ter formas irregulares, emergentes e imprevisíveis, como no caso dos ataques de 11 de setembro de 2001 contra os EUA, das bombas de Bali, do tsunami de dezembro de 2004 no Sudeste Asiático, ou mesmo mudar de acordo com a sazonalidade dos fluxos turísticos.

Tourismscapes são abertas, não lineares, capazes de se expandir sem limites, integrar novos “nós” desde que consigam se comunicar no interior da rede, e compartilhar os mediadores. Isso significa que se devem seguir os atores, sejam eles os turistas, as operadoras,

os hoteleiros, os motoristas de táxi, os guias de turismo, e como eles fazem circular as ações. Nesse processo, reafirma-se que se deve examinar a produção de ações em curso.

Por essa lógica, Van Der Duim (2007) reconhece a importância de se observar que, na composição de *tourismscapes* são reunidos, simultaneamente, humanos, organizações, objetos, tecnologias e espaços. Dessa forma, o avanço desse tipo de estudo implica a análise de processos de associação e ordenação entre elementos heterogêneos.

Diante das características da noção de *tourismscapes* pela perspectiva da ANT, convém salientar que Paget, Dimanche e Mounet (2010) reforçam esses argumentos, ao examinarem as inovações de uma empresa de turismo no contexto particular das estâncias de esqui francesas, afirmando que o crescimento da empresa está relacionado diretamente com a implementação de novas associações entre elementos humanos e não humanos.

Em outro caso, Dedeke (2017) ressalta que, a análise sobre a construção de empreendimentos de turismo sustentável em áreas protegidas na Amazônia, sob a ótica da ANT, sinaliza que a capacidade dos mediadores desse processo de se apropriarem de novos aprendizados, de se adaptarem às mudanças e de se criarem espaços de articulação com especialistas globais podem contribuir para o êxito desse tipo de projeto.

Ainda na pesquisa de Arnaboldi e Spiller (2011), com base na ANT, acerca de um projeto colaborativo de turismo e cultura em uma região de montanha no norte da Itália, o uso dos pressupostos de ator-rede, como questão de fato vs. questão de interesse contribui para a descrição da natureza heterogênea da ação assumida, no momento em que surgem controvérsias sociotécnicas.

Nessa direção, a contribuição da ferramenta de análise *tourismscapes* é, justamente, abrir e revelar o coletivo que incessantemente se compõe e se recompõe a partir das relações entre humanos e não-humanos em torno do turismo e descrever como os atores alinham suas funções e interesses com os demais (ARAÚJO; LOBO, 2017). Para tanto, ao assumir a ANT como abordagem de análise do turismo, reafirma-se que a descrição da rede sociotécnica deve partir da identificação e da apresentação das controvérsias de forma simétrica. A orientação nesse sentido é para que se concentre em uma controvérsia explícita, sem a pretensão de fechar a discussão e, tampouco, de abarcar toda a rede na análise.

A descrição de redes sociotécnicas torna-se possível por meio de um meticuloso trabalho empírico de estudo dos atores, a fim de traçar suas associações e dissociações. Nesse processo, é fundamental a observação dos movimentos e dos efeitos dos conectores que geram os próprios fluxos, organizações e objetos no turismo. Na percepção de Araújo e Lobo

(2017), essa pista metodológica representa um importante passo na busca do rompimento com o aspecto fragmentado das pesquisas em turismo.

A ANT concebe, portanto, uma importante ferramenta analítica por também potencializar o diálogo com outras áreas do conhecimento, correspondendo às características multi, inter e transdisciplinar, tocantes ao turismo (ARAÚJO; LOBO, 2017). Ademais, tal teoria auxilia a formação do pesquisador que almeja abandonar abismos dualistas, tais como natureza/cultura, objeto/sujeito, conceito/contexto, humanos/não-humanos e globais/locais, para um mundo comum, nos casos das práticas educativas interdisciplinares (BRANQUINHO; LACERDA; COSTA, 2014), como acontece também no turismo.

Portanto, um dos desafios desta investigação baseada nos aportes da ANT é o de colocar a proposta de redes sociotécnicas em prática, e, ainda, desdobrar-se sobre o material empírico recolhido. Nessa perspectiva, a presente tese se utiliza da abordagem e das contribuições da *Teoria Ator-Rede*, buscando seguir "os rastros" dos atores que atuam na *Rede Cearense de Turismo Comunitário* (TUCUM), considerando as conexões e controvérsias que perpassam as dinâmicas do TBC. Para isso, é importante explorar, no capítulo subsequente, a abordagem metodológica e os procedimentos detalhados da pesquisa.

5 O VAI E VEM DA PESQUISA: trilhando o caminho metodológico para uma *Cartografia de Controvérsias*

5.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

No contexto das metodologias de pesquisa contemporâneas, este capítulo apresenta os caminhos percorridos em busca de explorar as possibilidades de utilização do método da *Cartografia de Controvérsias*, inspirada nas formulações teórico-metodológicas da *Teoria Ator-Rede (ANT),* para o estudo do *Turismo de Base Comunitária*, tendo como enfoque o caráter da relação e da ação entre os seus atores.

Diante do desafio de entender as pistas para uma *Cartografia de Controvérsias* nessa direção, assim como de lançar as reflexões decorrentes dessa escolha teórico-metodológica, torna-se interessante resgatar os preceitos desse processo cartográfico que inúmeros pesquisadores vêm experimentando e se aprofundando no campo de Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Cabe ressaltar que, nessa busca cartográfica, experimentam-se a conduzir a discussão sobre as pistas, as questões, as proposições e os procedimentos para o embasamento da construção da abordagem teórico-metodológica orientadora desta tese.

Embora a cartografia não seja exclusiva de domínios tecnocientíficos, a escolha por esse método investigativo se justifica por sua prática estar sendo defendida como uma importante ferramenta metodológica para a apreensão da noção de redes sociotécnicas e de controvérsias, empreendidas em pesquisas orientadas pela própria *Teoria Ator-Rede,* no âmbito da Psicologia e de outras áreas das Ciências Humanas e Sociais (CASTRO, 2008; FERREIRA *et al*., 2010; PEDRO, 2010; CORDEIRO, 2012; DAVID, 2018).

Sendo assim, enfatiza-se, como princípio de leitura, a proposta cartográfica formulada por Deleuze e Guattari (1995), que contribui para compor possíveis articulações e inspirações conceituais sintonizadas com a reflexão relacionada à *Cartografia de Controvérsias*, que será explicitada mais adiante. Em sua origem, o método da cartografia se constrói como um modo alternativo de pesquisa para o acompanhamento da dinâmica dos movimentos marginalizados e minoritários, que surgiram na década de 1980, em suas diversas configurações. A partir dessa experiência de cartografia, foram produzidas importantes pistas orientadoras sobre como se poderiam seguir ações coletivas, por exemplo, nos contextos dos movimentos em

defesa dos direitos da população negra, do movimento da reforma sanitária e das lutas macro e micropolíticas para a produção de políticas públicas de saúde no Brasil, assim como da disseminação de mídias alternativas (GUATTARI; ROLNIK, 1996).

Em afinidade teórica com o pensamento de Deleuze e Guattari (1995), a produção coletiva do conhecimento, preconizada nos dois volumes do livro "Pistas do Método da Cartografia" (organizados por PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009; PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2013), trata de questões instigantes para a pesquisa cartográfica em termos de processos de produção de subjetividade[85], ainda que não estejam relacionadas, especificamente, à noção de controvérsias. Em vez de regras a serem aplicadas, cada capítulo apresenta a proposta em termos de pistas, questões e premissas metodológicas, sem grau de ordenação. Assim, esse tipo de abordagem contribui para uma compreensão inicial de que a cartografia não se apresenta como um método pronto e invariável e tampouco como uma "receita" de pesquisa.

Apostando na experiência da pesquisa cartográfica, os autores afirmam que não se trata de um método a ser aplicado e sim a ser colocado em prática. Isso porque, a sua diretriz não se baseia em regras gerais ou protocolos para casos particulares, mas a ser construída caso a caso, em domínios específicos. Além disso, a sua direção metodológica é concebida sem ter de antemão a totalidade dos procedimentos desse modo de fazer pesquisa (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Com base nesse pressuposto, o sentido da cartografia, assumido nesta tese, é, portanto, o de "acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas" (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 10). De outra maneira, a cartografia objetiva o acompanhamento de um processo em curso, e não a representação social de um objeto. Nesse ponto de vista, considera-se que as configurações subjetivas portam em si mesmas processualidade, o que implica manter a potência do movimento e de cada momento da pesquisa, significando, igualmente, não apenas o resultado de um determinado histórico.

[85] O termo subjetividade constitui um "produto cultural complexo", como qualquer outro construído pela heterogeneidade dos seus suportes físicos, biológicos, psíquicos, verbais, econômicos, estéticos, éticos, políticos. Considerada também como algo produzido por instâncias individuais, coletivas e institucionais, a subjetividade se situa no campo de todos os processos de produção social e material. Enquanto processo, a subjetividade emergente se relaciona com o mundo exterior, individualiza-se nas relações de alteridade e coletiviza-se nas multiplicidades, para além do indivíduo e para aquém da pessoa. Ao contrário do sujeito fixo, o processo de subjetivação permite esse se desfazer em multiplicidades, em que o tornar-se humano inclui o tornar-se não humano. Isso implica desvelar o conjunto de condições que possibilitam a emergência dessas instâncias individuais e/ou coletivas, instaladas em um "território existencial", em constante processo de feitura espaço-temporal, na sua relação com o mundo (GUATTARI, 1992).

Desse modo, a ideia de processualidade funciona como se fosse o "coração" da cartografia. Nesse sentido, é importante reforçar que a iniciação de uma pesquisa sobre os processos de produção de subjetividade pressupõe, na maioria das vezes, algo em movimento, no qual não se parte do zero. Ou seja, o cartógrafo, que assume essa prática, começa a pesquisa pelo meio, enfrentando situações fluidas, nas quais emergem a necessidade de acompanhar um processo e também conhecer aquilo que o produz e o move até o momento presente (BARROS; KASTRUP, 2009).

O método cartográfico opera também transversalmente, ou seja, na captação dos movimentos constituintes das formas e não do que já foi constituído no conhecimento. Isso em razão de sua construção metodológica não funcionar de maneira a estabilizar as posições vertical e horizontal, nas quais as formas se apresentam previamente categorizadas. Por tal natureza, o método vai se fazendo, uma vez mais, no acompanhamento dos movimentos das subjetividades produzidas e dos territórios existentes na pesquisa (KASTRUP; BARROS, 2009).

Dessa maneira, a realidade cartografada se apresenta como um "mapa móvel", justamente porque nele nada se fixa permanentemente, não há um único sentido para a sua experimentação, nem uma mesma entrada para a pesquisa. O método da cartografia não segue um caminho e sim possui entradas múltiplas e conexões cambiantes, que compõem a realidade. Por esse motivo, a experiência do cartógrafo deve ser guiada por uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminho a ser trilhado no percurso da pesquisa.

Nessa concepção, a pesquisa cartográfica parece ir na contramão do sentido tradicional de metodologia, impresso na própria etimologia da palavra: *metá-hódos*, cujo significado envolve um caminho predeterminado pelo ordenamento sistemático das etapas a serem seguidas para a realização precisa do estudo. De outra forma, a pesquisa cartográfica propõe uma reversão na direção metodológica: transformar o *metá-hódos* em *hódos-metá*. Essa mudança diretiva da pesquisa consiste no traço de metas de acordo como for fluindo o processo, apostando, assim, na criação e na "experimentação do pensamento" (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009).

Nesse desafio metodológico, os autores atentam ainda para o rigor da pesquisa cartográfica que é, do mesmo modo, ressignificado, tendo em vista que por essa via o pesquisador assume o compromisso e manifesta o interesse de estar mais próximo dos movimentos da vida, ou seja, de estar implicado, de intervir na realidade. Diante disso, as pesquisas que apostam nessa perspectiva metodológica não são imparciais e nem neutras.

Nesse sentido, David (2018) enaltece que o rigor do método cartográfico se assenta na possibilidade de acolher realidades múltiplas e inter-relacionadas, conforme ocorre o processo de pesquisa.

Nessa acepção, os atos e efeitos de pesquisar, intervir, conhecer e fazer passam a ser discutidos, de modo inseparável, na cartografia, uma vez que toda pesquisa intervém sobre a realidade mais do que apenas a representa ou a constata em um discurso de evidências. O olhar do pesquisador é implicado e microscópico, estando longe de ser um observador passivo e indiferente ao campo investigado. Nesse processo, a cartografia inclui a forma de embate com o campo, o qual se configura no concreto, envolvendo enigmas, problemas, sustos, angústias, surpresas, entre outros fatores, que repercutem em perguntas.

Assim sendo, a diretriz cartográfica envolve pistas que orientam o percurso da pesquisa, considerando nesse contexto, os efeitos do processo de pesquisar sobre o objeto[86] da pesquisa, o papel do pesquisador e ainda os seus resultados (PASSOS; BARROS, 2009).

Nesse sentido, o caminho da pesquisa cartográfica é constituído de passos que se sucedem sem se separar, diferentemente de se estabelecer uma série sucessiva de etapas da pesquisa, em que terminada uma tarefa, passa-se à próxima. Por consequência, cada momento da pesquisa traz consigo inspirações do anterior e se prolonga nos momentos seguintes, como o próprio ato de caminhar, no qual um passo segue o outro em um movimento contínuo e de retroalimentação (BARROS; KASTRUP, 2009).

Embora em pesquisas cartográficas seja enfatizado ainda o processo de produção de subjetividade, é importante considerar que essas devem estar atreladas ao processo de produção de coisas (objetos), tendo em vista uma rede heterogênea de produção social e material, que pode ser designada latourianamente como *ator-rede* (PASSOS; KASTRUP, 2013).

Esse método associado às dinâmicas em que surgem controvérsias sociotécnicas permite, assim, sinalizar "o quanto os processos de construção do conhecimento se mesclam com os movimentos que constituem a própria rede, acentuando seu caráter contextual e contingencial" (PEDRO, 2008, p. 11).

Com esse propósito, ainda que pouco difundida, torna-se relevante a *Cartografia de Controvérsias*, nas quais são envolvidos os diferentes atores enredados, para se aproximar do

[86] É importante ressaltar que, na pesquisa cartográfica, utiliza-se a noção de objeto de pesquisa não como aquilo que se põe tal como um obstáculo que deve ser dominado e controlado. Diferentemente, o objeto da pesquisa cartográfica, seja ele humano ou não humano, deve ser tomado em suas relações sociais. O objeto assume o seu protagonismo e perde seu anonimato. Na pesquisa cartográfica, trata-se de processos de produção de si e do mundo, que não podem estar desatrelados do processo de produção de coisas (PASSOS; KASTRUP, 2013, p. 212).

que Latour (2000, 2012, 2016) propõe como principal diretriz metodológica para o estudo prático de redes: seguir os atores em ação e se alimentar de controvérsias, exercício assumido como um desafio no contexto desta tese.

Nessa perspectiva, a *Cartografia de Controvérsias* se constitui como um conjunto de técnicas que visa à observação e a descrição de problemas polêmicos, na contemporaneidade, especialmente – mas não somente – a partir de uma abordagem sociotécnica segundo a ANT. Sendo assim, pressupõe-se que esse modo de se fazer pesquisa insere igualmente em cena a possibilidade de existência de outras realidades, de outros mundos, que compõem uma rede sociotécnica (PEDRO, 2016).

É nesse sentido que cartografar as controvérsias se torna uma via interessante para o que Latour (2012) chama de "reagregar o social". Para a ANT menos interessa dizer o que é o social enquanto mais vale rastrear de que conexões entre humanos e não-humanos o social é tecido e com que outras articulações ele pode ser refeito (DAVID, 2018).

Outrossim, para Vargas (2015), cartografar controvérsias não significa estudar conflitos sociais e situações de riscos, apesar de que, frequentemente, controvérsias envolvam riscos e também conflitos. Mais do que isso, o método revela a preocupação em investigar situações desestabilizadas, nas quais as incertezas habituais da vida social, política e moral são complicadas e não simplificadas, mediante ao aporte de conhecimento científico e técnico estabelecido.

De outra maneira, David (2018) explicita que cartografar as controvérsias não representa mapear as discordâncias externamente, do ponto de vista do observador neutro, nem tampouco se empenhar em um movimento sistemático de denúncia que explicita as falhas e encerra as disputas. Isso significa que esse método se furta a responder às questões apressadamente com os termos pré-existentes e ainda aposta em seguir os movimentos da rede para produzir um conhecimento polifônico[87].

Na busca por expandir e observar a "sociedade se fazendo", esse método de pesquisa tem sido discutido e desenvolvido, amplamente, em várias universidades da Europa e dos Estados Unidos, e vem despertando, pouco a pouco, interesse em vários núcleos acadêmicos de outros países, como é o caso do Brasil[88], embora ainda se identifique uma lacuna em termos de bibliografia nacional especializada no assunto.

[87] Este método é também influenciado pelas análises sobre a "desaceleração das ciências" (STENGERS, 2013).

[88] Como referências, podem ser mencionadas: o Núcleo de Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (NECSO/UFRJ), coordenado pelo Prof. Ivan Marques; o Grupo de Pesquisa Cultura contemporânea: subjetividade, conhecimento e tecnologia (UFRJ/CNPq), coordenado pela Profa. Rosa Pedro; o Grupo de pesquisa Entre_Redes (UFF/CNPq), coordenado pela Prof. Marcia Moraes e pelo Prof. Ronald Arendt; o Lab

Tendo em vista esse contexto, vale mencionar, a título de ilustração, uma importante referência mundial particularizada em *Cartografia de Controvérsias*, denominada *Mapping Controversies on Science for Politics* (MACOSPOL)[89]. Essa iniciativa institui uma plataforma colaborativa, coordenada por Bruno Latour, reunindo estudiosos em ciência, tecnologia e sociedade e oferecendo ferramentas para pesquisadores que pretendem experimentar o mapeamento digital de controvérsias em suas investigações. Sua criação teve a intenção de facilitar o envolvimento público em questões tecnológicas e científicas e de ajudar estudantes, profissionais e cidadãos a traçar e interpretar controvérsias científicas e técnicas.

Por uma *Cartografia de Controvérsias*, apoiado em Latour, um de seus principais seguidores, Venturini (2008, 2010, 2012)[90] salienta que esse tipo de mapeamento não implica alguma definição conceitual ou algum tipo de instrução metodológica. Ao contrário, incentiva os estudiosos a utilizarem todas as ferramentas de observação disponíveis, assim como mesclá-las, desobrigando-os de se afirmarem em qualquer filosofia ou procedimento específico. Dessa forma, esse método propõe que se permaneça o mais aberto possível a novas interpretações para que se possa apreender a complexidade do fenômeno coletivo estudado, nesse caso, as controvérsias.

É necessário ainda que se compreenda o que significa assumir um fenômeno como um campo controverso. Nesse sentido, Venturini (2010) se apoia na metáfora do "magma" (cujos movimentos determinam os fenômenos vulcânicos), para descrever o que não pode ser tomado nem no seu estado líquido, completamente fluidificado e efêmero, e nem no seu estado sólido, completamente solidificado e estabilizado. Da mesma maneira que o magma, os fenômenos devem ser tomados na constante transformação e afetação dos seus estados, ora se solidificando e encontrando algumas formas de consenso para as controvérsias, ora se liquefazendo, dissolvendo seus acordos e entrando em disputas e embates.

Sendo assim, muitos são os caminhos possíveis de se exercitar a *Cartografia de Controvérsias*, mas, de modo geral, as principais questões a serem respondidas pelos pesquisadores que adotam esse método se referem ao que se observa nos modos de existências coletivas dos atores e à descrição sobre o que se vê em campo. Latour (2012) orienta que, nesse percurso, os pesquisadores devem seguir, como o caminhar de uma

404 - Laboratório de Pesquisa em Mídia Digital, Redes e Espaço (UFBA/CNPq), coordenado pelo Prof. André Lemos; e o Grupo de Pesquisa Contribuição da Antropologia das Ciências e das Técnicas para a Educação (UERJ/CNPq), coordenado pela Profa. Fátima Branquinho. Esses pesquisadores vêm explorando o método na orientação de trabalhos acadêmicos, na área de estudos sociotécnicos, em diferentes modalidades de cursos.

89 Mais informações disponíveis em <http://www.mappingcontroversies.net/>.

90 Detalhes sobre a cartografia de controvérsias em <http://www.tommasoventurini.it/>.

formiga, o "rastro"[91] deixado pelo movimento dos atores, no sentido de reconstituir os principais pontos de tensão que se expressam nas controvérsias mapeadas. Essa é, uma vez mais, a principal diretriz metodológica para o estudo empírico das redes direcionado ao acompanhamento de ações e práticas indicadas pelos próprios atores, de forma a revelar o seu modo de configuração ao mesmo tempo em que é produzido. Ou seja, observar controvérsias é perceber o incessante trabalho de fazer e desfazer conexões pelos seus atores.

Nessa concepção, é importante ressaltar que, na *Cartografia de Controvérsias*, a temporalidade representa outro aspecto peculiar. O pesquisador acompanha as dinâmicas em constante processo de transformação, pelo qual nada permanece como está no momento presente. Assim, descreve-se o que se vê na prática de forma multitemporal. Nesse sentido, seguir, traçar ou fazer a cartografia de controvérsia significa também aprender a localizar, juntos, os três movimentos para evitar transposições: localizar o global, redistribuir o local e seguir os conectores em circulação (LATOUR, 2012). Na perspectiva desse autor, os meios que permitem seguir as controvérsias sociotécnicas podem partir, por exemplo, de noticiários de jornais e outros materiais informativos.

Em linhas gerais, para que se possa avançar no processo de relato cartográfico de controvérsias, a orientação é que se dê atenção aos movimentos, às anotações e às reações ao estudo por parte de outros, e ainda às surpresas ante a novidade do campo. Essas observações devem ser igualmente documentadas o mais regularmente possível. É importante registrar ainda como o estudo foi concebido, que pessoas foram contatadas, a que fontes se tiveram acesso, em que data, considerando para tal a sua ordem cronológica e a sua organização por meio de categorias. Isso porque, conforme afirma o autor: "tudo são dados", desde o primeiro telefonema à possível entrevista, ao primeiro encontro com o consultor, às primeiras correções feitas pelo cliente em uma proposta de concessão, ao lançamento de um programa de busca, à primeira lista de lacunas a preencher um questionário (LATOUR, 2012, p. 195).

Nessa perspectiva, David et al. (2017) apontam para que a produção de conhecimento e o trabalho de campo, na *Cartografia de Controvérsias*, não sejam tratados como instâncias estanques. Pelo contrário, a articulação entre os processos de pesquisa e os vividos no campo é vital para tal aposta metodológica. Os autores reforçam que se trata de um método que acompanha movimentos mais do que apreende estruturas e estados de coisas. Nessa prática de pesquisa, advogam, ainda, que o rastreamento das controvérsias pode contribuir para a geração de conhecimento e a revelação de resistências como uma potente política de pesquisa.

[91] O rastro constitui um vestígio de uma ação efetuada por um ator em qualquer situação.

Explorando a pertinência e a fertilidade da *Cartografia de Controvérsias* para a pesquisa no campo psicossocial, Pedro (2008) justifica a sua importância metodológica pela possibilidade de se aproximar do "social" cambiante e múltiplo e pela necessidade de se acompanhar os movimentos da rede sociotécnica. Dessa forma, reconhece-se que uma de suas forças reside na formulação de ser "diagramas impossíveis", que se desmancham no mesmo instante em que são desenhados.

Ao assumir o caráter provisório, incerto e ensaístico do mapeamento de controvérsias, consequentemente, o ofício do cartógrafo se configura na contramão da tradição científica, pois se volta para as situações de incerteza, risco e conflito e não para os conhecimentos já estabilizados (PEDRO, 2010), em um caminho de busca e interesse por outras formas de produção do conhecimento.

Além disso, nesse método, os procedimentos experimentais e as regras objetivas, por um lado, e o contexto social, por outro, não são suficientes para resolver disputas. Por isso, essa análise requer uma atenção aos dispositivos[92] de saber-poder que estão em ação distribuída nas redes (PEDRO, 2005). Isso porque, quando uma resolução é alcançada, ela é fruto de pressões e acordos que não incluem apenas os conhecimentos aceitos, mas também os interesses e os objetivos dos humanos, o que envolve, sobretudo, seus agenciamentos com os não-humanos. Esse ponto é considerado fundamental para a pesquisa no campo psicossocial, entendendo-se que, além de seguir os vínculos entre os humanos, busca-se investigar o mesmo entre humanos e não-humanos e, mais do que isso, indagar pelos efeitos produzidos por tais vínculos (TSALLIS et al., 2006).

Nesse modo de investigação, busca-se estabelecer associações entre os discursos em que surgem controvérsias sobre um mesmo assunto de interesse. Ademais, é importante considerar nesse contexto quem está ligado a que e a quem. Também se deve ter ao alcance da pesquisa as vozes dos outros a serem ouvidas e associar, fundamentalmente, as controvérsias aos discursos dos especialistas.

Com essa perspectiva, Pedro (2002) ressalta, também, a relevância da *Cartografia de Controvérsias* para delinear as dinâmicas de redes concebidas com o poder de militantes e de movimentos populares. Mapeamentos desse tipo tendem a ilustrar as forças alternativas exercidas com o propósito de resistências em relação à captura pelas diferenças lógicas, homogeneizantes e totalizantes e, ainda, com o intuito de buscar a reorganização dos dispositivos de poder. A descrição de controvérsias com esse enfoque tem se baseado nos

[92] Dispositivo é um conjunto de práticas/instrumentos formados pela associação dos mais diversos e heterogêneos elementos, que fazem existir certas realidades (DESPRET, 2011 apud DAVID, 2018).

efeitos de resistências[93], de lutas e de demandas populares que emergem desse processo, sendo essa uma forma de canalizar as reflexões para possibilidades de configurações subjetivas e coletivas como agenciamentos criativos e vitais. Nesse ponto de vista, Schroeder (2010) considera que a aposta nesse caminho metodológico tende a construir dispositivos que deem voz às práticas de insubordinação, de diferença e de subversão do conhecimento e do cotidiano.

Partindo dos pressupostos apresentados, essa escolha teórico-metodológica visou à análise das controvérsias sociotécnicas que perpassaram o processo de construção do *Turismo de Base Comunitária* na *Rede Cearense de Turismo Comunitário – TUCUM,* foco desta tese. Nesse percurso, é importante explicitar que, a denominação *Turismo de Base Comunitária* foi escolhida para esta tese, mas a *Rede TUCUM* designa a sua experiência como *Turismo Comunitário.* Sendo assim, buscaram-se compreender quais são as suas principais dinâmicas de articulação e composição, envolvendo os atores engajados no processo, além de perceber como as associações construídas na *Rede TUCUM* têm gerado, ou não, as transformações desejadas para o *Turismo Comunitário*. Para tanto, a pesquisadora se enredou nas ações das ONGS de assessoria e dos grupos de *Turismo Comunitário* locais da *Rede TUCUM* e, a partir dessa conexão, pôs-se a construir o caminho metodológico, definindo que pistas seguir, o que observar, a quem entrevistar e como criar espaços polifônicos.

No processo de seguir os atores e cartografar as controvérsias, alguns movimentos mínimos puderam ser delineados com base na referência latouriana, pelo olhar de quem tem buscado se inspirar nessas orientações:

> (1) Buscar uma porta de entrada – É preciso encontrar uma forma de "entrar na rede", de começar a seguir os atores e, de algum modo, participar da dinâmica que seus movimentos permitem traçar.
>
> (2) Identificar os porta-vozes – Uma vez que da rede participam múltiplos actantes, humanos e não humanos, é preciso identificar aqueles que "falam pela rede", e que acabam por sintetizar a expressão de outros actantes. Neste processo, vale ressaltar, não se pode deixar de tentar buscar as "vozes discordantes", ou seja, a recalcitrância que também circula na rede.
>
> (3) Acessar os dispositivos de inscrição, ou seja, tudo o que possibilite uma exposição visual, de qualquer tipo, em textos e documentos, e que possibilitam "objetivar" a rede;
>
> (4) Mapear as associações entre os actantes – Trata-se aqui de delinear as relações que se estabelecem entre os diversos atores e que acabam por compor a rede. Envolve as múltiplas traduções produzidas pelos atores, ressaltando-se suas articulações, em especial: os efeitos de sinergia ou de cooperação na rede; os efeitos

[93] "As resistências não são simplesmente oposição ao sistema e ao poder. As resistências estão inseridas no poder, elas dizem respeito a configurações de linhas de fuga que produzem singularidades". É importante entender as formas de ativar as resistências, uma vez que os modos de produção capitalista capturam as resistências, esvaziando-as de sentido (FERREIRA, 2010, p.109).

> de encadeamento ou de repercussão da rede; as cristalizações ou limitações da rede (PEDRO, 2010, p.90-91).

Por esse ângulo, a primeira tarefa para cartografar controvérsias envolveu a procura por uma "porta de entrada", ou seja, por uma forma de "entrar na rede" para tentar, de algum modo, participar de sua dinâmica em transformação. A escolha da porta de entrada depende, principalmente, da escolha de um lugar, no qual os processos se iniciam como relações complexas e as redes são construídas para que os objetos e os objetivos sejam concretizados. Para tal, a ANT propõe a escolha de uma materialidade na rede que, no caso desta tese, definiu-se como conceito técnico-científico o *Turismo de Base Comunitária* ou *Turismo Comunitário* (TBC).

Nesse entendimento, reconheceu-se que esse conceito pode constituir um importante "dispositivo disparador"[94] para dar início ao movimento de *Cartografia de Controvérsias* na *Rede TUCUM*, a fim de rastrear o jogo de interesses, influências, resistências e capturas que envolvem o coletivo de humanos e não-humanos implicados nessas dinâmicas.

Considerado como produtor de conhecimento sobre a realidade tal e qual a *Rede TUCUM* se constrói, ao eleger o *Turismo Comunitário* como objeto sociotécnico, um dos desafios do estudo é percorrer suas conexões, desde as forças que possibilitaram sua criação até as que trabalham para a configuração dos seus rearranjos, durante o período de realização desta pesquisa. Diante disso, algumas questões orientaram o delineamento da presente cartografia:

- ✓ Como se expressa o conceito técnico científico TBC?
- ✓ Quem são os porta-vozes que falam pelo TBC?
- ✓ Como ocorrem as associações entre os atores?
- ✓ Quais são os interesses que estão em jogo?
- ✓ Quais são as divergências nesse processo?
- ✓ Quais são os pontos favoráveis e contrários à rede?
- ✓ Quais são as resistências e capturas?
- ✓ Como, afinal, estão coproduzindo a rede?

[94] Albuquerque (2013), analisando a obra de Deleuze (1996), explica que o dispositivo é o meio pelo qual se pode alcançar outras realidades e não o ponto final. Esse mecanismo permite refletir sobre o que é tornado visível e o que se mantém escondido, sobre que discursos são produzidos e ganham efeitos de verdade, sobre que relações de poder são construídas nas articulações com a produção de saber e, finalmente, sobre que processos de subjetivação estão em jogo.

Não obstante, é importante enfatizar que em processos de construção de conhecimento à luz da ANT devem se caminhar com menos certezas, e menos hipóteses, o que não significa deixar de ser ético e criterioso quanto à orientação metodológica da pesquisa. Isso porque, nessa concepção, o excesso de conhecimento prévio pode inviabilizar a investigação inspirada pela ANT. Afinal, esse lugar determinado a priori é um lugar de oposição entre visões de mundo – justo o que a ANT defende que se deve escapar. Por isso, reafirma-se que essa prática metodológica não determina a priori como deve ocorrer o passo a passo da pesquisa. Essa afirmação assenta, portanto, uma escolha de postura epistemológica eminentemente política (BRANQUINHO et al., 2016).

Assim, os desafios da pesquisa superados nessa direção consideraram o caminho metodológico como um "guia de viagem" ou mesmo como uma "bagagem" a ser levada nesse trajeto, no qual se devem preparar vários "acessórios" a serem utilizados para esse fim, conforme sugere Latour (2012).

Para tanto, na próxima seção, estão descritas as pistas que guiaram este exercício de pesquisa cartográfica, articulando um conjunto de técnicas e referências para desenvolver e tornar coletiva a experiência desta viagem investigativa.

5.2 MESCLANDO PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

O caráter ensaístico da *Cartografia de Controvérsias* que se pôde desenhar refletiu um dos desafios enfrentados pela presente pesquisa. Portanto, é importante enfatizar que se considerou a capacidade desse método de produção de relatos provisórios, mas profundos, sobretudo pela possibilidade de criação de novas articulações e desdobramentos dos resultados obtidos na pesquisa. Dessa forma, ainda que o método de cartografia não esteja, de antemão, inteiramente construído em manuais, foi possível combinar a escolha dos seus principais argumentos com as pistas metodológicas que subsidiaram a construção dos procedimentos de levantamento e análise das controvérsias pesquisadas nesta tese sobre as dinâmicas de *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*.

Sendo assim, para o desenvolvimento da tese, foram construídos, de modo conjugado, os seguintes passos metodológicos: a) pesquisa bibliográfica e documental; b) identificação e contato com os participantes da pesquisa; c) escolha e elaboração do instrumento de pesquisa; d) pesquisa de campo; e) encaminhamento das formalidades relacionadas às questões éticas e

legais da pesquisa; f) sistematização e análise das controvérsias mapeadas. Esses procedimentos de pesquisa estão descritos, detalhadamente, a seguir.

5.2.1 Pesquisa bibliográfica e documental

A pesquisa bibliográfica e documental buscou subsidiar a construção teórica dos temas centrais de reflexão relacionadas ao *Turismo de Base Comunitária*, no contexto mundial, na região latino-americana, e, posteriormente, com foco específico dirigido ao caso brasileiro. Para tanto, foram contextualizadas também as políticas públicas e ilustradas as iniciativas em curso, a partir do que já é conhecido sobre esse assunto. Além disso, a discussão teórica foi fundamentada na *Teoria Ator-Rede*, considerando, especificamente, a noção-chave de rede sociotécnica, além de associação, tradução, *actante* e controvérsia, questões centrais nesse contexto.

Sendo assim, livros, teses, dissertações, monografias e artigos acadêmicos se constituíram como importantes fontes de investigação para rastrear as diferentes formas de abordagem teórica e metodológica sobre o objeto pesquisado. O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de consulta ao *Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (Capes), vinculado ao Ministério da Educação do Brasil; por intermédio do qual foi possível acessar as seguintes bases de dados especializadas em literatura acadêmica de referência no Brasil e no exterior: *Google Acadêmico; Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal* (Redalyc). Além disso, parte da bibliografia selecionada foi acessada no Banco de Teses e Dissertações CAPES, no Banco de Teses do Programa EICOS/UFRJ, na rede social *ResearchGate* e na plataforma *Academia.edu*. A pesquisa bibliográfica partiu da busca das seguintes palavras-chave (nos idiomas português, espanhol e inglês): 1ª tentativa: *Turismo de Base Comunitária* ou *Turismo Comunitário*; 2ª tentativa: *Turismo de Base Comunitária* ou *Turismo Comunitário* e/ou rede(s); 3ª tentativa: turismo sustentável e comunidade; 4ª tentativa: turismo responsável e comunidade. A delimitação das categorias temáticas ocorreu por meio da leitura do texto integral dos artigos e dos resumos das teses e dissertações consultadas.

A pesquisa documental foi desenvolvida por meio de consultas a sites e redes sociais de organismos internacionais e nacionais especializados nas temáticas que transcorreram esta tese, dentre os quais a *Organização das Nações Unidas* (ONU), a *Organização Mundial do*

Turismo (OMT), a *Organização Internacional do Trabalho* (OIT) e o *Ministério do Turismo do Brasil* (MTur). Também foram consultados conteúdos disponíveis no portal do *Fórum Social Mundial* (FSM), nas páginas virtuais de organizações não governamentais e de outras iniciativas da sociedade civil, assim como acessadas informações de canais noticiosos sobre a realidade latino-americana e discussões em fóruns científicos e mídias sociais.

Esse processo envolveu, também, a identificação das políticas públicas de turismo, no plano nacional, direcionadas, sobretudo, à região Nordeste, bem como a reflexão sobre o contexto de inserção do caso estudado, principalmente relacionada à atuação da *Secretaria Estadual de Turismo do Ceará*.

A investigação sobre a *Rede TUCUM* teve como fontes primárias para consulta os materiais provenientes do seu sistema de informação e de registro das atividades desenvolvidas, incluindo atas de reuniões e eventos, além de relatórios técnicos e fotográficos de projetos e suas ações desenvolvidas, fornecidos pela ONG Instituto Terramar de Pesquisa e Assessoria à Pesca Artesanal e a Associação Caiçara de Promoção Humana. Para tanto, também foi importante o acompanhamento das publicações no site da *Rede TUCUM* (http://www.tucum.org/) e na sua página no *facebook* (https://www.facebook.com/RedeTucumTurismoComunitario/).

5.2.2 Aproximação com os participantes da pesquisa

A identificação e o contato com os potenciais participantes da pesquisa incluíram, a princípio, os interlocutores responsáveis pelas assessorias da *Rede TUCUM*, vinculados ao Instituto Terramar, para averiguar a possibilidade de realização da pesquisa. Para tal, foram enviados (via e-mail) o resumo do projeto de pesquisa e o planejamento conjunto da logística do trabalho de campo preliminar.

Gradualmente, foi sendo construída uma aproximação com algumas lideranças das comunidades que integram a *Rede TUCUM*, vinculadas às associações de moradores, de pescadores e ou de agricultores, o que exigiu um "passaporte" para essa oportunidade de diálogo e de entrada nesses espaços. Para tanto, foi preciso a apresentação da pesquisadora aos participantes da pesquisa por meio de alguns interlocutores institucionais do Instituto Terramar (que atua nas comunidades do litoral oeste) e da Associação Caiçara (que atua nas comunidades do litoral leste), abrindo um leque de possibilidades para identificar as múltiplas vozes relacionadas ao *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*.

A seleção inicial das possíveis lideranças comunitárias e interlocutores das instituições de assessoria da *Rede TUCUM* para as entrevistas envolveu a técnica "bola de neve", como sugerem Lincoln e Guba (1985 apud ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p. 163). Essa técnica consiste em identificar os primeiros sujeitos da investigação e pedir-lhes que indiquem outros, os quais, por sua vez, indicarão outros e assim sucessivamente, até que se atinja o ponto de redundância.

Dessa forma, foi também possível perceber alguns rastros dos "porta-vozes", aqueles que "falam pela rede", e que acabam por sintetizar a expressão de outros atores, durante algumas assembleias anuais da *Rede TUCUM* e a participação em eventos externos, como o Encontro Sesc Povos do Mar (Caucaia/CE), a Reunião do Conselho Deliberativo da RESEX Prainha do Canto Verde (Beberibe/CE), entre outros. Nesse processo, buscou-se por detectar as "vozes discordantes", que apresentaram opiniões, crenças e ideias polêmicas, conforme sugere Latour (2000).

Ao longo do período da pesquisa, foram estabelecidos contatos permanentes com os participantes da pesquisa, por meio de variadas ferramentas de comunicação virtual, como e-mail, telefone, *WhatsApp* e *Facebook,* sobretudo para a atualização de informações, o ajustamento de entrevistas e o planejamento de agenda das visitas de campo.

5.2.3 Elaboração do instrumento de pesquisa

Conforme orientado pela pesquisa cartográfica, para a realização das entrevistas foi construído um roteiro preliminar de "entrevista informal" (Apêndice B), que se constituiu um tipo menos estruturado e mais próximo de uma "conversa informal" entre o entrevistador e o entrevistado.

Nesse sentido, foram privilegiadas perguntas abertas do tipo "como?" e "e então?", que comportam maior grau de indeterminação e convidam o entrevistado a transitar mais amplamente pela experiência do diálogo, expressando com suas próprias palavras as principais ideias abordadas e com tempo para refletir sobre as suas respostas. Dessa forma, o participante da pesquisa tem mais liberdade em suas explanações sobre as questões apresentadas e, quando necessário, pode ainda inserir outras questões para dar mais profundidade às reflexões sobre o tema proposto.

Uma vez que a entrevista acontece em forma de diálogo, foi interessante percorrer o que Tedesco, Sade e Caliman (2013) consideram sobre a escolha desse recurso como um

procedimento privilegiado para o acesso imediato à experiência em sua extensão. Esses autores salientam ainda que a entrevista, segundo a abordagem cartográfica da pesquisa, não se dirige exclusivamente à representação que os entrevistados fazem de objetos ou estados de coisa, mas, sim, se privilegiam os conteúdos das experiências de cada um. Sendo assim, a relação entre pesquisador e pesquisado não foi somente de transmissão de informação, mas de acesso à experiência singular do entrevistado, que se atualizou na oportunidade de realização da entrevista.

A entrevista sob a lente da cartografia considerou ainda a indissociabilidade de dois planos da experiência. O primeiro plano se refere à "experiência de vida", que advém da reflexão do sujeito sobre as suas vivências e inclui os seus relatos sobre histórias de vida, ou seja, a narrativa de suas emoções, motivações e tudo aquilo que o sujeito pode representar pelo conteúdo vivido. O segundo plano abrange a "experiência pré-refletida ou ontológica", que alude à processualidade, ao plano da coemergência, ao plano comum, ao coletivo de forças, do qual advêm todos os conteúdos representacionais (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013).

Importante considerar também, segundo os autores, que a entrevista não é vista pela cartografia como um mero procedimento para coleta de dados, mas sim para a "colheita" de relatos que ela mesma "cultiva". A partir desse entendimento, esse cultivo requer que o manejo cartográfico da entrevista seja modulado, atentamente. Nesse sentido, o desafio da entrevista passa a ser o redirecionamento ininterrupto das falas para que a linguagem possa ser alimentada e garantida por perguntas e comentários. Dessa forma, torna-se possível estimular a plena circularidade das forças entre os dois planos da experiência.

Com esse direcionamento, foram realizadas 15 entrevistas, envolvendo porta-vozes de instituições e grupos comunitários atuantes na *Rede TUCUM*, no decorrer da realização da pesquisa de campo. O perfil dos entrevistados está disposto no Apêndice C.

5.2.4 Dos princípios éticos e normas para as atividades da pesquisa

Os princípios éticos e legais da pesquisa se basearam nas normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, cujos procedimentos metodológicos envolvem a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, por meio de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. Essas normas foram definidas na *Resolução Nº 466*, de 12 de dezembro de 2012 e,

posteriormente, na *Resolução Nº 510*, de 07 de abril de 2016, aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde[95].

Considerando os pressupostos e as normas da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, a análise ética do projeto ocorreu no sistema de Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ. Para tal, o projeto de pesquisa foi inscrito na Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP[96]. Segundo a tramitação do processo de registro e avaliação dessa plataforma, o projeto de pesquisa foi aprovado em 29 de junho de 2017 por meio do Parecer Número 2.148.219.

Conforme os princípios éticos desse tipo de pesquisa, os participantes receberam, detalhadamente, os esclarecimentos sobre a caracterização da investigação, incluindo os objetivos, a justificativa, o método e os potenciais benefícios e riscos. Essas informações foram comunicadas durante a realização das entrevistas, assim como por meio da participação em reuniões de planejamento da coordenação da *Rede TUCUM* e da apresentação da pesquisadora nas Assembleias Anuais. A anuência do participante da pesquisa na entrevista foi efetivada por meio da assinatura de um *Termo de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido* (TCLE), apresentado no Apêndice D. É importante notar ainda que, foi previsto na pesquisa o anonimato dos participantes, com a finalidade de se garantir a sua integridade e a legitimidade de sua participação.

5.2.5 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo se justificou por se constituir um modo de fazer pesquisa considerado necessário para fundamentar a composição e a descrição da rede sociotécnica, conforme orientação dirigida à construção da *Cartografia de Controvérsias*, a partir das contribuições da *Teoria Ator-Rede* (LATOUR, 2012). Partindo dessa perspectiva, a pesquisa de campo não deve representar um mero exemplo ilustrativo de discussões teóricas explicativas, mas um procedimento metodológico que lança questão sobre o assunto estudado, inclusive, à própria abordagem das teorias que são referenciadas no texto (DAVID, 2018).

---

95 Para fins da Resolução 510, define-se pesquisa em ciências humanas e sociais como "aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolva intervenção" (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016, p.04).

96 Disponível em: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>.

A pesquisa de campo pode facilitar ainda o acesso aos textos e aos documentos que permitem "objetivar a rede", além da identificação dos "porta-vozes" – aqueles que falam em lugar "de quem ou do que não pode ou não sabe falar" –, sem impor de antemão distinções entre representações de "coisas" e "pessoas" (LATOUR, 2000, p. 120). Nessa tarefa, é importante salientar que a força dos porta-vozes aparece em seus relatos, quando eles não falam sozinhos nem por si mesmos, mas na presença daquilo que representam. Dessa forma, tanto os porta-vozes como aquilo em nome do que eles falam podem ser confrontados, simultaneamente, com as vozes "discordantes", dinâmica que tende a inflamar uma controvérsia.

Já para Beaud e Weber (2007, p. 164), "a força da pesquisa de campo está em se poder multiplicar os pontos de vista, fazer convergir resultados de pesquisa sobre um mesmo local ou a propósito de um mesmo objeto, poder associar as informações obtidas em entrevistas ou por observação". Nessa concepção, envolve o exercício de observar, fazer diário de campo, entrevistar, transcrever e analisar os dados registrados por meio de uso dos instrumentos como diário, caneta, gravador e câmera fotográfica. Esse tipo de registro cuidadoso de questões investigadas também está alinhado às orientações de Latour (2012), quando são sugeridas pelo autor algumas tarefas no processo de se seguir os atores e de se incorporar múltiplas vozes e perspectivas polifônicas à *Cartografia de Controvérsias*.

Nesse sentido, o método de cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica e põe em prática a observação participante, na qual o pesquisador se mantém no campo em contato direto com as pessoas e o seu território existencial. Nessa tarefa, é preciso visitar as diferentes comunidades locais e ser afetado por aquilo que as afeta, ou mesmo, sofrer dos mesmos sofrimentos que elas (BARROS; KASTRUP, 2009).

Com base nessa diretriz, a cartografia pressupõe habitar um território. A aproximação do campo acontece como "estrangeiros visitantes" de um território que não estão acostumados a habitar. Nesse caminhar, o território vai sendo explorado por olhares, escutas, pela sensibilidade aos odores, gostos e ritmos. Do mesmo modo, a abertura ao movimento do território vai ocorrendo no plano das intensidades, lançado ao aprendizado dos afetos, ao acompanhamento das linhas traçadas e à marcação dos pontos de ruptura e de enrijecimento (BARROS; KASTRUP, 2009).

Segundo a perspectiva cartográfica, a construção de um território existencial não se coloca de modo hierárquico diante do objeto. Cartografar envolve sempre compor com o território existencial, engajando-se nele. A experiência de construir um território exige um saber "com" alguém ou algo e não "sobre" algo. Para tanto, esse processo de composição de

um território existencial requer um "cultivo" ou um processo construtivo do campo (ALVAREZ; PASSOS, 2009), a partir do qual passa a orientar o caminho da pesquisa.

Essa forma cartográfica de articular a ciência com o cotidiano valoriza a produção de "saberes localizados", no sentido definido por Haraway (1995, p. 36), articulando e situando o "cultivo" do conhecimento no plano político e epistemológico da realidade. Isso porque, para a autora, a produção do conhecimento não pode ser apreendida do mundo sem que haja influências e misturas. Nesse sentido, ela procura formular a proposta de que "o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente" vivo, baseado em uma prática que coloque em foco a complexidade, a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a transformação no modo de produção do conhecimento e de mundos. Ou seja, não há conhecimento sem ser tecido em um conjunto de relações confluentes e controversas, de conexões heterogêneas entre humanos e não-humanos (DAVID, 2018).

A experiência de pesquisar da cartografia implica uma ambientação aos espaços do campo, no qual é possível treinar aspectos como paciência e atenção aos acontecimentos. Portanto, para o aprendiz-cartógrafo, o campo territorial não tem a identidade de suas certezas, mas a "paixão" de uma aventura. Nessa busca cartográfica, o pesquisador se introduz em uma rotina singular em que não se separa teoria e prática, e nem espaços de reflexão e de ação (ALVAREZ; PASSOS, 2009).

Nessa concepção, o "cultivo" de uma experiência compartilhada de pesquisa aposta na construção de confiança para ampliar a potência de agir e a conquista do engajamento, sobretudo quando a pesquisa de campo está voltada para grupos específicos, envolvidos com experiências singulares, marcadas por inúmeras dificuldades e até mesmo por sofrimento. Os dispositivos precisam cultivar a confiança, pois confiança demanda tempo, temporalidade na qual se estabelece a sintonia afetiva e o engajamento que nela se baseia. Assim, nesse processo, é realçado o aspecto ético-político da prática de cartografia, pressupondo estabelecer uma relação qualificada entre o pesquisador e os participantes da pesquisa, que se abre para composição e criação com o outro (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2013).

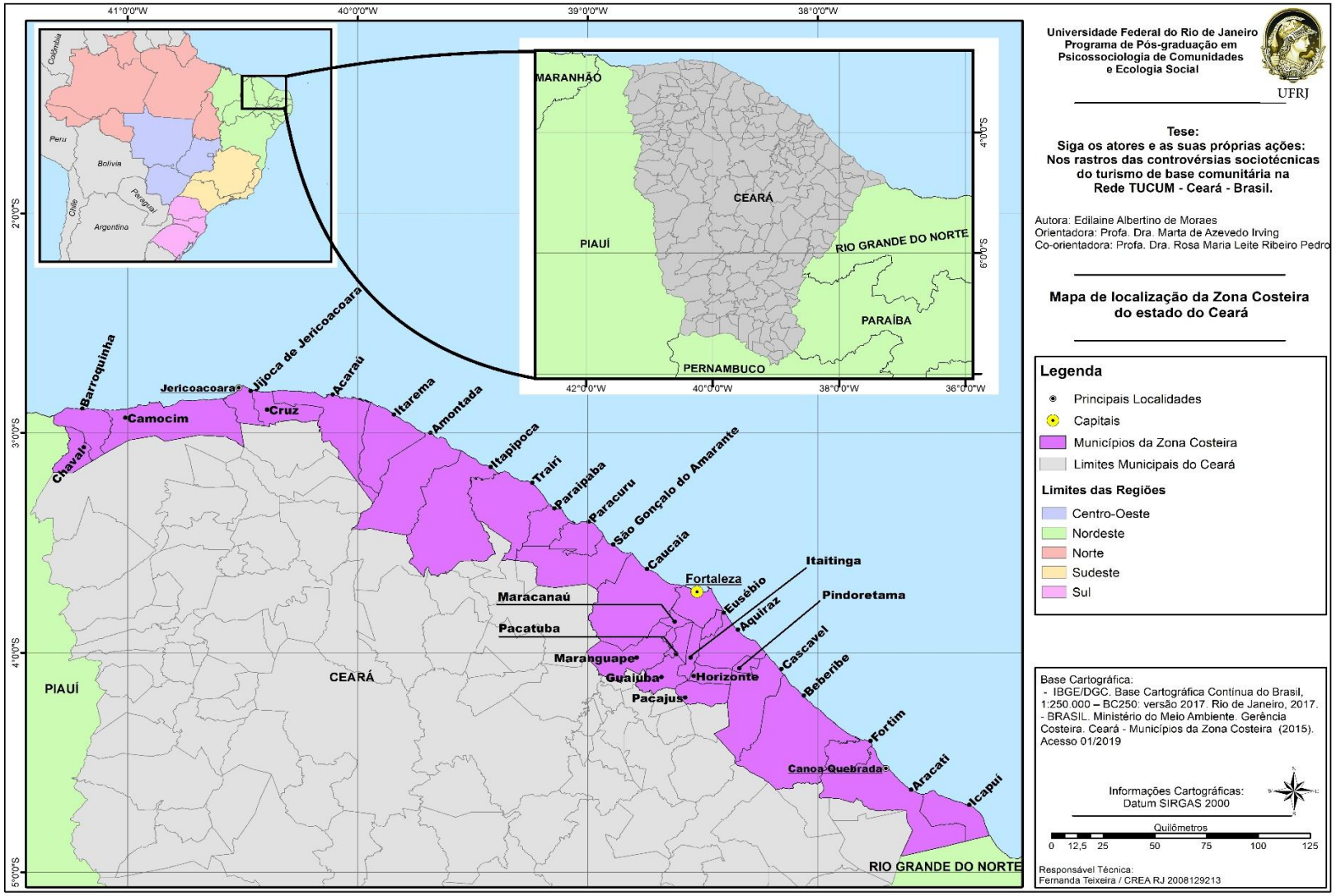
No percurso da pesquisa de campo, Beaud e Weber (2007) orientam sobre a importância do exercício de se observar cerimônias, eventos coletivos organizados que supõem ou autorizam a presença de espectadores, aos quais o pesquisador se associa, no sentido de observar uma "interação pessoal, um lugar e coisas". Os autores mencionados orientam ainda uma observação, englobando o seu desenrolar e as interações, das quais o próprio evento é seu contexto. Esses detalhes devem ser registrados em diário de campo para compor uma "coleção de lembranças", o que inclui objeto, textos, fotos e notas de participante.

Nessa tarefa, Venturini (2010) argumenta que, para cartografar controvérsias, a observação deve ser aberta e partir do maior número de pontos de vistas distintos possíveis, ouvindo, nesse processo, mais as vozes dos atores do que suas próprias presunções. Complementarmente, Castro (2008) sugere que, nesse caso, o foco de observação em campo sejam as relações, nas conexões entre os atores, e não nos atores como uma individualidade, buscando realçar o caráter coletivo da rede.

Segundo Beaud e Weber (2007), a observação, que se constitui em um triplo trabalho de percepção *in situ*, de memorização e de anotação no diário de campo, deve ser complementada por entrevistas. Ambos os autores consideram que, com uma observação sem entrevistas, o pesquisador se arrisca a ficar restrito aos pontos de vista dos interlocutores locais, ao mesmo tempo em que, com uma entrevista sem observação, corre o risco de se limitar a um discurso descontextualizado.

Além disso, a atenção do cartógrafo realiza uma exploração assistemática do terreno como se fosse uma "antena parabólica". Tudo caminha em movimentos mais ou menos aleatórios de passe e repasse, sem grande preocupação com possíveis redundâncias, até que a atenção é tocada por uma força de afetação, sendo fonte de alerta para o pesquisador. Sendo assim, em cada momento, o território de observação se reconfigura na dinâmica atencional do pesquisador (KASTRUP, 2009).

Considerando esses principais pressupostos, a pesquisa de campo realizada nesta tese se desenvolveu na Zona Costeira do estado do Ceará (representada no Mapa 1), em um contexto estranho à realidade da pesquisadora.



Mapa 1 – Zona Costeira do estado do Ceará

Fonte: organização da autora com base nos dados fornecidos por IBGE (2017) e Brasil (2015).

No entanto, é importante lembrar que as primeiras idas a campo não foram experimentadas segundo as bases orientadoras da *Cartografia de Controvérsias*. Pelo contrário, foi no ato de conhecer alguns atores da *Rede TUCUM* e suas práticas e perceber os seus pontos de vistas que surgiu a possibilidade de indagar que a compreensão da dinâmica em curso, relacionada ao *Turismo Comunitário*, não poderia ser reduzida a elementos humanos, bem como, desse movimento surgiam também algumas controvérsias no modo de pensar e agir dos atores. Dessa forma, a aproximação com o campo de pesquisa foi fundamental, enquanto inspiração, para o encontro de pistas, forças e riscos que motivassem a busca por novas ferramentas metodológicas. Por conseguinte, considerou-se como caminho fértil de produção de conhecimento sobre a realidade do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM* a presente aposta metodológica da *Cartografia de Controvérsias* à luz da *Teoria Ator-Rede.*

Nesse sentido, pôde-se considerar que a pesquisa de campo envolveu seis visitas, no período de agosto de 2013 a novembro de 2017, cujas informações centrais estão sistematizadas no Quadro 2.

A primeira visita aconteceu entre os dias 11 e 25 de agosto de 2013, na cidade de Fortaleza (CE). Nesse período, foi agendada uma conversa com a coordenação geral e outra com a coordenação colegiada da *Rede TUCUM*, representadas pelo Instituto Terramar e pela Associação Caiçara, respectivamente. Esse primeiro contato foi interessante para "cultivar" as primeiras impressões sobre o modo de funcionamento da *Rede TUCUM* e o reconhecimento das principais lideranças comunitárias atuantes nesse grupo.

A convite de uma interlocutora do Instituto Terramar, foi realizada também uma visita, nos dias 14 e 17 de agosto de 2013, à Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde, no município de Beberibe (localizada a 117 Km de Fortaleza), onde vivem algumas lideranças do movimento de articulação para a criação da *Rede TUCUM*. Essa vivência possibilitou reconhecer o espaço onde a vida acontece na Prainha do Canto Verde, além da experiência de hospedagem em um empreendimento familiar e de conversas informais com algumas lideranças locais.

Quadro 2 – Matriz-síntese da pesquisa de campo

PERÍODO	LOCAL	OBJETIVOS	INTERLOCUTORES CONTACTADOS
11 e 12 de agosto de 2013	Fortaleza (CE)	Apresentação da intenção de pesquisa, identificação dos atores e conversa informal.	Instituto Terramar e Associação Caiçara.
14 e 17 de agosto de 2013	Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde (Beberibe – CE)	Participação da *5a Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde*	Grupo de Turismo Comunitário e lideranças da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde
15 e 16 de agosto de 2013	Assentamento Rural Maceió (Itapipoca – CE)	Visita à comunidade e participação da reunião de avaliação da *III Regata do Assentamento Maceió: Pesca artesanal e Turismo comunitário*, valorizando a cultura dos povos nativos	Associação de Cultivadores de Algas do Assentamento Maceió
20 e 21 de agosto 2013	Caucaia (CE)	Participação *do III Encontro Sesc Povos do Mar*	Lideranças das comunidades Caetanos de Cima (Aracaú), Batoque (Aquiraz) e Ponta Grossa (Icapuí)
06 a 10 de novembro 2013	Assentamento Coqueirinho (Fortim – CE)	Participação na *7ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*	Lideranças de todas as comunidades da *Rede TUCUM*
25 a 29 de novembro 2014	Assentamento Rural Maceió (Itapipoca - CE)	Participação da *8ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*	Lideranças da *Rede TUCUM*
03 a 07 de novembro 2015	Terra Indígena Jenipapo Kanindé (Aquiraz – CE)	Participação da *9ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*	Lideranças da *Rede TUCUM*
07 a 10 de novembro 2016	Tatajuba (Camocim - CE)	Participação da *10ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*	Lideranças da *Rede TUCUM*
06 a 09 de novembro 2017	Prainha do canto Verde (Beberibe - CE)	Participação da *11ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*	Lideranças da *Rede TUCUM*

Fonte: elaboração da autora.

Outra importante oportunidade na ocasião foi a observação das formas de relacionamento e de articulação dos discursos durante a *5ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde*, ocorrida no dia 17 de agosto de 2013, na Escola Bom Jesus dos Navegantes, da Prainha do Canto Verde (Beberibe/CE). Nesse evento, foi possível conhecer os moradores envolvidos no esforço de construção de práticas de *turismo comunitário* e perceber que as discussões eram permeadas

pela controvérsia relacionada ao recorrente conflito por terra e mar, que atinge todas as comunidades da *Rede TUCUM*.

Vale ressaltar que as primeiras idas a campo, ainda que tenham tido a finalidade de realização de pesquisa documental sobre a *Rede TUCUM*, permitiram também o acesso ao acervo do Centro de Documentação do Instituto Terramar e à documentação particular de um morador da Prainha do Canto Verde. Essa oportunidade possibilitou à pesquisadora acessar textos e documentos que, por sua vez, possibilitaram "objetivar" a *Rede TUCUM*.

Essa interlocução com o Instituto Terramar viabilizou, também, o acompanhamento da equipe de assessoria durante a sua visita, nos dias 15 e 16 de agosto de 2013, à comunidade do Assentamento Rural Maceió, localizada na planície litorânea oeste do Ceará, distrito de Marinheiros, em Itapipoca (localizada a 184 km de Fortaleza). Naquele momento, embora tenham sido tratadas questões de avaliação da *III Regata do Assentamento Maceió: Pesca artesanal e Turismo comunitário, valorizando a cultura dos povos nativos*, evento típico local promovido pela comunidade nos dias 20 e 21 de julho de 2013, entre a equipe do Terramar e representantes da Associação dos Cultivadores de Algas do Maceió (ACALMA), foi possível conhecer algumas famílias assentadas e os seus espaços de moradia. Além disso, observou-se a dinâmica da reunião do "Acampamento Nossa Terra"[97] para a definição de estratégias locais de enfrentamento aos denominados "pistoleiros" vinculados à família do empresário "Piratas", que tenta se apropriar da praia para a construção de um megaempreendimento hoteleiro.

Outra visita realizada com uma interlocutora do Instituto Terramar foi dirigida à participação no *III Encontro Sesc Povos do Mar*[98], nos dias 20 e 21 de agosto de 2013, em Caucaia (localizada a 15,5 km do Centro de Fortaleza). Esse evento foi conveniente para o encontro com algumas lideranças das comunidades Caetanos de Cima (Aracaú), Batoque (Aquiraz) e Ponta Grossa (Icapuí), integrantes da *Rede TUCUM*, que foram convidadas para compor duas Rodas de Conversa: uma sobre "Turismo de Bases Comunitárias" e a outra sobre as "Reservas Extrativistas nas Comunidades de Batoque e Prainha do Canto Verde (RESEX)".

Esses encontros entre a pesquisadora e os interlocutores da *Rede TUCUM*, em diferentes tempos e espaços, foram considerados importantes para despertar uma relação de confiança com os interlocutores dos grupos comunitários e das entidades de assessoria da *Rede TUCUM*.

[97] Fruto da luta pela terra que começou na década de 1980, o Acampamento é um espaço localizado em frente a uma praia e construído para que várias famílias do Assentamento Maceió pudessem ocupá-lo, diariamente, resistindo às ameaças de construção de um megaempreendimento turístico no local, por um estrangeiro conhecido popularmente como "Pirata", tendo em vista que esse tipo de construção comprometeria o modo de vida da comunidade.

[98] Esse evento anual tem o objetivo de partilha das práticas e saberes das comunidades litorâneas do Ceará.

Naquele mesmo ano, a pesquisadora foi convidada para participar da *7ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, evento realizado de 06 a 10 de novembro, no Assentamento Coqueirinho, localizado em Fortim (CE). Na ocasião foi possível conhecer outros representantes de alguns grupos responsáveis pela organização local de *turismo comunitário*, geralmente vinculados às associações de moradores. Além disso, foi possível observar e registrar, no diário de campo, as discussões sobre a avaliação das atividades promovidas em 2013 e o planejamento do funcionamento da *Rede TUCUM* para 2014.

A terceira ida a campo se deu a partir do convite para participação na *8ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, que teve com tema central *Defesa do território e da autonomia dos povos no turismo comunitário.* O evento ocorreu de 25 a 29 de novembro de 2014, no Assentamento Rural do Maceió, em Itapipoca (CE).

A quarta viagem a campo, por sua vez, compreendeu a participação na *9ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, cujo debate teve como enfoque central a *Comercialização Solidária*, ocorrida de 03 a 07 de novembro de 2015, na *Terra Indígena Jenipapo Kanindé*, em Aquiraz (CE).

A quinta ida a campo também envolveu a participação na *10ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, ocorrida de 07 a 10 de novembro de 2016, na Comunidade Tatajuba, em Camocim (CE). Esse evento teve como enfoque principal a realização de um balanço de 10 anos de existência da *Rede TUCUM*.

A sexta ida a campo compreendeu a participação na *11ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, ocorrida de 06 a 09 de novembro de 2017, na Comunidade Prainha do Canto Verde, em Beberibe (CE). Esse evento teve como enfoque principal uma análise da conjuntura nacional e seus efeitos nas práticas cotidianas das comunidades envolvidas, bem como no modo de organização da *Rede TUCUM*.

Considerando a retrospectiva apresentada, o período de realização da pesquisa de campo constituiu uma oportunidade singular de relacionamento com pessoas e instituições envolvidas com a *Rede TUCUM.* Esse processo permitiu, ainda, uma aproximação empírica do caso estudado, em um movimento de vai e vem da pesquisa, pelo qual foi possível se ter como referências as visões de mundo e os modos de vida dos interlocutores pesquisados contatados a partir de então. A maioria das questões formuladas, nesta tese, surgiu desse contexto vivenciado, em articulação com o balizamento teórico-conceitual explorado, pelo qual se buscou investigar as conexões e controvérsias que se configuraram nesse percurso.

5.2.6 Análise e Validação da pesquisa

No plano da cartografia, vale ressaltar que não há como separar a análise de dados dos demais passos percorridos no caminho metodológico da pesquisa. A análise não representa uma tarefa a ser realizada apenas ao final do processo de pesquisa, quando o material de campo poderia ser, enfim, compreendido.

A atitude de análise cartográfica acompanha todo o processo, incluindo a "colheita" de dados produzidos sobre a realidade investigada, permitindo que essa compreensão inicial passe por transformações (BARROS; BARROS, 2013). Tal dinâmica analítica consiste em dar visibilidade às relações que constituem uma dada realidade, na qual o pesquisador se encontra enredado.

Sendo assim, Rodrigues (2012, p. 37) elucida que, modos de análise devem surgir no sentido de "desordem, de invenção, de conexão, de transgressão", fazendo-se por problematização e implicação no campo da pesquisa, em contraposição aos "sedentarismos analíticos solucionadores".

É importante ressaltar ainda que, na cartografia, também não se trabalha com dados na acepção mais tradicional do termo. Compreende-se um dado cartográfico no sentido de que ao promover intervenção, o processo de pesquisa faz emergir realidades que não estavam "dadas", à espera de observação. Frente a essa particularidade, a realidade não é capturada como forma pré-existente, tida como natural, mas tomada como forma a ser posta em análise (BARROS; BARROS, 2013). Em outras palavras, tem-se uma realidade a serviço da teoria e de suas possibilidades metodológicas, e não o reverso, conforme apregoa a própria ANT.

A análise em cartografia é movida, portanto, por problemas. A investigação se volta a um problema e também resulta em um problema. Assim, a análise se torna um procedimento de multiplicação de sentidos e de criação de novos problemas. A cartografia não se interessa pelo que é incontroverso ou inequívoco na produção de conhecimento. O conhecimento a ser produzido e compartilhado pela pesquisa cartográfica abrange as zonas de ambiguidades, acolhendo a experiência em suas diferentes facetas, seja a da objetividade, seja a da subjetividade. Dessa forma, esse processo se constrói por controvérsias, por combates, por lutas que se fazem entre os participantes da pesquisa e por eles mesmos (BARROS; BARROS, 2013).

Com base nessas orientações, os diferentes instrumentos de "colheita" de dados, incluindo as entrevistas individuais e os discursos e debates registrados no âmbito das assembleias anuais da *Rede TUCUM* foram gravados, na forma de áudio, e transcritos na

íntegra, sendo complementados pelas anotações registradas em diário de campo. Nessa perspectiva, durante a transcrição, foi possível perceber o que foi ou não indagado e o que foi ou não respondido. Ou seja, esse exercício exigiu escutar, várias vezes, os relatos gravados, com o intuito de alcançar fielmente as declarações.

Após a transcrição das entrevistas realizadas e dos debates e relatos registrados no âmbito de cada *Assembleia Anual da Rede TUCUM* vivenciada, além da leitura das produções técnico-científicas, foram cartografadas as principais dinâmicas que perpassam essa experiência pesquisada para a análise das controvérsias.

Nesse contexto, foram os atores "[...] que semearam suas sementes, que levantaram os seus rebanhos, que alimentaram o seu desenvolvimento" (VENTURINI, 2010). Logo, coube à pesquisadora apenas rastrear as conexões entre as controvérsias. O surgimento das controvérsias permitiu definir a posteriori quem são as entidades envolvidas na análise, que se autodefinem e indicam os passos a serem percorridos na cartografia.

Com esse direcionamento, é importante enfatizar que, durante esse processo, a atenção para delinear as controvérsias foi seguindo os "rastros" deixados pelos atores na rede, de modo a revelar os embates. As controvérsias envolvem a mobilização de alguma ação em curso e podem abranger números limitados de atores. Nesse mapeamento, de acordo com Venturini (2010), escolheu-se "boas controvérsias", que são sempre calorosas e polêmicas, para tornar a investigação interessante e realizável.

Para esse autor, uma controvérsia "autêntica", por exemplo, é aquela em que muitos atores discordam das questões principais e estão indispostos a negociar em favor da maioria. No caso de controvérsias antigas, deve-se escolhê-las somente quando são notáveis ou caso não apresentem solução. Para uma controvérsia ser mapeada, ela ainda tem que ser, pelo menos parcialmente, aberta ao debate público, uma vez que esse método não propõe analisar disputas ocultas. Nessa linha orientadora, o interesse da cartografia envolve o rastreamento das conexões entre as controvérsias e não tentar decidir como resolvê-las.

Nesse processo de se "alimentar" de controvérsias, ou seja, de "todas as posições possíveis, que vão desde a dúvida mais absoluta [...] até a certeza indiscutível" (LATOUR, 2016, p. 79), os esforços de análise foram desenvolvidos, selecionando elementos pertencentes a tempos diferentes, conforme orienta Latour (2013, p. 75), quando afirma que "nunca avançamos nem recuamos, ainda podemos selecionar", trocar e misturar tempos múltiplos.

Com base nesses procedimentos metodológicos descritos anteriormente, ensaiou-se uma *Cartografia de Controvérsias* acerca do *Turismo de Base Comunitária*, tendo como

inspiração a *Rede TUCUM*. Nesse sentido, alguns temas se sobressaíram e introduziram as controvérsias, a partir da análise qualitativa das entrevistas, da leitura de alguns documentos, da observação participante durante as Assembleias Anuais, da realização das oficinas da pesquisa, assim como da imersão em notícias disseminadas tanto pela mídia, em geral, como aquelas veiculadas na página do Facebook (https://www.facebook.com/RedeTucumTurismoComunitario) e no site (www.tucum.org), canais de comunicação oficiais da *Rede TUCUM*.

A análise das controvérsias foi desenvolvida em forma de "narrativa" e "descrição", segundo recomendado por Latour (2012, p. 189). Isso porque para uma pesquisa configurar um "bom" relato ANT deve ter, uma vez mais, como direção o estabelecimento de uma "série de relações definidas como outras tantas translações", tecendo uma rede de atores sociotécnicos. A partir dessa postura, adotou-se um tom narrativo-descritivo baseado nos relatos revelados e compartilhados com os demais atores, durante as Assembleias Anuais da *Rede TUCUM*, cujos porta-vozes foram referenciados de acordo com o seu papel de atuação nos eventos. Além disso, buscou-se relacionar os relatos assumidos, nas Assembleias, com as entrevistas realizadas, optando-se, nesse caso, pelo anonimato dos participantes.

Não obstante, é importante reafirmar que, pela ótica da *Teoria Ator-Rede*, os elementos humanos e não-humanos "agem" e provocam movimentos que tendem a gerar transformações no âmbito de suas dinâmicas, o que implica a ocorrência de desvios ao longo do fluxo de uma rede. Dessa forma, vale ressaltar que a *Cartografia de Controvérsias* constituiu uma entre as várias traduções possíveis para a *Rede TUCUM*, imprimindo a apropriação do que circula na rede, por cada ator local, durante o período da pesquisa.

Um desdobramento do procedimento da análise foi a "validação" da pesquisa, considerada como outra pista do método cartográfico. Ou seja, a confirmação tanto dos procedimentos e seus efeitos, quanto das diretrizes com as quais a pesquisa vai e vem se orientando, deve ser realizada ao longo do processo e não apenas ao final da investigação. A partir do acesso ao plano coletivo de forças, a validação da pesquisa foi realizada, de forma distribuída, conforme orienta Passos e Kastrup (2013) na direção de se promover a autoavaliação desenvolvida pelo próprio pesquisador, além da avaliação pelos participantes da pesquisa e a avaliação por pares.

Com o apoio dessa diretiva metodológica, propostas e estratégias para a restituição da pesquisa à *Rede TUCUM* também foram discutidas, junto às lideranças comunitárias e aos representantes das assessorias institucionais.

A primeira medida para esse tipo de devolutiva foi a reflexão preliminar da pesquisa bibliográfica e documental sobre experiências autodenominadas de redes de *Turismo de Base Comunitária* em curso na América Latina, durante a programação da *10ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, no dia 09 de novembro de 2016. A segunda foi a realização de um júri simulado sobre pontos fortes e fracos do *Turismo Comunitário* organizado pela *Rede TUCUM*, com a participação de 30 pessoas, durante a programação da *11ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, no dia 08 de novembro de 2017. Nesses dois eventos, foi possível acessar uma sucessão de problemas e comentários, que permitiu emergir a proliferação das associações e vozes múltiplas em torno do *Turismo Comunitário* no âmbito da *Rede TUCUM*.

Pode-se considerar que a avaliação por pares dos resultados alcançados foi desenvolvida no âmbito dos encontros promovidos, no decorrer de agosto de 2017 e dezembro de 2018, pelos Grupos de Pesquisas "Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade" (GAPIS/UFRJ); "Cultura Contemporânea: Subjetividade, Conhecimento e Tecnologia" (IP/UFRJ) e "Contribuição da Antropologia das Ciências e das Técnicas para a Educação" (EDU/UERJ).

Com esse embasamento, buscou-se desenvolver a narrativa sobre as controvérsias sociotécnicas do *Turismo de Base Comunitária* na *Rede TUCUM*, da mesma maneira como a ANT "prefere viajar sem pressa, por pequenos atalhos, a pé e pagando do próprio bolso o custo do deslocamento", sendo "capaz de vislumbrar ordem depois de deixar os atores desdobrarem o leque inteiro de controvérsias nas quais se meteram" (LATOUR, 2012, p. 44). Portanto, foram seguidos os atores, as conexões, as incertezas, atentando para os rastros deixados por eles nos caminhos por onde passaram, em tom livre e em movimento, tal como a metáfora "guia de viagem" indica:

> É como se disséssemos aos atores: não vamos tentar disciplinar vocês, enquadrá-los em nossas categorias; deixaremos que se atenham a seus próprios mundos e só então pediremos sua explicação sobre o modo como os estabeleceram. A tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixada aos próprios atores, não ao analista. (LATOUR, 2012, p. 44).

6 REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO (*TUCUM*): cartografando conexões e controvérsias

6.1 RASTREANDO AS RAÍZES PARA ENTRAR NA REDE

No contexto de expansão do turismo no Brasil, o estado do Ceará se configura como um dos destinos mais visitados no país, sendo conhecido, em geral, por suas belezas naturais na Zona Costeira, pela religiosidade popular, pela imagem de berço de talentos humorísticos de renome nacional, mas também pelo problema do turismo sexual[99]. Atualmente, considera-se o Ceará como o sétimo estado que mais recebeu turistas no país, tendo registrado, em 2016, em torno de 78 mil chegadas (BRASIL, 2018).

Com base nessa tendência, o governo estadual defende a tese de que o turismo constitui um dos principais vetores para o desenvolvimento econômico do Ceará. Em apoio a essa estratégia, investimentos relevantes[100] foram assegurados para o setor, por meio da implementação, desde 1992, do *Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste* (PRODETUR-NE)[101], financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), executado pelo governo federal e coordenado pela Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (SETUR).

A partir de então, o turismo tem sido concebido pelo governo estadual na ação da iniciativa privada, sobretudo de grupos externos à dinâmica regional, tendo como prioridade o desenvolvimento da hotelaria, do comércio, da indústria, do artesanato e do setor de serviços[102].

Assim, segundo um dos primeiros relatórios técnicos do PRODETUR, o estado apresentou, no período de 1996 a 2004, um desempenho positivo no setor de alojamento e

---

[99] A capital Fortaleza destaca-se como uma cidade que possui uma rede de agenciamento de exploração sexual comercial, situada na Avenida Beira Mar, com fortes vínculos ao setor turístico (PEREIRA, 2008).

[100] Depois da Bahia, o Ceará foi o segundo estado da região que recebeu a maior aplicação de financiamento no valor de 141,767 milhões de dólares, o qual foi investido, principalmente, em infraestrutura turística de transporte, notadamente nos aeroportos das capitais (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2005).

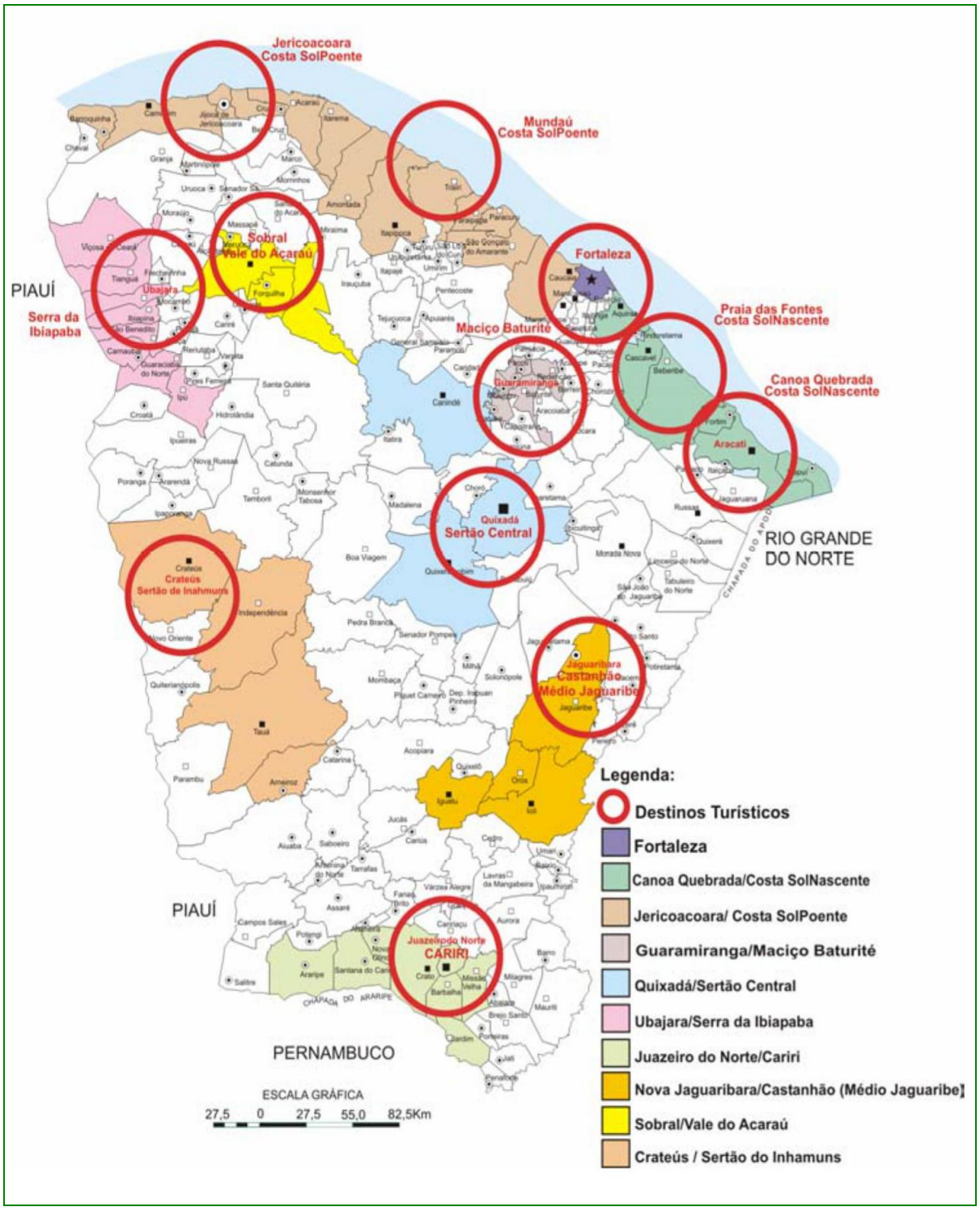
[101] Vale ressaltar que o PRODETUR/NE foi subsidiado pelo diagnóstico de viabilidade turística proposto para o litoral cearense por meio do *Programa de Desenvolvimento do Turismo em Área Prioritária do Litoral do Ceará* (PRODETURIS, 1990), promovido pelo próprio governo estadual (CORIOLANO, 1998). Essa ação de política pública parece ter contribuído para que a região nordeste tenha sido considerada o destino número 1 no turismo doméstico (BRASIL, 2016).

[102] Esse modelo foi uma das bandeiras levantadas pelos governos de Tasso Jereissati (1987-1990; 1995-1998; 1999-2002) e de Ciro Gomes (1991-1994), considerados como os governos das mudanças em contraposição aos governos dos coronéis do Ceará (CHRISTINY, 2014).

alimentação, embora seja notável o grau de vulnerabilidade da economia cearense aos fatores climáticos (estiagens), bem como ao crescimento demográfico. Com efeito, caso não tivessem sido implementadas as ações do PRODETUR, a situação poderia ter sido ainda mais agravante para o Ceará (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2005). Essas ações, porém, têm sido implementadas, desde então, sem que se questione, amplamente, como esse processo pode influenciar e atingir as populações residentes nos destinos receptores, em um contexto de limitações e vulnerabilidades socioeconômicas.

Com essa visão centrada na dimensão econômica do desenvolvimento turístico, de acordo com Coriolano (1998), o Ceará se inseriu na dinâmica do turismo nacional e internacional, valorizando, de modo privilegiado, a faixa litorânea (que abrange 573 km de linha de costa), a partir dos recursos naturais e da perspectiva de sol e praia, que têm atraído elevada demanda para os seus principais destinos: Aquiraz, Camocim, Cumbuco, Canoa Quebrada, Fortaleza, Beberibe e Jericoacoara.

Desse modo, a regionalização turística do litoral cearense tem abrangido a denominada *Costa do Sol Poente* – que se estende a oeste da capital e vai até próximo ao Delta do Parnaíba no Piauí (que faz divisa com o CE) – e a *Costa do Sol Nascente* – que se localiza a leste da capital e vai até o extremo com o Rio Grande do Norte. Para além do litoral no estado, muitas cidades do interior passaram, também, a buscar no turismo a possibilidade para dinamizar suas economias, como acontece no Cariri e no Sertão Central, região marcada pela cultura religiosa. As principais regiões e destinos turísticos no Ceará estão representados no Mapa 2, a seguir.



Mapa 2 – Localização de regiões e destinos turísticos no Ceará
Fonte: Ceará (2009, p. 8).

Nesse sentido, no Ceará, a expansão do turismo tem sido associada a um processo de implantação de infraestrutura, que envolve desde a construção de portos, rodovias e estradas de acesso até a ampliação de aeroportos, obras de saneamento básico, melhoria e sinalização

das vias públicas e dos pontos turísticos, melhoria das instalações de bares, pousadas e restaurantes, estabelecimento de empreendimentos hoteleiros de lazer e outros, criando a recorrente expectativa em relação ao turismo para ampla geração de emprego e renda.

Por outro lado, segundo Coriolano (1998), o desenvolvimento turístico no estado tem gerado, contraditoriamente, consequências perversas em muitos destinos cearenses, como o aumento da produção de resíduos sólidos, a mudança do modo de vida do lugar, o uso de drogas, a ameaça à propriedade da terra, a exploração sexual, entre outras. Tais impactos negativos têm levado parte da população local a se posicionar de forma contrária ao desenvolvimento turístico nos moldes do PRODETUR-CE.

Isso porque, além de o processo desconsiderar a visão das populações locais e nem ofertar oportunidades para a sua inserção nas ações propostas, a falta de transparência de dados era marcante na gestão pública do PRODETUR. A ausência de respostas do governo estadual e do próprio BID originou um "clima de insatisfação e mal-estar" entre as comunidades, os movimentos sociais, as entidades civis e as associações atuantes nas áreas a serem impactadas pelo turismo (CORIOLANO, 2006). Como estratégia de resistência desses atores, as contradições na implantação do Programa passaram a ser acompanhadas pelo Fórum do Litoral, Cidadania e Meio Ambiente (1994-1997) e, posteriormente, pelo Fórum em Defesa do Litoral Cearense (desde 1998), enquanto espaços de articulações direcionadas para a construção de políticas públicas integradas e sustentáveis na Zona Costeira (FÓRUM EM DEFESA DA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ, 2002).

Nesse contexto, Meireles (2006), também, denuncia que os danos gerados pelo turismo transcendem os efeitos sobre a orla litorânea, abrangendo a extensão da Zona Costeira Cearense (ZCC), sendo relacionados à utilização e à ocupação desordenada dos sistemas ambientais que dão suporte à evolução morfoestrutural e paisagística, à sustentação socioeconômica e cultural das comunidades tradicionais e à conservação da biodiversidade.

Dessa maneira, a expansão do turismo tem influenciado, diretamente, o aumento dos efeitos negativos sobre os destinos, sendo eles tanto relacionados à exploração das dunas e falésias (com a disseminação de *resorts* e campos de golfe nessas áreas), como decorrentes da especulação imobiliária, da implantação de vias de acesso, dos loteamentos, da implantação de hotéis e da grilagem de terra[103].

[103] O processo de grilagem de terra começa quando alguns compradores adquirem, com pouco dinheiro, uma pequena área de terras ou de pés de coqueiros distante da praia. Em seguida, obtém junto ao cartório certidões de retificação da área ou de falsas escrituras com datas retroativas. A partir disso, engavetam os documentos envelhecidos e desconhecidos. Dessa forma, os empresários conseguem consolidar a posse de

Por consequência, ante a chegada do turismo e de outras variadas intervenções de grande porte[104], somadas a um acelerado processo de urbanização, a Zona Costeira Cearense vem se constituindo como um "território de conflitos", pautado na exploração de recursos naturais (terra, água, fontes de energia, biodiversidade) e na exclusão de inúmeros grupos humanos (índios, pescadores, quilombolas, marisqueiras, ribeirinhos, camponeses) (MEIRELES, 2006), conforme ilustra a Figura 1.

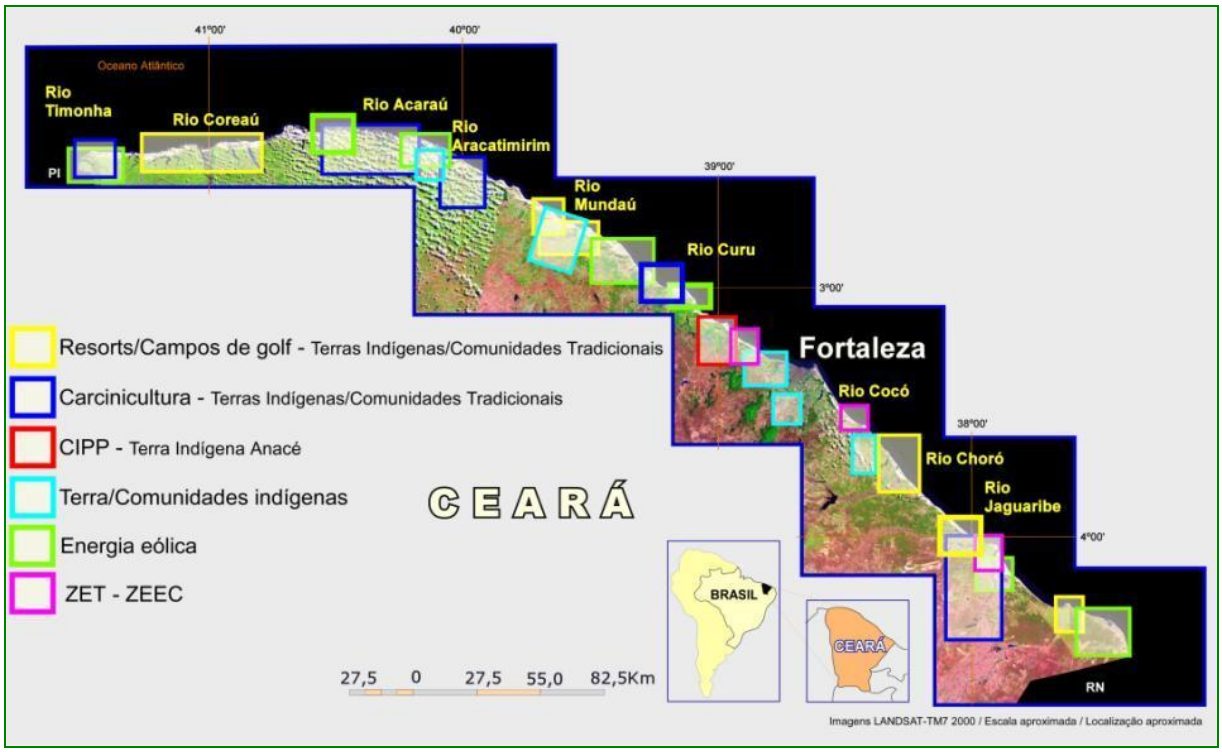


Figura 1 – Zona Costeira Cearense: o território dos conflitos
Fonte: Meireles (2006).

Considerando o discurso idealizado pró-turismo no Ceará, Scharer (2003a) salienta que as metas das políticas públicas de turismo, no âmbito do PRODETUR-CE, têm sido "mirabolantes" e "fantasiosas", configurando-se como verdadeiras "devoradoras de paisagens", mediante o aumento da exploração da paisagem, em uma lógica de mercado que busca transformar tudo em "mercadoria" e "espetáculo". Nesse contexto, vem sendo negligenciada a participação da população local no processo de tomada de decisões sobre questões que afetam os seus espaços de vida e de trabalho.

terras nas praias da Zona Costeira Cearense, ignorando as comunidades tradicionais que possuem um histórico de ocupação secular nessas áreas (PEREIRA, 2008).

[104] Destacam-se também, igualmente, a criação de camarão em cativeiro e a pesca predatória em escala industrial.

Reconhecendo a marginalização da população local promovida nesse processo, os movimentos sociais em apoio às comunidades da Zona Costeira vêm expressando inúmeras críticas às intervenções do PRODETUR-CE, que vêm gerando e aumentando a desigualdade e a segregação sócio-espacial, dentre as quais se destacam: (a) modelo de desenvolvimento direcionado, principalmente, ao turista internacional, que se hospeda nos *resorts* controlados pelo capital estrangeiro, sem conhecer as demandas, as visões e os recursos a nível local; (b) ausência de uma sinalização adequada nas rodovias estruturantes, como a construção da estrada de Canaã - Trairi sem o Trevo de Acesso, provocando acidentes e mortes; (c) localização de obras, como o pólo de lazer de Paracuru, que busca beneficiar somente "aqueles que vêm de fora"; (d) implantação restrita do sistema de saneamento básico nas sedes municipais, excluindo as periferias; (e) investimento de recursos financeiros concentrados em infraestrutura, em detrimento da questão social existente; (f) incentivo exclusivo aos grandes projetos empresariais, restringindo o acesso ao crédito para pequenos negociantes locais; (g) mudança na alocação de recursos, a partir de decisão de gabinete; (h) capacitação técnica inadequada dos gestores municipais (FÓRUM EM DEFESA DA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ, 2002).

Nesse cenário problemático, a continuidade de uma série de impactos intermediados pelo turismo, na Zona Costeira Cearense, tanto aos ecossistemas como ao território e à cultura das populações tradicionais ali residentes, vem desencadeando outros problemas que estão na origem da ameaça à persistência de modos de vida comunitária. Bem como, do confronto desses grupos com diversos interlocutores da especulação imobiliária, do veranismo, de empreendimentos turísticos, de atravessadores e de turistas (LIMA, 2006).

Além disso, muitos dos grupos invisibilizados no processo de desenvolvimento associado ao turismo, em grande escala, passaram a significar mão de obra para pousadas e restaurantes de pequeno porte, em condições de precarização do trabalho e de baixa remuneração. Essa situação atinge diretamente mulheres e jovens, segmentos mais vulneráveis aos problemas como prostituição e uso de drogas (BORGES, 2011).

Importante ressaltar, nesse contexto, que grande parte dessas populações residentes nos lugares turísticos, de acordo com Lima (2002, p. 31), está vinculada à condição de "comunidades pesqueiras marítimas". Essas possuem em comum, historicamente, um modo de vida construído a partir de relações na terra, no mar e na terra-mar, com moradias inseridas nos topos de "morros", em terras ao redor de lagoas, manguezais e à beira-mar. Esse modo de vida se constrói, ainda, com base nas seguintes particularidades:

> [...] dependência e até simbiose com a natureza; elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais; noção de território onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; moradia e ocupação desse território por várias gerações; atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida; reduzida acumulação de capital; importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio; importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; tecnologia utilizada artesanal; auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (DIEGUES, 2008, p. 89-90).

Nesse contexto, entende-se que o conjunto de intervenções de grande porte relacionado ao turismo tem sido desenvolvido de forma desvinculada às dinâmicas locais, bem como aos modos de vida tradicionais ainda presentes em várias comunidades pesqueiras marítimas no Ceará, como a Prainha do Canto Verde (Beberibe), Redonda (Icapuí), Batoque (Aquiraz) etc. (LIMA, 2002).

Uma situação ilustrativa dessa afirmação refere-se ao crescente quadro de conflitos em territórios de pescadores e pescadoras artesanais na região litorânea do Ceará. Segundo o Conselho Pastoral dos Pescadores, em 2015, a especulação imobiliária, os empreendimentos turísticos, a privatização das terras públicas, a carcinicultura e, a instalação de parques eólicos são considerados os cinco maiores conflitos geradores de degradação ambiental, de elevados índices de homicídios, de ameaça de morte, de despejos, de restrição de acesso e expulsão de famílias nesse estado. Nesse caso, entre os atores envolvidos nesses conflitos, figuram as empresas privadas nacionais e multinacionais. No entanto, e ironicamente, a implantação dos empreendimentos privados vem sendo favorecida pelo poder público, por meio de fomento de políticas de apoio, de programas de financiamento de projetos e de flexibilização da legislação que normatiza o licenciamento ambiental no Brasil (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES; TOMÁZ; SANTOS, 2016).

Não obstante, mesmo diante da dominação de agentes de mercado e do Estado, Lima (2002) elucida que algumas dessas comunidades têm se organizado, coletivamente, contra as atividades predatórias, em busca da garantia do direito ao uso do espaço e à manutenção da pesca artesanal[105]. Para isso, tais comunidades utilizam-se de estratégias políticas próprias da sua visão de mundo.

[105] É importante ressaltar que esse processo de enfrentamento possui raízes no modo de organização dos pescadores, preconizado, no final dos anos 1970, pelo Conselho Pastoral dos Pescadores, por ocasião do surgimento das "pastorais sociais". Esse processo foi consolidado no Ceará, na década de 1980, quando a crise da pesca artesanal, os conflitos fundiários e os direitos sociais já constituíam grandes problemas a serem superados pelas comunidades pesqueiras (PEREIRA, 2008).

É importante, nesse caso, que se perceba que o processo de resistências se constrói no sentido daquilo que é vivido em comunidade, conforme reitera Lima (2002). Essa perspectiva implica entender esses grupos como atores em ação no processo. Em suas palavras:

> Do vivido emerge a consciência, e esse é um aspecto fundamental da realização humana, pois resulta do vislumbrar, mesmo que (ainda) sob névoa, do que provoca a crise da pesca, a sujeição da terra e a possibilidade da desterritorialização. Quando isso ocorre, torna possível a participação nas lutas comunitárias, nas quais as "bandeiras-guia" defendem que os recursos pesqueiros (sujeitos à redução dos estoques e à extinção de espécies) e a terra à beira-mar são bens essenciais das sociedades marítimas e devem ser geridos adequadamente, preservados e utilizados comunitariamente para garantir, em especial, as condições de reprodução da vida, as formas de trabalho dos pescadores e suas famílias, mesmo que para isso seja preciso resistir na terra e no mar (LIMA, 2002, p. 170).

Sendo assim, as próprias comunidades envolvidas vêm assumindo a responsabilidade por seu projeto de desenvolvimento, descobrindo que têm mais meios e possibilidades para isso do que, inicialmente, imaginavam possuir[106]. De tal modo, ainda que haja diferenciados níveis de escolarização entre os atores envolvidos, o conhecimento endógeno tende a ser fundamental nesse processo compartilhado. Além disso, a percepção e a consciência crítica dos moradores locais sobre a sua realidade vêm sendo ampliadas à medida que vem ocorrendo, com esse objetivo, o exercício participativo em reuniões e cursos de formação popular em direitos humanos (LIMA, 2002).

Nessa direção, a autora enfatiza que o modo de se conceber os processos de resistências dessas comunidades aos fatores intermediados pelo turismo se expressa, assim, a partir da emergência de estratégias políticas articuladas localmente com visibilidade internacional. Nesse sentido, podem ser mencionadas: (a) ações em defesa da posse da terra; (b) formalização das associações de moradores; (c) gestão comunitária do uso da terra; (d) processo cooperativo de pesca; (e) criação dos "Fóruns dos Pescadores" e da Defesa da Zona Costeira; (f) fiscalização visando ao combate à pesca predatória; (g) elaboração de códigos comunitários de ordenamento e gestão da atividade pesqueira; (h) experiências alternativas de turismo; (i) articulações que tecem redes; (j) criação de Reservas Extrativistas[107]; (l) reconhecimento internacional (LIMA, 2002).

[106] Nesse processo de resistências, as comunidades envolvidas compartilhavam as suas forças, os seus medos e os seus sonhos de justiça em conjunto com os trabalhadores rurais, os pescadores, as artesãs, e também com os professores/as, os padres e os bispos, todos mobilizados também pela fé no "Deus verdadeiro", que contribuía para se manter a esperança de conquistar o direito "sagrado" a terra (PEREIRA, 2008).

[107] As Reservas Extrativistas (RESEX) integram as categorias de Unidades de Conservação (UCs) de Uso Sustentável (BRASIL, 2000), que foi originada, na década de 1980, a partir da mobilização das populações tradicionais reconhecidas como seringueiros, na Amazônia brasileira, na busca pela superação de diversas

Todavia, de acordo com a mesma referência, as estratégias políticas comunitárias dizem respeito às experiências alternativas de turismo e de articulação em rede, em contraposição ao turismo de massa, que pode gerar desagregação do modo de vida e subalternização dos pescadores e de suas famílias. Assim, a história de organização comunitária, na Zona Costeira Cearense, por formas alternativas de desenvolvimento turístico, vem reafirmando a opção pelo *Turismo Comunitário*, termo adotado localmente. Esse caminho vem sendo pautado na valorização da cultura local, no fortalecimento da identidade do "nativo" e na distribuição dos benefícios, podendo ser, inclusive, desenvolvido em agregação à pesca (LIMA, 2002).

Esse movimento que busca fortalecer o TBC envolve comunidades pesqueiras marítimas que construíram uma forma de comunicação e articulação informal para dar ampla visibilidade à sua existência e aos conflitos ali vivenciados no processo. Para além do significado das relações que ocorrem nas dinâmicas locais, essas redes vêm sendo configuradas fora de seus territórios e vêm contando com a interveniência de entidades e interlocutores do movimento social, por meio da troca de experiências e apoio, contribuindo para fortalecer os laços de solidariedade entre aqueles que participam da luta e para conquistar e perder aliados (LIMA, 2002).

Sendo assim, conforme a mesma fonte, a articulação de redes vem constituindo uma das estratégias de defesa e resistência adotada por algumas comunidades marítimas pesqueiras no Ceará, tendo, como "bandeiras-guia", a pesca artesanal, o território terra-mar, a criação de reservas extrativistas e o *Turismo Comunitário*.

A intenção principal das estratégias de luta do movimento social, no contexto de políticas públicas, envolve a garantia e o acesso ao direito de permanência em seu território de origem e de preservação da diversidade e das identidades locais e regionais. Nesse contexto, o *Turismo Comunitário* se constrói como um meio e não um fim em si mesmo para reforçar esse foco central.

Para Lima (2002, p. 16), "reconhecer o movimento de resistência das comunidades pesqueiras artesanais implica considerar que movimento indica mudança de lugar". Isso tende a reforçar a percepção de que alguns grupos comunitários, ao se movimentarem, estão

dificuldades, em especial o conflito pela posse da terra. A ocupação dessas áreas é baseada na economia extrativista, que orienta o uso múltiplo dos recursos naturais renováveis e a proteção dos modos de vida e da cultura das populações tradicionais. Das áreas florestais, o modelo RESEX foi estendido para as zonas marinhas e costeiras, sendo esse defendido, ainda hoje, por vários segmentos da sociedade civil organizada, como uma das alternativas para o desenvolvimento de territórios ocupados tradicionalmente.

resistindo aos lugares que a sociedade hegemônica almeja lhes delegar, conforme vem acontecendo com a prática do turismo na Zona Costeira Cearense.

Sem privilegiar a narrativa desses acontecimentos, essa contextualização inspira uma forma de entrada na *Rede TUCUM*, que já permite, de algum modo, revelar alguns elementos heterogêneos de um amplo conjunto de entidades que se articulam para a transformação do *Turismo Comunitário* nessa região, o que mobiliza diversas vozes como: as comunidades locais, os movimentos sociais, os especuladores imobiliários, os empreendimentos turísticos de grande porte, o PRODETUR-NE, os turistas, a terra, o mar, a pesca, a carcinicultura, os parques eólicos, entre outros.

Serão acompanhados, assim, na análise desta tese, os efeitos desses arranjos, com base no que Latour (2012) denomina de "rede sociotécnica", segundo as pistas da *Teoria Ator-Rede*, que lança, ao plano das práticas, a análise do processo contínuo de associações entre elementos humanos e não-humanos em seus contextos de atuação, de forma local e situada, considerando, nesse percurso, as controvérsias existentes.

6.2 SEMEANDO A PROPOSTA DE *TURISMO COMUNITÁRIO*

Como anteriormente mencionado no terceiro capítulo, a primeira tentativa de se organizar uma rede de *Turismo Comunitário* no Ceará surgiu no âmbito do *I Seminário Internacional de Turismo Sustentável*, realizado na capital Fortaleza, em 2003, sob a coordenação do Instituto Terramar[108]. Como resultado do evento, foi criada, extraoficialmente, a *Rede de Destinos de Turismo Socialmente Responsável do Litoral do Ceará*, sob a liderança da experiência pioneira da Prainha do Canto Verde (Beberibe). Para isso, foram também envolvidos, inicialmente, alguns moradores pescadores das praias no litoral leste - Ponta Grossa (Icapuí), Balbino (Cascavel) e Batoque (Aquiraz) – e no litoral oeste – Caetanos de Cima (Amontada) e Tatajuba (Camocim), que faziam parte do processo de lutas pela posse de suas terras, tendo em vista que estavam ocorrendo invasões violentas de representantes do mercado imobiliário nessas localidades (SCHARER, 2003b). Entretanto, as atividades em torno dessa articulação foram, à época, ainda incipientes, restringindo-se à

[108] Em defesa da justiça socioambiental na Zona Costeira do Ceará, a ONG Instituto Terramar, desde 1993, desenvolve diversas ações e estratégias de trabalho, destacando: a troca de experiências e saberes, a arte-educação, a construção coletiva de conhecimento, a elaboração de material didático e audiovisual, a sistematização de experiências e o apoio ao desenvolvimento institucional das organizações comunitárias (<https://www.terramar.org.br>).

elaboração de material promocional para distribuição no *IV Fórum Social Mundial*, na Índia, e em outros eventos realizados no Brasil, naquele período (LIMA, 2010).

A experiência de integração de roteiros de *Turismo Comunitário*, à época, foi facilitada pela parceria firmada entre o Instituto Terramar, a Associação Amigos da Prainha do Canto Verde (AAPCV)[109], da Suíça, além da Associação Tremembé Onlus[110], da Itália. Essa aliança buscou, sobretudo, captar recursos para promover a articulação entre as iniciativas consolidadas e, como consequência, fomentar as propostas ainda incipientes, envolvendo outros grupos de *Turismo Comunitário*, de forma capaz de proporcionar visibilidade a essa ação coletiva (LIMA, 2010).

A partir de então, aos poucos, a ideia de criação de uma rede foi sendo pensada pela parceria entre a AAPCV, da Suíça, e a Associação Tremembé Onlus, da Itália. Cada uma dessas instituições já trabalhava com a temática nas comunidades de Prainha do Canto Verde (Beberibe) e Ponta Grossa (Icapuí), Tremembé (Icapuí) e Assentamento Coqueirinho (Fortim), respectivamente (LIMA, 2010), as quais vivenciaram, subsequentemente, um período de amadurecimento dessa proposta. Isso ocorreu até 2006, quando o Instituto Terramar elaborou uma primeira estratégia para apoiar a criação de uma rede, envolvendo comunidades residentes nas áreas litorâneas leste e oeste do Ceará, com o acompanhamento das suas respectivas entidades de assessorias, unindo os seus projetos em comum (BORGES, 2011).

Somente em 2007, foi realizado o *1º Encontro da Rede TUCUM*, na Prainha do Canto Verde (Beberibe), marco inaugural de um debate coletivo sobre o processo de construção das bases de articulação de uma estruturação organizacional para a criação da rede. Conforme mencionado no relatório técnico (TUCUM, 2007) que resultou desse encontro, ocorreu na ocasião um debate sobre questões subjetivas e objetivas do processo grupal, como o

[109] A *Associação dos Amigos da Prainha do Canto Verde*, criada em 1991, é uma entidade filantrópica, com sede na cidade de Meilen, na Suíça. Sua criação foi mobilizada pelo suíço René Schärer, que conheceu, em 1990, a Prainha do Canto Verde para passar umas férias tranquilas e se encantou pelo lugar, onde já mora há 28 anos. No início, a Associação recebia doações de amigos, familiares e colegas de trabalho de René para o financiamento dos primeiros projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Hoje, incluem várias fundações na Suíça que apoiam projetos na Prainha e em outras comunidades do litoral (como Ponta Grossa, Icapuí, Curral Velho, Caetanos de Cima), e também projetos do Instituto Terramar para o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras do Ceará.

[110] Desde a década de 1990, a *Associação Tremembé Onlus*, formada por missionários e pessoas relacionadas à igreja católica, está envolvida no lançamento de projetos de cooperação com o objetivo de promover o desenvolvimento das comunidades locais no Brasil. Na Itália, particularmente em Trentino, ela trabalha para conscientização e educação para o desenvolvimento, globalização e interculturalidade. A cooperação internacional atua na linha de justiça e luta contra a pobreza, paz e desenvolvimento sustentável, culturas solidárias e direitos humanos. Tremembé é membro da *Associação Italiana de Turismo Responsável* (<https://www.tremembe.it>).

reconhecimento da identidade local, a definição dos princípios e critérios da organização, a afirmação dos participantes desde a origem, a escolha do papel a ser desempenhado pelos sujeitos envolvidos e a acepção do novo nome: *Rede TUCUM*. Essa palavra, originada do tupi *tu'kum,* refere-se a uma espécie de palmeira nativa da Amazônia, que possui uma fibra resistente para tecer redes de pesca e de descanso e artesanato. Simboliza o fio da lealdade, o fio que não se rompe e, nesse sentido, o fio das relações fortes.

A semente do tucum é utilizada para a confecção de anéis, que são usados para simbolizar a preocupação com as causas populares, além da luta contra o preconceito e o desejo de um mundo mais humano e justo[111]. Assim, o sentido da palavra tucum justifica a denominação da rede em consonância com os seus propósitos do que poderia ser entendido como "um outro turismo", tal como explica Borges (2011, p. 21):

> Quando ouvimos falar em Rede TUCUM lembramos a rede de dormir feita a partir da palha da palmeira, utilizada principalmente por indígenas, e que frequentemente pode ser encontrada nas casas dos moradores das comunidades, símbolo de descanso e lazer para turistas. Lembramos, também, da articulação entre as comunidades que promovem o turismo comunitário em rede, da troca de experiências e das lutas empreendidas pelos povos do mar constituindo um elo que as torna um sujeito coletivo. E, por TUCUM, temos uma aproximação fonética de turismo comunitário, lembrando o anel feito através da semente da palmeira e dos compromissos assumidos por aqueles que pretendem usá-lo e se dispõem a pensar e construir juntos uma nova proposta de turismo comunitário.

Na ocasião do encontro mencionado, foram definidos oito princípios para nortear o modelo de turismo desejado pela *Rede TUCUM*:

- As atividades de turismo devem ser desenvolvidas por grupos organizados e os projetos são coletivos, de base familiar.
- O turismo deve se integrar à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais.
- O planejamento e a gestão das atividades devem ser de responsabilidade da organização comunitária local.
- O turismo deve se basear na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais e de intercâmbio entre as comunidades e os visitantes.
- O turismo deve promover a geração e a distribuição equitativa da renda na comunidade.

[111] Inspirado na força da resistência, o anel de tucum é usado, em sua maioria, por cristãos/ãs desde o surgimento da Teologia da Libertação e a ligação de fé e vida nas Comunidades Eclesiais de base (CEBs) na América Latina.

- O turismo fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção, da cultura e das identidades locais.
- O turismo deve promover o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre si.
- O turismo fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade (TUCUM, 2010).

Com base nesses fundamentos, a composição da *Rede TUCUM* partiu de associações entre diferentes grupos comunitários e organizações da sociedade civil, com objetivos comuns para o enfrentamento ao turismo massificado e para a proposição de uma experiência diferenciada de turismo autodesignado como "comunitário". Suas ações, originalmente, foram articuladas a outros movimentos, redes e fóruns sociais atuantes na Zona Costeira do Ceará, em defesa da pesca artesanal, da autonomia das mulheres, da justiça ambiental, assim como da proteção de ecossistemas marinho-costeiros e da afirmação da vida comunitária, entre outras questões[112].

Com essa perspectiva, buscou-se estruturar estratégias e parcerias por meio da *Rede TUCUM* para avançar no desenvolvimento do *Turismo Comunitário*, a partir dos seguintes compromissos:

1. Processos de formação de sujeitos na perspectiva de empoderamento das lideranças comunitárias e de desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o desenvolvimento do turismo;
2. Melhoria das infraestruturas turísticas;
3. Melhoria das infraestruturas básicas;
4. Construção de estratégia de marketing e promoção dos produtos e serviços turísticos comunitários;
5. Relação com os organizadores e os operadores de viagens e comercialização do *Turismo Comunitário* e solidário;

[112] Por exemplo: Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES), Redmanglar Internacional para la Defensa de los Ecosistemas Marino-Costeros y la Vida Comunitaria, Rede MangueMar Brasil, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, Rede Brasileira de Bancos Comunitários, Movimento Indígena, Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, Rede de Sementes, Via Campesina, Rede Cultura Viva, Movimento das Mulheres Pescadoras, Rede de Educação Ambiental do Litoral Cearense (Realce), Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP), Federação de Entidades Comunitárias de Icapuí, entre outras.

6. Articulação e trocas com outras redes no Brasil e no exterior que estão construindo o *Turismo Comunitário* solidário (TUCUM, 2010).

O início da reflexão sobre as questões consideradas estruturantes para a organização da *Rede TUCUM* permitiu o seu lançamento oficial (Figura 2), em maio de 2008, durante o importante *II Seminário Internacional de Turismo Sustentável*, abordado, anteriormente, no terceiro capítulo. A realização desse evento representou uma estratégia fundamental, adotada por diversos interlocutores dessa rede, para promover ações de intercâmbio, articulação e integração com representantes de outros movimentos de *Turismo Comunitário*, como a *Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário* (TURISOL) e a *Rede de Turismo Comunitário da América Latina* (REDTURS).

Figura 2 – Logomarca da *Rede TUCUM*
Fonte: disponível em <www.tucum.org>.

Naquele mesmo ano, a *Rede TUCUM* foi contemplada com o projeto *Turismo comunitário: afirmando identidades e construindo sustentabilidade*, no processo seletivo do Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/nº 001/2008 para apoio às iniciativas de *Turismo de Base Comunitária* no país (SILVA, 2009). O projeto, implementado pelo convênio 700499/2008, para o período de dois anos, incluiu ações relacionadas aos seguintes eixos de ação:

1. Promoção e marketing: elaboração e divulgação de produtos promocionais, incluindo site, folders, camisas e vídeo promocionais, além de uma pesquisa de mercado sobre a demanda do *Turismo Comunitário*;
2. Fomento à organização de quatro grupos comunitários, através do fortalecimento da identidade cultural e possibilitando o envolvimento de jovens nas ações do turismo; como resultado, pesquisa, exposições e cartilhas sobre a história e memória local foram realizadas na Prainha do Canto Verde (Beberibe), Caetanos de Cima (Amontada), Batoque (Aquiraz) e Curral Velho (Acaraú);
3. Formação enfocando a gestão de negócios solidários, de qualidade e de atendimento;
4. Atividades de integração e intercâmbio junto à *Rede TURISOL* (LIMA, 2010, p. 138).

No decorrer de 2008, ocorreu também o 2º *Encontro da Rede TUCUM*, em Caetanos de Cima (Amontada), no qual esses princípios mencionados foram rediscutidos pelos seus integrantes. Durante o evento, foi ainda avaliado o caminho traçado, assim como reconhecidos os desafios a serem superados para que se pudessem atingir os objetivos previstos (TUCUM, 2008).

6.3 CULTIVANDO OS VALORES E TROCANDO IDEIAS E IDEAIS

O destaque para o caráter pioneiro de articulação dessa experiência de *Turismo Comunitário* resultou em diversos prêmios. Esse reconhecimento tem contribuído, também, para promover o *Turismo Comunitário* na Zona Costeira Cearense, no contexto local-global. Nesse sentido, a *Rede TUCUM* foi contemplada com o prêmio *To Do! - Contest Socially Responsible Tourism 2008*, concedido pelo *Studienkreis für Tourismus und Entwicklung* (Instituto de Turismo e Desenvolvimento), da Alemanha[113].

A premiação mencionada, que certifica experiências de turismo socialmente responsável, se justificou pela articulação promovida pela *Rede TUCUM* em defesa do *Turismo Comunitário*, do respeito ao modo de vida local e às diferentes formas de trabalho

[113] Disponível em: <http://www.todo-contest.org/eng/pramierte-filme/rede-tucum-network-for-local-development-brazil/>.

tradicional das comunidades envolvidas da Zona Costeira Cearense[114]. Esse prêmio foi entregue a um porta-voz da *Rede TUCUM* durante a *43ª International Tourism Exchange* (ITB), no dia 13 de março de 2009, em Berlim. Sendo essa a maior feira de turismo da Europa, foram ampliadas, assim, as possibilidades de difusão do *Turismo Comunitário* cearense para o público europeu (TUCUM, 2012).

Lima (2010) destaca ainda que, em 2009, foi realizado o *3º Encontro da Rede TUCUM*, que passou, também, a ser designado como "Assembleia Anual da *Rede TUCUM*". Na ocasião, foram discutidos assuntos como promoção e marketing, relacionamento com agências, além de sustentabilidade, desenvolvimento institucional e normas e procedimentos de gestão e operacionalização.

As pautas do encontro mencionado sinalizaram a ampliação do envolvimento dos participantes da *Rede TUCUM* em ações direcionadas ao *Turismo Comunitário* e à possibilidade de estruturação interna da organização, especialmente em relação às normas e procedimentos de gestão.

Ainda segundo a referida autora, durante o *3º encontro*, foram também definidos alguns princípios de organização, como a descentralização e um modelo de atuação baseado na democracia direta, na transparência e na igualdade de gênero, de raça e de etnia. Segundo essas premissas, a estrutura organizacional pensada naquele momento passou a se configurar a partir das seguintes diretrizes:

> - Assembleia Geral: instância máxima de decisão da Rede TUCUM formada pelos membros efetivos e instituições;
> - Coordenação Geral: formada por representantes das instituições, um representante dos membros efetivos do litoral leste e um representante dos membros efetivos do litoral oeste;
> - Equipe de Formação, Promoção e Marketing: formada por representantes das instituições;
> - Grupo de Turismo Comunitário Local: formado pelas pessoas/ famílias envolvidas na atividade turística da comunidade, fazendo parte da associação comunitária e/ ou grupo social organizado; como gestor do turismo local é formado pela coordenação local e pelos subgrupos – passeios e trilhas, hospedagem, alimentação e entretenimento, de acordo com a sua oferta de serviços (LIMA, 2010, p. 139).

Nessa retrospectiva, em 2010, foi realizada a *4ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, entre os dias 21 e 24 de novembro, na comunidade de Tatajuba – Camocim (CE), com a intenção de reunir os moradores locais e as demais comunidades costeiras, além de

[114] Importante notar que esse mesmo prêmio, em sua edição de 2003, já havia sido conquistado pela Prainha do Canto Verde (Beberibe - CE).

representantes da academia, de ONGs e do poder público municipal para um diálogo sobre a proposta e a experiência em curso de *Turismo Comunitário*.

No relatório técnico da *4ª Assembleia* (TUCUM, 2010), foi informado que a *Rede TUCUM*, articulando, naquele momento, doze experiências de *Turismo Comunitário*, havia recebido, em 2010, aproximadamente, dois mil visitantes, sendo a maioria de origem estrangeira, além de estudantes e pesquisadores das áreas de Biologia, Engenharia de Pesca, Geografia e Turismo, cujo campo de atuação profissional tem relação com o litoral. Além de conhecerem esses lugares, esses visitantes costumam trazer familiares e amigos para vivenciarem, também, o cotidiano das comunidades, participando da pesca artesanal e de outras atividades tradicionais, além de desfrutarem de ambientes naturais preservados.

Apesar dos avanços registrados nesse relatório (TUCUM, 2010), uma das principais dificuldades reconhecidas no processo era alcançar um possível público interessado pela experiência de *Turismo Comunitário* no âmbito da *Rede TUCUM*. Para esse fim, reconheceu-se, na *4ª Assembleia*, que uma importante estratégia a ser adotada seria viabilizar a oferta de meios de transporte para o deslocamento dos visitantes até a comunidade a ser visitada.

Na ocasião, por exemplo, o presidente da Associação Comunitária de Moradores de Tatajuba (ACOMOTA) mencionou a dificuldade de o turista chegar à comunidade, necessitando cruzar várias dunas, sem estrada de acesso regular e nem sinalização disponível. Ainda assim, considerou-se que esse esforço seria, de modo geral, recompensador para um "turista comunitário". Como perspectiva de mudança desse quadro, esse assinalou também a necessidade de apoio do poder público municipal para impulsionar e proporcionar meios de logística e transportes adequados para viabilizar a iniciativa localmente.

Portanto, o plano de estratégias de promoção da *Rede TUCUM* vem sendo também influenciado pelo processo de formulação e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, o prefeito do município de Camocim, presente àquele evento, reafirmou o desconhecimento dessas condições enfrentadas pela comunidade de Tatajuba, bem como a inexistência de uma estratégia definida para a promoção do *Turismo Comunitário* local.

Entretanto, tem sido notável o apoio crescente da Prefeitura de Camocim às medidas empreendidas para o desenvolvimento do turismo convencional. Isso porque esse município compõe a "Rota das Emoções", criada em 2005, pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em parceria com o Ministério do Turismo, com o objetivo de integrar os destinos Jericoacoara (CE), Delta do Rio Parnaíba (PI) e Lençóis Maranhenses (MA), que vêm recebendo recursos na faixa de milhões de reais, provenientes do PRODETUR, para investimentos nos municípios da região.

Essa visão segmentada do turismo repercutiu, durante a *4ª Assembleia*, no reconhecimento de outros problemas enfrentados pela *Rede TUCUM*. Nesse sentido, para a coordenadora da Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido (ADELCO)[115], que estava, na ocasião, em vias de estabelecer uma parceria com a *Rede TUCUM*, a dimensão econômica do turismo tem sido a mais priorizada nos planos de ações do governo, como tem sido o caso do PRODETUR. Isso se torna preocupante, tendo em vista que o turismo de massa, no litoral cearense, vem privilegiando os meios de hospedagem e de entretenimento de grande porte. Essa opção, consequentemente, resulta na segregação de lugares e na concentração de renda, assim como na geração de um contexto de disputa entre moradores da própria comunidade e dessa com grupos de investidores estrangeiros. Por outro lado, foi ressaltada que não se deve limitar a compreensão do turismo à sua importância econômica. Dessa maneira, foi enfatizado que a *Rede TUCUM* deve buscar se articular, até mesmo, à dinâmica dos Conselhos Municipais de Turismo.

Na *4ª assembleia*, a interlocutora da coordenação institucional do Instituto Terramar reafirmou ainda que o diferencial e o sentido do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM* traduzem, justamente, uma resposta ao turismo convencional que ameaça os ecossistemas costeiros, assim como, o modo de vida das comunidades locais e a soberania alimentar. Nessa oportunidade, um pescador da Prainha do Canto Verde, representante da coordenação da *Rede TUCUM*, reafirmou que essa proposta vem se constituindo também como uma estratégia de enfrentamento ao modelo de turismo convencional, à especulação imobiliária e à pesca predatória.

Dessa forma, o turismo convencional foi compreendido, no contexto dessa assembleia, como uma ameaça às comunidades tradicionais que compõem a *Rede TUCUM*. Ao mesmo tempo, foi reconhecido que o *Turismo Comunitário* vem contribuindo para promover a diversificação das atividades econômicas, nas comunidades envolvidas, sendo considerado, assim, como uma alternativa para que os/as pescadores/as, agricultores/as e indígenas possam reafirmar os seus modos de vida e seus territórios. Sendo assim, nessa ocasião, foi enfatizada a preocupação que a *Rede TUCUM* não se reduza a um modelo de negócio baseado no lucro e na exploração de pessoas, de dunas, de mares, de terras e outros elementos.

[115] Fundada em 2001, é uma entidade civil sem fins lucrativos, localizada em Fortaleza-CE. Sua missão é contribuir para a melhoria das condições socioambientais, no fortalecimento político e cultural das comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade. Sua atuação abrange temas transversais: Igualdade de Gênero; Gênero, Geração e Etnia; Saneamento ambiental; Educação Ambiental; Turismo de base comunitária e etnoecológico (<http://adelco.org.br>).

Esses argumentos provocaram uma reflexão ainda mais ampla orientada pela seguinte questão: Como a *Rede TUCUM* é percebida pelas comunidades envolvidas? As interlocuções das comunidades representadas na *4ª Assembleia* expuseram diferentes compreensões a respeito dessa iniciativa.

A *Rede TUCUM* foi relacionada à ideia de um "movimento" que valoriza as expressões culturais dos povos do mar e, a afirmação dos modos de vida tradicional. Também foi mencionado o interesse de que a *Rede TUCUM* venha a se constituir, no futuro, como uma "alternativa" para o desenvolvimento e a integração das comunidades locais. De outra maneira, foi ainda mencionada a sua importância como um "instrumento" de resistências para a garantia do território tradicional e a defesa dos recursos naturais. Igualmente, foi compreendida como uma alternativa para a geração de renda familiar complementar para o fortalecimento da economia solidária e para a divulgação das potencialidades locais. Além disso, foi traduzida como um "espaço" para a formação política e para a capacitação de lideranças nas comunidades da Zona Costeira Cearense. Transpondo esses sentidos, a *Rede TUCUM* chegou também a ser entendida como estratégia para o fortalecimento dos ideais de construção coletiva de uma sociedade justa e igualitária.

Do mesmo modo, abordou-se, durante o evento, o modo pelo qual a *Rede TUCUM* vem sendo percebida pelos atores externos ao seu contexto, possibilitando rastrear outros significados associados ao seu processo de configuração, naquele momento. Algumas instituições expressaram apoio a essa iniciativa, reconhecendo-a como uma alternativa de turismo, que valoriza e respeita a identidade cultural, as tradições e a biodiversidade local. Esses valores tendem a despertar, também, curiosidade de quem considera os seus integrantes como "sonhadores" e "esperançosos" de uma nova consciência de transformação do mundo. Ademais, a *Rede TUCUM* foi entendida, na ocasião, como um "movimento social" de afirmação e de defesa do território.

Por outro lado, alguns representantes de órgãos públicos se referem às comunidades envolvidas como se as mesmas não tivessem a menor importância no processo de escolha do caminho mais adequado para a expansão do turismo. Produzem, assim, uma visão depreciativa sobre essas comunidades, que tendem a ser consideradas como grupos de valores "ultrapassados", que geram uma série de problemas e entraves ao desenvolvimento da região.

De outra forma, há, ainda, os que consideram o *Turismo Comunitário* como "inviável" para o desenvolvimento das comunidades locais, tendo em vista a condição insuficiente de infraestrutura disponível e os serviços sem qualidade mínima para tal. Essa visão negativa sobre o *Turismo Comunitário* é, geralmente, desmistificada, quando alguns turistas, por

exemplo, constroem a sua experiência com base no cotidiano da comunidade local, influenciando as suas percepções, expectativas e motivações para que se possam visitar as outras localidades vinculadas à *Rede TUCUM*. Para ilustrar o acolhimento dos turistas nas comunidades locais, vale mencionar o seguinte depoimento:

> A gente não tem luxo, é tudo limpinho, arrumadinho, mas é o nosso jeito de ser, compartilhar os nossos saberes, nossos fazeres, a nossa vida cotidiana. Tem gente que vai catar feijão com as famílias. Tem gente que vai para o mar ver como é que se pesca e vai pescar também. Tem gente que vai apanhar um caju, assim eles participam da vida no dia-a-dia das pessoas. Tem gente que não vai fazer, que vai só fazer um passeio pra conhecer (Entrevistado 1).

Por outro lado, considerando a questão dos roteiros de visitação a essas localidades não terem sido ainda amplamente divulgados, muitos potenciais interessados externos não conhecem quais os atrativos naturais e culturais e os serviços de hospedagem e alimentação ofertados, tampouco as demais comunidades (que não fazem parte da *Rede TUCUM*), imaginam as oportunidades e os benefícios que o *Turismo Comunitário* poderia agregar às suas realidades.

Assim, as distintas percepções sobre a *Rede TUCUM* foram motivos de intensos debates no âmbito da *4ª Assembleia,* conforme registrado no respectivo relatório técnico (TUCUM, 2010). Nos debates realizados, questionou-se ainda se seria possível definir a *Rede TUCUM* e o que se constituiria como o seu diferencial?

Nesse momento, ficou clara a expectativa da maioria dos participantes do evento de que a *Rede TUCUM* deve se afirmar como uma "rede de movimento", que articule estratégias de luta e de resistência das comunidades locais (que vivem, há muitos anos, ameaçadas e vulnerabilizadas), com os demais movimentos na Zona Costeira Cearense. Dessa maneira, foram debatidas questões relativas à crise hegemônica, tendo em vista que a estrutura organizativa das comunidades locais se baseia em uma concepção particular de mundo.

Durante o debate, questionou-se em que medida a *Rede TUCUM* se constituiria como um "projeto". Embora as atividades direcionadas à organização da rede ocorram a partir de planejamentos anuais, é necessária também a discussão sobre a situação de vida das famílias e das ações comunitárias, considerando o que já se fez, o que se faz e o que se espera fazer pela e para as comunidades locais. Cada grupo local deve pensar as suas dificuldades e dilemas, buscando soluções coletivamente. Porém, geralmente, ocorre que as comunidades tendem a aguardar as iniciativas das equipes de assessoria e do núcleo em Fortaleza. Nesse caso, a

compreensão da *Rede TUCUM* como um "projeto" implicaria o delineamento de uma ação com início, meio e fim.

No entanto, prevaleceu a compreensão de que são os projetos, coordenados pelas entidades de assessoria e financiados pela cooperação internacional, que sustentam e viabilizam as ações relacionadas à articulação da *Rede TUCUM*. Para ilustrar a compreensão dessa dinâmica de projetos, vale ressaltar que, naquela mesma ocasião, estavam sendo delineadas algumas ações nesse sentido: (1) Projeto "Reconstruindo Horizonte", envolvendo uma linha de apoio para a construção de estruturas em quatro comunidades localizadas no litoral oeste, coordenado pelo Instituto Terramar e financiado pela Associação Intervita da Itália[116]; (2) Projeto de apoio e assessoria de promoção e marketing ao Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto MST e às comunidades Batoque, Jenipapo-Kanindé, Coqueirinho, coordenado pela Associação Tremembé Onlus; (3) Projeto "Turismo comunitário: afirmando identidades e construindo sustentabilidade", visando à promoção de oficinas de formação e de produtos da *Rede TUCUM*, coordenado pelo Instituto Terramar e financiado pelo MTUR.

Apesar da concretização desses projetos, diversos desafios continuavam a ser enfrentados, na ocasião, para o processo de construção da *Rede TUCUM*. Os interlocutores das comunidades de pescadores Prainha do Canto Verde (Beberibe), Batoque (Aquiraz) e Ponta Grossa (Icapuí) discutiram, assim, durante o evento, os obstáculos e as estratégias possíveis para facilitar e promover a melhoria da comunicação, por via telefônica e/ou internet, no interior das comunidades locais, bem como entre as demais comunidades envolvidas e as próprias entidades que prestam assessoria a projetos em suas áreas de influência. Outro problema reconhecido por essas comunidades, durante o evento, se referiu à demanda de recursos para as despesas relacionadas à melhoria de infraestrutura e da qualidade dos serviços. Isso porque não se pode ampliar a divulgação dos roteiros turísticos, enquanto ainda não há estrutura adequada para receber os turistas. Destacou-se, também, a necessidade de criação de instrumentos que regularizem o vínculo dos empreendimentos de *Turismo Comunitário* à *Rede TUCUM*.

Além disso, foi realçado o problema da falta de acesso a linhas de crédito e empréstimo. A proposta de solução para esse desafio foi a institucionalização da *Rede*

[116] A Associação Intervita Onlus é uma organização não governamental, que coopera para o desenvolvimento. Fundada em Milão, em 1999, trabalha nos países do sul do mundo, colaborando com parceiros locais para melhorar as condições de vida das populações das áreas mais pobres, atuando nos setores da saúde, educação, segurança alimentar, produção, direitos para mulheres e crianças, sustentabilidade ambiental e participação comunitária (<http://www.intervita.it>).

TUCUM, por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Nesse caso, vale ressaltar que, como essas três comunidades (Prainha do Canto Verde, Batoque e Ponta Grossa) já desenvolviam o *Turismo Comunitário* antes mesmo da articulação entre elas ter sido realizada pela *Rede TUCUM*, as demandas são mais direcionadas para o fortalecimento dessa prática no local.

Do ponto de vista do grupo formado pelas comunidades de agricultores do Assentamento Coqueirinho (Fortim) e do Assentamento de Caetanos de Cima (Amontada) e de pescadores de Curral Velho (Acaraú) e de Tatajuba (Camocim), foram discutidos outros desafios. Nesse contexto, a organização comunitária ainda incipiente tem dificultado o compromisso de serem ativamente assumidos os pactos definidos no âmbito das assembleias. Da mesma forma, a limitação de recursos humanos e financeiros tende a restringir a capacidade para o acompanhamento das diversas ações acordadas nas comunidades locais.

Outras questões muito debatidas por esse grupo, durante o evento, estiveram relacionadas às dificuldades de comunicação das comunidades envolvidas com as agências de turismo de Fortaleza. Ocorre que algumas agências vendem pacotes fechados, mas, quando os visitantes não comparecem, elas não efetuam o cancelamento da visita com antecedência. Nesse processo, são gerados prejuízos e a consequente desmotivação das pessoas envolvidas para continuarem se engajando nas ações.

Também foi ressaltada, na ocasião, a dificuldade de compreensão sobre o real papel atribuído ao "núcleo" da *Rede TUCUM*, que operava na sede do Instituto Terramar em Fortaleza, no que concerne ao desafio de superação da disputa entre as entidades de assessoria, já que isso pode prejudicar a melhoria do *Turismo Comunitário*.

Em atenção ao grupo composto por moradores do bairro Conjunto Palmeiras (Fortaleza), por coordenadores do Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto MST (Fortaleza) e da Pousada Tremembé[117] (Icapuí), foi salientado, de modo adverso, que o fato de não constituírem comunidades tradicionais como as demais, os seus

[117] A Pousada Tremembé foi construída, em 1993, pela iniciativa da *Associação Tremembé Onlus* em parceria com a Paróquia de Icapuí. Surgiu como um centro de integração comunitária, que envolvia grupos da própria igreja e de sindicalistas. Depois, decidiram estruturar o espaço como uma pousada comunitária, fazendo com que se tornasse necessário que a sua administração fosse assumida pelas associações de moradores e de turismo existentes na comunidade Tremembé. Porém, não obtiveram sucesso. Frente à essa dificuldade, foi criada, em 2000, a Associação Caiçara de Promoção Humana, com a participação de pessoas de outras comunidades ou municípios, que, dentre outras ações, passou a acompanhar a gestão da pousada, em regime de comodato. No início, a pousada acolhia pessoas aposentadas da Itália que queriam passar férias, uma temporada no Brasil. Porém, isso não gerou um bom resultado, pois a localização da pousada era distante de um hospital de grande porte. Então, passaram a atrair um público-alvo interessado em conhecer a proposta do turismo comunitário. A gestão da Pousada passou a ser feita por um casal de italianos, de forma articulada à Associação Caiçara, que é selecionado, de dois em dois anos, por um edital da Tremembé.

respectivos papéis a serem assumidos no âmbito da *Rede TUCUM* são ainda incompreendidos. Registrou-se também a ausência de acompanhamento sistemático das entidades de assessoria aos grupos de *Turismo Comunitário*, o que gera, por consequência, a dependência acentuada dos grupos locais às ações de apoio institucional. Foi mencionada, ainda, a necessidade de fomento à uma estratégia de marketing e de comercialização do *Turismo Comunitário*.

Já para os grupos indígenas Jenipapo-Kanindé (Aquiraz) e Tapeba (Caucaia) e o do povoado litorâneo de Flecheiras (Trairi), os principais desafios a serem enfrentados, nesse processo, se relacionam à negligência de políticas públicas para o *Turismo Comunitário*. Ainda assim, foram mencionadas as dificuldades de acesso aos meios de comunicação, às comunidades envolvidas por vias asfaltadas e, a carência de apoio financeiro para investimento em estruturas receptivas de hospedagem e alimentação como questões a serem enfrentadas. Para esses grupos, outro impasse a ser superado, naquele momento, era alcançar o engajamento de mais pessoas no *Turismo Comunitário*, uma vez que, essas, muitas vezes, não possuem conhecimento ou mesmo não tem interesse pela atividade.

Com base em uma ampla gama de práticas, os grupos de turismo comunitário locais concebem as diferentes formas em que se configuram as dinâmicas de organização da *Rede TUCUM*. Por outro lado, conforme as instituições e os parceiros convidados presentes na *4ª Assembleia*, o processo de construção da Rede é ainda embrionário. Diante disso, os problemas tendem a se tornar, cada vez mais, desafiantes, uma vez que se busca atuar na contramão do *trade* turístico convencional. Sendo assim, uma das estratégias que poderiam ser adotadas para o fortalecimento do *Turismo Comunitário* na Zona Costeira Cearense seria uma forma direta de comercialização dos roteiros da *Rede TUCUM*. Esse movimento, contudo, demandaria a melhoria do processo de comunicação interna e externa, bem como a busca por alternativas à negociação com as agências de turismo. Para tanto, uma das propostas encaminhadas, na ocasião, foi a realização de um estudo de viabilidade para a criação de uma agência com esse objetivo ou a busca de parceiros para contribuir na definição de estratégias de comercialização do *Turismo Comunitário*.

No sentido de avançar rumo ao alcance dos seus objetivos e do fortalecimento interno para enfrentar as principais dificuldades reconhecidas, como deliberação da *4ª Assembleia*, foi redefinida a proposta de gestão da *Rede TUCUM* , a partir de quatro instâncias de governança: (a) a coordenação colegiada – formada por representantes dos grupos de turismo de cada comunidade e das assessorias; (b) seis coletivos regionais – aos quais as comunidades se associam para desenhar estratégias locais; (c) a coordenação executiva – formada por um

representante do litoral oeste e um do leste e assessorias; (d) a secretaria executiva – sendo uma assessoria responsável pela gestão dos projetos.

Todavia, um longo debate foi conduzido sobre essa proposta de mudança de estrutura de organização da *Rede TUCUM*, sendo discutido em que medida os membros estavam preparados para experimentar tal transformação. O interlocutor da Pousada Tremembé (Icapuí) discordou, na ocasião, de que tais mudanças fossem deliberadas no âmbito dessa assembleia. E defendeu que essa proposta fosse, primeiramente, discutida, internamente, entre as organizações de base das comunidades envolvidas. Isso porque, como a assessoria do Instituto Terramar dispõe de maior poder de influência no processo de tomada de decisão, ela poderia impor as suas metodologias de projetos às comunidades atendidas. Esse interlocutor destacou, ainda, que a incerteza no processo, contudo, poderia talvez ser mitigada por meio da criação de uma pessoa jurídica (CNPJ) em nome da *Rede TUCUM*. Nesse sentido, os demais participantes da assembleia consideraram, no entanto, que a criação de uma pessoa jurídica não evitaria o surgimento de novos problemas, reconhecendo que o modo de organização em curso não se constitui como uma tarefa fácil.

Sendo assim, a coordenação executiva da *Rede TUCUM* – anteriormente composta pelo Instituto Terramar, pela Associação Tremembé Onlus e pelas comunidades da Prainha do Canto Verde e de Caetanos de Cima – manteve-se com os representantes do Instituto Terramar e passou a ser constituída, também, por um representante da Associação Caiçara, do Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto MST e das comunidades de Ponta Grossa, Batoque e Curral Velho (TUCUM, 2012).

Independentemente das dificuldades estruturais relatadas, vale ressaltar que, nesse encontro mencionado, a *Rede TUCUM* foi reconhecida como um "coletivo", em constante movimento. Para somar forças a esse movimento, na *4ª Assembleia* foi deliberada a inserção oficial do Povo Indígena Tapeba (Caucaia), a partir da carta de solicitação para inclusão na *Rede TUCUM*, e da ADELCO como assessoria de apoio.

Esses processos de articulação entre os grupos de *Turismo Comunitário* locais e as entidades de apoio têm permitido, também, à *Rede TUCUM* promover debates e lançar reflexões sobre a sua concepção de mundo e sobre tudo o que deseja desenvolver em prol da coletividade (TUCUM, 2010). Ou seja, o foco de ação desse "movimento" foi avançar na construção e na disseminação de ideais que transcendem o desenvolvimento do *Turismo Comunitário*.

Em continuidade a esse processo de construção da *Rede TUCUM*, a *5ª Assembleia*, realizada de 8 a 11 de novembro de 2011, dessa vez em Ponta Grossa, Icapuí, litoral leste, foi

também importante para o aprofundamento da discussão sobre os acordos coletivos baseados nos princípios políticos norteadores da prática do *Turismo Comunitário*. Esse evento foi também articulado pelo Instituto Terramar, tendo como tema central "Cultura e Turismo comunitário", o qual foi desdobrado em dois eixos para debate: (a) Cultura como "resistência e afirmação" para o desenvolvimento do *Turismo Comunitário*; (b) Cultura como "mercadoria" e sua prática como ameaça a ser enfrentada pelas comunidades.

De acordo com o relatório técnico (TUCUM, 2011), reconheceu-se o crescente debate sobre a importância de se repensar as estratégias de afirmação e de apropriação das práticas culturais por diferentes atores. Nesse campo de debate, a afirmação dos modos de vida das comunidades envolvidas na *Rede TUCUM* foi associada, sobretudo, ao respeito e à valorização da pesca artesanal, da agricultura familiar, da alimentação orgânica, da partilha comunitária e da autonomia no planejamento e na execução das tarefas cotidianas em suas localidades.

Por outro lado, foi mencionado que o contexto das políticas públicas tende a compreender as pessoas, a natureza e a cultura como potenciais atrativos transformados em "mercadorias" e "espetáculos" para serem consumidas pela via do turismo. Por sua vez, os interesses políticos não são capazes de atender às realidades comuns dos camponeses e dos povos do mar no Ceará. Ao contrário, as políticas públicas em curso têm gerado ações que induzem à exploração sexual e trabalhista e à privatização da biodiversidade costeira.

No caso do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*, tende ser de interesse das comunidades envolvidas a preservação dos costumes tradicionais e o repasse dos saberes às futuras gerações, ao mesmo tempo, agregando qualidade à experiência proposta aos visitantes, sem reproduzir influências que possam transformar a cultura em mercadoria.

Nesse sentido, foi notável, durante a *5ª Assembleia*, a reafirmação da escolha do *Turismo Comunitário* como uma "alternativa" para o fortalecimento do movimento em defesa do território, na contramão dos padrões capitalistas que têm sido reproduzidos pelo turismo convencional. Diante disso, uma das questões colocadas nesse debate foi: como reafirmar, então, a cultura tradicional no cotidiano do *Turismo Comunitário*?

O entendimento sobre essa prática de maneira antagônica ao turismo convencional levou, ainda, à reflexão sobre o que o público potencial poderia esperar da experiência nas comunidades da *Rede TUCUM*. A preocupação, nesse caso, foi a reflexão sobre a necessidade de mudança do comportamento dos grupos comunitários envolvidos no desenvolvimento do *Turismo Comunitário*.

Esses temas de debate trouxeram à tona a visão de mundo de alguns grupos na ocasião. Para a artesã da Vila da Volta (Aracati), embora seja importante melhorar as técnicas de acolhimento no *Turismo Comunitário*, não se devem mudar os comportamentos e nem os costumes das comunidades da ZCC para atender às necessidades dos turistas. Assim, no *Turismo Comunitário*, é importante que se assegure a reprodução das dinâmicas de vida e de trabalho das comunidades locais, resgatando-se elementos culturais por meio de imagens, danças, músicas, pinturas e outras manifestações. Da mesma forma, mapear quais as "marcas/raízes" das comunidades para incluir nos roteiros de visitação tende a se constituir em um passo importante com esse objetivo. No caso da Prainha do Canto Verde (Beberibe), por exemplo, são promovidas palestras sobre a história da comunidade, o próprio processo de concepção do *Turismo Comunitário* e, os conflitos e acontecimentos principais associados à localidade.

Em contrapartida, foi sinalizado, também, durante o evento, que as condições locais deviam ser melhoradas não só visando ao turista, mas principalmente à qualidade de vida comunitária. Essa talvez seja uma das principais razões pelas quais podem ser gerados conflitos no encontro entre visitantes e visitados. Para minimizar esses riscos, a prática do *Turismo Comunitário* deve se basear na valorização dos recursos endógenos, em articulação com o desenvolvimento local, para que os visitantes possam conhecê-los e valorizá-los também. Ou as comunidades teriam que comprar o peixe em outro lugar próximo por não haver mais pescadores na localidade? O primeiro passo, nesse sentido, parece ser compreender o *Turismo Comunitário* não apenas com o enfoque de geração de renda complementar e, sim, dirigido ao fortalecimento das estratégias de resistências e de valorização cultural.

Outra questão em debate é que, no Ceará, é comum que os agentes do desenvolvimento do turismo convencional tomem medidas no sentido da desarticulação das comunidades locais para fragilizar o movimento de luta pela terra, favorecendo, consequentemente, a apropriação dos seus espaços "paradisíacos" por grupos externos.

Assim, a assessora técnica da ADELCO afirmou, na ocasião, que a proposta de desenvolvimento do *Turismo Comunitário* no Povo Tapeba (Caucaia), por exemplo, suscitou o debate e o confronto de ideias sobre os costumes e os comportamentos dos indígenas com relação à experiência de turismo. Por exemplo, seria necessário disponibilizar talheres, como garfo e faca, para o turista se alimentar? Será que o turista teria que se alimentar com a própria mão, da mesma maneira que os indígenas? Seria necessário comprar camas para os turistas, uma vez que os indígenas costumam dormir em redes de descanso? Quem visita o

Povo Tapeba quer ver e sentir o diferente, mas ainda não está acostumado a viver como os indígenas. Assim, considerou-se importante haver uma flexibilidade para a adaptação aos diferentes costumes. Por outro lado, é também importante que seja respeitado o desejo das comunidades que não querem mudar o seu modo de ser e fazer.

Na percepção do dono da barraca de praia de Ponta Grossa (Icapuí), por sua vez, nenhum turista chega à comunidade rotulado como "convencional". O turista fica "encantado" quando conhece a proposta do *Turismo Comunitário*. Mas, há necessidade de se promover ainda a capacitação técnica do grupo envolvido e melhorar a infraestrutura básica do lugar. Nesse caso, ele relembrou que o Secretário de Turismo do Ceará, à época, havia até mesmo mencionado que, para as comunidades se beneficiarem dos grandes projetos de financiamento, poderiam enquadrar-se em um dos segmentos de mercado turístico, como o de sol e praia. Isso porque os representantes dos órgãos públicos de turismo no Ceará não estão convencidos da potencialidade do *Turismo Comunitário* e nem o percebem como um segmento competitivo no mercado setorial. Todavia, é isso mesmo que a *Rede TUCUM* rejeita a participação nesses grandes projetos de fomento ao turismo convencional.

Nesse sentido, a jovem liderança indígena do Povo Tapeba (Caucaia) observou, durante o evento, o dilema entre a teoria e a prática, considerando a importância de se pensar em propostas efetivas de como se poderia fortalecer o grupo para esse movimento, seja por meio da troca de experiência ou da promoção de assembleias anuais mais frequentes. Outra medida que poderia contribuir para alcançar esse objetivo seria, também, realçar os diferenciais do *Turismo Comunitário*. Isso porque as comunidades que fazem parte do processo de construção da *Rede TUCUM* possuem uma visão que lhes é própria, não se têm vestuários e nem cardápios padronizados disponíveis para o turista, por exemplo. Sendo assim, é impossível que essa prática seja abordada com base nas orientações das políticas públicas direcionadas ao turismo convencional.

De outro ponto de vista, o assessor e consultor em Pesca e Turismo Comunitário e morador da Prainha do Canto Verde (Beberibe) reafirmou a importância de que todas as comunidades se utilizem do acesso regular à internet. Em 2011, as comunidades locais não tinham ainda esse recurso disponível. Sendo assim, em sua opinião, a *Rede TUCUM* deveria preparar-se para o uso dessa tecnologia de informação e comunicação para se alcançar o público-alvo desejado. Isso em razão de o *Turismo Comunitário* não representar ainda um "grande" negócio para as agências de viagens e turismo. Como alternativa, propôs-se a construção de um portal, em vários idiomas, para disponibilizar as informações sobre essa

proposta. Isso, provavelmente, facilitaria ao turista interessado o contato com a *Rede TUCUM.*

Essa demanda pela melhoria dos canais de comunicação entre a comunidade receptora e os visitantes pode ser apreendida ainda pelo seguinte relato de um entrevistado da pesquisa.

> Primeiro, precisava organizar o grupo. Agora, vamos para o mercado atrás de cliente. A gente já sabia até que tipo de cliente gosta. São pessoas que gostam de natureza, pessoas que gostam de sossegar, estudantes que vem fazer pesquisa, estudantes que vem fazer suas teses sobre a nossa história. Aqui, a gente não tem droga, prostituição, barulho. Então, aquele jovem que quer estudar, sossegar, tem interesse (Entrevistado 2).

Nesse contexto, surgiu, durante a *5ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, o momento da prestação de contas. A coordenadora da Associação Caiçara de Promoção Humana era, à época, a responsável pela administração da conta bancária da Rede. Para a concretização das atividades planejadas, na assembleia anterior, de 2010, havia sido já definido já que cada grupo de *Turismo Comunitário* local deveria contribuir com o valor de R$ 120,00 como cota financeira anual. Porém, de acordo com a movimentação bancária até aquele momento, poucos grupos haviam efetuado o pagamento dessa taxa em 2011. Assim, a contribuição financeira dos grupos de *Turismo Comunitário* para o caixa comum da *Rede TUCUM* pôde ser considerada como uma pauta "mal resolvida", o que dificultava, assim, a concretização das atividades planejadas.

Os representantes do Conjunto Palmeiras (Fortaleza) apresentaram justificativa por não ter efetuado o depósito da taxa, uma vez que não receberam visitantes naquele ano. Todavia, o motivo de as outras comunidades terem ficado em débito com o coletivo não foi esclarecido. Uma vez que a cobrança dessa taxa ainda era uma questão polêmica, obscura, confusa, não se havia encontrado uma solução transparente para o problema até então. Dessa forma, a prestação de contas passaria a ser realizada na reunião da coordenação colegiada, no início do ano seguinte, considerando que 30% do valor do caixa seriam disponibilizados para a realização da assembleia.

Esse assunto trouxe à tona um problema sobre o prêmio *To Do! - Contest Socially Responsible Tourism 2008*, mencionado nas páginas anteriores. O assessor e consultor em pesca e *Turismo Comunitário* e morador da Prainha do Canto Verde (Beberibe) esclareceu que a prestação de contas do prêmio não fora ainda realizada, posto que as comunidades acordaram, à época, que não haveria necessidade disso. Mas, para ele, essa decisão havia sido um equívoco, pois os organizadores do prêmio estavam interessados no modo como havia

sido feita a gestão do valor recebido. Com relação a esse prêmio, foi revelado que a comunidade do Coqueirinho recebera R$700,00 para investimentos em infraestrutura. Em virtude desse tipo de problema, foi reafirmada a importância da valorização de mecanismos de transparência na prestação de contas de como os recursos captados são utilizados pela *Rede TUCUM*.

Na ocasião, foram também discutidas outras questões que estavam influenciando o desenvolvimento do *Turismo Comunitário*. Assim, por meio do relatório técnico (TUCUM, 2011), foi possível verificar que a comunidade de Flecheiras (Trairi) tem estado ausente nas atividades da *Rede TUCUM*, tanto na assembleia quanto no contato cotidiano com as entidades de assessorias, embora tenha sido beneficiada e contemplada pelos projetos em curso[118]. Sendo assim, a realização de visitas da coordenação da Rede a tal comunidade tende a ser fundamental para acompanhar o processo, localmente.

Da mesma maneira, naquele momento, havia comunidades que ainda se encontravam somente na intenção de desenvolver o *Turismo Comunitário*, tendo em vista que um grupo com esse objetivo não havia sido constituído na prática. Para tal, seria preciso o apoio das entidades de assessoria para a sua criação, organização e formação em gestão operacional e, também, em políticas públicas de turismo. Por outro lado, até mesmo as comunidades que já estavam em vias de organizar o seu GT continuavam passando por dificuldades, sobretudo relacionadas à comunicação no interior do próprio grupo e, externamente, com a coordenação executiva da *Rede TUCUM*.

Para as comunidades envolvidas há pouco tempo na *Rede TUCUM*, como a etnia indígena Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), a demanda por apoio se dirigiu, na ocasião, basicamente, às obras de estruturação de hospedagem e alimentação para a recepção de visitantes. Mas, reconheceu-se que, para fortalecer os grupos de *Turismo Comunitário*, os desafios perpassavam a continuidade da formação em políticas públicas, a gestão de pequenos empreendimentos e a elaboração de projetos, além da divulgação da própria *Rede TUCUM*, no âmbito das comunidades locais. Um efeito dessa demanda foi a realização de um Seminário de Políticas Públicas, em Icapuí, organizado pela Associação Caiçara. Outras propostas, nesse sentido, se referiram às reuniões com as Secretarias Municipais de Turismo, ao intercâmbio da *Rede TUCUM* com outras redes, ao apoio financeiro para a participação em feiras e eventos e, ao amadurecimento da ideia de criação de uma escola de formação e atualização em *Turismo Comunitário*.

[118] Por exemplo, o projeto "Algas Cultivando Sustentabilidade", uma iniciativa do Instituto Terramar patrocinada pelo Programa Petrobras Ambiental.

Um caminho para a captação de recursos financeiros para atender a essas novas demandas foi a submissão de projetos para um novo edital da AAPCV, da Suíça, aberto em 2012. Porém, a proposta de investimento foi uma pauta em disputa, no âmbito da *5ª Assembleia*. Para um agricultor do Assentamento Coqueirinho (Fortim), a prioridade deveria ser a melhoria da comunicação, conforme sinalizado por muitos participantes do evento. Já para um pescador da Prainha do Canto Verde (Beberibe), deveria prevalecer a proposta de produção orgânica nos quintais produtivos das comunidades locais, buscando a soberania alimentar nos territórios tradicionais. Mas, segundo a assessoria de comunicação do Instituto Terramar, essas demandas poderiam ser contempladas por outros tipos de apoios financeiros, deixando essa questão em aberto na *5ª Assembleia*.

Nessa ocasião, foram acolhidas ainda as comunidades da Vila da Volta (Aracati) e do Assentamento Maceió (Itapipoca) para que as mesmas pudessem conhecer a proposta da *Rede TUCUM* e dialogar com os demais grupos envolvidos sobre a possibilidade e o interesse de engajamento no *Turismo Comunitário*. Como reflexo dos esforços empreendidos, até então, vale ressaltar que, naquele ano, a *Rede TUCUM* fora ainda certificada pelo *Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social* - edição 2011. Esse reconhecimento teve como motivação o trabalho de articulação em prol do *Turismo Comunitário* como estratégia de desenvolvimento local para as comunidades litorâneas. Nesse prêmio, foi também valorizada a atuação dos grupos envolvidos na busca pela garantia de geração de renda, bem como de salvaguarda da biodiversidade e da defesa do território.

Como se pode perceber pela descrição das atividades realizadas, desde a criação da *Rede TUCUM*, conforme os relatórios analisados, os eventos anuais e as demais oportunidades de diálogo têm implicado ações que demonstram a capacidade local em buscar algo em conjunto na direção do *Turismo Comunitário*. Esses encontros têm propiciado, ainda, o estabelecimento de inúmeras parcerias, além da oportunidade de avaliação das ações planejadas, em médio e longo prazos, em meio a alguns consensos e tensões. Outra curiosidade sobre a forma de organização interna dessa iniciativa tem sido a itinerância da Assembleia geral, realizada de forma intercalada entre o litoral leste e oeste, a fim de possibilitar aos seus integrantes a vivência do *Turismo Comunitário* ofertada pelos seus pares (TUCUM, 2012).

Nesse processo, outro momento importante foi a *6ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, entre os dias 7 e 11 de novembro de 2012, em Curral Velho, município de Acaraú, com a participação de aproximadamente 60 pessoas, entre as quais representantes de 13 comunidades envolvidas na *Rede TUCUM* e convidados externos, como o representante da

Sociedade Sueca de Proteção à Natureza (SSPN), um dos apoiadores financeiros do Instituto Terramar[119].

Vale ressaltar que, nessa edição, a Assembleia passou a compor um espaço estratégico em termos de tomada de decisão sobre as atividades da *Rede TUCUM*, em virtude não somente dos debates promovidos sobre políticas públicas, mas, também, das ações com enfoque em formação e capacitação, bem como dos acordos sobre prestação de serviços, elaboração de pacotes de viagem e processos de gestão.

Segundo o relatório técnico (TUCUM, 2012), na *6ª Assembleia*, foi reafirmado o compromisso de continuidade do movimento das lutas pelo território na Zona Costeira, por meio do *Turismo Comunitário*. Assim, na visão dos participantes do evento, a *Rede TUCUM* deixou de significar um "sonho" de poucos para se tornar, a partir desse movimento de articulação, uma alternativa de resistência e uma real possibilidade de sobrevivência para muitos grupos em diferentes lugares nessa área abrangente (TUCUM, 2012).

Um diferencial do encontro realizado naquele ano, além da avaliação das ações promovidas e do planejamento das atividades futuras, como de costume, foi o aprofundamento do debate sobre os desafios para o *Turismo Comunitário* no contexto dos conflitos e de políticas públicas, a partir da apresentação de experiências vivenciadas no âmbito dos GTs e das respectivas comunidades envolvidas.

No litoral leste cearense, as comunidades articuladas à *Rede TUCUM* sofrem forte influência do processo de urbanização e estão mais suscetíveis aos efeitos do fluxo turístico, por estarem localizadas no trecho entre Fortaleza (CE) e Mossoró (RN), importantes cidades do Nordeste em termos de crescimento econômico e de infraestrutura.

Assim, no caso da Pousada Tremembé (Icapuí), os desafios para o *Turismo Comunitário* têm sido relacionados ao próprio processo de gestão do empreendimento. O número reduzido de pessoas envolvidas é também insuficiente para as variadas atividades que integram a experiência turística local, como a coordenação do passeio de barco e o uso de outros serviços ofertados. Esse problema demandaria, portanto, o aprimoramento da gestão da pousada e até que novas parcerias sejam estabelecidas em apoio ao *Turismo Comunitário*.

[119] O Instituto Terramar conta ainda com as agências de cooperação internacional da Alemanha *Brot für die Welt entdecken* – Pão para o Mundo, uma organização de ajuda das Igrejas protestantes regionais e livres na Alemanha que atua a nível mundial, empenhando-se, juntamente com o Serviço de Diaconia, em prol da justiça a nível global (<https://www.brot-fuer-die-welt.de/>; e da Holanda *ICCO Cooperation* - organização não governamental baseada em valores de compaixão, justiça e bem-estar, que busca contribuir para um mundo sem pobreza e injustiça. Sua atuação concentra-se no empoderamento econômico, segurança alimentar e negócios responsáveis e ajuda de emergência (<https://www.icco-cooperation.org>).

No GT da Vila da Volta (Aracati), que começou a se organizar, a partir da última assembleia de 2011, foram identificados, como desafios para o *Turismo Comunitário*, de imediato, a adequação das embarcações de pesca para os passeios turísticos, a melhoria da estrutura do restaurante e, a implantação de sinalização bilíngue na trilha ecológica. A realização de um estudo aprofundado sobre o manguezal do Rio Jaguaribe, ecossistema que margeia a área abrangente da comunidade, poderia, também, contribuir para potencializar o conhecimento sobre a biodiversidade local.

Por outro lado, no GT do Coqueirinho (Fortim), foram apontados como necessidades para o desenvolvimento do *Turismo Comunitário* a melhoria das condições da estrada de acesso à comunidade, a realização do gerenciamento das notas fiscais dos empreendimentos de pequeno porte e, a definição de estratégias efetivas de comunicação e marketing dos roteiros turísticos.

Além disso, no GT da Prainha do Canto Verde (Beberibe), foi estabelecida, como prioridade, a melhoria de cobertura do sinal de internet e de celular, tal como o envolvimento de outros moradores para engajamento nas ações do grupo. No entanto, os problemas enfrentados pela comunidade ultrapassariam aqueles ligados ao *Turismo Comunitário*, ressoando também nos modos de existência local. Sendo assim, buscou-se enfatizar que a Prainha do Canto Verde, desde quando a área foi instituída como Reserva Extrativista (2009), vinha passando por uma situação de conflito envolvendo as duas associações de moradores locais, o que provocou um processo de divisão na comunidade[120]. Outro aspecto destacado foi o crescente uso de drogas, sobretudo entre a juventude, impactando a realidade local, inclusive a própria dinâmica turística.

Caso análogo foi observado no GT do Batoque (Aquiraz), que também tinha como desafio a ser enfrentado a condição de participação ainda incipiente dos moradores locais, sobretudo dos jovens, no *Turismo Comunitário*. Além disso, a coordenadora desse GT local ressaltou que a proximidade geográfica entre o Batoque e o Jenipapo-Kanindé tende a favorecer a promoção de uma dinâmica de visitação integrada das duas comunidades. Mas, a

[120] A criação da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde (2009), solicitada pela Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, beneficiou a população extrativista por meio da garantia do direito de posse da terra firme e do segmento marinho necessário para a prática da pesca artesanal. Apesar de a maioria dos moradores locais ter apoiado essa ideia original, em paralelo a esse processo, foi criada a Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências, que questiona, judicialmente, a instituição da RESEX em área continental, uma vez que, dessa forma, os moradores não podem mais realizar pequenas construções ou reformas em suas casas, tampouco vendê-las. Esse movimento tem sido apoiado por um empresário do ramo da educação privada, que entrou com uma ação de usucapião para legalizar o domínio de uma área de 246,1823 ha de terra na Prainha do Canto Verde, o que, na prática, significaria a exclusão de mais de 50% da área continental da RESEX. Assim, existem outros processos judiciais em curso, mas, até agora, a RESEX continua legalizada.

comunidade vinha sofrendo também recorrentes ameaças dos especuladores imobiliários, que, mesmo após a criação da Reserva Extrativista (2003) em sua área abrangente, continuavam a estimular inúmeros embates entre os moradores locais, fazendo com que alguns optassem por vender pedaços de terras, ameaçando a luta em defesa do direito à terra[121].

Em particular, para os GTs das etnias indígenas Jenipapo-Kanindé (Aquiraz) e Tapeba (Caucaia), a dificuldade para o desenvolvimento do *Turismo Comunitário* se relacionava aos problemas de falta de saneamento básico e de coleta de lixo no cotidiano das comunidades. Além disso, havia ainda a necessidade de entendimento de algumas lideranças indígenas sobre o que significa o *Turismo Comunitário*, bem como de capacitação técnica na área de alimentação, de sinalização das trilhas ecológicas e de comunicação entre as comunidades locais e a coordenação executiva da *Rede TUCUM*.

Embora esses GTs tenham representado iniciativas das comunidades de pescadores, agricultores, artesãos e indígenas da *Rede TUCUM*, as visões dos componentes do Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto MST (Fortaleza) e do Conjunto Palmeiras (Fortaleza) sobre os desafios para o *Turismo Comunitário* também reforçaram a importância de algumas ações prioritárias, tais como: o aprimoramento das estratégias de divulgação nas mídias sociais, a avaliação continuada do processo de organização e mobilização comunitária, a valorização e a preservação da cultura local, a promoção de intercâmbios entre as comunidades envolvidas e, o estabelecimento de ações no sentido de realizar parcerias e de receber algum tipo de incentivo do poder público.

No litoral oeste cearense, por sua vez, o GT de Flecheiras (Trairi) permanecia estagnado. Essa comunidade litorânea vinha sendo influenciada pelo turismo convencional, o que impulsionava um crescente fluxo turístico e o fortalecimento do arranjo de uma estrutura receptiva organizada por pousadas, hotéis luxuosos e casas de veraneio. Dessa forma, alguns grupos familiares em Flecheiras passaram a trabalhar com o turismo convencional, o que limitava, assim, o seu engajamento na proposta de *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*.

No entanto, foi mencionada, durante o evento, a necessidade da busca pelo restabelecimento do GT em Flecheiras, conforme a visão da jovem liderança Tapeba (Caucaia). Haja vista que essa comunidade está associada à história de luta pela terra na ZCC e desenvolve um projeto de cultivo de algas marinhas como uma alternativa sustentável para a geração de renda, que poderia ser interessante, também, para se reagregar à *Rede TUCUM*.

[121] Essa estratégia é adotada por meio de ações assistencialistas e disseminação de propaganda negativa sobre a RESEX e em favor dos interesses dos especuladores imobiliários.

Sobre essa dificuldade de envolvimento da comunidade de Flecheiras no *Turismo Comunitário*, a assessora do Instituto Terramar observou, na ocasião, que, conquanto já tivessem ocorrido três tentativas de reuniões para inverter a situação, a condição de desarticulação do grupo local vinha impossibilitando o andamento das atividades previstas. Sendo assim, refletiu-se que seria complicado avançar em ações dirigidas ao *Turismo Comunitário*, se o próprio grupo local não se engajasse no processo, mesmo que se dispusesse de apoio das assessorias especializadas e de outras comunidades. Por outro lado, não era só a comunidade de Flecheiras que passava por essa dificuldade.

Outros grupos compartilharam, também, durante o evento, dificuldades similares no que diz respeito à articulação dos GTs. Considerando as realidades particulares da *Rede TUCUM*, no GT de Caetanos de Cima (Amontada), foi salientado que esse passava por uma condição de fragilidade devido a alguns desentendimentos entre os seus integrantes. Outra preocupação, nesse sentido, foi o desconhecimento da cultura local pelas novas gerações das comunidades. Essas questões vinham exigindo um esforço do GT local para desenvolver ações de conscientização e incentivo ao envolvimento dos jovens, de forma que pudessem agregar novas pessoas ao turismo comunitário.

Destacando uma situação semelhante, no GT de Curral Velho (Acaraú), foi ressaltado que esse também se encontrava desarticulado, mas, devido ao problema enfrentado pela comunidade com relação à implantação da carcinicultura, bem como à produção de torres de energia eólica, que vinham provocando degradação de uma parcela significativa do manguezal e de outros ecossistemas que constituem a sua área de inserção. A comunidade local também vivia uma condição de carência de saneamento básico e de coleta de lixo.

Outro argumento foi o do GT de Tatajuba (Camocim), que apontou problemas que transcendem a questão da infraestrutura receptiva precária e das vias de acesso e de sinalizações inexistentes. A comunidade local continuaria sofrendo a ameaça de desapropriação pela empresa imobiliária Vitória Régia, com sede no Rio de Janeiro, que se dizia "dona" de Tatajuba, o que estaria intensificando as disputas pela terra e as divergências internas na comunidade.

Considerando as realidades apresentadas pelos GTs mencionados durante a *6ª Assembleia*, é inegável que os grandes projetos como a carcinicultura, os parques eólicos, a maricultura e o turismo de massa envolvem ações de empreendimentos que tendem a gerar crimes ambientais e disputas internas nas comunidades locais, o que acarreta inúmeras dificuldades na organização de luta pela resistência e pela garantia dos territórios tradicionais. Dessa forma, as informações apresentadas pelos grupos locais impulsionaram uma nova

questão para o debate em assembleia: diante dessas inúmeras dificuldades, como seria possível formar GTs estruturados e organizados para promover o *Turismo Comunitário*?

Assim, é importante compreender que o espaço construído pela Assembleia era estratégico para o debate sobre as questões relacionadas ao cotidiano das comunidades e àquelas que se referem, especificamente, ao *Turismo Comunitário*. Essa dinâmica pode ser percebida com clareza na fala de um agricultor.

> Em cada Assembleia, quando a gente pensa que vai resolver um problema, se cria outro. Às vezes se espanta, se assusta. Mas é assim mesmo. É uma coisa que a gente vai tentando acertar e tentando organizar. O que eu vejo nesse tempo todo é que a questão da organização é ainda muito séria. Às vezes é muito através do momento, da situação que cada comunidade passa, e também o que a Rede TUCUM passa. Quando a gente está com algum risco, com algum problema que afeta todas as comunidades, a gente se organiza, faz um movimento, faz tudo. Mas quando a gente está um pouco sem ter essa ameaça, a gente relaxa um pouco. A gente não leva a coisa muito a sério, a não ser só para estar ali mostrando sobre a questão da luta. Um dos pilares da Rede TUCUM é a questão da luta e da resistência. Quando você está em conflito e precisa da união, aí é fácil resolver. Mas quando mexe com a questão de encarar como um negócio [...], às vezes na cabeça da gente não bate. (Entrevistado 3).

Nessa perspectiva, este é um debate que vem articulando pistas para se compreender o modo de organização das atividades e serviços no *Turismo Comunitário*. Assim, a coordenação da *Rede TUCUM* elaborou um *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*, a partir de um processo participativo, desde 2009, com longos debates nas comunidades envolvidas. Em termos de conteúdo, esse debate contemplou a experiência construída, a partir dos primeiros anos de existência da *Rede TUCUM* e, sua elaboração partiu do intercâmbio com o projeto de agroturismo da Acolhida na Colônia (SC)[122].

Durante a *6ª Assembleia*, voltou-se a debater o *Caderno*, especificamente o Capítulo IV - *Estratégias de Gestão e Sustentabilidade*. A sua elaboração foi motivada para que o mesmo se constituísse como ferramenta de organização do turismo a ser utilizada pelos grupos comunitários, definindo papéis e orientações que devem ser considerados em vários aspectos, como a prestação de contas. Foi importante aprofundar esse tema, na ocasião, porque ainda havia divergência de ideias e sobre o cumprimento de alguns procedimentos no *Turismo Comunitário*.

A assessora do Instituto Terramar repassou aos demais, naquele momento, que os instrumentos para o registro, o controle e a avaliação pelo visitante, que deveriam ser monitorados pelo GT, auxiliariam na gestão da *Rede TUCUM*. No *Caderno*, estão

[122] Maiores informações em http://acolhida.com.br/.

especificados dois instrumentos fundamentais: a ficha de registro de hóspede e a ficha de avaliação da visita. Porém, foram poucas as comunidades que colocaram em prática esses instrumentos (Prainha do Canto Verde, Tremembé, Coqueirinho e Curral Velho), embora, a declaração do registro do fluxo de hóspedes no Brasil seja obrigatória, de acordo com o MTUR. Além disso, as informações sobre o perfil dos visitantes poderiam compor um banco de dados interessante para a reflexão sobre o desenvolvimento do *Turismo Comunitário*.

Outro instrumento importante para a operacionalização dos serviços de *Turismo Comunitário* seria o livro de fluxo de caixa, que controla a entrada e saída de dinheiro. Porém, esse instrumento não estava sendo adotado regularmente pelos GTs em geral. No referido *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*, foi definido, também, o procedimento de prestação de contas (que deveria ser socializado junto à comunidade duas vezes por ano). A partir da renda total gerada por meio do *Turismo Comunitário*, foi estabelecida uma estimativa de taxa de repartição de benefícios: o pagamento individual para os prestadores de serviços (10%), e, em sequência, a distribuição para o GT local (70%), para a Associação de Moradores (20%) e para o caixa comum da *Rede TUCUM* (10%). Embora essa discussão sobre o recolhimento de taxas tivesse sido turbulenta, foi deliberado que se deveria complementar, no *Caderno*, que somente a comunidade que obtivesse a receita anual acima de R$120,00 deveria contribuir com a taxa de 10% para a *Rede TUCUM*.

As informações acerca do número de visitantes, da prestação de contas e dos valores arrecadados pelo GT deveriam ser repassadas pela própria coordenação aos demais integrantes do grupo local e à secretaria executiva da *Rede TUCUM*. No sentido de ampliar a participação recomendava-se que, a coordenação do GT fosse organizada por meio de rodízio para oportunizar que várias pessoas da comunidade local pudessem também assumir essa função.

Na *6ª Assembleia*, foi deliberada uma proposta para a melhoria da gestão do *Turismo Comunitário*, por meio da construção de um "plano de negócios", que poderia contribuir para avançar na estratégia de comercialização da *Rede TUCUM*. Na percepção da assessora da Associação Caiçara, não se poderia esquecer de abordar o *Turismo Comunitário* também como um negócio no mercado de viagens. A estrutura receptiva de turismo deveria ser implantada, independentemente de estar recebendo ou não visitantes, além de ser fundamental que os GTs estivessem conectados por telefone e internet, e que fosse atualizado o site e os perfis no *facebook*. Essas reflexões levaram a que fosse planejado, em 2013, um curso de capacitação em empreendedorismo. Sendo assim, a Rede foi apresentada como um "reflexo social", mas também como um possível "negócio comunitário".

Naquela Assembleia, vale ressaltar ainda que as comunidades da Vila da Volta (Aracati) e do Assentamento Maceió (Itapipoca) apresentaram o caminho percorrido para pleitear a participação na *Rede TUCUM*. De acordo com os representantes da comunidade Vila da Volta, em 2012, foi formado o GT local e elaborado um diagnóstico, no qual se identificou a existência de jovens cursando turismo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE); a oferta de meios de hospedagem do tipo chalés; o estabelecimento de alimentação; o serviço de guiamento de trilhas e passeio de barco no rio Jaguaribe e no mar. Para agregar mais atrações ao roteiro de *Turismo Comunitário* na Vila da Volta, apresentou-se a intenção de articular uma parceria com o Assentamento Coqueirinho (Fortim). No caso do Assentamento Maceió, o pescador da comunidade local informou que havia sido realizada uma reunião para discutir e compor o grupo de turismo, alcançando 20 pessoas interessadas. Sendo assim, deliberou-se que cada comunidade deveria, como de costume, encaminhar cartas de pedido de inserção na *Rede TUCUM* para, posteriormente, receber uma visita da coordenação executiva.

Na referida Assembleia, foi importante, também, a oportunidade de diálogo para a aproximação dos participantes da *Rede TUCUM* com a agência de cooperação SSPN. Segundo a representante do escritório da SSPN no Brasil, a organização vinha atuando, há 103 anos, em prol da conservação ambiental na Suécia e ainda vinha apoiando outros países parceiros na direção da agroecologia, de preservação das florestas etc. Isso porque acreditava que o que acontecia em outros países influenciaria o modo de consumo do seu país. Assim, a SSPN considerou relevante a capacitação de comunidades locais e a capacitação institucional, como estava sendo articulado no âmbito da *Rede TUCUM* em parceria com o Instituto Terramar. Essa realizava campanhas, na Suécia, contra a carcinicultura e a pesca de arrasto, que contribuíram para a supressão do consumo de camarão (criado em cativeiro) nos supermercados suecos.

Foi ainda apresentada, na *6ª Assembleia*, a *Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras*[123], do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), lançada em Brasília/DF, em junho de 2012, em busca da assinatura de 1% do eleitorado brasileiro (equivalentes a 1.406.466 assinaturas) a favor do projeto de lei de iniciativa popular para o reconhecimento, a proteção e a garantia do direito ao território das comunidades tradicionais pesqueiras.

[123] Disponível em: <http://campanhaterritorio.blogspot.com/>.

Retomando ao *Caderno de Normas e Procedimentos Internos* da *Rede TUCUM*, é importante enfatizar que o documento final foi aprovado durante a *7ª Assembleia Geral*, realizada no Assentamento Coqueirinho (Fortim)[124], de 06 a 10 de novembro de 2013, podendo ser adotado por livre iniciativa dos grupos envolvidos (Figura 3).

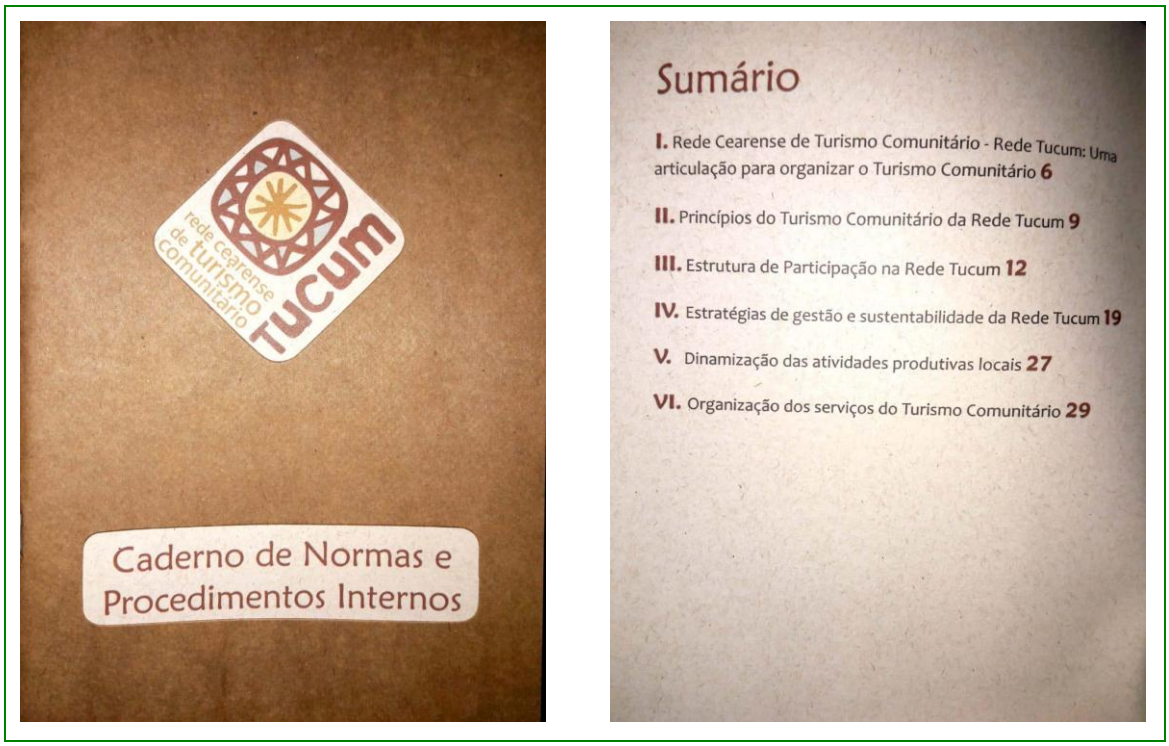


Figura 3 – Páginas iniciais do Caderno de Normas e Procedimentos Internos
Fonte: Martins (2013).

A partir desse documento orientador, foram divulgados os seguintes objetivos de ação da *Rede TUCUM*:

> Promover formas de oferta turística locais para garantir às populações tradicionais a permanência em seu território e possibilitar a continuidade das atividades econômicas tradicionais (em particular a pesca e a agricultura), dando visibilidade às lutas sociais para reconhecimento das comunidades participantes; oferecer aos viajantes responsáveis de todo o mundo a oportunidade de conhecer e vivenciar experiências de Turismo Comunitário junto às populações tradicionais (MARTINS, 2013, p. 8).

Com enfoque na relação entre visitantes e visitados, o *turismo comunitário* se traduz, para a *Rede TUCUM*, pela "capacidade dos grupos organizados possuírem o controle efetivo

[124] "O Assentamento Coqueirinho foi criado em 23 de agosto de 1995, beneficiando inicialmente 55 famílias e ocupando uma área total de 1.473 hectares, dos quais 294,6 hectares são destinados à reserva legal" (<www.tucum.org>).

sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento das atividades e pela gestão das infraestruturas e dos serviços turísticos" (MARTINS, 2013, p. 05). Por essa perspectiva adotada no *Caderno*, o *Turismo Comunitário* deve ser desenvolvido de modo integrado à dinâmica produtiva local e orientar relações comerciais e de intercâmbio, com base na ética e na solidariedade, para a geração e a distribuição equitativa da renda e a valorização da produção, da cultura e das identidades locais.

Como mencionado anteriormente, os grupos comunitários que vêm performando o processo de construção da *Rede TUCUM* são pescadores artesanais, etnias indígenas, além de camponeses, agricultores familiares, marisqueiras, assentados rurais e moradores de periferias urbanas.

Com relação à adesão à *Rede TUCUM*, um dos critérios apontados no *Caderno* para a participação de uma comunidade no processo tem sido a sua capacidade de organização, que, em muitos casos, tem início com a formação das primeiras associações na luta pela terra. No âmbito dessas associações, são definidos grupos para a organização do turismo, que representam peças-chave para dar continuidade às ações planejadas na localidade. Cabe a esses incentivar a participação das demais pessoas e mobilizar a formação de equipes de trabalho para o incremento da oferta de turismo (BORGES, 2011).

Dessa forma, dentre os interesses comuns entre as pessoas mobilizadas para o desenvolvimento do *Turismo Comunitário*, no âmbito da *Rede TUCUM*, continua sendo associado aos dos movimentos sociais, conforme está sinalizado no seguinte relato:

> A gente se reconhece nas mesmas lutas. O problema da pesca é comum para todas as comunidades que tem esse desafio. A questão da luta pela terra, isso nos ajuda, isso nos fortalece bastante. A gente ajudando um ao outro. Não é uma luta de uma comunidade, mas todos se envolvem (Entrevistado 4).

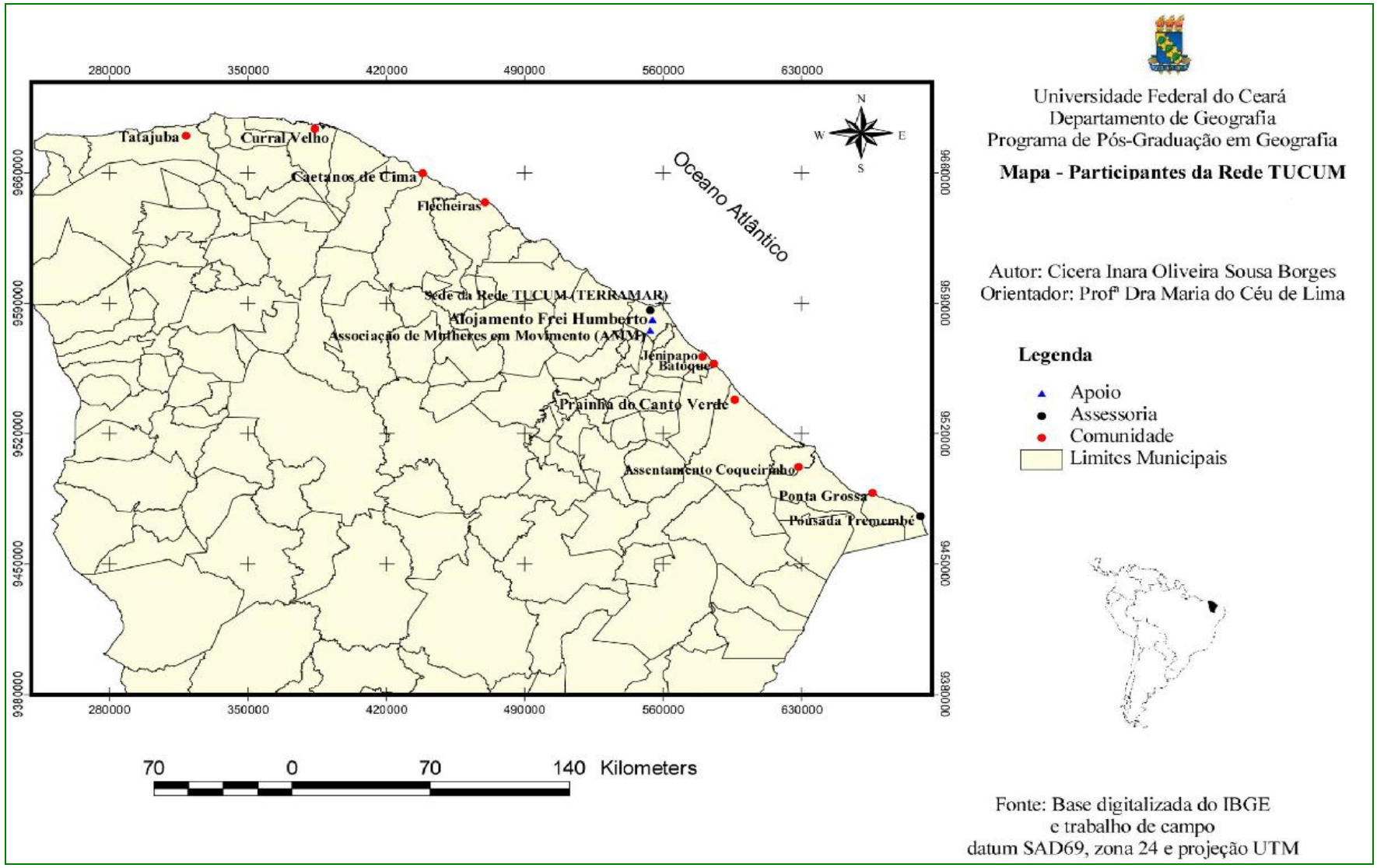
Na leitura de Borges (2011), diferentes papéis foram conformados para a articulação da *Rede TUCUM*. No mapa 03, estão identificadas nove comunidades (Tatajuba - Camocim, Curral Velho - Acaraú, Caetanos de Cima - Amontada, Terra Indígena Jenipapo Kanindé - Aquiraz, Reserva Extrativista do Batoque - Aquiraz, Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde - Beberibe, Assentamento Coqueirinho - Fortim, Ponta Grossa - Icapuí e a Comunidade Indígena Tapeba - Caucaia)[125]. Também faz parte um povoado litorâneo, o de Flecheiras –

[125] A autora definiu a tipologia de comunidades, caracterizada como pesqueiras marítimas, indígenas, reservas extrativistas e assentamento rural (BORGES, 2011).

Trairi[126], além de dois pontos de apoio em Fortaleza (Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto – MST e Associação Mulheres em Movimento – Conjunto Palmeiras), e um em Icapuí, a Pousada Tremembé[127]. Em relação às entidades que prestam assessoria para essas comunidades locais, atuam diretamente duas organizações: o Instituto Terramar (com sede em Fortaleza, responsável pela secretaria executiva), que apoia as comunidades localizadas no litoral oeste, e a Associação Caiçara de Promoção Humana (com sede em Icapuí), com ações direcionadas às comunidades do litoral leste.

[126] A tipologia "povoado litorâneo" se caracteriza a partir das transformações sofridas pela comunidade de Flecheiras e a forma como vem sendo configurados os processos de ocupação pela atividade turística, localmente (BORGES, 2011).

[127] Os pontos de apoio representam espaços construídos e conquistados a partir das vivências dos grupos comunitários nos movimentos sociais, que possibilitam a oferta do serviço de hospedagem, passeios e alimentação (BORGES, 2011).



Mapa 3 – Localização da *Rede TUCUM* e dos Grupos de turismo comunitário - 2011

Fonte: Borges (2011, p. 46).

A partir dessa configuração, é importante ressaltar que, em 2013, a *Rede TUCUM* passou a ser composta por mais duas comunidades: Assentamento Maceió (Itapipoca) e Vila da Volta (Aracati), o que vem contribuindo para fortalecer o *Turismo Comunitário* e agregar diferentes serviços a serem ofertados para os visitantes. No que tange às entidades que assessoram a *Rede TUCUM*, a Associação para o Desenvolvimento Local Co-produzido ADELCO (com sede em Fortaleza) se envolveu no processo, especificamente, para o desenvolvimento das iniciativas de *Turismo Comunitário* e de valorização da cultura indígena no Povo Tapeba e na aldeia Jenipapo-Kanindé.

Todos os grupos relacionados à organização do *Turismo Comunitário* são, geralmente, vinculados às associações de moradores (as) e também de pescadores (as), agricultores (as), catadores (as) de algas ou mesmo de turismo. Esses assumem o planejamento da programação das visitas, a formação e capacitação de novos integrantes e o monitoramento de ações desenvolvidas. A gestão dos equipamentos receptivos tem sido realizada de forma "comunitária" e "coletiva" (de responsabilidade do GT local) e "familiar" (de responsabilidade da unidade familiar). Esse processo se baseia no trabalho cooperado, no movimento de organização popular em torno da defesa do direito nato ao território e do resgate da cultura local (BORGES, 2011).

Essa inspiração parece colocar o *Turismo Comunitário* no mesmo plano do processo de luta pela terra, segundo o seguinte depoimento:

> Vejo o turismo comunitário como qualquer outro tipo de luta comunitária que a gente prega e dá o sangue e o suor pra isso. Porque não é uma coisa só pra mim, só pra Rede TUCUM, só pro meu assentamento e nem para essas 15 comunidades. É uma coisa para o estado, para um país, para o mundo. Então, a gente pode estar plantando essa semente de turismo comunitário que possa germinar e gerar uma planta linda e dá um fruto, que possa ser que eu não prove desse fruto. Mas um filho, um neto meu, possa provar. Isso é que me faz caminhar e enfrentar os percalços e as barreiras para poder defender. E é isso que me faz tentar colocar na cabeça dos meus companheiros (Entrevistado 3).

Nos lugares de *Turismo Comunitário* divulgados pela *Rede TUCUM*, por meio do site www.tucum.org. (Figura 4), podem ser encontradas unidades de hospedagens em pousadas comunitárias, familiares, além de quartos domiciliares; experiências de culinária regional com peixes, frutos do mar e animais de criação (a depender da época de cada espécie); trilhas e passeios ecológicos; pacotes para festas culturais tradicionais e infraestrutura para a realização de eventos.

Figura 4 – Página inicial do site da *Rede TUCUM*
Fonte: <www.tucum.org> (2018).

Para associar outros elementos a esta descrição, é importante reconsiderar, ainda, o debate empreendido durante a *7ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, em 2013 (Figura 5), na qual, pela primeira vez, a pesquisadora da UFJF "entrou" na dinâmica desse evento particular, no embalo da Farinhada[128]: "Pra fazer a farinhada/ Muita gente eu vou chamar (bis)/ Só quem entende de farinha/ Venha peneirar aqui (bis)." Nessa ocasião, a pesquisadora foi compreendida como uma visitante, sendo recebida por alguns moradores locais que mencionaram a seguinte frase: "você veio balançar na rede!".

[128] As cantorias de músicas, de autoria própria e de outros artistas populares, constituem uma forma de traduzir e animar o momento da luta pela terra e da organização comunitária, que, geralmente, ocorrem nas manifestações, nas reuniões, nas celebrações e nas missas das comunidades da Zona Costeira do Ceará (PEREIRA, 2008).

Figura 5 – Participantes da 7ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* - 2013
Fonte: arquivo da autora.

Nessa ocasião, foi apresentada a filosofia *slow food* (comer devagar), de modo articulado ao *Turismo Comunitário*, pelo consultor em pesca e turismo comunitário, que também é morador da Prainha do Canto Verde (Beberibe). Esse debate foi introduzido a partir da história do movimento *slow food*, que surgiu, em 1989, na Itália, em resposta aos problemas relacionados ao modo de vida acelerado e ao consumismo em expansão nos países centrais de acumulação capitalista[129]. Desde então, o movimento foi sendo internacionalizado com o objetivo de difusão dos conhecimentos gastronômicos, em conexão com as questões políticas, as produções agrícolas e as medidas de proteção da natureza, além de buscar promover a aproximação entre produtores e consumidores.

Os princípios do movimento *slow food* se baseiam na proteção da biodiversidade, na melhoria da qualidade dos alimentos e da vida humana e no impulso da capacidade de

[129] O movimento *slow food* se contrapõe ao consumo de comidas *fast food* (comida rápida), que tem crescido em todo o mundo (Mc Donalds, Bugger King, Habib's, Kentcky Field Chicken) e contribuído para o surgimento de inúmeras doenças. Com a crise europeia, esse movimento encontrou espaço fértil para expandir os seus caminhos no Brasil, onde foi criado, ainda em 2013, o seu primeiro escritório latino-americano (www.slowfoodbrasil.com).

organização e aproveitamento dos alimentos por parte de comunidades locais, para a geração de múltiplos benefícios. Essa proposta se baseia, ainda, em uma dinâmica de compreensão e interesse sobre a origem dos alimentos, os modos de preparo, os seus efeitos sobre alguma espécie em extinção, o uso de agrotóxicos e, também, os seus possíveis benefícios para a saúde. Nessa perspectiva, o alimento consumido deve ter um bom sabor e ser cultivado de maneira limpa, contribuindo para a saúde e a preservação da natureza, além de ser vendido por um preço justo. A promoção e as políticas de desenvolvimento do *slow food* estão pautadas na participação da população local e nas iniciativas de educação alimentar e apoio aos agricultores familiares. Além disso, esse movimento contribui para o enfrentamento da tendência de produção intensiva agroindustrial, de pasteurização do gosto e da comida, do cultivo de alimentos geneticamente modificados, do uso de fontes de energia não renovável e do controle privado da água.

No sentido de compreender essa proposta na prática, foi possível estabelecer conexões entre as noções de *Turismo Comunitário*, economia solidária, s*low food* e *slow fish*, no contexto da *Rede TUCUM*. Isso porque o *slow food* defende a comida preparada de forma lenta, com zelo, higiene, cuidado, carinho e sabor, considerando o uso de alimentos sem agrotóxicos, produzidos localmente por grupos familiares[130].

Assim como com a agricultura, a pesca artesanal, na linha do *slow fish*, envolve técnicas para a captura, o armazenamento e o beneficiamento legalizado de peixes, lagostas, camarões ou pescados, que não causam danos permanentes ao fundo do mar, alcançando um bom gosto nutritivo, devendo ser vendidos por um preço acessível para o consumidor e garantindo o pagamento justo para os pescadores.

Com base nesse pressuposto, apreendeu-se que os princípios desse movimento estão articulados às práticas do cotidiano das comunidades envolvidas na *Rede TUCUM*. Uma expressão do que se pode considerar como *slow food*, presente localmente, são os quintais produtivos de todas as famílias. O Assentamento Coqueirinho (Fortim), por exemplo, dispõe de colheita variada de legumes, hortaliças e frutas.

Portanto, tanto o *slow food* quanto o *slow fish* são tendências mais amplas que poderiam fortalecer o *Turismo Comunitário*, a agricultura e a pesca artesanal nas comunidades relacionadas à *Rede TUCUM*. Além da hospedagem comunitária e familiar, a alimentação nessa linha poderia ser também um atrativo e uma oportunidade para o *Turismo*

[130] A abordagem do assunto foi feita, pedagogicamente, por meio do vídeo "O Planeta vive, se a biodiversidade viver", o documentário "Terra Madre" e o vídeo "Cidade Soluções, entrevista com a coordenadora do movimento *Slow Food"*.

Comunitário, envolvendo toda a cadeia produtiva local. Essa conexão contribuiria para se alcançar o turista estrangeiro, uma vez que os brasileiros estão apenas começando a se informar e a se sensibilizar com relação a essa proposta. Dessa forma, a partir dela poderiam ser criadas estratégias comerciais que valorizassem o *Turismo Comunitário*, desmistificando que os serviços prestados devam ter um baixo custo.

Por outro lado, o debate, durante a *7ª Assembleia*, estimulou os participantes a se perguntarem se os alimentos utilizados para o preparo das refeições estavam em sintonia com o modo *slow* ou *fast*. Muitos dos alimentos ali servidos na Assembleia estavam afinados com a filosofia *slow food*. Ainda assim, foram consumidos produtos que não são produzidos na comunidade e que são industrializados, como creme de leite, milho e outros. Embora o café também não tenha sido produzido localmente, o produto foi doado pela Cooperativa Bodega de Economia Solidária, de Aracati, que igualmente atende à linha *slow*. Sendo assim, essa Assembleia foi considerada como o primeiro evento de convívio[131] *slow food* do Ceará. Essas ideias e conceitos do movimento *slow food* foram traduzidas, de um lugar para outro, como uma oportunidade para reagregar o conhecimento à realidade da *Rede TUCUM*.

A situação pulsante, naquela ocasião, contudo, referia-se à reflexão coletiva sobre o processo de gestão da *Rede TUCUM* e as políticas públicas em curso no país. Nesse sentido, cabe observar que, uma das assessoras da Associação Caiçara (Icapuí) coordenou a plenária, dividindo vários grupos, para se discutir, sem ordem de importância, os pontos fortes e fracos desse processo dinâmico. Para orientar essa discussão, foi colocada uma questão: o que acontece de positivo para e na comunidade, que também favorece a *Rede TUCUM*?

Alguns participantes sintetizaram as discussões ocorridas, no âmbito dos grupos de trabalho, apontando que as características dos modos de existência das comunidades envolvidas exercem influência direta para se promover as articulações dos projetos desenvolvidos e, por consequência, produzem sentidos à *Rede TUCUM*.

Contraditoriamente, foram apresentadas as fragilidades de seus cotidianos que interferem também na sua configuração. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que foi reconhecido que a questão dos lugares de inserção da maioria das comunidades terem sido instituídos como unidades de conservação (como as RESEXs da Prainha do Canto Verde e do Batoque e a APA da Praia de Ponta Grossa), terras indígenas (como o Povo Tapeba e Jenipapo-Kanindé) e assentamentos rurais (como o Coqueirinho, o Sabiaguaba e o Maceió) contribuiu como garantia para a proteção do território de vida de suas famílias. No entanto,

[131] A palavra "convivium" significa "um festim, entretenimento, um banquete". Esse nome é, geralmente, utilizado pelo *slow food* para designar as iniciativas locais (<www.slowfoodbrasil.com>).

esse mesmo processo de estabelecimento de unidades de conservação ou unidades agrícolas, pelos órgãos públicos federais, não estaria impedindo o agravamento de antigos e nem o surgimento de novos conflitos. Isso porque, mesmo nessas condições, a terra, o mar e até o vento vinham sendo recorrentemente ameaçados perante a pressão dos grandes projetos de desenvolvimento (pesca industrial, carcinicultura, parques eólicos, estaleiro de Camocim, hidronegócio, Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura - PLDM), apoiados, também, pelo Estado.

Em outros termos, foram sinalizados como pontos fortes as práticas e os discursos com relação ao modo de organização das comunidades locais, que se nutrem do sentimento de união e partilha com os seus pares. Os trabalhos cotidianos seriam realizados coletivamente, incluindo as lutas e as resistências em defesa do território e da pesca artesanal, bem como ações em defesa da preservação dos ecossistemas por meio de educação ambiental e de trilhas ecológicas. Da mesma maneira, as comunidades desenvolviam mecanismos para integrar a produção da agricultura familiar, os pratos típicos da culinária local, a educação do campo e os pontos de cultura (financiados pelo Ministério da Cultura) à proposta de *Turismo Comunitário* articulado no âmbito da *Rede TUCUM*.

Conquanto essas forças não tenham sido essencializadas pelos participantes em plenária, dentre os relatos apresentados, observou-se que, ainda assim, havia uma participação insuficiente de jovens e adultos nas tarefas comunitárias. Isso porque, nas comunidades, quem possui trabalho formal não se interessa pelo *Turismo Comunitário*. Assim, foi apontado que os moradores locais precisariam estar motivados ao exercício de participação no processo de formação e envolvimento de novas lideranças. Essa desmobilização também estaria reverberando o descomprometimento e o comodismo de alguns componentes do GT, dificultando a comunicação, a organização e a gestão interna. Ainda que, recentemente, a maioria dos GTs tivesse adquirido computador e acesso à internet, o problema não seria mais da inexistência de equipamento, mas, sim, do envolvimento apenas incipiente das pessoas, tendo em vista que muitas não tinham o hábito de busca por informação virtual. Dessa forma, não se poderia ignorar o contexto no qual o objeto estava situado.

O número reduzido de participantes e a substituição frequente de membros também contribuem para estabelecer limites para a atuação dos grupos de *Turismo Comunitário* (por exemplo, o GT do Jenipapo-Kanindé era composto, na ocasião, por doze pessoas, o GT do Tapeba por dezesseis pessoas, o GT de Tatajuba por doze mulheres que possuem parentesco e, o GT da Vila da Volta por seis pessoas). Esse quadro está ainda relacionado ao déficit de

qualidade da prestação de serviços e ao descrédito do *Turismo Comunitário* por parte da própria comunidade local, tendo em vista o baixo fluxo de turistas observado naquele ano.

Essas mudanças que vêm ocorrendo nas dinâmicas das comunidades locais passam, também, pela questão da divisão interna dos grupos em formação, como um dos efeitos gerados pela especulação imobiliária na ZCC, o que vem se repercutindo, em alguns casos, em comportamentos individualistas, que, por consequência, estão transformando as práticas e os costumes locais.

Além disso, o desenvolvimento do turismo convencional, da especulação imobiliária, da exploração sexual, da violência e uso de drogas na área de entorno das localidades envolvidas, foram reafirmados como ameaças à segurança e à cultura tradicional. A intensa especulação imobiliária e a dinâmica costeira estão ainda influenciando o sistema de dunas nessas localidades, principalmente no litoral leste. Por essa razão, observa-se uma redução significativa da faixa de areia, assim como o avanço do mar sobre a costa, o que vem afetando a vida dos moradores de praia e gerando risco de perda das moradias, de chalés, de estruturas comerciais e de desastres erosivos.

Por outro lado, foram mencionadas, na ocasião, algumas oportunidades para serem incorporadas no plano de ações para a mudança de cenário. A divulgação das atividades comunitárias poderia ser adotada como uma das estratégias de promoção e comercialização do *Turismo Comunitário*. Atrelado a isso, poderia ser aproveitado um espaço físico para exposição e venda do artesanato local na Bodega de Economia Solidária de Aracati.

A disposição das comunidades locais para o enfrentamento das dificuldades em curso tende, portanto, a fortalecer os grupos de *Turismo Comunitário* da Rede *TUCUM*. Mesmo assim, outras estratégias têm sido adotadas para ampliar o interesse dos moradores dessas localidades, como a continuidade de ações para o resgate e a valorização da cultura local, bem como as medidas de conservação da biodiversidade local, por meio do suporte de projetos e parcerias com universidades e outras entidades.

Dessa forma, as opiniões partilhadas entre os participantes, na *7ª Assembleia*, enfatizaram a necessidade da melhoria da infraestrutura local, das condições ambientais, do acolhimento dos visitantes e da hospitalidade não só pelos membros dos empreendimentos receptivos e, sim, de toda a comunidade do lugar a ser visitado.

Todavia, uma questão que inquietou algumas comunidades presentes, na ocasião, foi a possibilidade de o visitante ser alcançado (ou não) pela *Rede TUCUM*. Isso porque havia o entendimento de que o visitante só poderia ser identificado como "da *Rede TUCUM*", quando fosse mediado pela secretaria do Instituto Terramar, em Fortaleza. Essa hesitação seria uma

barreira para definir, por exemplo, se os 1.499 visitantes registrados, em 2012, poderiam ser considerados como "da *Rede TUCUM*", o que afetaria a realização da prestação de contas pelos GTs envolvidos.

Sendo assim, foi lançada a dúvida se a *TUCUM* se configuraria mesmo como uma "rede" ou uma "operadora de turismo". A assessoria do Instituto Terramar relatou que, se fosse uma rede, o processo envolveria a questão de luta pela terra e de outras mobilizações em defesa do território e das populações tradicionais. Mas, se a organização tencionasse somente a comercialização de pacotes de *Turismo Comunitário*, a *Rede TUCUM* se tornaria uma operadora. Essa questão foi de difícil apreensão pela plenária, não havendo concordância e nem o surgimento de novas propostas.

Para dar continuidade aos debates, como já é de costume, nas Assembleias Anuais da *Rede TUCUM*, foi aberto um momento para o diálogo sobre políticas públicas de turismo. Para introduzir esse tema, a assessora do Instituto Terramar apresentou um quadro de linhas de crédito e financiamentos de infraestrutura básica e serviços prioritários para o turismo no Brasil, oferecidos pelos bancos públicos. Para ilustrar esse processo, constatou-se que, conforme o MTUR, entre 2010 e 2013, foram destinados bilhões de reais para a implementação de grandes estruturas hoteleiras, estádios de futebol, entre outras, de suporte à preparação dos megaeventos no país, principalmente a *Copa do Mundo 2014* e as *Olimpíadas 2016*. Foi feito o registro que, até aquele momento, apenas uma ação de política pública havia sido direcionada ao apoio de iniciativas de TBC – o Edital MTUR 001/2008 –, que contemplou 50 projetos no Brasil, com uma média de 150 mil reais cada um, nos termos já discutidos no terceiro capítulo desta tese. Portanto, se o MTUR não teve interesse em definir uma linha de apoio contínuo aos projetos de TBC, de que forma a *Rede TUCUM* poderia acessar e influenciar as políticas públicas de turismo?

Frente à falta de recursos públicos orçamentários para financiar os projetos de TBC, essa alternativa implica, necessariamente, operar nas circunstâncias mais adversas para articular novas oportunidades. Nesse sentido, o agricultor e coordenador do GT do Assentamento Coqueirinho (Fortim) explanou que recebe turistas oriundos, também, de Canoa Quebrada (litoral leste), considerada como um destino "mil maravilhas". Pelo seu discurso, alguns turistas se frustram ao chegar a esse destino e buscam propostas alternativas de turismo nas proximidades, como a do Coqueirinho.

O mesmo porta-voz do Coqueirinho comentou que, por outro lado, a ideia de uma possível parceria com o setor privado precisaria ser melhor avaliada. Para ele, as agências de turismo não seriam a melhor opção. Essas estariam "mascarando" a identidade das

comunidades tradicionais. Esse argumento foi explicitado durante uma conversa com o mesmo agricultor, conforme o trecho destacado a seguir:

> Eu fui num evento do INCRA, que juntou as lideranças de Assentamentos e o pessoal do governo para troca de experiência. O INCRA levou uma agência de turismo lá, que trabalhava há 1 ano e pouco com pacote de turismo comunitário. Daí, perguntei pra eles: Qual foi a maneira que vocês se ajustaram para trabalhar o turismo comunitário como um produto? Responderam: a gente mascarou o produto, conforme a estratégia de marketing da nossa agência. A gente não pode dizer que o turismo é num assentamento, num grupo indígena, ou numa comunidade quilombola. A gente tem que mascarar isso para poder vender. Eu fiquei injuriado com ele e disse que um dos pilares do turismo comunitário é que a gente como comunidade, como paisagem e cultura se mostre para o mundo. Como a gente vai fazer uma parceria com uma agência como a tua, se a gente quer aparecer para o mundo e tu vai mascarar a gente? Quer dizer, tu vai pegar o produto da gente, vai ganhar o recurso em cima e ainda não vai ter nem a coragem de dizer que somos assentados, índios e quilombolas? Se for para trabalhar com as agências de turismo desse jeito, não dá. Mascarado, a gente já tá pelo sistema há muito tempo. A gente quer sair dessa máscara. A gente quer mostrar a cara para o mundo. Ele bateu a poeira e foi embora. A gente não pode deixar cair na mão deles para fazer do turismo comunitário mais outro sistema capitalismo mascarado, dizendo que é ambiental, comunitário, solidário e não é (Entrevistado 3).

Dessa forma, a operação de roteiros de *Turismo Comunitário* foi considerada, naquela ocasião, pelas agências de viagens como um possível "risco" para os seus negócios. Igualmente, se a *Rede TUCUM* se concentrar apenas na questão financeira também irá correr o risco de tornar as comunidades "mascaradas". Somam-se a isso as relações das agências com fornecedores e clientes/turistas irresponsáveis. Portanto, no GT do Assentamento Coqueirinho, não se manifestou interesse em prestar serviços de *turismo comunitário* para esse tipo de agência.

Mas, considerando o curto tempo de existência da *Rede TUCUM*, mesmo sem respaldo de políticas públicas, foi reconhecido, na *7ª Assembleia*, que as comunidades locais continuam resistindo juntas contra a especulação imobiliária, entre outras ações realizadas de interesse coletivo. Assim, as promessas governamentais sempre foram muitas, mas os problemas permanecem. No próprio Assentamento Coqueirinho, não foi realizada, sequer a melhoria da estrada de acesso, inicialmente financiada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ainda que esse seja considerado como um assentamento de referência, o Coqueirinho não tem recebido recursos públicos para apoio às suas necessidades básicas. O governo federal tem investido, basicamente, em assistência técnica, contratando um técnico de turismo para ensinar o que a comunidade já sabe e está acostumada a fazer, repassando aos atores locais um pacote pronto, engessado e tecnicista, sem o conhecimento da realidade local e, tampouco, atendendo às reais necessidades em causa.

Nesse sentido, o representante da Prefeitura de Fortim, que é também funcionário da Secretaria de Cultura do município e morador do Assentamento de Coqueirinho, comunicou que a abertura do processo de licitação para contratação de empresa para prestação de serviços de recuperação da estrada de acesso ao Coqueirinho e outras localidades do município estava prevista para ser publicada no diário oficial ainda em 2013. Caso isso não ocorresse, o agricultor e coordenador do GT do Assentamento Coqueirinho afirmou que a Associação Cooperativista do Projeto de Assentamento Coqueirinho (ACOOPAC) promoveria o bloqueio da estrada estadual para protestar pelo cumprimento da obra. Presumiu também que o recurso disponível para a execução da obra da estrada poderia ter sido até desviado, o que levaria a comunidade local a fiscalizar de perto os próximos passos.

Já no litoral oeste, no caso de Tatajuba (Camocim), o porta-voz da ACOMOTA reafirmou, durante os debates, que a maioria dos turistas que chegava até a comunidade era proveniente de Jericoacoara. Mas o fluxo persistente desse tipo de turista estaria degradando a lagoa e as dunas, que funcionam como baliza para os pescadores. A comunidade local também não possui apoio da Prefeitura Municipal de Camocim, tendo em vista o pedido negado pela prefeita para o patrocínio da *Regata Ecológica de Canoas de Tatajuba*. Isso porque a Prefeitura condicionou o apoio à apropriação da regata como uma iniciativa realizada pelo poder público municipal, não conseguindo estabelecer uma parceria com a ACOMOTA.

No sentido de possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a *Rede TUCUM*, o convidado assessor do Deputado José Airton (PT/CE), que é membro titular da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, colocou a equipe do escritório do deputado, em Fortaleza e em Brasília, à disposição das comunidades locais para fornecer as orientações necessárias a respeito de elaboração e adequação de projetos para submissão aos órgãos públicos federais. Isso porque cada deputado federal tem o direito de "destinar 15 milhões para projetos dos munícipios de seu estado de origem".

Embora a coordenadora da Associação Caiçara tenha concordado que as comunidades possam ter dificuldades na elaboração de projetos, relembrou, na ocasião, que já foram realizadas algumas reuniões com as prefeituras municipais que abrangem as comunidades da *Rede TUCUM* sem êxito. Ela relatou, inclusive, que uma proposta de *Turismo Comunitário* já havia sido submetida, até então, ao Banco do Nordeste, sob orientação do Deputado José Airton, tendo sido reprovada.

De acordo com a italiana que administra a Pousada Tremembé, desde janeiro 2013, realmente, tanto o poder público quanto o privado privilegiam ações que fomentam o turismo

massificado. Assim, essa interlocutora considerou ser difícil para quem promove o *Turismo Comunitário* entrar em um sistema convencional de comercialização. Mas, segundo ela, é importante considerar que a prática de projetos financiados pelos parceiros também gera impasse no desenvolvimento do *Turismo Comunitário*, conforme expresso em sua fala:

> Se não há visibilidade, o turista estrangeiro ou brasileiro não conhece, então não chega. E também o problema é que ainda não tem um fluxo de turista que permita a comunidade se auto-sustentar. E o projeto gera grande expectativa na comunidade que deveria se concluir com a chegada do turista. Ela se prepara, investe muito trabalho nesse aspecto e depois não chega turista. E, isso é um problema por que gera desmotivação, provavelmente isso seja uma ameaça pra Rede TUCUM. Porque a impressão é que, o fato de nem todo mundo da comunidade participar da Rede, é porque não veem que a pessoa que participa está gerando renda e grandes benefícios (Entrevistado 5).

Ainda assim, um dos caminhos alternativos adotados para enfrentar a falta de apoio governamental no sentido de superar os problemas da *Rede TUCUM* continua sendo a captação de recursos por meio de projetos gerenciados por organizações não governamentais. Nessa situação, a Associação Caiçara estava, à época, em articulação com a Associação Tremembé Onlus, para a promoção de uma "Campanha de Turismo Sustentável para a Copa do Mundo 2014", contra a exploração sexual e o trabalho infanto-juvenil, a qual seria direcionada para os turistas estrangeiros que desembarcarem nos aeroportos de Fortaleza e Aracati[132].

O Instituto Terramar aprovou um projeto no valor de R$100.000,00 pelo Fundo Socioambiental CASA, a ser aplicado em atividades de mobilização da juventude da Zona Costeira, no resgate da memória no Assentamento Maceió, e nas despesas da assembleia anual da *Rede TUCUM*.

A ADELCO aprovou o projeto "Tribo das águas", em parceria com a Associação das Comunidades dos Índios Tapeba (ACITA), sob o patrocínio da Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental, visando contribuir para a mobilização, organização e participação das comunidades Tapeba no fortalecimento de práticas de reconhecimento, defesa e respeito aos ambientes aquáticos.

A comunidade da etnia Jenipapo-Kanindé, por sua vez, recebeu recursos financeiros do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), por meio do apoio da Rede Cearense de Museus Comunitários, para investir em infraestrutura e no curso de idiomas.

[132] Essa e outras campanhas contra a exploração sexual infanto-juvenil podem ser acessadas no link https://www.tremembe.it/cittadinanza-attiva/campagne/no-child-sex-tourism-2015

Todavia, esse contexto ganhou um novo contorno quando foi reafirmado, na *7ª Assembleia*, que o *Turismo Comunitário* não deve depender das instituições parceiras. Isso porque foi discutido que as parcerias podem contribuir para o funcionamento das atividades previstas, mas, na realidade, as comunidades envolvidas deveriam ser as próprias protagonistas do processo. Sendo assim, esse debate implicou repensar sobre quais as dificuldades para a efetivação das normas e procedimentos internos do *Turismo Comunitário*.

A despeito disso, o GT do Assentamento Coqueirinho ilustrou que as dificuldades eram muitas para colocar em prática o *Caderno* da *Rede TUCUM*, pois, às vezes, o responsável pelo funcionamento de um chalé, por exemplo, não conseguia atender às demais demandas no *Turismo Comunitário*. Outro problema enfrentado, nesse caso, era o afastamento das pessoas que faziam o curso de formação em *Turismo Comunitário* sem colocá-lo em prática e nem compartilhá-lo com novos membros do grupo. Inclusive, em termos financeiros, a dinâmica de repasse da taxa de 10% também era problemática, pois não era realizada por todos os integrantes do GT local.

O proprietário de uma pousada na RESEX Prainha do Canto Verde reconheceu, também, que, mesmo existindo o GT, as famílias envolvidas na dinâmica das hospedagens costumavam ter dificuldades no uso dos instrumentos de registro e avaliação pelos hóspedes. No entanto, a agricultora e proprietária de uma hospedagem domiciliar de Caetanos de Cima argumentou que algumas pessoas dos GTs, mesmo tendo as informações registradas, resistiam ao seu repasse, inclusive para a coordenação colegiada da *Rede TUCUM*.

No caso do GT do Batoque, a situação se mostrou ainda mais complexa, à época, pois a gestão da pousada era comunitária e os últimos gestores haviam abandonado as atividades em curso sem prestação de contas para os novos membros, o que demandou o investimento das primeiras arrecadações financeiras na sua própria estruturação, o que limitou, então, o repasse da taxa para a *Rede TUCUM*.

Sendo assim, foi retomada, na *7ª Assembleia*, a questão da contribuição das comunidades para a *Rede TUCUM*. O consultor em pesca e *Turismo Comunitário* e morador da Prainha do Canto Verde sugeriu que, no *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*, o item 2.3 – Formas de utilização dos recursos do GT (MARTINS, 2013, p. 22) – fosse reformulado para esclarecer se a taxa de 10% (taxa coletiva) seria baseada na venda dos serviços.

Nesse sentido, a assessora do Instituto Terramar trouxe a preocupação de que a *Rede TUCUM* se configura como uma construção coletiva e, por isso, deve-se avaliar qual seria o valor justo de recursos a serem repassados para a realização das atividades. Esse debate

polêmico não se esgotou, na ocasião, devendo, portanto, ser retomado em um momento dedicado ao tema das taxas e critérios de adesão.

Para essa assembleia, a taxa de 10% foi depositada apenas pelo Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto (Fortaleza), Povo Tapeba (Caucaia), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Assentamento Sabiaguaba Caetanos de Cima (Amontada), Curral Velho (Acaraú) e Pousada Tremembé (Icapuí). Vale lembrar que a cobrança é feita, geralmente, nas reuniões da coordenação, nas assembleias e por e-mail. Uma solução proposta para resolver esse problema de saldo devedor foi a elaboração de um documento para que cada equipamento turístico, GT ou comunidade se comprometesse individualmente com os acordos e princípios da *Rede TUCUM*. Essa proposta foi apoiada pelos representantes do GT da Prainha do Canto Verde e do Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto MST.

A ausência de um porta-voz do GT de Ponta Grossa, no debate da *7ª Assembleia* sobre a contribuição da taxa coletiva da *Rede TUCUM* foi motivo de desconforto entre os presentes. Para o proprietário de pousada na Prainha do Canto Verde, a comunidade de Ponta Grossa era a que mais movimentava recursos financeiros advindos do *Turismo Comunitário*, pois recebia o fluxo de turistas de Canoa Quebrada. Por essa razão, perguntou-se se a experiência de Ponta Grossa não se caracterizaria mais como *Turismo Comunitário?* Como também se indagou se as pessoas envolvidas não contribuiriam porque acreditavam que não precisavam mais da *Rede TUCUM* para atrair turistas? As dúvidas geradas puseram em debate se a experiência em Ponta Grossa estaria caminhando para o turismo convencional.

Nesse caso, o que poderia ser capaz de agregar elementos para a configuração do *Turismo Comunitário*? O número de turistas recebidos localmente? A soma dos rendimentos associados a essa prática? Essa visão pode parecer um tanto simplista sobre as práticas do *Turismo Comunitário*. Isso porque a compreensão desse conceito deveria envolver questões mais amplas, e não somente a capacidade de carga do lugar turístico e/ou o perfil do turista, conforme foi discutido por um entrevistado, que ponderou sobre a situação de Ponta Grossa.

> 90% dos turistas de lá foram eles mesmos que conseguiram muito antes de existir a Rede TUCUM. São turistas que vêm de Canoa Quebrada, que passeiam de bugre e vão comer e tal. Mesmo que eles venham do turismo convencional, eles têm lá todo o princípio de comunidade organizada. Eles não vendem terra, cuidam do meio ambiente. Eles fazem todo o trabalho de uma comunidade inserida na Rede TUCUM. Lá, não se vende lagosta miúda. Eles têm essa consciência. O que eles fazem e não é errado é usar desse lucro do turismo convencional para sobreviver. Eles usufruem do dinheiro desse turismo é porque a Rede TUCUM ainda não chegou lá com o peso de turista que é responsável para eles ficaram na vida que eles estão hoje ou melhor do que estão hoje. Por isso, que [...] não consegue juntar as

> porcentagens das barracas. Muitos dizem que não, nenhum turista veio pela Rede Tucum. Como que vou tirar, se a Rede TUCUM não trouxe nada pra mim? (Entrevistado 3).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a comunidade da praia de Ponta Grossa constitui um núcleo pesqueiro, caracterizado pela pesca da lagosta, que possui cerca de 240 moradores (74 famílias) congregados pela igreja evangélica "Assembleia de Deus". A comunidade local encontrou a sua própria forma de organização, conforme expresso na declaração do entrevistado,

> [...] para a organização interna, os comunitários criaram a Associação dos Moradores de Ponta Grossa – AMPG, que se preocupou em desenvolver projetos para a implantação de rede elétrica, água e estrada para o acesso de carros, dentre outros. Nesse processo, formaram também a Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura – ASTUMAC, desde 1998, que possui atualmente 40 sócios ativos e tem como principais funções: o controle da gestão territorial, o desenvolvimento do turismo comunitário e o desenvolvimento da cultura em seus diversos aspetos. A partir do ano 2000, começou a parceria com a comunidade da Prainha do Canto verde, por meio de um seminário de planejamento do turismo na comunidade, para definir ações e rumos a serem tomados em conjunto (Entrevistado 6).

Além disso, no âmbito da *Rede TUCUM*, existem comunidades que participam, recorrentemente, da assembleia anual, mas não se envolvem enquanto coletivo no decorrer do ano. Sendo assim, foi reafirmada a importância de se promover intercâmbio entre as comunidades sobre o que foi vivenciado, discutido e os encaminhamentos acordados nas reuniões.

A proprietária dos chalés do Assentamento Coqueirinho alertou que ouvira de um participante da assembleia que ainda não sabia o que era a *Rede TUCUM*, o que considerou preocupante. Isso porque, por mais que o comunitário tivesse ingressado mais recentemente na *Rede TUCUM*, a leitura dos documentos de base, sobretudo, do *Caderno de Normas e Procedimentos Internos* era um compromisso coletivo. Embora fosse fundamental agregar novos participantes em assembleia, seria preciso construir os critérios para a participação no evento. Como os participantes possuíam conhecimentos e experiências distintas, tornou-se motivo de apreensão geral o questionamento sobre se alguns comunitários teriam maturidade para votar contra ou a favor da permanência de uma comunidade que estaria registrando ausências consecutivas na assembleia anual.

Para o agricultor e coordenador do GT do Assentamento Coqueirinho, muitos desses problemas decorriam de alguns GTs estarem, prioritariamente, focados no viés econômico do *Turismo Comunitário* e não no processo de resistências e de organização das lutas pelo

território. Nessa perspectiva, questionou-se: quem seria o "dono" da *Rede TUCUM*? Quem a criara? Quem faria parte dela? Qual o interesse de cada membro? Quem estaria disposto a seguir em frente com a *Rede TUCUM*? No Coqueirinho, por exemplo, um comunitário coordenava a trilha ecológica, uma comunitária gerenciava os chalés e outra liderava o restaurante. Nessa dinâmica, os três componentes do GT local praticamente não conseguiam se reunir periodicamente. Então, como seria possível validar o *Caderno de Normas e Procedimentos Internos* no cotidiano da comunidade, quando se exige pensar, ao mesmo tempo, na geração de renda, nas lutas pelo território, na melhoria da qualidade de vida e no futuro dos jovens?

Essas provocações se desdobraram em outra versão da *Rede TUCUM*. Para um italiano que também administra a Pousada Tremembé, seria a *Rede TUCUM* um grupo de "amigos"? O mesmo interlocutor observou que, a despeito de sua existência, o *Caderno de Normas e Procedimentos Internos* era ainda insuficiente para que os membros cumprissem as obrigações acordadas e respeitassem as regras vigentes. Por isso, defendeu que as questões básicas de gestão e organização da *Rede TUCUM* fossem interpretadas a partir de uma normatividade jurídica.

Essa perspectiva beneficiaria a Pousada Tremembé, tendo em vista que o casal de gestores italianos vem atuando a partir de uma postura tecnicista, conforme mencionou um integrante da Associação Caiçara, durante uma conversa informal. Ele destacou ainda que o perfil dos gestores italianos era um problema recorrente, pois a Pousada Tremembé não constitui somente uma empresa. O empreendimento tem um papel social a cumprir. Portanto, o casal que se propõe a gerir a pousada teria que empreender para atrair hóspedes com certa frequência, mas, ao mesmo tempo, se engajar nos projetos sociais em benefício da comunidade Tremembé (Icapuí), que legitima, justamente, a aprovação dos projetos financiados pela Associação Tremembé Onlus (Itália). No entanto, segundo alguns, parecia existir falta de transparência na prestação de contas, além de dificuldades de relacionamento desses gestores italianos com a equipe da Associação Caiçara e com a própria comunidade local.

Dessa forma, uma negociação genuína com relação aos acordos do *Turismo Comunitário* parece estar longe de ser alcançada. Ainda assim, foi mencionado por uma das assessoras da ADELCO que, aparentemente, quem faz parte da *Rede TUCUM* ou mesmo quem participa da própria Assembleia tende a estar interessado na construção de um modo de vida que busque a justiça ambiental e não apenas os benefícios econômicos dessa prática.

Nesse sentido, uma das assessoras da Associação Caiçara reafirmou, naquele momento, a importância de se praticar a mística[133] e a espiritualidade nas assembleias anuais e em outros tipos de formação em *Turismo Comunitário*, para o fortalecimento dos vínculos afetivos entre as comunidades envolvidas e para que o funcionamento da *Rede TUCUM* não seja dominado pelo viés econômico. Isso porque parece existir certa concorrência entre as comunidades que recebem visitantes com maior frequência. Além disso, ela apontou a preocupação com o imaginário crescente de que a comunidade, que desenvolve o *Turismo Comunitário*, esteja enriquecendo. Isso precisaria ser desconstruído, o que implicaria a necessidade de efetivação das ferramentas de gestão, como o livro caixa, para que se tenha clareza sobre o processo de prestação de contas da *Rede TUCUM*.

Paralelamente, a assessora do Instituto Terramar instigou os grupos presentes a pensar sobre algumas questões, tais como: como os GTs estariam dialogando com os outros grupos da comunidade local? Qual seria a capacidade de organização das comunidades envolvidas para o desenvolvimento do *Turismo Comunitário*? Qual seria o critério para fazer parte da *Rede TUCUM*? Como seria o modo de filiação, por equipamento turístico ou por grupo organizado?

No contexto desse debate, outros pontos importantes incidiram sobre a necessidade de contrato prévio das comunidades com os visitantes e, a exigência de depósito antecipado de 50% do valor da reserva da hospedagem. Isso estaria gerando problemas para algumas comunidades. Sobre essa questão, a assessora da Associação Caiçara reforçou que as entidades parceiras não seriam instituições filantrópicas, não poderiam pagar pelos grupos e visitantes que não respeitavam os acordos. Reconheceu-se que as entidades de assessoria desempenhariam, assim, um papel importante na realização de reuniões e outras atividades, mas estariam despreparadas para uma atuação na área de negócios. Sendo assim, para facilitar a operação dos pequenos empreendimentos informais e estimular a sua formalização, alguns comunitários estariam utilizando os benefícios de sua condição de microempreendedor individual (MEI)[134].

Quanto à divulgação do *Turismo Comunitário*, as entidades de assessoria mencionaram o seu apoio à difusão dos pacotes para réveillon daquele ano (Figura 6). Porém,

[133] O termo mística diz respeito "a uma forma superior de experiência, de natureza religiosa, ou religioso-filosófica (Plotino), que se desenrola normalmente num plano transracional — não aquém, mas além da razão —, mas por outro lado mobiliza as mais poderosas energias psíquicas do indivíduo" (VAZ, 2000, p. 09).

[134] O trabalhador conhecido como informal pode se tornar um Microempreendedor Individual legalizado e passar a ter CNPJ, o que facilitará a abertura de conta bancária, o pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais (<http://www.sebrae.com.br>).

foram poucas as comunidades que propuseram o pacote. Sendo assim, o reconhecimento da falta de divulgação da *Rede TUCUM* como um ponto fraco do processo pode ser contradita quando não há a colaboração dos GTs envolvidos? Nesse caso, para o Instituto Terramar, parecia evidente que quem não enviara proposta, não tinha interesse em trabalhar com *Turismo Comunitário* no período de final de ano. No caso do Coqueirinho, a proprietária dos chalés explicou que a comunidade optara por trabalhar em anos alternados, para aproveitar o réveillon em família.

Figura 6 – Material publicitário sobre os pacotes da *Rede TUCUM*
Fonte: <www.tucum.org>.

No que tange à Prainha do Canto Verde, o coordenador do GT afirmou que não cumpria, na íntegra, o que está estabelecido no *Caderno de Normas e Procedimentos Internos* da *Rede TUCUM*. Nesse caso, na alta estação (réveillon e carnaval), os serviços tiveram um aumento de 50% e, nas férias de janeiro e julho, ocorreu um aumento de 30%. Dessa forma, esse porta-voz compreendeu que seria interessante agregar valor ao *Turismo Comunitário* nos períodos de maior demanda turística para compensar os problemas comuns da sazonalidade. Sendo assim, recomendou que fossem estruturados pacotes da *Rede TUCUM* para a *Copa do Mundo FIFA* de 2014, que aconteceria no Brasil, subsequentemente.

Essa oportunidade, por outro lado, foi traduzida com relação a algumas incertezas. A assessora de comunicação do Instituto Terramar ponderou que o perfil e as motivações do torcedor viajante e os impactos decorrentes das obras planejadas para a Copa em todo o país tendiam a contrariar os ideais, os preceitos, as práticas e os valores que atravessavam a *Rede TUCUM*.

De outra maneira, o agricultor do Assentamento Maceió (Itapipoca) foi favorável à elaboração de pacotes para o megaevento esportivo como uma possível oportunidade para visibilizar a luta pelo território e os modos de vida das comunidades tradicionais, o que seria

bem diferente do que era pregado, à época, pelo governo federal, propondo, assim, uma campanha "Venha ver o outro jogo".

Apesar de algumas opiniões contrárias a essa proposta, foi informado, na ocasião, que a Prainha do Canto Verde já havia realizado reservas de hospedagem para o período da *Copa do Mundo FIFA* 2014.

Nesse momento, foi mencionado que seria importante discutir o assunto de forma mais ampla, tendo em vista que o segmento de turismo de eventos e negócios estava sendo considerado pela SETUR/CE como uma estratégia potencial para a arrecadação de receitas para o estado e, para a minimização do problema da sazonalidade gerado pela movimentação turística de sol e praia. Para isso, obras para equipamentos turísticos de grande porte, como o Centro de Eventos do Ceará, estavam sendo executadas, no contexto das ações delineadas no *Plano Nacional de Turismo 2013-2016*, que buscou fomentar, sobretudo a realização de megaeventos internacionais em todo o país.

Para resistir a essa tendência, outra articulação de apoio à comercialização dos roteiros da *Rede TUCUM* pelo Instituto Terramar foi a tentativa de parceria com o proprietário da operadora e agência de ecoturismo "Andarilho da Luz", de Belo Horizonte (MG), para que fosse possível aos turistas conhecer algumas comunidades do litoral oeste. A partir dessa parceria, foi ajustada a oferta de pacotes de viagens para as comunidades de Caetanos de Cima, Curral Velho e Tatajuba, em janeiro de 2014.

Na busca por novas oportunidades de comercialização do *Turismo Comunitário*, outra conexão da *Rede TUCUM*, mediada pelo Instituto Terramar, ocorreu no *Encontro Internacional de Comercialização do Turismo Rural Comunitário na América Latina*, em outubro de 2013, na Catalunha (Espanha), organizado pela Alba Sud[135] e demais apoiadores. Nesse evento, foram reunidos representantes de operadoras de *Turismo Comunitário* do Brasil, Bolívia, Argentina, Chile, Equador, Costa Rica, Nicarágua e El Salvador. Uma ação concreta resultante desse evento foi a elaboração e publicação do *Catálogo Latinoamericano de Turismo Rural Comunitario*, que apresentava 16 operadoras turísticas da América Latina especializadas em *Turismo Comunitário*. Como a *Rede TUCUM* não se configura, formalmente, nesse rol, como uma operadora de viagens, foi escolhida a operadora de

[135] Alba Sud é uma associação catalã especializada em pesquisa e comunicação para o desenvolvimento, envolvendo colaboradores de vários países da América Latina (Nicarágua, El Salvador, Costa Rica, Argentina e México). Sua missão visa melhorar as estratégias de comunicação social e a aprendizagem compartilhada em torno de processos de mudança social no campo do desenvolvimento em torno de três áreas estratégicas: Turismo Responsável, Trabalho Justo e os Ativos Comuns da Terra. A abordagem de trabalho combina análise crítica com propostas para a construção de alternativas (<http://www.albasud.org>).

ecoturismo de base comunitária Estação Gabiraba[136] (Belém/Pará), atuante na região norte do país, como uma aliada que pudesse contribuir para a ampliação da estrutura de mediação entre os turistas e as comunidades envolvidas nessa prática na Zona Costeira Cearense.

Além disso, no decorrer de 2013, foram realizadas também apresentações sobre a *Rede TUCUM* no âmbito do *1º Colóquio Turismo em Terras Indígenas – Turismo, territórios identitários e conflitos interétnicos em debate*, na Universidade Federal de Goiás (UFG), no qual a coordenadora do Instituto Terramar proferiu a palestra "Rede Tucum - Com Quantas Linhas Se Tece Uma Rede, Uma Rede De Turismo Comunitário?" e, do *III Encontro de Turismo Comunitário na Amazônia: protagonismo das populações tradicionais e povos indígenas*, na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A participação em eventos acadêmicos foi outra forma encontrada para a divulgação dos roteiros da *Rede TUCUM* para um público potencial (estudantes, pesquisadores e servidores públicos), o que é de interesse das comunidades envolvidas.

Essas experiências de diálogos e práticas sobre comercialização do *Turismo Comunitário* influenciaram o repensar sobre o modo pelo qual a *Rede TUCUM* poderia operar formalmente, tendo em vista que a sua secretaria executiva não se reconhecia no cumprimento desse papel. Se a *Rede TUCUM* se constituiria, efetivamente, como uma articulação de comunidades, seria possível, então, a formação de um grupo especializado na operação e no agenciamento do *Turismo Comunitário*? Nesse caso, o caminho a ser seguido poderia ser a institucionalização da *Rede TUCUM*?

Sem a intenção de definir se o *Turismo Comunitário* vem sendo constituído por meio de articulações ou de instituições, busca-se rastrear, a seguir, novas questões de interesse e concepções sobre a multiplicidade das associações entre elementos humanos e não-humanos que perpassam o processo de construção coletiva na *Rede TUCUM*.

6.4 FLORESCENDO NOVOS DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS

As ações mencionadas têm movimentado debates contínuos que, por sua vez, vêm contribuindo para articular novas estratégias para o *Turismo Comunitário*. Com esse propósito, foi realizada a *8ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, de 25 a 29 de novembro de 2014, no Assentamento Maceió (Distrito de Marinheiros/Itapipoca/CE), sendo o foco das

[136] Disponível em: <https://estacaogabiraba.com.br/>.

discussões o tema: “Defesa do território e da autonomia dos povos no turismo comunitário” (Figura 7).

Figura 7 – Participantes da 8ª Assembleia Anual da Rede TUCUM - 2014
Fonte: arquivo da autora.

Esse enfoque temático para a referida assembleia tem relação direta com o contexto de luta pela terra do Assentamento Maceió, reconhecida como uma “luta sagrada”. Observando-se a história desse Assentamento, percebe-se que, desde a década de 1980, tem havido discussões recorrentes sobre o direito à terra, que já vinham sendo difundidas no interior das comunidades costeiras, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), dos advogados do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O processo de criação do Assentamento Maceió foi mediado pelo INCRA.

O Assentamento, localizado na planície litorânea oeste do Ceará, é formado por zonas de praia e pós-praia, campos de dunas, lagoas, riachos e mata de tabuleiro. Sua população é estimada em 800 famílias, distribuídas em 10 comunidades, que possuem uma economia baseada na agricultura, na pecuária, na pesca e no artesanato. A faixa de praia constitui um importante espaço de sociabilidade e a biodiversidade marinha preservada garante a demanda pelo pescado para a alimentação dos assentados e famílias da redondeza (BARBOSA, 2016).

No entanto, esse modo de vida e a manutenção da cultura dos assentados passaram a ser ameaçados pelos interesses de um português naturalizado brasileiro, conhecido como

"Pirata", para a implementação de um projeto de um megaempreendimento turístico na praia do Maceió[137]. Esse projeto tem gerado um conflito marcante entre os assentados e a família do referido empresário, que vem se estendendo desde o ano 2002 até os dias atuais.

Uma estratégia de resistência e defesa do território costeiro que fez diferença no processo foi a construção à beira-mar, em 2007, do "Acampamento Nossa Terra" (figura 8). Desde então, nesse espaço, três núcleos familiares do Assentamento Maceió têm se organizado e passado a ocupá-lo, diariamente, desenvolvendo as atividades comunitárias, a vigília da praia e resistindo às ameaças dos capangas do empresário.

Figura 8 – "Acampamento Nossa Terra" na 8ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* - 2014
Fonte: Júlio Holanda (<https://www.facebook.com/RedeTucumTurismoComunitario/>).

Atualmente, o Acampamento dispõe de barracas e estrutura de banheiros. Assim, constitui um lugar mediador entre assentados, comunidades, militantes, parceiros e praia, o que motivou a sua escolha para sediar a *8ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*.

Todavia, é importante observar que o Assentamento Maceió não havia formado ainda, naquela ocasião, um grupo de *Turismo Comunitário* e nem havia recebido visitantes pela *Rede TUCUM*. Sendo assim, a oportunidade dessa comunidade acolher a assembleia

[137] O "Pirata" era um gringo de cabelos e barba longa, que chegou, no início de 1980, em Fortaleza, vindo de Portugal, com o propósito de fazer a vida na área do turismo, pousando um ar amigável e adquirindo influência entre a elite cearense. Criou a casa de show "Pirata Bar", instalada na praia de Iracema, na capital cearense. Esses e outros detalhes sobre o conflito entre a família Pirata e o Assentamento Maceió podem ser aprofundados em Barbosa (2016).

contribuiu, também, para mobilizar forças para a articulação das atividades associadas à *Rede TUCUM*, conforme aparece na declaração de um pescador local:

> Foi através do Terramar que apoia a luta pelo acampamento, foi feito um convite pra gente se inserir na Rede TUCUM. Já fizemos parte de três assembleias. Estamos preparando para receber o turista. Mas a gente ainda não recebeu um grupo. A Rede TUCUM é uma forma de resistir, da gente oferecer um espaço pra quem é de fora, conhecer o espaço da gente e deixar algum recurso pra gente se manter. A gente acredita que com a Rede TUCUM, vai gerar uma renda para as famílias, pra não precisar ir pra cidade. Isso é um grande problema que a gente enfrenta. A gente pretende oferecer o passeio de jangada, construir um espaço que seja coletivo em nome do Acampamento. Atrair os turistas para cá. A nossa praia é uma das mais lindas do litoral. É uma das coisas que o turista chega nas praias é tranquilidade, ver o que é de natural mesmo na praia, de Caetanos até o Maceió. Se for andar nessas dunas, tem morro verde pra ver o pôr do sol. Quem vem não quer ir uma vez só. A diferença daqui é a praia que é livre. Tem o exemplo da nossa regata, é tudo no coletivo, se ganhar é nós, se perder é nós. A gente está defendendo uma coisa coletiva. Se não tivesse uma coletividade, não era comunitário (Entrevistado 15).

Em continuidade à *8ª Assembleia*, é importante resgatar os atores e suas ações, como foi reunido o coletivo e o processo de discussão em busca de soluções para as questões em jogo do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*.

No primeiro dia do evento, os participantes das comunidades envolvidas, entidades e convidados da *Rede TUCUM* foram acolhidos por uma mística que buscou celebrar a energia intrínseca do militante que o conduz à prática cotidiana na luta do acampamento de praia pela resistência à especulação imobiliária da família do empresário "Pirata". Nessa mística, foram resgatados alguns elementos marcantes desse processo, como as reuniões entre os acampados; o enfrentamento aos capangas armados; o ativismo do MST; a reafirmação dos direitos humanos segundo a Constituição Federal de 1988; a importância da organização e união das famílias; o ensinamento bíblico da fé e devoção à Nossa Senhora dos Navegantes para a proteção aos homens e mulheres engajados, dia e noite, nas tarefas na terra e no mar; a prática da pesca e a produção artesanal da renda de bilro. A atuação artística dos anfitriões envolveu relatos e músicas que expressaram partes da história de luta em defesa da terra e da vida no Assentamento Maceió, como podem ilustrar os seguintes trechos de músicas tocadas durante o evento (Quadro 3):

Quadro 3 – Trechos de canções compartilhadas na *8ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*

“Pra não dizer que não falei das flores” Geraldo Vandré “Caminhando e cantando E seguindo a canção Somos todos iguais Braços dados ou não Nas escolas, nas ruas Campos, construções Caminhando e cantando E seguindo a canção”	“Xote do Acampamento Nossa Terra” Antônio Ana – 2011 Morador do Assentamento Nossa Terra “Há muito tempo os nossos antepassados contra injustiças já começavam a lutar. Que não foi fácil, mas o povo organizado dos tais grileiros conseguiu se libertar. Melhorou muito a vida de nosso povo! No tempo novo com a desapropriação. Na nossa praia há resistência de novo E a luta do nosso povo é contra a especulação.” Refrão: “Sempre foi e será Com o povo unido, seu Doutor, não há quem possa Por isto mesmo que esse povo aqui está dizendo ao mundo que esta praia aqui é nossa”.

Fonte: informações obtidas durante a participação na 8ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM*.

Durante o evento, foi abordada a pesquisa intitulada “Diagnóstico sobre Turismo comunitário”[138], iniciada em 2014, sob a coordenação do Núcleo de Economia Política (VIÈS) da Universidade Federal do Ceará. O Instituto Terramar em parceria com o VIÈS realizou essa pesquisa-diagnóstico, diante da importância da identificação da quantidade de pessoas envolvidas, do tipo de trabalho e da forma de participação de cada família no *Turismo Comunitário*, uma vez que nem todas as comunidades estão informadas sobre a *Rede TUCUM*. A realização dessa pesquisa-diagnóstico buscou, ainda, subsidiar a estruturação do projeto da *Escola Popular de Turismo Comunitário* para a formação da juventude das comunidades na *Rede TUCUM*, que será descrito mais à frente.

A equipe de pesquisadores foi formada por jovens das comunidades envolvidas na *Rede TUCUM*, selecionados pela secretaria executiva e capacitados pela coordenação do projeto de pesquisa. Os instrumentos de pesquisa foram construídos em conjunto com o Instituto Terramar. O público-alvo foi as famílias participantes da *Rede TUCUM*. Os grupos

[138] A pesquisa faz parte do projeto *Rede Tucum: Trabalho, Juventude e Território*, coordenado pelo Instituto Terramar em parceria com o Grupo de Estudos em Economia Política VIÈS, Programa de Extensão da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará (UFC). Esta pesquisa no texto será nomeada como pesquisa-diagnóstico.

do Batoque (Aquiraz) e do povo Tapeba (Caucaia) foram os únicos que não participaram da pesquisa.

Segundo informado no debate, a pesquisa-diagnóstico buscou explorar, principalmente, os aspectos relacionados ao perfil socioeconômico, ao impacto do *Turismo Comunitário* na renda das famílias em comparação com as outras fontes, ao mapeamento das atividades produtivas associadas e aos tipos de empreendimentos e estruturas receptivas disponíveis.

Pelos resultados da pesquisa-diagnóstico, foi identificada também a necessidade de aprimoramento da capacitação e das habilidades profissionais em *Turismo Comunitário*. Quanto à questão de gênero, percebeu-se certo equilíbrio entre o número de homens (51%) e mulheres (49%). Porém, dentre os jovens de 13 a 24 anos de idade, registrou-se que a maioria é mulher (53% mulheres e 47% homens). Esses dados indicaram a força das mulheres jovens para dar continuidade ao processo da *Rede TUCUM*. Também foi observada a necessidade de preparação das crianças para a sua inserção no processo, em um momento futuro. Esse foco de gênero no *Turismo Comunitário* pôde ser ilustrado também na fala de uma entrevistada.

> Quem está à frente do turismo são as mulheres em todas as comunidades. Como é uma complementação de renda, é o que elas gostam de fazer, já tem a questão da culinária, tem a organização do espaço, elas se identificam muito com o turismo comunitário. Os homens não, porque são pescador, agricultor, então já estão nessas atividades, eles complementam nesse sentido eles trazem o peixe, comercializam. A mulher está sempre em casa, está à frente, é quem a gente faz o contato (Entrevistado 4).

A condição diferenciada de mulheres e homens implica reconhecer, também, as especificidades de suas ações no plano do *Turismo Comunitário*. A partir desse resultado apresentado em assembleia, um dos pesquisadores do VIÈS/UFC ressaltou que foi possível entender ainda, na pesquisa, que a busca pelo êxito do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM* estaria, provavelmente, condicionada ao fato de a juventude estar à frente do processo. Os jovens têm mais facilidade de compreensão dos processos de gestão, das burocracias administrativas e das necessidades dos turistas. Considerando complicada a inserção dos jovens no *Turismo Comunitário* apenas por intuição, sinalizou para a necessidade de se garantir a participação deles, de forma organizada, na avaliação das ferramentas utilizadas em curso. Emerge, então, uma pergunta: O que seria bom para as mulheres, para os homens e para a juventude envolvida na *Rede TUCUM*?

Por outro lado, foi discutido que, em geral, um terço da renda familiar tem sido gerado pelas atividades produtivas (como a agricultura e a pesca) e pelo *Turismo Comunitário*. Mas, em princípio, a renda básica mensal das famílias da *Rede TUCUM* englobaria o recebimento de benefícios previdenciários permanentes e assistenciais, como do Programa Bolsa Família.

Nesse contexto, no Assentamento Maceió, a renda familiar seria, basicamente, derivada das atividades da pesca e da agricultura (coco e produção da farinha), tendo em vista que o processo de formação do grupo de *Turismo Comunitário* estaria ainda em uma fase inicial. Já na Prainha do Canto Verde e na Ponta Grossa, metade da renda das famílias envolvidas advinha do *Turismo Comunitário*, constituindo dois casos particulares na *Rede TUCUM*. No que tange à Ponta Grossa (Icapuí), observou-se que o grupo possuía maior experiência no desenvolvimento do *Turismo Comunitário*, uma vez que a divulgação e a chegada de turistas até à localidade estariam sendo influenciadas, diretamente, pelo fluxo do destino indutor de desenvolvimento turístico regional - Canoa Quebrada.

Adotando essa mesma lógica para as outras comunidades da *Rede TUCUM*, foi entendido que poderia ser interessante divulgar o *Turismo Comunitário* no mercado turístico convencional. Dessa maneira, considerar-se-ia a Prainha do Canto Verde e a Ponta Grossa como dois pontos de apoio para a divulgação de todos os roteiros traçados. No entanto, para o Instituto Terramar, essa questão se consubstanciaria, simultaneamente, como um desafio e um problema.

Por exemplo, a vila de Tatajuba (Camocim), por se localizar a apenas 25 km de Jericoacoara, recebia um intenso fluxo de turistas atraídos pelas condições de vento favoráveis para a prática do *kitesurf*. No entanto, isso não significaria que esses turistas desejariam ou estariam abertos a dialogar com a proposta de *Turismo Comunitário* desenvolvida no local. Ao contrário, os praticantes de *kitesurf* já chegariam à vila com os pacotes comprados de hospedagem e alimentação e quem se beneficiaria seriam os agentes profissionais externos. Por isso, o desafio de atingir uma parcela do mercado turístico convencional não deveria se limitar a investigar as suas implicações para a geração de renda e trabalho. Esse processo implicaria também analisar, de maneira associada à mitigação dos impactos ambientais e à manutenção da cultura tradicional.

Da mesma forma, a assessora de comunicação do Instituto Terramar ponderou que a dificuldade de divulgação da *Rede TUCUM* se deve, também, ao descuido das comunidades no compartilhamento das atividades em curso para a secretaria executiva. Além disso, seria fundamental saber quais seriam os princípios que orientariam a propaganda do lugar, uma vez que haveria muitos perigos de exposição dos adultos e das crianças na internet. Reconhecendo

algumas dessas dificuldades, essa interlocutora recomendou que cada GT definisse o quê e como desejaria divulgar a sua comunidade para o público externo.

Considerando essa conjuntura, a forma de apoio às comunidades que ainda não desenvolviam o *Turismo Comunitário* como uma atividade consolidada foi reconhecida como uma questão a ser enfrentada, nos próximos anos. Para os pesquisadores do VIÈS/UFC, a maioria das comunidades estaria sendo capaz de garantir o desenvolvimento de atividades produtivas, que não seriam diretamente relacionadas ao *Turismo Comunitário*. No entanto, como fazer para que as comunidades pudessem garantir a sua subsistência e, ao mesmo tempo, se dedicar à realização das tarefas necessárias ao funcionamento dos GTs na *Rede TUCUM*? Essa questão se configurou como um impasse para as pessoas envolvidas nos GTs, levando-as a repensar a divisão das tarefas. Assim, se elas dedicarem muito tempo ao *Turismo Comunitário*, provavelmente, enfrentariam dificuldades para dar continuidade aos processos domésticos, comunitários e de trabalho na agricultura, na pesca etc. Por conseguinte, até que ponto essa situação poderia ser balanceada para, então, compreender os meios práticos que possibilitariam aos GTs garantirem o desenvolvimento das atividades produtivas cotidianas e também do *Turismo Comunitário*?

Esse contexto trouxe outras questões para a plenária. Qual seria o lugar do *Turismo Comunitário* nas comunidades da *Rede TUCUM*? Que atividade produtiva se deveria fomentar? A pesca? A agricultura? Que processos produtivos seriam fundamentais para o *Turismo Comunitário*? A feitura de doces? A produção de hortaliças? Que vozes faltariam nessa composição? Seriam as vozes de uma juventude desinteressada pelas atividades produtivas cotidianas?

Nesse movimento, foi diagnosticado, pela pesquisa coordenada pelo VIÈS/UFC, que o perfil dos grupos de *Turismo Comunitário* é heterogêneo. Embora tenha sido reconhecida a existência de interesses comuns, a partir das particularidades de cada GT, foram sinalizados alguns problemas de gestão como desafios a serem enfrentados para o fortalecimento da *Rede TUCUM*. Nesse momento, foi possível identificar, brevemente, nos debates, que os problemas passados não haviam sido ainda equacionados para alguns grupos, tornando-se também presentes, a partir de formas variadas de compreensão do *Turismo Comunitário*.

No caso da Prainha do Canto Verde (Beberibe), foi apontado que se deveria proceder a um resgate da discussão sobre o *Turismo Comunitário* e o seu planejamento em curto e médio prazos. Pelos argumentos de Curral Velho (Acaraú), foi estimada a necessidade de melhoria do processo organizativo do GT. Na visão de Ponta Grossa (Icapuí), seria preciso fortalecer o cooperativismo nas comunidades e a parceria com os diversos setores da sociedade civil,

governo e iniciativa privada, a fim de melhorar a infraestrutura e os serviços de apoio ao turismo. Para a realidade de Vila da Volta (Aracati), seria importante esclarecer os possíveis efeitos do *Turismo Comunitário* para a geração de renda entre as demais famílias na comunidade local. Na percepção de Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), o foco deveria ser a promoção de divulgação da *Rede TUCUM* nos espaços de debate da própria comunidade. Por outro lado, na compreensão de Caetanos de Cima (Amontada), dever-se-ia considerar a necessidade de aumento do fluxo de visitantes. Já para o Assentamento Maceió (Itapipoca), a preocupação central já consistiria, inicialmente, na estruturação adequada de empreendimentos para o recebimento de visitantes.

Dessa maneira, os relatos na *8ª Assembleia* apontaram três temas principais para provocar a análise sobre o *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM:* gestão, comunicação e processos produtivos.

No que tange ao modo de se fazer a gestão do *Turismo Comunitário*, a coordenadora do Instituto Terramar argumentou que o estudo e a prática do *Caderno de Normas e Procedimentos Internos* da *Rede TUCUM* constituem um caminho importante para a sua efetivação. Nesse documento, como já mencionado, estão disponíveis algumas ferramentas de apoio à gestão do *Turismo Comunitário*, como as fichas de registro de hóspedes, o livro-caixa, os relatórios das pautas debatidas e encaminhamentos das reuniões, entre outros elementos que fazem parte do processo. A inexistência de dados sobre o número e o perfil de visitantes da *Rede TUCUM* limita o alcance do GT, que, por consequência, dificulta também o encaminhamento de outros temas pela própria comunidade local. Além disso, essa condição de desconhecimento dos dados sobre o *Turismo Comunitário* dificulta o enfrentamento do problema financeiro da *Rede TUCUM*.

Em contrapartida, ainda que o coordenador do GT da Vila da Volta, por exemplo, tivesse concordado sobre a necessidade de se colocar em prática o *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*, considerou-se importante identificar o que estaria dando certo nas comunidades para a gestão do *Turismo Comunitário*. Ao indagar os comunitários presentes nessa assembleia sobre a sua atuação baseada no referido Caderno, um relato chamou a atenção.

Segundo a proprietária de uma pousada na Prainha do Canto Verde, era comum o esquecimento da entrega das fichas de registro dos hóspedes para preenchimento, porque os visitantes, geralmente, eram pessoas conhecidas e amigas, que frequentavam constantemente o local. Sendo assim, parecia desconfortável, para quem estava recebendo, efetuar essa solicitação formal, quando o clima da hospedagem era familiar e amigável. Ainda assim, essa interlocutora afirmou que tinha o costume de realizar o controle mensal das reservas de

hospedagem, por meio de uma planilha Excel, incluindo o número de visitantes, a data de entrada e de saída da unidade, repassando posteriormente essas informações para o GT local. Ou seja, a Prainha do Canto Verde, segundo suas bases, naquele momento, com 15 anos de experiência, ainda passava por dificuldades para a realização do *Turismo Comunitário*, segundo as normas da *Rede TUCUM*.

Isso posto, requerer a adoção do Caderno como um tipo de "manual" a ser aplicado, por vezes, fez parecer que as soluções para os problemas de gestão do *Turismo Comunitário* envolvem, em grande parte, a criação de ferramentas e a sua apropriação por parte de quem não as possui como referência prática em seu cotidiano com os visitantes. Todavia, agregar o saber prático local às estratégias de gestão do *Turismo Comunitário* pode fazer com que os visitantes sejam considerados como atores importantes no processo, ao atribuírem percepções e expectativas à experiência vivida durante a estadia nas comunidades da *Rede TUCUM*. Nesse sentido, entender o perfil, as opiniões e os desejos dos visitantes, em constante mudança, pode ser mais fundamental para que as comunidades locais possam definir o perfil de visitante desejado e não apenas o total cumprimento de normas e procedimentos determinados, ainda que tenham sido acordados, conjuntamente, em algum momento nesse processo.

Nesse contexto, houve ainda uma menção da coordenadora do Instituto Terramar sobre a importância da transparência na prestação de contas para desmistificar, na comunidade, a ideia de que quem trabalha com turismo estaria "rico". A coordenadora complementou esse argumento, afirmando que a *Rede TUCUM* ainda não tinha sustentabilidade financeira. Por isso, o esforço de pagamento da taxa de 10% do faturamento total de cada empreendimento para o caixa-comum da *Rede TUCUM* seria fundamental. Se o levantamento dos perfis dos visitantes fosse feito pelos donos das hospedagens, os dados sobre a visitação poderiam contribuir, também, para a definição de estratégias de promoção e divulgação do *Turismo Comunitário*, ampliando as possibilidades de fluxo turístico. Sendo assim, ela expôs a preocupação com o risco de término do apoio das instituições parceiras à *Rede TUCUM*, apontando para a necessidade de se pensar em como reagir a essa situação provável.

Essa consideração sobre o fluxo das ações das instituições parceiras relacionadas à *Rede TUCUM* estava sendo influenciada pela possibilidade de redução do financiamento internacional das ONGs no Brasil, o que pode ser percebido nos seguintes relatos:

> Agora estamos num contexto difícil de cooperação internacional, porque o Brasil está tão bem né, que não precisa mais de cooperação internacional. Enquanto isso, não temos conseguido acessar os recursos nacionais, o que é um problema. Falta uma legislação que regulamenta a relação da sociedade civil com o Estado. Ou, então, o Estado quer tratar as ONGs como um setor terceirizado. Nós não vamos aceitar isso. Então, tá difícil. Tem uma luta junto a ABONG tentando melhorar a relação com o Estado brasileiro. Enquanto isso, estamos numa batalha grande para mostrar aos parceiros que a situação no Brasil não é tão boa assim como se diz, o quanto parece (Entrevistado 8).

> Na própria ADELCO, houve um momento de muita instabilidade no sentido financeiro, por falta de projetos, falta de financiamento, o que comprometeu a própria existência da ADELCO. Então, para você se fortalecer, ter uma presença atuante na Rede TUCUM, eu acredito que é preciso primeiro você estar fortalecido enquanto instituição e a nossa instituição estava muito fragilizada. Não que eu acho que deva ser uma atuação quando se tem um projeto efetivo financiado. Mas a falta de financiamento de modo geral. A gente estava com a nossa própria vida comprometida, enquanto instituição. Então, quando você se afasta há uma quebra desse trabalho (Entrevistado 7).

Assim, por meio desses depoimentos mencionados, foi possível verificar que talvez uma pista para enfrentar esse problema seja a ampliação da discussão sobre o propósito de cooperação entre os próprios grupos de *Turismo Comunitário*.

Nesse sentido, durante a *8ª Assembleia*, um pescador da vila de Tatajuba enfatizou que, independentemente do controle das fichas de visitantes, o mais importante, nesse processo, seria a organização interna do GT. Isso porque a existência do grupo não garantiria que as atividades previstas fossem efetivadas. Se não se assegurasse a organização comunitária, não existiria suporte para a construção da *Rede TUCUM*. Esse porta-voz concluiu ainda que muitas pessoas esperavam que a *Rede TUCUM* agisse como se fosse uma entidade externa à realidade das comunidades envolvidas. Em sua fala, defendeu que esse tipo de pensamento serial um equívoco, enfatizando o propósito de a *Rede TUCUM* ser construída também pelos grupos comunitários envolvidos.

Contudo, no que se refere à discussão sobre o processo de comunicação na *Rede TUCUM*, destacou-se, no debate, o problema da centralização de informações em apenas um membro do GT local. Ocorre que, caso essa pessoa de referência não possa responder a uma demanda solicitada pela internet ou por meio de um telefonema, não se sabe com quem se poderia interagir para realizar o planejamento de uma visita, por exemplo. Sendo assim, a tomada de decisões estar nas mãos de poucas ou de apenas uma pessoa tenderia a limitar o fluxo de relações no interior do próprio GT local, entre o GT e os demais moradores da localidade e, entre a comunidade e a *Rede TUCUM*.

Essa situação foi exemplificada pelo GT da Prainha do Canto Verde. Naquele momento, a contestação foi que o GT estava concentrado, por muito tempo, na figura de

apenas uma pessoa, o coordenador, o que foi considerado problemático. Ele seria o responsável por fazer a ponte com os visitantes e a secretaria da *Rede TUCUM*, por meio de internet e telefone. Mas, reconheceu-se que se apenas uma pessoa detém as informações sobre as hospedagens, os passeios, os valores etc., essa acaba não sendo capaz de cumprir as demandas em curso e de se envolver nas demais atividades da comunidade local.

A coordenadora do GT de Caetanos de Cima anunciou que o contato com os outros moradores da localidade ocorria no âmbito das reuniões regulares da Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadores Assentados do Imóvel Sabiaguaba (APAPAIS). Nesse caso, as reuniões seriam organizadas com o objetivo de tratar assuntos, que transcendem o turismo. Esse tema era debatido de forma articulada com as demais questões que afetavam a comunidade, como a agricultura, a pesca, a especulação imobiliária etc.

Uma jovem participante do GT de Caetanos de Cima complementou o argumento, afirmando que essa medida fazia com que os demais moradores locais se informassem sobre as ações direcionadas ao *Turismo Comunitário*. Isto é, pela sua leitura, as pessoas envolvidas direta ou indiretamente no GT ficariam, de algum modo, cientes de que a prática do *Turismo Comunitário* busca complementar e não substituir as atividades produtivas comuns do cotidiano da comunidade. Além disso, essa estratégia possibilita a divulgação da importância da *Rede TUCUM* no plano local.

Por outro lado, no caso do Batoque, foi relatado por uma pescadora e representante da Associação de Pescadores e Marisqueiras da RESEX que, embora a pessoa responsável por gerir a Pousada Marisol (pousada comunitária em frente ao mar) estivesse vinculada à Associação Comunitária dos Moradores do Batoque, existia uma grande dificuldade de relação entre ela e os demais moradores locais. Normalmente, a gestora da Pousada não estava presente em reuniões e grupos organizados da comunidade local, o que teria gerado um desacordo sobre o modo esperado de gestão compartilhada do empreendimento. A gestora decidira pelo aumento do preço da diária da hospedagem, o que implicou a carência de hóspedes. Com isso, estaria ocorrendo uma deterioração da própria estrutura física da Pousada. A dificuldade de enfrentamento dessa situação se agravava ainda pelo desinteresse da juventude local em contribuir para o desenvolvimento do *Turismo Comunitário*.

Conforme uma jovem coordenadora do GT do povo Jenipapo-Kanindé, conquanto existisse a figura de um coordenador do GT, as atividades cotidianas eram realizadas por várias pessoas da mesma família. Dessa maneira, a comunicação interna do GT local seria facilitada por envolver pessoas pertencentes ao mesmo grupo familiar, que apoiavam o desempenho das tarefas individuais e coletivas.

Nesse sentido, foram mencionados vários obstáculos. Foi mencionada, por exemplo, o caso de comunitários que não queriam acessar a internet e que utilizavam o rádio como forte meio de comunicação, o que sinaliza para a necessidade de serem desenhadas outras formas de comunicação, além da internet.

Para se pensar em formas alternativas de comunicação, o produtor cultural da Aicó Culturas (Belo Horizonte) foi convidado para explanar, na ocasião, sobre como abordar o assunto em uma experiência múltipla como a *Rede TUCUM*. Para ele, o desafio da comunicação já foi reconhecido, mas seria importante se ter consciência do que já fora feito e das formas encontradas nesse percurso. Também seria importante se ter atenção para o que se denomina de comunicação. Por exemplo, se, de um lado, observa-se a organização entre a *Rede TUCUM* e as comunidades locais, de outro, nota-se a relação entre as comunidades e os turistas. Ou seja, cada relação produz uma maneira diferente de se comunicar. Do mesmo modo, ocorre na região um "turismo de resort" (como o do empresário Pirata) e, também, um turismo construído pela *Rede TUCUM*. Assim como existe um modo de fazer comunicação carregada de moldes do "Jornal Nacional", há também uma comunicação popular e comunitária aproximada dos pressupostos da "educação popular" de Paulo Freire[139]. Portanto, a comunicação não é neutra. A comunicação ultrapassa a resolução de problemas da gestão do *Turismo Comunitário*, podendo contribuir para a inclusão da juventude na *Rede TUCUM*, entre outras práticas organizativas nesse contexto.

Um produtor cultural convidado citou como caso ilustrativo a Cáritas Minas Gerais, que trabalha com a agricultura camponesa e familiar nos processos de formação e estruturação de redes de comunicadores populares[140]. Salientou ainda que pode ser interessante trabalhar com pequenas equipes de comunicação, ao invés de centralizar em apenas um interlocutor; fortalecendo as experiências locais para intercâmbio e, igualmente, formando um núcleo de comunicação do *Turismo Comunitário*.

No que corresponde à discussão sobre os processos produtivos, o foco foi na agricultura e no artesanato. Na percepção do agricultor e coordenador do GT do

[139] A educação popular e sua práxis libertadora surgiu na América Latina, no final dos anos 1950, em meio às lutas populares dentro e fora do Estado. Um dos seus maiores expoentes é Paulo Freire, que define educação popular como uma teoria de conhecimento referenciada na realidade, com metodologias incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas permeado por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientado por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade (FREIRE, 2011).

[140] Vale conhecer também as experiências da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA Agroecologia), da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), do setor de comunicação do MST, do "Projeto Vidas Paralelas" da Universidade de Brasília (CDS/UnB), do Vídeo nas Aldeias, Inventar com a diferença Cinema e direitos humanos, da Vila das Artes (Fortaleza), da Incubadora de Economia Criativa.

Assentamento Coqueirinho, o escoamento da produção seria o principal gargalo a ser enfrentado pelos produtores locais. Os principais alimentos produzidos são o coco, a mandioca e o caju. Esse mercado já é ocupado por atravessadores, que compram os frutos a um preço baixo. Os assentados têm se beneficiado com a criação de quintais produtivos em formato de mandala. Esse tipo de manejo dos quintais possibilita o enfrentamento de longos períodos de seca, como também permite melhorar o aproveitamento da água, evitar o desperdício dos frutos, poupar as despesas e eliminar o atravessador do processo produtivo. Ainda assim, frisou o desafio de viabilizar um mercado interno para a venda de produtos orgânicos, tendo em vista que, nos dias atuais, já existe uma rede de supermercados que fornece produção orgânica. Além disso, na região de entorno do Assentamento Coqueirinho, existem granjeiros oportunistas que se definem como agricultores familiares para a obtenção de financiamento público.

Ocorre que a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos por cada brasileiro. Naquele ano de 2014, as políticas públicas do governo federal para o setor, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), seguiram com o fornecimento de crédito crescente para a ampliação desse mercado. Sendo assim, como se pensar a criação de um mercado alternativo para a comercialização dos produtos agroecológicos?

Um agricultor do Assentamento Maceió também se posicionou em relação aos processos produtivos em curso. Defendeu a otimização da produtividade em uma pequena área e o princípio da agroecologia de preservação da natureza. Considerou que, à época, seria inviável o desmatamento de uma determinada área para o preparo de um roçado. Dessa forma, manifestou interesse em articular a produção agroecológica de alimentos e o *Turismo Comunitário*, com o cuidado para não gerar um desequilíbrio ambiental.

Um dos moradores da Prainha do Canto Verde, na *8ª Assembleia*, apontou a importância de que o processo produtivo e seus dividendos circulassem no interior da própria comunidade. Exemplificou que a pousada poderia comprar o peixe do pescador, além de também favorecer o agricultor. Dessa maneira, pouco ou nada restaria para a venda fora da localidade. Nesse sentido, ressaltou o exemplo da horta comunitária na Prainha do Canto Verde, que vem contribuindo para a preparação da merenda escolar das crianças, quando as escolas enfrentam a falta de fornecimento de comida pela Prefeitura Municipal de Beberibe.

Nesse sentido, outro morador do Assentamento Maceió fez notar que os processos produtivos precisariam ser mais bem organizados e articulados entre as comunidades da *Rede TUCUM* e os moradores vizinhos. Conquanto o avanço da produção tivesse sido

diversificado, parecia que não se valorizava o que estava sendo feito. Por exemplo, entre dez artesãs do assentamento, se cada uma fornecesse parte da renda de bilro, poder-se-ia reunir toda a produção, resultando em uma mostra considerável de peças para a venda. Esse morador observou, inclusive, que as mulheres não usavam as roupas de renda que elas mesmas produziam. Outro caso citado foi o de três donos de pousadas na praia da Baleia (localizada próxima à praia do Maceió) que costumavam comprar cheiro-verde no município de Acaraú, que fica distante a mais de uma hora de Itapipoca. Então, por que os assentados não poderiam fornecer esse produto para os empreendimentos vizinhos?

Sendo assim, enfatizou-se que a *Rede TUCUM* deveria também se constituir em uma "marca" de qualidade para agregar valor aos produtos orgânicos e aos artesanatos locais. Isso ajudaria a promover a união entre os produtores rurais, dada a desconfiança com os atravessadores. Mas, essa proposta inquietou parte da plenária. Pois, para outro agricultor do Assentamento Maceió, a atual produção já era suficiente para o sustento das famílias. Assim, se faltasse uma hortaliça em casa, poder-se-ia comprar uns dos outros. Por isso, seria importante avaliar onde as comunidades queriam chegar, o que fez emergir, então, uma nova questão: seria o real desejo e objetivo das comunidades da *Rede TUCUM* manter e valorizar os modos de vida tradicional ou operar uma organização de negócios?

Nessa perspectiva, uma elevada escala de produção associada ao *Turismo Comunitário* poderia traduzir o maior problema para o processo de comercialização via *Rede TUCUM*. De qualquer forma, das conversas realizadas com os comunitários, durante a pesquisa, foi possível perceber que existe o reconhecimento de que a *Rede TUCUM* vem potencializando e agregando os processos produtivos, como expresso no seguinte relato:

> A Rede TUCUM é uma contra-proposta do turismo de massa e enxerga os potenciais, a produção organizada, o peixe de qualidade, a verdurinha lá do canto. Ela vem para o aproveitamento das coisas. Tem também o potencial cultural. A Rede TUCUM vem na intenção de aproveitar isso e agregar valor a essas coisas, pra somar aos produtores. Tem pessoas que veem de forma contrária, que querem explorar os outros. Vejo que deu certo e está bem maior do que se pensou na origem (Entrevistado 9).

Para que se pudesse avançar no debate sobre os processos produtivos, no âmbito da *8ª Assembleia*, foi apresentada a experiência da Bodega Nordeste Vivo e Solidário, que se localiza nos municípios de Beberibe e de Aracati [141]. A presidente da Bodega e moradora da

[141] A Bodega Nordeste Vivo e Solidário surgiu no ano de 2004 com a participação de 13 grupos, acompanhados pela Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte (CE), que realizou formações sobre Economia Popular Solidária para impulsionar os debates em torno dos desafios de comercialização (PEREIRA; GONÇALVES,

Prainha do Canto Verde relatou que essa iniciativa se constitui em um pequeno armazém, que busca facilitar o escoamento da produção artesanal e da agricultura familiar, minimizando, dessa forma, a dependência dos atravessadores.

Sendo gerida por pequenos agricultores e artesãos, a Bodega propõe um modo de comércio baseado na confiança e na amizade estabelecida entre comerciante e cliente. Esse empreendimento funciona em parceria com a Cooperativa de Produção e Comercialização Agroecológica e Solidária (COAPSOL). A diversidade de produtos, relacionados à agricultura familiar, à alimentação, ao artesanato e aos produtos de higiene pessoal, dos 54 grupos associados à COAPSOL, é comercializada na Bodega. Cada cooperado contribui com 12% do valor de cada produto vendido.

A forma de gestão da Bodega se materializa por meio de conselho administrativo, que se reúne de três em três meses para a troca de experiência, a articulação e o apoio nos projetos e fundos rotativos[142], financiados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Para impulsionar as iniciativas em curso, ocorre, também, a participação dos produtores em feiras programadas pelo *Fórum Brasileiro de Economia Solidária*, em nível local, estadual e nacional. Os desafios da Bodega são voltados, sobretudo, para a autogestão e a sustentabilidade dos fundos rotativos na perspectiva da economia solidária.

Considerando que a Bodega pode fortalecer a *Rede TUCUM*, a coordenadora do Instituto Terramar levantou as seguintes questões: Quais seriam as possibilidades de articulação da *Rede TUCUM* às suas atividades? Como tornar possível a comercialização do *Turismo Comunitário* por meio da Bodega? Como viabilizar a prestação de contas nessa proposta? A possibilidade de entrada de novos membros e de promover intercâmbios com a Rede Bodega foi motivo de interesse de alguns participantes presentes nessa Assembleia.

Pensando o *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*, tende a ser ainda possível trilhar novos caminhos na permanente reconstrução do coletivo. Sendo assim, naquela ocasião, uma importante reflexão foi a necessidade de se investir em processos de formação para a juventude como estratégia de fortalecimento do sentimento de pertencimento da comunidade local ao seu território. Da mesma forma foi considerada a relevância de inseri-la nas atividades tradicionais e nas ações de luta pelo direito à terra, à água, à pesca e ao território.

2016). Hoje, o Ceará tem mais três bodegas: a "Budega do Povo", em Tianguá; a "Bodega Arcos", em Sobral; e a "Budegama", em Fortaleza.

142 São fundos destinados ao apoio a projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços e das necessidades básicas dos grupos envolvidos. O apoio pode ser em dinheiro, em produtos ou em serviços. Os recursos investidos nas comunidades podem ser devolutivos ou não, e, quando exige a devolução, os prazos de reembolsos são mais flexíveis às condições das famílias envolvidas (<http://caritas.org.br>).

Tal enfoque se relaciona à grande preocupação com o futuro da juventude na Zona Costeira, mediante o crescimento da migração de jovens do campo para as cidades, devido à necessidade de emprego, além dos problemas desses grupos decorrentes de consumo de drogas e, ainda, dos conflitos no relacionamento entre pais e filhos.

Nesse sentido, o posicionamento da juventude na *Rede TUCUM* foi considerado como uma questão tão relevante que impulsionou a criação de um espaço de diálogos e práticas, a *Escola Popular de Turismo Comunitário*[143] (EPTC). Mas, quais seriam os critérios para a seleção dos alunos? Esse assunto foi discutido, amplamente, durante a *8ª Assembleia*, buscando-se pontuar o que seria justo e adequado para a realidade das pessoas envolvidas no *Turismo Comunitário*.

Embora esse tema tenha atraído o interesse de homens e mulheres de todas as idades, foi aprovado, pela maioria dos presentes na ocasião, que caberia ao processo de seleção envolver participantes de cada comunidade da *Rede TUCUM*, na faixa etária entre 16 e 32 anos. Além disso, foram definidos os quesitos de seleção de estudantes com alguma ligação ao movimento social (música, teatro, arte), filhos ou filhas dos militantes que são interessados no *Turismo Comunitário*, jovens de congregação religiosa ou sem nenhuma crença, mas que tenham compromisso nesse processo.

A criação da EPTC, em 2015, constituiu, assim, uma iniciativa pioneira com o objetivo de capacitar jovens para o planejamento e a organização do *Turismo Comunitário* ou de atividades produtivas a ele agregadas. O Instituto Terramar desenvolveu as atividades programadas em quatro módulos presenciais realizados nas próprias comunidades envolvidas[144]. Promoveu, ainda, viagens de intercâmbios com outras iniciativas, como a Fundação Casa Grande Memorial do Homem Cariri (Nova Olinda/CE) (Figura 9).

[143] A Escola integrou as ações do projeto *Rede Tucum - Tecendo Comunicação*, coordenado pelo Instituto Terramar, e que contou com o apoio institucional da organização holandesa *ICCO Cooperation* e do Instituto Oi Futuro, através do 10º Edital de Seleção Programa Oi Novos Brasis 2014.

[144] Os módulos realizados foram relacionados aos seguintes temas: 1) "O turismo comunitário e a defesa do território e das culturas tradicionais"; 2) "Desafios e possibilidades de gestão do turismo comunitário"; 3) Desafios e possibilidades de comercialização e agenciamento do turismo comunitário"; 4) Formação e inserção dos jovens no turismo comunitário".

Figura 9 – Alunos da Escola Popular de Turismo Comunitário - 2015
Fonte: <https://www.facebook.com/Escola-Popular-de-Turismo-Comunit%C3%A1rio-340732602792802/> (23/11/2015).

Com base nas referências da "Educação Popular" e por meio da EPTC, a *Rede TUCUM* se propôs a realizar a formação de 33 jovens selecionados para incentivar o trabalho com o *Turismo Comunitário*. Para isso, contemplou, nas atividades educativas, temas como comunicação, gestão e comercialização, de forma transversal ao contexto de luta de resistência ao capital especulativo imobiliário. Ou seja, buscou atuar a partir de uma perspectiva que entende a educação com base na valorização dos saberes locais, na partilha cotidiana de modos de vida e no conhecimento construído historicamente.

Assim, a EPTC se constituiu, também, como uma importante estratégia para fortalecer as ações de defesa do território e dos modos de vida e do trabalho. Da mesma forma, pautou as suas ações no exercício de direitos das populações tradicionais da Zona Costeira do Ceará. Além disso, a EPTC, na prática, despertou nos jovens o desejo de intervir nas ações que influenciam o funcionamento da Rede TUCUM, conforme expresso, por exemplo, no seguinte relato:

> Na maioria das comunidades, existe o problema de dar vez e voz aos jovens. Com a EPTC, aumentou o número de jovens envolvidos no GT. Sempre existiu uma pressão de que os jovens são o futuro do turismo comunitário, do território, da comunidade, de tudo. Esse foi um balanço importante para a Rede TUCUM (Entrevistado 10).

Em continuidade ao processo relativo às dinâmicas em transformação no *Turismo Comunitário*, durante a *9ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, ocorrida de 03 a 07 de novembro de 2015, na Terra Indígena Lagoa Encantada da etnia Jenipapo Kanindé (Aquiraz), foram debatidos velhos e novos desafios importantes sobre as práticas desenvolvidas, tendo como tema central: "Comercialização Solidária".

Na abertura do evento, a acolhida dos participantes foi realizada por meio da dinâmica "Teia da Vida", com o objetivo de apresentação pessoal, de conhecimento mútuo e para que fosse possível ressaltar a importância de cada um nessa Assembleia. A dinâmica dispôs os presentes em círculo. A coordenadora do Instituto Terramar jogou um novelo de barbante para uma das pessoas à sua frente, pedindo-lhe para se apresentar, dizendo quem era, de onde viera e o que a trouxera ao encontro. Em seguida, esse mesmo movimento foi repetido, sucessivamente, até que todos os participantes se conhecessem, formando, no interior do círculo, uma teia de fios, unindo uns aos outros.

Essa dinâmica, em particular, transmitiu a mensagem de que todos ali eram, igualmente, importantes naquela teia em formação, assim como na *Rede TUCUM,* na qual cada um contribui de alguma forma para a sua existência. A teia expressou também um círculo de amizade entre os componentes. Ainda que, dentre os membros antigos, poucos haviam permanecido levando em frente o *Turismo Comunitário*. Assim, ainda que a teia se movimentasse, nenhum fio poderia ser solto, pois a integração do grupo seria decisiva para o seu fortalecimento. A teia se formou, dessa forma, com base em um conjunto de nós, de trabalho e de vida, marcada pelas resistências, encontros e lutas das comunidades envolvidas (Figura 10).

Figura 10 – Participantes da 9ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* - 2015
Fonte: arquivo da autora.

Anteriormente à sequência das atividades previstas, os participantes cantaram, em roda, guiados pelo som da maraca, o ritual de libertação: "Quem deu esse nó/ não soube dar/ Quem deu esse nó/ Não soube dar/ Esse nó tá dado/ Eu desato já/ Esse nó tá dado/ Eu desato já!/ Oh desenrola essa corrente/ Deixa o índio trabalhar".

Nesse contexto, foram apresentados, primeiramente, os resultados alcançados pelo projeto de pesquisa intitulado *Diagnóstico sobre Turismo comunitário,* exposto parcialmente na *8ª Assembleia* de 2014. Com base no relatório da referida pesquisa, foi possível identificar que, por pressuposto, para as comunidades que fazem parte da *Rede TUCUM*, o *Turismo Comunitário* tem significado como um importante vetor de resistência da luta pela preservação dos territórios em suas mais variadas dimensões. Isso porque essa atividade articula resistência, tecnologia social e produtiva, além de engendrar a busca por autonomia econômica das famílias, em bases comunitária, solidária e sustentável (OLIVEIRA, 2015).

Nesse sentido, segundo Oliveira (2015), o *Turismo Comunitário* associado à *Rede TUCUM* tem contribuído para fortalecer a luta comunitária e para valorizar as práticas da pesca, da agricultura, do artesanato e de outras expressões culturais nas localidades envolvidas. Contudo, por meio do estudo mencionado, foram constatados inúmeros

problemas que podem se transformar em sérios obstáculos à ampliação dessa prática como estratégia e reforço dessa luta. De certa forma, a dificuldade de organização e de interação dos grupos envolvidos, além da falta de entendimento de diversas famílias sobre a importância do *Turismo Comunitário*, são problemas que tendem a reduzir as possibilidades de aproveitamento das potencialidades do lugar e de diversificação dos produtos e serviços oferecidos nas localidades (OLIVEIRA, 2015).

É importante considerar ainda que, nessa pesquisa-diagnóstico, a reflexão sobre a geração de renda pela via do *Turismo Comunitário* indicou ainda outra perspectiva. Se as comunidades de Ponta Grossa e da Prainha do Canto Verde possuem mais tempo de experiência e registram o maior valor de rendimentos com o recebimento de visitantes, vale observar que, à medida que esse fluxo se fortalece, as outras atividades produtivas são ameaçadas. Por isso, deve-se ter o cuidado para não se criar dependência do *Turismo Comunitário*, até porque esse sofre, na prática, os efeitos da sazonalidade.

Na realidade, classificar a possibilidade de se ganhar muito ou pouco por meio do *Turismo Comunitário* como algo bom ou ruim parece contraditório. A partir da experiência do pescador e proprietário de um chalé na comunidade Caetanos de Cima, o turismo pode realmente aumentar a renda familiar. No entanto, pelo seu ponto de vista, o lucro proveniente do turismo tende a diminuir na medida em que se tem menos tempo para plantar e para outros afazeres domésticos. Por consequência, o empreendedor passa a comprar e não mais a produzir os seus próprios alimentos e recursos, o que culmina com a condição de submissão a outros produtores.

No que tange ao perfil dos visitantes, segundo a pesquisa-diagnóstico apresentada na *9ª Assembleia*, os meses de elevada demanda de visitação, em 2013, foram janeiro, julho e dezembro, e os de baixa demanda foram abril, maio e outubro. Dentre os visitantes registrados, o público estudantil foi o mais recorrente, revelando o potencial desse perfil para a realização de futuras visitas e para as estratégias de marketing. A origem da maioria dos visitantes é do próprio estado do Ceará, seguida do exterior e de outros estados brasileiros.

A partir desse resultado, uma professora da UFC fez um contraponto nessa discussão, relatando que estaria enfrentando dificuldades no processo de planejamento das visitas de campo com seus alunos do Curso de Geografia, ao tentar negociar um preço acessível para a cobertura das despesas de hospedagem e de alimentação nas comunidades da *Rede TUCUM*. Segundo a professora, além da crise financeira das universidades públicas, os alunos não possuíam condições de custear as diárias para trabalho de campo. Na sua percepção, os alunos de universidades públicas não deveriam ser tratados como qualquer visitante. Isso porque, no

futuro, esses alunos poderiam se tornar funcionários públicos, assessores e consultores de ONGs e de outras instituições, atuando em comunidades como as da *Rede TUCUM*. Sendo assim, questionou como os futuros profissionais iriam entender a visão de mundo das comunidades sem ter ocorrido, em seu processo de formação, uma interação com os territórios tradicionais? Para esse efeito, indagou ainda se os modos de trabalho no *Turismo Comunitário* estariam funcionando com base em interesses patronais em relação aos colaboradores, ou seja, como se dá a divisão dos resultados financeiros.

A partir desse argumento, foi proposto, em plenária, que os GTs repensassem a sua posição em relação à recepção de estudantes. O coordenador do GT de Ponta Grossa assumiu que não adotava preço diferenciado para estudantes, justificando existir vários tipos de estudantes e relatando experiências negativas com esse público, como uma que ocorrera quando alguns estudantes haviam se apropriado indevidamente do material da hospedaria, como lençol e toalha.

Na direção oposta, o coordenador do GT de Jenipapo-Kanindé expôs que o acolhimento de estudantes requer a distribuição das tarefas e da oferta de hospedagem entre os moradores locais. Essa postura estaria tornando possível efetuar um desconto para os alunos. Além disso, relatou que também costumava solicitar a esses alunos visitantes recursos que pudessem ser doados à comunidade, como alimentos. Assim, reconheceu-se que, embora o cenário fosse marcado por dificuldades, a acolhida de estudantes estaria possibilitando o agenciamento de novas relações políticas e profissionais, em defesa da causa indígena.

Refletindo sobre esse problema, um casal proprietário de um chalé na comunidade Caetanos de Cima relatou que a dificuldade de se oferecer um preço diferenciado aos estudantes, quando, não tendo como produzir o seu próprio alimento, precisa-se comprar produtos de outras localidades para a prestação desse serviço. Contudo, como, no caso de Caetanos de Cima, o *Turismo Comunitário* se constituiria como uma atividade complementar à dinâmica produtiva local, estaria sendo possível às famílias envolvidas se dedicarem à produção de subsistência, equilibrando, dessa forma, as despesas efetuadas pelos equipamentos e serviços. Sendo assim, o casal defendeu o acolhimento de estudantes por um preço acessível.

Em reação aos argumentos contrários ao recebimento de estudantes, a coordenadora do Instituto Terramar resgatou que a proposta do *Turismo Comunitário*, em sua origem, não pressupõe uma relação utilitarista econômica. Isso porque essa condição inviabiliza o real encontro entre o visitante e a comunidade. Estariam, então, essas visitas sendo orientadas simplesmente pelos interesses econômicos? O que importaria na relação entre as comunidades

e os estudantes? Essas inquietações sinalizaram a necessidade de aprimoramento do "cuidado" com o visitante, pois eles contribuem também para a divulgação da comunidade visitada, da proposta do *Turismo Comunitário*, da *Rede TUCUM*, além de, comumente, retornarem com suas famílias para uma nova visita ao local.

A partir de alguns depoimentos, foi possível perceber que não somente a necessidade econômica produzira a prática do *Turismo Comunitário* na costa cearense. Algumas afirmações como: "no turismo comunitário a gente faz amigos", envolvendo um sentimento de orgulho por uma moradora da Prainha do Canto Verde; ou "o turismo comunitário faz a gente se sentir bem", expressa por um morador de Caetanos de Cima; e, também o turista "tem muito pra ensinar", conforme mencionou um morador do Coqueirinho levam a entender que há o desejo dessas pessoas em conhecer, vivenciar e aprender novas experiências de vida que não se relacionam somente à necessidade econômica.

> Quando se fala no turismo comunitário se fala na Rede TUCUM. Ela fortaleceu essa base que a gente já tinha. É muito bom. Às vezes tem pessoas que vem pela Rede, tem encontros para gente participar. Ainda vem muito independente. Hoje, a minha filha tem computador e abre os e-mails, que vem da Rede, através do site, acho que os dois, tem muito o boca-a-boca, indica pros amigos. Tem gente que chega e fica encantado e não acredita que tem comunidade que moram só nativos. A gente trabalha de domingo a domingo. Não é cansativo. Hoje a gente tem vocês três, vão embora, e depois só sábado. Eu gosto muito de trabalhar com turismo comunitário. Eu gosto dessa experiência de vida, vem uma pessoa, a renda é dividida entre várias pessoas. Foi uma pessoa que me ajudou muito foi esse contato, sempre tinha gente pra conversar, eu recebo muitas mensagens, pessoas que vem, depois manda um cartão, eu gosto muito de pessoas pra conversar (Entrevistado 11).
>
> Quando a gente recebe os grupos significa uma diversão, uma felicidade. A gente trabalha cantando, faz o que gosta, não é por dinheiro, é a forma de fazer que faz a gente se sentir bem (Entrevistado 9).
>
> Não é só lucro. Por exemplo, a gente recebeu uma estudante da Alemanha que ligou querendo conhecer o Coqueirinho. Ela tava terminando uma tese sobre população tradicional. Entrou em contato com a gente dizendo que tinha pouco recurso, mas que tinha muito pra ensinar. Foi fechado. Ela passou aqui um mês ensinando muita coisa, a gente dando hospedagem e alimentação. Outro caso foi um cara que chegou e pediu para ser hospedado por duas horas. Ele veio com uma mulher e uma menina. Ele pensou que aqui era motel. A gente falou não. Se for só questão de capital, era só ter liberado. Tem que ser turismo de pé no chão. A gente é contra o turismo sexual, as drogas. Se a gente não tiver cuidado, se pensar só no lucro essa mesma mazela também vai vir para o turismo comunitário (Entrevistado 3).

Ainda segundo a mesma pesquisa-diagnóstico sobre o *Turismo Comunitário*, um dado que contribuiu para o debate, na *9ª Assembleia*, foi o conhecimento sobre a capacidade de oferta de hospedagem e a taxa de ocupação nas comunidades da *Rede TUCUM*. Ponta Grossa e Tatajuba foram as comunidades que registraram a maior taxa de ocupação. Já em Caetanos

de Cima, Coqueirinho, Jenipapo-Kanindé e Vila da Volta há a maior taxa de hospedagem desocupada. Entendendo esse resultado como uma dificuldade, para minimizar o número de hospedagens ociosas, o coordenador da pesquisa (VIÈS/UFC) recomendou a adoção de uma política de *Turismo Comunitário* para a definição de uma taxa "ideal" de visitação mensal no caso de cada comunidade envolvida.

Embora essa recomendação tenha sido proposta no sentido de beneficiar as comunidades envolvidas, gerou um efeito contrário, inclusive, fomentando o descontentamento entre alguns participantes da *9ª Assembleia*. Para a Cacique da etnia Jenipapo Kanindé, seria importante realmente melhorar a estrutura de hospedagem para receber visitantes, seja na pousada ou nas casas das famílias. Além disso, dever-se-ia identificar a origem dos visitantes para "balançar" a *Rede TUCUM*. Entretanto, ela afirmou que adotar um fluxo de visitação permanente não serviria para a sua aldeia. Segundo ela, não seria desejo da comunidade ficar "paparicando" visitantes. A comunidade também gostaria de dispor de tempo para lazer e para outras atividades em família. Por exemplo, não se permitia a entrada de visitantes na Festa Anual do Marco Vivo da etnia Jenipapo-Kanindé, quando a comunidade e seus parentes se reúnem para a reflexão, a espiritualidade e, a reafirmação da luta pela demarcação das terras e garantia dos direitos indígenas[145].

A partir da apresentação desse argumento que contrariou a proposta de aumento da ocupação de hospedagens, observou-se a atenção da plenária para se refletir sobre qual seria o tempo do turismo e o tempo da comunidade.

Também resistindo a essa proposta, o pescador e proprietário de um chalé na comunidade de Caetanos de Cima relatou que, ao que parecia, a sua comunidade não queria viver exclusivamente do turismo. As famílias queriam continuar produzindo os seus próprios alimentos e usufruindo de um domingo tranquilo sem visitante. Embora a pesquisa-diagnóstico tenha apontado um alto índice de hospedagem ociosa em Caetanos de Cima, ele entendeu que isso não significava um problema. Concordou que a sua comunidade possuía capacidade de ampliar as estruturas de hospedagem e alimentação. Contudo, seria importante considerar que a mesma enfrentava o agravamento dos conflitos com relação à posse da terra, envolvendo especuladores imobiliários, o que demandava múltiplas tarefas em torno da defesa do território.

Por outro lado, o coordenador do GT de Ponta Grossa manifestou que, no *Turismo Comunitário*, as comunidades precisam dos visitantes para compartilhar o seu modo de vida e

[145] A celebração segue o ritual do Toré ao redor do tronco de Yburana (imburana).

costumes, assim como os visitantes buscam conhecer outras expressões culturais para agregarem novos saberes e experiências ao seu cotidiano, em um processo de intercâmbio. Sendo assim, não considerou como importante o estabelecimento de limites à visitação em Ponta Grossa.

Sob esse ponto de vista, uma jovem integrante do GT de Caetanos de Cima mencionou que o modo de vida da comunidade não deveria ser considerado como um "produto à venda". Reforçando esse posicionamento, a integrante da *Rede Brasileira de Justiça Ambiental* e do Instituto Terramar complementou o argumento, afirmando que a tendência do mercado era transformar as culturas locais em "produtos exóticos" para um turista nem sempre atento às questões de autenticidade. Todavia, isso desvalorizava a cultura tradicional. Por isso, seria importante se questionar: em que medida o modo de vida comunitário deve ser comercializado? Além disso, a *Rede TUCUM* precisa avaliar o quanto essa questão dialoga com os princípios de *Turismo Comunitário*.

Dessa forma, foi reaberta a polêmica sobre as estratégias de comercialização do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*.

Para o desdobramento desse debate, foi apresentada, durante a *9ª Assembleia*, a experiência da "Agência de Turismo Comunitário", empresa vinculada à Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri[146], em Nova Olinda, região do Cariri (CE). Formado pela Fundação Casa Grande, o casal de jovens, responsável pela agência, explicou que a empresa é cadastrada, regularmente, no Cadastur do Ministério do Turismo e opera com base em um plano de negócios para a prestação de serviços, como a venda de bilhetes, roteiros, hospedagem domiciliar, cursos de formação e promoção de eventos.

A diferença dessa agência com relação às demais do mercado convencional está nos princípios orientadores do negócio. O receptivo turístico, por exemplo, abrange apenas serviços prestados pela própria Fundação Casa Grande e, o processo de formação ocorre de forma contextualizada às práticas do movimento social. Nesse sentido, o diretor administrativo da agência argumentou que se pode trabalhar "com" o setor privado, sem necessariamente estar subordinado a eles.

[146] A Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri constitui uma organização não governamental, cultural e filantrópica, criada em 1992, para promover a formação educacional de crianças e jovens. Sua atuação se dirige a uma rede de negócios de cultura voltada para a ampliação do seu programa de empreendedorismo social, incluindo os negócios da Agência de Turismo Comunitário, da Gastronomia, da Moda, da Produção Audiovisual, da Arqueologia e da Produção Cultural. O trabalho é feito com base em princípios de criatividade e inovação e prima pela confiança entre a comunidade (<http://www.fundacaocasagrande.org.br/principal.php>).

Esse último ponto instigou alguns participantes da *9ª Assembleia* a saber como a agência se mantém de modo efetivo. Segundo a apresentação, foi informado que a Agência da Fundação Casa Grande propõe o *Turismo Comunitário,* com base no lema "Um turismo para fazer amigos pelo mundo e para o mundo". Para tal, inicialmente, foram estruturadas seis suítes domiciliares em Nova Olinda, com o apoio financeiro da *Inter-american Foundation*[147]. A recepção dos visitantes é feita por meio de rodízio entre as hospedagens ofertadas pelas famílias ligadas à Fundação Casa Grande. Na segunda visita, os visitantes podem escolher a família na qual desejam ser recebidos e acompanhados durante as refeições. A avaliação das atividades desenvolvidas é realizada, aos domingos, para melhorar e fortalecer o grupo de Mães da Casa Grande.

Com relação aos cursos de formação e ao planejamento do receptivo, as famílias envolvidas contam com o suporte do Sebrae e da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). Contudo, o processo não teve êxito, tendo em vista que a dinâmica de capacitação foi baseada nos padrões de recepção do turista estrangeiro e nos princípios de etiqueta da hotelaria convencional. Embora o grupo de mulheres tenha concordado que seria fundamental o uso de materiais e a atenção aos cuidados básicos com a manipulação de alimentos, adotou suas próprias práticas de saber e fazer para a preparação das hospedagens domiciliares.

Sendo assim, o *Turismo Comunitário* na Fundação Casa Grande tem sido considerado como uma "solução" para os problemas de manutenção da organização. Por essa razão, o diretor administrativo da agência explanou que o grupo preferira "deixar a porta da Casa aberta para não deixar a porta ser fechada".

Transpondo essa discussão para a realidade da *Rede TUCUM*, a coordenadora do Instituto Terramar reforçou a preocupação com o futuro da juventude na Zona Costeira Cearense, tendo em vista a carência de oportunidade de trabalho em suas localidades. Na salvaguarda da *Escola Popular de Turismo Comunitário*, enfatizou que a sua criação fora motivada justamente para se constituir em um espaço de aprendizagem propício para a exploração de ideias e projetos que poderiam estar relacionados, inclusive, à comercialização do *Turismo Comunitário*.

Ainda que seja reconhecida a importância da EPTC para esse fim, o relato de um pescador do GT de Caetanos de Cima revelou, por outro lado, que a maioria das famílias

[147] A Fundação Interamericana (IAF), órgão independente do Governo dos Estados Unidos, foi criada pelo Congresso dos EUA em 1969 para canalizar a ajuda para o desenvolvimento diretamente às pessoas de baixa renda organizadas na América Latina e no Caribe (<https://www.iaf.gov/pt/quem-somos/>).

resistia à situação de os filhos darem continuidade à profissão dos pais como pescador (a) ou agricultor (a). Nessa comunidade, enquanto não existisse oportunidade de trabalho para os jovens, eles seriam influenciados pela propaganda de que trocar o campo pela cidade poderia significar uma vida melhor. Porém, vários jovens que já tiveram a experiência de se mudar para Fortaleza não se adaptaram e retornaram para a casa de sua família. De maneira direta, esse pescador declarou que, nos dias atuais, "o jovem prefere ganhar cem reais e ficar no computador, comer mortadela e peixe de lata em vez de pescar e ganhar mais dinheiro".

Pelos argumentos apresentados, foi reconhecido que a *Rede TUCUM* precisa despertar o sentimento de pertencimento da juventude às suas comunidades. Paralelamente, precisa-se promover o fluxo turístico para que a comunidade reconheça a *Rede TUCUM*, o que implica investir, uma vez mais, na comercialização do *Turismo Comunitário*. Em um momento anterior, apesar de a *Rede TUCUM* ter promovido uma ampla discussão teórica e conceitual sobre esse tema, considerou-se ainda necessária a compreensão se existem "boas ideias" do turismo convencional que poderiam ser readequadas para a prática local. Outro desafio relacionado ao tema foi: onde estaria o turista responsável? De que modo se poderia alcançar o turista responsável?

Essa questão referente ao perfil do turista não escapa às tensões relacionadas ao panorama do turismo convencional, conforme expresso nas declarações seguintes.

> A gente teve essa grande oportunidade de se filiar a Rede TUCUM. Foi mais uma força para gente se defender desses turistas de massa. Eles entram nas comunidades não é com interesse de gastar uma mixaria e deixar para as pessoas que estão trabalhando na pousada. Eles entram com muito interesse também nas jovens, nas adolescentes. A gente sentiu isso desde uma vez que entrou lá uns turistas de berço de ouro. Costumo chamar os turistas de massa de berço de ouro, que não querem tá num canto daquele, eles querem um hotel de luxo na beira mar. Eles vão pra conhecer o lugar pra ver se vê menina nova adolescente. A gente percebeu que esses quatro entraram lá pra isso. A gente ficou até um pouco assustado. Porque a aldeia é cheia de mocinha de 12 a 16 anos. Nós ficamos preocupados. A gente quer o turista venha no nosso lugar visitar nós, mas que tenha respeito. A gente gosta do turista comunitário. Ele chega e não deixa nada sujo. Eles vão prevenidos com sacola e levam o lixo de volta. A bondade que a gente vê no turista comunitário é isso, são os próprios ensinador de como se lida fazendo a trilha dentro da comunidade. Isso pra gente é muito importante (Entrevistado 14).

> O outro tipo de turismo das outras pousadas vai de bugre até a lagoa e volta. Isso é uma preocupação dos moradores que querem participar da Rede TUCUM. Está faltando curso pra gente. Mas eu espero que a gente continue com essa Rede unida. Que também nós somos capaz de fazer o que tem já nas outras. E mostrar que é isso que nós queremos, que é cuidar das nossas terras, do nosso povo, dos nossos turistas. Porque a gente vê que o turismo de massa tá tendo muita gente. Mas o risco que eles tá tendo dos estrangeiros que chegam aqui. Às vezes chega até ser assassinado. Acho que é porque o turista fica muito solto. Vai para o hotel, vai pra onde quer. Não sei o que tá acontecendo. Acho que ainda é muito sem segurança as pessoas que

> tão vindo de fora pra fazer o turismo. Acho que na comunidade eles ficam mais perto do povo. A gente sabe quem é quem. Não vai deixar eles saírem com qualquer pessoa. Tem o motorista que se quiser sai para um passeio, mas tem alguém da comunidade que a gente tem certeza que não vai levar ele pra outro canto que possa ter risco. Acho muito bom (Entrevistado 12).

Assim, como o "turista comunitário" pode se tornar um ator capaz de promover articulações em benefício dos grupos locais, na *9ª Assembleia*, aludiu-se que o *Turismo Comunitário* se constituiria como a única forma de se manter a juventude nas comunidades costeiras. Não obstante, os GTs estão ainda no aguardo da *Rede TUCUM* e do Instituto Terramar para que alguma coisa aconteça com esse direcionamento. Nesse sentido, como ficaria a autonomia dos atores locais para a ação nessa prática?

No sentido de alcançar com relação a esse desafio, pelo relato da professora da UFC, seria preciso incluir a escola de ensino básico e fundamental no processo de formação em *Turismo Comunitário*. Se o jovem não aprender a pescar e a plantar o seu próprio quintal produtivo, as comunidades locais tendem a desaparecer. Por exemplo, na comunidade do Batoque, parte dos jovens não se identifica mais como beneficiária da RESEX, criada em sua área de inserção. Isso é preocupante, pois coloca em risco o seu direito de pertencimento e permanência no lugar de origem. Por isso, é importante se pensar também qual é o lugar da escola nas comunidades da *Rede TUCUM*.

Ainda sobre a situação do Batoque, a coordenadora da Associação Caiçara esclareceu não existir um GT propriamente dito organizado pela comunidade, o que dificultaria o envolvimento dos jovens "batoqueiros" no *Turismo Comunitário*. Dessa forma, ela indagou se a *Rede TUCUM* deveria acatar o questionamento da comunidade sobre a criação da RESEX, alegando que isso estaria impedindo o desenvolvimento da localidade, ou se deveria continuar apoiando a luta e a defesa pelo território tradicional no Batoque.

Nessa discussão, um pescador e proprietário de um chalé em Caetanos de Cima objetou que algumas pessoas mencionaram ainda a condição de dependência da *Rede TUCUM* e, outra parte do grupo discutia a contribuição dessa iniciativa para a melhoria de vida nas comunidades locais. Conhecendo um pouco da realidade das comunidades envolvidas, na visão desse pescador, existe um desencontro entre as ideias e as ações colocadas em prática nesse sentido. Do mesmo modo, ele indagou: se os pescadores e agricultores não estavam incentivando os seus filhos a fortalecerem as práticas tradicionais, para quem, então, as comunidades estariam lutando e defendendo a pesca e o território? Essa provocação gerou silêncio na plenária. A partir desse momento, o mesmo pescador declarou

que "parece que não somos mais alegres com o que nós somos. Minha paixão é o mar, a música e a minha mulher. Meu sonho é que meu filho seja um pescador".

Sendo assim, do relato mencionado, pôde-se apreender que a pesca, a agricultura e o *Turismo Comunitário* são inseparáveis e exercem influência sobre as formas de existência das comunidades envolvidas na *Rede TUCUM*.

O coordenador do GT do Jenipapo-Kanindé acrescentou ao debate a questão da educação escolar na sua aldeia indígena. Para ele, seria importante problematizar as diretrizes curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação e defender a inclusão dos elementos culturais da comunidade na prática pedagógica escolar. No entanto, como apenas um professor trabalhava com "educação diferenciada" na comunidade do Jenipapo-Kanindé, isso dificultava a participação da comunidade em todo o processo pedagógico.

No que tange à educação escolar no Assentamento Maceió, segundo a coordenadora do GT local, os pais não gostariam que os filhos vivenciassem pela mesma história de luta e dificuldade de vida pelas quais eles passaram. No Assentamento, a Escola do Campo de Ensino Médio Nazaré Flor[148], uma conquista do MST, tem buscado desmistificar e distinguir projetos educacionais do campo e para o campo. Porém, são incipientes as políticas públicas de incentivo à permanência de jovens no campo, o que tem ecoado, localmente, no seguinte dilema: sair dali ou continuar vivendo no campo?

Na *9ª Assembleia*, participaram ainda alguns integrantes da Associação Quilombola do Cumbe (Aracati/Ceará), com intenções de engajamento na proposta de *Turismo Comunitário* pela via da *Rede TUCUM*. Um professor morador do Cumbe argumentou que a questão da educação tem relação direta com a formação política dos jovens, que devem estar inseridos em espaços de movimentos sociais. Ele usou como referência a expressão "conhecimento é poder", entendendo que, quando professores e alunos tiverem informação e conhecimento, será possível desconstruir discursos hegemônicos. O desafio, nesse caso, seria como os grupos de *Turismo Comunitário* poderiam dialogar com os gestores das escolas, que, em geral, desconhecem a política da realidade da comunidade envolvida.

Dentre as ações voltadas para a inserção da juventude nesse processo, durante a *9ª Assembleia*, a assessora de comunicação do Instituto Terramar atribuiu corresponsabilidade às comunidades envolvidas para a mobilização de uma ampla articulação com outras entidades,

[148] Conforme a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 1, de 3 de abril de 2002, "a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país".

amigos, pesquisadores, visitantes e demais comunidades para a arrecadação de fundos para a campanha virtual Garupa-Catarse do *I Acampamento da Juventude da Rede TUCUM*[149]. Essa ocasião foi importante para reafirmar a importância da campanha, que, em pouco tempo, repercutiu nacionalmente, envolvendo outras redes e experiências de *Turismo Comunitário*, alcançando o apoio de 73 colaboradores e ultrapassando a meta de R$ 25.831,00. Dessa forma, o último módulo de formação dos jovens participantes da *Escola Popular de Turismo Comunitário* ocorreria no mês seguinte da Assembleia, entre os dias 03 e 06 de dezembro de 2015, no Assentamento Maceió. Esse módulo beneficiou 200 jovens, oriundos da Zona Costeira do Ceará e de outros lugares do Brasil, para compartilhar experiências, realizar debates e promover diálogos sobre a gestão e a participação da juventude na promoção do turismo em suas respectivas comunidades.

O financiamento coletivo foi uma estratégia efetiva para a arrecadação temporária de recursos para a realização desse acampamento da *Rede TUCUM*. Isso aconteceu em razão de os procedimentos de gestão continuarem insuficientes para a alcance dos recursos financeiros necessários à operacionalização da *Rede TUCUM*.

No entanto, o acordo sobre a contribuição financeira da taxa coletiva para a *Rede TUCUM* permanecia em discussão na ocasião. Sendo assim, uma mudança do sistema de arrecadação da taxa foi proposta pelo coordenador do GT de Ponta Grossa, considerando a dificuldade do pagamento do valor acordado no final do ano. Para uma melhor ordenação desse processo, como alternativa, ele sugeriu que o pagamento fosse realizado trimestralmente, em três parcelas fixas de duzentos reais, ou uma única parcela de quinhentos reais. Para tanto, o coordenador do GT do Jenipapo-Kanindé propôs o uso de "boleto", uma vez que esse instrumento de pagamento poderia contribuir para a autonomia dos GTs e, consequentemente, da *Rede TUCUM*.

A possibilidade de se estabelecer um boleto para o pagamento da taxa foi motivo de incômodo para alguns participantes. O pescador e proprietário de um chalé em Caetanos de Cima se opôs a essa proposta com veemência, argumentando que o valor seria desproporcional à produção obtida por cada comunidade. Por exemplo, Caetanos de Cima e Tatajuba não possuíam condições financeiras de pagar o valor desse boleto da mesma forma que Ponta Grossa, visto que essas comunidades não apresentavam o mesmo fluxo de visitação.

[149] Disponível em: <https://garupa.catarse.me/redetucum?ref=user_contributed&project_id=21256&project_user_id=48370>.

Essa questão se torna ainda mais complexa, quando se reconsidera a chancela (ou não) do turista à *Rede TUCUM*. O coordenador do GT de Ponta Grossa reforçou que era comum os turistas chegarem até a sua comunidade diretamente pela praia[150], que fica próxima de Canoa Quebrada. Então, se o turista não foi intermediado pelo GT local, ficaria embaraçoso para ele justificar com a ASTUMAC a necessidade de se contribuir financeiramente para a *Rede TUCUM*.

Nesse sentido, a coordenadora da Associação Caiçara refutou que, independentemente do canal pelo qual os visitantes chegaram até a comunidade, esses tiveram influência direta ou indireta da *Rede TUCUM*. Assim, as comunidades locais precisariam se conscientizar da importância da *Rede TUCUM* para atrair um fluxo turístico com "selo" próprio.

Ainda assim, o coordenador do GT da Prainha do Canto Verde reivindicou a revisão do *Caderno de Normas e Procedimentos Internos* para se ter clareza de onde seria aplicado o recurso arrecadado. Enfatizou ainda a necessidade de as comunidades terem clareza de que o apoio do Instituto Terramar não é infindável. Dessa forma, uma vez mais, qual seria o critério adequado e justo para a definição da taxa de contribuição? Para ele, a comunidade de Ponta Grossa, que estava movimentando uma atividade "milionária" de turismo, poderia contribuir para a *Rede TUCUM*, sem gerar dispêndio para as comunidades que recebem pouco ou quase nenhum turista. A partir desse relato, foi possível observar um ambiente de desconfiança sobre as informações e intenções relacionadas ao processo de investimento dos recursos arrecadados, o que encadeou a seguinte questão: o que sustenta e faz funcionar a *Rede TUCUM?*

Para a coordenadora do Instituto Terramar, a proposta de adoção de boleto soou estranha. Como a *Rede TUCUM* impõe o trabalho colaborativo, a discussão sobre a partilha dos ganhos é uma questão política. Uma jovem de Caetanos de Cima complementou o argumento, afirmando que o compromisso com a organização comunitária seria fundamental, tendo em vista que as relações entre comunidades e parceiros transformam as ideias em ações para o *Turismo Comunitário*.

Por outro lado, um jovem de Curral Velho mencionou que a *Rede TUCUM* deveria funcionar como uma agência de viagens para viabilizar a comercialização de pacotes e roteiros de *Turismo Comunitário* e, o recolhimento de taxas administrativas. Nesse momento, o presidente da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde declarou que compreendia o *Turismo Comunitário* como um negócio do próprio grupo. Embora essa

[150] A praia de Ponta Grossa está inserida na *Área de Proteção Ambiental da Praia de Ponta Grossa*, criada em 1998, pela Prefeitura Municipal de Icapuí, compreendendo uma área de 558,6782 hectares.

prática tenha surgido do processo de lutas e defesa pelo território, as comunidades locais deveriam assumir que o passado constitui, no presente, um negócio.

Nessa composição de múltiplos discursos e práticas em jogo, uma agricultora e coordenadora do GT de Caetanos de Cima colocou em xeque o último relato mencionado. Afinal, "o que significava a *Rede TUCUM*?" "A *Rede TUCUM* virou empresa?" Contrariada, ela manifestou o desejo de que pudesse ser sustentada pelo *Turismo Comunitário* e não de sustentar essa prática.

Avaliando as diferentes opiniões sobre o tema, para o pescador e proprietário de um chalé em Caetanos de Cima, estava clara a ocorrência simultânea de dois tipos de grupos vinculados ao *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*, os que querem trabalhar em prol da luta pelo território e os que querem se dedicar à recepção de turistas. No litoral oeste, as comunidades de Tatajuba, do Maceió e de Caetanos de Cima sofrem com conflitos violentos, que demandam também intervenção das assessorias especializadas para o enfrentamento dos problemas vivenciados. Portanto, a contribuição de 10% não seria aplicada apenas às atividades voltadas para o *Turismo Comunitário*. Pois, parte dos recursos arrecadados deveria ser destinada também às ações das lutas associadas.

Se a *Rede TUCUM* se tornara um negócio para o GT da Prainha do Canto Verde, em contraste, o GT de Caetanos de Cima não queria ver essa experiência tratada como negócio. Segundo um pescador de Caetanos de Cima, o seu GT local estaria funcionando de acordo com os pressupostos do *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*. Sendo assim, ele questionou: o que seria feito com a comunidade que estaria dando "certo" na *Rede TUCUM*? Para ele, essa questão, que estava guardada "debaixo do tapete", para a qual, até então, não se dera atenção, e estava sendo trazida à tona na *9ª Assembleia*.

Tendo em vista a clareza com que esse problema foi apresentado, a coordenadora do Instituto Terramar manifestou que a ONG estava realizando investimentos na *Rede TUCUM* por acreditar que o *Turismo Comunitário* tem importância e influência nas comunidades da Zona Costeira Cearense. No entanto, para uma projeção de cenários, não se sabia quanto o *Turismo Comunitário* se expressava em números. Quantas pessoas compõem os grupos de *Turismo Comunitário*? Quanto o *Turismo Comunitário* gera em termos de recursos financeiros? Quais atividades são associadas a essa prática? Faria diferença para a comunidade compor a *Rede TUCUM*? A fim de buscar responder essas indagações, foi, então, realizada a pesquisa-diagnóstico pelo VIÈS/UFC, que permitiu acessar dados e informações para promover a articulação entre os parceiros e justificar a viabilidade econômica dessa prática como um "negócio solidário".

Uma pista para ampliar essa justificativa da proposta de *Turismo Comunitário* talvez esteja expressa nos relatos mencionados adiante.

> A Assembleia da Rede TUCUM que a gente vem trabalhando e aumentando o potencial de discussão sobre o turismo. O turismo comunitário é uma coisa que não é só para o turismo. Faz parte também a discussão da nossa remarcação de território indígena. Isso tudo faz parte do turismo comunitário. A gente tá lutando por um turismo diferente e não um turismo de massa. Antes a gente já teve problema com turismo de massa, porque a comunidade não estava lá. Aí foi onde que encontramos um meio para a gente estar hoje junto com a Rede TUCUM também defendendo a terra Jenipapo Kanindé. Cada vez mais a gente tá melhorando e as comunidades. Mesmo a gente fazendo os projetos, levando pras comunidades, ajeitando as nossas pousadas, as trilhas, sem os governadores ajudar a gente. Mas tem as ONGs que ajuda a fazer os projetos e a gente tá nas comunidades para executar (Entrevistado 14).

> A Rede TUCUM foi muito além e alcançou parceiros de longe. Muitas pessoas têm o conhecimento da Rede TUCUM aqui no Ceará. Mesmo sendo uma coisa boa, no futuro, vejo uma ameaça real para o fim da Rede TUCUM. Tem pessoas que não compreendem isso ou fingem não compreender. Não se consegue alcançar mais pessoas nas comunidades. Tem pessoas que usam a Rede TUCUM, crescem e depois quebram, por pensar só em si mesma. Na minha comunidade, tem uma pessoa que só indicava outra hospedagem, quando a dela estava cheia. Isso não é comunitário. A hospedagem tem que ser de forma igualitária. E depois que a pessoa adquire poder, ela quer ocupar liderança em outros espaços na comunidade, e depois na gestão pública, isso é vicioso. A pessoa quer mais e mais e isso é um grande risco. Nas comunidades que tem mais recurso, elas mudam o curso, o roteiro. É normal que uns ganhem mais que os outros. Mas a definição dos princípios acordados tem que se manter (Entrevistado 9).

Para compreender os modos de configuração dessas relações dissonantes, a coordenadora da Associação Caiçara ressaltou que a união entre as comunidades do litoral oeste se deve à trajetória de lutas pelo território na ZCC. Esses movimentos ocorrem também por essas comunidades não receberem tantos visitantes como no litoral leste do estado, que constitui o polo turístico prioritário do PRODETUR Ceará. Todavia, no início do processo de construção da *Rede TUCUM*, as comunidades do litoral leste eram mais organizadas diante da pressão do turismo convencional. Mas, no momento atual, essas comunidades sofrem maior influência do fluxo turístico - sobretudo pela via do excursionismo - e do processo crescente de urbanização, elas reexistem sob o efeito exercido pelo turismo como um negócio em crescente expansão.

Nesse sentido, não houve concordância, no debate realizado, sobre o valor e a forma de pagamento da taxa coletiva. Essa discussão ficou de ser tratada, posteriormente, no núcleo de organização das comunidades locais. Também foi lançada, na ocasião, a proposta de elaboração de um projeto para participação no *Fórum Internacional de Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável* FITS, de 3 a 7 de outubro de 2016, em Marselha/França, no

intuito de discutir e definir estratégias de políticas de fomento para o *Turismo Comunitário* no Brasil em conjunto com a Rede TURISOL, intenção que já havia sido encaminhada durante o *Encontro Nacional da TURISOL* em Brasília, em agosto de 2015.

Nessa direção, o coordenador do GT da Prainha do Canto Verde defendeu ainda a apresentação de projetos de fomento para entidades parceiras da Europa, em razão do contexto favorável, no qual a ONU e a OMT têm defendido os potenciais reflexos do turismo para contribuir, direta ou indiretamente, para a consecução dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030*. Considerando que a OMT deve atender, especificamente, aos objetivos de "promoção de um crescimento econômico inclusivo e sustentável, e de emprego produtivo e trabalho decente"; de "garantia de padrões de produção e consumo sustentáveis"; e de "conservação e utilização de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos", foi impulsionada a elaboração de propostas da *Rede TUCUM* em articulação com essa conjuntura para a experimentação de alguns dos seus efeitos no plano local-global.

Essas questões e propostas lançadas, na *9ª Assembleia*, parecem movimentar o "balanço" da *Rede TUCUM* para um lado e para o outro, movimento esse inquietante no relato de uma jovem da comunidade de Caetanos de Cima, expresso a seguir.

> A Rede TUCUM está balançando levinho, sentindo o vento, a brisa, mas não é porque está tranquilo. É porque as comunidades estão um pouco acomodadas na questão da organização. Temos muitos problemas internos, o que é normal. Mas ter problemas internos o tempo todo não é normal. Não vou generalizar, porque ainda têm comunidades que estão colaborando com a Rede, não só na parte financeira, mas no geral. O balanço da rede tá devagar, já foi bem melhor. Mas a nossa perspectiva com uma assembleia dessa aqui é que melhore, que balance mais essa Rede. Mas os nós da Rede estão começando a querer quebrar. Isso é muito triste. Mas ainda tem os nós firmes, que estão querendo um ajudar ao outro (Entrevistado 10).

Dessa forma, prosseguiu-se o rastreamento das reconexões e dos próprios atores do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*, considerando quando os elementos foram multiplicados e também quando reduzidos, o que reconfigurará a abordagem sobre o debate em foco, apresentada na próxima seção.

6.5 RECRIANDO AS CONEXÕES ENTRE AS CONTROVÉRSIAS

Outro direcionamento que contribuiu para a descrição das controvérsias com relação ao *Turismo Comunitário* e seus desdobramentos decorreu das discussões aprofundadas no

âmbito da *10ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, realizada de 07 a 10 de novembro de 2016, na sede da ACOMOTA – Camocim/CE. Participaram do evento as coordenações ou algum porta-voz dos Grupos de Turismo Comunitário Locais e das Associações de Moradores, que são pessoas envolvidas no processo de articulação comunitária (inclusive a juventude), além de convidados de instituições parceiras (Figura 11).

Figura 11 – Participantes da 10ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* - 2016
Fonte: arquivo da autora.

Em um contexto lúdico, como de costume, as atividades da *10ª Assembleia* começaram ao som do xote ecológico: "Cadê a flor que estava aqui?/ Poluição comeu/ E o peixe que é do mar?/ Poluição comeu/ E o verde onde é que está?/ Poluição comeu/ Nem o Chico Mendes sobreviveu".

O debate, nessa ocasião, envolveu o tema geral "Economia Solidária e Economia Ecológica", perpassando pela conjuntura de mudanças políticas no país, em um contexto de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, o qual vinha gerando sinais de retrocesso na conquista de direitos humanos e uma condição de incerteza na atuação do Estado em prol dos interesses econômicos de grandes setores produtivos e do favorecimento da hegemonia do capital financeiro[151].

[151] No âmbito dos retrocessos, foram destacados o *Decreto nº 8.424/2015*, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador artesanal e desconsidera as outras

Nesse sentido, foi abordado o *Plano Nacional de Turismo 2013-2016* e suas implicações no cotidiano das comunidades da Zona Costeira Cearense, inclusive no que tange ao *Turismo Comunitário*, que continuava negligenciado no plano de ações do Ministério do Turismo.

Foram também apresentadas as práticas e os modos de organização produtiva relacionadas à Economia Solidária e à Economia Ecológica, a partir do reconhecimento do que se compra, se produz e como se alimenta no caso das comunidades locais. A partir do diagnóstico dos arranjos e atividades produtivas, foi avaliado, como de costume, o que os grupos de *Turismo Comunitário* locais têm feito acontecer em suas realidades, o que se reflete também na dinâmica da *Rede TUCUM*.

Algumas dificuldades de funcionamento dos GTs emergiram novamente como pontos de reflexão no evento. Porém, considerando a programação da *10ª Assembleia*, o que se buscou enfatizar aqui foram os desdobramentos da primeira validação desta tese, ocorrida no dia 09 de novembro de 2016, por meio da avaliação e confirmação dos participantes do evento sobre os objetivos e procedimentos orientadores da pesquisa e seus possíveis efeitos em campo. No processo de devolutiva dos resultados parciais da pesquisa com os participantes, na ocasião, buscou-se, de início, apresentar uma reflexão sintetizada da pesquisa bibliográfica e documental, desenvolvida ao longo do segundo capítulo desta tese, sobre as experiências autodenominadas de redes *Turismo de Base Comunitária* em curso na América Latina (Figura 12).

A apresentação da pesquisa foi situada com base na premissa de que a universidade pública tem um papel social a cumprir e que o saber popular deve ser considerado em conexão com o processo de construção do saber acadêmico. Foi esclarecido ainda que é dever de um pesquisador fazer a devolução dos dados obtidos e dialogar com as partes envolvidas sobre as informações em análise. Sugeriu-se, assim, aos participantes que tivessem como prática a exigência da devolutiva das pesquisas realizadas sobre o *Turismo Comunitário*, envolvendo a própria *Rede TUCUM*.

Em termos de conteúdo discutido sobre esta tese, foram abordados os seguintes temas: a origem do *Turismo de Base Comunitária* na América Latina; algumas definições e pressupostos conceituais sobre o tema; o perfil dos visitantes; os documentos norteadores de

dimensões produtivas da cadeia familiar da pesca artesanal e o *Decreto nº 8.425/2015*, que ameaça diretamente a pesca artesanal e os direitos dos trabalhadores da pesca, com forte recorte de gênero e retrocedendo em direitos já conquistados pelas pescadoras. Ainda foi importante trazer os efeitos da *Proposta de Emenda à Constituição n° 55, de 2016*, que prevê o congelamento dos gastos públicos. Isso implica a limitação e a supressão de recursos para os gastos com políticas sociais e ambientais.

políticas públicas; as características comuns às 16 iniciativas de TBC autointituladas como redes; as dificuldades e os desafios apontados no *Fórum de Turismo Solidário e Desenvolvimento Sustentável na América Latina* (2014) e no *Encontro Nacional da Rede TURISOL* (2015) e, também, as tendências da OMT, que proclamou 2017 como o "Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento", e seus desdobramentos possíveis para o *Turismo Comunitário*.

Figura 12 – Apresentação e discussão sobre os resultados da tese – 2016
Fonte: arquivo da autora.

A abordagem do panorama latino-americano sobre o *Turismo Comunitário* foi realizada de forma articulada à *Rede TUCUM*, sendo expostas, também, as questões rastreadas no âmbito das Assembleias anuais, ocorridas no período de 2013 a 2015, considerando os debates, as conversas informais e os documentos referenciados nessas ocasiões. Nesse caso, a intenção não foi discutir os avanços e nem os recuos das ações para o desenvolvimento do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*, mas colocar em cena as diferentes versões reconhecidas dessa prática, de modo atemporal.

Sinteticamente, foram apresentadas algumas versões e incertezas relativas à *Rede TUCUM*, no âmbito das opiniões e dos conteúdos expressos durante as edições das assembleias mencionadas. Em 2013, a experiência da Rede foi questionada no sentido de contextualizar se essa seria uma estratégia de articulação ou uma instituição? Em 2014, a indagação foi: a *Rede TUCUM* era prestadora de serviço ou estratégia de luta pelo território? Em 2015, a interrogação que orientou os debates havia sido: como fortalecer a relação e a comunicação entre os GTs de *Turismo Comunitário*?

A partir da exposição de algumas observações decorrentes da pesquisa de campo para os participantes da *10ª Assembleia*, foram formuladas as seguintes questões: a partir dos movimentos já constituídos, quais seriam as conexões em constituição na *Rede TUCUM*? Quais seriam os conflitos no interior da *Rede TUCUM*? Como poderiam se conectar com as

experiências de *Turismo Comunitário* vizinhas? Quais seriam os efeitos da *Escola Popular de Turismo Comunitário* naquele momento?

A partir dessas provocações, foi proposto aos participantes um momento de "cochicho" para que pudessem dialogar sobre os resultados apresentados pela pesquisadora e discutir sobre o seguinte problema: quais seriam os interesses em jogo e como esses poderiam ser resolvidos ou contornados na *Rede TUCUM*? Para tal, os participantes se dividiram e formaram cinco grupos, envolvendo diferentes comunidades para a discussão proposta e, posteriormente, dois porta-vozes de cada grupo apresentaram as reflexões sintetizadas para a plenária.

O *Grupo 01* teve como porta-voz o líder do movimento da pesca artesanal e participante do GT de Tatajuba e o jovem participante do GT de Ponta Grossa. Nesse relato, foi reconhecida a existência de ideias e percepções distintas no interior da *Rede TUCUM*. Por um lado, foram observados os grupos comunitários que se diferenciavam no aumento da arrecadação por meio do *Turismo Comunitário*, mas que sofriam o problema da falta de transparência nos registros dos visitantes, no gerenciamento do fluxo de caixa e na prestação de contas para a *Rede TUCUM*. Por outro lado, os grupos comunitários que, mesmo recebendo um menor fluxo de visitantes, apresentavam as informações sistematizadas para a contribuição financeira coletiva da *Rede TUCUM*.

Ocorre que as comunidades que recebiam mais turistas não contribuíam para a *Rede TUCUM* se fortalecer. Nesse caso, como conviver no plano de uma rede de *Turismo Comunitário* que parecia não colocar em prática a ideia de solidariedade? A partir dessa provocação, o porta-voz do *Grupo 01* acentuou ser importante esclarecer as informações e as intenções das comunidades que estariam agindo dessa maneira para ser rebatida e definida uma solução. Isso porque a *Rede TUCUM* não poderia ter interesses contrastantes, em que, ao mesmo tempo, defendia-se a fraternidade, a solidariedade, a luta contra a exploração do trabalho, e, na prática, contribuía-se para incentivar as mazelas do sistema capitalista. Por isso, seria preciso compreender melhor como se configuraria a *Rede TUCUM*. Para o *Grupo 01*, a rede não seria uma instituição com CNPJ e, sim, um conglomerado de GT's e comunidades envolvidas. Dessa forma, o fortalecimento dos GT's lançaria luzes sobre a *Rede TUCUM*. Sendo assim, mais comunitários foram convocados para a ação na *Rede TUCUM*.

O *Grupo 02* teve como porta-voz o agricultor e coordenador do GT do Assentamento Coqueirinho e o pescador e proprietário de pousada em Tatajuba. O grupo resgatou que, desde o *Seminário Internacional de Turismo Sustentável*, em 2008, sucedera a proposta de a *Rede TUCUM* promover a articulação entre as comunidades envolvidas e a visibilidade do *turismo*

comunitário no cenário nacional e internacional. A experiência da *Rede TUCUM* havia sido, à época, reconhecida pelo Ministério do Turismo, por meio do único edital de chamada de projetos de TBC lançado até a presente data. Sendo assim, nesse movimento, os interesses estariam relacionados à criação de estratégias de resistência e de luta pela demarcação do território e de proteção aos modos de vida locais pela via do *Turismo Comunitário*.

Nesse percurso, foi também marcante o problema do turismo convencional. Para tanto, foi mencionado o caso de Canoa Quebrada, que apresentava, historicamente, indícios de que o desenvolvimento do turismo prejudicara a vida do pescador artesanal. A chegada de turistas estrangeiros à localidade desencadeara a exploração das mulheres nativas, namoros e até casamentos, o que garante o direito de uso e propriedade da terra. Desde então, existia um conflito entre "nativos" e "gringos" nesse destino.

Considerando que os investimentos do governo federal são dirigidos, prioritariamente, ao desenvolvimento do turismo convencional, foi mencionada a importância de se pensar na formalização da *Rede TUCUM* para possibilitar o acesso aos recursos públicos. Caso contrário, quem continuaria se beneficiando com o financiamento público seriam as agências de viagens, que poderiam se apropriar da proposta de *Turismo Comunitário*, criada justamente pelas comunidades da Zona Costeira Cearense. Como a dinâmica empresarial é centrada no alcance de resultados econômicos, seria preciso cuidado para que a *Rede TUCUM* não atendesse aos interesses de diversificação do mercado.

Para esse grupo, a dimensão econômica do *Turismo Comunitário* deveria ser trabalhada com base na economia solidária, priorizando os seus efeitos para o coletivo. A maior preocupação, nesse caso, seria manter as comunidades "seguras". Por isso, o grupo chamou a atenção para a necessidade das comunidades se articularem e contornarem a situação de fragilidade dos GTs de Curral Velho e Batoque. Entretanto, foi enfatizada uma dúvida que permanecia na ocasião: *a Rede TUCUM* se constituiria como uma instituição ou uma articulação de atores?

O *Grupo 3* teve como porta-voz o coordenador do GT da Prainha do Canto Verde. Nesse debate, considerou-se que a dinâmica das comunidades envolvidas se expressava de diferentes maneiras. Sendo assim, foi mencionado como questão de interesse o fortalecimento das parcerias para a promoção de apoio e financiamento às iniciativas comunitárias. Isso em razão de as comunidades locais não terem capacidade para impulsionar a geração de recursos suficientes para a sustentação da *Rede TUCUM*. Portanto, essa relação de dependência entre as comunidades e as entidades de apoio fazia parte do processo.

No grupo foi destacado ainda que, diante da diversidade das experiências de redes na América Latina, conforme apresentado pela "pesquisadora da UFRJ", os casos da Nicarágua, do Equador e da Bolívia só estariam ainda se mantendo por receberem apoio governamental para o *Turismo Comunitário*. Ou seja, independentemente de se configurar como uma pessoa jurídica ou não, a questão que estava em jogo era: como garantir os recursos para a manutenção da *Rede TUCUM*?

O *Grupo 4* teve como porta-voz um jovem do etnia Jenipapo-Kanindé, que enfatizou a compreensão do *Turismo Comunitário* enquanto uma via possível para contribuir para o fortalecimento da luta pelo território, promovendo a articulação entre as comunidades da *Rede TUCUM*, e para problematizar as situações de riscos vividas e para superar os desafios em conjunto.

O *Grupo 5* teve como porta-voz a coordenadora do Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto MST, que enfatizou a importância do *Turismo Comunitário* promover a geração de renda, contribuindo para minimizar a evasão de jovens do campo para os centros urbanos. Além da busca pela defesa dos territórios em situação de conflitos fundiários, considerou-se importante que fossem firmados os compromissos coletivos, as ações de formação para o avanço do *Turismo Comunitário* e uma gestão do cuidado com quem chega como "cliente" e sai como "visitante" nas comunidades da *Rede TUCUM*.

Sem dar pesos diferentes aos discursos, as reflexões apresentadas pelos grupos reverberaram em novas discussões.

O pescador e proprietário de um chalé na comunidade de Caetanos de Cima apontou que não se pode deixar de lado as atividades da pesca, da agricultura e do artesanato para desenvolver o turismo. Para ele, sem essas atividades, o *Turismo Comunitário* se tornaria inviável. Considerando ainda os efeitos da sazonalidade no turismo, caso as comunidades envolvidas se colocassem na situação de conseguir um empréstimo para efetuar investimentos localmente, correriam o risco de não ter previsão para o pagamento da dívida. Se a questão em debate era financeira, seria importante, também, que se compreendesse que não interessava o apoio financeiro de uma fonte de recurso qualquer. Para ele, seria fundamental que se conhecesse a origem e quais as vantagens de obtenção do investimento: "Não dá pra ficar só tirando foto e botando camisa da empresa". Nesse sentido, seria preciso um alinhamento das ideias e das práticas para que esse movimento não repercutisse efeitos contrários aos próprios princípios da *Rede TUCUM*.

A despeito dessa questão, seria importante, também, compreender o valor necessário para atender às demandas das comunidades envolvidas, tendo em vista que as mesmas estão sujeitas à riscos na prática da gestão dos recursos, como descreve uma das entrevistadas.

> A gente não interessa que venha muito dinheiro não. Sempre que cai muito dinheiro nas comunidades, ele é ruim, ele é danoso e começa a consumir as pessoas. As experiências que a gente já teve sempre que caia muito dinheiro não deu certo, acabou desunindo, gerando conflitos internos (Entrevistado 1).

Com relação a essa problemática, conforme mencionado anteriormente, algumas comunidades da *Rede TUCUM* enfrentavam sérios conflitos de terra e lutavam contra a implantação de grandes empreendimentos. Ainda assim, foi possível identificar que alguns moradores locais defendiam o emprego do próprio filho em usinas de energia eólica e, em atividades da carcinicultura por falta de opção de trabalho. Esses grandes projetos, além de causarem a degradação dos ecossistemas, provocam sérias modificações no cotidiano das comunidades locais. Portanto, seria preciso que a juventude se interessasse em dar continuidade ao processo de construção do *Turismo Comunitário* em conjunto com os GTs locais, não caindo na "armadilha" do turismo convencional.

Pela visão do líder do movimento da pesca artesanal e participante do GT de Tatajuba, a ocupação turística dos territórios em detrimento das ocupações tradicionais foi uma questão muito importante identificada pela "pesquisadora da UFRJ". Nesse caso, quem ganharia? Quem perderia? As comunidades pesqueiras sempre perderam com a ocupação, a invasão e a grilagem de terras para a implantação de grandes empreendimentos. Assim, para as comunidades que não possuíam ainda o título de posse da terra, o turismo seria muito "perigoso". A prática do veranismo, comum na Zona Costeira Cearense, já havia impulsionado vários problemas que ameaçam, recorrentemente, os territórios das comunidades da *Rede TUCUM*.

Com relação à compreensão do conceito de *Turismo Comunitário*, os participantes da *10ª Assembleia* consideraram fundamental abordar, nessa leitura, expressões de solidariedade, da luta contra a exploração e a crítica ao sistema capitalista, além da defesa do território. Outro ponto relevante, nessa discussão, foi a necessidade de uso de noções e termos adequados para traduzir essa prática na *Rede TUCUM*. Por exemplo, ora se mencionou turista, como cliente e ora como visitante. Mas qual seria a diferença nesse caso? Quem chega às comunidades, considera-se como um visitante ou um turista? Dessa forma, foi sugerido o

estabelecimento de uma compilação de palavras e termos associados ao *Turismo Comunitário*. Sobre o perfil do turista, defendeu-se, também, que se deve desmitificar o *Turismo Comunitário* como uma experiência que é desfrutada, sobretudo, pelo estrangeiro de alto poder aquisitivo e nível de formação. Nessa dinâmica de acolhimento de quem é de fora, dever-se-ia incluir também os pescadores, os estudantes, os moradores das comunidades vizinhas, por meio da promoção de intercâmbios entre experiências regionais.

Nesse contexto, foi observado que o tema da comercialização do *Turismo Comunitário* tem sido compreendido de forma sobreposta aos interesses de defesa de território tradicional. Assim, parece haver uma alternância entre posições extremas que tem dificultado a superação das questões envolvidas nesse debate. As múltiplas realidades na *Rede TUCUM* têm impulsionado problemas e desafios a serem enfrentados no seu processo de configuração. Sendo assim, uma maior aproximação das entidades de assessoria com as comunidades locais poderia facilitar uma compreensão situada sobre as dinâmicas locais e identificar pistas de como seria possível equilibrar esses dois eixos estratégicos do *Turismo Comunitário* nesse movimento.

Por outro lado, a conquista de 10 anos de criação da *Rede TUCUM* (2007-2016) foi considerada como um avanço no processo. Para a ex-coordenadora do *Instituto Terramar*, que, naquele momento, apresentou-se como representante da Associação de Moradores do Araticum, povoado que fica no município de Palmácia (CE), algumas comunidades permaneciam nesse movimento e outras organizações estariam demonstrando interesse em ingressar na *Rede TUCUM*. A expansão da Rede abrangia a Zona Costeira Cearense, mas poderia atuar em todo o estado do Ceará. Na região da Serra de Baturité, onde se localiza Palmácia, estaria sendo formado um GT de discussão sobre *Turismo Comunitário*, envolvendo 50 pessoas, sendo preciso ainda fortalecer a forma de articulação entre os envolvidos. Mencionou, ainda, das dificuldades de outros parceiros, como os da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão, localizada na praia de Diogo Lopes, divisa entre o Ceará e o Rio Grande do Norte. Em abril de 2016, aconteceu uma reunião na praia de Diogo Lopes para aproximação desses parceiros com a *Rede TUCUM*, que havia sido representada por um membro do Instituto Terramar, da Associação Caiçara, de Caetanos de Cima e da Prainha do Canto Verde, mas a promoção de ações conjuntas não havia ocorrido naquele momento.

Nessa intenção, a educadora social do Instituto Terramar ressaltou, entretanto, que o estabelecimento de parcerias com as "redes vizinhas" não deveria tratar apenas de *Turismo Comunitário*. A *Rede TUCUM* deveria estar também em articulação com a Fundação Casa

Grande, no Sertão Cariri, e com outras regiões do estado. Nesse caso, seria importante dialogar também com grupos de agricultores (as) que estavam produzindo e comercializando alimentos saudáveis. Por exemplo, a Rede Bodega de Comercialização Solidária da Cáritas Brasileira Regional Ceará poderia ser uma parceira interessante para reconstruir o processo de venda e distribuição dos produtos associados à *Rede TUCUM*, fazendo circular as práticas econômicas entre as organizações produtivas locais e regionais.

Para tanto, como fortalecer a dinâmica dos Grupos de *Turismo Comunitário* Locais? Considerando ainda as outras instâncias de organização da *Rede TUCUM*, quem poderia compor a Coordenação Executiva, que teria justamente a função de acompanhar e cogitar a relação com os parceiros?

No decorrer da *10ª Assembleia*, foi observado, inclusive, que essas instâncias estavam fragilizadas pela defasagem de membros envolvidos. Nesse sentido, vale ressaltar que a composição da Secretaria Executiva havia sofrido mudanças. Durante o *Planejamento Estratégico da Rede TUCUM*, realizado nos dias 16 e 17 de setembro do mesmo ano, na comunidade de Curral Velho, discutiu-se o processo de transição da secretaria da *Rede TUCUM*, vinculada ao Instituto Terramar, para a Associação Caiçara, entidade de assessoria das comunidades do litoral leste cearense.

Essa mudança foi impulsionada pela saída da coordenadora do Instituto Terramar do processo, que também ocupava a função da secretaria da *Rede TUCUM*, ao longo dos seus 10 anos de existência. Dessa forma, não se manifestou o interesse de outras possíveis assessorias do Instituto Terramar em continuar nessa função. Nesse processo, confundiu-se o papel exercido pelo *Instituto Terramar* como entidade de assessoria ou como coordenação da *Rede TUCUM*, o que pode ser percebido no seguinte relato:

> A Rede TUCUM é como se fosse um filho do Terramar. Foi um sonho que começou de forma muito pequena. A Rede TUCUM foi crescendo e as comunidades foram crescendo junto (Entrevistado 9).

De todo modo, o Instituto Terramar permaneceu como entidade de assessoria para o desenvolvimento das atividades contempladas em seu Plano de Ação.

Essa interrupção do exercício direto do Instituto Terramar na secretaria executiva da *Rede TUCUM* provocou a necessidade da captação de recursos por parte da Associação Caiçara para viabilizar as atividades programadas desde a *9ª Assembleia*. Porém, a realidade da Associação Caiçara é diversa do Instituto Terramar, tendo em vista que a entidade possuía, à época, apenas uma profissional para assessorar ações variadas de intervenção no interior e

no entorno do município de Icapuí. No seu histórico de atuação, a Associação Caiçara tem tido como principal parceiro e apoiador a *Associação Tremembé Onlus*, que fornece recursos oriundos da Província de Trento (Itália). Sendo assim, a sobrecarga de atividades ligadas à secretaria da *Rede TUCUM* implicou a busca por recursos para a manutenção de uma pessoa remunerada para dar agilidade aos encaminhamentos, acordados na *9ª Assembleia*.

Mas parece ser esse tipo de problema uma constante na dinâmica de projetos das entidades de assessoria, de acordo com o depoimento, a seguir:

> O nosso sonho é que Rede seja mais organizada e sustentável, sem depender de projetos. É tão preocupante quando os projetos estão se encerrando. Os turistas são insuficientes, a alta estação é julho/janeiro/fevereiro para brasileiros; e agosto/setembro/outubro para estrangeiros. Na baixa estação, fica todo mundo parado, a gente quer que tenha um certo ritmo. Além disso, tem muitos processos judiciais na Prainha do Canto Verde, em Curral Velho, no Batoque, em Caetanos de Cima, no Jenipapo (Entrevistado 4).

Assim, com relação à escolha de uma nova coordenação executiva da *Rede TUCUM*, durante a *10ª Assembleia*, de início não se conseguiu uma candidatura voluntária das comunidades locais. Sendo assim, foi salientado que essa seria uma oportunidade para a inserção da juventude no processo, tendo em vista a participação na *Escola Popular de Turismo Comunitário*. Dessa forma, foi encaminhada a entrada de jovens de Ponta Grossa e de Jenipapo-Kanindé para serem os porta-vozes do litoral leste. No entanto, de acordo com o *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*, a composição da coordenação executiva estaria condicionada aos coordenadores dos GTs locais. Mas, como se tratava de um caso extraordinário, as decisões poderiam ser tomadas na própria Assembleia, instância máxima de deliberação da *Rede TUCUM.*

No caso do extremo oeste, o GT de Tatajuba sugeriu o nome do líder do movimento da pesca artesanal regional, mas que também não era o coordenador do grupo local. No caso da Prainha do Canto Verde, sugeriu-se que o coordenador do GT se mantivesse, provisoriamente, na coordenação executiva até março de 2017. Em oposição a essa proposta, a maioria dos participantes defendeu a definição de uma coordenação permanente, de imediato. Ainda assim, seria preciso manter alguém experiente na coordenação executiva, com conhecimento sobre o *Turismo Comunitário* e a *Rede TUCUM*. Além disso, a importância da indicação da Prainha do Canto Verde se deveria à trajetória e à possibilidade de contribuição com sua "bagagem" para as atividades de responsabilidade dessa instância. Por essa razão, foi sugerido que uma jovem da Prainha do Canto Verde integrasse a coordenação executiva da *Rede TUCUM*.

Dessa forma, foi realizada uma votação entre os 23 participantes para a definição da composição da coordenação executiva, que resultou na escolha de uma representante de Caetanos de Cima, da coordenadora da Associação Caiçara, de um jovem de Ponta Grossa, de uma jovem de Prainha do Canto Verde e de um líder do movimento da pesca artesanal de Tatajuba. Essa flexibilidade adotada para a escolha de novos membros da coordenação executiva contribuiu, ainda, para a divisão de tarefas no âmbito do GT local, para o engajamento de outros moradores nas ações da *Rede TUCUM* e para balizar o nível de experiência e novas propostas a serem construídas, considerando o gênero, a idade e o tipo de atuação do participante no *Turismo Comunitário*.

Nesse contexto, foi colocado em discussão o assunto da contribuição financeira para a manutenção da *Rede TUCUM*. Observou-se, uma vez mais, que esse assunto provocou certo tumulto durante a programação da *10ª Assembleia*, comprometendo, inclusive, o ato ou efeito de aprovar algo, ficando, assim, longe de encerrar a discussão.

Isto posto, os participantes do evento relembraram que, na *9ª Assembleia*, foi discutido o tema do descumprimento dos GTs no pagamento da taxa coletiva de 10% para a contribuição da *Rede TUCUM*. Como alternativa, foi proposto o estabelecimento de uma taxa fixa de 500 reais, que também não foi aceita. Somente os GTs de Prainha do Canto Verde e de Caetanos de Cima haviam efetuado o pagamento de 2015. Porém, durante o *Planejamento Estratégico da Rede TUCUM*, ocorrido em 2016, na comunidade de Curral Velho, foi questionada a viabilidade do pagamento dessa taxa de 500 reais. Alguns GTs alegaram, à época, a falta de condições de arrecadação desse valor.

Nesse sentido, retomou-se a discussão sobre a decisão pela taxa de 10% ou pela de 500 reais. Nesse caso, qual seria a melhor opção? Existiria outra proposta que pudesse ser viável para os GTs?

Sob essas inquietações, o pescador e proprietário de um chalé em Caetanos de Cima explanou que, naquela ocasião, a *Rede TUCUM* estava completando 10 anos de muito esforço, envolvendo várias pessoas, que se diziam ser solidárias e que tinham consciência dos deveres e compromissos a serem cumpridos. Entretanto, esses valores e compromissos estariam sendo firmados somente na ocasião da Assembleia. Ocorre que vários GTs estariam sendo desviados da linha de conduta orientada pelo *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*. A partir dessa controvérsia, parece que os GTs desejavam que houvesse sempre alguma instituição para realizar as Assembleias. De outra forma, considerou-se injusto que um GT, no caso de dispor um saldo limitado, efetuasse o pagamento de uma mesma taxa que

o GT que possuía saldo elevado. Por isso, houve um movimento de resistência a essa medida e defendeu-se a taxa de 10%.

Nesse sentido, o coordenador do GT da Prainha do Canto Verde reafirmou a existência de múltiplas realidades na *Rede TUCUM* e que, para fazer parte desse coletivo, a questão financeira não seria a única. Esse ator reconheceu que as comunidades, como Tatajuba, investiram um grande esforço para realizar a *10ª Assembleia*. Entretanto, não seria viável para o GT da Prainha do Canto Verde calcular o montante para o pagamento da taxa de 10% do faturamento total. Ele explicou que, na Prainha do Canto Verde, existia, ainda, o conselho de *Turismo Comunitário*, que funcionava como uma empresa, envolvendo 35 pessoas que realizavam atividades relacionadas às atividades de merendeiras, aluguel de casa de veraneio, pousada de pequeno e médio porte e aluguel de carro. Assim, cada um desses prestadores de serviço contribuía para o funcionamento do conselho de turismo. Contudo, já ocorrera situação de os recursos não cobrirem os gastos do conselho. Isso porque havia serviços realizados por concessão e outros por comissão como, também, diferentes visitantes, diversas formas de acolhida, individuais e em grupos. Por outro lado, a taxa de 10% prevista para a *Rede TUCUM* não era fatorada no montante, mas sobre a comissão do que cada um recebia pela sua atividade realizada, caso contrário, o conselho ficaria estagnado. Defendeu-se, assim, o valor de 500,00 para a realidade do GT da Prainha do Canto Verde.

Nessa disputa, uma proprietária de hospedagem em Tatajuba ressaltou que essa indefinição vinha percorrendo todas as assembleias, sendo injusto com o GT que recebia menos visitantes ter que pagar o mesmo valor do GT que recebia um número elevado de visitantes. Além disso, ela ressaltou que, quando se definia uma proposta, os GTs não cumpriam os acordos. Portanto, seria preciso colocar um limite nessa questão. Defendendo a taxa de 10%, ela frisou que Tatajuba iria acertar a taxa de acordo com o que fora arrecadado, durante o ano, no *Turismo Comunitário*. Dessa forma, salientou que seria apropriado cada GT levar em conta o *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*, aceitando o que fora acordado anteriormente.

Diante dessa dificuldade, uma jovem do GT de Caetanos de Cima apresentou um questionamento: "Nesse momento, para onde vai o discurso de comércio justo e solidário, alinhado às premissas da economia solidária?" Ela ressaltou que preço justo não significaria preço padrão, sendo importante se definir uma porcentagem do que se ganha no total. Pela sua interpretação, essa questão de recolhimento da taxa de pagamento estaria condicionada ao sentimento de pertencimento à *Rede TUCUM*. Para ela, quando se ouve dizer "eu sou da *Rede TUCUM*", ficava claro que a pessoa se reconhecia como tal, sabendo que o funcionamento

dessa iniciativa dependeria da sua sustentabilidade financeira. Caso contrário, os GTs continuariam dependentes das entidades de assessorias. Dessa forma, a jovem intercedeu a favor da taxa de 10%.

Na concepção de um pescador de Tatajuba, não ficou claro como fora acordada e definida a taxa de 500 reais. Para ele, essa proposta tendia a privilegiar os GTs de Ponta Grossa e da Prainha do Canto Verde, uma vez que esses recebiam maior fluxo de visitantes. Dessa forma, reforçou o pagamento da taxa de 10%.

Por outro lado, uma agricultora e proprietária de um chalé em Caetanos de Cima rememorou que, durante a *9ª Assembleia*, os porta-vozes dos GTs de Caetanos de Cima e de Tatajuba foram os únicos que não concordaram com a proposta da taxa de 500 reais. Os demais GTs optaram por estender a discussão sobre a proposta em suas comunidades para, posteriormente, partilhar a decisão na reunião de planejamento estratégico, em Caetanos de Cima, em 2016. Nessa ocasião, apenas o GT local fora contrário à proposta de 500 reais pela maioria.

Fazendo um devido contraponto nesse debate, o líder do movimento da pesca artesanal e integrante do GT de Tatajuba salientou que quem não se identificasse com o *Turismo Comunitário* deveria "sair" da *Rede TUCUM*. Não se deveria "perder tempo" com os GTs que não queriam dialogar com a *Rede TUCUM* e, sim, se buscar estratégias alternativas para a sustentabilidade das ações em curso. Esse problema de indefinição da taxa de contribuição financeira não deveria existir, pois isso significava deixar de adotar estratégias de fortalecimento da *Rede TUCUM*. Até quando os participantes da rede iriam admitir essa situação? Para tanto, o GT local recomendou um sistema de repreensão dos grupos que sonegavam informações e, a promoção de diálogo entre a secretaria da *Rede TUCUM* e o GT que estivesse em débito.

É importante considerar, nesse contexto, que a reflexão sobre a taxa de contribuição financeira para a *Rede TUCUM* representava um assunto delicado, o "ponto fraco" dessa dinâmica de funcionamento.

Nesse sentido, para discutir essa incerteza, a convidada da Associação de Moradores de Araticum (Palmácia/CE), a partir de sua ampla experiência na *Rede TUCUM*, resgatou como fora, até então, a dinâmica da contribuição financeira. Na origem da *Rede TUCUM*, entre 2007 e 2008, a taxa era fixa no valor de 120 reais. Mas, quando havia começado a elaboração do *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*, a preocupação passou a ser com as estratégias de construção da autonomia da *Rede TUCUM*. Entretanto, a *Rede TUCUM*, naquele momento, ainda dependia totalmente de recursos doados ou financiados pela

cooperação internacional. Isso porque tanto a contribuição de 120 reais quanto a de 500 reais eram insuficientes para manter o processo ativo.

Assim como o *Caderno de Normas e Procedimentos Internos* havia sido discutido exaustivamente, chegara-se à conclusão de que todos os trabalhadores (as) de turismo nas comunidades envolvidas deveriam contribuir com o processo de fortalecimento do GT local. O problema é que nem todos colaboram com o grupo, impossibilitando-os de efetuar a contribuição coletiva. Ou seja, a taxa de 10% também não funcionara. Nesse caso, se o desenvolvimento do *Turismo Comunitário* não estava sendo capaz de contribuir para a sustentabilidade da *Rede TUCUM*, poderia essa prática ser considerada insustentável? Do mesmo modo, se os serviços ofertados não geravam recursos suficientes para a manutenção da *Rede TUCUM*, seria necessário se buscar compreender, detalhadamente, os preços e as despesas relacionadas à alimentação, hospedagem e demais atividades prestadas para minimizar o prejuízo observado no processo.

Em sintonia com os argumentos apresentados, considerou-se também injusto que alguns usassem dos benefícios da renda gerada pela via do *Turismo Comunitário* e não retribuíssem algum valor para a manutenção da *Rede TUCUM*, que justamente construíra essa proposta alternativa de turismo, regionalmente. Portanto, os apoiadores da cooperação internacional já sinalizaram para o Instituto Terramar que seria problemático que os projetos fossem permanentemente financiados, pois gerava dependência e as iniciativas precisariam se sustentar também por outras vias.

Como a *Rede TUCUM* envolve uma complexa estrutura organizativa, necessitaria de apoio e recursos financeiros não somente do Instituto Terramar, da Associação Caiçara e dos financiadores da cooperação internacional. Então, quanto custaria a *Rede TUCUM*? Com base em cálculos gerais, foi estimado um orçamento anual em torno de 20 mil reais. Ainda que não se conseguisse arrecadar esse valor total, a *Rede TUCUM* deveria ser capaz de garantir um valor de contrapartida, uma exigência dos órgãos de fomento para a captação de recursos. Mesmo que fossem reconhecidas algumas dificuldades, seria preciso fazer, contudo, uma leitura crítica sobre a importância dos recursos gerados pelo *Turismo Comunitário*. Onde estaria sendo investido o recurso advindo dessa prática? Para quem serviria o *Turismo Comunitário*?

Para ilustrar a condição financeira da *Rede TUCUM*, naquele momento, a coordenadora da Associação Caiçara relatou que, em 2016, o saldo da conta comum era R$2.131,00. No entanto, só o calculo prévio do custo da Assembleia já era cerca de R$16.540,00. Se a *Rede TUCUM* não contasse com as entidades de apoio, seria impossível realizar a Assembleia. Dessa forma, seria preciso pensar melhor sobre o tema sustentabilidade

financeira e promover ações que garantissem, no mínimo, a realização das Assembleias anuais.

Esse reconhecimento da importância de se promover as assembleias em termos de sua capacidade de articulação também foi verificado nas falas de algumas entrevistadas, a seguir:

> E se a cooperação sai, fica um desafio muito grande para garantir esses momentos que são muito pontuais, mas são primordiais. Porque se não há um encontro, o que há, uma rede virtual? Porque a gente acredita que o encontro das pessoas é importante, é um desafio mesmo. Porque a gente vê que está em alta o virtual. Mas eu acho que isso, essa agilidade do virtual tem um mérito, garante uma agilidade na comunicação. Mas o presencial fortalece as relações, os vínculos entre as pessoas. E tem coisas que não se estabelecem na esfera do virtual. E, sim, no face a face, no corpo a corpo. Por exemplo, quando uma pessoa está desmotivada ela sai de um momento como esse com mais energia para dar continuidade. Porque às vezes ela está contaminada por processos que está vivenciando dentro da sua comunidade de enfraquecimento. Não que ela vá sozinha transformar toda uma realidade, mas ela pode ainda ter o ânimo de continuar e um momento como esse fortalece (Entrevistado 7).

> No turismo, a gente participa das Assembleias, onde estão todas as comunidades, participa das reuniões e tem sido mais a questão do debate, troca de experiência. Por exemplo, na Assembleia do ano passado, pra mim e para todos os presentes foi um momento gratificante, além da gente tá lá estudando, avaliando, traçando os nossos próximos passos, mas também o convívio com a comunidade. Aquilo dali foi muito importante, além de você se relacionar com as pessoas, saber como a trabalhadora cata os mariscos, além do como que o pessoal se relaciona com o mangue, tira o seu próprio sustento. Teve um dia que a gente foi visitar o mangue, a riqueza que a natureza nos dá. Então, é muito importante quando você vai numa comunidade, aprende na teoria, aí você vai botar a mão na massa e aprender novas experiências (Entrevistado 13).

Pelas razões discutidas em assembleia, foi realizada uma votação para a definição dessa questão da taxa de contribuição financeira, sendo a maioria dos participantes favorável à taxa de 10%. Embora esses argumentos tenham influenciado a escolha por uma nova tentativa de fazer funcionar a taxa de 10%, antes que a situação da rede piorasse, o problema da insustentabilidade financeira permanecia como ponto de debate. Assim, como a *Rede TUCUM* poderia se sustentar e se consolidar no futuro?

Do ponto de vista dos entrevistados, foi possível apreender que essa questão de sustentabilidade financeira da *Rede TUCUM* é relativa à dificuldade de balancear diferentes interesses e visões de familiares, amigos e companheiros envolvidos no processo, que se veem diante da polaridade entre o compromisso "social" e o reconhecimento da importância econômica dessa prática, conforme ilustra o depoimento a seguir:

> [...] Porque é minha tia, é meu vizinho, é meu amigo. A gente não consegue tirar essa questão do profissional, que é preciso ter. A gente perde muito com isso. Acho que o caminho é tentar equilibrar isso. Não misturar amizade com negócio. É duro fazer isso. E botar os pingos nos is. Porque do jeito que a coisa tá indo em cada comunidade, a gente tem que respeitar qualquer atitude, qualquer coisa escolhida pela comunidade, qualquer proposta da comunidade. A gente como Rede tem que estar aberto pra escutar. Seja uma proposta boa ou ruim. Nós como Rede só podemos avaliar e caçar algum argumento para saber se a comunidade está certo ou não (Entrevistado 3).

Além disso, foi aprovada, na *10ª Assembleia*, a inserção da Associação Quilombola do Cumbe (Aracati), que apresentou uma carta de intenção de participação na *Rede TUCUM*, por compreender que essa iniciativa constituía uma estratégia de luta e garantia do território e, assim, poderia contribuir para o fortalecimento das ações locais nesse sentido.

Vale ressaltar ainda, que nessa ocasião, um morador da Vila dos Poetas (Maranguape) manifestou o interesse de seu grupo em ingressar na *Rede TUCUM* para participar das ações de aprendizagem e intercâmbio cultural entre os GTs, tendo em vista as atividades desenvolvidas em sua localidade, com relação às unidades de hospedagem, à Bodega das Artes Solidária; ao Florescer Poético, ao Templo da Poesia, à Trilha Cenopoética do Tato Amarelo, entre outras. Assim, surgiram novos elementos para recompor a *Rede TUCUM*. Para exercitar a delimitação da rede sociotécnica do *Turismo Comunitário*, nesta tese, as controvérsias sobre o tema, acesas até o momento pesquisado, serão desdobradas, na próxima seção.

6.6 PROLIFERANDO A REDE DE ATORES EM AÇÃO

Tendo como base o processo de produção do conhecimento sobre a realidade do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*, foi possível reconhecer que as controvérsias nesse campo são localizadas histórica, cultural e materialmente nas práticas cotidianas das comunidades e das instituições envolvidas, bem como nas Assembleias Anuais, nas quais as associações e seus efeitos circunstanciais não param de proliferar. Assim, as controvérsias refletem não apenas como os atores descrevem o *Turismo Comunitário,* mas também como eles compõem as diferentes versões desse conceito, alinhando diferentes humanos e não-humanos.

Nos rastros das controvérsias, foram ainda seguidos os atores e suas respectivas ações, durante a *11ª Assembleia Anual da Rede TUCUM*, de 06 a 10 de novembro de 2017, na

Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde (Beberibe), que teve como tema geral "Economia Solidária com interfaces no Turismo Comunitário" (Figura 13).

Figura 13 – Participantes da 11ª Assembleia Geral da *Rede TUCUM* – 2017
Fonte: arquivo da autora.

Interessante notar que o primeiro encontro da *Rede TUCUM*, em 2007, ocorrera também na Prainha do Canto Verde. Sendo assim, a realização da *11ª Assembleia* traduziu um longo caminho percorrido para a (re) construção da ideia original de criação de uma rede de *Turismo Comunitário*, o que foi motivo de comemoração entre os participantes do evento. Sob essa inspiração, os porta-vozes das comunidades envolvidas, das entidades de assessoria e os convidados presentes foram reunidos no Centro Comunitário, espaço de referência da organização e luta dos "prainheiros" pelo bem comum e em defesa do seu território, animados pelo canto: "Viva a Rede TUCUM/ Viva o meu Ceará/ Um turismo comunitário/ Na beleza da terra, do povo e do mar" (3x).

No abre-alas dessa assembleia, foi realizada uma breve análise da conjuntura política e econômica relacionada à *Rede TUCUM*. Nos últimos dez anos de construção da *Rede TUCUM*, afirmou-se ser o *Turismo Comunitário* uma ferramenta de resistência em defesa do território, baseada em três premissas principais: (1) o modo de organização comunitária - que fortalece o sentimento e a prática da união entre os moradores para o diálogo e a tomada de

decisão, visando melhor atender à comunidade local; (2) a visão crítica do mundo e da sociedade capitalista baseada na exploração, no lucro, na privatização do território e da natureza; e (3) a garantia do território, de onde provém o sustento das comunidades e se expressam o modo de vida e de trabalho, a estreita relação com a ancestralidade e as referências de afeto.

Todavia, foi reafirmada a necessidade de se avaliar, continuamente, o processo do *Turismo Comunitário*. Sendo assim, percebeu-se que, nesse percurso, alguns grupos de *Turismo Comunitário* se estagnaram, e, talvez, por isso, venham passando por dificuldades de atrair uma demanda turística regular. Foi reconhecida a importância de se analisar como está sendo realizado o *Turismo Comunitário*, a partir dos discursos e práticas locais, mencionados naquele momento. Nessa perspectiva, os desafios a serem enfrentados pelas comunidades da *Rede TUCUM* voltaram ao centro do debate, considerando o contexto de inserção regional dessas experiências.

No que se refere às questões relacionadas aos territórios da Zona Costeira Cearense, nos quais se desenvolve o *Turismo Comunitário,* foi enfatizada a situação dos principais projetos em curso e de seus interesses múltiplos e conflitantes: os parques de usinas de energia eólica, o turismo convencional e a carcinicultura.

Por essa razão, no contexto da grave crise econômica e política no país, a educadora social do Instituto Terramar vem acompanhando, nos últimos anos, a construção dos discursos das políticas públicas de fomento à produção de energia eólica no Ceará. Nas palavras da educadora social, essa foi uma forma das comunidades da *Rede TUCUM* "olharem para o inimigo que está ao lado". No caso da energia eólica, em 2017, foram identificados 66 parques de usinas de energia eólica em operação e aproximadamente duas mil torres instaladas, ocupando cerca de 25 mil hectares do território na Zona Costeira Cearense. Existem ainda 19 parques em construção e 17 aprovados para esse fim[152].

Com relação especificamente ao turismo convencional, foi mencionado que o *Plano Nacional de Turismo 2013-2016* continuava sendo o documento orientador para o setor, em 2017. As metas traçadas eram audaciosas, visando elevar o país à condição de terceiro maior PIB turístico do mundo até 2022. Entretanto, os riscos decorrentes deste crescimento idealizado não foram especificados nesse plano. Além disso, não se pode desconsiderar que a elaboração e a implementação de políticas públicas de turismo, como é o caso do último plano

[152] Em nível nacional, totalizam-se 476 parques, localizados, em sua maioria, na região Nordeste, considerada como a melhor para investimento empresarial por oferecer baixo custo de produção, sobretudo pela condição de mão de obra barata, além das condições naturais do vento.

discutido na ocasião, tendem a privilegiar os padrões convencionais e massificados de desenvolvimento.

Nesse contexto, o Ministério do Turismo havia aprovado a *Portaria Interministerial nº 113, de 04 de maio 2017*. Nessa portaria, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) foi instituída como agente da regularização da situação das áreas com potencial para o desenvolvimento do turismo, sendo o próprio MTUR o gestor desse processo de investimentos no setor.

Esse ato administrativo poderia representar um entrave aos processos de regularização fundiária das comunidades da *Rede TUCUM*. Isso porque, no Ceará, a SPU estava estabelecendo os procedimentos operacionais para promover a regularização dos territórios de Tatajuba, Maceió, Caetanos de Cima, Batoque, Prainha do Canto Verde e Cumbe. Embora alguns estudos estivessem sendo finalizados, existiam dúvidas com relação à cessão de uso desses territórios. Por trás desse processo, havia ainda uma situação de forte disputa por esses territórios. Sendo assim, as comunidades da *Rede TUCUM* deveriam atentar para essas medidas recém-aprovadas. Pois, poderia ocorrer de pessoas externas, com interesses adversos aos das comunidades locais, pedirem a concessão de uso dos territórios tradicionais. Por exemplo, qual seria o interesse da SPU em incluir, nesse processo, a praia de Tatajuba e a Ilha do Amor, considerados como o "quintal" de Jericoacoara (Camocim), destino de referência em turismo de sol e praia pelo MTUR? Essa se tornou, portanto, uma grande preocupação, durante a *11ª Assembleia*, o que sinalizou para a necessidade de solicitação aos órgãos competentes do Contrato de Concessão de Uso do Território em benefício das comunidades mencionadas.

Nesse processo de debate, foi também explicitado que o movimento da pesca artesanal vem resistindo no cotidiano da Zona Costeira Cearense. Mas, no plano de políticas públicas, a tendência tem sido a perda de direitos e a precarização do trabalho do pescador artesanal. Além disso, os dados oficiais da estatística da pesca e da aquicultura (BRASIL, 2011) apontam para a baixa produção de pesca artesanal, o que contribui ainda mais para o desmonte e a marginalização dos pescadores, bem como para o fortalecimento da pesca industrial.

Entretanto, a pesquisa realizada pelo Instituto Terramar, diretamente com as comunidades pesqueiras do Ceará, contraria esse dado, indicando que cerca de 80% do pescado produzido têm sido distribuídos para os centros urbanos. Ou seja, contribui para desmistificar que os pescadores artesanais não influenciam a produção de pescado no país. Portanto, reafirmou-se que a "bandeira" de luta da pesca artesanal estava diretamente

associada ao movimento em defesa da garantia do território costeiro e da soberania alimentar e pelo fomento das atividades produtivas de pequena escala. Por outro lado, seis projetos de maricultura estavam sendo desenvolvidos nas comunidades locais, tanto no litoral leste quanto no oeste. O problema registrado, nesse caso, era a inexistência de estudo de impacto ambiental desses projetos. Em contrapartida, ocorreu uma queda da produção da carcinicultura, devido ao aumento da doença mancha branca no camarão.

Com base em uma reflexão mais ampla sobre a conjuntura de crise econômica e política no país, marcada por inúmeros retrocessos institucionais, prosseguiu-se o debate, na *11ª Assembleia,* com a manifestação das distintas visões e sentimentos dos participantes a respeito da situação analisada.

Considerando o avanço dos grandes projetos de desenvolvimento, na percepção do pescador e presidente da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, estaria prevista ainda a chegada de um amplo projeto de geração de energia solar e de energia elétrica pelas ondas do mar. Diante disso, é importante que as comunidades resistam a esse processo e tenham a capacidade de pensar, em conjunto, a respeito de estratégias para se conviver no mesmo território, buscando minimizar a degradação ambiental. Um exemplo disso foi a própria proposta do *Turismo Comunitário*, que surgiu em decorrência do desenvolvimento do turismo convencional, entendido como um modelo inadequado para a realidade da Prainha do Canto Verde. Nesse caso, poderiam relacionar os ganhos e perdas do turismo de massa e do *Turismo Comunitário* para aclarar os problemas e agregar o movimento de base na busca por respostas e caminhos possíveis no contexto da *Rede TUCUM*.

Esse interesse pelo estudo do turismo na ZCC pode ser mais conveniente para uma comunidade, como a Prainha do Canto Verde, do que para outras que tem ainda a pesca como principal desafio. Esse foi o caso de Tatajuba. Segundo o pescador e participante do GT dessa comunidade, a situação na *Rede TUCUM* só não tem sido melhor, porque, na prática, "a luta é pela defesa do território, pela pesca, para colocar comida em cima da mesa". "A luta das comunidades é pela vida. Nós vivemos bastante aflitos". "Quem luta no Ceará sabe como é!". Além do acirramento dos conflitos derivados da implementação dos grandes projetos de desenvolvimento, as comunidades da Zona Costeira Cearense estariam experimentando tensões e divisões internas, como efeitos das estratégias de dominação e exploração pelos empresários externos às localidades em foco. Ocorre, ainda, algo mais problemático: várias lideranças das comunidades da *Rede TUCUM* estariam sendo ameaçadas, e,

consequentemente, havendo necessidade de assistência do Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas no estado do Ceará (Provita-CE)[153].

O que é pior, segundo o próprio relatório *Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Territórios Tradicionais Pesqueiros no Brasil* (CPP, 2016), o modo de vida das comunidades tradicionais de pescadores estaria em risco porque os ecossistemas são vistos como "mercadorias" e as comunidades locais como "intrusas" no plano do desenvolvimento. Nesse documento, dentre as comunidades atingidas no Ceará, foram apontadas Tatajuba, Curral Velho, Cumbe e Vila da Volta, que também são envolvidas na *Rede TUCUM*.

Assim, considerando a complexidade envolvida nesse debate, foi reafirmado que a pesca artesanal e a luta pela garantia e permanência no território não poderiam ser colocadas em segundo plano pela *Rede TUCUM*, tampouco por outras redes e movimentos associados, pois isso fragilizaria o processo de articulação entre os atores enredados.

Outro caso que ilustrou essa problemática foi relatado, na ocasião, pelo presidente da Associação Comunitária dos Moradores do Batoque. A atual gestão dessa associação foi ao SPU para acompanhar o processo de concessão de uso do território do Batoque, mencionado anteriormente, e, por consequência, verificou algumas irregularidades que poderiam ameaçar a integridade da área da comunidade. Mas isso só foi possível porque a nova gestão da associação retomou o posicionamento nesses espaços de disputas políticas e tomada de decisões para a defesa da garantia dos seus direitos territoriais. O Batoque só tinha a representatividade nesses espaços por meio do MPP. Sendo assim, nesse processo, a Associação dos Pescadores e Marisqueiras do Batoque e o ICMBio, chefe da RESEX do Batoque, tornaram-se também aliados da Associação Comunitária local.

Na região de Aquiraz, a luta pelo território da comunidade do Batoque aconteceu em conjunto com a etnia Jenipapo-Kanindé. No Jenipapo-Kanindé, desde o início, a luta não fora somente para trabalhar com o turismo. A luta fora, primeiramente, pela demarcação da terra indígena e da "mãe Lagoa Encantada". Mas, seu processo de demarcação foi questionado, legalmente, pela empresa Ypioca (Pecém Agroindustrial Ltda), que não teve êxito em nenhuma instância de tramitação do mesmo. Sendo assim, o processo de demarcação teve continuidade no âmbito da FUNAI. Nesse alinhamento, foi reforçado que, "para ter *Turismo Comunitário*, antes, é preciso ter terra garantida".

[153] O Provita se destina a promover a proteção a vítimas ou testemunhas de crimes que estejam sendo coagidas ou expostas à grave ameaça em razão de sua colaboração com investigação ou processo criminal (<http://www.mdh.gov.br>).

Por outro lado, foi mencionado que o *Turismo Comunitário* estaria começando a gerar algumas mazelas nas comunidades envolvidas na *Rede TUCUM*.

Pelo relato do agricultor e coordenador do GT do Assentamento Coqueirinho, há 22 anos, a área do assentamento foi considerada como um "empecilho" para o município de Fortim. Mas, em 2017, estaria sendo altamente cobiçada por compradores de terra interessados em investir no próprio *Turismo Comunitário*. Essa proposta começara a partir da luta pelo território tradicional, mas, naquele momento, seria preciso refletir sobre isso em um sentido mais amplo. Ocorre que, os empresários estariam interessados nessa proposta como uma oportunidade de negócio. Sendo assim, a ideia de abertura de uma empresa via *Rede TUCUM* foi retomada, defendendo-se que, somente assim, poder-se-ia assegurar o protagonismo local no desenvolvimento do *Turismo Comunitário* regional.

Nesse sentido, o porta-voz do Assentamento Coqueirinho fez outro contraponto na ocasião. Em 2013, as agências de turismo, que tiveram contato com esse GT local, haviam considerado que trabalhar com o *Turismo Comunitário* era uma atividade "arriscada". Entretanto, em 2017, essas agências estariam interessadas nessa atividade como um novo segmento de mercado turístico a ser explorado. Foi nesse contexto que a expressão "devemos ser empresa, se não alguém vai dominar isso da gente" ganhou significado durante a *11ª Assembleia*. Isso confundiu os participantes, a princípio, gerando reações controvertidas, desde o protesto até a possibilidade de se vislumbrar, no futuro, uma solução para o problema da comercialização do *Turismo Comunitário*.

No contexto desta tese, vale ressaltar que, atualmente, o tema da comercialização do *Turismo Comunitário* é ainda polêmico no cenário nacional. Por exemplo, foi um assunto discutido exaustivamente no *II Encontro Nacional da Rede TURISOL*, em 2015. Nessa ocasião, embora tivessem sido defendidos que o acesso ao mercado e a garantia da participação comunitária fossem vitais para a comercialização no TBC, alguns operadores reforçaram o fato de ainda existir "preconceito" de algumas comunidades com relação à dinâmica de serviços e operações de venda de pacotes turísticos. Dessa maneira, propôs-se que uma possível via para a comercialização do TBC seria o estabelecimento de relações mais próximas, de confiança e de forma independente entre os atores envolvidos, por meio da web e das redes sociais (BAGAGEM, 2015).

De todo modo, a promoção e a comercialização do *turismo comunitário* não seriam temas de fácil consenso, o que vem gerando a necessidade de ações cautelosas, sob o ponto de vista das comunidades locais. Mas como os demais atores se posicionam sobre esse problema?

Na visão da administradora da Pousada Tremembé, pela sua experiência no local, desde 2016, havia a impressão de que o tempo da comunidade não corresponderia ao imediatismo das demandas de mercado. Havia, portanto, dificuldades de definição de preços dos pacotes turísticos, em função da variação dos valores da prestação de serviços de embarcação, artesanatos etc. Isso poderia implicar dificuldades para promover a negociação de ações em parceria com as agências de turismo.

Por outro lado, várias impressões expressas, durante a *11ª Assembleia*, como "o turista que faz *Turismo Comunitário* também quer um serviço prestado com qualidade". "Quando o turista liga, pergunta se a pousada é sustentável". "Hoje em dia, a venda de pacote turístico é facilitada se for associada à questão de sustentabilidade", pelo jovem participante do GT de Ponta Grossa, levaram os demais a perceberem outros modos de conhecer e construir o *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*.

Nessa dinâmica, foi reconhecido que, se em 2007, o *Turismo Comunitário* estava associado a um plano de ações, em 2017, a situação era outra, da mesma forma como haviam mudado as impressões e os anseios das comunidades envolvidas na *Rede TUCUM*. Se, nessa assembleia, as empresas estariam interessadas em *Turismo Comunitário*, a profissionalização das comunidades locais poderia compor um caminho viável para essa articulação. A união das comunidades com esse propósito poderia atenuar essa relação de apropriação dos territórios pelo empresariado do setor, dentre outros efeitos no interior das localidades envolvidas. Sendo assim, o jovem participante do GT de Ponta Grossa entendeu que poderiam também ser ampliadas as vantagens de se viver em comunidade, relacionadas à tranquilidade e à segurança do lugar. Isso porque foi declarado que o importante seria que se tivesse a consciência dos impactos decorrentes do *Turismo Comunitário*. Portanto, deveria se pensar de forma "profissional" e não "amadora", segundo o jovem participante.

Embora essa visão tenha a sua especificidade, essa compreensão expressa uma tendência global, quando se considera, por exemplo, o título da capa do caderno *Boa Viagem* do jornal *O Globo* como "(In) sustentável: 2017, o ano do turismo ambiental e socialmente responsável, traz à tona bons e maus exemplos no setor". Nessa reportagem, foi indicado que a premiação "Braztoa de Sustentabilidade", promovida pela Associação Brasileira de Operadoras de Turismo (Braztoa) e chancelada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), tem se constituído como uma forma de dar visibilidade ao tema, que começa a ser valorizado pelo mercado brasileiro. Por essa perspectiva, "tratar bem a natureza é diferencial competitivo". Dessa forma, o mercado tem começado também a se apropriar de uma nova

demanda pelo *Turismo de Base Comunitária*, que propõe integrar "o visitante a comunidades fora dos roteiros tradicionais [...]" (MAIA, 2017, p.13).

Outra situação emblemática, nesse contexto, foi a realização da palestra "Turismo de Vivências com Base Comunitária", no eixo Segmentação, durante o Congresso ABAV[154] de Turismo, que aconteceu, de 27 a 29 de setembro de 2017, em São Paulo. Essa foi a primeira vez que esse espaço, voltado à capacitação e difusão do conhecimento no mundo de negócios do turismo, acolheu o tema relacionado ao turismo na interface com as comunidades locais[155].

Por outro lado, na *11ª Assembleia Anual da Rede TUCUM* , foi questionado: como as empresas têm sido vistas em relação às práticas de sustentabilidade? Nesse caso, como funciona a "responsabilidade social" dessas empresas que se dizem engajadas no turismo sustentável? Com esse contraponto no debate, a moradora da Vila dos Poetas provocou os participantes para a necessidade de comparar os princípios da *Rede TUCUM* com os princípios éticos das empresas interessadas no *Turismo Comunitário*.

Diante dessas questões, abordar o tema das empresas constituiu um desafio para a *Rede TUCUM*. Mas o que significa o *Turismo Comunitário* sob a lógica de mercado convencional? Do que se constitui esse mercado? Como deslocar o foco da luta territorial para a inserção da *Rede TUCUM* no mercado? A quem interessa que a *Rede TUCUM* se torne uma empresa? A reflexão sobre a *Rede TUCUM*, que surgiu junto aos movimentos sociais como uma possível empresa, causou desconforto e tumulto na ocasião. No entanto, essa foi uma proposta que fez diferença para se pensar como o *Turismo Comunitário* tem sido produzido na *Rede TUCUM*, impulsionando reações e efeitos.

Nesse sentido, a convidada da Associação de Moradores de Araticum (Palmácia/CE), sustentou que as estratégias de comercialização adotadas para a *Rede TUCUM* continuavam insuficientes diante do panorama atual. Foi resgatado que, pela pesquisa-diagnóstico de *Turismo Comunitário*, coordenada pelo VIÈS/UFC e Instituto Terramar, em 2013, já havia sido entendido que vários comunitários sonegavam informação sobre a real renda gerada por meio do *Turismo Comunitário*. Ficou claro que, alguns comunitários consideravam que o *Turismo Comunitário* constituía um negócio individual, afirmando que se "construir um

[154] Associação Brasileira de Agências de Viagens.

[155] Em outro evento mais recente, no Workshop "Tendências Globais do Turismo Sustentável", ocorrido em 02 de abril de 2018, em São Paulo, foi apontado, também, que "a sustentabilidade deixou de ser diferencial competitivo para se tornar uma premissa no mundo dos negócios" e que, para avançar, as empresas devem "inovar e serem responsáveis e proativas ambiental e socioculturalmente" (informação disponível em: <https://vivejar.com.br/pt/tendencias-globais-do-turismo-sustentavel/>).

quarto ou um chalé para receber o turista no final de ano" seria o suficiente para atuarem nessa prática.

Será, então, que a criação de uma empresa, com toda a hierarquia e tributação que isso implica, poderia ser mais interessante do que a manutenção de uma rede de articulação?

Para a jovem coordenadora do GT de Caetanos de Cima, as comunidades envolvidas deveriam gerir o seu próprio negócio, não existindo "comandantes e comandados". Nesse caso, as inúmeras formações em *Turismo Comunitário* estariam já contribuindo para que se concretizasse o modo de funcionamento em rede. Caso contrário, seria muito provável que as comunidades locais se transformassem em núcleos de turismo de massa. Embora seja uma iniciativa relativamente simples, a organização do grupo de *Turismo Comunitário* demanda variadas atividades articuladas. Mas, se a *Rede TUCUM* fosse uma empresa, os desafios para o seu fortalecimento seriam maiores. Se existir o interesse de torná-la uma empresa, qual seria a necessidade de se promover oficinas de formação com as comunidades envolvidas? Além disso, questionou-se, uma vez mais, na ocasião, qual deveria ser o "projeto" da *Rede TUCUM* e como essa iniciativa poderia funcionar de forma sustentável?

Nesse sentido, no âmbito da *11ª Assembleia*, foi discutido qual seria o papel das entidades de assessoria. Em outras palavras, qual seria a relação entre a *Rede TUCUM* e o Instituto Terramar? De dependência ou parceria? O Instituto Terramar se reconheceu, na ocasião, com a função de buscar orientar e não definir o caminho a ser trilhado pela *Rede TUCUM*. A proposta não seria de se criar redomas para as comunidades locais, mas buscar, em conjunto, saídas e alternativas para se repensar o sistema produtivo dos territórios na Zona Costeira Cearense. Do mesmo modo, ressaltou-se que as políticas públicas continuavam desfavorecendo a luta pela defesa do território e pela preservação dos recursos naturais. Dessa forma, questionamentos voltaram a acontecer sobre quais seriam as formas de atuação da *Rede TUCUM* em termos políticos para fortalecer as lutas comunitárias e com que secretarias e órgãos públicos as comunidades locais deveriam buscar aproximação e diálogo.

Nesse sentido, foram expostos argumentos que colocaram em questão a existência e as formas de construção do *Turismo Comunitário* no âmbito da *Rede TUCUM*. Mas, é importante reiterar que, neste capítulo, não se teve a pretensão de alimentar com certezas os dois lados desse debate. Pretendeu-se seguir os atores em ação no *Turismo Comunitário* e os seus efeitos no movimento de coconstrução da *Rede TUCUM*.

Para avançar nesta análise, durante a programação da *11ª Assembleia*, foi realizada a segunda validação desta tese, no dia 08 de novembro de 2017. Nessa ocasião, foi explicitado pela pesquisadora aos participantes que, ao longo do processo, houvera a compreensão de que

a construção da *Rede TUCUM* circulava em torno da proposta de *Turismo Comunitário*, que se movimentava de acordo com os elementos atuantes, configurando, assim, um lugar de produção de conhecimento e de realidades em transformação.

Para tanto, foi apresentado um slide que delineava essa configuração e procedeu-se a uma descrição detalhada da mesma. A *Rede TUCUM* foi, então, apresentada como uma mistura de elementos múltiplos, que influenciam e são influenciados em suas ações. Por exemplo, os elementos que compõem o cotidiano das comunidades locais, sendo o sol, a terra, o mar, o mangue, o vento, a pesca artesanal, a renda de bilro, a agricultura familiar, o artesanato, a produção do caju, dentre outros, bem como as organizações formadas pelas comunidades por meio da Associação de Moradores/as, da Associação de Pescadores/as, da Associação de Catadores de Algas, da Associação de Mulheres, da Associação de Turismo. Também entidades parceiras como a UFC, o MST, o MPP, o ICMBio, o INCRA, o Instituto Terramar, a Associação Caiçara, a Associação Tremembé Onlus, a ADELCO, a FUNAI, a Rede Bodega, a Associação Amigos da Prainha do Canto Verde. Além disso, fazem parte do processo de análise empresários da energia eólica, da carcinicultura, da maricultura, da pesca industrial, de imobiliárias, turistas, políticas públicas, o facebook, o site e as leis etc., conforme esquematizado na Figura 14.

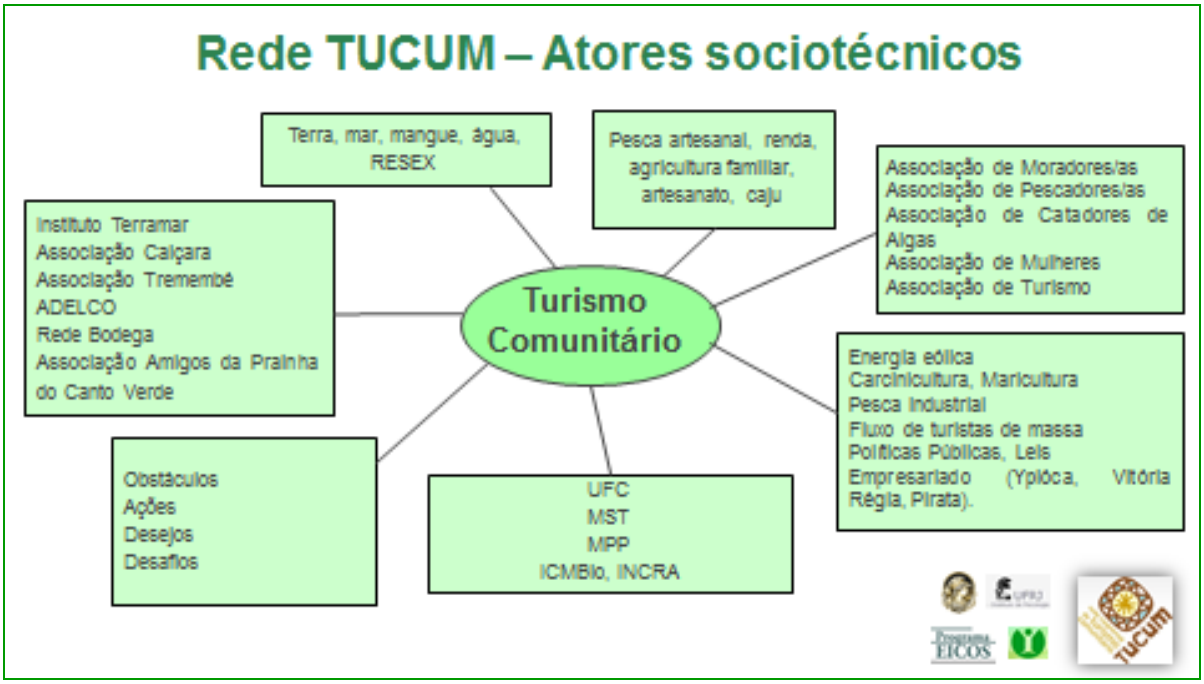


Figura 14 – Apresentação da pesquisa na 11ª Assembleia Anual da *Rede TUCUM* - 2017
Fonte: arquivo da autora.

Para orientar essa reflexão, foram ainda retomados os dilemas e os desafios debatidos durante as Assembleias Anuais da *Rede TUCUM*, realizadas no período entre 2013-2016. Dessa forma, foi rememorado que, em 2013, na Assembleia realizada no Coqueirinho, a principal questão debatida havia sido se a *Rede TUCUM* constituiria um modo de articulação entre as comunidades envolvidas ou uma instituição. Em 2014, no Assentamento do Maceió, a polêmica fora se a Rede seria uma prestadora de serviço ou uma estratégia de luta pelo território. Em 2015, no Jenipapo-Kanindé, o debate central fora como fortalecer a relação e a comunicação entre os GTs. Em 2016, na Tatajuba, a interrogação havia sido como a *Rede TUCUM* poderia se manter e estabilizar para continuar existindo. Após a apresentação dessas reflexões, foi aberto o debate sobre o tema e algumas lideranças comunitárias e assessoras das ONGs se pronunciaram a respeito.

Para o jovem participante do GT de Ponta Grossa, estava claro que o maior desafio da *Rede TUCUM* seria encontrar uma forma de se manter e se fortalecer com o apoio das instituições. Em relação à questão da Assembleia de 2013, anunciou que esse problema já fora superado, existindo um entendimento comum de que a *Rede TUCUM* constituía uma articulação de comunidades da Zona Costeira Cearense. Por outro lado, avaliou que a proposta de a *Rede TUCUM* se tornar uma instituição deveria ser amadurecida em um momento futuro.

No entanto, a definição da *Rede TUCUM* apenas como uma rede de articulações não era algo consensual. Para a agricultora e proprietária de chalé em Caetanos de Cima, essa questão ainda se encontra "mal resolvida" para algumas comunidades, pois muitas pessoas ainda não percebem a *Rede TUCUM* como resultado dos movimentos sociais, entendendo-a, às vezes, como uma agência de turismo. Para reafirmar esse argumento, ela destacou a discordância entre alguns moradores envolvidos no *turismo comunitário* em pagar uma taxa sobre a vinda de visitantes pela *Rede TUCUM*.

Para uma jovem colaboradora da Associação Caiçara, por sua vez, a incerteza acerca do significado da *Rede TUCUM* estaria relacionada à insuficiência dos encontros anuais. Para ela, o fortalecimento do processo de comunicação entre os GTs se tornaria condição fundamental para a existência da *Rede TUCUM*.

No que tange aos atores da *Rede TUCUM*, pela opinião da coordenadora do GT de Caetanos de Cima, seria importante mencionar os "sujeitos" que fazem parte do processo, como a juventude, as mulheres, os pescadores. Ocorre que nem todo mundo que faz parte das Associações locais estaria no grupo de *Turismo Comunitário*.

Ainda sobre a rede de atores apresentada, a socióloga do Instituto Terramar questionou a posição de reunir os elementos em "único pacote". Na sua visão, diferentes "categorias" incidiriam no *Turismo Comunitário* na Zona Costeira Cearense. Mas havia aqueles que ameaçavam e desafiavam o *Turismo Comunitário*, como os parques eólicos, a carcinicultura, a maricultura, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, entre outros. Também haveria os "sujeitos" que constroem a sua realidade, como a juventude, as mulheres, os povos indígenas, os quilombolas, os pescadores/as, os assentados/as, os agricultores/as, o movimento LGBT etc. Ela ressaltou, assim, que seria importante distinguir "quem ajuda" e "quem atrapalha" o processo.

Por fim, o coordenador do GT do Jenipapo- Kanindé questionou a inserção da ADELCO, tendo em vista que, naquele momento, a entidade não acompanhava mais o *Turismo Comunitário* na sua comunidade. Além disso, a ADELCO não havia investido na melhoria da infraestrutura da Pousada Jenipapo-Kanindé, conforme previsto como parte das atividades do projeto "Etnodesenvolvimento de comunidades indígenas do Ceará". Isso obrigou a comunidade a fazer um empréstimo bancário, pois a estrutura da pousada estava em condições precárias. Dessa forma, o coordenador do GT sugeriu a substituição da ADELCO pela juventude no quadro de atores da *Rede TUCUM*.

Após a discussão relativa à apresentação da pesquisa, foi acordado quem seriam os principais atores reconhecidos no movimento da *Rede TUCUM*. Percebeu-se que os participantes do evento reconheciam apenas como atores no processo os "sujeitos" das comunidades locais, sem atribuir importância aos demais elementos apresentados.

Mas como o método da *Cartografia de Controvérsias*, inspirada na *Teoria Ator-Rede*, permite o estudo da rede aberta e heterogênea de produção social e material do *Turismo Comunitário*, foi explicitado que, naquele momento, o interesse da pesquisa era identificar e revelar, simetricamente, os diferentes elementos humanos e não-humanos que vinham agindo para a composição da *Rede TUCUM*, traçando a multiplicidade de discursos, vozes e práticas que fabricam velhas e novas realidades.

A partir dessa perspectiva e tendo em vista o objetivo de se refletir e movimentar a relação entre os participantes na *11ª Assembleia*, foi proposto que se pensasse nas ações dos atores envolvidos e nos possíveis efeitos no desenvolvimento do *Turismo Comunitário*. Sejam comunidades locais, ONGs e outros elementos associados, nesta análise, considerou-se importante se refletir sobre o que fazem e como eles se movimentam para fazer com que a *Rede TUCUM* se torne realidade. Nesse sentido, foi mencionado aos participantes do evento

que eles não deveriam se preocupar com o grau de importância, o peso, a força ou mesmo o poder de influência que cada um teria sobre o outro.

A partir desse entendimento, deu-se sequência ao debate com base em duas questões orientadoras sobre a *Rede TUCUM*:

(1) Quais são os pontos favoráveis e contrários ao *Turismo Comunitário* organizado pela *TUCUM*?

(2) Como vocês imaginam/desejam que a *TUCUM* seja no futuro?

A partir dessa experiência, na qual passado, presente e futuro se mesclam, a metodologia proposta para a articulação desse debate foi a montagem de um júri simulado, como se fosse um tribunal do júri popular[156], no sentido de se provocar uma composição polifônica de modos de compreensão sobre o *Turismo Comunitário*, que, nesse caso, seria o próprio réu a ser avaliado. Os participantes da *11ª Assembleia* aceitaram participar da dinâmica proposta pela pesquisadora, que contou com o apoio de duas professoras visitantes na ocasião.

Sendo assim, o júri simulado foi montado no próprio Centro Comunitário da Prainha do Canto Verde, informando a composição e o funcionamento de um júri, o qual envolveu o juiz (responsável pelo andamento do júri), os jurados (responsáveis por analisar os argumentos expostos), os advogados de defesa, os advogados de acusação e as testemunhas (que puderam reforçar os argumentos) (Figura 15).

[156] No Ceará, o Tribunal Popular é uma prática usual entre as comunidades da Zona Costeira, os movimentos sociais e as pastorais, que colocam no banco dos réus, o Estado brasileiro, por sua participação em conflitos socioambientais e violação de direitos de jovens na periferia dos centros urbanos e de trabalhadoras/es rurais do interior, pescadoras/es e indígenas.

Figura 15 – Discussão sobre a pesquisa e júri simulado – 2017
Fonte: arquivo da autora.

Dessa forma, os 20 porta-vozes que se colocaram voluntariamente no júri foram pessoas que faziam parte da coordenação colegiada ou da secretaria executiva da *Rede TUCUM*, que haviam cursado a *Escola Popular de Turismo Comunitário*, além de pescadores, agricultores ou artesãos das comunidades presentes. Esses foram divididos em dois grupos de 10 pessoas dispostas para compor a defesa e a acusação. Os diferentes tipos de atores foram distribuídos, aleatoriamente, nos dois grupos, por meio de tarjetas. Porém, cada participante teve que desempenhar o papel de uma entidade ou sujeito diferente da sua, ocorrendo uma troca de papéis e visões sobre o mesmo problema para ilustrar como cada um dos envolvidos percebia as questões arriscadas pela perspectiva do outro ator. Por exemplo, quem assumisse o papel da UFC não poderia ser o porta-voz da sua própria instituição, devendo para isso trocar as tarjetas, se necessário.

O Quadro 4, a seguir, sintetiza a composição do júri simulado.

Quadro 4 – Composição do júri simulado

Juíza: pesquisadora-mediadora Secretaria: professoras visitantes RÉU: Turismo comunitário na *Rede TUCUM*	
ACUSAÇÃO: Presidente da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde: porta-voz do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais Agricultora de Caetanos de Cima: porta-voz do turista de massa Presidente da Associação Comunitária de Moradores de Tatajuba: porta-voz da juventude Jovem coordenadora do GT de Caetanos de Cima: porta-voz da pescadora Coordenador do GT do Coqueirinho: porta-voz do Instituto Terramar Coordenador do GT do Jenipapo-Kanindé: porta-voz das políticas públicas Pescador da Prainha do Canto Verde: porta-voz de grandes empreendimentos turísticos Assessora do Instituto Terramar: porta-voz da pesca predatória Assessora da Associação Caiçara: porta-voz da Rede Bodega Artesã de Icapuí: porta-voz da Associação de Moradoras	DEFESA: Colaborador da Associação Caiçara: porta-voz da Associação Tremembé Onlus Comunitária da Associação Quilombola do Cumbe: porta-voz da Associação de Turismo Jovem colaboradora da Associação Caiçara: porta-voz da agricultora Pescador da Vila da Volta: porta-voz do artesão Jovem do Assentamento Maceió: porta-voz da Associação Caiçara Coordenadora da Associação Caiçara: porta-voz da Associação Amigos da PCV Jovem de Ponta Grossa: porta-voz do Empresário de energia eólica Associação de Moradores de Araticum: porta-voz do especulador de terra Moradora da Vila dos Poetas: porta-voz da Universidade Federal do Ceará. Jovem de Curral Velho: porta-voz do MST
Jurados: os demais participantes da Assembleia	

Fonte: elaborado pela autora.

Dessa forma, cada grupo se reuniu, durante 15 minutos, para a preparação dos argumentos e da forma de posicionamento a respeito da defesa ou da acusação. A estrutura do espaço foi adaptada para simular um júri, colocando o grupo de acusação no lado oposto da defesa. Os outros participantes da *11ª Assembleia* formaram os jurados. O funcionamento previsto do júri aconteceu da seguinte forma: Juíza abriu a sessão (05 minutos); Acusação relatou os argumentos contrários ao réu e suas testemunhas (15 minutos); Defesa apresentou os argumentos favoráveis ao réu e suas testemunhas (15 minutos); Exposições conclusivas foram conduzidas dos dois lados (05 minutos cada). Após a fase de exposição e debates, os jurados se pronunciaram (10 minutos) e a juíza (pesquisadora-mediadora) fez as considerações finais (05 minutos).

Considerando o posicionamento assumido no júri simulado, o evento seguiu com o relato de cada participante sobre o *Turismo Comunitário*. Cada argumento foi sintetizado em tarjetas, que foram expostas no *banner* para o compartilhamento das informações obtidas. Nesse sentido, o primeiro grupo convocado foi o da acusação, que ocupou a cadeira frente ao júri e iniciou a fala. A seguir, estão expressas algumas das falas que trouxeram importantes pistas para a pesquisa.

No plano da acusação foram os seguintes os argumentos discutidos:

> *Turista de massa: [...]* Esperava ouvir histórias de pescador, da comunidade, da dança do coco, dos valores culturais. Esperava ar-condicionado nas pousadas. Viu camarões nos cartazes do restaurante da comunidade. Mas os camarões servidos eram criados em cativeiro e isso agride o meio ambiente. [...]
>
> *Juventude*: [...] A juventude não tem oportunidade para trabalhar com esse tipo de turismo, só quem tem acima de 40 anos, porque se dizem ter mais experiência e estão acostumados a lidar com dificuldades. A juventude não é ainda ouvida, não pode participar dos conselhos de turismo, dos GTs de turismo comunitário, das cooperativas, não pode fazer parte do processo. A juventude se sente excluída da iniciativa da *Rede TUCUM* e pede esclarecimentos para que se tome uma decisão de acordo com a realidade dos fatos e não de acordo com a propaganda. [...]
>
> *Pescadora:* Chegaram na comunidade dizendo que é *Rede TUCUM*, mas será que é rede mesmo? Acho que serve só para deitar uns e deixar os outros sem nada. Disseram que ia beneficiar os pescadores e não estou vendo isso. Chega turista uma vez na vida e é quando esse povo compra peixe de mim. Ah dizem que tem que se preocupar com o comunitário, mas eu tenho primeiro é que dar o que comer para minha filha. Primeiro, tenho que sustentar a minha família e com o turismo comunitário não é suficiente, não está dando valor a pescador não. Agora, a vizinha que tem um quarto de hospedagem deve estar rica, tem turista que hospeda lá. [...]
>
> *Instituto Terramar:* Somos parceiros que arrecadamos recursos para fazer a Rede funcionar. Precisamos que os GTs das comunidades cumpram com os acordos, como preencher as fichas de hospedagem, fazer o atendimento por telefone ao turista, fazer a comunicação, divulgar as outras comunidades. Que parceria é essa? Sejamos parceiros para ficar juntos ou para um carregar o outro nas costas. [...]
>
> *Políticas Públicas:* Estamos fazendo um projeto de turismo comunitário e estamos buscando financiamento para esse projeto. Mas, as secretarias de turismo não atendem o turismo comunitário. O governo não apoia o programa de turismo comunitário, ele prioriza outros setores. Por isso, que a gente trabalha hoje no turismo convencional. [...]
>
> *Grandes empreendimentos turísticos:* [...] O que a gente quer é o grande desenvolvimento do litoral cearense. Quando a gente se depara com comunidades pesqueiras e outras de agricultores, a gente enfrenta esse debate político. Mas a gente vai acabar atropelando eles, porque o que a gente quer são os grandes empreendimentos no litoral do Ceará. [...]
>
> *Pesca predatória:* A *Rede TUCUM* atrapalha o meu negócio. Estou já algum tempo na zona costeira, tenho alguns lotes de terra. Mas o meu negócio mesmo é o mar. [...] Imagine toda a zona costeira loteada, que beleza. Isso gera desenvolvimento para o estado do Ceará. Deixo o protesto contra a *Rede TUCUM* e a todo esse impasse que ela vem causando aos empreendimentos de pesca predatória no estado do Ceará.

> *Rede Bodega:* [...] Tem quatro gatos pingados, que produz alguma coisa pra gente vender. O que chega lá é uma bolsa de palha, tens uns pedaços de pau que fica em cima das mesas. A gente fica muito limitado pra fazer só o que a Rede diz que tem que vender. Eu ganho pouco. Na Bodega, chega um pinguço e diz assim: Fia, bota uma dose de Ypióca aí pra mim. Não, senhor. Aqui não vendo Ypióca, não. Mas não é Bodega, tem que ter o que a gente procura. Aí fiquei pensando que ele tem razão de certa parte. Se é Bodega, tem que vender e eu vou poder vender um pouco mais para sustentar a minha família. Será que essa Rede Bodega e a *Rede TUCUM* estão realmente fazendo o trabalho que deveria fazer em rede?

Em seguida, o segundo grupo de defesa foi convocado para apresentar, também, os seus depoimentos, os quais estão transcritos adiante:

> *Associação Tremembé:* Nós, europeus, adoramos a *Rede TUCUM*. Turismo de segurança, comunitário, com comidas orgânicas, turismo também é acessível na moeda. Turismo do Rio está muito violento. Turismo está muito predatório. A *Rede TUCUM* é de gente com calor humano, que tem cuidado com a natureza e também o cuidado com o movimento dos sem terra, dos povos dos mares, da juventude que está se formando mais politizada. [...]
>
> *Associação de Turismo:* O turismo comunitário é muito importante, porque, ao invés de alguém de fora vir e fazer turismo na minha comunidade, eu que vou fazer. Ao invés de eu vender a minha casa para a pessoa de fora, sou eu que vou trabalhar nela. Porque se eu vender a minha casa, vai vir uma pessoa eu vou ter que trabalhar lá e serei sujeita a essa pessoa de fora. Quando estou fazendo o meu turismo, porque sou eu que conheço a minha comunidade, tenho consciência de que preciso para ter o meu território, eu vou preservar ele. Então, turismo comunitário é uma forma também de eu respeitar a minha comunidade, o meu mangue, as minhas dunas. O turismo comunitário é para o fortalecimento da minha comunidade.
>
> *Agricultora:* [...] A *Rede TUCUM* preserva a natureza, o agricultor cuida da natureza, incentiva práticas saudáveis. Quando o turista vem, busca comer a nossa comida limpa e sem agrotóxico. É um fortalecimento do território e o agricultor se sente valorizado. Traz as pessoas para conhecer a nossa realidade e tudo o que se produz e se planta. [...]
>
> *Artesão:* Defendo o turismo comunitário porque vendo artesanato e descolo uma grana boa. Lá, os pescadores estão vendendo os mariscos e a gente está faturando uma grana boa. O turismo comunitário é uma fonte de sobrevivência para nós.
>
> *Associação Caiçara*: Acreditamos na proposta de turismo comunitário realizado pelas comunidades tradicionais de pesca, fortalecendo o seu lugar, a sua identidade cultural. É uma possibilidade de defesa dos territórios e de organização comunitária.
>
> *Associação Amigos da PCV:* São comunidades que defendem o turismo responsável, com princípios comunitários, que defende o comércio justo e solidário, que acredita no potencial das pessoas. Lá tem qualidade de vida, tem o respeito, o desenvolvimento das comunidades envolvidas, da juventude, dos pescadores, dos agricultores, e pensa nesse turismo responsável e comunitário que vem desenvolvido esse trabalho tão bonito. [...]
>
> *Energia Eólica:* O turismo comunitário, na verdade, é um problema. Porque a gente que produz energia limpa no Brasil viemos para o litoral do Ceará que tem sol e ventos. Acontece que nem os índios, nem o MST vão nos parar. O nosso maior problema são os índios Jenipapo-Kanindé. [...]
>
> *Especulador de terra*: já faz quase 50 anos que estamos conseguindo destruir a zona costeira do Ceará e do Brasil, vendendo terra para os estrangeiros fazerem hotel e

> pousada. Aqui no Ceará, fazem uns 30 ou 40 anos que esse povo de comunidade de pescadores e pescadoras estão lutando pelo território e isso atrapalha o processo de desenvolvimento do estado. Vivo comprando terra e vendendo para os empresários. A *Rede TUCUM* veio fortalecer essas comunidades cada vez mais. Elas já lutavam muito tempo atrás. Com a rede, as comunidades conseguem se articular de um jeito, conseguem uns apoios, o MST, esse povo que está trabalhando a reforma agrária, e outras organizações de economia solidária e universidades, vem fortalecendo esse povo, fazendo formação e troca de experiência e não permite tomar a Prainha do Canto Verde pra fazer um grande *resort*. Na Tatajuba, eles ficam protegendo essas dunas e eu não consigo colocar dois hotéis naquelas dunas. O turismo comunitário tem dificultado a vida do especulador de terra. [...]
>
> *UFC:* [...] Nos encontros, percebe-se a juventude está na organização, assumindo responsabilidades na *Rede TUCUM*. Os jovens da academia quer conhecer as experiências da *Rede TUCUM*. Com tantos estudos, a gente pode estimular a juventude, as nossas crianças, a olharem o meio ambiente, estudar essa diversidade, abrir a visão para a alimentação saudável, a forma de viver, se ajudando, compartilhando o seu peixe, a melhor comida. A *Rede TUCUM* está resgatando a memória. [...]

Os depoimentos da acusação e da defesa foram expostos em debates acalorados. Os dois grupos adotaram diferentes estratégias para sustentar os seus posicionamentos. O grupo da acusação adotou uma postura de denúncia dos possíveis problemas gerados pelo *Turismo Comunitário*, com intensidade. Por outro lado, o grupo da defesa manifestou a salvaguarda dos princípios orientadores da *Rede TUCUM*.

A partir das provocações apresentadas, foi possível perceber que a maioria dos participantes desse exercício ficou desconfortável com a possibilidade de julgar e colocar em dúvida o *Turismo Comunitário* proposto pela *Rede TUCUM*, que se revelou como um "sonho" e uma "salvação" para as comunidades da Zona Costeira Cearense.

Da mesma forma, foi importante notar que os participantes não desassociaram o *Turismo Comunitário* da *Rede TUCUM*, e vice-versa, relatando as circunstâncias vivenciadas como se fosse simplesmente *Turismo Comunitário-Rede TUCUM*, ou seja, não se referiram ao *Turismo Comunitário* sem avaliar a *Rede TUCUM*, o que significou considerar simetricamente os conceitos em jogo.

No clima de suspense sobre a decisão que poderia ser tomada no julgamento final, a análise dos argumentos apresentados pela acusação e pela defesa sobre o *Turismo Comunitário* da *Rede TUCUM* foi conduzida, em seguida, pelos jurados, que se manifestaram voluntariamente, conforme os argumentos transcritos, a seguir.

> *Professora da UFC:* a *Rede TUCUM* tem feito um papel importante para ajudar as comunidades a construírem uma outra perspectiva do desenvolvimento da atividade turística. O governo do Ceará, só tem apoiado o turismo de massa. Vocês lembram do Prodeturis em 1989 e depois do Prodetur Ceará, em 1996, prometia emprego, infraestrutura nas comunidades, mas nada aconteceu. Foi com a luta das

> comunidades e com a construção da *Rede TUCUM*, que é uma articulação, que se tem obtido ganhos em defesa do território dessas comunidades.
>
> *Morador da Vila dos Poetas*: olhando os dois lados, observo que a *Rede TUCUM* tem criado fontes de conhecimento, cada vez mais, e perceber que ainda tem muita coisa para melhorar e cuidar, mas a Rede está crescendo e fazendo com que as pessoas vão tendo cada vez mais consciência. Tudo que gera mudança, tem oposição. Mas, têm ganhado as pessoas que falam da dificuldade econômica, mas quando está junto ganham todos e todas.
>
> *Socióloga do Instituto Terramar*: a *Rede TUCUM* vem de uma longa trajetória de resistência e ainda tem muita a ser feito, a aprender e construir juntos. Mas tem mostrado também uma rede muito aguerrida, de muita resistência, que tem promovido a luta em defesa do território, contribuindo na construção dos cotidianos do modo de vida das comunidades, na preservação da biodiversidade, no fortalecimento desse modo de vida é o que garante a pesca artesanal, a agricultura, o artesanato, a vida das comunidades com autonomia, diante de tantas empresas e empresários que cobiçam os territórios e tentam retirar as comunidades dos territórios. [...].
>
> *Coordenador do GT da Prainha do Canto Verde*: Participo da discussão do turismo comunitário, desde 1996, quando foi criado o conselho de turismo comunitário na diretoria da Associação de Moradores. Em 1998, juntamos outras comunidades, Caetanos de Cima, Tatajuba, Ponta Grossa, que participaram do 1 Seminário de Planejamento. Essa turma aí do mal devem ser condenados. A turma da Rede tem um grande desafio. É muito bonito o turismo comunitário, oferece uma proposta diferente, em um país, que se comparar com as comunidades de turismo convencional, somos muito pequenos. Quase não temos apoio, são poucos amigos e os amigos não tem capacidade de mudar a coisa. Como encontrar uma forma de ser sustentável? [...]

Enquanto não foi encerrada a sessão de julgamento, o clima entre os participantes do júri simulado foi de "cochicho". A expectativa, naquele momento, se referia ao que iria acontecer com o *Turismo Comunitário*. Dessa forma, foi possível compreender que os envolvidos performatizaram o que mais temem: que o *turismo comunitário-Rede TUCUM* chegue ao fim. Após as explanações dos jurados, a pesquisadora-mediadora apontou os principais argumentos apresentados, tendo-se concluído, coletivamente, que a estratégia de defesa saíra vitoriosa com a proposta do *Turismo Comunitário*.

Embora o debate proposto tenha sido um exercício de simulação para a defesa e a acusação do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*, a partir das próprias visões dos participantes, algumas reflexões foram relevantes do ponto de vista do reconhecimento do que compõe as suas práticas para resguardar a *Rede TUCUM* (pontos favoráveis) e, ao mesmo tempo, dos riscos de desvio do processo, distinguindo os seus inimigos (pontos contrários), conforme está sistematizado no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Pontos favoráveis e contrários ao *Turismo Comunitário*

PONTOS FAVORÁVEIS ⟷	PONTOS CONTRÁRIOS
O modo de fazer *Turismo Comunitário* da *Rede TUCUM* favorece a condição de segurança de quem visita e de quem mora no local. Essa prática valoriza a produção e o consumo de alimentos orgânicos, a conservação da natureza, o preço justo e a construção de alianças e parcerias.	Possibilidade de desarticulação com a pauta do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Ceará. A pesca deve ser reconhecida de grande importância e interesse para a *Rede TUCUM*, caso contrário, será um contrassenso.
O *Turismo Comunitário* é uma estratégia de fortalecimento e valorização da agricultura familiar, que contribui para a conservação da natureza, a produção de alimentos saudáveis, a afirmação da identidade e modo de vida do agricultor/a e a soberania alimentar das comunidades.	As expectativas do turista não foram atendidas, de acordo com o que foi divulgado pelo site e por indicação de amigos. Esse argumento alerta para a necessidade de cuidado das comunidades anfitriãs com os seus visitantes, desde o contato inicial até o seu retorno ao local de origem.
O *Turismo Comunitário* beneficia as comunidades de pesca artesanal, valorizando a cultura local e a ação conjunta dos moradores para a organização comunitária e a obtenção de melhorias na qualidade de vida local. Além disso, valoriza a autonomia no processo de tomada de decisão e a propriedade dos empreendimentos dos próprios comunitários.	O *Turismo Comunitário* beneficia ainda poucos comunitários, que adquirem melhoria da renda familiar com o serviço de hospedagem. O restante da comunidade se sente em desvantagem por conseguir assegurar a venda do pescado somente na alta estação. A visitação é sazonal e isso representa um problema para os produtores que dependem da renda gerada pelo turismo para sustentar suas famílias.
A *Rede TUCUM* resgata a memória das comunidades e oportuniza a troca de experiência no cuidado e preservação da natureza, no plantio de alimentos saudáveis. É crescente a participação da juventude na organização da *Rede TUCUM* e o interesse de jovens universitários em conhecerem essa experiência.	As políticas públicas de turismo são direcionadas para o turismo convencional. O *Turismo Comunitário* tem dificuldades de inserção nesse mercado, o que tem gerado algumas ameaças à sua prática. Algumas comunidades são levadas às práticas convencionais para poderem ter acesso aos recursos públicos de investimento no setor.
O desenvolvimento do *Turismo Comunitário* viabiliza a venda de artesanato, de mariscos, a geração de renda complementar, ou mesmo uma fonte de sobrevivência.	O movimento de luta pela terra dos povos indígenas é um grande problema para as empresas de energia eólica. Por outro lado, as torres formam uma paisagem atrativa para os turistas de massa.
A *Rede TUCUM* é uma iniciativa importante por desenvolver um turismo responsável com princípios comunitários, que envolve pescadores artesanais e a juventude. A comercialização do *turismo comunitário* se dá pela via do comércio justo.	O risco da falta de diálogo entre a *Rede TUCUM* e as Associações de Moradores é uma forma de atentar para que as iniciativas de *Turismo Comunitário* sejam desenvolvidas com o consentimento e esclarecimento das entidades associadas à comunidade.
A *Rede TUCUM* fortalece a organização comunitária, a construção de parcerias com instituições externas, a organização do turismo na comunidade, e consequentemente, dificulta a especulação imobiliária.	A atuação da juventude no *Turismo Comunitário* é ainda insuficiente, por valorizar apenas a visão dos moradores mais velhos e experientes. A juventude vem conquistando a oportunidade de participar do processo para adquirir uma ocupação e uma remuneração.
A *Rede TUCUM* deve buscar resultados sociais e ambientais, mas também econômicos. Como alcançar a sustentabilidade do *Turismo Comunitário* no mercado convencional dominante?	Falta de cumprimento do *Caderno de Normas e Procedimentos Internos* pelas comunidades da *Rede TUCUM*. Dessa forma, as comunidades não retribuem as atividades e trabalhos produzidos pelas entidades de assessoria, dificultando a sistematização dos resultados alcançados e a prestação de contas dos projetos financiados pelos apoiadores externos.
A *Rede TUCUM* é uma resposta política legítima do	A articulação em rede e a consciência política e

PONTOS FAVORÁVEIS ⟷	PONTOS CONTRÁRIOS
movimento social da Zona Costeira Cearense contra o turismo de massa e o PRODETUR, por meio da proposta alternativa de *Turismo Comunitário*.	ambiental das comunidades, que resistem pela via do turismo comunitário, é um empecilho para o loteamento de terras e a construção de grandes empreendimentos que visam o crescimento econômico do Ceará.
Turismo Comunitário é um sonho de muitas comunidades. A *Rede TUCUM* favorece criar um sentimento e ação coletiva para que todos sejam beneficiados.	A produção, a oferta e a venda de artesanato na Rede Bodega são muito limitadas e insuficientes para a geração de renda necessária para a vida dos trabalhadores. O número de artesãos ainda é pequeno e os produtos não são diversificados, dificultando a ampliação do público consumidor.
A *Rede TUCUM* é aguerrida, de muita resistência, tem promovido a luta em defesa do território e contribuído para a construção dos modos de vida baseados na preservação da biodiversidade, na garantia da pesca artesanal, da agricultura, do artesanato e da autonomia das comunidades.	Existe uma visão idealizada do turismo de massa como solução para o desenvolvimento econômico do país. O *Turismo Comunitário* beneficia as populações tradicionais, em pequena escala. Não tem como competir com o turismo convencional em larga escala.

Fonte: elaboração da autora.

Pelos registros no quadro anterior e pelas ações, conexões e controvérsias rastreadas ao longo da pesquisa, foi possível observar que o conceito de *Turismo Comunitário* construído pelos múltiplos atores envolve princípios comuns orientadores desde sua origem, mas, também, algumas especificidades, de acordo com a realidade produzida por cada grupo comunitário, seja de pescadores, indígenas, quilombolas ou de agricultores e assentados. Esse contexto acentua modos de configuração do *Turismo Comunitário*, que, mesmo sendo baseados em princípios orientadores, são rearticulados de acordo com as associações e seus efeitos no agir coletivo de atores humanos e não-humanos.

Sendo assim, a *Rede TUCUM* tem contribuído para que os grupos comunitários locais construam com outras entidades uma multiplicidade de versões sobre o *Turismo Comunitário*, ou seja, existem várias compreensões sobre as suas formas de funcionamento, as quais se originam de diferentes modos de leitura, de associações e de uma sabedoria peculiar. Além disso, sinaliza as resistências e a busca por formas alternativas de inserção no mercado turístico, sem perder ou desconsiderar os princípios do *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*. Por outro lado, também revela o risco crescente de empresários que têm se apropriado ou capturado o *Turismo Comunitário* enquanto um segmento de mercado promissor para a promoção e oferta de pacotes turísticos.

Dessa maneira, foi sinalizada a importância de se ter cuidado para não cair na armadilha de uma visão genuína e desinteressada do *Turismo Comunitário*. A análise das questões e das incertezas que permeiam o processo precisa ser considerada no planejamento e

na mobilização das ações direcionadas à *Rede TUCUM*. Sendo assim, nesse esforço diplomático, foi possível compreender que esse processo de articulação do *Turismo Comunitário* não se configura nem como vítima (defesa), nem como algoz (acusação).

A segunda devolutiva da pesquisa despertou ainda a necessidade de exercício constante de elaboração de estratégias coletivas para a defesa pública do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*. Diante disso, foi possível entender que o *Turismo Comunitário* desenvolve múltiplas práticas e também produz conhecimento.

Além disso, é importante ressaltar que, na trajetória da *Rede TUCUM*, uns grupos se fortaleceram, outros se fragilizaram e mais alguns se engajaram nesse movimento, tendo certa flutuação em sua composição. Dessa forma, na *11ª Assembleia*, foi oficializada a entrada da Associação de Moradores do Quilombo do Cumbe (Aracati) e apresentada a carta de intenção de ingresso da Vila dos Poetas (Maranguape), que até então participara da Assembleia como convidada. A Assembleia aprovou com unanimidade a entrada da Vila dos Poetas, que ficou com o compromisso de estudar o *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*. Por outro lado, a *11ª Assembleia* decidiu pela exclusão da comunidade de Flecheiras e do grupo de Mulheres do Conjunto Palmeiras, por não retornarem o contato das entidades de assessoria e nem estarem atuando no *Turismo Comunitário*.

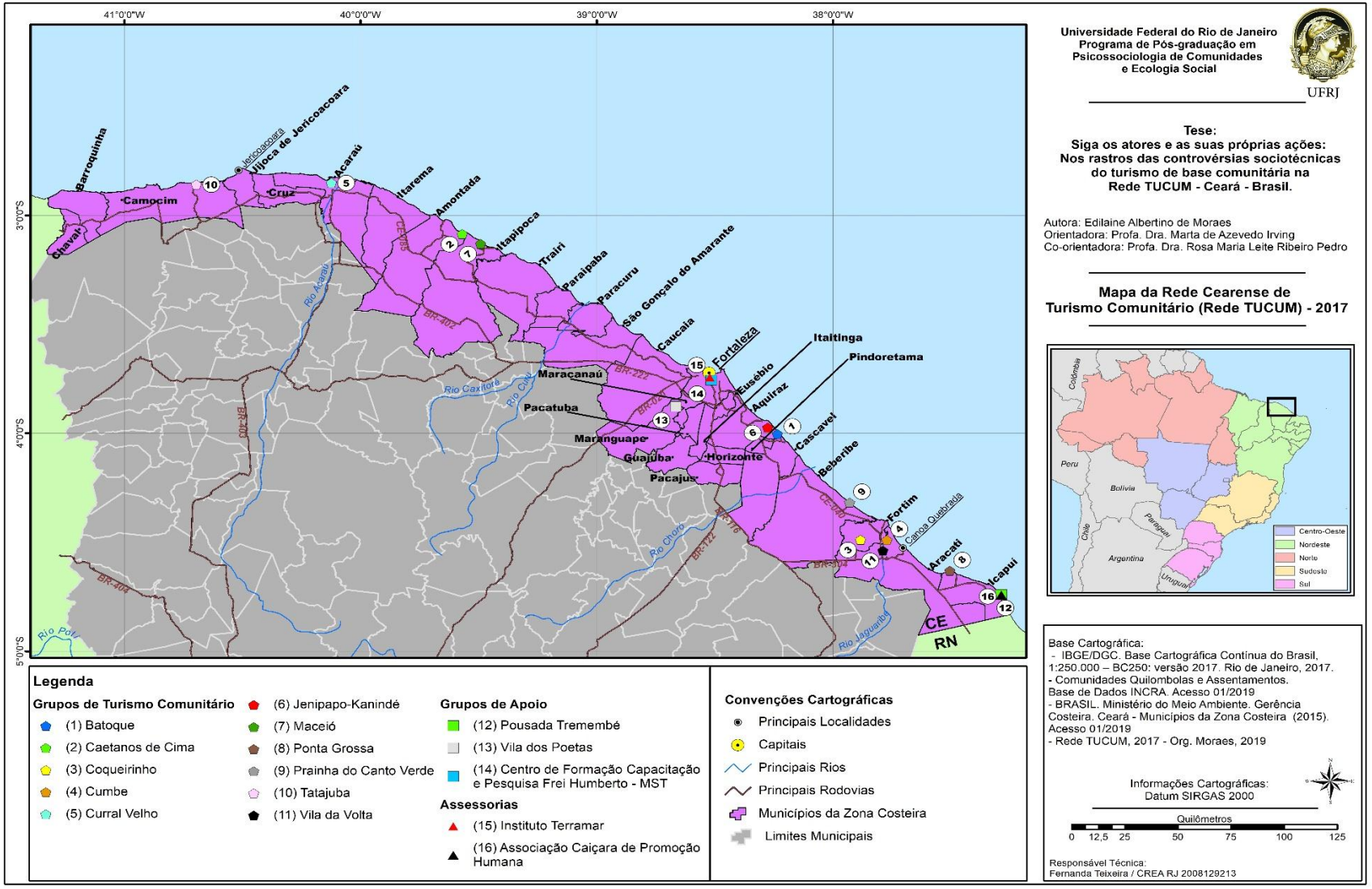
Sendo assim, foi possível analisar que, em 2017, a *Rede TUCUM* estava composta por onze grupos de *Turismo Comunitário* (GTs), formados por homens, mulheres e jovens envolvidos nessa prática e em associações comunitárias organizadas localmente, os quais são: Tatajuba (Camocim), Curral Velho (Acaraú), Maceió (Itapipoca), Caetanos de Cima (Amontada), Jenipapo Kanindé (Aquiraz), Batoque (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Coqueirinho (Fortim), Vila da Volta (Aracati), Cumbe (Aracati) e Ponta Grossa (Icapuí).

Nesse momento, estavam também agrupados, na *Rede TUCUM*, três grupos de apoio, constituídos pelo Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto – MST (Fortaleza), pela Pousada Tremembé (Icapuí) e pela Vila dos Poetas (Maranguape), que oferecem espaço físico para a promoção de oficinas, feiras, reuniões, acampamentos, saraus, entre outros eventos, além de serviços de hospedagem (de pequeno porte com quartos individuais e coletivos) e alimentação saudável, contribuindo para dinamizar e agregar à organização de diferentes estratégias no *Turismo Comunitário*.

Em relação às ONGs que mantinham, à época, relação de parceria com a *Rede TUCUM*, o Instituto Terramar (Fortaleza)[157] continuava desenvolvendo atividades direcionadas às comunidades localizadas no litoral oeste e, a Associação Caiçara de Promoção Humana (Icapuí) prosseguia trabalhando, de forma articulada com a Associação Tremembé (Itália), nas comunidades situadas no litoral leste. Esses componentes da *Rede TUCUM*, em 2017, estão sistematizados no Mapa 4[158].

[157] O Instituto Terramar mantinha parceria com as ONGs internacionais ICCO Cooperación (Holanda), BROT fur die welt (Alemanha), e La Sociedad Sueca para La Protección de La Naturaleza (Suécia), e com o Instituto Oi Futuro (Brasil).

[158] Os endereços obtidos pela pesquisa foram plotados na plataforma *Google Earth Pro 7.3*, com suporte das informações disponíveis no *Google Maps* e os pontos gerados foram exportados para compor a base de dados do Sistema de Informação Geográficas, no *software Quantum GIS 3.4.1* (QGIS). Uma vez inseridos no sistema, foram calculadas as coordenadas geográficas de cada ponto sinalizado no Mapa 4, que estão disponíveis no Apêndice E.



Mapa 4 – *Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM)* – 2017

Fonte: elaboração da autora.

Assim, a delimitação da rede sociotécnica que vai da estratégia de resistência e do projeto do *Turismo Comunitário* à *Rede TUCUM,* passando pela formação constante do grupo de *Turismo Comunitário* local, e incorporando, mais recentemente, a ideia de promoção de um negócio possibilitou a multiplicação de sentidos e a criação de novos problemas.

O *Turismo Comunitário* se configura, assim, como uma estratégia de resistência ou uma oportunidade de negócio? Essa questão se tornou habitual na convivência entre os participantes das *Assembleias Anuais da Rede TUCUM,* porque alguns grupos têm mobilizado o *Turismo Comunitário* por meio de estratégias de resistência e luta e outros não. Existem formas diferentes de movimentar o *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*, pois diferentes grupos possuem entendimentos distintos a esse respeito. Esta tese, no entanto, não se propôs a se restringir somente a essa visão polarizada da ação.

Portanto, percorrendo as experiências dos atores rastreados e suas conexões, o TBC ora se configura como estratégia de resistência, ora como oportunidade de negócio. A assimilação simultânea dessas versões permite assumir a multiplicidade ontológica do *Turismo Comunitário*, que passa a coexistir como estratégia de resistência e negócio. Igualar as diferenças entre elas reflete na maneira de compreender o *Turismo Comunitário,* que se produz e incorpora no meio das diversas conexões e não nas suas extremidades.

Embora esta tese tenha assumido o caráter provisório, incerto e ensaístico da *Cartografia de Controvérsias*, buscou-se elaborar uma representação gráfica da rede sociotécnica do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM* (Figura 16), optando-se pelo formato de espiral, conforme adaptado do estudo de Branquinho (2007). A forma espiralada é encontrada em diferentes manifestações da vida e traduz um movimento contínuo, a partir de um ponto de partida, que dele se afasta e se aproxima. Sendo assim, a figura espiral pode ser comparada, simbolicamente, com a própria noção de rede sociotécnica, por traduzir a produção incessante do mundo multiverso, ao contrário de um desenho linear, estático e acabado. O movimento de desenhar em rede não se fixa em nenhum ponto específico, ou seja, em nenhum ator individualmente, visto que é o coletivo de atores que faz-fazer no processo. Dessa forma, foi possível descrever os múltiplos elementos que compuseram os caminhos trilhados do *Turismo Comunitário*, considerando que as suas conexões são dinâmicas e circulam entre os diversos atores, fazendo, desfazendo e refazendo as associações.

Assim, reconhece-se que a Figura 16 pode traduzir uma versão dos elementos heterogêneos que constituem a rede sociotécnica do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*, sustentada pela *Cartografia de Controvérsias* à luz da *Teoria Ator-Rede* e pelo material empírico recolhido. Esses atores reunidos aparecem articulando uma rede tecida por saberes

populares, instituições, poderes, entre outras partes mescladas, que reagregam permanentemente essas práticas na *Rede TUCUM*.

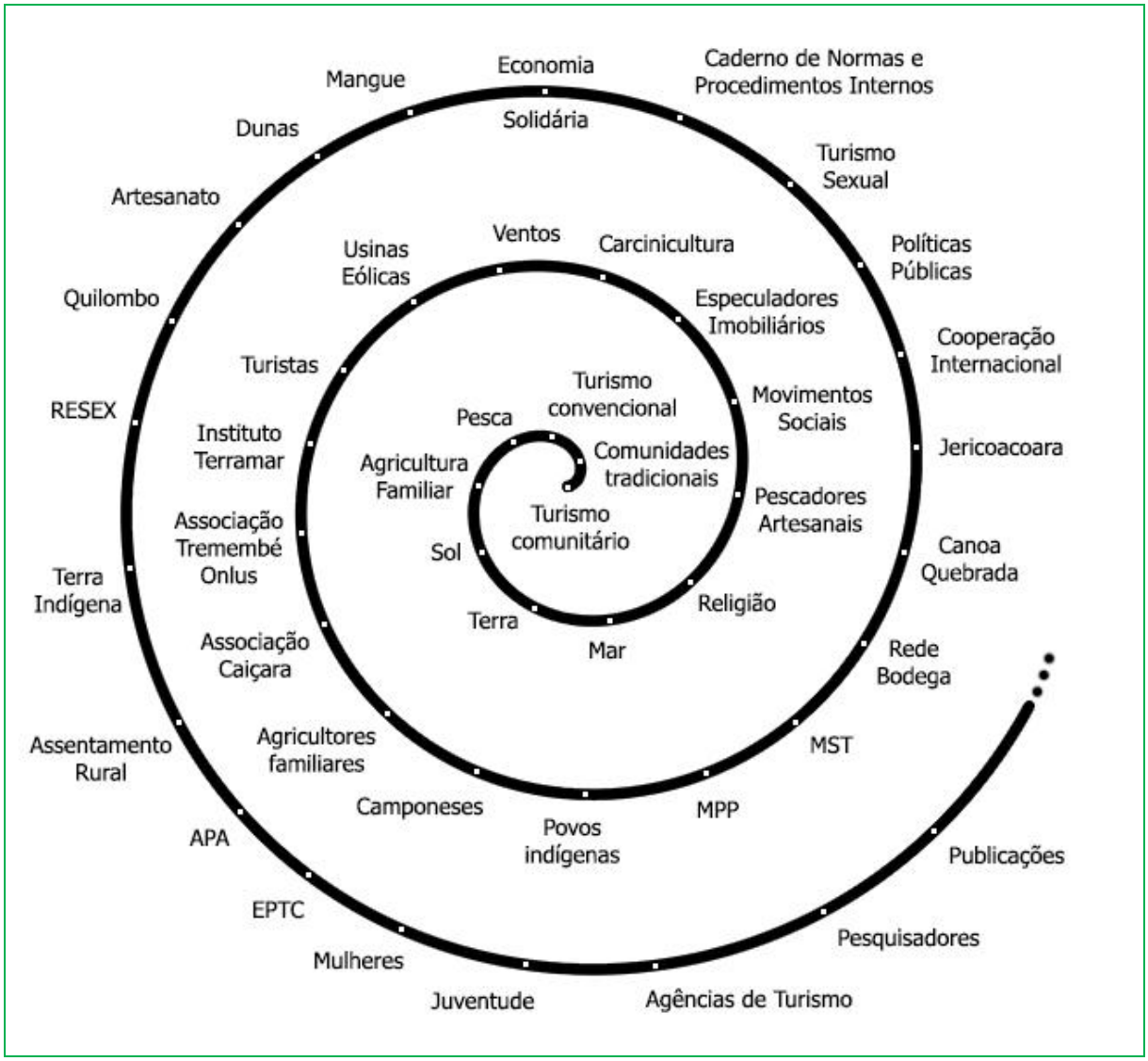


Figura 16 – Representação gráfica da rede sociotécnica do *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*
Fonte: elaboração da autora.

7 CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

As constantes transformações do mundo contemporâneo têm sido atravessadas pelo desenvolvimento do turismo e pela produção do conhecimento associado ao tema. Frente a diferentes interesses, incertezas e controvérsias envolvidas nesse campo, diversos têm sido os esforços no sentido de se buscar o delineamento de novas perspectivas de análise com relação ao desenvolvimento turístico, em bases sustentáveis, inclusive, em função dos objetivos e metas pautadas na *Agenda 2030*.

Nesse movimento, desde a década de 1990, algumas das principais reflexões acadêmicas direcionadas aos desafios do desenvolvimento do turismo sustentável têm sido influenciadas pelas novas concepções e ações relacionadas às iniciativas denominadas *Turismo de Base Comunitária* ou *Turismo Comunitário* (TBC). O conteúdo dos debates sobre o TBC tem sido orientado, sobretudo, pela compreensão dessa prática como uma alternativa para a inclusão de populações de regiões periféricas e, também, para a valorização dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais, segundo o compromisso de justiça, de solidariedade e de participação dos atores envolvidos no processo.

Nesses debates, inúmeros atores se mobilizam em torno do TBC, entre os quais os movimentos sociais, as organizações não governamentais, as universidades, as instituições governamentais, as agências de cooperação internacional, e, principalmente, as lideranças comunitárias envolvidas em ações de defesa de direitos de povos e populações tradicionais.

Nesse contexto, a apreensão das articulações entre os atores no TBC constituiu o tema de interesse da presente investigação, abordada a partir de um recorte empírico. Sob essa inspiração, esta tese teve, como objetivo geral, a descrição e análise do modo de configuração da experiência brasileira *Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM)*. Conforme mencionado, essa iniciativa foi lançada, oficialmente, em 2008, como resultado da união de diversos grupos de pescadores artesanais, etnias indígenas, agricultores familiares, camponeses, quilombolas e moradores de periferias urbanas, localizados de leste a oeste na Zona Costeira Cearense, para a promoção do *Turismo Comunitário* e o reconhecimento das lutas em defesa do território tradicional. Com base nesse estudo empírico, a tese se direcionou, inicialmente, para o rastreamento dos atores envolvidos e suas conexões, que perpassaram o processo de construção coletiva dessa Rede.

Na busca de possíveis pistas para abordar tal temática, no campo psicossocial, a abordagem teórico-metodológica adotada foi a *Teoria Ator-Rede* (ANT), apoiada, sobretudo, nos trabalhos do sociólogo Bruno Latour. A escolha pela ANT se justificou, em síntese, por essa propor um caminho inovador para a abordagem do "social", no reconhecimento de redes constituídas de elementos humanos e não-humanos.

Argumentando a favor de novas epistemologias inspiradas na ANT, o TBC foi abordado como um conceito técnico-científico, considerando a *Rede TUCUM* como lugar de produção de conhecimento. Essa perspectiva adotada permitiu a compreensão das diferentes maneiras de desenvolvimento do TBC, ou seja, dos múltiplos modos de apreensão dessa prática, que não estão prontos, e, sim, sendo articulados para a composição de realidades em transformação.

Nesse sentido, foi possível a identificação dos elementos humanos e não-humanos que agem e fazem agir na *Rede TUCUM*. Nesse processo, foi realizado, ainda, o acompanhamento das questões de interesse e os efeitos das dinâmicas produzidas em torno do TBC. Além disso, foram delineadas as múltiplas associações produzidas, o que permitiu a descrição de uma versão possível da rede sociotécnica do TBC na *Rede TUCUM*.

Considerando as proposições e os procedimentos da ANT para a orientação da presente tese, a abordagem metodológica utilizada foi a *Cartografia de Controvérsias*, que preconiza o acompanhamento de processos de produção e de conexão de redes em constante transformação. Com base em algumas pistas da *Cartografia de Controvérsias*, este exercício investigativo teve como principal diretriz metodológica: "seguir os atores em ação e se alimentar de controvérsias", sem tentar resolvê-las.

Nesse percurso, inicialmente, foi realizada uma imersão no panorama e nas principais referências teóricas e documentais, da literatura estrangeira e nacional, relacionadas ao *Turismo de Base Comunitária* no plano internacional e na América Latina, mas com enfoque particular no Brasil. Esse embasamento contribuiu para o entendimento de que o TBC constitui um tema que, longe de representar um consenso, está permeado por inúmeras controvérsias.

Assim, partindo-se do princípio de que as leituras sobre o TBC pela perspectiva dos discursos dos pesquisadores de referência, por si só, não seriam suficientes para uma composição polifônica dessa prática, buscou-se ampliar a análise pela perspectiva de inúmeros atores envolvidos nos debates, entre os quais as organizações não governamentais, os movimentos sociais, as universidades e os órgãos governamentais.

Em um caminho de busca por outras formas de conhecimento, foram construídas, também, bases de referência, fundamentadas na valorização dos saberes populares sobre como o TBC se movimenta, agrega-se e se configura na *Rede TUCUM*. Ao assumir o caráter provisório, incerto e ensaístico, mas profundo da *Cartografia de Controvérsias*, o olhar da pesquisa se direcionou, dessa forma, para as situações de perplexidade, risco e conflito e não somente para o contexto supostamente estabilizado na *Rede TUCUM*.

Assim, neste exercício inspirado pela ANT, foi possível compreender que o TBC reúne muitos interesses na *Rede TUCUM*. Essa dinâmica vem impulsionando e fortalecendo as articulações de estratégias para as lutas em defesa dos territórios tradicionais, que tiveram origem no final da década de 1980. Além disso, a sua permanente reconfiguração vem funcionando como uma potente via para a mobilização de ações com esse objetivo. Embora esse reconhecimento tenha sido um entendimento comum da maioria dos porta-vozes das comunidades locais e das ONGs pesquisadas, foi possível observar, ainda, outras leituras concebidas a partir das mudanças ocorridas pela via do TBC, no que se refere à necessidade de ampliação das ações realizadas, até então, pela *Rede TUCUM*.

Nesse movimento, os debates sobre esse tema controverso ocorreram, principalmente, durante as assembleias anuais da *Rede TUCUM*, realizadas no período entre 2007-2017, provocando diferentes atores envolvidos nessas ocasiões. Dessa forma, as assembleias se configuraram como espaços nos quais se permitiu que o TBC "falasse", tornando-se um conceito difícil de definir com precisão.

Nas assembleias pesquisadas, a condição de informalidade no funcionamento da *Rede TUCUM* colocou em relevo a proposta de transformá-la em uma instituição que pudesse viabilizar, efetivamente, a comercialização direta do TBC. No entanto, esse debate foi polêmico em todo o período analisado. Por um lado, a proposta de criação de uma empresa ou de uma agência de turismo e, até mesmo, o desejo de apropriação de padrões adotados convencionalmente para a gestão e a operação de serviços turísticos foi defendida como uma via possível para a manutenção da *Rede TUCUM*. Por outro, as atuais investidas de empresas externas à realidade local, para se apoderarem do TBC apenas como uma oportunidade de negócio promissor foram reveladas como uma estratégia arriscada para a *Rede TUCUM*. Pela lógica mercadológica, a proposta de TBC se tornou passível de interesse, em alguns casos, como uma experiência alternativa ao segmento de "sol e praia" ou como um caminho para o uso turístico de paisagens naturais na ZCC. À vista disso, a pressão do mercado também faz os atores do TBC agirem na *Rede TUCUM*.

A compreensão sobre o TBC como um negócio, propriamente dito, foi uma perspectiva considerada, por algumas lideranças comunitárias, quase como uma heresia e uma violação do *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*, que foi, justamente, elaborado para ser adotado e respeitado pelos grupos locais (GTs). Esse tipo de visão sobre o TBC produziu um tensionamento na relação entre alguns, intensificando o movimento para a formulação de estratégias de resistência e captura à possibilidade de o TBC ser reduzido a um negócio orientado apenas para a recepção de turistas e para a geração de renda local.

Nesse contexto, o tema da comercialização do TBC foi compreendido de modo controverso aos interesses de defesa do território tradicional. Por essa razão, as disputadas questões de interesse entre as múltiplas realidades na *Rede TUCUM* têm impulsionado inúmeros problemas e o reconhecimento de desafios a serem enfrentados. A existência de visões distintas sobre o mesmo problema tem, assim, dificultado a superação desse debate dicotômico. Todavia, dentre os múltiplos atores envolvidos, cabe destacar que, sem os turistas, também não se produz o TBC. Então, poder-se-ia considerar que a geração de maiores benefícios econômicos decorrentes da acolhida de turistas/visitantes/amigos configuraria um desvio na *Rede TUCUM*?

Essa questão coloca em discussão outro ponto controverso mapeado nesta pesquisa: o modo de funcionamento da *Rede TUCUM*, em relação aos instrumentos de gestão, à administração financeira e às estratégias de comunicação para o planejamento e desenvolvimento de ações e projetos direcionados ao TBC.

Nessa direção, alguns atores defenderam que se deve buscar, prioritariamente, a autonomia e a sustentabilidade financeira da *Rede TUCUM*, inclusive dos GTs em constante formação. Isso posto, a pretensão de se alcançar esse objetivo se articula ao acordo já estabelecido no *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*.

Embora esse material tenha sido construído como um importante instrumento para a consolidação dos GTs, a sua praticidade implica a superação de inúmeras dificuldades para o cumprimento integral do conjunto de normas e procedimentos internamente instituídos. Nesse contexto, não se pode desconsiderar que as dinâmicas das ações dos atores envolvidos continuam fluindo e coexistindo com outras inúmeras forças que integram as questões relacionadas, sobretudo, às atividades econômicas em curso, às estratégias de luta pelo território, à busca pela melhoria da qualidade de vida e às expectativas de futuro para a juventude local e sua inserção profissional.

Entretanto, outros atores argumentaram que a promoção das atividades vinculadas ao TBC, sob orientação do referido *Caderno*, deveria ser, também, de responsabilidade das

ONGs parceiras, que apoiam e prestam assessoria às comunidades locais e povos tradicionais da ZCC.

Pelos relatos da pesquisa, foi possível observar, também, que, ao se considerar apenas a prestação de serviços e equipamentos turísticos, os GTs tendem a continuar funcionando sem o apoio das ONGs parceiras, ainda que seja de outro modo. Portanto, o TBC tende a ocorrer independentemente da atuação da *Rede TUCUM*. Por outro lado, o que fortalece o TBC é a própria existência da *Rede TUCUM*.

Contudo, sem o suporte das ONGs parceiras, a *Rede TUCUM* conseguiria continuar existindo? Essa incerteza envolve a questão da disponibilidade e acesso aos recursos financeiros para implementação das ações planejadas. Em 10 anos de história, o compromisso de contribuição financeira dos GTs provocou situações diversas para o funcionamento da *Rede TUCUM*: colaboração no pagamento regular da taxa, solidariedade com os grupos que não receberam turistas em algum período, dissimulação da renda total decorrente do *Turismo Comunitário* e até mesmo subordinação aos recursos captados pelas ONGs pesquisadas.

Nesse sentido, ao acompanhar o modo como os próprios atores buscaram consolidar a *Rede TUCUM*, percebeu-se que os projetos em execução, os prêmios conquistados, os editais públicos contemplados, a "vaquinha virtual" colaborativa realizada e, o próprio fluxo turístico nas localidades envolvidas são alguns dos elementos que fazem a diferença na constituição das associações no TBC. Dessa maneira, parece haver uma tendência de envolvimento de alguns atores na *Rede TUCUM*, no sentido de se tornarem "beneficiários" das ações articuladas por meio das ONGs e de outras entidades de apoio.

Ainda assim, sob outra perspectiva, foi reafirmado durante toda a dinâmica da pesquisa que o comprometimento das comunidades locais no movimento do TBC decorre, particularmente, do interesse pelo processo histórico de enfrentamento e luta em defesa e afirmação dos direitos das comunidades e povos tradicionais aos seus modos de vida e territórios.

Desse modo, esse contexto de análise implicou pensar-se para além do planejamento e organização do TBC, transcendendo a funcionalidade de gestão, hospedagem, alimentação e recepção do turista. Isso porque o desenvolvimento do turismo em "comunidades em luta pelo território", como é o caso daquelas que integram a *Rede TUCUM*, provocou a compreensão de uma realidade ainda mais complexa, incerta e controversa.

Nesse sentido, outro ponto controverso relativo ao TBC foi rastreado em torno das políticas públicas, programas e projetos de turismo e, outras ações governamentais em curso no país. Esse rastro surgiu no contexto dos principais conflitos mapeados na ZCC, entre as

comunidades locais e o fluxo do turismo convencional, o processo de especulação imobiliária, a implementação de parques de usinas de energia eólica, além da pesca industrial, da maricultura e da carcinicultura.

Com relação ao turismo, a implementação das políticas públicas tem sido orientada por uma visão que privilegia, prioritariamente, os padrões convencionais e massificados de desenvolvimento turístico. Essa opção está claramente expressa nas narrativas do *Plano Nacional de Turismo 2013-2016*, que define a meta audaciosa de transformar o Brasil no terceiro maior PIB turístico do mundo, até 2022.

Além disso, as políticas públicas de turismo tendem a atender, sobretudo, aos interesses de grandes empresários, impulsionando a especulação imobiliária e deixando os pequenos empreendedores à margem do processo, tal como foi observado nas ações do PRODETUR-NE, na década de 1990, na ZCC. Desse modo, os efeitos dessas políticas, nas últimas décadas, vêm se tornando preocupantes, uma vez que elas têm exercido forte influência para que o TBC continue, na prática, como um tema periférico no âmbito das ações do Ministério do Turismo. Esse panorama tem se refletido, também, no plano de formulação e implementação das políticas públicas de turismo estaduais e municipais, tendo em vista a desarticulação das diferentes esferas da gestão pública e a inexistência de uma estratégia definida para a promoção do TBC.

Em referência ao debate sobre os impactos das políticas públicas dirigidas à produção de energia eólica e ao setor da pesca (frequentemente associados à carcinicultura e à maricultura), é possível reafirmar que as mesmas influenciam, também, de maneira problemática, os modos de existência das comunidades envolvidas na *Rede TUCUM*, assim como as próprias dinâmicas turísticas locais. Essas ações têm gerado, historicamente, conflitos de interesses entre os empresários de distintos setores da economia e as populações locais. Entre os impactos advindos dessas práticas, podem ser mencionados os inúmeros processos de degradação e perda da biodiversidade, a restrição de acesso e/ou expulsão de famílias dos locais onde vivem, além dos elevados índices de homicídios e violência nessas localidades.

Sendo assim, é possível compreender que, para o TBC existir, alguns dos atores envolvidos precisam resistir às restrições que lhes são impostas, em função das ações governamentais e não governamentais em curso na ZCC. Isso porque, da mesma maneira que o TBC reúne “aliados”, que reafirmam a sua importância, agrega “opositores”, que investem em ações dirigidas ao seu fracasso.

Em outras palavras, pode-se considerar ainda que se, por um lado, as comunidades envolvidas na *Rede TUCUM* resguardam o sol, a terra, o mar e o vento como os seus "amigos", nas práticas cotidianas dos lugares onde vivem, em contrapartida, esses elementos se tornaram, também, os seus "inimigos" perante a pressão dos grandes projetos de desenvolvimento dos setores público e privado. Nesse contexto, não se pode desconsiderar que, muitas vezes, esses elementos do cotidiano local têm sido apropriados como mercadorias para atendimento aos interesses econômicos nacionais e, também, de outros países, repercutindo, assim, em mudanças profundas no cotidiano das comunidades, inclusive da *Rede TUCUM*.

Sendo assim, a *Rede TUCUM* tem contribuído para que os grupos comunitários construam, com outros atores envolvidos, uma multiplicidade de versões do TBC, em vez de apenas diretrizes, características e dimensões do processo. Essa diversidade surge a partir de diferentes olhares e maneiras de conceber a realidade dessas localidades. Isto é, os atores locais trazem consigo sabedorias, histórias, hábitos e preocupações peculiares, que intervêm no processo de busca por soluções criativas para as mudanças que as comunidades locais vêm enfrentando e, ao mesmo tempo, produzindo no seu percurso. Nesse caso, as resistências e a busca por novas formas de inserção no mercado turístico têm sido articuladas sem perder ou desconsiderar os princípios em transformação do TBC.

Assim, a delimitação da rede sociotécnica, que envolve desde a estratégia de resistência e do projeto do *Turismo Comunitário* à *Rede TUCUM*, passando pela formação constante do grupo de *Turismo Comunitário* local, a ideia de abertura e gerenciamento de um negócio possibilitou a multiplicação de sentidos e a criação de novos problemas.

Nessa direção, outra questão mapeada no contexto da pesquisa foi: em que medida o TBC se configuraria como uma estratégia de resistência ou como uma oportunidade de negócio? Essa questão dicotômica envolve um tensionamento expresso em diversos momentos nas assembleias anuais da *Rede TUCUM*. Esse contexto pesquisado permitiu, assim, revelar as diferentes formas de se movimentar e transformar o *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM* sobre as quais os GTs possuem entendimentos distintos. Mas, pela perspectiva da ANT, seria fundamental não apenas se restringir a apontar essa polaridade, e, sim, avançar na direção de uma compreensão mais detalhada do processo.

Por esse ângulo, uma questão inspira a presente reflexão: tanto as estratégias de resistência quanto as oportunidades de negócios pela via do *Turismo Comunitário* poderiam, nesse caso, habitar um mundo comum na *Rede TUCUM*? O TBC poderia se constituir, ao

mesmo tempo, em estratégia de resistência e em oportunidade de negócio? Como os atores reunidos poderiam renovar as formas de desenvolvimento dessa prática no mesmo coletivo?

Em meio a esse desenrolar de rastros deixados pelas experiências dos atores envolvidos no TBC, foi possível ensaiar um modo de análise da *Rede TUCUM* não apenas centrado em seu poder de resistência ou em sua importância econômica. Ou seja, o *Turismo Comunitário* se traduz ora como estratégia de resistência, ora como oportunidade de negócio. A apreensão desses discursos simultâneos recorrentes permitiu reconhecer a multiplicidade ontológica associada ao *Turismo Comunitário*, que se produz e se agrega em meio às diversas conexões entre as estratégias de resistência e de negócio.

Nesse contexto, a questão "o que é a *Rede TUCUM*?", refletida na maioria das assembleias pesquisadas, não tem resposta única. Independentemente da resposta possível a essa questão, o que acontece, na prática, é que a *Rede TUCUM* se configura de maneiras diferentes, o que exige, assim, o entendimento de como essas estão associadas no processo, a partir de um movimento político e diplomático dessa composição coletiva.

Esse esforço de tradução implica ainda a capacidade de não se colocar de modo hierárquico e linear diante das articulações em rede, e se reflete na maneira pela qual a compreensão sobre o TBC pode ser ampliada, evitando-se rotular os atores como vítimas ou algozes. Dessa forma, essa escolha epistemológica permite experimentar como se poderia traduzir o TBC para acolher interesses públicos mais amplos.

No entanto, considerando que a perspectiva da *Teoria Ator-Rede* é, ainda, incipiente na pesquisa acadêmica sobre o TBC, um longo caminho de aprendizagem de novas práticas investigativas deve ser ainda percorrido, para que se possa avançar na direção de uma perspectiva de análise sobre esse tema, capaz de apreender as articulações entre os múltiplos atores envolvidos e as suas possíveis implicações no processo.

Sendo assim, para contribuir no sentido da argumentação a favor da experimentação da ANT – uma via ontológica e política capaz de não apenas construir uma base teórica, mas, sobretudo, indicar pistas para a ação teórico-prática – em pesquisas futuras sobre o TBC, propõe-se, a seguir, delinear um exercício de articulação entre três pistas latourianas, a partir da noção de elementos não-humanos, do processo de associações e dos atores em ação.

(1) Os não-humanos no TBC

Em contraposição à premissa de centralidade do humano nas discussões contemporâneas no contexto do turismo, a proposta da ANT se constituiu em uma

oportunidade para a renovação do estudo com enfoque em TBC, segundo a perspectiva da apreensão da multiplicidade de olhares sobre a realidade, agregando a importância dos elementos não-humanos à reflexão. Isso porque, nessa perspectiva, pressupõe-se que a compreensão sobre o ser humano só pode ser apreendida, quando os não-humanos estão, também, no centro do debate sociológico.

Considerando como inspiração essa premissa orientadora da ANT, os pesquisadores interessados nos estudos sobre o TBC estariam convidados a colocar em xeque a crença de que essa prática se configura apenas por meio da dinâmica entre os atores humanos. Esse deslocamento, em pesquisa social, poderia contribuir para a análise das articulações dos humanos com os atores não-humanos envolvidos, assim como das ações que esses poderiam fazer acontecer no processo de TBC.

Nessa direção, poder-se-ia considerar, com base na pesquisa empírica realizada nesta tese, o argumento de que o TBC se articula às demais atividades produtivas das comunidades da *Rede TUCUM*, que, por sua vez, se manifestam nas práticas cotidianas dos lugares onde vivem. Essas atividades podem ser ilustradas pela produção da agricultura familiar, quintais produtivos agroecológicos, pescarias artesanais, mariscagens, confecção das rendas de bilros e de bijuterias de sementes indígenas, artes da culinária regional, regatas ecológicas, feiras da economia popular solidária, entre tantas outras ações nos lugares de TBC investigados.

Assim, esses elementos não-humanos no TBC traduzem, conjuntamente, a natureza, a cultura e as técnicas envolvidas em seu desenvolvimento. Isso porque, pela perspectiva da ANT, esses elementos constituem "híbridos sociotécnicos" capazes de mobilizar ações nas dinâmicas em transformação, não se restringindo a apenas representar objetos ou projeções simbólicas que imprimem significados.

Sobre os elementos não-humanos constitutivos do processo de TBC, é importante ressaltar, ainda, que os recursos naturais preservados, como praias, dunas, lagoas, mangues, falésias, mares e matas, comumente considerados como pontos focais de interesse turístico, são capazes igualmente, por pressuposto, de gerar efeitos nas dinâmicas onde as comunidades da *Rede TUCUM* estão situadas. Isso porque compõem processos que são permeados por conflitos e contradições, que envolvem, por exemplo, a disputa entre os inúmeros interesses relacionados à regularização da situação dos territórios das comunidades tradicionais e povos indígenas, às dinâmicas de proteção da natureza, por meio da criação de unidades de conservação, e ao próprio mercado turístico, que contribui para a impulsão da especulação imobiliária, do turismo de veraneio e da urbanização nessas áreas de inserção da *Rede TUCUM*.

Além disso, operam, nessa dinâmica, outros elementos não-humanos que têm força para impulsionar e/ou alterar ações e comportamentos que se desdobram entre os atores do processo de TBC, como os próprios projetos incidentes nos lugares de TBC, os projetos governamentais de desenvolvimento e, as políticas públicas que comprometem a garantia dos direitos dos agricultores, pescadores, quilombolas e indígenas e contribuem para a criminalização dos movimentos e das práticas camponesas. Também são exemplos de não-humanos no TBC o *Caderno de Normas e Procedimentos Internos* da *Rede TUCUM*, os processos judiciais para a regularização fundiária dos territórios em foco e, a disputa pela posse de terras, bem como as campanhas em apoio ao *Turismo Comunitário* e à pesca artesanal, além das infraestruturas destinadas ao lazer, hotelaria, turismo e de produção da agroindústria, existentes nas áreas de influência das comunidades integrantes da *Rede TUCUM*.

Assim, por essa perspectiva, além de se reconhecer a importância dos elementos não-humanos no movimento do TBC, buscou-se acompanhar, empiricamente, como as conexões entre os distintos atores e as inúmeras questões envolvidas, nessa prática, impulsionaram as diferentes ações na configuração da *Rede TUCUM*. Dessa maneira, foi possível compreender os elementos heterogêneos, rastreados pela pesquisa, como produtos da rede sociotécnica do TBC, em contraposição à sua investigação como categorias explicativas estabilizadas.

(2) O TBC como associação

A noção de associação pela perspectiva da ANT teve importância central para dar sustentação aos argumentos aqui defendidos, na medida em que possibilitou a ampliação da análise em foco e a consideração das múltiplas conexões possíveis entre os atores envolvidos no TBC da *Rede TUCUM*. Isso implicou apreender o TBC, simultaneamente, como um discurso e uma prática, o que exigiu se pensar em uma multiplicidade de políticas e ontologias, para além daquelas vinculadas diretamente ao turismo. Ou seja, a compreensão do TBC transcendeu a perspectiva de planejamento e estruturação de empreendimentos comunitários ou a mera dinâmica de recepção de visitantes, envolvendo múltiplos atores e interesses que produziram as associações e as dissociações entre os elementos heterogêneos, que se articularam nesse movimento de delineamento da rede sociotécnica.

Isso significa dizer que foram rastreados alguns atores das comunidades locais, dos empreendimentos de hospedagem e alimentos e bebidas, lideranças das associações de moradores do lugar turístico, articuladores dos movimentos sociais ali atuantes, coordenações

das ONGs que prestam assessoria local e outros atores que eles fizeram circular no coletivo. Nesse sentido, as ações dos atores heterogêneos dispostos na rede sociotécnica do TBC permitiram descrever a produção de associações na *Rede TUCUM*.

Diante das reflexões que emergiram desse exercício inspirado na ANT, algumas questões centrais se revelaram, na pesquisa, no sentido de orientação de um olhar mais atento, aberto e detalhado para a apreensão das associações no TBC. Para tal, segundo as pistas latourianas, seria importante observar, ainda, como são enunciadas e explicitadas questões do tipo: Com que atores humanos e não-humanos os grupos locais se interessam em se associar? No caso da *Rede TUCUM*, poder-se-ia perguntar, por exemplo, com que partidos políticos, ONGs, movimentos sociais, órgãos públicos e agências de turismo seria interessante se enredar? Além disso, o que está ligado a quê e que novas associações poderiam ser produzidas no TBC em rede? Isso implicaria entender como são produzidas as resistências e as capturas nessas associações contínuas, bem como identificar as mais diversas práticas de TBC que poderiam ser traduzidas a partir da dinâmica de investigação proposta.

Essas questões tendem a reafirmar, uma vez mais, que a investigação sobre o TBC, na perspectiva da ANT, e, particularmente, das associações, pressupõe a compreensão do modo pelo qual as conexões são articuladas entre a base referencial teórica inspiradora, as expressões culturais e os modos de existência dos atores envolvidos nessa prática. Para tanto, é importante que se considere, nesse processo, os saberes acadêmicos, os saberes populares e outras formas de produção de conhecimento como elementos co-construtores de uma mesma realidade sociotécnica.

Um argumento que poderia ilustrar essa afirmação se refere à premissa da *Rede TUCUM* centrada na afirmação do protagonismo e na participação de comunidades locais no processo de planejamento e gestão do TBC. Porém, pela perspectiva da ANT, não se poderia restringir a leitura do TBC ao âmbito da dinâmica da comunidade local, uma vez que essa está associada às ações e influências de inúmeros outros elementos humanos e não-humanos. Assim, ao se ponderar que, na ANT, ocorre uma difusão de associações, as mediações resultantes do agir participativo no processo de TBC não abarcariam somente as próprias comunidades locais.

Portanto, não se poderia perder de vista, nesta análise, que outros grupos humanos e instituições compõem o coletivo na *Rede TUCUM*, como os porta-vozes das organizações não governamentais, dos movimentos sociais, das universidades, da cooperação italiana, da especulação imobiliária, além dos turistas, agências e operadoras de viagens, “amigos da rede” e gestores públicos. Dessa forma, é importante observar de que forma esses grupos

mobilizam os elementos não-humanos, bem como em que medida esses últimos intervêm nas mediações negociadas. Portanto, todos os atores deixam rastros no caminho e proporcionam informação sobre como o TBC se constrói e se reconstrói ao longo do tempo e do próprio processo.

Nesse contexto, quais as associações possíveis entre os múltiplos atores no TBC que deveriam ainda ser examinadas? Quem age e faz agir nessa prática? Quais as ações empreendidas permanentemente? Reconhecer e sustentar essas incertezas no processo permitiria uma compreensão sobre o TBC, a partir da reafirmação das diferentes vozes e enunciados, e não somente na versão das próprias comunidades envolvidas, entendidas, até então, como as protagonistas do processo.

Nesse esforço diplomático, o conceito de TBC é, portanto, considerado como um ator-rede. Sendo assim, seria ainda necessária a compreensão de que objeto, se for retirado do jogo, poderia fazer com que o TBC desmoronasse? Além disso, alguém teria o direito à palavra final no processo de tomada de decisões sobre as escolhas para o TBC no âmbito da *Rede TUCUM*? Pelos argumentos da ANT, não se pode desconsiderar a força de qualquer elo da rede, pois é na força de cada um e das conexões articuladas que as redes se sustentam.

Portanto, reconhecendo essas e outras indagações, decorrentes da presente pesquisa, é possível também apreender que o *Turismo Comunitário* propicia o fazer política, o que culminou na criação da *Rede TUCUM*. Ou seja, a *Rede TUCUM* foi construída para funcionar, também, como um tipo de rede de proteção para o *Turismo Comunitário*. De forma situada, o *Turismo Comunitário* na ZCC está associado à *Rede TUCUM*, e vice-versa, tecendo uma força híbrida de *Turismo Comunitário-Rede TUCUM*.

Nesse caso, a partir do reconhecimento das associações entre os elementos humanos e não-humanos para a constituição do coletivo, pôde-se, então, assegurar um posicionamento em pesquisa não influenciado pela hierarquização desses elementos no processo investigativo em TBC. Sendo assim, outros saberes, para além daqueles dos especialistas acadêmicos foram considerados neste estudo sobre o TBC, visto que, para a latourização do debate, pressupôs-se que o conhecimento não está no mundo das ideias, e, ainda, que todos os elementos integram e interagem para a sua coprodução. Nessa perspectiva, diferentes vozes, saberes e discursos, além da maneira pela qual os inúmeros atores se conectam entre si e à prática do TBC foram apreendidos na descrição das associações sobre a *Rede TUCUM*.

(3) O TBC em ação

A partir dos aportes da ANT e, principalmente, do reconhecimento da importância dos elementos não-humanos e da produção de associações na dinâmica turística, foi possível se refletir sobre o TBC enquanto uma rede de atores em ação. Essa perspectiva reafirmou a compreensão do TBC na *Rede TUCUM*, a partir da observação da ação de diversos atores, que não são apenas os humanos.

Assim, este exercício pressupôs uma mudança de posição epistemológica com relação à própria leitura da realidade investigada na *Rede TUCUM*, uma vez que as dinâmicas de TBC não se reduzem a um contexto no qual a vida acontece e tudo se enquadra no que está pré-estabelecido. Pelo contrário, pela ótica da ANT, essas dinâmicas envolvem interesses, que foram rastreados, empiricamente, em um movimento permanente que constrói e reconstrói os caminhos trilhados pelos variados atores e suas associações. Nesse caso, outros atores foram identificados e foram formadas novas associações, as quais foram novamente reagregadas em um movimento contínuo.

Assim, a perspectiva de análise da ANT implica a compreensão do "TBC em ação" na *Rede TUCUM*. Isso se traduz como a síntese de uma condição permanente de construção negociada nessa prática, sujeita a controvérsias. Portanto, o TBC não poderia ser decodificado linearmente em manuais herméticos, homogeneizantes, totalizantes e adotados como padrão para o direcionamento do processo. Também não é o caso de se analisar o "produto" de TBC formatado. Pelo contrário, privilegia-se a descrição do movimento de construção e reconstrução que delineia em múltiplas versões o TBC.

A pista da ANT de seguir os atores implica o afastamento de qualquer visão idealizada do TBC e o lança à análise da ação. Nesse sentido, o TBC não poderia ser reduzido a uma tipologia ou segmento turístico e nem a uma alternativa de turismo, conforme vem sendo o caso de vias usuais de análise sobre o tema. A partir desse entendimento, poder-se-ia delinear compreensões alternativas de TBC para uma composição mais ampla.

Isso porque, no caso da *Rede TUCUM*, cada grupo produz um *Turismo Comunitário* particular, reagregando e renovando a existência da sua própria prática. O *Turismo Comunitário* praticado nas comunidades pesqueiras é, assim, diferente do praticado na terra indígena ou nos assentamentos rurais, entre outros locais da Zona Costeira Cearense. Algumas experiências associadas ao *Turismo Comunitário* e também ao turismo sustentável, ao turismo rural, que são, igualmente, influenciadas pelas práticas do turismo de massa, são mais valorizadas e outras menos. Dessa forma, todas essas práticas fazem parte do coletivo e são permeadas por controvérsias.

Por outro lado, a *Rede TUCUM* vem compondo experiências diversas de atores em ação. Entretanto, se a sua configuração fosse circunscrita ao *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*, não seria possível considerar todas elas como "comunitárias". Conforme cartografado pela pesquisa, os preceitos de *Turismo Comunitário*, mencionados nesse documento, estão expressos no caso de algumas localidades, mas em outras não. Sendo assim, no sentido em que o *Turismo Comunitário* está apresentado no *Caderno*, poder-se-ia cair na armadilha de se refletir que, na *Rede TUCUM*, estariam sendo formados grupos de *Turismo Comunitário* ou grupos comunitários de turismo.

Todavia, segundo as pistas da ANT, no caso empírico da *Rede TUCUM*, é possível reafirmar que o TBC tende a se traduzir como um efeito de múltiplas redes de atores em ação, que ora se estabilizam, ora se renovam. Nessa direção, foi possível acompanhar o modo de se conceber esses processos de articulação do TBC na *Rede TUCUM*, que se reconstrói a partir de estratégias políticas negociadas pelas diversas partes envolvidas, as quais se destacam: (a) promoção de uma assembleia anual; (b) participação em editais de fomento de instituições pública e privada e de organizações não governamentais no Brasil e no exterior; (c) formação contínua do grupo de *Turismo Comunitário* local; (d) articulação com outras redes e fóruns aliados; (e) elaboração do *Caderno de Normas e Procedimentos Internos*; (f) discussão sobre políticas públicas e articulação de agenda com gestores públicos; (g) promoção de intercâmbios em TBC; (h) preparação e divulgação de pacotes temáticos e integrados entre comunidades da *Rede TUCUM*; (i) criação da *Escola Popular de Turismo Comunitário*; (j) realização de campanhas e acampamentos da juventude, entre outras.

Portanto, os estudos com enfoque em TBC sob a inspiração da ANT tendem a contribuir para revelar o coletivo complexo de discursos e práticas que, incessantemente, se articulam e tecem redes, a partir das associações entre humanos e não-humanos. Vale ressaltar, ainda, que essas articulações movidas por jogos de interesse e de poder podem ser, a todo instante, interrompidas, embaraçadas, suspensas e desviadas por incertezas, produzindo, portanto, uma dinâmica particular na composição do TBC em ação.

Assim, nesta tese, experimentou-se uma abordagem dinâmica para a construção de um dos possíveis mapas de conexões em transformação para a compreensão e para o acompanhamento dos atores humanos e não-humanos atuantes na rede sociotécnica do TBC na *Rede TUCUM*. Da mesma forma, este exercício contribuiu para subsidiar uma proposta ética e epistemológica para a proliferação de novos diálogos e práticas coexistentes nesse caminho investigativo sobre o TBC.

Do ponto de vista de inspirações advindas desta tese para futuras investigações, algumas pistas emergiram, ainda, no sentido de se pesquisar o TBC de outra maneira e se produzir conhecimento sobre o tema. Portanto, neste exercício inspirado pela ANT, o estudo do TBC foi explorado sem buscar enquadrá-lo em "molduras teóricas" pré-estabelecidas. Esse desafio exigiu a ousadia de sair da zona de conforto e abrir a "caixa de conceitos", permitindo que o próprio campo indicasse e movesse as questões inspiradoras da tese. Essa postura, em pesquisa, permitiu a revelação de que as próprias terminologias *Turismo de base comunitária* e *Turismo comunitário* têm sido disputadas, articuladas e traduzidas a partir de perspectivas e escolhas de um coletivo de atores. Além disso, essa posição epistemológica viabilizou a produção de novas descrições sobre o tema de interesse, sem estabilizá-lo, o que gerou uma compreensão ampliada sobre as inúmeras questões e impasses envolvidos nessa imersão, que só puderam ser respondidos no campo de pesquisa.

Além disso, nessa perspectiva antropológica, buscou-se descrever a vivência empírica do objeto de interesse em um movimento de pesquisa sobre o TBC com [e não para] os atores rastreados, produzindo-se, desse modo, conhecimento em rede. Este contexto aponta ainda para uma exigência ética de pesquisa não apenas protocolar, mas que se afirma como local e situada.

Assim, a pesquisadora, nesta tese, foi também uma "ator-rede", que interferiu na rede sociotécnica do TBC. Mas como os atores pesquisados perceberam a pesquisadora? Diferentes visões foram emergindo no decorrer desse percurso investigativo, de acordo com os movimentos e as ações em campo. Em um primeiro momento, a oportunidade de a pesquisadora conhecer algumas das comunidades da *Rede TUCUM* permitiu que ela fosse identificada como uma "visitante" da universidade.

Na medida em que novas visitas de campo foram realizadas, aos poucos, aconteceram reencontros com algumas lideranças dos grupos comunitários e das ONGs envolvidas. Assim como novos encontros ocorreram com pessoas envolvidas na dinâmica do *Turismo Comunitário*, e, gradativamente, a presença da pesquisadora naquelas localidades passou a se configurar não apenas como uma visita. Mesmo assim, os interesses e as motivações da tese foram somente reconhecidos por esse público-alvo quando as entrevistas e as devolutivas foram realizadas, durante as Assembleias da *Rede TUCUM*, nos anos de 2016 e 2017, quando, então, configurou-se o papel da "pesquisadora".

Da mesma forma, o engajamento na divulgação das campanhas da *Rede TUCUM*, entre outras ações ao longo da pesquisa, produziu, ainda, o sentido de "aliada" à luta contra as dificuldades enfrentadas pelos grupos locais e à promoção da visibilidade do TBC, também

no campo universitário. Vale ressaltar ainda que, esses papéis se misturavam e eram atravessados por afetos constituídos em uma relação de respeito, curiosidade e engajamento, o que movimentou, dessa forma, a jornada da pesquisadora, que passou a ser referida, também, como uma "amiga" da *Rede TUCUM*.

Esses modos de articulação e movimentação no campo de investigação engendraram afetos, mas, também, efeitos de recalcitrância. Sendo assim, quais as ressonâncias da pesquisa na própria pesquisadora? A princípio, o seu campo de observação se restringiu aos limites impostos pela fundamentação teórica da pesquisa. Posteriormente, a partir da proposta metodológica da *Cartografia de Controvérsias*, o olhar atento esteve aberto e, ao mesmo tempo, concentrado para acolher, simetricamente, o que não estava previsto nos objetivos pretendidos, o que passou a influenciar os próprios resultados alcançados e os possíveis desdobramentos decorrentes da análise. Mas, em alguns momentos, a pesquisadora se questionava se havia deixado ser cooptada pelos atores da *Rede TUCUM*. Em outros, ela se sentia confiante e provocada a seguir ainda mais atores para encontrar pistas e examinar como o TBC funciona na prática.

A pesquisa no campo, seguindo os atores e suas conexões, e, ainda, apostando em uma composição polifônica dos discursos e vozes rastreadas, possibilitou, portanto, uma "viagem" de aprendizagem na coprodução de uma forma de se pesquisar o TBC, que exigiu novas ferramentas. Igualmente, pesquisar o TBC na *Rede TUCUM* foi também uma forma de resistência e de captura no processo de reflexão e cultivo dos resultados obtidos e de questionamento da própria postura em campo, que provocou alguns incômodos, riscos e deslocamentos tanto para a pesquisadora como para os pesquisados.

Assim, o rastreamento das controvérsias foi o maior desafio em pesquisa, proporcionando a ampliação do campo de observação, que não era mais puramente humano, e a fertilidade do trabalho investigativo, que não se vinculava a um campo específico do conhecimento.

Neste sentido, a presente tese constitui um exercício de reflexão acadêmica, que reafirma a premissa da interdisciplinaridade como uma via fundamental para a produção de conhecimento no campo da Psicossociologia. Nesta perspectiva, foram analisados os processos psicossociais em ressonância com o TBC, considerando-se questões não apenas voltadas às condutas dos humanos entre si. Na rede de atores rastreados, os sujeitos associavam outros atores às suas próprias ações, traduzindo os jogos de interesses e de poder, recompondo-se e assumindo novas formas do coletivo. Do mesmo modo, os objetos não eram neutros, eles falavam, agiam.

Nesse movimento, foi possível reconhecer que tanto os humanos como os não-humanos produziam efeitos das associações entre eles sobre o TBC. Por essa perspectica, foi possível cultivar um campo psicossocial, que se constituiu de forma híbrida (humanos-não-humanos) e coletiva (sujeitos-objetos), que se desdobrou em novos olhares para a leitura do TBC. Dessa maneira, revelou-se a importância de se compreender que a construção do TBC inclui a produção da rede sociotécnica, no sentido de se mapear como se compõe um TBC-Rede em ação, na inter-relação entre os processos psicológicos, políticos, técnicos etc., não previamente definidos.

Além disso, a Psicossociologia constituiu um campo potente para a *Cartografia de Controvérsias* do TBC, que representa uma, entre as várias versões possíveis, para a descrição da *Rede TUCUM*, sendo que outros caminhos e conexões poderão ser trilhados, no futuro, em outras discussões e práticas de orientação em pesquisa.

Afinal, esta tese não se conclui aqui, pois o movimento da "ciranda" (Figura 17), enquanto um agrupamento de povos, de terras, de mares, de instituições, de saberes, entre tantas outras coisas, continua balançando o *Turismo Comunitário* na *Rede TUCUM*, assim como diz a canção.

Figura 17 – Ciranda
Fonte: https://www.facebook.com/RedeTucumTurismoComunitario/ (2017).

Essa ciranda não é minha só
É de todos nós
A melodia principal quem tira
É a primeira voz

Pra se dançar ciranda
Juntamos mão com mão
Fazendo uma roda
Cantando essa canção

(Trecho da Ciranda Minha ciranda, de autoria Capiba)

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L. S. G. **Facebook, Ativismo e Vigilância**: conexões e controvérsias vividas nas manifestações de 2013. 198 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ALMEIDA, A. W. B.; DOURADO, S. B. Apresentação. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (Orgs.). **Consulta e participação**: a crítica à metáfora da teia de aranha. Manaus: UEA Edições, 2013. p.11-34.

ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 131-149.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.

ARAÚJO, G. A. de; LOBO, C. Teoria ator-rede e análise do turismo: um novo paradigma? **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 1-24, mai./ago. 2017.

ARENDT, R. J. J. Maneiras de pesquisar no cotidiano: contribuição da Teoria do Ator-Rede. **Psicologia & Sociedade**, vol.20, edição especial, p.7-11, 2008.

ARNABOLDI, M.; SPILLER, N. Actor-network theory and stakeholder collaboration: the case of Cultural Districts. **Tourism Management**, v. 32, n. 3, p. 641-654, 2011.

ASKER, S.; BORONVAK, L.; CARRARD, N.; PADDON, M. **Effective community based tourism**: a best practice manual. Institute for Sustainable Futures, University of Technology Sydney, Jun. 2010.

BAGAGEM. **Rede Turisol Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário;** Encontro 2010. São Paulo: Projeto Bagagem, 2010.

_____. **II Encontro Turisol Brasília**, 2015. São Paulo: Projeto Bagagem, 2015.

BALLESTEROS, E. R. Turismo de base local y comunidad, ¿una vinculación oportuna? **Revista Andaluza de Antropología**, v. 8, p. 19-44, 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Efeitos Globais do Prodetur**. Ne I - Enfoque Turístico. Consultor: João Agostinho Teles. Fortaleza, 2005. Disponível em: edi.bnb.gov.br/.../prodetur/.../pcr_prodetur_i_efeitos_globais_do_prodi_agostinho.pdf. Acesso em: 25 ago. 2018.

BARBOSA, F. F. P. 30 anos do Assentamento Maceió: resistência e defesa do território costeiro, contra o turismo convencional. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS. 7. 2016. Araraquara (SP). **Anais...** Centro Universitário de Araraquara UNIARA, v.7, 2016. Disponível: https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao3/30-anos-assentamento-maceio.pdf. Acesso em 05 mar. 2018.

BORGES, C. I. O. S.; LIMA, M. D. de. O turismo comunitário na Zona Costeira do Ceará: a experiência da Rede Tucum. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16. 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: 25-31 jul. 2010. p. 01-09.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições Setenta, 1979.

BARRETO, M.; TAMANINI, E. (Orgs.) **Redescobrindo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

BARRETTO, M. Resenha: The (in)discipline of tourism. São Paulo, 2007. Resenha de: TRIBE, J. The (in)discipline of tourism. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 184-189, 2007.

_____. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.

BARROS, L. M. R. de; BARROS, M. E. B. de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal –** Revista de Psicologia, v. 25, n. 2, p. 373-390, maio/ago. 2013.

BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p.52-75.

BARTHOLO, R.; DELAMARO, M.; BURSZTYN, I. Tourism for whom? different paths to development and alternative experiments in Brazil". **Latin American Perspectives**, v. 35, n. 3, p. 103-119, 2008.

_____.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guide de l'enquête de terrain**. Paris: Éditions La Découverte, 2003.

BIGGS, D.; TURPIEB, J.; FABRICIUSC, C.; SPENCELEYD, A. The value of avitourism for conservation and job creation: an analysis from South Africa. **Conservation and Society**, v. 9, n. 1, p. 80-90, 2011.

BLACKSTOCK, K. A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**, Oxford University Press and Community Development Journal, v. 40, n. 1, 2005.

BOLÍVIA. Lei Geral de Turismo - Bolívia te espera, Ley n° 292, de 25 de setembro de 2012, **Asamblea Legislativa Plurinacional**, La Paz, Bolívia. 2012.

BONAMIGO, I. S. A Teoria Ator-Rede como dispositivo teórico-metodológico de análise da produção de violências na contemporaneidade. In: FERREIRA, A. A. L.; FREIRE, L. de L.; MORAES, M.; ARENDT, R. J. J. (Orgs.). **Teoria Ator-Rede e Psicologia**. Rio de Janeiro: NAU, 2010, p. 164-179.

BORGES, C. I. O. S. **O turismo comunitário em comunidades tradicionais na zona costeira do Ceará**: em foco a experiência da Rede Tucum. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

BORGES, C. I. O. S.; LIMA, M. D. de. O turismo comunitário na Zona Costeira do Ceará: a experiência da Rede Tucum. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16. 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: 25-31 jul. 2010. p. 01-09.

BRANQUINHO, F. T. B. **O poder das ervas na sabedoria popular e no saber acadêmico.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____; LACERDA, F. K. D. de; COSTA, R. P. Sobre educar para um mundo comum do ponto de vista da teoria do ator-rede. ARAÚJO, J. F. M. de; VALENTE, C. de M. (Orgs.). **Ator-Rede e além, no Brasil...** As teorias que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá? Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 198-214.

_____; TEIXEIRA, L. M. C.; SIRENA, M. L. A teoria do ator-rede e hierarquia de saberes: uma contribuição à docência. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 2, n. 4, p. 55-70, jul./dez. 2010.

_____; KZAM, F.; FRADE, I.; ALVES, D. Água de moinho: práticas transformadoras em arte e pesquisa, modos de estar com o outro em trocas intensas, de ser fluxo. **Revista Apotheke**, Santa Catarina, v.2, n.2, ano 2, fev. 2016.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC 4ª Edição. **Diário Oficial da União**, Brasília: MMA/SBF, 2000.

_____. Decreto Federal nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004.

_____. Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007.

_____. **Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur/nº 001/2008:** Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. **Anuário Estatístico de Turismo - 2016.** Ano base 2015. Brasília: Ministério do Turismo, v. 43, 2016.

_____. **Anuário Estatístico de Turismo - 2017**. Ano base 2016. Brasília: Ministério do Turismo, v. 44. 2018.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022:** Mais emprego e renda para o Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Gerência Costeira. **Ceará - Municípios da Zona Costeira. Brasília**, 2015. Disponível em http://www.mma.gov.br/editais-e-chamadas-p%C3%BAblicas/item/10594-cear%C3%A1-munic%C3%ADpios-da-zona-costeira.html. Acesso em: 01 fev. 2019.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura 2011**. Brasília: MPA, 2011.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **PASOS:** Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, v. 13, n. 1, p. 57-71, 2015.

BURSZTYN, I. **Desatando um nó na rede**: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia. 2012. 243 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

_____; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 97-116, jan./jun. 2012.

_____; _____; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Eds.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.

CABANILLA, E.; GENTILI, J. Características de las páginas de la internet de turismo comunitario en países de América. **PASOS**, v. 13, n. 1, p. 157-174. 2015.

CAÑADA, E. Perspectivas del turismo comunitario: cómo mantener vivas las comunidades rurales. **Revista Pueblos**, n. 41, 2010.

_____. **Las que limpian los hotels**: historias ocultas de precariedad laboral. Barcelona: Icaria Editorial, 2015.

_____. (Coord.). **Catálogo Latinoamericano de Turismo Rural Comunitario**. Barcelona: ALBA SUD, 2015a.

_____. La comercialización internacional del turismo comunitario: la experiencia en América Latina. **ARA**, v. 5, n.2, p. 23-47, 2015b.

_____. **Externalización del trabajo en hotels**: impactos en los departamentos de pisos. Barcelona: Alba Sud Editorial, 2016.

_____. **El trabajo en los resorts todo-incluido de República Dominicana**: precariedad en el paraíso turístico. Barcelona: Alba Sud Editorial, 2017.

_____; GASCON, Jordi (Orgs.). **Turismo residencial y gentrificación rural Tenerife**. Xixón: Pasos Edita FTR, 2016.

_____; KARSCHAT, K.; JÄGER, L.; KAMP, C.; MAN F. de; MANGALASSERI, S.; MAURER, M.; MONSHAUSEN, A.; PLÜSS C.; RUTHERFORD, A.; TREMEL, C. **Transforming Tourism Tourism in the 2030 Agenda**. Berlin, March 2017.

CANAL, N. U. Entre figurações e associações. As sociologias de Norbert Elias e Bruno Latour. **Acta Scientiarum. Human and social Sciences**, Maringá, v. 33, n. 2, p. 139-148, 2011.

CAÑIZARES, S. M. S.; CANALEJO, A. M. C.; GALLARDO, E. G. Turismo comunitario en islas: el caso de Boavista (Cabo Verde). In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON TOURISM & MANAGEMENT STUDIES. **Book of proceedings**, v. I. Algarve, 2011. p. 872-882.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CASTILLO CANALEJO, A.M.; SÁNCHEZ CAÑIZARES, S. M. Desarrollo turístico en Cabo Verde en base al turismo comunitario. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 26, p. 644-661, 2017.

CASTRO, R. B. de. **Dispositivos de segurança**: performações de governo articuladas às câmeras de vídeo. 2013. 234 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social)–Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

_____. **Redes e Vigilância**: uma experiência psicossocial – Estudo de caso no município de Guarujá, São Paulo/BR. 2008. 158 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social)–Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

_____; PEDRO, R. Redes de vigilância: experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano. In: BRUNO, F.; KANASHIRO, M.;

FIRMINO, R. (Orgs.). **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 36-60.

CBI. **What are the opportunities for community-based tourism from Europe?** Centre for the Promotion of Imports. Netherlands Ministry of Foreign Affairs, 2016. Disponível em: https://www.cbi.eu/node/2541/pdf/. Acesso em: 02 fev. 2018.

CEARÁ (Estado). Secretaria Estadual do Turismo. **Estudos Turísticos da SETUR**: evolução do Turismo no Ceará nº 17. 4. ed. Fortaleza: SETUR (CE), 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**, n. 98, Brasília, DF, 24 mai. 2016. Seção 1, p. 44-46.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES; TOMÁZ, A. F.; SANTOS, G. (Orgs.). **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil**. Brasília/DF, 2016.

CORDEIRO, M. P. **Psicologia social no Brasil**: multiplicidade, performatividade e controvérsias. 2012. 187 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, São Paulo, 2012.

CORIOLANO, L. N. M. T. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. Campinas: Papirus, 1998.

_____. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: ____. (Org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local.** Fortaleza: Funece, 2003. p. 13-29.

_____. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006.

_____; LIMA, L. C. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

_____; SAMPAIO, C. A. C. Territórios solidários de America Latina y turismo comunitario en rebote a los mega empreendimentos transnacional. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 3, n. 1, p. 4-15, 2013.

COSTA NOVO, C. B. M. **Turismo de base comunitária na região metropolitana de Manaus (AM)**: caracterização e análise crítica. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COSTA RICA. Lei de Fomento do Turismo Rural Comunitário da Costa Rica, Ley n° 8.724, de 17 de julho de 2009. **Asamblea Legislativa de la República de Costa Rica**. Publicada en La Gaceta n. 191. 2009.

COSTA, C. M. M. da. **Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level**: Planning, organizations and networks: the case of Portugal. 1996. 509 f. Thesis (PhD degree) – Department of Management Studies, University of Surrey, 1996.

COSTA, L.; JUNQUEIRA, V.; MARTINHO, C.; FECURI, J. (Coords.). **Redes:** uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

CREADO, E. S. J.; SÁ, G. S. e; PAVESI, P. P. Editorial: Dossiê Humanos e Não-Humanos. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 3, n. 1, p. 1-10. 2015.

CHRISTINY, P. **A Luta e Resistência da Comunidade do Balbino**. Fortaleza: Mar do Ceará, 2014. Disponível em http://mardoceara.blogspot.com/2014/06/a-luta-e-resistencia-da-comunidade-do.html. Acesso em 19 ago. 2018.

CRUZ, L. C. (Org.). **Da cidade ao campo:** a diversidade do saber fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

CRUZ, R. C. A. da. **Introdução à geografia do turismo.** 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

_____. **Geografia do turismo:** de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

DAVID, J. da S. **PesquisarCOM o método**: pistas para uma cartografia de controvérsias em ação. Rio de Janeiro, 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

_____; PEDRO, P.; BONAMIGO, I.; CARVALHO, M. R. de. Seguindo a teoria ator-rede em ação: primeiros apontamentos para uma cartografia de controvérsias. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 19., 2017, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 01-04 nov. 2017.

DEDEKE, A. (Nick). Creating sustainable tourism ventures in protected areas: An actor network theory analysis. **Tourism Management**, v. 61(C), p. 161-172, 2017.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia, vol.1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.

DELGADO, A. K. C.; ANDRADE, J. A. Teoria Ator-Rede (TAR) como instrumento de pesquisa em turismo: buscando aproximações e contribuições. **Revista Turismo** - Visão e Ação, v. 21, n. 1, jan./abr. 2019.

DESPRET, V. Os dispositivos experimentais. **Fractal:** Revista de Psicologia, vol. 23, n. 1, p. 43-58, 2011.

DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs). **Redes, sociedades e territórios**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DIEGUES, A. C. O turismo socialmente responsável e inclusão das populações tradicionais. In: LIMA, L. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. (Orgs.). **Turismo e desenvolvimento social sustentável**. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 22-27.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DIXEY, L. M. **Good practices in community-based tourism in the Caribbean**. The Caribbean Tourism Organization, Barbados, 2006.

DORIA, C. R. C. **Viabilidade do Ecoturismo como alternativa de renda para comunidades na Amazônia**. 2004. 289 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

DUIM, R. van der; REN, C.; JÓHANNESSON, G. **Actor-network theory and tourism**: ordering, materiality and multiplicity. 1.ed. Reino Unido: Routledge, 2012.

ESCÓSSIA, L. da; KASTRUP, V. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2005.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária**: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

_____; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. Turismo de base comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-190, dez. 2016.

FARIA, I. F. (Coord.). **Turismo:** lazer e políticas de desenvolvimento local. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001a.

_____. **Turismo:** sustentabilidade e novas territorialidades. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001b.

FERREIRA, A. A. L. Para além dos fundamentalismos epistemológicos: o encontro de Michel Foucault e Bruno Latour na construção diferencial de um mundo comum. **Revista Aulas**, Dossiê Foucault, n. 3, dez.2006/mar. 2007.

_____; FREIRE, L. L.; MORAES, M.; ARENDT, R. J. J. (Orgs.). **Teoria ator-rede e psicologia**. Rio de Janeiro: NAU, 2010.

FERREIRA, F. T. **Consumo, logo apareço**: Produção de subjetividades juvenis na cultura do consumo e do espetáculo. 2010. 192 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____. Rizoma: um método para as redes? **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 28-40. 2008.

FITS – FORO INTERNACIONAL DE TURISMO SOLIDARIO Y DESARROLLO SOSTENIBLE AMÉRICA LATINA. **Declaración de Granada**. Granada, Nicaragua, 25 de septiembre del 2014.

FONTOURA, A. G. C. **Mesa 2 "Redes de turismo comunitário no Brasil"**: A experiência da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL). Participação no Projeto Bagagem, Fórum Global sobre Turismo, Fórum Social Mundial, Belém, PA, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Grupo de Trabalho Turismo Sustentável**. Relatórios. Relato da Reunião do 30/11/2004. Disponível em http://www.fboms.org.br/. Acesso em: 05 jul. 2012.

FÓRUM EM DEFESA DA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ (FDZCC). **PRODETUR/CE: análise de um projeto em execução**. Fortaleza, 2002.

FÓRUM GLOBAL SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL. **Declaração de Belém**. In: FGTS – Fórum Global sobre Turismo Sustentável – Fórum Social Mundial 2009. Belém: Universidade Federal do Pará, 28 fev. 01 mar. 2009.

FÓRUM GLOBAL SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL. **Declaração de Salvador**. In: FGTS – Fórum Global sobre Turismo Sustentável – Fórum Social Mundial 2018. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 14-15 mar. 2018. Disponível em http://turismoporummundomelhor.blogspot.com/2018/03/o-turismo-comunitario-e-sustentavel-no.html. Acesso em: 02 dez. 2018.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Edições do Fórum Social Mundial**. Disponível em: http://www.memoriafsm.org/page/edicoes?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 25 jul. 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, L. de L. Seguindo as agentes comunitárias em ação: o processo de intervenção urbana numa favela carioca à luz da Teoria ator-rede. FERREIRA, Arthur Arruda Leal; FREIRE, Leticia de Luna; MORAES, Maria; ARENDT, Ronald João Jacques (Orgs.). **Teoria ator-rede e psicologia**. Rio de Janeiro: NAU, 2010. p. 140-163.

_____. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Comum,** Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, p. 46-65, jan./jun. 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GAITÁN, S. B. M. Los ensambladores y el entramado turístico: un aporte desde la investigación cualitativa. **ABET**, Juiz de Fora, v.4, n.2, p. 8-18, maio/ago. 2014.

GASCÓN, J. **El turismo en la cooperación internacional**: de las brigadas internacionalistas al turismo solidário. Barcelona: Icaria, 2009.

_____. Turismo rural comunitario y diferenciación campesina: consideraciones a partir de un caso andino. **Mundo Agrario**, v. 11, n. 22, 2011.

GONÇALVES, C. de S. **Sobre o consumo de medicamentos para o aprimoramento da performance cognitiva**: cartografando controvérsias, seguindo os atores e tecendo a rede. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GOODWIN, H.; SANTILLI, R. **Community-Based Tourism**: a success? ICRT Occasional Paper 11. German Development Agency (GTZ), Responsible Tourism, 2009.

GUATTARI, F. **As Três Ecologias**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

_____. Da produção da subjetividade. In: ____. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p.11-43.

_____. Interdisciplinaridade. **Revista Tempo brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 108. Jan./Mar. 1992a.

_____; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUZMÁN, T. L.; BORGES, O.; CANALEJO, A. M. C. Desarrollo económico local y turismo comunitario en países en vías de desarrollo: un estudio de caso. **Omnia**, Año 17, n. 3, set./dez. p. 113-130, 2011.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural**: sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de Agroturismo nas encostas da Serra Geral Catarinense. 168 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção)–Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

_____; SAMPAIO, C. A C.; CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, p. 93-106, jan./abr. 2013.

HAMILTON, K.; ALEXANDER, M. Organic community tourism: a cocreated approach. **Annals of Tourism Research**, v. 42, p. 169-190, 2013.

HAMZAH, A.; KHALIFAH, Z. Handbook on community-based tourism: how to develop and sustain CBT. Malaysia: Asia-Pacific Economic Cooperation Secretariat, 2009.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995.

HAUTESERRE, A.-M. d'. Ecotourism: an option in small island destinations? **Tourism and Hospitality Research**, v. 16, n. 1, p. 72–87, 2016.

HERRERA, M. R. G.; ARANDA, M. F. Rapid assessment of tourism impacts through community participation: a pilot study in Cuba for projecting. **Current Urban Studies**, v. 1, n. 3, p. 36-47, 2013.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. The elusiveness of sustainability in tourism: the culture-ideology of consumerism and its implications. **Tourism and Hospitality Research**, v. 10, n. 2, p. 116-129, 2010.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. A dualidade do turismo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TURISMO E DIREITOS NUM MAPA DE CONTRADIÇÕES, 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SESC SP 24 de maio, 12-13 jun. 2018. p. 20-22.

IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

INOSTROZA, V. G. Aportes para un modelo de gestión sostenible del turismo comunitario en la región andina. **Gestión Turística**, v. 10, p. 77-90, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base Cartográfica Contínua do Brasil, 1:250.000** – BC250: versão 2017. Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Ministério do Meio Ambiente. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais**: Princípios e Diretrizes 2018. Brasília: ICMBio, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Acervo Fundiário. Disponível em: http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php. Acesso em: 10 jan. 2019.

IRVING, M. A. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo:** o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002. p. 35-45.

_____. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Eds.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

JÓHANNESSON, G. T. Actor-network theory and tourism research. **Tourist Studies**. London, Thousand Oaks and New Delhi, v. 5, n. 2, p. 133-150, 2005.

_____; DUIM, R. van der; REN, C. **Tourism encounters and controversies**: ontological politics of tourism development. Reino Unido: Routledge, 2016.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade, vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 32-51.

_____; BARROS, R. B. de. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade, vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 76-91.

KIEFFER, M. El ecoturismo en Chiapas: otro engaño a las comunidades indígenas. **Boletines de CIEPAC "Chiapas al Día"**, n. 514. Francia: Asociación EchoWay, 2006.

KNUPP, M. E. C. G.; MAFRA, F. L. N. Redes do turismo: uma análise da política de turismo do Estado de Minas Gerais – Brasil. **Turismo em Análise**. v. 23, n. 3, p. 663-690, nov. 2012.

KRIPPENDORF, J. **Cartão Vermelho ao Turismo?** Dez Princípios e desafios para um Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Sec. XXI. Rio Grande do Sul: Fórum Social Mundial, 2002.

_____. **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Aleph, 2009.

LANDER, E. Com o tempo contado: crise civilizatória, limites do planeta, ataques à democracia e povos em resistência. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA Filho, J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1. ed. bras. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 215-253.

LANG, M. Introdução: alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. 1. ed. bras. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 25-44.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

_____. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (Orgs.). **Objetos impuros**: experiências em estudos sociais da ciência. Porto: Afrontamento, 2007. p. 40-61.

_____. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 339-352. 2006.

_____. Entrevista: Bruno Latour. **Revista CULT**, São Paulo. Entrevista concedida a Marcelo Fiorini. 2010. https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-bruno-latour/. Acesso em: 08 dez. 2018.

_____. Entrevista Bruno Latour: o objetivo da ciência não é produzir verdades indiscutíveis, mas discutíveis. **Jornal O Correio do Povo**, Porto Alegre, 12 mar. 2017. Entrevista concedida a Juremir Machado da Silva. 2017.

_____. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2013.

_____. **La cartographie des controverses**. 2005. Disponível em: http://palimpsestes.fr/textes_divers/la_cartographie_des_controverses.htm. Acesso em: 05 fev. 2017.

_____. Para antropólogo, a ideia do "eu" precisa dar lugar à de rede. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 07 ago. 2012. Entrevista concedida a Carla Rodrigues. 2012a. Disponível em http://www.valor.com.br/cultura/2778026/para-antropologo-ideia-do-eu-precisa-dar-lugar-de-rede. Acesso em: 08 dez. 2018.

_____. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba; São Paulo: Edusc, 2012.

_____; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório:** a produção dos fatos científicos. (Trad. Angela R. Vianna). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAW, J. **Notas sobre a teoria do ator-rede**: ordenamento, estratégia e heterogeneidade. Tradução de Fernando Manso. Lancaster: Centre for Science Studies, Lancaster University, 1992. Disponível em: http://www.necso.ufrj.br. Acesso em: 17 abr. 2017.

LEITÃO, A. N. **Medicina antienvelhecimento: uma cartografia sociotécnica das controvérsias sobre longevidade humana.** 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social)- Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

LIMA, B. de A. **Controvérsias relacionadas à união estável e casamento entre pessoas do mesmo sexo.** 2013. 81 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

LIMA, M. A. G. de. **Projetos de Turismo de Base Comunitária no Estado do Rio de Janeiro**: tecendo teias de significados em busca da dimensão cultural. 2014. 300 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LIMA, M. C. **Comunidades pesqueiras marítimas do Ceará**: territórios, conflitos e lutas. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____; Pescadoras e pescadores artesanais do Ceará: modo de vida, confrontos e horizontes. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 05, n. 10, p. 39-54, 2006.

_____; BORGES, C. I. O. S. Turismo rural comunitário no Assentamento Coqueirinho – Fortim-CE. In: MATOS, K.; SAMPAIO, J. (Orgs.). **Diálogos em educação ambiental**. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 125-143.

LIMA, P. I. F. L. **Afinal, o que significa turismo de base comunitária ou turismo comunitário?** A busca por uma perspectiva conceitual. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

LIMA, R. P. **Turismo de Base Comunitária como Inovação Social.** 2011. 191 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

LIMA, V. L. O. **Desenvolvimento para a vida**: os sentidos do turismo comunitário em Caetanos de Cima, no Assentamento Sabiaguaba – Amontada/CE. 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

LIMA, L. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. (Orgs.). **Turismo e Desenvolvimento Social Sustentável**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo, modernidade, globalização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 136-154.

MACEDO, J.; BARBI, R.; BRANQUINHO, F.; BERGALLO, H. Controvérsias entre a Amazônia rural e a conservação: um estudo sobre a rede sociotécnica de ribeirinhos e onças nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã no Amazonas. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 99-121, 2016.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

_____. **Fortalecendo as Redes de Turismo Comunitário – REDTURS – na América Latina**. Turismo Sustentável e Desenvolvimento Local. Turim, Itália: Centro Internacional de Formação da OIT, @local.glob, 4, 2007, 08-14.

_____. **Workshop planejamento e gestão de empreendimentos turísticos de base comunitária REDTURS**. INOVABR - Inovação Social e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 22-26 nov. 2010.

MAN, F. de. Actores en el turismo sostenible: empresas, instituciones y ONG. In: GASCÓN, J.; PÉREZ, S. Morales; TRESSERRAS, J. (Eds.). **Cooperación en turismo:** nuevos desafíos, nuevos debates. Barcelona: Foro de Turismo Responsable - Xarxa de Consum Solidari; COODTUR; Universitat Oberta de Catalunya - Laboratori del Nou Turisme; Universitat de Barcelona, 2013. p. 27-64.

MANTECÓN, A. Mesa "Não sou turista. Eu moro aqui": Dilemas do direito à cidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TURISMO E DIREITOS NUM MAPA DE CONTRADIÇÕES, 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SESC SP 24 de maio, 12-13 jun. 2018. p. 41-42.

MARQUES, I. C. Prefácio. In: FERNANDEZ, V.; MACEDO, J.; BRANQUINHO, F. (Orgs.). **Pedra, planta, bicho, gente... coisas:** encontros da teoria ator-rede com as ciências ambientais. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2018. p.11-16.

MARRAS, S. Como não terminar uma tese: pequeno diálogo entre o estudante e seus colegas (after hours). **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

MARTINS, R. (Org.). **Caderno de normas e procedimentos internos da Rede Tucum**. Rede Cearense de Turismo Comunitário. Fortaleza: Instituto Terramar, 2013.

MATTOS, C. P. de. **Psicossociologia do turismo:** uma via para interpretar o turismo na Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, Nova Friburgo, RJ, Brasil? Rio de Janeiro, 2018. 220 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J. **Limites do Crescimento**: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MEIRELES, A. J. A. Danos socioambientais na zona costeira cearense. In: HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Orgs.). **Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: FASE/UFF, 2006. p. 53-72.

MELÉNDEZ, A. O turismo na América Latina: situação atual e tendências. **Turismo: Visão e Ação**, v. 2, n. 5, p. 71-80, 2000.

MELO, M. de F. A. de Q e. Mas de onde vem o Latour? **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 2, n. 2, p. 258-268, fev. 2008.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, jun. 1989.

MENDONÇA, T. C. M. et al. **O estado da arte do turismo de base comunitária no litoral do estado do Rio de Janeiro**: abordagem téorico-conceitual, político-organizacional e iniciativas em curso. Relatório Final do Projeto. Período: Agosto/2013 – Julho/2014). UFRRJ: agosto, 2014. 86p.

MENDONÇA, T. C. M. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 4, p. 12-22, 2004. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/1154/115417710002.pdf. Acesso em: 05 fev. 2017.

_____. **Turismo e Participação comunitária**: Prainha do Canto Verde, a "Canoa" que não quebrou e a "Fonte" que não Secou? 2004. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____; IRVING, M. A. Projetos comunitários de ecoturismo: realidade ou desafio? VI ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL. Ecoturismo e Turismo de Aventura Comunicações Orais. Campo Grande. In: MARIANI, M. et al. (Orgs). **Caderno de Resumos**. Mato Grosso do Sul, 20-23 out. 2002, p. 350.

_____; IRVING, M. A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 4, n. 4, p. 12-22, 2004.

_____; MORAES, E. A. (Orgs.). **O Povo do Aventureiro e o turismo de base comunitária**: Experiências vivenciadas na Vila do Aventureiro - Ilha Grande, RJ. Seropédica: EDUR-UFRRJ, 2011.

_____; _____. Reflexões emergentes sobre Turismo de Base Comunitária, à luz da experiência no "Paraíso Proibido": Vila do Aventureiro – Ilha Grande – Brasil. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, v. 2, n. 17/18, p. 1169-1183, 2012.

_____; _____. Turismo de Base Comunitária sob influência do processo de proteção da natureza na Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde (CE) e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 9, n. 1, p. 61-77, 2016.

_____; _____; CATARCIONE, F. L. C. Turismo de base comunitária na Região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 232-248, ago. 2016.

MIELKE, E. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas-SP: Alínea, 2009.

MITCHELL, J.; MUCKOSY, P. **A Misguided Quest**: community-based tourism in Latin America. Londres: ODI opinion, n. 102, 2008.

MOL, A. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In: ARRISCADO NUNES, J.; ROQUE, R. (Eds.). **Objectos impuros**: experiências em estudos sociais da ciência. Porto: Edições Afrontamento, 2008. p. 63-75.

MORAES, E. A. de. **Encontro na Floresta: Interpretando o Ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil)**. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____; MENDONÇA, T. Turismo de base comunitária no Brasil: expressões, relações e produções na construção de um novo território turístico. In: CONGRESSO COODTUR, 2., 2015, México. **Anais...** México: Universidad de Quintana Roo, 2015.

_____; _____; PINHEIRO, C. V. Trilhando o turismo de base comunitária em Minas: um novo Caminho das Gerais. **CULTUR**, Ano 11, n. 01, fev. 2017.

MORAES, M. O.; ARENDT, R. J. J. Contribuições das investigações de Annemarie Mol para a psicologia social. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 2, p. 313-321, abr./jun. 2013.

MORAES, M. Subjetividade, cognição e redes sociotécnicas: subjetividade e contemporaneidade. **Série Documenta EICOS**. Ano X, n. 16, 2005.

_____. **Alianças para uma psicologia em ação**: sobre a noção de rede. 2003. Disponível em http://www.necso.ufrj.br/Ato2003/MarciaMoraes. Acesso em: 29 abr. 2017.

MORAES, W. V. de. **Análise do Ordenamento dos Atrativos de Turismo de Base Comunitária no Território da Serra do Brigadeiro – MG**. 2011. 155 f. Tese (Doutorado em Ciência Florestal)–Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

_____; EMMENDOERFER, M. L.; COSTA, N. M. C. da. Las buenas prácticas del turismo de base comunitaria en el territorio de la Serra do Brigadeiro (Minas Gerais, Brasil). **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 22, p. 1074-1095, 2013.

MOREIRA, M. de C. **O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?** Uma cartografia da atuação de Organizações da Sociedade Civil no fortalecimento da democracia. 2014. 209 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social)–Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MORGADO, M.; FREDDY, H. Turismo comunitario: una nueva alternativa de desarrollo indígena. **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 1, n. 2, p. 249-264, 2006.

MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MOSCOVICI, S. **Natureza**: para pensar a ecologia. Rio de Janeiro: Mauad X, Instituto Gaia, 2007.

MURPHY, P. E. Community driven tourism planning. **Tourism Management**, v. 9, n. 2, p. 96-104, jun. 1988.

_____. **Tourism**: a community approach. London: Methuen. 1985.

_____; MURPHY, A. E. **Strategic management for tourism communities:** Bridging the gaps. Clevedon: Aspects of Tourism series Channel View Publications. 2004.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 6-8 de setembro de 2000. Lisbon: United Nations Information Centre, 2000.

_____. **Programa Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza**. Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável - Rio+10. Johannesburg, África do Sul, 2002.

NASCIUTTI, J. C. R. Reflexões sobre o espaço da Psicossociologia. **Documenta**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 51-58, 1996ª.

_____. Instituição como via de acesso à comunidade. In: CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **Psicologia social comunitária da solidariedade à autonomia**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1996b. p. 100-126.

NEUHAUS, E.; SILVA, J. S. da (Orgs.). **Um outro turismo é possível!** Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico. Fórum Social Mundial Porto Alegre, Janeiro de 2005. Disponível em: http://fboms.aspoan.org/wp-content/uploads/2013/03/TURISMOFSM2005.pdf. Acesso em: 05 fev. 2017.

NOBRE, J. C. de A. **As novas biotecnologias da reprodução e as redes de bioética em ação:** cartografando controvérsias. 2009. 158 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

_____; PEDRO, R. Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, ano V, n. 14, dez. 2010. Disponível em: <http://www.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/14/47.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

MAIA, E. (In) sustentável: 2017, o ano do turismo ambiental e socialmente responsável, traz à tona bons e maus exemplos no setor. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 06 abr. 2017. Boa Viagem, p.13.

OLIVEIRA, A. A. **Pesquisa-diagnóstico sobre turismo comunitário**. Relatório parcial. Fortaleza: Instituto Terramar, VIÈS Núcleo de Economia Política, 2015.

OLIVEIRA, M. E. de. **Esta pauta é verde?** Uma análise da cobertura jornalística sobre as políticas públicas de conservação da biodiversidade no Brasil. 2016. 386 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 3-14 jun. 1992.

_____. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** Edição em 25 de setembro de 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org. Acesso em: 27 dez. 2016.

_____. **United Nations Conference on Environment and Development**, Rio de Janeiro, 3-14 June 1992.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais**, n. 169, Geneva: OIT, 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Carta do Turismo Sustentável**. Conferência Mundial de Turismo Sustentável. Lanzarote, Ilhas Canárias, Espanha, 27-28 abr. 1995.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Gobiernos locales, turismo comunitario y sus redes**. Memoria V Encuentro consultivo regional (REDTURS). Documento de Trabajo n. 12, Ginebra: OIT, 2008.

OURIQUES, H. R. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas, SP: Alínea, 2005.

OXFAM. **Terra, poder e desigualdade na América Latina**: Resumo Executivo. Reino Unido: Oxfam Internacional, nov. 2016.

_____. **Uma Economia para o 1%**: Documento Informativo. Reino Unido: Oxfam Internacional, jan. 2016. Disponível em: www.oxfam.org.br. Acesso em: 27 dez. 2016.

PACHECO, T. Mapa de conflitos e racismo ambiental: desafios para as advogadas e os advogados populares. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE NACIONAL DE ADVOGADAS E ADVOGADOS POPULARES, 2010 Luziânia. **Anais…** Luziânia, Goiás, 2010.

PAGET, E.; DIMANCHE, F.; MOUNET, J. P. A tourism innovation case: an actor-network approach. **Annals of Tourism Research**, v. 37, n. 3, p. 828–847, 2010.

PALACIOS, C. G. Turismo comunitario en Ecuador: ¿Quo Vadis? **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 25, p. 597-614, 2016.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Aleph, 2011.

_____ ; NECHAR, M. C. **Turismo:** perspectiva crítica textos reunidos. Assis (SP): Triunfal, 2016.

PARENT S.; KLEIN, J; JOLIN, L. Le Développement communautaire local et le tourisme communautaire: une analyse conceptuelle comparative. **ESSACHESS - Journal for Communication Studies.** v. 2, n. 4, p. 57-71, 2009.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. vol. 1, p. 17-31.

_____; KASTRUP, V. Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos. **Fractal** – Revista de Psicologia, v. 25, n. 2, p. 391-414, maio/ago. 2013.

_____; _____; ESCÓSSIA, L. da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade, vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____; _____; TEDESCO, S. (Orgs.). Dossiê Cartografia: Pistas do Método da Cartografia - Vol. II. **Fractal** – Revista de Psicologia, v. 25, n. 2, p. 217-220, maio/ago. 2013.

PEDRO, R. As redes na atualidade: refletindo sobre a produção de conhecimento. In: D'ÁVILA, M. I.; PEDRO, R. (Orgs.). **Tecendo o desenvolvimento:** saberes, gênero, ecologia social. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 29-47.

_____. Redes e controvérsias: ferramentas para uma cartografia da dinâmica psicossocial. In: ESOCITE JORNADAS LATINO-AMERICANAS DE ESTUDOS SOCIAIS DAS CIÊNCIAS E DAS TECNOLOGIAS, 7., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

_____. Ciência, tecnologia e sociedade: pensando as redes, pensando com as redes. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 1-5, 2008a.

_____. Redes socio-técnicas: subjetividade e socialização na sociedade tecnológica contemporânea. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26., 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2002. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4522&Itemid=317. Acesso em: 06 ago. 2016.

_____. Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais. In: FERREIRA, A. A. L.; FREIRE, L. L.; MORAES, M.; ARENDT, R. J. J. (Orgs.). **Teoria ator-rede e psicologia**. Rio de Janeiro: Nau, 2010. p. 78-96.

_____. Tecnologias de vigilância: um estudo psicossocial a partir da análise de controvérsias. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2005. p. 1-32.

_____; PACHECO, A. L. C. Natureza e sociedade nas redes sociotécnicas: o ecoturismo sob o modelo dos coletivos. In: D'ÁVILA, M. I.; PEDRO, R. (Orgs.). **Tecendo o desenvolvimento**: saberes, gênero, ecologia social. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 185-200.

_____; MOREIRA, M. Do mal-entendido promissor à multiplicação de vozes: considerações acerca das estratégias metodológicas para a elaboração de uma cartografia de organizações da sociedade civil. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 15, n. 4, p. 1398-1412, 2015.

_____; RODRIGUES, A.; COSTA, A.; GONÇALVES, C.; DAVID, J.; ALBUQUERQUE, L.; RHEINGANTZ, P.; CASTRO, R. Tecnologias de vigilância e visibilidade em cena: algumas controvérsias. **Rev. Polis e Psique**, v. 4, n. 3, p. 51-79, 2014.

PEREIRA, R. M. M. **As estratégias do movimento comunitário em defesa da terra na comunidade de Prainha do Canto Verde**. 2008. Monografia (Especialização em Movimentos Sociais, Organizações Populares e Democracia Participativa) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PEREIRA, J. E. de O.; GONÇALVES, A. F. Agricultura familiar em rede: a experiência de um empreendimento solidário no Ceará. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30, 2016, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa/PB: RBA, v. 30, 2016. Disponível: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/30rba/admin/files/1467307454_ARQUIVO_Agriculturafamiliaremrede.pdf. Acesso em: 06/10/2018.

PIMENTEL, M. R.; CASTROGIOVANNI, A. C. Geografia e turismo: em busca de uma interação complexa. **Revista Rosa dos Ventos:** Turismo e Hospitalidade, v. 7, n. 3, p. 440-458, jul./set. 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. de A. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis Revista Latinoamericana**, v. 11, n. 31, p. 295-332, 2012.

POZZANA, L. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. **Fractal** – Revista de Psicologia, v. 25, n. 2, p. 323-338, maio/ago. 2013.

PRADO, M. A. M. A psicologia comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 201-210, 2002.

RABINOVICI, A. **Organizações não governamentais e turismo sustentável**: trilhando conceitos de participação e conflitos. 2009. 340 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

REDTURS. **Declaración de Otavalo sobre turismo comunitario, sustentável, competitivo e com identidade cultural**. Otavalo, Ecuador 14 set. 2001. Disponível em http://www.redturs.org/documentos/Otavalo.pdf. Acesso em: 22 abr. 2016.

REDTURS. **Declaración de San José sobre Turismo Rural Comunitario**. San José de Costa Rica, Costa Rica, 28 out. 2003. Disponível em: http://www.redturs.org/inicio/docu/DeclaracionSan-Jose-Espa.pdf. Acesso em: 22 abr. 2016.

REED, M. G. Power relations and community-based tourism planning. **Annals of Tourism Research**, vol. 24, n. 3, p. 566-591, 1997.

REN, C. Assembling the socio-material destination: an actor-network approach to cultural tourism studies. In: RICHARDS, Greg; MUNSTERS, Wil. (Eds.). **Cultural tourism research methods**. Oxon: CABI, 2010. p. 199-208.

REN, C.; JÓHANNESSON, G. T.; DUIM, R. van der. How ANT works. In: DUIM, R. van der; REN, C.; JÓHANNESSON, G. T. **Actor-network theory and tourism**: ordering, materiality and multiplicity. 1 ed. Reino Unido: Routledge, 2012. p. 13-25.

REZENDE, R. de O. **Por uma geografia da hospitalidade**: O lugar, a racionalidade e a hospitalidade em comunidades que recebem visitantes. 2016. 249 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ROBERTS, S. M.; JONES, J. P.; FRÖHLING, O. NGOs and the globalization of managerialism: a research framework. **World Development**, v. 33, n. 11, p. 1845-1864, nov. 2005.

ROCHA, I. S. **Unidades de Polícia Pacificadora**: Controvérsias que tecem a vida urbana. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ROCHA, S. S. **O turismo na Prainha do Canto Verde (CE)**: comunidade e sustentabilidade. 2003. 138 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ROCHARUNGSAT, P. **Community-based tourism:** perspectives and future possibilities. 2005. (PhD thesis) – James Cook University, Queensland, Austrália, 2005.

RODGER, K.; MOORE, S. A.; NEWSOME, D. Wildlife tourism, science and actor network theory. **Annals of Tourism Research**, v. 36, n. 4, p. 645–666, 2009.

RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e ambiente**: reflexões e propostas. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999a.

_____. (Org.) **Turismo, modernidade, globalização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999b.

_____. (Org.) **Turismo e desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999c.

RODRIGUES, H. de B. C. Analisar. In: FONSECA, T. M. G. M.; NASCIMENTO, L. do; MARASCHIN, C. (Orgs.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 35-37.

SAAYMAN, M.; GIAMPICCOLI, A. Community-based tourism and pro-poor tourism: dissimilar positioning in relation to community development. **Journal for New Generation Sciences**, p. 163-181, jan. 2015.

SADE, C.; FERRAZ, G. C.; ROCHA, J. M. O *ethos* da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. **Fractal –** Revista de Psicologia, v. 25, n. 2, p. 281-298, maio/ago. 2013.

SALLES, M. R. R.; SALES, G. A. F. O sistema da dádiva nas relações comunitárias e a constituição de alianças pelo trabalho tradicional. **CULTUR**, Ano 06, v. 02, p. 20-42, 2012.

SAMPAIO, C. A. C. Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. In: _____; HENRÍQUEZ, C.; MANSUR, C. **Turismo comunitário, solidário e sustentável**. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 23-30.

_____; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). **CULTUR**, Ano 06, n. 01, p. 25-39, fev. 2012.

SÁNCHEZ Cañizares, S. M.; CASTILLO-Canalejo, A. M.; GALLARDO Gallardo, E. Turismo comunitario en islas: el caso de Boavista (Cabo Verde). **Tourism & Management Studies**, Universidade do Algarve, Faro, Portugal, vol. 1, p. 872-882, 2011.

SANSOLO, D. G. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no município de Silves, Amazonas. **PASOS**, v. 1, n. 1, p. 39-50, 2003.

_____; CRUZ, R. de C. A. da. Geografias do turismo no vasto continente africano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29 (Especial), p. 171-186, 2011.

SANTIAGO, M. C. S. **Turismo de base comunitária:** perspectivas teórico-conceituais presentes no livro "Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras". 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Turismo)–Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.

SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Pauto: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SCHARER, R. Economia solidária e turismo de base comunitário: uma experiência brasileira. In: LIANZA, S. (org). **PAPESCA em Ação II**. Rio de Janeiro: SOLTEC/UFRJ, 2015. p. 60-67.

_____. Os devoradores de paisagens. In: CORIOLANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003a. p. 359-366.

_____. Turismo Sustentável: um estudo de caso sobre a experiência da comunidade Prainha de Canto Verde no litoral do Ceará. **PASOS**, v. 1, n. 2, p. 231-242, 2003b.

SCHLÜTER, R. G. El turismo en la periferia económica: el caso de América Latina. **Papers de Turismo**, v. 14, n. 15, p. 149-161, 1994.

SCHROEDER, V. Híbridos e paradoxais. In: FERREIRA, A. A. L.; FREIRE, L. L.; MORAES, M.; ARENDT, R. J. J. (Orgs.). **Teoria ator-rede e psicologia**. Rio de Janeiro: NAU, 2010. p. 180-199.

SEBELE, L. S. Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama Rhino Sanctuary Trust, Central District, Botswana. **Tourism Management**, v. 31, p. 136-146, 2010.

SHAHMIRZADI, E. K. **Community-Based Tourism (CBT) Planning and Possibilities**: The Case of Shahmirzad, Iran. 2012. 226 f. Dissertation (Master of Science in Tourism and Hospitality Management) – Eastern Mediterranean University, Gazimağusa, North Cyprus, 2012.

SILVA, J. S. Turismo comunitário: afirmando identidades e construindo sustentabilidade. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 415-417.

SILVA, J. S. et al. (Orgs.). Declaração de Fortaleza. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2., 2008, Fortaleza. **Anais...**. Fortaleza: Instituto Terramar, Fórum em Defesa da Zona Costeira, 2008.

SILVA, K.; TEIXEIRA, B.; RAMIRO, R. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G., BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.359-373.

SNV. Netherlands Development Organization. **A toolkit for monitoring and managing community-based tourism**. SNV, Hanoi, Vietnam: University of Hawaii, 2007.

SNV. Netherlands Development Organization. **The market for responsable tourism products with a special focus Latin America and Nepal**. Hanoi, Vietnam: SNV Asia, 2009. Disponível em https://www.responsibletravel.org. Acesso em 05 mar. 2018.

SOUSA, R. M. de M. **Ecoturismo e Desenvolvimento Comunitário em Silves - AM**: a experiência da Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural – ASPAC. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais e Ambientais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

SOUZA, C. M. Movimentos populares e redes: um estudo etnográfico da Rede de Comunidades Saudáveis do Rio de Janeiro. COSTA, S. L. da; MENDES, R. (Orgs.). **Redes sociais territoriais**. São Paulo: Fap-Unifesp, 2014. p. 61-76.

SOUZA, I. M. de A.; SALES JÚNIOR, D. R. Apresentação. In: LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012; São Paulo: Edusc, 2012. p. 11-15.

SOUZA, M. J. (Org.) **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: Universidade de Brasília; Departamento de Geografia; Ministério do Meio Ambiente, 2002.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

STENGERS, I. **Une autre science est possible!** Manifeste pour un ralentissement des sciences. Paris: Empêcheurs de penser en rond, 2013.

TAYLOR, E.; DAYE, M.; KNEAFSEY, M.; BARRETT, H. Exploring cultural connectedness in the sustainability of rural community tourism development in Jamaica. **PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. v. 12, n. 3. Special Issue, p. 525-538, 2014.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal –** Revista de Psicologia, v. 25, n. 2, p. 299-322, maio/ago. 2013.

THEVENIN, J. M. R. O turismo e suas políticas públicas sob a lógica do capital. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.122-133, abr. 2011.

THORNBURG, J. Eco-tourism and sustainable community development in Cuba: bringing community back into development. **Journal of International and Global Studies**, v. 9, n. 1, p.18-37, 2017.

TOLKACH, D.; KING, B. Strengthening Community-Based Tourism in a new resource-based island nation: why and how? **Tourism Management**, v. 48, p. 386-398, jun. 2015.

TRAVOLUTION. Red Global del Turismo Comunitario. **I Encuentro Latinoamericano de Turismo Comunitario**. Memorias del Encuentro. Colombia: Travolution, 2017.

TREJOS, B. Redes de apoyo al Turismo Comunitario en Costa Rica. **TURyDES,** v. 2, n. 6, nov. 2009.

_____; CHIANG, L.-H. N.; HUANG, W.-C. Support networks for Community-Based Tourism in Rural Costa Rica. **The Open Area Studies Journal**, v. 1, p. 16-25, 2008.

TRIBE, J. Tribes, territories and networks in the tourism academy. **Annals of Tourism Research**, v. 37, n. 1 p. 7-33, 2010.

TRIGO, L. G. G. O turismo no espaço globalizado. RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo, modernidade, globalização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 17-35.

TSALLIS, A. C.; FERREIRA, A. A. L.; MORAES, M.; ARENDT, R. J. J. O que nós psicólogos podemos aprender com a teoria ator-rede? **Interações**, v. XII, n. 22, p. 57-86, jul./dez. 2006.

TUCUM. **Rede Cearense de Turismo Comunitário**. 2010. Disponível em: www.tucum.org. Acesso em: 01 nov. 2012.

_____. **Rede Cearense de Turismo Comunitário**. 2012. Disponível em: www.tucum.org. Acesso em: 01 nov. 2012.

_____. **Relatório Técnico da 1ª Reunião da Rede TUCUM**, realizada em 06 de setembro de 2007, Prainha do Canto Verde, Beberibe. Fortaleza: Instituto Terramar, 2007.

_____. **Relatório Técnico do 2º Encontro da Rede TUCUM**, realizada entre os dias 13 e 15 de dezembro de 2008, Caetanos de Cima, Amontada. Fortaleza: Instituto Terramar, 2008.

_____. **Relatório Técnico da 4ª Assembleia Anual da Rede TUCUM**, realizada entre os dias 21 e 24 de novembro de 2010, Tatajuba, Camocim. Fortaleza: Instituto Terramar, 2010.

_____. **Relatório Técnico da 5ª Assembleia Anual da Rede TUCUM**, realizada de 8 a 11 de novembro de 2011, Ponta Grossa, Icapuí. Fortaleza: Instituto Terramar, 2011.

_____. **Relatório Técnico da 6ª Assembleia Anual da Rede TUCUM**, realizada entre os dias 7 e 11 de novembro de 2012, Curral Velho, Acaraú. Fortaleza: Instituto Terramar, 2012.

UNESCO. **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2018**. Perúgia, Itália: Programa Mundial das Nações Unidas para Avaliação dos Recursos Hídricos, UNESCO. 2018.

UNFPA. **Relatório sobre a Situação da População Mundial 2012**. Nova York, EUA: Fundo de População das Nações Unidas, 2012. Disponível em http://www.unfpa.org.br/. Acesso em: 13 jun. 2013.

UNWTO. One billion tourists into one billion opportunities. **UNWTO**. 2013. Disponível em http://1billiontourists.unwto.org/. Acesso em: 21 out. 2013.

_____. **UNWTO World Tourism Barometer**. Madrid, Spain: World Tourism Organization, v. 13, jan. 2015. Disponível em: www.unwto.org. Acesso em: 14 fev. 2016.

_____. **UNWTO World Tourism Barometer**. Madrid, Spain: World Tourism Organization, v. 15, jun. 2017. Disponível em: www.unwto.org. Acesso em: 14 fev. 2018.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel, SESC, 2001.

VAN DER DUIM, R. **Tourismscapes**: an actor-network perspective on sustainable tourism development. 2005. 283 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Wageningen, Wageningen, Holanda, 2005.

_____. Tourismscapes: an actor-network perspective. **Annals of Tourism Research**, v. 34, n. 4, p. 961-976, 2007.

_____; REN, C.; JÓHANNESSON, G. T. (Eds.) **Actor-network Theory and Tourism** – Ordering, materiality and multiplicity. Série: Contemporary Geographies of Leisure, Tourism and Mobility. Londres, Inglaterra; Nova Iorque, EUA: Routledge, 2012.

VARGAS, E. **Mapeamento de controvérsias sociotécnicas**. 2015. Palestra na I Mesa Redonda da V Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia, intitulada "Antropologia das ciências: inspirações e deslocamentos", Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 20-22 de maio de 2015. Disponível em: https://youtu.be/4qLDAHTdKUM. Acesso em: 22 dez. 2017.

VASCONCELOS, F. P. **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: FUNECE, 1998.

VAZ, H. C. de L. **Experiência mística e filosofia na tradição ocidental**. São Paulo: Loyola, 2000.

VENTURINI, T. Piccola introduzione alla cartografia delle controversie. **Etnografia e ricerca qualitativa**, v. 3, p. 1-23, 2008.

_____. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, v. 19, n. 3, p. 258–273, 2010.

_____. Building on faults: how to represent controversies with digital methods. **Public Understanding of Science**, v. 21, n. 7, p. 796-812, 2012.

VERA, M. P. El turismo comunitario como una estrategia de supervivencia: resistencia y reivindicación cultural indígena de comunidades Mapuche en la Región de los Ríos (Chile). **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 25, p. 439-459, 2016.

VIANA FILHO, A. **Turismo comunitário terá encontro latino em 2017... hora do Brasil fazer o dever de casa**. 15 jan. 2017. Disponível em

http://turismoporummundomelhor.blogspot.com/2017/01/turismo-comunitario-tera-encontro.html. Acesso em: 02 dez. 2018.

_____. O **turismo comunitário e sustentável no Fórum Social Mundial 2018**. 31 mar. 2018. http://turismoporummundomelhor.blogspot.com/2018/03/o-turismo-comunitario-e-sustentavel-no.html. Acesso em: 02 dez. 2018.

VIANNA, A. M. **Perspectivas teórico-conceituais sobre o turismo de base comunitária e participação como foco de análise**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2013.

WEARING, S.; MCDONALD, M. The development of community-based tourism: re-thinking the relationship between tour operators and development agents as intermediaries in rural and isolated area communities. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 10, n. 3, p. 191-206, 2002.

WORLD WILDLIFE FUND INTERNATIONAL. **Directrices para el desarollo del turismo Comunitário**. UK: WWF Internacional, Jul. 2001.

XAVIER, T. R.; INÁCIO, R. de O.; WITTMANN, M. L.; FLECHA, A. C. A relação entre redes e turismo: uma análise bibliométrica sobre a emergência de um novo paradigma no planejamento turístico. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 443-465, out. 2012.

YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais transições? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 55-75.

ZINDA, J. A.; JIANMEI, Y.; XIMING, X.; HAI, C. Varying Impacts of Tourism Participation on Natural Resource Use in Communities in Southwest China. **Human Ecology**, Jul. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – HISTÓRICO DE EDIÇÕES E TEMÁTICAS DO ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL (ENTBL)

EDIÇÃO	ANO	INSTITUIÇÃO	LOCAL	TEMA CENTRAL
I ENTBL	01 a 04 de maio de 1997	Universidade de São Paulo	São Paulo/SP	“Turismo com base local”
II ENTBL	1998	Universidade do Estado do Ceará	Fortaleza/CE	“Turismo com ética”
III ENTBL	25 a 29 de outubro de 1999	Universidade Federal do Amazonas	Manaus/AM	“Turismo, Mitos e Ritos”
IV ENTBL	Novembro de 2000	Instituto Superior Luterano de Educação de Santa Catarina	Joinville/SC	“Redescobrindo a Ecologia no Turismo”
V ENTBL	13 a 17 de novembro de 2001	Universidade de Brasília	Brasília/DF	“Políticas Públicas e o Lugar do Turismo”
VI ENTBL	20 a 23 de outubro de 2002	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul	Campo Grande/MS	"Pensar o patrimônio: turismo, cultura e meio ambiente"
VII ENTBL	04 a 07 de novembro de 2003	Universidade Estadual de Santa Cruz	Ilhéus/BA	“Turismo e Cultura: Desafios ao Desenvolvimento Local"
VIII ENTBL	03 a 06 de novembro de 2004	Centro Universitário Positivo e Universidade Federal do Paraná	Curitiba/PR	“Planejamento para o desenvolvimento do turismo local”
IX ENTBL	10 a 13 de novembro de 2005	Universidade Federal de Pernambuco	Recife/PE	“Turismo, Inclusão social e Sustentabilidade”
X ENTBL	05 a 09 de junho de 2007	Universidade Federal da Paraíba	João Pessoa/PB	“Identidade Cultural e Desenvolvimento Local”
XI ENTBL	12 a 13 de abril de 2010	Universidade Federal Fluminense	Niterói/RJ	“Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios”
XII ENTBL	07 à 09 de Novembro de 2012	Sociedade Brasileira De Ecoturismo E SESC-SP	São Paulo/SP	“Turismo com Base Comunitária e Inclusão Social”
XIII ENTBL	10 a 13 de novembro de 2014	Universidade Federal de Juiz de Fora	Juiz de Fora/MG	“Economia e Criatividade: arranjos e práticas sociais do Turismo”
XIV ENTBL	21 a 23 de novembro de 2016	Universidade do Estado do Amazonas	Manaus/AM	“Protagonismo comunitário no turismo: redes e empreendedorismo”
XV ENTBL	10 a 12 de setembro de 2018	Universidade Federal de Pernambuco	Recife/PE	"Experiências criativas no turismo e desenvolvimento local"

Fonte: elaboração da autora.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

"Siga os atores e as suas próprias ações: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do *Turismo de Base Comunitária* na Rede TUCUM - Ceará – Brasil"

- **Identificação do entrevistado:**

Nome: Sexo: ( ) F ( ) M
Faixa Etária: A- 21 à 30 B- 31 á 40 C- 41 à 50 D- 51 á 60 E- + de 60
Grau de escolaridade:
A- Analfabeto B- Alfabetizado C- 1° Grau completo
D-1° grau incompleto E- 2° Grau completo F- 2° Grau incompleto
G- 3° Grau completo H- 3° Grau incompleto I – Pós-Graduação
Ocupação/Profissão:

- ✓ Conte-me um pouco a respeito da história da *Rede TUCUM*.
- ✓ Como foi o seu processo de inserção?
- ✓ Quais foram os atores envolvidos e como atuavam?
- ✓ Ao longo de sua trajetória, o que considera que foi mais favorável?
- ✓ Quais foram os principais obstáculos encontrados?
- ✓ Esses obstáculos foram superados? Se sim, como os superaram?
- ✓ Como ocorrem as atuais articulações na Rede?
- ✓ Quais recursos, infraestrutura e meios de comunicação são utilizados no processo?
- ✓ Como a iniciativa se sustenta? Quanto custa o funcionamento da Rede?
- ✓ Quais são os interesses em jogo? Quais são as divergências nesse processo?
- ✓ Quais são os pontos de vista favoráveis e contrários à Rede?
- ✓ Quais os principais desafios a serem enfrentados ao longo destes anos?
- ✓ Que sugestões arriscaria para a superação desses desafios?
- ✓ O que você deseja que a Rede seja no futuro?
- ✓ Quem você indicaria para ser também entrevistado nesta pesquisa?

APÊNDICE C – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Entrevistado (a)	Ocupação	Idade	Porta-voz
Entrevistado 1	Professora	42 anos	Comunidade local
Entrevistado 2	Comerciante	51 anos	Comunidade local
Entrevistado 3	Agricultor	40 anos	Comunidade local
Entrevistado 4	Diretora de ONG	32 anos	Instituição parceira
Entrevistado 5	Administradora de Pousada	33 anos	Instituição parceira
Entrevistado 6	Professor	32 anos	Comunidade local
Entrevistado 7	Coordenadora de Projetos	42 anos	Instituição parceira
Entrevistado 8	Militante e educadora social	47 anos	Instituição parceira
Entrevistado 9	Pescador	42 anos	Comunidade local
Entrevistado 10	Participante do grupo de turismo comunitário	20 anos	Comunidade local
Entrevistado 11	Comerciante	49 anos	Comunidade local
Entrevistado 12	Pescadora	50 anos	Comunidade local
Entrevistado 13	Militante	34 anos	Instituição parceira
Entrevistado 14	Agricultor	38 anos	Comunidade local
Entrevistado 15	Pescador	38 anos	Comunidade local

Fonte: elaboração da autora.

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO E ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Psicologia
Programa EICOS – Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

TERMO DE CONSENTIMENTO E ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: "Siga os atores e as suas próprias ações: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do turismo de base comunitária na Rede TUCUM - Ceará – Brasil"

Prezado (a) Senhor (a),

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa que estudará o modo de configuração da Rede TUCUM, com foco no mapeamento das controvérsias que percorrem a história dessa experiência de turismo de base comunitária. O (a) Senhor (a) foi selecionado (a) porque faz parte do perfil do público-alvo da pesquisa acima, mas sua participação não é obrigatória. O objetivo do projeto é conhecer os principais pontos de vista sobre a Rede TUCUM, considerando a forma em que foi criada, qual é a sua situação atual e o que se deseja fazer no futuro em relação ao turismo de base comunitária.

Então, para participar deste estudo, solicito a sua especial colaboração na entrevista a ser realizada pela pesquisadora, que não identificará o (a) senhor (a) ou a sua instituição em nenhum momento. Os registros serão gravados e mantidos em sigilo. Sua participação é voluntária, quer dizer, o (a) Senhor (a) pode concordar ou não em responder as perguntas ou desistir de participar deste estudo. O (a) Senhor (a) ainda não terá gasto financeiro e nem receberá pagamento pela participação no estudo.

O benefício esperado com a sua participação será a oportunidade de ser ouvido sem julgamentos e partilhar uma experiência vivida, contribuindo, com a sua opinião, para ampliar e enriquecer o conhecimento produzido sobre a Rede TUCUM. Às vezes, as entrevistas poderão lhe causar algum desconforto. Mas, neste caso, não se acredita na possibilidade de causar danos maiores ao Senhor (a), ainda que possa haver um risco mínimo da participação na pesquisa.

Sua participação neste estudo é muito importante. Caso tenha interesse, poderá conhecer os resultados, ao final desta pesquisa. A pesquisadora responsável deverá fornecer qualquer esclarecimento sobre o estudo, assim como tirar dúvidas, bastando fazer contato no seguinte telefone e/ou endereço:

Pesquisadora: Edilaine Albertino de Moraes – Doutoranda
Telefone: (32) 99985-1572 E-mail: edilaineturmoraes@hotmail.com
Orientadora: Profa Dra. Marta de Azevedo Irving
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH
Endereço: Prédio da Decania do CFCH - 3º andar - Sala 30

Av. Pasteur, 250. Praia Vermelha. Rio de Janeiro. CEP 22290-240
Telefone: (21) 3938-5167 E-mail: cep.cfch@gmail.com

Declaro que li as informações contidas neste documento antes de assiná-lo. A descrição deste estudo foi satisfatoriamente explicada de maneira clara e, por isso, concordo de livre e espontânea vontade em participar como voluntário (a) do estudo. Compreendo também que poderei desistir de participar a qualquer momento, sem sofrer alguma forma de pressão e aborrecimento.

Local e Data: _____
Participante da Pesquisa: _____
Assinatura do (a) Participante: _____
Assinatura da Pesquisadora: _____

APÊNDICE E – GEOLOCALIZAÇÃO DA *REDE TUCUM* - 2017

O quadro, a seguir, apresenta as informações de geolocalização da *Rede TUCUM* – 2017, utilizadas para a elaboração do Mapa 4.

Nome	Tipo	Endereço	Longitude	Latitude
Associação Caiçara de Promoção Humana	Assessoria	Icapuí, CE. CEP: 62810-000	-37,2882609265	-4,7408097699
Instituto Terramar		Fortaleza, CE. CEP: 60135-170	-38,5214092725	-3,7445035592
Centro de Formação Capacitação e Pesquisa Frei Humberto - MST	Grupos de Apoio	Fortaleza, CE. CEP: 60130-420	-38,5156522517	-3,7571993749
Vila dos Poetas		Maranguape, CE. CEP: 61944-410	-38,6659233582	-3,8787496027
Pousada Tremembé		Icapuí, CE. CEP: 62810-000	-37,2882609265	-4,7408097699
Coqueirinho	Grupos de Turismo Comunitário	Fortim, CE. CEP: 60000-000	-37,8838260211	-4,4892952823
Maceió		Itapipoca, CE. CEP 62500-000	-39,4915672401	-3,131489171
Batoque		Aquiraz, CE. CEP: 61700-000	-38,23584121	-4,0034134217
Tatajuba		Camocim, CE. CEP: 62400-000	-40,6945597984	-2,8590013326
Prainha do Canto Verde		Beberibe, CE. CEP: 62840-000	-37,9305485218	-4,3182066809
Ponta Grossa		Icapuí, CE. CEP: 62810-000	-37,5062673636	-4,6310995024
Caetanos de Cima		Amontada, CE. CEP: 62547-000	-39,5700289433	-3,0864391982
Cumbe		Aracati, CE. CEP: 62800-000	-37,7723994221	-4,4899855146
Curral Velho		Acaraú, CE. CEP: 62580-000	-40,1237855489	-2,8514402092
Jenipapo-Kanindé		Aquiraz, CE. CEP: 61700-000	-38,2770994817	-3,9742956375
Vila da Volta		Aracati, CE. CEP: 62800-000	-37,7891618789	-4,5392094235

Fonte: elaboração da autora.